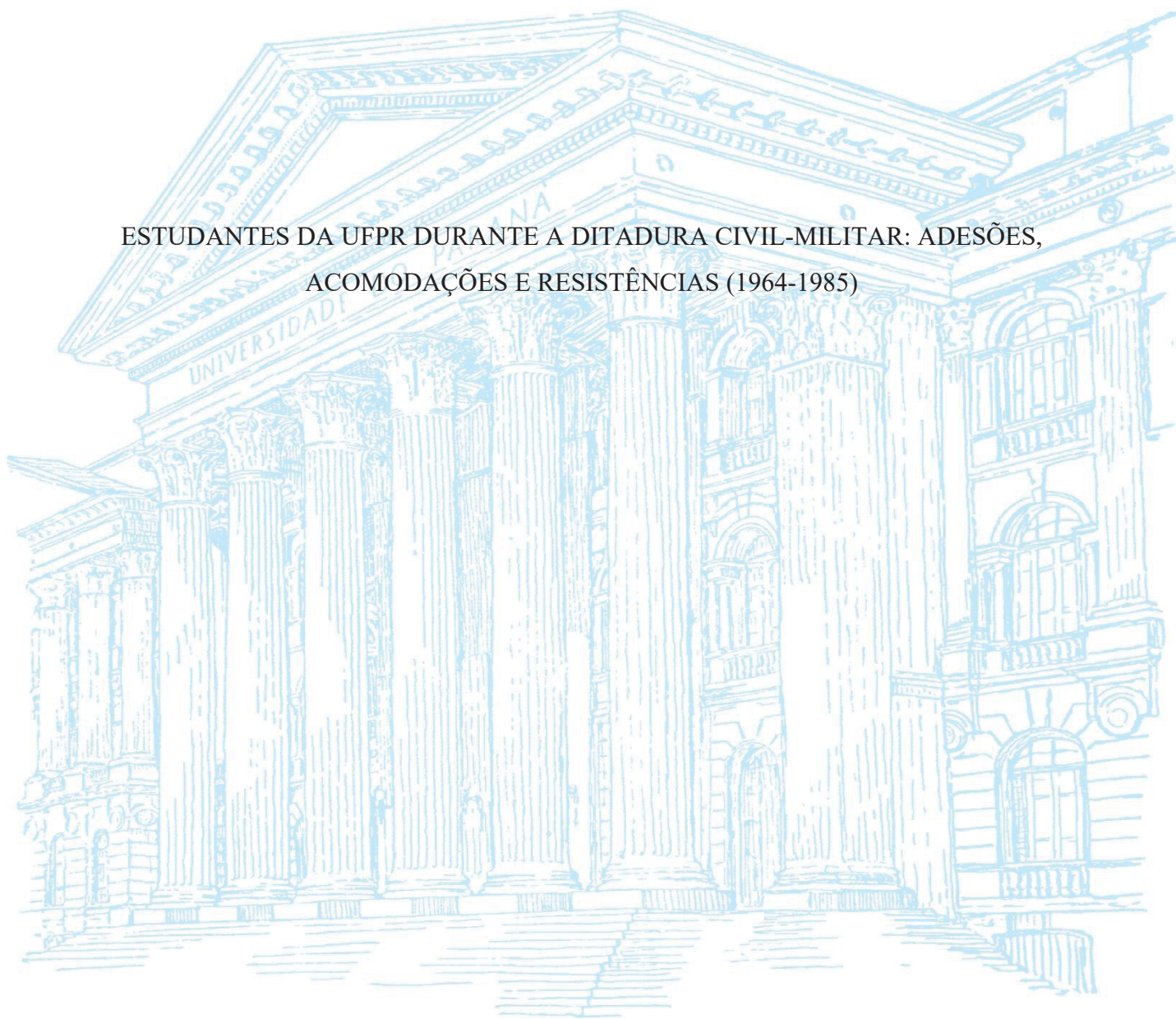


UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

LUIZ GABRIEL DA SILVA

ESTUDANTES DA UFPR DURANTE A DITADURA CIVIL-MILITAR: ADESÕES,
ACOMODAÇÕES E RESISTÊNCIAS (1964-1985)



CURITIBA

2025

LUIZ GABRIEL DA SILVA

ESTUDANTES DA UFPR DURANTE A DITADURA CIVIL-MILITAR: ADESÕES,
ACOMODAÇÕES E RESISTÊNCIAS (1964-1985)

Tese apresentada como requisito parcial à obtenção
do título de Doutor, curso de Pós-Graduação em
História, Setor de Ciências Humanas, Universidade
Federal do Paraná.

Orientador: Prof. Dr. Vinícius Nicastro Honesko
Coorientadora: Profa. Dra. Nadia Gaiofatto
Gonçalves

CURITIBA

2025

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SISTEMA DE BIBLIOTECAS – BIBLIOTECA DE CIÊNCIAS HUMANAS

Silva, Luiz Gabriel da

Estudantes da UFPR durante a ditadura civil-militar: adesões, acomodações e resistências (1964-1985). / Luiz Gabriel da Silva. – Curitiba, 2025.

1 recurso on-line : PDF.

Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Paraná, Setor de Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História.

Orientador: Prof. Dr. Vinícius Nicastro Honesko.

Coorientador: Prof^a. Dr^a. Nadia Gaiofatto Gonçalves

1. Universidade Federal do Paraná. 2. Estudantes universitários – atividades políticas. 3. Brasil – História – 1964-1985. I. Honesko, Vinícius Nicastro, 1981-. II. Gonçalves, Nadia Gaiofatto, 1971-. III. Universidade Federal do Paraná. Programa de Pós-Graduação em História. IV. Título.

Bibliotecário : Dênis Junio de Almeida CRB-9/2092



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SETOR DE CIÊNCIAS HUMANAS
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO HISTÓRIA -
40001016009P0

TERMO DE APROVAÇÃO

Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação HISTÓRIA da Universidade Federal do Paraná foram convocados para realizar a arguição da tese de Doutorado de LUIZ GABRIEL DA SILVA, intitulada: **Estudantes da UFPR durante a ditadura civil-militar: adesões, acomodações e resistências (1964-1986)**, sob orientação do Prof. Dr. VINICIUS NICASTRO HONESKO, que após terem inquirido o aluno e realizada a avaliação do trabalho, são de parecer pela sua **APROVAÇÃO** no rito de defesa.

A outorga do título de doutor está sujeita à homologação pelo colegiado, ao atendimento de todas as indicações e correções solicitadas pela banca e ao pleno atendimento das demandas regimentais do Programa de Pós-Graduação.

CURITIBA, 27 de Maio de 2025.

Assinatura Eletrônica

28/05/2025 07:08:19.0

VINICIUS NICASTRO HONESKO
Presidente da Banca Examinadora

Assinatura Eletrônica

30/05/2025 11:13:47.0

TÂNIA BITTENCOURT BLOOMFIELD

Avallador Externo (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ)

Assinatura Eletrônica

28/05/2025 11:32:23.0

RODRIGO PATTO DA MOTA

Avallador Externo (UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS)

Assinatura Eletrônica

28/05/2025 11:11:38.0

EDILSON APARECIDO CHAVES

Avallador Externo (INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ)

Assinatura Eletrônica

30/05/2025 10:48:23.0

FÁBIO FRANCISCO FELTRIN DE SOUZA

Avallador Interno (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ)

*Para Dani, meu farol, e André, o melhor de
nós dois*

AGRADECIMENTOS

É um grande clichê, porém, não menos verdade. Escrever uma tese de doutorado é, por si só, um trabalho hercúleo, que exige disciplina, foco, resiliência, e, sobretudo, renúncia, principalmente, ao se levar em concomitância um trabalho de 40 horas por semana. Todavia, a tarefa se torna menos onerosa quando pessoas iluminadas cruzam seu caminho. Nesse sentido, não tenho do que me queixar. Para tanto, faço meus agradecimentos em três dimensões. Uma de ordem técnica, outra de ordem familiar e, por fim, de ordem afetiva.

Com relação às fontes, gostaria de iniciar agradecendo aos funcionários da Biblioteca Pública do Paraná pelo atendimento sempre cordial e proativo. Muito material sobre o Projeto Rondon, principalmente recortes de jornais, assim como os microfilmes dos jornais *Tribuna do Paraná* e *Gazeta do Povo* vieram de lá. Outro local vital nessa busca foi o Arquivo Público do Paraná. Mantive contato por e-mail com os funcionários desta instituição desde o mestrado. Perdi as contas de quantas vezes enviei e-mail solicitando pastas da DOPS e, em seguida, telefonando, pedindo celeridade, porque precisava entregar um capítulo. Mesmo fazendo solicitações à queima-roupa, sempre fui atendido com muita cordialidade e empatia. A vocês, meu muito obrigado. Ainda com relação a este tópico, agradeço ao pessoal da Unidade de Arquivo e Atividades Auxiliares (UARQ) da Universidade Federal do Paraná. Foi um trabalho árduo até encontrar as pessoas certas para me auxiliar, mas quando entrei contato com elas, fui muito bem recebido. Um agradecimento especial ao Israel Gregório, arquivista, que me forneceu as atas do COUN digitalizadas, documentos que foram vitais para entender, sobretudo, elementos que não aparecem em fontes orais. Por fim, minha gratidão ao pessoal da Seção de Articulação e Comunicação da Pró-Reitoria de Extensão e Cultura, por me receberem bem e fornecerem um vasto material do Projeto Rondon e do Crutac.

Passados os agradecimentos de ordem técnica, passo para os de ordem pessoal e afetiva. Não há como começar esta parte sem lembrar de meus progenitores. A meu pai por ser o modelo de homem que ainda almejo alcançar. Ele sempre trabalhou arduamente e nunca mediu sacrifícios para proporcionar uma vida digna a sua família, mas seu maior exemplo vem de seu caráter. Nunca conheci alguém com tanta retidão moral e galhardia. Você já sabe, mas não custa lembrar: você é meu herói. Durante estes quatro anos, ouvi muitas vezes a pergunta “mas você já não estudou o suficiente?”. Ainda não, pai. Minha

mãe, que faz parte de uma geração de mulheres que tiveram sua liberdade de escolha tolhida desde cedo, gastou sua juventude e vigor cuidando de seus filhos, sendo responsável por nos educar, por acompanhar as tarefas da escola e por ter me incentivado a leitura desde cedo. Seu filho agora é doutor, graças a você.

Durante minha trajetória acadêmica tive a sorte de ter a meu lado uma companheira incrível, que não só acompanhou meu sofrimento diariamente, como ajudou com o fardo e, não raras vezes, carregou a maior parte. Dani, ao mesmo tempo em que agradeço por seu amor incondicional, peço desculpas por te sobrecarregar tantas vezes. Além disso, no meio do processo deste doutorado, ela me deu o maior presente da minha vida. A partir do momento em que o André nasceu, passei a ver a vida de outra forma. Até então, a coisa que mais me emocionava era quando alguém me chamava de *professor*. Isso ainda me causa muita alegria e orgulho. Mas confesso que, no dia em que ouvi a palavra *papai* pronunciada pela primeira vez, desabei. O mundo passou a ser outro. Dessa forma, também agradeço a meu filho por me mostrar esse mundo mágico e por me ensinar diariamente pequenas pérolas de preciosidade que nenhum conhecimento acadêmico é capaz.

Além do suporte familiar, tive a honra de conhecer pessoas iluminadas, que foram vitais nesse processo. Meus colegas de doutorado foram parceiros de alegrias e tristezas, mas quando dividimos as dores, conseguimos deixar a caminhada mais suportável. Durante esse tempo, passei por dois empregos em que pude dividir meus dias com pessoas especiais. No sistema FIEP as amizades conquistadas tornaram os dias agradáveis. Neste quesito, não posso deixar de nominar duas pessoas em especial. Minha amiga Lívia Blanche, que me colocou na ONG Em Ação, mas não só isso. Nossas conversas foram muito importantes para meu crescimento como pessoa. É por isso que mantenho nossa amizade até o presente, pois você é uma pessoa incrível. Nesta empresa tive como gestora Jacielle Feltrin, que além de me inspirar como pessoa, compreendeu minhas dificuldades e me ajudou com a questão do horário de trabalho, pois as aulas na UFPR ocorriam à tarde. Obrigado, Jaci!

A partir de 2024, pude realizar o sonho de uma vida. Passei a trabalhar como professor universitário na Uninter. Nesta instituição conheci profissionais de excelência e seres humanos melhores ainda. Muito obrigado, meus companheiros. Dentre essas pessoas maravilhosas, faço um agradecimento especial à minha coordenadora Crisbelli Djamilli Domingos. Como se vê, sou afortunado por ter gestoras que são pessoas especiais. A Cris sempre se mostrou compreensiva nesta reta final da tese, me

incentivando e conseguindo me ajudar da melhor forma possível a conseguir alguns horários para a escrita. Mesmo quando eu duvidava de mim mesmo, ela sempre tinha uma palavra de incentivo e conforto. Obrigado por tudo, Cris! Você inspira muita gente ao seu redor. Ainda na Uninter tenho o prazer de compartilhar minha rotina cercado de pessoas que fazem meu dia sempre melhor. Aqui, fica meu agradecimento aos amigos Mariana Bonat Trevisan, Thays “Jedi” Carvalho Cesar, Rogério Pereira da Cunha e os “sobreviventes do plantão”.

Por fim, e não menos importante, sou muito grato ao pessoal da Universidade Federal do Paraná. Tanto àqueles professores que me mostraram o que não quero ser, quanto àqueles que me inspiraram de maneira positiva. Estes, por sorte, são a maioria. Desde o começo do doutorado, pude contar com a proatividade e assertividade de nossa secretária do PPGHIS Maria Cristina. Quando estive na representação estudantil, a Cris sempre esteve em sintonia conosco, além de sempre tomar conta dos alunos para que não esquecessem de enviar seus relatórios de final de ano. Mas não só isso: ela torce pelos alunos, comemora junto e até divide as tristezas quando algo não dá certo, como foi meu caso quando não consegui a bolsa.

Após esses agradecimentos, é preciso salientar que este trabalho não seria possível sem duas pessoas especiais. Meu orientador, Vinícius Honesko, com sua cordialidade, sempre agindo de forma respeitosa e propositiva. Obrigado, sobretudo, pelas indicações de leituras que me tiram da zona de conforto e por me cobrar sobre a questão estética do texto. Acredito que, devido a esta observação, a escrita está mais fluida. Também pude contar com a ajuda de uma pessoa que me acompanha desde 2016. A professora Nadia Gaiofatto Gonçalves foi minha orientadora no mestrado e coorientadora no doutorado. Suas indicações de fontes, suas leituras meticulosas, seu profissionalismo na condução de todo o processo, cordialidade e incentivo foram vitais para que essa caminhada pudesse se concretizar.

Aos professores que compõem a banca, meu muito obrigado. A escolha deles foi pensada minuciosamente. Todos são profissionais que me inspiram a ser um pesquisador melhor e um professor mais aguerrido. O professor Rodrigo Patto Sá Motta com seu livro *As Universidades e o Regime Militar* foi a primeira inspiração para pesquisar sobre a UFPR na ditadura. Além disso, sempre se mostrou uma pessoa afável e propositiva, desde o processo de qualificação. O professor Edilson Chaves é um dos docentes mais dedicados que tive o prazer de conhecer. Ele também participou de minha trajetória no mestrado e sempre acreditou no meu trabalho. Quando consegui o emprego na Uninter,

ele, que havia me enviado a notícia do processo seletivo, disse “eu sabia que essa vaga era sua”. Muito obrigado, meu amigo. À professora Tânia Bloomfield, do Deartes da UFPR, por acreditar em meu trabalho e me permitir fazer uma modesta participação em sua belíssima exposição *Terra Incógnita: 60 anos* em 2024. Desde então, ela e seu companheiro, professor Luís Carlos dos Santos têm me ajudado em meus projetos. Com a ajuda de ambos, filmamos os locais da ditadura na capital, cujos vídeos pude utilizar em meu site. Obrigado por acreditarem em meu trabalho.

Desde 2019, por intermédio de minha grande amiga Livia Blanche, passei a fazer parte de um projeto social que mudou a vida de milhares de pessoas. A ONG Em Ação é um pré-vestibular voluntário para pessoas carentes que não conseguiriam pagar um cursinho. No ano de 2020 passei a ser coordenador da instituição e atualmente ocupo a presidência, além de ministrar aulas de História do Brasil. Nesse lugar, entendi que para poder contribuir para a sociedade não basta fazer discursos pomposos ou textos em redes sociais, por meio de militância vazia. É necessário estar, de fato, *Em Ação*, assim como muitos estudantes e professores fizeram na luta contra a ditadura. Nossa batalha hoje é contra um sistema que tolhe muitas possibilidades de emancipação intelectual e social, além da ameaça do fascismo, sempre à porta. Com relação à ONG, é importante salientar o trabalho de mais de 20 anos, iniciado pelo professor Marcelo Guilherme. Muito obrigado por ser essa pessoa fenomenal e por ter mudado a vida de tanta gente.

Por fim, meu agradecimento a todos os meus alunos. Vocês me inspiram diariamente a tentar ser uma pessoa melhor.

*Do lado do cipreste branco
À esquerda da entrada do inferno
Está a fonte do esquecimento
Vou mais além: não bebo dessa água
Chego ao lago da memória
Que tem água pura e fresca
E digo aos guardiões da entrada
'Sou filho da Terra e do céu'
Dai-me de beber, que tenho uma sede sem
fim
Olhe nos meus olhos, sou o homem-tocha
Me tira essa vergonha, me liberta dessa
culpa
Me arranca esse ódio, me livra desse medo
(Renato Russo)*

RESUMO

O presente trabalho discorre sobre os estudantes da Universidade Federal do Paraná durante a ditadura civil-militar e suas atuações durante o período. Baseando-se na teoria de Rodrigo Patto Sá Motta parte-se do pressuposto de que se destacam três formas de atuação perante o regime: adesão, acomodação e resistência. Como arcabouço teórico, parte-se de análises inerentes às memórias, negacionismos e esquecimentos, investigando-se de que forma a obliteração de memórias contribuiu para o apagamento de parte da história da ditadura na cidade. Como fontes, utiliza-se pastas temáticas do Departamento de Ordem e Política Social (DOPS), além de atas do Conselho Universitário (COUN) da UFPR. Também são utilizadas narrativas gravadas em vídeo de estudantes do período e jornais da época. No primeiro capítulo parte-se de uma discussão teórica acerca da memória e do esquecimento, trazendo uma base epistemológica para os demais. Em seguida, discute-se sobre as formas de atuação dos estudantes nos primeiros anos do regime, juntamente com a Reforma Universitária e as reações discentes. Já no terceiro capítulo é enfatizado o ano de 1968 e os desdobramentos das ações intrínsecas ao movimento estudantil de oposição à ditadura, bem como de movimentos que apoiavam o regime. No capítulo seguinte, ações de resistência são gestadas por caminhos diferentes e a ditadura lança programas com o intuito de cooptar estudantes para o valor do regime. Por fim, no capítulo 5, discute-se acerca dos mecanismos da abertura democrática e a reorganização dos movimentos de massa, com destaque para o movimento estudantil de contestação à ditadura e o Comitê Brasileiro pela Anistia, além do embate entre docentes que apoiavam o regime e estudantes contrários a essa orientação. Nesta seção, destaca-se também o protagonismo da capital paranaense em ações mais contundentes pelo final da ditadura como os comícios das diretas-já.

Palavras-chave: Universidade Federal do Paraná. Movimento Estudantil. Ditadura Civil-Militar. Testemunho.

ABSTRACT

This paper discusses the students of the Universidade Federal do Paraná during the civil-military dictatorship and their actions throughout the period. Based on the theory of Rodrigo Patto Sá Motta, it assumes that three main forms of behavior toward the regime stand out: adherence, accommodation, and resistance. As a theoretical framework, the study draws on analyses related to memory, denialism, and forgetting, investigating how the obliteration of memories contributed to the erasure of part of the history of the dictatorship in the city. The sources used include thematic folders from the Department of Political and Social Order (DOPS), as well as minutes from the University Council (COUN) of UFPR. Video-recorded narratives from students of the period and newspapers from that time are also utilized. The first chapter presents a theoretical discussion on memory and forgetting, providing an epistemological foundation for the rest of the work. The second chapter addresses the forms of student engagement in the early years of the regime, along with the University Reform and student reactions. The third chapter emphasizes the year 1968 and the developments of actions intrinsic to the student movement opposing the dictatorship, as well as movements that supported the regime. In the following chapter, resistance actions are developed through different paths, and the dictatorship launches programs aimed at co-opting students to align with the regime's values. Finally, chapter five discusses the mechanisms of democratic opening and the reorganization of mass movements, highlighting the student movement's opposition to the dictatorship and the Brazilian Amnesty Committee, as well as the conflict between professors who supported the regime and students who opposed it. This section also highlights the leading role of the capital of Paraná in more forceful actions for the end of the dictatorship, such as the Diretas-Já rallies.

Keywords: Universidade Federal do Paraná. Student Movement. Civil-Military Dictatorship. Testimony.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Requião visita a antiga sede da DOPS.....	74
Figura 2: Monumento pela Resistência e Luta Pela Anistia no Paraná.....	84
Figura 3: Marcha a Favor do Ensino Livre.....	92
Figura 4: Incêndio na UNE.....	100
Figura 5: “das cinzas, nascerá uma nova UNE”.....	101
Figura 6: Busto do professor Vieira Netto feito pelo artista Elvo Benito Damo. Escultura em bronze pelo processo de cera perdida	110
Figura 7: Placa sobre o busto do Professor Vieira Netto.....	111
Figura 8: Discurso que não foi lido à época da formatura da turma de Direito em 1964.....	112
Figura 9: Comunicado na Universidade Católica conclamando os calouros a aderirem à campanha contra o ensino pago.....	167
Figura 10: Cartaz incentivando os alunos a solicitarem a isenção de anuidades. Tribuna do Paraná, 12 mar. 1968.....	168
Figura 11: O estudante Zequinha com seu estilingue enfrenta a PM. Fotografia de Edson Jansen, O Estado do Paraná.....	172
Figura 12: A derrubada do busto do Reitor Flávio Suplicy de Lacerda.....	178
Figura 13: Estudantes ocupam a Reitoria da UFPR.....	180
Figura 14: . Ocupação do pátio da reitoria pelos estudantes	182
Figura 15: Matéria do Jornal <i>O Estado De São Paulo</i> sobre o dono do sítio que abrigou o XXX Congresso da UNE.....	193
Figura 16: Vitório Sorotiuk caminha com as mãos na cabeça e escoltado por um policial.....	201
Figura 17: Estudantes presos com as mãos na cabeça.....	202
Figura 18: Estudantes nos caminhões utilizados pelas forças de repressão.....	203
Figura 19: solicitação de um estudante para ser agente da DOPS.....	233
Figura 20: Flávio Suplicy de Lacerda discursa na cerimônia de outorga do título doutor “honoris causa” a Costa e Silva.....	241
Figura 21: Costa e Silva chega a Curitiba.....	244
Figura 22: estudantes no julgamento da “Chácara do Alemão”.....	246
Figura 23: Descrição do “nosso povo”.....	264
Figura 24: sessão de entrega do título de doutor <i>honoris causa</i> a Ernesto Geisel.....	277
Figura 25: Imagens do CCC ameaçando Neide de Azevedo Lima com remetente e endereços.....	285
Figura 26: Protesto contra os atos terroristas na praça Generoso Marques.....	292
Figura 27: Capa do jornal <i>Vira Volta</i>	302
Figura 28: Protesto no RU.....	304
Figura 29: Anúncio do show eclético do <i>Coro dos Espantalhos</i> no pátio da Reitoria da UFPR.....	307
Figura 30: Clara Araújo, presidenta da UNE, se reúne com parlamentares da oposição e pede apoio para a legalização da entidade.....	322
Figura 31: Primeiro comício das Diretas Já no Brasil.....	328
Figura 32: Obra em homenagem a Teotônio Vilela na Praça Osório em Curitiba.....	330

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Homenagens da UFPR com o título de doutor <i>honoris causa</i> a agentes da repressão.....	69
Tabela 2: Atividade política dos requerentes de indenização.....	86

LISTA DE SIGLAS

ACOPA – Associação Comercial do Paraná

AERP - Assessoria Especial de Relações Públicas

AFI - Agência Federal de Inteligência (Argentina)

AI – Ato Institucional

ANDES - Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior

AP - Ação Popular

APML – Ação Popular Marxista-Leninista

ARENA – Aliança Renovadora Nacional

BIBLIEX – Biblioteca do Exército

BNDE - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico

CACO - Centro acadêmico Cândido de Oliveira

CPOR - Centro de Preparação para Oficiais da Reserva

CDAs - Conselho dos Diretórios Acadêmicos

CEE – Conselho Estadual de Educação

CENC - Centro Estudantil Nilo Cairo

CENIMAR – Centro de Informações da Marinha

CEPE - Conselho de Pesquisa e Extensão

CEU – Casa do Estudante Universitário

CFE – Conselho Federal de Educação

CCJ – Comissão de Constituição e Justiça

CFE – Conselho Federal de Educação

CIE – Centro de Informações do Exército

CNJ – Conselho Nacional de Justiça

CNMC - Comissão Nacional de Moral e Civismo

CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

COPLAD - Conselho de Planejamento e Financiamento

Coppe – Coordenação dos Programas de Pós-Graduação em Engenharia

COUN - Conselho Universitário

CPC - Centro Popular de Cultura

CRUTAC - Centro Rural Universitário de Treinamento e Ação Comunitária

CSN - Conselho de Segurança Nacional

DA - Diretório Acadêmico

DAE – Departamento de Assuntos Estudantis

DASCA - Diretório Acadêmico do Setor de Ciências Agrárias

DASCISA - Diretório Acadêmico do Setor de Ciências da Saúde

DAST - Diretório Acadêmico do Setor de Tecnologia

DAERG - Departamento de Assuntos Estudantis e Registros Gerais

DAHS – Diretório Acadêmico Hugo Simas

DANC - Diretório Acadêmico Nilo Cairo

DARP – Diretório Acadêmico Rocha Pombo

DAST - Diretório Acadêmico do Setor de Tecnologia

DAVM - Diretório Acadêmico Visconde de Mauá

DCE - Diretório Central dos Estudantes

DEAP – Departamento Estadual de Arquivo Público

DEE - Diretório Estadual dos Estudantes

DNE - Diretório Nacional dos Estudantes

DPAT - Departamento de Patologia Básica

DSI – Divisão de Segurança e Informações

EMC – Educação Moral e Cívica

ENE – Encontro Nacional de Estudantes

ESG – Escola Superior de Guerra

EPB – Estudos de Problemas Brasileiros

FINEP - Financiadora de Estudos e Projetos

FFEPP - Fundo de Financiamento de Estudos de Projetos e Programas

FUNTEC - Fundo de desenvolvimento técnico e científico

FUR – Frente Universitária Revolucionária

GT – Grupo de Trabalho

ICA - International Cooperation Administration

ICBUS – Instituto Cultural Brasil-URSS

INPS - Instituto Nacional da Previdência Social

IPCO – Instituto Plínio Correia de Oliveira

IPM - Inquérito Policial-Militar

IPES - Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais

ITA – Instituto Tecnológico da Aeronáutica

JUC – Juventude Universitária Católica

MAC – Movimento Anticomunista

MOBRAL – Movimento Brasileiro de Alfabetização

MAU – Movimento Autêntico Universitário

MDB – Movimento Democrático Brasileiro

MEC – Ministério da Educação

MPF - Ministério público Federal

MR-8 - Movimento Revolucionário 8 de Outubro

MUC – Movimento Universitário Cristão

MUDES - Movimento Universitário para o Desenvolvimento Econômico e Social

OBAN – Operação Bandeirantes

OSI - Organização Socialista Internacionalista

OLAS - Organização Latino-Americana de Solidariedade

PM – Polícia Militar

POLOP – Política Operária

PT – Partido dos Trabalhadores

PUCSP – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

RM - Região Militar

RU – Restaurante Universitário

SBPC – Sociedade Brasileira Para o Progresso da Ciência

SG/CSN - Secretaria Geral do Comando de Segurança Nacional

STF – Supremo Tribunal Federal

TSE – Tribunal Superior Eleitoral

UCF - União Cívica Feminina Paranaense

UDN – União Democrática Nacional

UEA - União dos Estudantes de Apucarana

UEPG – Universidade Estadual de Ponta Grossa

UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais

UFP – Universidade Federal do Paraná (antes da mudança de sigla)

UFPR – Universidade Federal do Paraná

UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina

UMG – Universidade de Minas Gerais

UnB – Universidade de Brasília

UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

UP – Universidade do Paraná

UPES - União Paranaense dos Estudantes Secundaristas

USAID – United States Agency for International Development

USP – Universidade de São Paulo

Uremg – Universidade Rural do Estado de Minas Gerais

URGS – Universidade do Rio Grande do Sul

QG - Quartel-General

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	22
CAPÍTULO 1 – MEMÓRIAS, NEGACIOSMOS E ESQUECIMENTOS	55
1.1. A MEMÓRIA COMO ARS E VIS.....	55
1.2.NEGACIONISMOS, EMBATES E NARRATIVAS: A HISTÓRIA PODE SER RELEGADA AO STATUS DE FICÇÃO?	61
1.3.A LUTA CONTRA O ESQUECIMENTO E O TRABALHO DOS “EMPREENDEDORES DE MEMÓRIA”	67
1.4.AÇÕES DE ARTICULAÇÃO DA MEMÓRIA DA DITADURA EM CURITIBA E USO DE FONTES ORAIS	85
CAPÍTULO 2 – A DITADURA CHEGA NA UFPR.....	88
2.1. OS PRIMEIROS ANOS DO REGIME: REAÇÕES DE DOCENTES E ESTUDANTES.....	89
2.1.1. A “Marcha a favor do Ensino Livre” e o golpe de 1964	89
2.1.2. A UNE e a UPE e suas demandas estudantis antes do golpe.....	93
2.1. A OPERAÇÃO LIMPEZA E A PERSEGUIÇÃO NAS UNIVERSIDADES.....	96
2.2. A “LEI SUPPLY” E A REAÇÃO DE ESTUDANTES DA UFPR.....	118
2.2.1. A luta do DCE e o estranho aluno de Filosofia	122
2.3. A MODERNIZAÇÃO AUTORITÁRIA – REFORMISMO E REPRESSÃO	124
2.3.1. A sistematização da Reforma Universitária.....	132
2.4. OS ACORDOS MEC-USAID E A REAÇÃO ESTUDANTIL	140
2.5. REPRESSÃO, REFORMAS E EMBATES	149
CAPÍTULO 3 - 1968 – O VOO DE ÍCARO E O CANTO DO CISNE	150
3.1. A DICOTOMIA ENTRE O REFORMISMO AUTORITÁRIO E A REVOLTA DOS UNIVERSITÁRIOS QUE CONTESTAVAM O REGIME.....	151
3.2. A UNIÃO DO MOVIMENTO ESTUDANTIL DE CONTESTAÇÃO À DITADURA E A QUESTÃO DA COBRANÇA DE ANUIDADES	153
3.3. O DRAMA DOS EXCEDENTES E OS DIFERENTES PERFIS DE ESTUDANTE.....	159
3.4. O LEITE DERRAMADO: A REVOLTA ESTUDANTIL DE 1968	163

3.4.1. As tensões em torno do vestibular de 1968	165
3.4.2. Davi contra Golias: batalha do Politécnico e “Zequinha Prêmio Esso”	170
3.4.3. Os tumultos podem se repetir hoje: a ocupação da Reitoria da UFPR	177
3.4.4. O XXX Congresso da UNE: o início do fim	186
3.4.5. O Truque do Truco e a “Operação Leiteiro”: a Chácara do Alemão	197
3.5. ACOMODAÇÃO, EXÍLIO OU PEGAR EM ARMAS?	204

CAPÍTULO 4 – NOVAS FORMAS DE ENFRENTAMENTO: ESTUDANTES E DITADURA REPENSAM ESTRATÉGIAS

4.1. DESCULPE, FOI ENGANO: AS TORTURAS SOFRIDAS POR ANA BEATRIZ FORTES.....	211
4.2. A ENCRUZILHADA DOS ESTUDANTES APÓS O AI-5.....	216
4.3. O AI-5 DOS INSURGENTES: O DECRETO 477	220
4.4. SE O CAMINHO ESTÁ TRANCADO, ABRE-SE OUTRO: ESTRATÉGIAS DE RESISTÊNCIA	223
4.4.1. O Movimento Universitário Cristão	224
4.4.2. Estudantes no meio operário	227
4.4.3. Adedir ou não aderir, eis a questão: o estudante que queria trabalhar na DOPS, o diretório que não queria conturbar a ordem e o policial que recusou o DOI- CODI.....	232
4.5. MAIS HONRARIAS À DITADURA: OS TÍTULOS HONORIS CAUSA A BALUARTES DA REPRESSÃO.....	239
4.5.1. Curitiba, a capital do Brasil?.....	243
4.6. ESTRATÉGIAS DE ACOMODAÇÃO: PROJETOS VINCULADOS À EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA E A DISCIPLINA DE EPB	247
4.6.1. O CRUTAC	249
4.6.2. Integrar para não entregar: o Projeto Rondon.....	252
4.6.3. Contra a atividade político-partidária (de esquerda): Estudo de Problemas Brasileiros	266

CAPÍTULO 5 – LENTA, GRADUAL E (IN)SEGURA: ESTUDANTES SE JUNTAM À SOCIEDADE CIVIL RUMO À ABERTURA

5.1. EM PLENA ABERTURA, A UFPR HOMENAGEIA MAIS UM DITADOR....	274
5.2. A ABERTURA POLÍTICA E AS REAÇÕES DIVERSAS	279
5.2.1. A reação da extrema-direita: a volta do terrorismo	284
5.2.2. O comitê pela Anistia em Curitiba.....	292
5.3 A VOLTA DOS QUE NÃO FORAM: A RECONSTRUÇÃO DO MOVIMENTO ESTUDANTIL DE OPOSIÇÃO À DITADURA	299
5.3.1. O Pacote Portella e a reação discente e docente	308
5.4. CURITIBA FAZ A HISTÓRIA, NÃO ESPERA ACONTECER	325
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	334
REFERÊNCIAS.....	340

INTRODUÇÃO

Tempo, memória e esquecimento. Ao longo do desenvolvimento desta tese, essas palavras tornavam a aparecer de maneira bastante incisiva. Cada um desses temas já possui debates riquíssimos, mas aqui seria oportuno propor uma análise simples para iniciar essa discussão. O tempo é aquilo mais próximo do que acredito ser a ideia de um Deus onipresente e onipotente, pois absolutamente tudo se curva mediante sua vontade; sua força avassaladora perpassa tudo, em uma marcha irresistível. Dessa forma, o trabalho dos “empreendedores da memória” consiste em lutar da melhor maneira possível contra essa força esmagadora, ao trazer elementos e fragmentos do passado, tentando encontrar nos escombros elementos que possam ser trazidos à luz do presente. Portanto, o fio condutor deste trabalho perpassa justamente pelo tempo, tendo como pano de fundo a batalha (sempre desigual) entre a memória e o esquecimento – este, aliás, aliado natural do tempo.

O século XXI e suas benesses – tais como a tecnologia e os suportes de memórias – traz diversos paradoxos, dentre os quais a própria necessidade de se criar mecanismos para que se possa ancorar e formar lembranças. Por que isso ocorre? A questão, sem sombra de dúvidas, é demasiadamente complexa e discuti-la aqui levaria a um trabalho exaustivo, cujo assunto mereceria por si só uma tese. Todavia, é possível discutir a relação paradoxal entre o excesso de informação produzido (e consumido) diariamente, que evanesce tão logo é tocado, e o vácuo que se forma nos corações e mentes, sedentos sempre por mais e mais conteúdo, em um processo de autoflagelação da memória. Como se pode ver, o ritmo de vida sempre acelerado traz uma série de contradições, dentre as quais a falta de tempo para absorver informação que se torne conhecimento. Conforme aponta Pierre Nora, em seu texto célebre, é a aceleração da história, “o arrancar do que ainda sobrou vivido no calor da tradição”¹, de alguma coisa sempre começada. Nora ressalta que “fala-se tanto de memória porque ela não existe mais”². O pensador enfatiza que há locais de memória porque não há mais meios de memória”³. Mas o que significa esta expressão? Com a aceleração do tempo, sobretudo na sociedade globalizada e

¹ NORA, Pierre. Entre a memória e a História – a problemática dos lugares. São Paulo: *Projeto História*, n. 10, 1993, p. 7.

² Idem.

³ Ibid.

imediatista, a avalanche de informações vai soterrando tradições, certezas e costumes. Logo, aquilo que se mantinha como memória de um povo, de um local, de uma família, vai rapidamente se dissolvendo nas profundezas do esquecimento. Esse é um exemplo da aceleração inexorável do tempo. Porém, o século XXI elevou essa marcha a uma velocidade até então inimaginável.

Ocorre que há outro inimigo mortal da memória – e é deste que esta tese se ocupa – que é a ação política na tentativa de enterrar um passado que pode ser incômodo para a imagem de um país ou de uma cidade, conforme se verá ao longo destas páginas. Aqui há uma dupla barreira, pois a temática escolhida para minhas pesquisas⁴ é bastante espinhosa na história do Brasil. A ditadura civil-militar⁵ segue sendo um tema muito controverso, imerso em distorções, apagamentos, negacionismos, fanatismo político e, sobretudo, um mimetismo ideológico por parte daqueles que apoiaram práticas execráveis em qualquer sociedade que se intitule civilizada, pois além dos asseclas fanatizados, o regime se sustentou às custas daqueles que tiraram proveito do momento, mas se mostraram ardilosos o bastante para mudar o discurso quando o barco da repressão afundava. Não bastasse esse entrave do negacionismo e ocultação e/ou destruição da memória do período, a cidade escolhida para contemplar esta pesquisa está envolta em uma aura mítica, propagada pelo poder público ao longo de sua tão maltratada história, na qual prevalecem narrativas que exaltam um passado ufanista, marcado por uma colonização europeia e uma linha contínua de progresso (?), ignorando temas de grande importância, mas de equivalente incômodo, tais como a escravidão, extermínio sistemático de povos nativos e conflitos populares,⁶ como a luta contra a ditadura civil-militar. Não à toa, a

⁴ Embora escreva a tese usando o modelo impessoal, em alguns casos, usarei a primeira pessoa do singular quando se tratar de alguma particularidade minha, ou de algum aspecto de minha trajetória.

⁵ O termo ditadura civil-militar não é consenso entre historiadores. A escolha dessa denominação aqui se dá por entender que a tradicional forma “ditadura militar” não dá conta de explicar a complexidade do que ocorreu no Brasil, uma vez que o apoio civil, seja por meio de empresários, de membros da igreja católica, de cidadãos influentes ou mesmo de parte da população em geral foi condição *sine qua non*, tanto para a implementação do golpe quanto para a manutenção do regime, cuja duração de 21 anos deixou sequelas permanentes na sociedade Brasileira. Aqui cabe ainda um adendo para uma reflexão, no sentido de que não se trata de minimizar a culpa dos militares pelas práticas nefastas de um regime que violou sistematicamente os direitos humanos, mas trazer uma gama maior de agentes atuantes à luz do debate. Historiadores, como Daniel Aarão Reis Filho (2014) também utilizam o conceito de ditadura civil-militar, como em um artigo publicado em 2012. Disponível em: <https://www.oabrp.org.br/artigo/ditadura-civil-militar-daniel-aaraao-reis>. Acesso em: 2 jan. 2024.

⁶ Nesse sentido, vários pesquisadores e pesquisadoras têm se debruçado em pesquisas riquíssimas para trazer à tona história antes soterradas. Dentre várias figuras proeminentes, destaca-se a professora Joseli Mendonça, do Departamento de História da UFPR. Uma obra que dialoga com a temática de escravidão, povos indígenas e conflitos de terras é o livro *Paraná Insurgente*. In: MENDONÇA, Joseli Maria Nunes; SOUZA, Jonathan Uewerton. **Paraná insurgente: história e lutas sociais – séculos XVIII ao XXI**. São Leopoldo: Casa Leiria, 2018.

identidade curitibana reforça alguns elementos em detrimento de outros, convenientemente obliterados.⁷

Aqui é importante trazer à tona o pensamento de Walter Benjamin, mais especificamente sua segunda tese da obra *Sobre o conceito de história*.⁸

Dentre os traços mais notáveis da natureza humana', diz Lotze, 'encontra-se ao lado de tanto egoísmo no particular uma ausência de inveja, no geral, do presente em relação ao seu futuro'. Essa reflexão nos leva a entender que a imagem de felicidade, que acalentamos, está inteiramente tingida pela época que transcorre a própria vida que nos cabe. A felicidade que poderia ter despertado inveja em nós existe apenas no ar que respiramos, nas pessoas com quem poderíamos ter falado, nas mulheres que poderiam ter se oferecido a nós. **Em outras palavras, a representação de felicidade se associa, de modo indissolúvel, à de redenção.** Com a representação do passado, de que a história faz seu objeto, ocorre o mesmo. O passado traz consigo um índice temporal que o remete à **redenção**. Existe um encontro secreto entre as gerações passadas e a nossa. Nós éramos aguardados sobre a terra. Foi-nos dada, bem como a todas as gerações que nos precederam, uma tênue força messiânica, a qual o passado reivindica. O mais correto é não abrir mão dessa reivindicação. O materialista histórico sabe disso.⁹ (grifos meus)

Essa insistência de Benjamin, de descortinar o elemento “secreto”, vem ao encontro de seu objetivo em “escovar a história a contrapelo”¹⁰, ou seja, trazer para a superfície aquilo que está recalcado, o não-dito, o censurado, o escondido, aquilo que se encontra submerso nas águas turvas do passado. Essa redenção é importante para o indivíduo, uma vez que ela se dá na realização daquilo que poderia ter sido, mas não foi.¹¹ Portanto, trata-se de uma reparação, “de acordo com a imagem de felicidade de cada indivíduo e de cada geração”¹². No contexto desta tese, essa redenção se dá no sentido da rememoração histórica das vítimas de um passado que teima em soterrá-las, sobretudo por meio de esquecimentos e/ou negacionismos. É importante situar o pensamento

⁷ Sobre esse assunto, Dennison de Oliveira estuda o “mito de cidade de modelo” de Curitiba. Nessa perspectiva, o autor propõe as representações oficiais da cidade são construções parciais, privilegiando alguns aspectos e ignorando outros. Apesar disso, no que tange à construção da imagem preponderante de Curitiba não se trata de uma simplificação grosseira. Se fosse assim, de acordo com o autor, essa não se sustentaria por tanto tempo. O argumento principal do autor, portanto, é que as elites escolheram a imagem que seria dominante, a qual mostra alguns aspectos em detrimento de outros. OLIVEIRA, Dennison de. **Curitiba e o mito da cidade modelo**. Curitiba: Ed. da UFPR, 2000.

⁸ BENJAMIN, Walter. **Sobre o conceito de história**. Organização e tradução Adalberto Mueller, Márcio Seligmann-Silva. 1ª ed. São Paulo: Alameda, 2020.

⁹ Idem, p. 32.

¹⁰ Essa expressão será utilizada várias vezes ao longo da tese, pois traduz de maneira bastante assertiva o trabalho aqui empreendido no esforço de memória.

¹¹ LÖWY, Michael. **Walter Benjamin: aviso de incêndio**. Uma leitura das teses “Sobre o conceito de história”. Trad. Wanda Nogueira Caldeira Brandt, [trad. Teses] Jeanne-Marie Gagnebin, Marcos Lutz Müller. São Paulo: Boitempo, 2005.

¹² Idem.

benjaminiano, que traz muitas influências do marxismo, ainda que, ao contrário de Marx, Benjamin se oponha à ideia de inexorabilidade da história: é preciso analisar aquilo que não pôde ser concretizado e, particularmente, lutar pelo futuro que se quer, pois, “a relação entre o hoje e o ontem não é unilateral: em um processo eminentemente dialético, o presente ilumina o passado, e o passado torna-se uma força no presente”.¹³

Além das dificuldades em tratar de uma temática com esses pontos delicados da dialética entre memória e esquecimento, o recorte temporal também se mostra desafiador. Nesse sentido, outro entrave dessa temática é tratar de um assunto ainda “quente” na história. Essa palavra é trazida pelo historiador Chris Lorenz¹⁴, que inicia sua explanação utilizando uma analogia muito interessante. Lorenz traz uma notícia da BBC¹⁵ que dava conta de um incêndio que havia começado em 1870, em uma mina de carvão em Liuhuanggou, perto da província de Xinjiang, na China, e finalmente havia sido controlado e extinto pelos bombeiros em 2004. De acordo com a notícia, os profissionais haviam gastado mais de 12 milhões de dólares para ter sucesso com a ação. O pensador chama a atenção para três aspectos que o intrigaram nessa história: 1) um incêndio “normal” não deveria durar 100 anos; 2) o processo de resfriamento do solo para que atividades mineradoras pudessem ser exercidas levaria no mínimo 30 anos; 3) a quantidade de gases poluentes lançadas na atmosfera, desde 1874, calculada pela reportagem em 1,8 milhões de toneladas a cada ano. Prosseguindo com a analogia, Lorenz afirma que aquele passado do século XX, sobretudo aquele inerente à Guerra Fria, não iria resfriar por si só. Em suas palavras, “com história ‘quente’, quero dizer um passado que não “esfria” por si só e que permanece presente. Diz respeito a um passado que permanece tóxico, contestado e divisivo (ou polarizado) em um sentido político, social, moral e – muitas vezes também – jurídico.”.¹⁶ No caso das ditaduras do século XX, por se tratar de eventos que se encaixam plenamente nesta analogia, a visão do presente influencia o olhar sobre o passado, trazendo aquilo que Lorenz chama de “linhas borradas” (*blurred lines*), o que nos ajuda a compreender as posições antagônicas que permeiam o debate atual sobre esta temática.

¹³ Idem, p. 61.

¹⁴ Professor de História e Filosofia da Universidade de Amsterdam.

¹⁵ 130-year-old Chinese fire put out. Disponível em: <http://news.bbc.co.uk/2/hi/asia-pacific/3978329.stm>
Acesso em: 5 ago. 2024.

¹⁶ Em tradução livre do original: “and with ‘hot’ history I mean a past that does not ‘cool off’ by itself and that remains present. It concerns a past that remains toxic, contested, and divisive in a political, social, moral and – often also – legal sense”. LORENZ, Chris. *Blurred Lines: History, Memory and the Experience of Time*. *International Journal for History, Culture and Modernity*, v. 2, n. 1, 2014, p.4.

Portanto, o trabalho de historiadores e demais profissionais que trazem à tona discussões sobre o passado é uma tarefa bastante árdua. Assim, objetivando “escovar a história a contrapelo”, meu trabalho começou ainda em 2016. Em concomitância com minha dissertação de mestrado, criei o site *Ditadura em Curitiba*¹⁷, cujo intuito é reunir informações sobre a repressão na capital paranaense, bem como fazer um mapeamento de locais de repressão e resistência, além de disponibilizar fontes para aqueles que se interessem pelo tema. Tal empreendimento vem ao encontro de convicções pessoais que perpassam o ofício de historiador, pois sempre tive em mente que o conhecimento acadêmico deve agregar um valor intrínseco àqueles que não tiveram acesso ao ambiente universitário, pois do contrário estaria fazendo um trabalho de pouco ou nenhum alcance ou “pregando para convertidos”. Consequentemente, retomando Pierre Nora, seu conceito de *lugares de memória* é bastante importante para essa discussão. O historiador entende esse conceito em três dimensões: material, simbólico e funcional, desde que haja aquilo que ele denomina *vontade de memória* e é justamente essa vontade que me incentivou a continuar minhas pesquisas. Ao terminar a dissertação, em 2018, fui surpreendido pelo número de acessos do site. Assim, é interessante notar que essa ferramenta teve maior alcance do que o trabalho acadêmico propriamente dito. Desde então, a dissertação se tornou livro, o trabalho ecoou para além dos muros da universidade, porém, algo despertava o dever de memória que ainda não se fazia completo – aliás, permeia toda a vida do pesquisador.

Em decorrência disso, à medida em que encontrava pesquisadores que também se dedicavam a essa temática, fomos travando contato e os trabalhos foram sendo diluídos no próprio site, em uma relação profícua de parceria. Todavia, ao continuar as pesquisas, pude notar que havia um vasto material a ser explorado, bem como várias ramificações a seguir. A escolha não foi difícil, pois conforme analisava as fontes, uma temática saltava aos olhos: a participação de estudantes da Universidade Federal do Paraná na resistência ao regime de exceção. Em concomitância, ao ler o livro *As universidades e o Regime Militar*,¹⁸ de Rodrigo Patto Sá Motta, uma inquietação surgia: o autor trazia um panorama interessantíssimo sobre as universidades durante esse período, porém nossa UFPR pouco era contemplada. Ressalte-se que o autor trabalhou, dentre outras fontes, com documentos das Assessorias de Segurança e Informações (ASIs) de algumas universidades, mas a

¹⁷ Disponível em: <www.ditaduraemcuritiba.com.br>. Acesso em: 21 ago. 2023.

¹⁸ MOTTA, Rodrigo Patto de Sá. **As universidades e o regime militar**: cultura política e modernização autoritária. 1ª edição; Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

documentação da UFPR¹⁹ havia sumido, ou seja, a dificuldade em achar fontes documentais representava, em um primeiro momento, um entrave para maiores aprofundamentos. Mais uma ressalva: o trabalho de Motta trazia um panorama geral das universidades brasileiras nesse período, portanto, não havia motivos para destacar a UFPR. Mesmo assim, sua obra trouxe o germe necessário para que pudesse trilhar seu próprio caminho. Além da temática em si, a análise do autor chama a atenção por deixar de lado a dicotomia *repressão x resistência* para se debruçar sobre a questão em três categorias: *adesões, acomodações e resistências*.

Destarte, é importante trazer aqui a definição de cada uma, uma vez que elas irão balizar o *corpus* da tese. As categorias elencadas por Motta²⁰ trazem alguns elementos para reflexão e tensionamento do debate acerca da atuação de diferentes agentes no período da ditadura. O termo *adesão*, de acordo com o autor, vem no sentido de questionar o termo *colaboração*, que vinha sendo utilizado pelos discursos públicos no final do regime, uma vez que havia no cerne do debate a utilização dos termos dicotômicos *resistência x colaboração*. A acepção maniqueísta por si só, já apresenta um problema para o trabalho historiográfico, porém a questão é ainda mais ampla. Logo após a implementação da ditadura, grupos mais à esquerda se utilizavam do exemplo da invasão nazifascista na Europa, onde houve a ocupação de forças estrangeiras e embates entre colaboracionistas e aqueles que atuavam na resistência, como por exemplo na França. Todavia, como a realidade brasileira é muito mais complexa e específica, tais termos parecem deslocados e insuficientes para dar conta da análise do que se seguiu. Dessa forma, a *adesão* diz respeito àqueles que apoiaram e/ou aderiram ao regime, seja por afinidade ideológica (mesmo que circunstancial, no sentido desejar a derrubada do governo de João Goulart), seja por desejar vantagens em cargos ou promoções. Porém, havia diferentes perspectivas entre os apoiadores: alguns defendiam uma rápida intervenção militar, com o objetivo de sanitizar a política e livrar o Brasil do “fantasma do comunismo”. Aqui, os civis eram maioria, além dos chamados “militares da Sourbonne”, termo pejorativo para destacar aqueles militares com alguma formação superior, que, não raro, eram considerados menos truculentos e mais intelectualizados. Também há que se destacar os que apoiavam o regime como um meio de ascensão social,

¹⁹ As ASIs eram órgãos de informação criados dentro das universidades, cujo intuito era monitorar a comunidade acadêmica, bem como combater aquilo que se chamava de “subversão” na ótica militar. Embora tenha sido muito ativa no período, a documentação da ASI da UFPR possui paradeiro desconhecido, em mais um processo de ocultação de fontes da ditadura na capital paranaense.

²⁰ MOTTA, 2014, Op. Cit.

sobretudo aquelas pessoas que por seus esforços não conseguiriam galgar uma oportunidade no governo ou em algum cargo de destaque, como nas universidades,²¹ em decorrência disso viam no apoio às políticas repressivas um meio de se destacar. Esses, ficam em uma linha nebulosa entre a adesão e a acomodação, a depender do grau de comprometimento ou não com o regime. Também é importante salientar que havia os que defendiam a manutenção do poder militar pelo tempo que fosse necessário e, por fim, aqueles que desejavam uma ditadura sem qualquer disfarce. Com relação à *resistência*, os exemplos são muitos. Essa denominação, de certa forma autoexplicativa, diz respeito aos que desempenharam atitudes concretas no enfrentamento ao regime. Nessa categoria, os exemplos e fontes são bastante abundantes. Desde estudantes organizados em movimentos, que protestaram contra a reforma universitária, o ensino pago, até mesmo aqueles que faziam de cerimônias de formatura, palco para protestos e homenagens a professores perseguidos pelo regime. Estes, aliás, também marcaram presença na luta contra a ditadura, embora em menor número. Ao longo da tese, será possível notar que ao menos três docentes da UFPR terão suas histórias vinculadas à resistência de forma mais contundente. Embora resistência pareça uma categoria de maior compreensão e sobre a qual é possível encontrar maior abundância de fontes, há de se fazer uma ressalva: além do movimento clássico de resistência à ditadura, havia outras formas menos explícitas como se verá ao longo dos capítulos, sobretudo nos “anos de chumbo, quando estudantes e docentes tiveram que utilizar estratégias mais sutis para driblar a vigilância e os poderes imperiais do AI-5 e do Decreto 477.

Já o termo *acomodação* é bastante complexo. Refere-se aos que não fizeram uma adesão pura e simples, mas também não resistiram. Conforme salienta Motta, “muitos procuraram maneiras de se acomodar ao sistema de poder, sem que isso significasse, a seus olhos, qualquer compromisso com a ditadura”.²² Além disso, o autor argumenta que essa prática é bastante comum na história do país, com arranjos políticos sendo uma prática corriqueira, especialmente porque ela se dá no âmbito das elites, que, não raro, optam por soluções pacíficas, em detrimento de conflitos abertos. O historiador ainda destaca que as universidades eram locais em que, embora houvesse pessoas de baixa renda, eram ainda majoritariamente frequentadas por filhos das classes mais abastadas. Além disso, os docentes vinham também de famílias influentes, portanto, sempre que possível, havia políticas de conciliação, chamadas aqui de *acomodação*.

²¹ MOTTA, 2014, Op. Cit.

²² Idem, p. 310.

Para entender a origem da discussão dessa categoria, mais uma vez é importante recuar para a história da Segunda Guerra Mundial. Primo Levi, ele mesmo um prisioneiro dos campos de concentração alemães, utilizou a expressão *zona cinzenta*²³ para se referir a esse espectro que não se encaixa na análise maniqueísta. O autor pondera que a tendência que temos de simplificar a história pode ser um resquício de nossas origens de animais sociais, em que dividimos o campo “nós e eles”. Porém, Levi faz uma ressalva: “esse desejo de simplificação é justificado, a simplificação nem sempre o é. É uma hipótese de trabalho útil na medida em que seja reconhecida como tal e não confundida com a realidade”.²⁴ De fato, sabe-se que a maior parte dos fenômenos históricos e sociais fogem completamente da simplificação que se gostaria que tivessem. Trazendo vários exemplos dentro da realidade vivida nos campos de concentração, Primo Levi argumenta que essa zona cinzenta “possui uma estrutura interna incrivelmente complicada e abriga em si o suficiente para confundir nossa necessidade de julgar”²⁵. Essa análise é interessante para perceber que não há espaço para a dicotomia, sobretudo em temas ainda “quentes”. Contudo, fazer um mero mimetismo do termo *zona cinzenta* não parece ser a opção mais prudente, uma vez que os eventos do Brasil possuem dinâmica própria e um cenário completamente distinto. Assim, o termo *acomodação* abarca, para a realidade brasileira, as condições supracitadas.

Logo, é possível perceber que essas categorias são bastante complexas e é necessário um olhar atento para não cair na armadilha da simplificação. Ademais, não raras vezes, um mesmo indivíduo pode passar de uma à outra e fazer o movimento inverso em um curto espaço de tempo. Nessa perspectiva, o objetivo desta tese é mostrar como as ações dos estudantes da UFPR são compreendidas dentro destas categorias ao longo da ditadura. Aliás, é bastante comum ver em diversos estudos que tratam da resistência, o uso do termo *Movimento Estudantil*, no singular, inclusive, muitas vezes representado com a sigla ME, dando a entender que se tratava de algo homogêneo. A hipótese inicial desta tese é justamente a de que havia dentro da UFPR *movimentos estudantis*, talvez com interesses distintos e até mesmo antagônicos, o que corroboraria com a ideia de adesão, acomodação e resistência. Partindo do pressuposto de que aquilo que se denomina *movimento estudantil* é um coletivo organizado com um ou mais objetivos em comum, faz sentido analisar também – e à medida em que as parcas fontes aparecem – de que

²³ LEVI, Primo. **Os afogados e os sobreviventes**. 2ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2004.

²⁴ Idem.

²⁵ Ibid.

forma estudantes também aderiram à ditadura – e/ou se acomodaram – a determinadas políticas implementadas pelo regime de exceção, como o Projeto Rondon. Aqui, é importante o estudo que João Roberto Martins Filho realizou sobre os estudantes universitários nos quatro primeiros anos da ditadura.²⁶ O autor destaca que desde antes mesmo da fundação da UNE, que ocorreu em 1938, havia atitudes consideradas elitistas por parte de estudantes. Na chamada Primeira República, por exemplo,

os ‘partidos’ estudantis da faculdade de Direito de São Paulo dividiam-se naquela época, entre a adesão às correntes oligárquicas no poder e as dissidências oligárquicas. Perto do início do século, em 1908, os acadêmicos dessa mesma escola chegaram a realizar um enterro simbólico do jornal socialista *Avanti*. Anos depois, durante a notável greve operária de 1917, os estudantes de Direito ofereceram-se prestimosamente para substituir os motorneiros de bonde que se recusavam a tocar os carros, colocando-se de forma frontal contra os trabalhadores. Posteriormente, durante a década de trinta e o Estado Novo, a hegemonia na política estudantil nessa faculdade e, provavelmente em muitas outras, pertenceu à corrente liberal antipopular, que ocupava situação central na própria UNE.²⁷

Martins Filho ainda pondera que há inúmeras passagens na história do movimento estudantil²⁸ no país que merecem uma análise mais criteriosa, portanto, “é impossível atribuir à participação do estudante um caráter genérico e imutável, conferindo-lhe conteúdos e objetivos permanentes”.²⁹ Tais observações são importantes para entender de que forma a memória pode trabalhar com certa elasticidade. Ao procurar fontes e bibliografia com relação à atuação estudantil durante a ditadura, há uma abundância de leituras sobre a resistência e a forma heroica com que a comunidade discente lutou de forma incessante contra as mazelas daquele período, porém, a realidade é muito mais multidimensional e, às vezes opaca, do que parece. Sendo assim, uma leitura mais apressada pode incutir uma impressão errônea de homogeneidade em uma história muito mais complexa e multifacetada, pois “corremos o risco de ver nascer uma ‘mitologia’ estudantil, que pode ser em grande parte atribuída ao significativo papel desempenhado por esse movimento nas candentes lutas políticas dos anos 60”.³⁰ O autor também faz algumas considerações que ligam as diversas atuações estudantis com sua estratificação social. Martins Filho pondera, por exemplo, que a composição dos estudantes no ensino

²⁶ MARTINS FILHO, João Roberto. **Movimento estudantil e ditadura militar: 1964-1968**. Campinas: Papirus: 1987.

²⁷ Idem, p. 16-17

²⁸ O autor utiliza no singular.

²⁹ Ibid, p. 17.

³⁰ Ibid, p. 15

superior até a década de 1930 estava relegada às elites. Contudo, com as transformações sociais e políticas do país nos anos seguintes, ocorreu o que ele chama de “integração política da classe média”³¹, sendo justamente o sistema educacional o lugar privilegiado dessa integração.

Com relação ao uso das fontes, algumas considerações são necessárias, para que se possa entender o caminho percorrido. Conforme já se discutiu a respeito do fio condutor desta tese – a memória –, não se pode ignorar o uso de fontes orais, importante para essa incursão ao passado, sobretudo no terceiro capítulo, porém, naturalmente, as fontes não se limitam a essa categoria. Para tanto, é importante recorrer a algumas considerações que Alessandro Portelli³² traz ao ponderar sobre o uso da memória e da oralidade. O autor discute sobre a ideia de historiadores metodologicamente mais conservadores alegarem uma suposta falta de objetividade da história oral. Porém, argumenta que, assim como já ocorre com a análise das demais fontes, cabe ao historiador fazer o cruzamento das informações checando cada narrativa com as demais e com outros tipos de recursos. Além disso, a característica fascinante nesse tipo de fonte é justamente que elas não elaboram passivamente os fatos, mas se organizam a partir deles e criam significado por meio do filtro da linguagem. Por esse motivo, o autor evita o termo “testemunhos” e opta por “narrativas”. Para tanto, o autor apresenta as seguintes formas de abordagem ao se trabalhar com história oral:

- A historiografia, no sentido tradicional (a reconstrução de eventos passados);
- A antropologia, a análise cultural, a crítica textual (a interpretação da entrevista);
- O espaço intermediário (como esses determinados eventos produzem determinada memória de determinada narrativa).³³

Tais considerações são pertinentes para se pensar no trabalho das narrativas de estudantes do período, uma vez que os vídeos gravados pelo projeto *Depoimentos para a História*, de Narciso Pires, serão parte fundamental das fontes analisadas ao longo da tese. Com relação ao primeiro tópico mencionado por Portelli, é problemática a noção de “reconstrução” de eventos passados, uma vez que isso seria impossível. Assim, prefere-se utilizar a expressão benjaminiana de *articular* esse passado, com base nos vestígios disponíveis. Muitos documentos também são utilizados durante a análise do período

³¹ Ibid, p. 23

³² PORTELLI, Alessandro. **História oral como arte de escuta**. São Paulo: Letra e Voz, 2016.

³³ Idem, p. 18

dentre os quais alguns jornais da época para que se possa traçar um panorama mais interessante e preciso. Desse modo, faz-se necessária uma digressão acerca desse tipo de fonte, assim como as demais.

Conforme já debatido em diversas obras, as ponderações acerca de documentos escritos mudaram conforme a conjuntura e o momento. Antes da revolução historiográfica promovida pelos *Annales*, documentos escritos eram, muitas vezes, considerados como fonte fidedigna. Conforme lembra Jacques Le Goff, o termo latino *documentum*, derivado do latino *docere* (ensinar) evoluiu para o sentido de “prova”, sendo que esta conotação ainda persistia no século XIX.³⁴ Seguindo a ótica positivista, Fustel de Coulanges³⁵ defendia no final do século XIX que “a leitura dos documentos não serviria, pois, para nada, se fosse feita com ideias preconcebidas... A sua única habilidade (do historiador) consiste em tirar dos documentos tudo o que eles contêm e em não lhes acrescentar nada do que eles não contêm”.³⁶ Ou seja, a análise e interpretação dos documentos não deveria se apoiar em nada além da fonte em si mesma, portanto, não haveria espaço para subjetividade e contexto. Felizmente, o triunfo da *história-problema* em detrimento da *história-documento* possibilitou uma maior amplitude de investigação, ao trazer como premissa a inquirição dos documentos e a conjuntura em que foram produzidos, pois são oriundos de uma realidade inerente a um contexto histórico, político, social e cultural, estando inseridos em relações de poder e intenções diversas. Assim, tais considerações devem ser analisadas durante o fazer historiográfico. Portanto, “esse movimento na cultura historiográfica, além de produzir novas frentes de pesquisa, estimulou os ramos tradicionais da área a repensarem seus métodos de trabalho”.³⁷

Ainda na esteira dos jornais como fonte histórica, Vieira³⁸ argumenta que a imprensa permite uma ampla visão acerca dos personagens que compõem a cidade, além de ser possível encontrar nela diversos projetos políticos, visões de mundo, bem como “a complexidade dos conflitos e das experiências sociais”.³⁹ Se a análise textual dos periódicos passa por esse escrutínio rigoroso do trabalho historiográfico, as fotografias

³⁴ LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Campinas: Unicamp, 1994.

³⁵ Historiador positivista francês, cuja obra mais conhecida é *A Cidade Antiga*, publicada em 1864. Também publicou *L'Histoire des institutions politiques de l'ancienne France* em 1875.

³⁶ LE GOFF, 1994, Op. Cit. p. 536.

³⁷ VIEIRA, Carlos Eduardo. **Jornal diário como fonte e como tema para a pesquisa em História da Educação**: um estudo da relação entre imprensa, intelectuais e modernidade nos anos de 1920. In: OLIVEIRA, Marcus Aurélio Tabora de. **Cinco Estudos em História e Historiografia da Educação**. Belo Horizonte: Autêntica, 2007, p. 11-40.

³⁸ Idem.

³⁹ Ibid.

também precisam de um olhar atento. Assim, seus usos, intencionalidades e limitações, bem como os critérios para determinadas escolhas jornalísticas, sejam elas estéticas, de ordem técnica ou política, precisam ser ajuizadas na análise documental. Nessa perspectiva, as considerações de Diana Gonçalves Vidal e Rachel Duarte Abdala⁴⁰ trazem luz sobre essas questões acerca da fotografia jornalística. Ao chamar a atenção para sua linguagem não-verbal, limitada por seus recursos técnicos e estéticos de cada época, as autoras também questionam a intencionalidade de cada produção. Para tanto, é importante entender que, ao fazer um registro fotográfico, o profissional lança mão de opções que, longe de serem espontâneas, trazem elementos inseparáveis daquele momento, o que suscita perguntas como “quem tirou essa foto?” “com qual propósito?” ou “a qual grupo esse profissional pertence?”, logo, é possível constatar que “as imagens não são neutras, mas produzidas com o objetivo de legar ao futuro certas representações do presente”.⁴¹ As indagações acerca do conteúdo e da forma estão no cerne do escrutínio desse tipo de fonte, bem como sobre a notícia escrita nos periódicos a serem utilizados nessa tese, ou seja, é necessário estar atento para os elementos verbais e não-verbais, que longe de serem fortuitos, fazem parte de um contexto pertencente a relações de poder e escolhas bem pensadas. Também é vital ressaltar que, embora haja tendenciosidade desse tipo de veículo, isso não invalida o seu uso, ao contrário: instiga a fazer diversas perguntas para entender o contexto da época. Ademais, conforme já explorado brevemente aqui, como nenhuma fonte é neutra, a análise criteriosa faz parte do escopo do trabalho acadêmico. As ponderações acerca desse tipo de fonte permitem dialogar com a metáfora do espelho, “que reflete a realidade desde que entendamos, como a física explica, que refletir envolve distorção e refração”.⁴²

Trazendo para o debate a imprensa na capital paranaense, de modo mais específico, é importante entender a dinâmica populacional do período. Na década de 1960, Curitiba contava com uma população de aproximadamente 340 mil habitantes.⁴³ Nessa época, havia na cidade dez emissoras de rádio e seis jornais diários: a *Gazeta do Povo*, o *Estado do Paraná*, a *Tribuna do Paraná*, *O Dia*, o *Correio do Paraná* e o *Diário*

⁴⁰ VIDAL, D. G.; ABDALA, R. D. A fotografia como fonte para a História da Educação: questões teórico-metodológicas e de pesquisa. *Educação*, [S. l.], v. 30, n. 2, p. 177–194, 2011. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/reveducacao/article/view/3745>. Acesso em: 2 jul. 2024.

⁴¹ Idem.

⁴² VIEIRA, 2007, Op. Cit, p. 16.

⁴³ Disponível em: <https://www.curitiba.pr.leg.br/informacao/noticias/zoneamento-de-curitiba-surge-o-plano-diretor-1960-2019->

l#:~:text=Aproximadamente%20340%20mil%20pessoas%20habitavam%20o%20territ%C3%B3rio%20de%20Curitiba%20em%201960. Acesso em: 3 jul. 2024.

do *Paraná*. Uma mudança nesses periódicos passou a ocorrer na década de 1960, seguindo modelos que já estavam estabelecidos em outras partes do país.⁴⁴ O jornal *Diário do Paraná*, órgão da rede nacional dos *Diários e Emissoras Associadas*, de propriedade de Assis Chateaubriand, fazia parte de um conglomerado, que na década anterior já era a maior cadeia de comunicação da América Latina, “constituídos de 28 jornais, uma agência de notícias e três revistas, sendo uma delas, *O Cruzeiro*, a de maior tiragem do País. Integravam ainda essa cadeia de comunicação 19 emissoras de rádio e duas estações de televisão”.⁴⁵ O empresário e jornalista era panfletário e não media consequências em comprar brigas com políticos com os quais discordava.⁴⁶ Tais considerações são importantes para entender como esse jornal atuou contra João Goulart e apoiou o regime durante grande parte de sua existência.

Já a *Gazeta do Povo* é o mais antigo jornal paranaense, cuja circulação continua até a atualidade, embora seu escopo e linha editorial tenham mudado bastante.⁴⁷ Acompanhando a tendência de modernização da imprensa à época, em 1962, o jornal passa por um redirecionamento, tanto nos aspectos gráfico e editorial, mas também com relação aos textos, com cuidado especial quanto ao vocabulário. Tal mudança foi encabeçada pelos sócios Edmundo Lemanski e Francisco Cunha Pereira.⁴⁸ Em um primeiro momento, o jornal se mostrou mais cauteloso com o que ocorria, inclusive evitando chamar de *revolução* o movimento em curso.⁴⁹ Porém, no dia 2 de abril, o jornal mostrou entusiasmo com o golpe de 1964, disponibilizando uma “edição histórica”⁵⁰ e extra para falar dos acontecimentos. Antes da guinada do jornal à extrema-direita, Oliveira Filha relatava em 2007 que “a administração do jornal é marcada também por uma postura política de extrema cautela e atrelamento ao poder (municipal, estadual ou federal). A conduta da direção da *Gazeta do Povo* tem sido, historicamente, de evitar o

⁴⁴ NASCIMENTO, Layse Pereira Soares do. **A imprensa Paranaense e a ditadura militar: 1964-1974**. Tese (doutorado) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Escola de Comunicação, Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura, 2014. 222 f.

⁴⁵ RIBEIRO, Ana Paula Goulart. **Imprensa e História no Rio de Janeiro dos anos 50**. Rio de Janeiro: E-papers, 2007.

⁴⁶ Idem.

⁴⁷ Para mais informações sobre a mudança da *Gazeta do Povo* em sua linha editorial nos últimos anos, ver: <https://www.intercept.com.br/2018/12/09/gazeta-do-povo-guinada-direita-bolsonaro/> Acesso em: 3 jul. 2024.

⁴⁸ NASCIMENTO, Op. Cit, p. 118.

⁴⁹ **Gazeta do Povo**, 1 abr, 1964. Setor de microfilmagem da Biblioteca Pública do Paraná.

⁵⁰ **Gazeta do Povo**, 2 de abril de 1964. Setor de microfilmagem da Biblioteca Pública do Paraná.

debate político e nunca aceitar o confronto.”⁵¹ Certamente um panorama bastante distinto da atualidade, em que sua postura ideológica é bastante escancarada.⁵²

Vale ressaltar que os jornais de grande circulação na capital paranaense eram de famílias poderosas, que possuíam interesses específicos na política, como a manutenção do *status quo*, com a exceção do *Correio de Notícias*. Como exemplo, pode-se citar um dos magnatas das comunicações e com bastante influência nessa época, aliás, uma figura que será bastante mencionada ao longo do trabalho, o multifacetado Paulo Pimentel. Advogado de formação, oriundo de São Paulo, chegou ao Paraná na década de 1950, após casar-se com uma filha de usineiro de açúcar em Porecatu, no norte do estado. Pimentel passou, assim, a fazer parte da família de seu sogro, João Lunardelli, um dos principais financiadores da campanha de Ney Braga ao palácio do Iguaçu, em 1960.⁵³ A entrada do empresário no ramo das comunicações se deu em 1962, quando ocupava a pasta da Secretaria Estadual de Agricultura. Nessa época, comprou os jornais *O Estado do Paraná*, em circulação desde 1951, e *Tribuna do Paraná*, que operava desde 1956.⁵⁴ Mais tarde, o afastamento de Pimentel com relação a Ney Braga culminou em uma disputa pelo governo do Estado, com o primeiro saindo vitorioso. O apoio ao regime deu resultado: durante o governo Costa e Silva, foram obtidas concessões das duas primeiras emissoras do Grupo Pimentel, A TV Iguaçu, de Curitiba e a TV Tibagi, de Apucarana, sendo pioneiras no estado.⁵⁵

Por fim, é importante tecer observações acerca de um jornal de grande circulação em Curitiba no final da ditadura: o *Correio de Notícias*. Esse periódico será analisado, sobretudo, no período da abertura política por dar voz aos estudantes da UFPR que contestavam a ditadura. Porém, é importante entender que esse veículo passou por três fases distintas. O jornal circulou em Curitiba entre 1977 e 1995, mas não de forma ininterrupta, mudando de proprietários, equipes, linhas editoriais e instalações. Conforme aponta Marilu Silveira, “o nome era mantido, só isso. Em cada fase, um novo jornal”.⁵⁶ No último capítulo, são feitas análises sobre a linha editorial a partir de 1979.

⁵¹ OLIVEIRA FILHA, Elza Aparecida de. Olhares sobre uma cobertura: a eleição de 2002 para o governo do Paraná em três jornais locais. Curitiba: Pós-Escrito, 2007.

⁵² Conforme reportagem já mencionada do *Intercept*.

⁵³ COSTA, Osmani Ferreira da. Concessões televisivas e relações políticas sob a ditadura militar: o caso da Rede Globo no Paraná. **Anais do XIX Encontro Regional de História: Poder, Violência e Exclusão**. ANPUH/SP – USP. São Paulo, 08 a 12 de setembro de 2008.

⁵⁴ *Idem*.

⁵⁵ *Ibid*.

⁵⁶ SILVEIRA, Marilú.in: TEIXEIRA, Selma Suelly (org). **Jornalismo Cultural: um resgate**. Curitiba: Gramofone, 2007, p. 218.

Essa breve incursão à história dos maiores jornais da capital paranaense traz elementos importantes para entender o posicionamento desses veículos em notícias ligadas à ditadura. Portanto, era bastante normal o teor ser majoritariamente condescendente com o regime, ora exaltando alguns de seus feitos, ora criticando seus opositores, principalmente os estudantes, ou até mesmo ocultando práticas mais extremas, como as torturas. Com relação a escolha dos jornais utilizados nesta tese, o emprego será conforme a relevância da notícia específica para determinado assunto, de forma que, serão utilizados jornais diferentes em períodos distintos, não necessariamente de maneira equânime.

Para traçar um panorama do período e as relações dos estudantes da UFPR com o regime, as pastas da DOPS são de suma importância, pois o impressionante volume preservado traz à tona diversas nuances e dinâmicas do período, que permitem uma vasta investigação sobre diferentes agentes e dinâmicas de poder. Ademais, sobretudo no que tange à adesão e à acomodação, muitas informações são de extrema importância, pois essas categorias não são facilmente identificadas por meio dos relatos orais. O cotejo desse tipo de fonte permite, como lembra Carlos Bacellar, “recuperar as relações de vizinhança, as redes de sociabilidade e de solidariedade, as rixas, enfim, os pequenos atos cotidianos das populações do passado”.⁵⁷ Nesse ponto em específico, as pastas da DOPS possuem algo interessante para reflexão. Sobretudo na pasta “informantes” é possível encontrar denúncias de vizinhos ou de pessoas que queriam se livrar umas das outras, recorrendo à famosa delegacia, acusando seu desafeto de ser comunista. Logo, muitos desses documentos resultam em pontas soltas, ao passo que outros se mostram mais promissores, por abrirem possibilidade de se triangular diferentes fontes, como no caso de fichas nominais e pastas temáticas com material mais robusto. Na ficha de Roberto Requião, por exemplo, é possível conhecer o nome de seus delatores e coletar mais informações a respeito desses em jornais da época e até mesmo na atualidade, pois se trata de figuras proeminentes da política paranaense.

Por fim, o uso de atas do COUN também se mostra uma opção instigante, pois muitos processos decisórios foram registrados nesses documentos. A adesão, sobretudo por parte de docentes da UFPR pode ser encontrada na suma dessas reuniões. Também é possível encontrar disputas de poder, participação dos estudantes em maior ou menor grau a depender do momento, bem como relações de força e silenciamentos ocasionais. A

⁵⁷ BACELLAR, Carlos. **Uso e mau uso dos arquivos**. In: PINSKY, Carla (Org.). **Fontes históricas**. São Paulo: Contexto, 2008, p. 37

teoria discutida aqui acerca de documentos escritos também se aplica a esse tipo de documento, pois também foi produzido no calor dos acontecimentos e ao sabor de uma conjuntura semelhante à das demais fontes.

Nessa perspectiva, a triangulação de todas essas fontes ocorre conforme o momento analisado e o fato em específico, sempre contextualizando de acordo com o objeto de análise, tendo em vista que eventos inerentes a solenidades, ou momentos de maior tensão entre os movimentos estudantis demandam a consulta a jornais da época. Já a análise do escopo interno de reuniões da UFPR pode ser vista pela ótica das atas do COUN. Por sua vez, detalhes de ações estudantis, sobretudo do movimento de resistência, demandam elementos das narrativas dos próprios partícipes, pois determinados detalhes de dinâmicas internas bem como processos decisórios e elementos de foro íntimo só podem vir à superfície por meio da oralidade.

Partindo da temática propriamente dita, sempre foi algo intrigante o fato de a ditadura civil-militar ser lembrada sobremaneira no âmbito Rio-São Paulo, quando muito, em questões relacionadas à Guerrilha do Araguaia. Muitas vezes o silêncio pode falar alto, e, no caso de Curitiba, ele traz elementos interessantes para a pesquisa. Enquanto a ditadura dava seus últimos suspiros, boa parte dos elementos que faziam alusão à repressão, tais como prédios públicos utilizados para práticas de tortura, foram desapropriados e passados à iniciativa privada. Alguns imóveis foram ressignificados, ao passo que outros foram completamente demolidos, soterrando, junto com seus escombros, seus significados controversos. Além disso, torturadores foram homenageados como heróis, como é o caso do delegado Ozias Algauer, que virou nome de rua. Ditadores que haviam sido homenageados pela UFPR com título de doutor *honoris causa*, continuaram com suas honrarias vigentes até 2024.⁵⁸

Outro ponto importante a ser destacado é que como no período pós-ditadura a maioria das informações ainda dependia dos meios de comunicação oficiais, havia um grande filtro que cuidou de dissipar essa temática incômoda, conforme a cartilha curitibana. Portanto, durante a década de 1990 essa temática passou por um apagamento, salvo alguns interstícios com tentativas de trazer à tona essas discussões, tais como o livro de Milton Ivan Heller *Resistência democrática: a repressão no Paraná*.⁵⁹ Para que houvesse uma discussão mais robusta, foi necessário que se esperasse ventos mais

⁵⁸ No capítulo 1 essa questão é aprofundada.

⁵⁹ HELLER, Milton Ivan. **Resistência democrática: a repressão no Paraná**. Rio de Janeiro: Paz e Terra; Curitiba: Secretaria de Cultura do Estado do Paraná, 1988.

favoráveis. Embora na eleição para presidente da República de 2002 a vitória do Partido dos Trabalhadores (PT) tenha representado uma chance de passar a limpo esse passado, a tradição do presidente Luís Inácio Lula de Silva em acomodar diferentes matizes em um mesmo governo não representou um grande avanço para a época. Para além desse processo, o presidente reativou um programa desenvolvido durante a ditadura. Em 2005, Lula lançava, com o aval da UNE, em Tabatinga, a primeira operação do novo Projeto Rondon, lembrando que a ideia de reativar o programa partia da própria entidade estudantil e de ex-rondonistas.⁶⁰ O argumento do presidente, em seu discurso, era semelhante ao da ditadura à época: a recriação do programa era uma “iniciação a um Brasil” que era conhecido, mas longe da realidade dos estudantes.⁶¹ Essa breve incursão à iniciativa de Lula de ressuscitar o projeto criado pela ditadura serve para ilustrar que o caráter conciliatório de seu governo já se fazia presente desde o primeiro mandato.⁶² Nesse sentido, Gabriel Amato pondera que, a despeito de poucas críticas na imprensa à época do relançamento do programa, pouco se falou sobre ele depois, o que pode evidenciar um silenciamento da memória.⁶³ Longe de simplificar uma questão demasiado complexa, entende-se que a nova versão não se tratava de uma mera reprodução do programa iniciado na ditadura, bem como os objetivos também eram distintos, mas a falta de qualquer menção ao período, mesmo que fosse para mostrar as diferenças entre o escopo do projeto ressuscitado, é, no mínimo, incômoda. É importante frisar que outros projetos da ditadura foram apropriados pelo governo do PT, como a construção da usina de Belo Monte⁶⁴, no Xingu.⁶⁵

Foi necessário a eleição da presidente Dilma Rousseff, ex-guerrilheira e combatente fervorosa da ditadura – tendo sido ela mesma vítima do regime –, para que algo mais substancial fosse feito. Dessa forma, deu-se início aos trabalhos das Comissões da Verdade, cujos crimes cometidos por militares e civis durante os 21 anos dos regimes de exceção começaram a vir à tona. Porém, é importante destacar que, apesar

⁶⁰ LIMA, Gabriel Amato de. **Aula prática de Brasil no Projeto Rondon: Estudantes, ditadura e nacionalismo**. São Paulo: Alameda, 2019, p. 16.

⁶¹ Idem

⁶² Longe de aprofundar uma análise sobre esta questão, a questão do relançamento do programa está colocada brevemente aqui para exemplificar as políticas de acomodação do governo brasileiro. Recomenda-se a leitura do livro de Gabriel Amato, que fez um estudo minucioso sobre o projeto e suas contradições. No capítulo 4 da tese, será explorado o impacto do projeto na vida de estudantes da UFPR.

⁶³ Ibid, p. 19.

⁶⁴ Ibid, p.28

⁶⁵ Embora não seja o escopo da tese, a construção da usina, em pleno período democrático, causou etnocídio dos povos originários. Para saber mais, acessar: <https://www.brasildefato.com.br/2020/11/18/justica-reconhece-etnocidio-causado-por-belo-monte-a-indigenas-e-ordena-mudancas> Acesso em: 24 out. 2024.

de os trabalhos terem trazido para a sociedade os horrores praticados pela ditadura, ninguém foi punido. Nesse ínterim, uma série de projetos ganhou vida, dentre os quais a iniciativa supracitada de Narciso Pires. Com esses registros em vídeo e disponibilizados na plataforma *YouTube*, havia finalmente uma possibilidade de acesso a narrativas daqueles que lutaram contra o regime no estado do Paraná.

Nessa esteira de revisão dos crimes cometidos pelo Estado Brasileiro durante a ditadura, houve avanços, mas também retrocessos, pois a tradição histórica brasileira de conciliação não se mostra favorável a ações mais incisivas. Assim, no ano de 2010, a chance de revisar a controversa Lei da Anistia foi desperdiçada, sendo obliterada pelo Supremo Tribunal Federal (STF) em uma votação com resultado esmagador orientando a sustentação dessa aberração jurídica. Com um placar de sete votos a dois pela manutenção da lei, o arranjo político realizado em pleno funcionamento do regime continuava. A chance de qualquer revisão era, mais uma vez desperdiçada.⁶⁶

Conforme sinalizado, a conjuntura da época era propícia para que pudesse se vislumbrar uma redenção do passado (no sentido benjaminiano), entretanto, o avanço foi muito mais tímido do que se poderia prever. Mesmo assim, a partir de 2015, novamente houve uma mudança no tabuleiro político e forças conservadoras foram alçadas ao poder. A presidenta Dilma Rousseff sofreu um processo de *impeachment* e a hidra do fascismo teve suas cabeças regeneradas, com uma força que deixou o campo progressista aturdido. Felizmente, alguns avanços no que tange às fontes foram mantidos, mas a batalha pela memória segue bastante aguerrida.

Enquanto esta tese era escrita, mais um turbilhão político varreu o país. Em 2021 o presidente era Jair Bolsonaro, defensor contumaz da ditadura e das torturas. Justamente no governo de um político negacionista da ciência, o mundo conheceu sua maior crise sanitária em muitos anos. A pandemia da COVID-19 ceifou milhões de vidas em todo o mundo, porém, no Brasil, um número inimaginável de mortes poderia ter sido evitado, caso a inação e o negacionismo não tivessem sido levados adiante.⁶⁷ Em 2022, após uma reviravolta política, Lula, que havia saído da prisão três anos antes, concorria à presidência e, por uma margem apertada, vencia a eleição, o que despertou a esperança

⁶⁶ STF é contra revisão da Lei da Anistia por sete votos a dois. Supremo Tribunal Federal. Disponível em: <https://portal.stf.jus.br/noticias/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=125515#:~:text=No%20julgamento%20da%20Argui%C3%A7%C3%A3o%20de,por%207%20votos%20a%202>. Acesso em: 10 set. 2023.

⁶⁷ Pesquisas apontam que 400 mil mortes poderiam ser evitadas; governistas questionam. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2021/06/24/pesquisas-apontam-que-400-mil-mortes-poderiam-ser-evitadas-governistas-questionam>. Acesso em: 1 mar. 2025.

de muitas pessoas que esperavam a reabertura das discussões acerca da punição aos criminosos da ditadura. Porém, a coalisão de forças em que o Partido dos Trabalhadores (PT) se apoiou para conseguir vencer o pleito já mostrava sinais de que mais um processo de acomodação vinha no horizonte. O que se viu não foi um governo de conciliação, mas de capitulação aos interesses da elite. Além do abandono de bandeiras históricas da esquerda, o presidente dizia que o golpe de 1964 era “história”, e não queria remoeir o passado.⁶⁸ O ex-metalúrgico fazia esse discurso um pouco mais de um ano após uma tentativa de Golpe de Estado. No dia 8 de janeiro de 2023, civis que acampavam na frente de quartéis, sem qualquer represália das Forças Armadas (que aceitaram o ato com muita amabilidade), e que pediam intervenção militar desde a derrota de Jair Bolsonaro nas eleições presidenciais de 2022, passaram à ação e invadiram a sede dos três poderes em Brasília.⁶⁹

Apesar de muitos de invasores terem sido presos, mais uma vez o presidente optou por uma atitude discreta em relação aos acontecimentos. Porém, entre o segundo semestre de 2024 e o primeiro de 2025, um evento até então fortuito passou a tomar proporções inimagináveis no tocante à discussão sobre a ditadura. O cineasta Walter Salles lançou o filme *Ainda Estou Aqui*, baseado no livro homônimo de Marcelo Rubens Paiva (2015). O filme é ambientado na década de 1970 e perpassa os desdobramentos do sequestro e assassinado do ex-deputado Rubens Paiva. A protagonista, tanto do livro quanto do filme, todavia, é Eunice Paiva, esposa do político preso. A história toma ares dramáticos pela busca de um ente desaparecido, o que gera uma agonia justamente pelo fato de que, por anos o paradeiro de Rubens Paiva foi ignorado, embora sempre se tenha desconfiado de que ele tinha sido assassinado nos porões do DOI-CODI do Rio de Janeiro. O caso se arrastou na justiça por anos, até que em 1996, após anos de luta de Eunice, a certidão de óbito de seu marido finalmente foi emitida, no entanto, constava que ele havia “desaparecido”. Após a repercussão do filme, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) deliberou que os cartórios deveriam reconhecer formalmente a ação do Estado como causadora de mortes de indivíduos que pereceram em virtude das sevícias perpetradas pelo regime. Dessa forma, a certidão de óbito de Rubens Paiva foi modificada de

⁶⁸Lula diz que golpe de 64 é passado e que não quer remoeir o passado. Folha de São Paulo. 27 fev. 2024. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2024/02/lula-diz-que-golpe-de-64-e-historia-e-que-nao-quer-remoeir-o-passado.shtml>. Acesso em: 1 mar. 2025.

⁶⁹ Terroristas bolsonaristas invadem Congresso Nacional, Palácio do Planalto e STF, em Brasília. Disponível em: 1 mar. 2025.

“desaparecido em 1971” para “morte violenta causada pelo Estado”.⁷⁰ A repercussão do filme extrapolou as discussões entre aqueles mais engajados com a temática e tomou proporções inimagináveis, sobretudo por dois motivos: as discussões que inundaram as redes sociais e as premiações da obra, que passou a ecoar no mundo todo. Até o dia 1º de março de 2025, o filme ganhou 39 premiações, além de concorrer ao Oscar, recebendo três indicações: melhor filme internacional, melhor atriz e melhor filme.⁷¹ Na madrugada do dia 3 de março, esta produção conseguiu algo inédito na história do cinema nacional: venceu a estatueta de melhor filme internacional, reverberando a temática para o mundo todo.⁷² Além da imprensa brasileira, veículos de alcance global como o jornal *The New York Times* repercutiram a premiação. O periódico estadunidense enfatizou o tom político do filme e das denúncias contra a ditadura, protagonizando a luta de Eunice Paiva:

O filme brasileiro “Ainda Estou Aqui”, baseado na história real de uma ativista cujo marido político dissidente desapareceu nas mãos de um governo militar, ganhou o Oscar de melhor longa-metragem internacional. Dirigido por Walter Salles, o filme foi um sucesso de bilheteria no Brasil, onde muitos lembram do legado da ditadura militar, que durou de 1964 a 1985. O filme é baseado em um livro de memórias de mesmo nome de Marcelo Rubens Paiva: o filho de Eunice Paiva, personagem principal do filme, e Rubens Paiva, seu marido, político que desapareceu após ser preso em um ataque militar de 1971 à casa de Paiva. “Este prêmio vai para uma mulher que, após uma perda sofrida durante um regime autoritário, decidiu não se curvar e resistir”, disse Salles ao aceitar o prêmio. “Este prêmio vai para ela. Seu nome é Eunice Paiva. E vai para as duas mulheres extraordinárias que lhe deram vida: Fernanda Torres e Fernanda Montenegro.”⁷³

⁷⁰ Cartório altera certidão de óbito de Rubens Paiva e registra ‘morte violenta causada pelo Estado’. **Brasil de Fato**. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2025/01/24/cartorio-altera-certidao-de-obito-de-rubens-paiva-e-registra-morte-violenta-causada-pelo-estado/> Acesso em: 1 mar. 2025.

⁷¹ ‘Ainda Estou Aqui’ já ganhou 30 prêmios até agora; veja lista. Disponível em: <https://g1.globo.com/pop-arte/cinema/noticia/2025/02/20/ainda-estou-aqui-ja-ganhou-38-premios-ate-agora-veja-lista.ghml>.

Acesso em: 1 mar. 2025.

⁷² Idem.

⁷³ Em tradução livre do original: The Brazilian film “I’m Still Here,” based on the true story of an activist whose dissident politician husband disappeared at the hands of a military government, won the Academy Award for best international feature. Directed by Walter Salles, the movie was a blockbuster in Brazil, where many remember the legacy of the military dictatorship, which lasted from 1964 to 1985. The film is based on a memoir of the same name by Marcelo Rubens Paiva: the son of Eunice Paiva, the film’s main character, and Rubens Paiva, her politician husband who disappeared after being arrested in a 1971 military raid of the Paiva house. “This goes to a woman who, after a loss suffered during an authoritarian regime, decided not to bend and to resist,” Salles said while accepting the award. “This prize goes to her. Her name is Eunice Paiva. And it goes to the two extraordinary women who gave life to her: Fernanda Torres, and Fernanda Montenegro”. *I’m Still Here* wins the best international feature. **The New York Times**. 3 mar. 2025. Disponível em: <https://www.nytimes.com/2025/03/02/movies/im-still-here-oscar-international-feature.html>. Acesso em: 3 mar. 2025.

Por fim, mais uma repercussão do filme: o ministro do STF Flávio Dino citou o filme ao defender que a Lei da Anistia não deve se estender ao crime de ocultação de cadáver.⁷⁴

Partindo para o desenvolvimento deste trabalho, é importante mencionar autores e autoras que desbravaram o caminho e trouxeram solidez para a pesquisa, até mesmo para entender de que forma esta tese se propõe a trazer um panorama inédito sobre a temática supracitada. Obviamente, devido à abundância de pesquisas acadêmicas, faz-se necessário delimitar algumas escolhas, cujo critério de seleção é a proximidade com o escopo da pesquisa de maneira mais estreita. Nessa perspectiva, com relação a novos olhares sobre abordagens relacionadas à ditadura civil-militar, Carlos Fico é um autor bastante profícuo. Seu artigo, intitulado *Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar*⁷⁵ traz algumas discussões bastante interessantes no sentido de analisar as produções historiográficas ao longo do tempo, que versam sobre o golpe e seus desdobramentos. Fico problematiza algumas versões mais simplistas das representações do debate, tais como a suposta moderação de Castello Branco, bem como o mito da “resistência democrática”, uma vez que se sabe que tanto a figura de Castello merece uma análise menos enviesada quanto a esquerda possuía vários matizes, não cabendo simplificações.

Trazendo uma reflexão acerca da influência da chamada “nova história” em detrimento do economicismo marxista, o autor reflete que as pesquisas mais recentes têm privilegiado temas mais inerentes à subjetividade, cotidiano, etc. Fico também escreveu, dentre outras obras dedicadas à temática, o livro *O grande irmão: da Operação Brother Sam aos anos de chumbo*,⁷⁶ em que traz uma perspectiva acerca da participação dos Estados Unidos no golpe de 1964. A pesquisa do autor traz um panorama sobre o envolvimento de embaixadores e diplomatas na gestação do golpe, sobretudo na estreita relação de Lincoln Gordon, então embaixador dos Estados Unidos no Brasil, com Castello Branco, demonstrando que, a despeito da influência dessas relações bilaterais nos desdobramentos da quartelada, inclusive resultando na *Operação Brother Sam*, essas não sobrepujaram as dinâmicas internas golpistas, que se desenrolavam há algum tempo.

⁷⁴ Dino cita filme ‘Ainda Estou Aqui’ e defende que anistia não se estenda aos casos de ocultação de cadáver. revista carta Capital. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/justica/dino-cita-filme-ainda-estou-aqui-e-defende-que-anistia-nao-se-estenda-aos-casos-de-ocultacao-de-cadavers> Acesso em: 1 mar 2025.

⁷⁵ FICO, Carlos. Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 24, n. 47, p. 29-60, 2004.

⁷⁶ _____. **O grande irmão: da operação Brother Sam aos anos de chumbo**. O governo dos Estados Unidos e a ditadura militar brasileira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

Outra obra que traz uma perspectiva acerca da complexidade da ditadura no país é o livro *Ditadura e democracia no Brasil*,⁷⁷ de Daniel Aarão Reis Filho. O autor traz uma discussão importante sobre a memória e seus desdobramentos, afirmando que, após a abertura democrática, houve uma construção de memória (ou um ato de amnésia seletiva?) segundo a qual muitos brasileiros “suportaram a ditadura”⁷⁸. Ademais, Reis Filho analisa a base que deu sustentação do regime que, longe de ser homogênea, era composta por uma gama de elementos, dentre os quais podem-se destacar civis que desejavam a limpeza de resquícios esquerdistas do governo Goulart, militares que desejavam uma ditadura que durasse o tempo que fosse necessário para que o país passasse por uma limpeza e, por fim, aqueles que desejavam um regime autoritário escancarado e por tempo indeterminado, estando bastante confortáveis com isso.⁷⁹

Fazendo um levantamento sobre autores e autoras na esfera da ditadura no Paraná, de modo mais específico, algumas pesquisas ganham relevância por trazerem elementos até então negligenciados pela historiografia. Assim, é importante citar dois trabalhos de Andreia Zaparte, igualmente importantes para entender diversas nuances da resistência estudantil paranaense à ditadura. Sua dissertação de mestrado⁸⁰ versa sobre a perseguição da DOPS aos discentes. Nesse trabalho, é possível entender as várias dinâmicas e contradições do movimento, bem como a pluralidade de opiniões e caminhos a seguir. Já seu trabalho mais recente, resultado de sua tese de doutorado,⁸¹ se aprofunda mais na questão, destacando a prisão e os próprios movimentos que estudo em minha tese, todavia, enfatizando o viés da resistência. A autora também utiliza como fontes vídeos do projeto *Depoimentos para a História*, além de jornais da época. Ainda é importante mencionar os trabalhos de Silvana Lazzarotto Schmitt *Encontros e desencontros do movimento estudantil secundarista paranaense (1964 - 1985)*⁸² e *A UPE UNE o Paraná: (re) organização do movimento estudantil paranaense (1974-1985)*,⁸³ respectivamente, sua

⁷⁷ REIS FILHO, Daniel Aarão. **Ditadura e democracia no Brasil: do golpe de 1964 à Constituição de 1988**. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

⁷⁸ Essa questão é analisada no capítulo 1.

⁷⁹ Idem.

⁸⁰ ZAPARTE, Andrea. **A DOPS e a repressão ao movimento estudantil em Curitiba – Paraná (1964-1969)**. 2011. 90 f. Dissertação (Mestrado em História) - Unioeste, Marechal Cândido Rondon.

⁸¹ _____. **Luta e resistência: memórias sobre o movimento estudantil no Paraná e o enfrentamento à ditadura civil-militar**. 459 f. Tese (doutorado em História) – Unioeste, Marechal Cândido Rondon, 2024.

⁸² SCHMITT, Silvana Lazzarotto. **Encontros e desencontros no movimento secundarista paranaense (1964-1985)**. (Dissertação de mestrado). Unioeste, Cascavel, 2011.

⁸³ _____. **A UPE UNE o Paraná: (re) organização do movimento estudantil paranaense (1974-1985)**, Unicamp, Campinas, 2018 (275 f).

dissertação de mestrado e sua tese de doutorado. No primeiro trabalho, Lazzarotto foca na atuação do movimento secundarista no regime, sempre pelo viés da resistência, bem como os congressos estudantis e o acompanhamento da DOPS dessas atividades. Sua dissertação trilha pela análise das memórias desses agentes atuantes no período. Sua tese, por outro lado, traz um olhar detalhado sobre a atuação dos movimentos universitários – sobretudo da UPE e da UNE. Nesse sentido, a autora traz uma perspectiva interessante sobre os “anos de chumbo”. Enquanto a UPE pareceu inativa na década de 1970, a UPES fez alguns congressos. Aqui obviamente faz-se necessária uma observação. Os secundaristas, devido a sua condição de menores de idade, não estavam expostos às sevícias que os universitários então experimentavam. Mesmo assim, em 1980, ocorre a paulatina reorganização da UPE, culminando em um congresso estadual nesse ano. Essa pesquisa de Schmitt é bastante importante para o último capítulo de minha tese, quando discuto sobre a rearticulação dos estudantes da UFPR na reta final da ditadura.

Um estudo sobre a questão de gênero foi feito por Luana Regina Borges em uma dissertação⁸⁴ defendida na Unioeste em 2020. A autora discute a participação feminina no movimento estudantil no contexto da luta contra a ditadura. Algumas constatações são importantes para analisar as contradições do período, como resquícios do patriarcalismo presentes dentro da comunidade discente. A autora também faz um levantamento da quantidade de mulheres concorrendo às eleições da UPE entre os anos de 1965 a 1969, constando a presença de apenas duas durante esse período. Borges destaca a participação da estudante Palmira Amâncio da Silva, que representava uma voz forte no corpo discente, contrariando muitos estudantes homens que não toleravam o protagonismo feminino. Esses estudos, dialogam de maneira transversal com esta tese, embora tenham enfoques diferentes.

Já se comentou bastante em trabalhos sobre a comunidade discente que, após 1968, os protestos estudantis arrefecem, o que não significa que houve uma aceitação ou acomodação de maneira geral. Dessa forma, o estudo de Angélica Mueller, que resultou no livro *O Movimento estudantil na resistência à ditadura militar (1969-1979)*⁸⁵ traz, como sugere o título, um recorte temporal menos usual. A autora propõe que, mesmo nos

⁸⁴ BORGES, Luana Regina. **Ditadura e gênero: mulheres no movimento estudantil paranaense.** (Dissertação de mestrado). Unioeste, Cascavel, 2020. (174 f)

⁸⁵ MÜLLER, Angélica. **O movimento estudantil na resistência à ditadura militar (1969-1979).** 1ª ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2016.

“anos de chumbo”, as manifestações estudantis não desapareceram: apenas foram recalculadas as rotas e traçadas novas estratégias. Assim, ações como eventos culturais e união de forças com outros movimentos menos escancarados no que tange ao combate aberto entram em cena, e, somente a partir do governo Geisel, voltam os movimentos de massa. Müller investiga sobretudo, São Paulo, dessa forma, em minha pesquisa, especialmente no capítulo 4, será realizada uma análise de como se deram essas dinâmicas na UFPR.

Esse breve levantamento do que foi produzido até aqui têm por objetivo mostrar que há uma abundante produção acadêmica sobre o tema, embora versem majoritariamente pelo binômio *repressão x resistência*. Portanto, embora seja importante se apropriar dessas leituras, a análise a que essa tese se propõe procura tensionar um pouco mais o debate, entendendo que entre essas categorias, há mais espaço para exame daqueles que não se identificavam nem com uma, nem com outra, mas que participaram dos acontecimentos do período.

Conforme será possível observar ao longo do texto, a Universidade Federal do Paraná teve papel vital durante os 21 anos do período, seja em ações de adesão ao regime, sobretudo por sua alta cúpula, seja pelas ações estudantis ou até mesmo por servir de modelo para projetos estratégicos da ditadura. Desde o apoio do reitor Flávio Suplicy de Lacerda ao golpe, ato que lhe rendeu o cargo de ministro da Educação, até suas ações posteriores que resultaram nos acordos celebrados entre o MEC e a Agência estadunidense de desenvolvimento internacional (Usaid), o reitor foi figura controversa em todo o processo, sendo um dos principais alvos dos estudantes, sobretudo por propor a ideia da implementação do ensino pago em universidades públicas no país, de forma que a UFPR seria a pioneira nesse sentido.

Além disso, iniciativas encabeçadas na época da ditadura, tais como o Projeto Rondon, ligado à extensão universitária e de viés assistencialista, tiveram grande importância na história da universidade. Ademais, os estudantes tiveram papel preponderante no recuo do MEC com relação ao ensino pago, bem como nos eventos de 1968 que obrigaram o governo a reconsiderar diversas decisões. Porém, é importante salientar que a atuação discente não se deu somente no âmbito da resistência. Há casos documentados de alunos que apoiaram o regime, em diversas gradações, desde o apoio explícito até aqueles que o faziam de uma maneira mais discreta, como é o caso de Airton Cordeiro, cuja relação com o regime está pormenorizada no capítulo 2. Também é

interessante falar sobre os jogos de acomodação, tão típicos na política brasileira, que se deram de formas tão variadas quanto inusitadas.

Por fim, é importante discorrer sobre a ditadura civil-militar entendendo o pensamento hegemônico, tanto no meio militar quanto dos civis que apoiaram o golpe e ajudaram a sustentar o regime. Já se discutiu bastante na historiografia que o golpe foi gestado e levado adiante não somente pelos militares, mas por uma classe de civis advindos das elites, daí o fato de alguns pensadores denominarem o regime de *ditadura civil-empresarial-militar*.⁸⁶ Para entender o elemento comum que uniu indivíduos tão distintos, é importante fazer uma breve incursão ao campo da cultura, sobretudo da cultura hegemônica. Para tanto, é importante lembrar que o regime possuía uma atuação à direita, o que sempre foi deixado bastante claro, até mesmo porque se dizia que a ditadura havia sido instaurada para combater o famoso “inimigo vermelho”. No imaginário desses grupos reacionários, alguns elementos em comum são facilmente encontrados, sobretudo vinculados a uma simbologia. Ao trazer à tona os símbolos utilizados pela direita, é importante recorrer aos escritos do pensador italiano Furio Jesi sobre este tema. Em seu livro intitulado *Cultura de Direita* ⁸⁷, Jesi analisa, sobretudo, o caso do nazismo alemão, o fascismo e o neofascismo italiano e outros elementos da extrema-direita como a Guarda de Ferro Romana. Durante sua explanação, o pensador traz uma reflexão interessante: a chamada *cultura de direita* é uma espécie de religião em que se evoca uma religião da morte, ou de mortos exemplares. Os símbolos pátrios de supostos heróis nacionais ou até mesmo a própria manipulação de elementos esotéricos e *exotéricos*. na ditadura civil-militar, se utilizou muito do cristianismo como fio condutor de uma moral reacionária, objetivando arrebanhar corações e mentes.

Nessa cultura, é muito importante evocar palavras fortes, tais como Cultura, Justiça, Liberdade ou Revolução (sempre com letra maiúscula). Analisando o contexto brasileiro, é bastante visível a manipulação de símbolos e de um passado mítico por parte da direita. Aliás, Jesi afirma que a cultura dominante é sempre de direita, pois grande parte de nosso patrimônio cultural provém das elites, que majoritariamente estão atreladas a este espectro político. Assim como já se discutiu aqui, no Brasil, determinadas memórias são preservadas e ressignificadas, ao passo em que outras são obliteradas. Outro elemento importante tanto nos regimes nazifascistas quanto no espectro mais reacionário do Brasil,

⁸⁶ Para esta tese, optou-se por utilizar a nomenclatura de ditadura civil-militar.

⁸⁷ JESI, Furio. **Cultura de direita**. Org: Andrea Cavaletti Trad. Davi Pessoa. Belo Horizonte: Âyiné, 2021.

é a utilização de elementos esotéricos e *exotéricos* como forma de resgatar esse passado mítico e/ou trazer certa ideia de unificação da ideologia dominante. A religião no Brasil, por sua vez, sempre foi um elemento vital na construção de um imaginário social, na formação de uma identidade que se sabe, é bastante fragmentada, mas nesses casos, faz uma espécie de colagem com cacos de um passado, parte histórico, parte imaginário e ufanista. O domínio da Igreja Católica durante a época da ditadura, por exemplo, e ascensão vertiginosa das igrejas evangélicas, sobretudo nos últimos anos, fazem parte da argamassa que traz coesão para grupos mais conservadores, que são solidificados pelas ideias sem palavras, tais como a bandeira, a bíblia, ou a camiseta verde e amarela. E sobre essa homogeneização do aparato cultural, Jesi pondera:

Todo o aparato cultural colocado em prática (independentemente de suas contradições internas, ou pelo menos, de seus diferentes estilos) torna-se tecnicizado, para que se possa dizer que tem uma cultura; ou seja, é transformado em uma cultura-fetice, sacral e *exotérica*. Os elementos culturais, são, por assim dizer, homogeneizados: nesse mingau declarado precioso, também bem digerível para toda a classe medianamente educada, já não há contrastes reais, pontos reais, arestas e severidades. Seu veículo linguístico é composto de lugares-comuns, mas não de lugares-comuns da fala profana cotidiana, e sim de lugares-comuns decantados do falar literário. Essa linguagem de lugares-comuns de origem áulica é declarada como *modelo de clareza*, diz-se que *todos a entendem* e, de fato (embora devamos hesitar muito, aqui, no uso da palavra *entender*), não causa espanto, todos estão acostumados com ela. Não tem relação com a razão, nem com a história: nasce com algo valioso que é chamado de passado, mas que é tão historicamente indiferenciado que pode circular no presente. É explorável e é geralmente explorado como veículo da ideologia da classe dominante.; porém, serve para defender essa ideologia mesmo quando não mostra conteúdos ideológicos aparentes. É já em si mesmo por mais vazios que permaneçam, em alguns casos, seus *topoi* recorrentes, instrumento eficiente dessa ideologia. É o elemento mais característico e difundido da cultura de direita: tem toda a sua obscuridade, que é declarada como clareza, toda a sua repugnância pela história, que é disfarçada como veneração do passado glorioso, toda sua imobilidade verdadeiramente cadavérica, que se finge de força viva perene.⁸⁸

Assim, é importante entender que qualquer ditadura é inimiga do dissenso, aproveita-se de chavões e palavras de fácil assimilação, ou como observa Jesi, de ideias sem palavras. A cultura de direita para o pensador italiano, portanto, caracteriza-se por uma cultura do vazio. O autor ainda observa ainda que existem traços culturais da direita ligados a um passado indiferenciado “no qual se fabricam fetiches de virilidade, de força heroica, de sacrifício até a morte, de disciplina, de hierarquia, de pátria e família, para defendê-los como posse tradicional”⁸⁹. Muitas desses valores foram ressignificados pela

⁸⁸ Idem, p. 160.

⁸⁹ Ibid, p; 207.

ditadura durante seus 21 anos e ainda estão em vigor na sociedade atual, nesse momento de neoconservadorismo e reacionarismo. Porém, para o caso brasileiro, ainda convém pensar em mais um aspecto que tomou conta do imaginário da direita e que reverberou nas universidades: a cruzada contra a corrupção. Esse elemento surgiu sobretudo após 1945 e se alastrou até a atualidade, sendo elemento central na batalha por corações e mentes. Assim, é importante entender que a simples bandeira do anticomunismo não era tão apelativa. Já a luta contra a corrupção foi algo importante na construção desse imaginário,⁹⁰ mesmo que tenha sido usada apenas como espantalho e como ferramenta de perseguição àqueles ligados, sobretudo, à esquerda. Todavia, é importante fazer uma ressalva. No Brasil, existe uma gama extensa de “direitas”, portanto, faz-se necessário entender que este campo ideológico também é marcado por diferenças. Dentro da própria ditadura no Brasil, por exemplo, havia elementos mais extremistas e até mesmo de caráter fascista, porém as próprias categorias de análise desta tese permitem identificar indivíduos que faziam parte de outras “direitas”, sejam elas de viés mais liberal ou mais conservador, porém sem o elemento mais extremista, o que não atenua a gravidade do regime.

Portanto, é importante contemporizar e salientar que as características trazidas por Jesi, podem ser lidas, no contexto atual, como traços culturais inerentes à “extrema-direita”, uma vez que o que se convencionou denominar de “direita” é esse amálgama de diversas gradações que, apesar de terem pontos em comum, também, possuem diferenças importantes, sobretudo ao se analisar, por exemplo, as nuances entre os adesistas do regime. No caso dos elementos supracitados, parecem ter mais identificação com o aspecto mais extremo da ditadura ou mesmo das elites que apoiaram de maneira incondicional e consciente o regime. Tal distinção se faz necessária, porque quando se analisa os campos opostos ideologicamente, é importante entender que há vários matizes que precisam ser levados em conta em ambos os lados, evitando-se assim, não cair na armadilha da simplificação.

Sobre a divisão da tese, ao longo de 5 capítulos, procurou-se fazer uma análise das categorias elencadas, perpassando por diferentes matizes e momentos políticos na UFPR, sempre enfatizando a atuação de estudantes, porém, aqui é necessária uma observação. Embora esses sejam protagonistas deste trabalho, muitas vezes se fará necessária uma incursão sobre a atuação de diversos atores, tais como docentes, agentes

⁹⁰ MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Passados presentes: o golpe de 1964 e a ditadura militar**. Rio de Janeiro: Zahar. 2021, p. 199-221.

de segurança e outros, pois, no processo de elaboração do mosaico da ditadura na UFPR, todos esses personagens fazem parte da história, até mesmo para entender as diferentes ações ou omissões de estudantes à época. Nessa perspectiva, é importante destacar que a análise se dará conforme a disponibilidade de fontes e bibliografia, fazendo recortes, que, longe de terem a pretensão de dar conta de todo o período (o que seria humanamente impossível e até mesmo, pretensioso), propõem uma reflexão sobre como determinados agentes agiram conforme as circunstâncias que se impunham. Portanto, o primeiro capítulo é dedicado a ponderações sobre memórias, negacionismos e esquecimentos. Tal análise, de cunho mais teórico, constitui o alicerce para as demais seções, que se debruçam sobre o escrutínio de fontes sobre o objeto de estudo de maneira mais específica, porém em concomitância a essa revisão historiográfica, já ocorrem análises de fontes pertinentes ao tema discutido. Nesse sentido, a discussão sobre autores de diferentes nuances, mas que dialogam com a temática central se mostra extremamente relevante. Desde reflexões acerca da memória como *ars* (arte) e *vis* (potência), essas classificações da memória dialogam com aspectos da memória coletiva, pormenorizada por Maurice Halbwachs.⁹¹

Na sequência, discute-se brevemente o papel das argumentações negacionistas acerca da subjetividade da produção historiográfica e a tentativa de desqualificar o papel de historiadores e historiadoras. Tal análise possui grande relevância para entender os vários revezes que o tema da ditadura sofre com o passar dos anos. Nessa discussão, é trazida a noção benjaminiana de *articular* o passado, a partir do tempo-agora, porém, sempre amparado no trato cuidadoso das fontes, o que traz lastro para o trabalho de estudiosos. Aqui, é importante destacar o trabalho dos *empreendedores de memória*, termo utilizado pela pensadora argentina Elizabeth Jelin⁹². A autora pondera a preponderância de indivíduos que atuam como guardiões da memória para a relação com o passado. Nessa perspectiva, vários trabalhos já citados aqui possuem essa característica, vital para o exercício de profissionais que lidam com o passado.

No capítulo seguinte, serão trabalhados os primeiros anos do regime na UFPR a partir dos eventos que antecederam o golpe de 1964, e, com isso, será possível perceber que a educação era pauta importante nas discussões políticas. Dessa forma, enquanto em boa parte do país o foco dos protestos contra o governo João Goulart se deu nas “Marchas da Família com Deus Pela Liberdade”, em Curitiba, o destaque ficou por conta da

⁹¹ HALBWACKS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990.

⁹² JELIN, Elizabeth. **Los trabajos de la memoria**. Madrid: Siglo XXI de España editores, S.A., 2002.

“Marcha a Favor do Ensino Livre”, em que se discutia uma suposta encampação das escolas particulares pelo Governo Federal e adoção de um livro de História pelo MEC, acusado de ter conteúdo “comunista”.

Logo após o golpe, enfatiza-se as universidades e órgãos de representação estudantil. Assim, após um panorama sobre a chamada Operação Limpeza em várias instituições de Ensino Superior, a UFPR passa a ganhar destaque, com a aposentadoria compulsória de 3 de seus mais prolíficos docentes: o já citado professor José Rodrigues Vieira Netto, Regenis Prochmann e Amilcar Gigante. Em seguida, uma reflexão sobre a chamada “Lei Suplicy” e seus impactos sobre a comunidade acadêmica.

Outro tópico a ser abordado é a chamada “modernização autoritária” nas universidades. Embora muitas medidas aprovadas durante a ditadura tenham, de fato, sido benéficas para as universidades de modo geral, tais como a expansão dos *campi*, a extinção do sistema de cátedras, além da modernização das universidades, há de se observar que tais demandas já eram bastante antigas. Nesse sentido, a criação da Universidade de Brasília (UnB) pode ser considerada um vislumbre do que poderia ser o futuro da educação superior no Brasil, porém o golpe interrompeu esse projeto, e o que foi apresentado foi imposto à revelia da comunidade acadêmica. Como se pode ver, as contradições e paradoxos são bastante evidentes durante todo o período.

Ao se aproximar o ano de 1967, o recrudescimento da repressão, em concomitância com o aumento da tenacidade estudantil, resultou no estouro da bomba no ano seguinte, em que duas forças opostas e de diferentes proporcionalidades colidiram: se por um lado o movimento estudantil conseguiu vitórias contundentes em uma luta de Davi contra Golias, por outro, o golpe mais duro era desferido contra aqueles que desejavam mudanças: com a imposição do AI-5, a violência de estado trouxe à tona níveis inéditos de perversidade e profissionalização da repressão. É nesse momento que, poucos dias após o mais duro ato institucional, estudantes são presos, porém, dessa vez, sem o direito de *habeas corpus*, permaneceram encarcerados, sendo que 15 deles foram condenados, caracterizando um episódio inédito. Portanto, devido à sua complexidade e abundância de fontes (sobretudo com relação à resistência ao regime), o ano de 1968 é analisado no capítulo 3, sendo esse o mais desafiador no sentido de concatenar tantos pontos de vista e materiais para análise. Aqui, as narrativas de indivíduos que viveram os acontecimentos são extremamente importantes. Nos vídeos gravados por Narciso Pires histórias detalhadas são contadas e suas análises cruzam fontes documentais como pastas da DOPS e jornais da época, montando um quebra-cabeças bastante rico e complexo.

Episódios como o frustrado XXX Congresso da UNE em Ibiúna – SP, ocorrido em outubro daquele ano, ecoaram diretamente na Terra das Araucárias, pois se o conclave estudantil no interior paulista foi desbaratado pelas forças de segurança, sua continuidade se deu justamente em Curitiba, no local que passou a ser conhecido como “Chácara do Alemão”, no bairro Boqueirão, onde as prisões ali realizadas resultaram justamente nas primeiras condenações de estudantes.

Outros dois episódios célebres ocorridos no mesmo ano, estando interligados, que também entraram para a posteridade devido à sua importância no movimento estudantil, foram tanto a ocupação do Centro Politécnico quanto da Reitoria da UFPR em maio, resultando na vitória estudantil sobre a imposição do ensino pago. Nesse sentido, a apreciação de diferentes fontes é imprescindível para entender a guerra de narrativas sobre os episódios, com lados opostos sustentando pontos de vista divergentes: os estudantes responsáveis pelas ocupações sempre alegando o caráter democrático do movimento e a preservação do patrimônio público, ao passo que jornais simpáticos ao regime argumentavam que houve depredação de bens públicos, além também terem aventado a hipótese de que os estudantes do episódio da “Chácara do Alemão” estavam escondendo armas, as quais nunca foram encontradas. Logo após, o “golpe dentro do golpe”, com o AI-5, havia 3 principais caminhos a serem seguidos pelos estudantes que haviam lutado contra o regime: seguir para a luta armada em outra região (sobretudo no Sudeste), o exílio, ou optar por um processo de acomodação até que a conjuntura política se mostrasse mais favorável.⁹³

É importante destacar quem são os estudantes de 1968 que protagonizaram e luta contra o regime e sofreram as consequências das prisões e condenações. Nesse sentido, dois deles atuavam no movimento desde o início do golpe: Vitório Sorotiuk e Stênio Salles Jacob eram líderes estudantis e engajados em bandeiras mais ligadas à esquerda. Vitório relata em sua narrativa estratégias para driblar as imposições de leis que tolhiam a autonomia estudantil. Stênio foi eleito presidente da União Paranaense dos estudantes em 1967, atuando de modo decisivo no enfrentamento ao ensino pago. Outros personagens são importantes para um entendimento sobre o movimento estudantil: Judite Maria Barboza Trindade e Elisabete Franco Fortes, ambas engajadas nas lutas contra o ensino pago e presas no episódio da Chácara do Alemão. Seus relatos da rotina de presas políticas enquanto tentavam concluir a faculdade, são bastante ricos. Judite, além de

⁹³ SILVA, Luiz Gabriel da. A revolta dos universitários na ditadura civil-militar em Curitiba: resistências e acomodações. *Revista eletrônica Trilhas da História*, v. 11 n. 22.

conseguir concluir a duras penas (com um professor que insistia em reprová-la por discordar de suas convicções políticas)⁹⁴, mais tarde se tornou professora do departamento de História da UFPR. Ao longo do terceiro capítulo da tese, mais personagens são destacados e analisados.

O capítulo seguinte discorre sobre os anos de 1969 e 1975, quando a repressão atingiu seu auge, ao mesmo tempo em que eram desenvolvidos projetos da ditadura na universidade. Aqui repressão e “desenvolvimento com segurança”⁹⁵ andavam juntos. Ao mesmo tempo em que projetos de extensão, como o já citado Projeto Rondon, visavam tanto ajudar no desenvolvimento de áreas mais carentes do Brasil quanto tirar estudantes do foco de discussões mais acaloradas. Uma fonte importante para análise nessa seção é o Manual da Escola Superior de Guerra,⁹⁶ que traz uma perspectiva militar sobre assuntos inerentes à Segurança Nacional. No manual, é possível entender o pensamento da classe militar em temas como a “guerra psicológica” que pode ser analisada por dois prismas: como estratégia de convencimento da população no engajamento a temas simpáticos a causas defendidas pelos militares e também por ações mais enérgicas, que provocariam temores por parte do inimigo. Dessa forma, nesse capítulo, são exploradas as duas estratégias: enquanto eram investidas vultuosas somas na reforma do ensino superior, sobretudo, com ajuda dos Estados Unidos, por meio dos acordos MEC-Usaid para atrair os estudantes com projetos modernizadores, utilizava-se da repressão em seu auge para combater os focos de subversão.

Também nesse capítulo busca-se analisar a vida dos estudantes condenados em 1968, com uma breve incursão em suas trajetórias individuais, sendo que alguns continuaram atuando de forma mais discreta em suas vidas, ao passo que outros optaram pelo exílio, como Vitório Sorotiuk. Para aqueles que decidiram ficar e continuar suas trajetórias por aqui, há uma convergência de relatos no sentido de sentirem grandes dificuldades, tanto na inserção no mercado de trabalho, devido às condenações, quanto aos julgamentos sofridos por conhecidos, que evitavam até mesmo cumprimentá-los na rua. Aqui é importante uma observação: em um primeiro momento, pode parecer estranho cobrir a vida dos estudantes após não estarem mais na universidade, porém, há que se lembrar que a vida no exílio ou na prisão é uma consequência direta de suas ações em

⁹⁴ Idem.

⁹⁵ Um lema bastante comum da Doutrina de Segurança Nacional.

⁹⁶ ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA. **Manual Básico**. Rio de Janeiro: 1975.

prol do movimento estudantil e das demandas dos universitários. Ademais, nos anos seguintes, esses pioneiros serviram de inspiração para as novas gerações de estudantes.

Na última parte da tese, há uma incursão no último período da ditadura, já no processo de distensão do regime. Nessa época, muitos estudantes retornavam do exílio, ao passo em havia uma efervescência política, com greves de professores e alunos na universidade, com motivos que variavam desde reposição salarial e melhores condições de trabalho (no caso dos docentes), até greves que não tinham relação direta com a vida estudantil, mas apoiada por estes, como a luta contra a inflação e por melhores condições de vida dos trabalhadores. É importante salientar que, com o avanço do processo de redemocratização, já se iniciavam algumas disputas de narrativas, com indivíduos que haviam apoiado o regime trazendo memórias que primavam por certa elasticidade moral. Nesse sentido, conforme pondera Daniel Aarão Reis,⁹⁷ em concomitância com Motta⁹⁸, em nome de uma conciliação nacional, tendeu a vencer a narrativa de que a sociedade brasileira apenas “suportara” a ditadura.

Já no final da década de 1980, os famosos comícios pelas “Diretas-Já” passaram a ser frequentes no Brasil, e Curitiba abrigou o primeiro grande evento,⁹⁹ com direito à participação de um famoso locutor e figuras proeminentes da política paranaense, muitos dos quais haviam sido perseguidos e/ou vigiados de perto pelo regime, como é o caso de Álvaro Dias e Roberto Requião. Este, aliás, eleito governador do estado no início da década de 1990, foi pioneiro na ação de abrir os arquivos da ditadura, porém, conforme é discutido no primeiro capítulo, embora a ação tenha sido muito importante no sentido da preservação de documentos, o processo de abertura “lenta, gradual e segura” contribuiu para que documentos mais comprometedores fossem destruídos. Sobre essa lacuna com relação a elementos mais espinhosos da ditadura, o jornalista Lucas Figueiredo traz um relato de um trabalho deliberado das Forças Armadas no sentido de ocultação de um grande número de documentação do período, sobretudo, aqueles relacionados a tortura e práticas de violações de direitos humanos perpetradas pelo Estado Brasileiro.¹⁰⁰

Conforme pode ser constatado ao longo dessa introdução, a análise dos capítulos se dá de forma linear. Tal escolha prevaleceu após haver uma ponderação sobre outros

⁹⁷ REIS FILHO, Daniel Aarão. **Ditadura e democracia no Brasil: do golpe de 1964 à constituição de 1988**. 1ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2014, p. 8.

⁹⁸ MOTTA, 2014, Op. Cit.

⁹⁹ SILVA, Luiz Gabriel da. **Ditadura em Curitiba?** Memórias (e esquecimentos) da repressão e da resistência na capital paranaense e criação de site temático. Curitiba: CRV, 2021

¹⁰⁰ FIGUEIREDO, Lucas. **Lugar Nenhum: Militares e civis na ocultação dos documentos da ditadura**. (1ª ed.) São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

modelos que se mostraram infrutíferos. Por exemplo, se cogitou a trabalhar cada categoria separadamente, sendo cada uma elencada em um capítulo, mas tal estratégia pareceu contraproducente já na análise preliminar das fontes, pois, conforme já observado, essas classificações não são estanques, tampouco seria possível elencá-las de maneira equânime. Como se verá ao longo da tese, as fontes ora apontam para uma maior preponderância de elementos da resistência, ora a documentação traz elementos que permitem entender a adesão. Já o processo de acomodação se deu durante todo o período em meio aos dois outros extremos. Aliás, a maior dificuldade se deu com relação às fontes inerentes aos processos de adesão, pois na oralidade há um vácuo com relação a esta conduta, e os documentos oficiais, como atas de conselho universitário e órgãos colegiados são bastante suscintos, sendo preciso analisar, muitas vezes, o não-dito. Nesse sentido, as pastas da DOPS trazem elementos ricos, porém mais escassos. Dessa forma, muito mais do que tratar as categorias de análise de maneira hermeticamente iguais, o desenvolvimento da tese primou por investigar o período de acordo com os elementos disponíveis até então.

CAPÍTULO 1 – MEMÓRIAS, NEGACIONISMOS E ESQUECIMENTOS

*Y al que desvió la línea de la patria
hasta entregarla como carcelero,
atada, a los que pagan por herirla,
yo no voy a eu prendocantarlo ni callarlo,
voy a dejar su número y su nombre
clavado en la pared de la deshonra*

Pablo Neruda ¹⁰¹

Para entender de que forma a ditadura no Brasil conseguiu passar incólume a punições, além de contar com o apoio de uma parcela significativa da população, enquanto outra simplesmente desconhece o tema, é importante que se faça uma discussão sobre memória, negacionismo e esquecimento. Além disso, as considerações ponderadas nessa seção servirão para permear as análises ao longo da tese, uma vez que a memória ocupa lugar central neste trabalho. Portanto, a escolha de se fazer a discussão teórica nesta parte vem da vontade de justamente trazer elementos que servirão de alicerce para todo o trabalho, de modo que nos capítulos seguintes seja possível se ater mais às fontes e à análise bibliográfica de elementos inerentes à ditadura em si em suas mais diversas facetas.

1.1 A MEMÓRIA COMO *ARS* E *VIS*

Os caminhos pelos quais a memória transita são bastante ramificados e, não raras vezes, cheios de interconexões e acidentes. Ao analisar suas distintas funções, para o escopo desta tese, é possível iniciar a discussão entendendo duas das principais acepções: a memória como *ars*, (arte) e como *vis*, (potência).¹⁰² iniciando a análise do primeiro significado, aqui, arte deve ser entendida em seu sentido que remete à antiguidade clássica, enquanto “técnica”. Para aventar esta função, é pertinente evocar um de seus mitos fundadores, tão bem articulado por Cícero, por meio da figura do poeta Simônides

¹⁰¹ Em tradução livre: E para aquele que desviou a linha da pátria/até que ele a entregou como carcereira, amarrado, para aqueles que pagam para machucá-la./Não vou cantar ou silenciar./Vou deixar seu número e seu nome/pregado na parede da desonra. NERUDA, Pablo. **Canto general**. 5. ed. Buenos Aires: Editorial Losada, 1971

¹⁰² ASSMANN, Aleida. **Espaços da recordação: formas e transformações da memória cultural**. Campinas: Unicamp, 2011, p. 31

de Ceos (556-468 a.C). Faz-se necessário salientar que este personagem será relembrado em outros momentos de discussão sobre a memória.

Nessa primeira história, o pugilista Skopas havia decidido comemorar sua vitória com um banquete, de forma que, para animar o evento, havia contratado o poeta Simônides. Este, por sua vez, fez uma invejável demonstração de seu maior talento – justamente a memória como *ars* – chamando pelo nome cada um dos presentes. Ao longo de sua fala eloquente, Simônides ainda recitou os feitos de Castor e Pollux, dois dióscuros¹⁰³ bastante famosos na antiguidade. A elocução e sagacidade do poeta agradou aos presentes, porém o anfitrião não havia gostado, já que a história daqueles sobrepujava um pouco de seu protagonismo. Dessa forma, o poeta foi tratado com ironia por seu mecenas, que afirmara que só lhe pagaria metade e se quisesse receber o restante, que procurasse os deuses, homenageados com tanta erudição. Na sequência, Simônides foi chamado por um mensageiro, o qual informava que dois cavaleiros queriam encontrá-lo. Ao chegar ao local marcado, fora da construção em que o banquete era servido, sentiu um tremor que demoliu o local onde estavam, matando todos os presentes, exceto nosso protagonista. Após a notícia se espalhar pela cidade, os familiares dos mortos chegavam ao local e se depararam com um fato que desencadeou uma dor ainda maior: ao retirarem os escombros, viram que não era possível identificar seus entes queridos, uma vez que o acidente havia desfigurado as vítimas. Foi então que a invejável habilidade de Simônides mais uma vez entrou em ação: o poeta sabia de cor a posição em que cada um havia estado na cerimônia. No fim das contas, a memória privilegiada deste personagem havia ajudado as pessoas da cidade a darem uma despedida digna aos seus.¹⁰⁴ Essa breve incursão ilustra o papel da memória como mnemotécnica da Antiguidade, ou seja, a *arte* de memorização. Tal procedimento se faz importante quando se mergulha nas águas profundas e turvas do passado, sobretudo, quando não há tantos suportes da memória – como fontes documentais, por exemplo, sendo importante recorrer a narrativas dos próprios partícipes de determinados eventos pregressos. Porém, surge uma indagação: o quão fidedigna seria essa memória oriunda da técnica supracitada? Nesse sentido, é importante ressaltar que

¹⁰³ Os dióscuros (cuja tradução é “filhos de Zeus”) são filhos de Leda, esposa de Tíndaro, rei de Esparta. De acordo com a lenda, Zeus havia ficado fascinado com a beleza da jovem, mas sabendo que seria recusado, se transformou em um cisne e se aproxima dela, enquanto esta tomava banho no rio. Esta, encantada com o animal, o acaricia no colo. Alguns meses depois, sente fortes dores, de forma que de seu ventre saem dois ovos: em um nascem Castor e Helena e no segundo, Pollux e Clitemnestra. Em cada ovo, havia um filho de Zeus, Helena e Pollux, que com isso, ganharam a imortalidade, enquanto Castor e Clitemnestra eram filhos de Tíndaro, portanto, mortais.

¹⁰⁴ Idem, pp. 39-40.

essa capacidade de *armazenamento* da memória é importante para o outro processo que será analisado a seguir, pois apesar de ter a tradução como *arte*, a mnemotécnica se trata de uma operação mecânica.

Todavia, para além da capacidade de retenção, há outro viés da memória, ou seja, ela como *vis* (potência). Aqui, se evoca a importância da *recordação*, conforme pondera Assmann,

No caso da recordação, a dimensão do tempo – paralisada e superada na fase de armazenamento – torna-se crítica. Enquanto o tempo interfere no processo da memória, há um deslocamento fundamental entre o que foi arquivado e sua recuperação. Se na mnemotécnica era crucial a correspondência exata entre o input e o output, na recordação é a diferença entre ambos que vem à tona.¹⁰⁵

Nesse processo de recordação, a operação se dá de forma reconstrutiva, ou seja, parte-se do presente, recuando-se para um território mais nebuloso, passando “para um deslocamento, uma deformação, uma distorção, uma reavaliação e uma renovação do que foi lembrado até o momento de sua recuperação”.¹⁰⁶ Nesse sentido, a palavra “potência” indica que a memória não deve ser pensada como um invólucro protetor, mas como algo imanente, uma energia com suas próprias leis. Portanto, ao passo que o ato de armazenamento pode ser entendido como um esforço de reter determinadas lembranças, cuja técnica pode ser aprendida e aperfeiçoada, a recordação ocorre dentro do espaço-tempo em que o indivíduo participa ativamente desse processo.

Ao tratar de eventos traumáticos como a ditadura civil-militar em Curitiba, recorre-se a narrativas de indivíduos que viveram aquele período, cujas lembranças são evocadas pela capacidade de armazenamento de determinados fatos marcantes na memória, porém, muitas vezes é necessário a evocação do processo de recordação, que sempre parte do presente, trazendo perspectivas que estão atreladas a esse tempo. Partindo do pressuposto de que o inimigo do processo de rememoração é o próprio tempo, quanto mais este avança, maior a probabilidade de vitória sobre a memória. Os primeiros sintomas da inexorabilidade dessa batalha desigual são as inexactidões, algumas incoerências nas recordações e os esquecimentos. A própria lenda fundadora da mnemotécnica romana já indica uma memória não tão confiável. Quintiliano, por exemplo, questionava aspectos da lenda de Simônides, afirmando que não havia certeza

¹⁰⁵ ASSMANN, Ibid. p. 33

¹⁰⁶ Idem, p. 34.

de onde se localizava o salão de festas mencionado, se em Fársalo ou Cránon. Portanto, naturalmente, muito se discute sobre a plasticidade da recordação.¹⁰⁷

Sabe-se que a transmissão desse mito perpassou gerações, transformando a história diversas vezes, por meio da memória coletiva. Sobre este termo, as contribuições de Maurice Halbwachs¹⁰⁸ são importantes para pensar a relação do entorno do indivíduo no processo de reconfiguração da memória. O autor afirma que, embora a lembrança seja individual, a memória somente se torna possível por estar inserida em uma sociedade, retroalimentando-se por referências e imagens coletivas. Um exemplo dado por Halbwachs são as recordações de infância, muitas das quais são ativadas por outros indivíduos que as trazem à tona. Assim, muitas vezes, a lembrança de um é dependente da rememoração e reforço de outro indivíduo ou de um grupo. Como exemplo para esta tese, pode-se citar duas experiências diametralmente opostas: as políticas de memória enquadradas pelo Estado, seja por meio de ocultação de memórias inconvenientes, ao passo em que ocorre a exaltação (e fabricação) de outras, seja por meio de peças de publicidade, ou por eventos públicos que enaltecem a face europeia, no caso de Curitiba, ou pelas memórias daqueles que combateram a ditadura, tais como os estudantes da época da ditadura civil-militar no Paraná, cujas lembranças possuem vários pontos de convergência, sendo reforçados pelo grupo ao longo do tempo. Sabe-se que muitos deles mantiveram uma rede de contato que perpassou os anos, reforçando certas memórias em detrimento de outras. Portanto, é possível inferir que se criou uma espécie de memória coletiva acerca do período para aquele grupo. Todavia, é importante ponderar que, apesar de esse conceito ser importante para o entendimento das nuances inerentes à memória, não dá conta de explicar a relação complexa entre a memória e o esquecimento. Assim, é importante ponderar que a construção dessa memória coletiva muitas vezes se dá por meio de processos de coerção e disputas de poder, raras vezes de forma harmônica.

Portanto, em contraposição a alguns elementos inerentes à memória coletiva de Halbwachs, está Joël Candau¹⁰⁹. Apesar de o autor concordar com muitos pressupostos de Halbwachs, critica o que considera uma generalização a respeito da temática. Dessa forma, o autor afirma que “a ideia de uma memória partilhada, permanece conjuntural. Com efeito, só a memória individual seria uma faculdade atestada, cujo substrato neuronal é hoje bem documentado graças às contribuições das neurociências cognitivas

¹⁰⁷ ASSMANN, Ibid, p. 40

¹⁰⁸ HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990.

¹⁰⁹ CANDAU, Joël. **Antropologia da memória**. Instituto Piaget: Lisboa, 2013.

e das imagens cerebrais”.¹¹⁰ No entanto, ele reconhece a contribuição de Halbwachs no que se refere a um certo número de fenômenos sociais relacionados à memória. Portanto, é importante salientar que Halbwachs desenvolve uma definição sociológica de memória coletiva, o que dentro de determinadas conjunturas pode ser aplicado (conforme exemplificado anteriormente), embora não de maneira generalizada.

Ainda debatendo o conceito de memória coletiva, Candau faz a seguinte observação:

Os atos de memória decididos coletivamente podem delimitar uma área de circulação das recordações sem com isso determinar a via que cada um vai seguir. Algumas vias são alvo de uma adesão maioritária, mas as memórias dissidentes preferirão caminhos secundários ou seguirão outras mal delineadas.¹¹¹

Ao considerar as observações que Candau faz acerca da memória coletiva, é possível chegar ao entendimento de que, em determinadas conjunturas sociais, há tanto a construção de uma memória coletiva (Halbwachs), quanto um processo de enquadramento da memória (sobre o qual se discorrerá mais adiante) no que se refere à construção de identidades e fatos fixados na memória de um grupo. Todavia, aquelas que não são partilhadas, as quais não encontraram eco na coletividade e que permaneceram no foro íntimo, podem ficar, de certa forma, guardadas, esperando um momento mais oportuno para serem verbalizadas e se tornarem de conhecimento público.

Aqui evoca-se novamente a memória como *vis*, dado que é possível perceber que as memórias daqueles que enfrentaram a ditadura civil-militar no Brasil, durante muito tempo, permaneceram subterrâneas já que não encontravam ocasião de virem à tona, devido à conjuntura desfavorável para conseguirem se fazer ouvir. Porém, muito mais do que armazenar informações e memórias (como *ars*), para que as discussões viessem à tona, era necessário evocar a dimensão de *vis* (potência) por meio do trabalho dessas lembranças e sua ressignificação no presente.

Outra função da memória é a de trazer paz e/ou justiça para grupos que foram silenciados ou injustiçados durante certo tempo. Novamente aqui, é possível trazer mais uma lenda de Simônides por meio de uma metáfora. Na segunda história, uma figura que pode representar um passado mal resolvido em nosso contexto, cruza o caminho daquele que se orgulhava de sua memória. Simônides havia empreendido uma viagem, de forma que durante seu percurso teria encontrado um cadáver, tendo, em seguida, providenciando

¹¹⁰ Idem, p. 84.

¹¹¹ Ibid, p. 87.

seu enterro. Na sequência, o espectro apareceu para nosso herói, advertindo-o de que o barco em que pretendia prosseguir a viagem afundaria. Assim, o poeta desistiu de seguir, e o evento previsto pelo espírito se tornou real.¹¹² Ora, o ato de dar um enterro digno aos mortos também pode ser utilizado como metáfora para tratar da temática analisada nessa tese. Devido à tradição brasileira de conciliação política, de se fazer alianças espúrias e sempre deixar cadáveres insepultos em nossa história na forma de assuntos não resolvidos, estamos sempre às voltas com fantasmas batendo à nossa porta, tais como os vários processos de rupturas em nossa frágil e tortuosa democracia. Destarte, o Brasil não enterrou o cadáver putrefato da ditadura, uma vez que a Lei da Anistia trouxe um perdão e esquecimento equânimes para dois lados que mediam forças completamente desiguais e em diferentes proporcionalidades. Assim, ao contrário de vizinhos como a Argentina¹¹³ e Chile que, do ponto de vista da memória – e também da justiça – acertaram as contas minimamente com o passado, no Brasil passamos por cima do defunto no meio do caminho e não cuidamos de proporcionar-lhe um enterro digno e definitivo. Assim como explicitado na introdução do trabalho, quando houve a chance de rever a polêmica Lei, optou-se por não fazer esse enterro e prosseguir com o defunto a céu aberto. Conforme argumenta o historiador Clóvis Gruner, ao passo em que países como Uruguai e Argentina tiveram derogadas as leis que perdoavam os ditadores, no Brasil houve o perdão de todos aqueles que cometeram violações de direitos humanos, sem exigir que reconhecessem seus crimes. Sua análise é cirúrgica quando argumenta sobre as contradições de nossa Lei da Anistia:

Dos quatro deveres que lhe competem — oferta de reparações; investigar, processar e punir os violadores; revelar a verdade às vítimas, seus familiares e à sociedade; e afastar os criminosos de órgãos relacionados ao exercício da lei e outras posições de autoridade —, mal cumprimos o primeiro. Mesmo a Comissão Nacional da Verdade não mudou substancialmente isso, porque o fundamental restou por fazer: nenhum dos governos eleitos a partir de 1989 enfrentou o imenso edifício de olvido sobre o qual se estrutura parte de nossa cultura política contemporânea.¹¹⁴

¹¹² ASSMANN, op. Cit. p. 42.

¹¹³ Apesar de ter punido muitos militares que violaram direitos humanos na ditadura e de ter uma discussão ampla sobre a memória desse período, a Argentina passa atualmente por um movimento negacionista, que teve seu ápice nas eleições de 2023, com o então candidato à presidência da República, Javier Milei tendo negado o número de 30 mil desaparecidos. De acordo com o líder da extrema-direita, em debate televisionado, o número não passaria de 8 mil. Além disso, sua vice, Victoria Villarruel promete revisar a atual política de memória e direitos humanos do país, que havia indenizado milhares de vítimas do regime. Sobre a promessa de campanha de Victoria Villarruel, ver:

<https://www.bbc.com/portuguese/articles/cekm45e3rypo>. Acesso em: 3 jan. 2024.

¹¹⁴ GRUNER, Clóvis. Celebrar o golpe representa uma derrota para a democracia. **El País**, 27 mar. 2019. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2019/03/26/opinion/1553638697_638185.html. Acesso em: 3 jan. 2024.

Coincidentemente, no momento em que esta tese foi redigida, veio à tona a efeméride dos 60 anos do golpe de 1964. Se por um lado, houve uma grande oportunidade de se tratar o assunto com a seriedade que ele merece no espectro político, por outro, o presidente Luís Inácio Lula da Silva adotou uma postura conservadora, ou – um termo que será muito utilizado aqui – de *acomodação*, não só silenciando sobre o ocorrido, mas fazendo uma desastrosa declaração de que “não iria ficar remoendo o passado”¹¹⁵ e que queria “tocar o Brasil para a frente”. Enquanto isso, o cheiro pútrido da ditadura e de suas vítimas continua a céu aberto. Ao contrário de nossos vizinhos sulamericanos, o Brasil continua empurrando para debaixo do tapete a sujeira causada pelos militares. Não só isso: estamos às voltas com a ameaça constante do autoritarismo batendo às portas de tempos em tempos, conforme os eventos de 8 de janeiro de 2023 podem atestar.

1.2 NEGACIONISMOS, EMBATES E NARRATIVAS: A HISTÓRIA PODE SER RELEGADA AO STATUS DE FICÇÃO?

As disputas pela memória são uma espécie de trabalho de Sísifo. Ao tentar empreender esta tarefa em pesquisas inerentes à história do Brasil, sobretudo versando sobre temas espinhosos, a dificuldade é potencializada à enésima potência. Os desafios são muitos: a escassez de fontes, a luta contra o processo de esquecimento, muitas vezes perpetrado de maneira deliberada por aqueles que não desejam que temas incômodos venham à tona, a construção de narrativas idealizadas e/ou enviesadas, etc. Some-se a isso o fato de a cidade de Curitiba ter sido sistematicamente governada por uma elite que dita o que deve ser exaltado e o que deve ser obliterado, buscando uma imagem que remete a uma cidade com ares notadamente europeus, mitigando qualquer tentativa de trazer à superfície memórias conflitantes com o *status quo*. Assim, o passado de escravidão, extermínio de povos nativos, bem como de conflitos políticos fazem parte da história da constituição da cidade, embora esses cadáveres sejam abandonados no caminho pelo poder público ao longo dos locais que deveriam ser de memória, mas configuram espaços de amnésia. Assim, não só Curitiba possui essa tradição de ser governada pelos mais abastados, nomeadamente com ares pretensamente europeus, mas o

¹¹⁵ Lula é criticado por entidades de direitos humanos após dizer que não quer ficar “remoendo” golpe militar de 64. CNN Brasil. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/blogs/jussara-soares/politica/lula-e-criticado-por-entidades-de-direitos-humanos-apos-dizer-que-nao-quer-ficar-remoendo-golpe-militar-de-64/> Acesso em: 4 abr. 2024.

estado do Paraná também passa por essa mesma situação. Como em uma perspectiva histórica de longa duração, o estado é relativamente novo,¹¹⁶ naturalmente ainda carece de uma identidade. Assim no início do século XX, surgiu por meio das elites da erva-mate e de artistas e intelectuais, o Movimento Paranista, que consistia em uma série de esforços para criar essa tão almejada identidade paranaense. Essa iniciativa era composta de representações artísticas, bem como da tentativa de conscientização das pessoas do dever de se amar tudo que representasse o Paraná. Para se ter uma ideia da ambição que o neologismo carregava, nas palavras de Romário Martins:

Paranista é todo aquele que tem pelo Paraná uma afeição sincera, e que notadamente demonstra em qualquer manifestação de atividade digna, útil à coletividade paranaense. Essa é a acepção que o neologismo, si (sic) é que é neologismo, é tido sobre esse movimento de ideias e iniciativas contidas no Programa Geral do Centro Paranista.

(...) Paranista é aquele que em terras do Paraná lavrou um campo, cedeu uma floresta, lançou uma ponte, construiu uma máquina, dirigiu uma fábrica, compoz (sic) uma estrofe, pintou um quadro, esculpiu uma estátua, redigiu uma lei liberal, praticou a bondade, iluminou um cérebro, evitou uma injustiça, educou um sentimento, reformou um perverso, escreveu um livro a plantou uma árvore.¹¹⁷

Apesar das palavras aprazíveis e acolhedoras, bem como da importância da figura de Romário Martins para a história do estado, seu discurso traz alguns elementos que demonstram alguns estereótipos e quem, de fato, era privilegiado pelo movimento. Quando se refere às profissões, por exemplo, o historiador sempre destaca cargos de liderança (lançou uma ponte, construiu uma máquina, dirigiu uma fábrica). Além disso, apesar de se referir à coletividade paranaense, o Movimento Paranista ficou restrito às elites, e além de não dialogar com a população, não trouxe nada que privilegiasse elementos indígenas (esses sim, originalmente paranaenses) e afro-brasileiros. Aliás, Romário Martins costumava afirmar que “a população negra e mestiça do Paraná nunca foi numerosa”¹¹⁸. Tal incursão, bastante breve, serve para exemplificar parte do esforço de construção do imaginário paranaense.

Naturalmente, tal imposição mostra justamente que sempre existem grupos que resistem ao silenciamento, seja por meio de iniciativas organizadas coletivamente, seja por esforços mais individuais. Nesse sentido, é possível citar desde pesquisas acadêmicas,

¹¹⁶ O Paraná surge como estado somente em 19 de dezembro de 1853, quando se emancipa de São Paulo.

¹¹⁷ MARTINS, Romário. **Paranística**. In A divulgação. Curitiba. Fev-mar. 1946, p.91.

¹¹⁸ BATISTELLA, Alessandro. O paranismo e a invenção da identidade paranaense. **Revista Eletrônica História em Reflexão: Vol. 6 n. 11** – UFGD - Dourados jan/jun 2012. Disponível em: <https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/historiaemreflexao/article/download/1874/1044/5318>. Acesso em: 4 mai. 2024.

que trazem certa visibilidade aos temas mais espinhosos (embora, muitas vezes, sem alcançar uma grande parte da comunidade) ou por iniciativas da sociedade civil, tais como o movimento negro, movimento LGBTQIA+, povos originários e militantes de maneira geral. Portanto, é importante notar que a hegemonia da elite é sempre uma ação verticalizada, por meio da qual se pretende obliterar aqueles que ela pretende submeter. Nessa perspectiva, é bastante útil a acepção de Enrique Serra Padrós, de que

qualquer entendimento que aponte a existência de antagonismos sociais ou questionamentos que explicitem a dissimulação de interesses de classe por detrás dos setores políticos dirigentes é identificado como nocivo aos interesses da “nação” e, portanto, deve ser combatido como tal. Mais do que isso, tal coesão política pressupõe o fim do pluralismo político, condição essencial para a resolução dos conflitos e de seus elementos centrífugos. Em realidade, o perigo é identificado nas “ideologias estranhas”, forâneas, externas, diferentes das locais. Pelo desdobramento dos fatos históricos, constata-se que aqueles cidadãos que acabaram identificados internamente com essas “ideologias estranhas” foram tratados como inimigos perigosos dos interesses da unidade nacional, uma vez que não compartilhavam nem defendiam a tradição política (da elite) local.¹¹⁹

Além dos problemas mencionados, nos últimos anos, tem ganhado força no submundo das redes sociais uma vertente negacionista da história, articulada sobretudo pela extrema-direita em ascensão, fenômeno este que paira em grande parte do mundo, tendo encontrado no Brasil terreno bastante fértil, sobretudo com a vitória do presidente Jair Bolsonaro nas eleições de 2018. Este, propagador contumaz de narrativas esdrúxulas que não só exaltavam práticas nefastas como a tortura e execuções¹²⁰, já na presidência da República defendia que se comemorasse o golpe de 31 de março.¹²¹

Não somente as chamadas *Fake News* sobre a ditadura na atualidade são inescrupulosas, como o próprio regime possuía sua máquina de manipulação da verdade. Além das diversas formas de censura – que serão pormenorizadas ao longo da tese – presentes ao longo do regime, havia em órgãos como o Serviço Nacional de Informações

¹¹⁹ PADRÓS, Enrique Serra. **Repressão e violência**: segurança nacional e terror de Estado nas ditaduras latino-americanas. In: FICO, Carlos; FERREIRA, Marieta de Moraes; ARAUJO, Maria Paulo; QUADRAT, Samantha Viz (orgs.). **Ditadura e democracia na América Latina**: balanço histórico e perspectivas. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008, p. 144.

¹²⁰ O então candidato à presidência comparou, em 2018, a execução de indivíduos ordenada por Ernesto Geisel a um “tapa no bumbum do filho”. Na ocasião, veio à tona um documento da CIA em que se comprovava a atitude de Geisel. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=NjD8ZPNG850>. Acesso em: 18 abr. 2023.

¹²¹ Gestão Bolsonaro celebra golpe de 31 de março pelo quarto ano seguido. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/deutschewelle/2022/03/31/gestao-bolsonaro-celebra-golpe-de-64-pelo-quarto-ano-seguido.htm>. Acesso em: 18 abr. 2023.

uma verdadeira rede de espionagem e assassinato de reputações.¹²² Como exemplo da forma com que a disseminação de notícias falsas encontrou ecos em outras ditaduras do Cone-Sul, pode-se citar o relato do historiador Bruno Leal,¹²³ que traz a notícia de que em dezembro de 2020 o jornal página/12 teve acesso a uma documentação inédita encontrada na sede da Agência Federal de Inteligência (AFI) que demonstra que o regime ditatorial argentino tinha uma “usina de notícias falsas” na Secretaria de Inteligência do Estado. Para difamar aqueles considerados “inimigos do Estado”, utilizava-se de boatos, promoção de pornografia, instrumentos para ridicularizar os oponentes, como piadas, promoção de literatura tendenciosa, etc. Com relação ao Brasil, órgãos de espionagem como o SNI promoviam coisas semelhantes, além de realizar uma grandiosa propaganda do regime, sobretudo no governo Médici (1969-1974). O fato de a perseguição aos opositores da ditadura raramente fazer parte do noticiário (muitas vezes, devido à censura ou conivência da mídia com o regime), aliada à propaganda massiva - que exaltava a ditadura de forma velada, elogiando suas obras faraônicas e um suposto desenvolvimento nacional, não raras vezes apelando para um sentimento ufanista - além do trabalho de ocultação de memórias e narrativas divergentes, ajudou a inocular na maioria da população uma imagem de que esta época havia sido de relativa tranquilidade, ainda mais levando-se em consideração a precariedade e o limitado alcance dos meios de comunicação à época. Todavia, a falta de acesso à informação não dá conta de explicar o fenômeno do apoio de parte da população ao regime. A urbanização, crescente acesso à escolaridade nas grandes cidades e o chamado “milagre econômico” que beneficiou sobretudo a classe média e a própria afinidade ideológica de parte da população, são fatores que auxiliaram na adesão ao regime, que convenientemente escondia nos porões as sevícias e violações de direitos humanos, além de obliterar suas contradições.

Assim, não é fortuito o fato de que os trabalhos pela memória e a elucidação de fatos inerentes à ditadura civil-militar no Brasil encontrassem diversos entraves, tais como a ocultação ou eliminação de documentos e vestígios desse passado incômodo para aqueles que propagaram um regime de exceção e arbitrariedades durante 21 anos. Tais dificuldades, encontradas por profissionais que lidam com memória, acabam se tornando justamente o combustível para negacionismos e distorções grosseiras da história. Dessa

¹²² GASPARI, Elio. **A ditadura envergonhada**. 2 ed. rev. Rio de Janeiro: intrínseca, 2014.

¹²³ LEAL, Bruno. Fake News: do passado ao presente. In: PINKKY, Jaime; PINSKY, Carla Bassanezi [et al]. **Novos combates pela história**: Desafios – ensino. São Paulo: Contexto, 2021.

forma, nos últimos anos tem se questionado a legitimidade do trabalho de historiadores e profissionais que trabalham com o estudo do passado tem sido questionada.

Consequentemente, como a temática desta tese trata de acontecimentos cujos partícipes ainda estão vivos, o debate perpassa justamente pela memória e suas fragilidades e contradições. Ao trazer esses questionamentos, é pertinente recorrer a Jeanne-Marie Gagnebin¹²⁴ e suas discussões acerca desta temática. Em seu capítulo intitulado *verdade e memória do passado*,¹²⁵ a autora faz uma dupla indagação: “por que hoje falamos tanto em memória, em conservação, em resgate? E por que dizemos que a tarefa dos historiadores consiste em estabelecer a verdade do passado?”. Fazendo alusão a Walter Benjamin, ela enfatiza a perspectiva de que, para além do discurso científico de trazer “fatos”, *articulamos* o passado e não o descrevemos como um objeto físico. Portanto, esse processo é construído, tornando-se objeto de uma constituição em que o lugar não é o tempo homogêneo vazio, mas preenchido pelo tempo-agora. A partir dessa afirmação, surge uma problemática: por não ser essencialmente factual, mas muitas vezes possuir um caráter literário e narrativo, não haveria o risco de se apagar a fronteira entre a ciência da ficção, ou a verdade da mentira?

Gagnebin ainda vai além desse desdobramento, ao indagar a possibilidade de se manter o discurso histórico e não o afundar no oceano da ficção. Assim, ao dialogar com as ideias de Paul Ricoeur, Gagnebin argumenta que

Ricoeur propõe, então, substituir a ideia de referência por aquela, de **refiguração** e de desdobrar esta noção: ‘a ficção remodelando a experiência do leitor pelos meios únicos de sua irreabilidade, a história o fazendo em favor de **uma reconstrução do passado sobre a base dos rastros deixados por ele**’.¹²⁶ (grifos meus).

Da afirmação de Ricoeur, vem à tona a discussão sobre a noção de “rastros”, sempre evocada pela memória, ressaltando a problemática paradoxal da “presença do ausente” ou da “ausência da presente”. A partir dessa abordagem, a autora argumenta que é positiva a noção da fragilidade da memória e da escrita, mesmo sendo esta situação contraditória, pois esse é justamente o elemento que mostra a importância do trabalho do historiador: “É necessário lutar contra o esquecimento e a denegação, lutar em suma,

¹²⁴ GAGNEBIN, Jeanne Marie. **Lembrar, escrever, esquecer**. São Paulo: Editora 34, 2009 (2ª reimpressão - 2018).

¹²⁵ Idem, P. 39.

¹²⁶ Ibidem, p. 43

contra a mentira, mas sem cair em uma definição dogmática de verdade”¹²⁷. Ocorre que, a partir desta reflexão acerca do caráter intersubjetivo do conhecimento histórico, muitas vezes podem surgir distorções oportunistas para argumentações negacionistas, frisando justamente uma suposta falta de objetividade do trabalho do historiador, como se a produção histórica fosse apenas questão de ponto de vista ou necessitasse de afirmações dogmáticas. Ora, conforme frisa Marcos Napolitano,¹²⁸ há uma fronteira porosa entre memória e história, uma vez que a primeira é uma construção levada a cabo por grupos sociais e suas instituições, enquanto a segunda é uma operação intelectual analítica, chancelada por um método objetivo. Tal argumentação encontra ecoa o pensamento de Pierre Nora,¹²⁹ uma vez que o autor francês afirma que a memória está sujeita a uma série de dinâmicas, inerentes a variações de ordem subjetiva, pois os grupos vivos estão em constante evolução. Já a história é a operação intelectual e laicizante que trata a memória segundo metodologias próprias. Destarte, Marcos Napolitano enfatiza que durante a produção de seu trabalho, o historiador deve se pautar no trato crítico das fontes, não silenciando diante do cotejo destas e manter-se na argumentação baseada em conceitos e categorias de análise¹³⁰. Ou seja, a subjetividade na análise de fontes no trabalho do historiador não encontra espaço para distorções de fatos históricos, portanto, os argumentos negacionistas não encontram guarida perante o trabalho historiográfico.

Ao ponderar sobre a relação que o historiador faz com o passado, Lorena Lopes da Costa¹³¹ traz uma análise de elementos da *Iliáda* e da *Odisseia* a partir da perspectiva da palavra *xenía*, que seria algo como uma relação de mão dupla entre estrangeiro e anfitrião. Costa cita vários exemplos, como de Páris com Menelau (e de como este *xenía* foi quebrada como rapto de Helena), da visita de Telêmaco a Menelau e a Helena (após a guerra) e até mesmo de Odisseu na terra dos feácios. A autora então por meio dessas metáforas, argumenta que nós, historiadores, somos estrangeiros em qualquer situação, “por mais que isso nos frustre, sobretudo em momentos de crise, como o nosso, em que o desejo de atuar é mais de perto, de frente, de dentro, anulando aquela que poderia ser

¹²⁷ Ibidem, p. 44

¹²⁸ NAPOLITANO, Marcos. **Negacionismo e revisionismo histórico no século XXI**. In: PINKKY, Jaime; PINSKY, Carla Bassanezi [et al]. **Novos combates pela história: Desafios – ensino**. São Paulo: Contexto, 2021.

¹²⁹ NORA, Pierre. Entre a memória e a História – a problemática dos lugares. São Paulo: **Projeto História**, n. 10, 1993

¹³⁰ NAPOLITANO, 2021. Op. Cit, p. 105.

¹³¹ COSTA, Lorena Lopes da. Os Lotófagos da Odisseia ou sobre o esquecimento do retorno. **Caderno de pesquisa do Cdhis**. Uberlândia, MG, vol. 30, n.2. 2017, p. 169-185.

entendida como uma distância entre nosso ofício e nossa cidadania”¹³². Dessa forma, buscando narrar o passado, seremos sempre estrangeiros, nesse duplo sentido da *xenia*.

1.3 A LUTA CONTRA O ESQUECIMENTO E O TRABALHO DOS “EMPREENDEDORES DE MEMÓRIA”

Quando pensamos no esquecimento, podemos recorrer também a exemplos mais longínquos na história. Assim, como foi frisada a história de Simônides na Grécia Antiga, pode-se resgatar reflexões sobre o esquecimento em exemplos tão antigos quanto o citado. É célebre a passagem da Odisseia em que Ulisses, ao relatar suas memórias para seu anfitrião Alcínoo, traz a passagem de sua expedição juntamente de seus homens pelos Lotófagos. Narra Ulisses:

Ei-los que vão, sem demora, e se mesclam aos homens Lotófagos.
Esses Lotófagos não empreendem fazer nenhum dano
aos nossos homens, mas logo fizera que loto comessem.
Quem quer que viesse a provar uma vez desse fruto gostoso
nunca a resposta haveria trazer, nem de novo empregar-se;
desejaria, isso sim, morar com os homens Lotófagos,
a comer loto somente, esquecido de vez do retorno.
Mas, apesar de suas lágrimas, trouxe-os à força, de novo,
para as naus côncavas onde os ateí sob os bancos dos remos
tendo, em seguida, ordenado aos queridos consócios de viagem
que para as céleres naves, sem perda de tempo subissem.
Não fosse a alguém esquecer do retorno por causa do loto.
Sobem, por isso, os demais para bordo e se sentam nos bancos,
todos em ordem, batendo os remos nas ondas grisalhas.¹³³

Nessa passagem, os Lotófagos, por meio de sua planta comestível, infundiam o esquecimento do retorno naqueles que consumissem seu alimento. Note-se que não há uma hostilidade com quem lhes é estranho, mas ao contrário, mostram-se hospitaleiros, oferecendo aos estrangeiros um alimento que rouba dos viajantes a vontade de retornar, uma vez que é inoculado neles o esquecimento do retorno à pátria, o que lhes tolhe a identidade, de forma que não conseguem mais se diferenciar de seus anfitriões. É interessante notar aqui a relação entre memória e identidade, cuja via de mão dupla é condição *sine qua non* da existência de ambas. Uma vez que os companheiros de Ulisses perderam a memória, não poderiam narrar seus testemunhos em seu retorno à pátria.

¹³² Idem.

¹³³ HOMERO. **Odisseia**. (tradução e prefácio de Carlos Alberto Nunes) (25ªed.). Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2015, p. 156.

Ao pensar na ligação entre essas duas condições, uma passagem de Primo Lévi em seu livro “É isso um homem?” ilustra o medo de trazer à tona um testemunho e de não ter alguém que possa compreendê-lo:

Aqui está minha irmã, e algum amigo (qual?), e muitas outras pessoas. Todos me escutam, enquanto conto do apito em três notas, da cama dura, do vizinho que gostaria de empurrar para o lado, mas tenho medo de acordá-lo porque é mais forte que eu. Conto também a história da nossa fome, e do controle dos piolhos, e do Kapo que me deu um soco no nariz e logo mandou que me lavasse porque sangrava. É uma felicidade interna, física, inefável, estar em minha casa, entre pessoas amigas, e ter tanta coisa para contar, mas bem me apercebo de que eles não me escutam. Parecem indiferentes; falam entre si de outras coisas, como se eu não estivesse. Minha irmã olha para mim, levanta, vai embora em silêncio¹³⁴

A preocupação de Primo Levi se dá pelo fato de não ter alguém que conseguisse ouvir seu testemunho. Aqui é interessante notar que a conjuntura dita esse temor: será que após acabarem os horrores da guerra, haveria pessoas dispostas a ouvirem tais suplícios? A circunstância na qual Primo Levi escreve está atrelada às memórias do Holocausto, muito diferente da análise da Odisseia. Entretanto, pode-se encontrar uma ligação em ambos os excertos na preocupação entre a memória e as consequências do esquecimento, guardadas as devidas proporções.

No caso da ditadura civil-militar no Brasil, houve diferentes conjunturas com relação à receptividade de narrativas de vítimas da repressão: logo após a abertura democrática, muitos daqueles que resistiram ao regime foram alçados ao status de heróis, ao passo que houve um recalque dos militares, que se sentiram calados perante o clamor da sociedade pela democracia.¹³⁵ Nos anos recentes, com a ascensão da extrema-direita pelo mundo, as versões exaltando o regime ganharam força, trazendo uma situação favorável à disputa de narrativas. Nessa perspectiva, faz bastante sentido a aceção de Michael Pollak, de que “o presente colore o passado”. Conforme lembra o autor, “distinguir entre conjunturas favoráveis ou desfavoráveis às memórias marginalizadas é de saída reconhecer a que ponto o presente colore o passado. Conforme as circunstâncias, ocorre a emergência de certas lembranças, a ênfase é dada a um ou outro aspecto”.¹³⁶

¹³⁴ LEVI, Primo. **É isto um homem?** Trad. Luigi Del Re; Rio de Janeiro: Rocco, 1988. Esta articulação entre a passagem dos Lotófagos e o relato de Primo Lévi foi feita por Lorena Lopes da Costa, em artigo supracitado.

¹³⁵ Apesar de terem publicado muitas obras sobre suas memórias e questionando as versões das vítimas da repressão, durante muitos anos não encontraram eco no espaço público para trazer à tona essas questões. Nesse sentido, a recente onda negacionista da extrema-direita tem trazido à tona essas memórias divergentes e disputas de narrativas.

¹³⁶ POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989, p. 3-15.

Partindo desse pressuposto, é importante salientar que o objeto de estudo desta tese, a Universidade Federal do Paraná, também passou por diversos momentos com relação a posicionamentos em que o presente acabou moldando o passado. Naturalmente a instituição de ensino ocultou determinadas práticas adotadas na ditadura civil-militar, tais como a homenagem a ditadores. Sobre assunto, o jornal *Plural* fez um levantamento dos títulos *honoris causa* concedidos a agentes da repressão pela UFPR e chegou nos seguintes dados:

Tabela 1: homenagens da UFPR com o título de doutor *honoris causa* a agentes da repressão.

Homenageado	Data de aprovação	Data de entrega
Humberto Castello Branco	31/07/1964	04/09/1964
Raymundo Augusto de Castro Moniz de Aragão	1966	1966
Arthur da Costa e Silva	18/09/1968	25/03/1969
Alfredo Buzaid	19/08/1970	19/12/1970
Jarbas Passarinho	30/09/1971	29/03/1972
Ernesto Geisel	13/01/1976	16/01/1981

Fonte: *Jornal Plural*. 05 jun. 2023.¹³⁷

Os levantamentos foram feitos pelo técnico administrativo Valter Maier durante seu projeto de mestrado e, para a sua surpresa, a universidade negou que tais homenagens existiam. Após protocolar junto ao Ministério Público Federal (MPF) documentos que atestavam a homenagem a estas figuras da repressão, Valter recebeu a seguinte resposta do procurador do Paraná Robson Martins:

Considerando que o momento não é adequado para a adoção de medidas vinculantes ou coercitivas por este órgão ministerial, o que não descarta e subtrai a possibilidade de atuação em ocasião posterior, e nem importa em concordância com a manutenção dos títulos outrora concedidos, não se vislumbra, ao menos por ora, a pertinência de adoção de outras providências cabíveis na instrução deste apuratório.

Diante do exposto, e considerando que a atuação do MPF deve ser estratégica, sempre com o intuito de melhor tutelar os interesses da sociedade, **PROMOVO o ARQUIVAMENTO** da presente notícia de fato.¹³⁸

¹³⁷ Disponível em: <https://www.plural.jor.br/noticias/vizinhanca/universidades-federais-mantem-homenagem-a-ditadores/> Acesso em: 28 jul. 2023.

¹³⁸ Idem.

No arquivamento da denúncia, o procurador cita que o momento não seria adequado para a adoção da medida solicitada. Note-se que o servidor procurou o MPF no final de 2022, e a resposta supracitada foi elaborada em 24 de janeiro de 2023, ou seja, o momento de turbulência política pode ter pesado para a decisão do parecer. Ainda sobre essa questão, no aniversário de 60 anos do golpe, no dia 1 de abril de 2024, o reitor da UFPR, Ricardo Marcelo Fonseca, anunciou que em uma reunião do Conselho Universitário (COUN) os títulos *honoris causa* dos ditadores haviam sido revogados.¹³⁹ Tal notícia foi celebrada pela militância que prega a rememoração do golpe como instrumento de memória e justiça.¹⁴⁰ Algumas falas do reitor merecem ser transcritas aqui, por dialogarem justamente com a questão da memória e do esquecimento:

[...]não pode deixar de respeitar continuamente o passado na sua real espessura e deve a cada momento se vacinar contra as ‘artimanhas da memória’ que ainda hoje atuam para distorcer, para deturpar, para desinformar.

[...] Este é também o momento de reafirmar o compromisso da Universidade Federal do Paraná com a Justiça: termo milenar e cheio de significados, termo que em tantos momentos já serviu para implementar o seu exato oposto (a injustiça), termo complexo e equívoco, mas que aqui é usado num dos seus sentidos mais fortes, o de reparação [...] **Isso se constitui num dever nosso, um exercício absolutamente necessário.**

Este é o momento de reafirmar o compromisso da universidade com o presente, [...] ‘dar os nomes às coisas como elas são’ [...] em memória de tantas pessoas (ou seus familiares), ainda no nosso convívio, que sofreram nas próprias vidas e nas próprias carnes e corpos as injustificáveis violências da ditadura” [...] Precisamos hoje sermos melhores do que fomos ontem.

Este é o momento de reafirmar o compromisso de nossa universidade com o futuro [...] Precisamos assegurar que as novas gerações que entram nos portões da Universidade Federal do Paraná sintam-se sempre mais e mais conectadas com os melhores valores democráticos. Precisamos ser melhores amanhã do que somos hoje, do que fomos ontem.¹⁴¹ (grifos meus).

Apesar da atitude histórica do reitor em fazer essa reparação, é importante ressaltar que essa não foi uma atitude unilateral e proativa. A dimensão da questão é mais complexa, sobretudo, tendo origem em demandas da sociedade, nomeadamente a comunidade acadêmica e discente que protestou de forma vigorosa contra a manutenção dos títulos após tanto tempo. Outros dois fatores ajudaram a acender a discussão e acelerar o processo: a dissertação de mestrado supracitada e a matéria do jornal *Plural*, que

¹³⁹ A resolução do reitor pode ser lida em: <https://ufpr.br/wp-content/uploads/2024/04/Ricardo-versao-final.assinada.pdf>. Acesso em: 4 abr. 2024.

¹⁴⁰ A reunião do COUN pode ser vista na íntegra neste link: <https://www.youtube.com/watch?v=anUIXzJ9YCI>. Acesso em: 4 abr. 2024.

¹⁴¹ Disponível em: <https://ufpr.br/ufpr-revoga-titulos-de-doutores-honoris-causa-concedidos-a-presidentes-militares-durante-a-ditadura/> Acesso em: 4 abr. 2024.

causaram comoção e discussões mais acaloradas, sobretudo na universidade. Por fim, não se pode deixar de pensar que o reitor aproveitou a efeméride do golpe, trazendo a discussão para um momento bastante oportuno. Nesse sentido, é importante destacar que tais considerações não visam tirar o mérito da atitude, mas entender o assunto em sua complexidade, bem como os diversos atores envolvidos para que o ato pudesse ser concretizado, mesmo com muitos anos de atraso. Ademais, é importante ressaltar que a honraria de três figuras da ditadura foi mantida: a de Jarbas Passarinho, Raimundo Moniz de Aragão e Alfredo Buzaid.¹⁴²

Ainda na esteira do esquecimento, a escolha da epígrafe dessa tese recai justamente na citação da música “A fonte”, da banda Legião Urbana, escrita por Renato Russo. O autor faz uma clara referência a um poema órfico da tábua de Petélia,¹⁴³ com direções para que a alma encontre o caminho no mundo vindouro e quanto ao que dizer para se mostrar digno da salvação:

Encontrarás, à esquerda da Mansão de Hades, uma fonte,
A cujo lado um cipreste branco se ergue.
Dessa fonte, não te aproximas.
Outra encontrarás, porém, no Lago da Memória,
Do qual jorra água fria e em cuja frente há sentinelas.
Dize: “Sou filho da Terra e do Céu Estrelado;
Minha raça, porém, é do Céu (tão só), e disso bem sabeis.
Eis-me: tenho sede e pereço. Dai-me logo
A água fria que emana do Lago da Memória.”
Então dar-te-ão de beber da sacra fonte,
E doravante, entre os outros heróis, serás senhor. (...) ¹⁴⁴

Nesse poema, do qual restaram apenas alguns fragmentos, recomenda-se que a alma não deve beber a água do rio Lete, que é o rio do esquecimento. Já a fonte que deve ser buscada é a *Mnemosine*, aquela da memória. Para que possa alcançar a salvação, “a alma não deve esquecer, mas, ao contrário, deve conquistar uma memória que sobrepuja o que é natural”.¹⁴⁵ Nossa constante busca por narrativas, fontes e demais suportes da memória configura justamente a busca por aquilo que domina o que é natural, uma vez que o tempo varre a memória pela própria incapacidade de se recordar de tudo. Essa

¹⁴² O jornal *Brasil de Fato* percebeu o ato falho e entrou em contato com a universidade, que alegou que uma comissão interna seria formada para analisar todas as homenagens concedidas no período. Disponível em: <https://www.brasildedefatopr.com.br/2024/04/12/ufpr-mantem-homenagem-a-jarbas-passarinho-um-dos-signatarios-do-ai-5>. Acesso em: 1 mai. 2024.

¹⁴³ A Tábua de Petélia, atualmente conservada no Museu Britânico, é uma das lâminas órficas encontradas em antigas sepulturas da região do Mediterrâneo. Algumas são constituídas de folhas de metal precioso. Já outras, inscritas em tabuletas. Esse material era uma espécie de passaporte para o mundo dos mortos.

¹⁴⁴ RUSSEL, Bertrand. **História da Filosofia Ocidental**. Livro 1. São Paulo: Hedra, 2010, p. 49.

¹⁴⁵ Idem.

tensão constante entre esses polos opostos, adquire, no contexto da ditadura civil-militar, aquilo que o Padrós denominou como desmemória: um esforço de esquecimento induzido propagado “de cima para baixo”¹⁴⁶. Assim, há uma dupla violência perpetrada pelo Estado Brasileiro às vítimas da repressão durante a ditadura civil-militar: às sevícias contra os corpos soma-se o vilipêndio contra a memória, numa política de amnésia que inclui desde a destruição de documentos que pudessem comprometer agentes do regime em quaisquer atos de violação de direitos humanos, até a descaracterização dos locais utilizados para a prática de tortura.

Com relação às fontes documentais inerentes à Universidade Federal do Paraná durante a ditadura civil-militar, sobretudo no que tange àqueles que colaboraram com o regime de dentro da instituição, houve um desaparecimento de preciosos arquivos, uma vez que a maior fonte para consulta seriam os documentos produzidos pela ASI (Assessoria de Segurança e Informação) – órgão criado pela ditadura para monitorar as instituições de ensino, e que poderia elucidar várias questões, como a de pessoas infiltradas em salas de aula, além da perseguição a professores, estudantes e demais funcionários. Nesse sentido, Motta¹⁴⁷ analisa em seu livro diversos aspectos das ASIs em outras universidades, porém não consegue nenhum relato sobre a UFPR. Ocorre que a documentação de nossa universidade não se encontra disponível em nenhum acervo, cujo destino permanece incógnito. Até o momento, as esparsas documentações da ASI da UFPR se encontram de maneira bastante dispersa em pastas temáticas da DOPS, porém, montar esse quebra-cabeças é bastante complicado. Nesse sentido, as atas do COUN lançam alguma luz sobre a questão, mas com relação à colaboração trazem muito mais sobre docentes simpáticos ao regime, pois a participação discente nas reuniões era nem sempre era garantida. Portanto, como será apontado ao longo da tese, os indícios da ditadura na capital paranaense foram convenientemente escondidos e/ou destruídos. Por isso, a batalha contra o esquecimento é uma tarefa árdua em todo o Brasil, mas em Curitiba, conforme ponderado, é ainda mais penosa.

Para entender como o apagamento foi orquestrado pela ditadura no processo de abertura política, é importante recorrer ao trabalho do jornalista Lucas Figueiredo,¹⁴⁸ no qual o autor traz uma análise sobre como militares e civis articularam um processo de

¹⁴⁶ PADRÓS, Op. Cit, 2009.

¹⁴⁷ MOTTA, 2014, Op. Cit.

¹⁴⁸ FIGUEIREDO, Lucas. **Lugar Nenhum**: Militares e civis na ocultação dos documentos da ditadura. (1ª ed.) São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

destruição e ocultação de documentos que poderiam ser comprometedores para o regime, sobretudo do SNI, que mantinha perfeitamente documentados todos os movimentos das Forças Armadas. Assim, no processo de distensão do regime, o órgão supracitado realizou uma consulta com os candidatos à presidência da república em 1989, de forma que

O resultado da sondagem do SNI indicava que havia grandes chances de os arquivos sigilosos saírem do controle das forças armadas. Era chegado o momento de agir. [...] Em setembro, dois meses antes do primeiro turno, o grupo sugeriu uma medida radical com relação aos prontuários biográficos do Serviço Nacional de Informações. Primeiro: fazer uma triagem do material que no futuro viesse a ser usado, no contexto político ou jurídico, contra os agentes das áreas de informação e repressão contra seus superiores. Depois, destruir tudo. Começava a operação limpeza nos arquivos da ditadura.¹⁴⁹

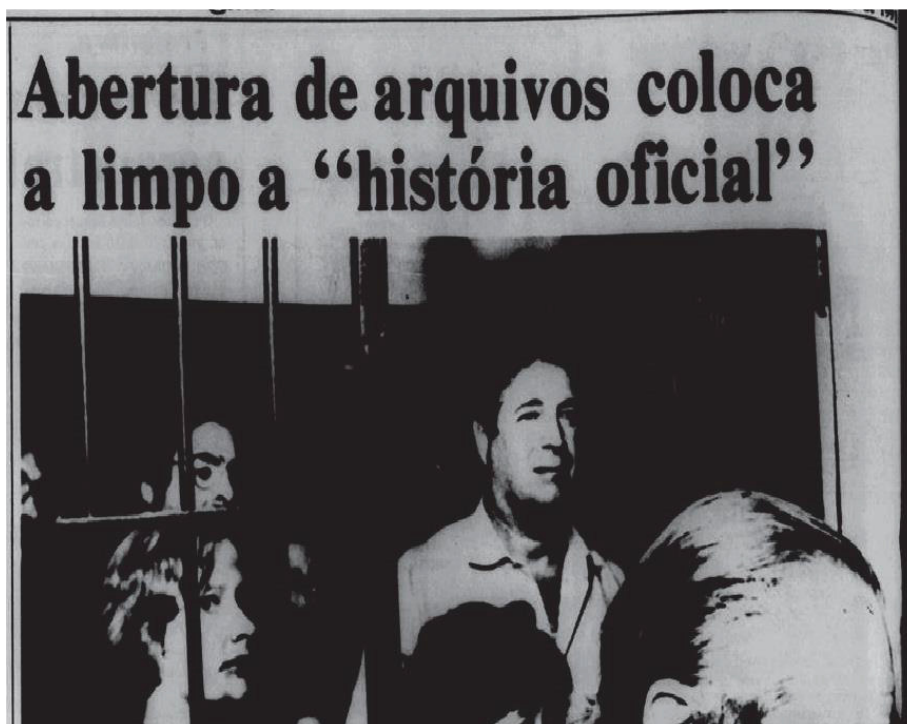
Já em 1993, quando o ministro da Justiça do governo Itamar Franco, Maurício Corrêa, cobrou as Forças armadas sobre a documentação, foi informado de que não havia mais nada. Exército, Marinha e Aeronáutica ensaiaram a mesma justificativa: os arquivos teriam sido destruídos em época desconhecida, em ações rotineiras de limpeza. Conforme pondera Figueiredo, “a desculpa era simplória. [...] Seria um gesto equivalente ao apagar a própria história da Marinha, do Exército e da Aeronáutica apenas para abrir espaço nos arquivos”.¹⁵⁰

Em Curitiba, parte dos arquivos da repressão – sobretudo da DOPS – foram preservados no Arquivo Público do Paraná, entretanto, grande parte da documentação não é muito comprometedora, o que nos leva a questionar a natureza dos documentos preservados. Na introdução de seu livro, Figueiredo analisa justamente a relevância do que foi mantido, uma vez que não há muita coisa que ateste os crimes cometidos pelo regime. Apesar da luta sistemática da capital paranaense em esconder traços incômodos de seu passado, no início da década de 1990, o estado era governado justamente por um dos protagonistas do movimento estudantil na época da repressão. Essa situação favorável à luta contra o esquecimento, fez com que Roberto Requião fosse um dos primeiros governadores a abrir os arquivos da DOPS, de forma que no dia 12 de julho de 1991 o jornal *Correio de Notícias* noticiava a ação dele nesse sentido.

¹⁴⁹ Idem, p. 52.

¹⁵⁰ Ibid.

FIGURA 1: Requião visita a antiga sede da DOPS.



FONTE: *Correio de Notícias*, 12 jul. 1991, p. 6.¹⁵¹

A transcrição da notícia merece ser lida na íntegra:

‘Estou bem acompanhado. Aqui também tem fichas do meu pai e do meu avô’, diz ontem o governador Roberto Requião ao visitar os arquivos que fizeram parte do controle da ‘subversão’ no período da ditadura militar. Nele estavam outras 60 mil fichas de pessoas acusadas de violar a “ordem política e social”. Os líderes estudantis daquela época – muitas vezes taxados de comunistas – hoje estão em cargos do executivo e administram o Estado. O ex-governador Álvaro Dias foi incluído no fichário da Delegacia de Ordem Política e Social a partir de 1975 e seus registros vão até o final de 1982. As informações que estavam nos arquivos da DOPS colocavam o ex-governador como um crítico constante do governo federal, defensor de uma política salarial, citando inclusive sua presença em manifestações de alguns professores por aumento de salários. Dias também foi fichado por participar de vários encontros visando a formação do MDB no Paraná. Não consta na sua ficha nenhum envolvimento com grupos comunistas ou revolucionários.¹⁵²

Na manchete do jornal é interessante verificar que se enfatiza o fato de que estudantes perseguidos na época do regime, se encontravam então em cargos de liderança no estado. Além disso, a notícia de que Álvaro Dias também havia sido fichado pela DOPS simplesmente por participar de passeatas joga terra sobre o argumento de que os

¹⁵¹ Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=325538_02&pagfis=8868.
acesso em: 1 jun. 2023.

¹⁵² Idem.

perseguidos pela ditadura eram somente aqueles que haviam “feito alguma coisa”. Mais adiante, na mesma página, há uma declaração contundente de Requião sobre o esquecimento e o apagamento da história:

Decisão de Requião insere PR num capítulo da história

Num momento da história brasileira, Ruy Barbosa mandou destruir pelo fogo os arquivos com informações sobre o período da escravidão. Foi terrível para a história do país. Mas, muito antes, a Santa Inquisição permitia aos acusados o contraditório. A retratação e a absolvição. Mas o Brasil viveu um período em que os arquivos secretos, onde as informações verdadeiras se confundiam com as denúncias caluniosas, prejudicaram a vida do cidadão. **O caminho, escolhido pelo Paraná não é o caminho do silêncio, do esquecimento.** Com a assinatura desse decreto,¹⁵³ incorporamos uma fase da história brasileira, capítulo da ordem política do Paraná, à história. Incorporamos nossos arquivos aos arquivos públicos. Todas as pessoas, daqui pra frente, que tenham ficha – fichas engendradas, acumuladas nesse período negro da história brasileira, tem o seu acesso garantido. **Historiadores, da mesma forma, tem acesso a esses arquivos submetidos a uma comissão.** É importante que se destaque que esta abertura hoje, foi enquadrada no seio da Polícia Civil do Paraná. Era desejo da polícia das autoridades que conduzem a Polícia, do conjunto da Polícia Civil do Paraná, que este capítulo da história da repressão fosse encerrado aqui, coma abertura absoluta, onde não se escondem culpas e não nos eximimos de responsabilidade. Mas consideramos, definitivamente, esses fatos como fatos da história do Paraná. Tenho repetido inúmeras vezes que o homem é um animal diferente entre as espécies que habitam a terra. Nós aprendemos com os nossos erros. A primeira condição para que um erro se transforme em experiência é assumi-lo de maneira integral. A polícia do Paraná assume os seus erros. Torna pública uma experiência. Incorpora na história uma garantia: arquivos ideológicos, nunca mais. Fichas ideológicas, arquivos de comportamento político, coisas que jamais deveriam ter ocorrido e que a partir desse momento não ocorrerão mais no estado do Paraná. (Grifos meus)

Roberto Requião ¹⁵⁴

A nota redigida por Requião traz elementos interessantes para análise. O governador fala sobre o caminho escolhido pelo Paraná, que seria contrário ao silêncio e ao esquecimento. Além disso, mostra uma consciência histórica ao comentar sobre a importância da documentação aberta ao público. Falando em nome da Polícia, o governador disse que essa era a vontade da instituição, embora não pareça ser o caso, uma vez que muitos documentos foram extraviados, como é o caso dos arquivos das ASIs,¹⁵⁵ conforme comentado. Além disso, a manchete, estampada na figura acima, fala sobre

¹⁵³ PARANÁ, Decreto nº 577/91. Transfere para o Departamento de Arquivo Público o acervo arquivístico da Subdivisão de Informações da Polícia Civil. 11 jul. 1991. Disponível em: <http://200.189.113.39/sesp/legsesp.nsf/abdc1a1c48eed83a83256d7c0064aac9/245bc7fd3219bed0032569890074236b?OpenDocument>. Acesso em: 13 fev. 2024.

¹⁵⁴ Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=325538_02&pagfis=8868. acesso em: 1 jun. 2023.

¹⁵⁵ A documentação das ASIs, por exemplo, foi encaminhada à Delegacia do MEC, mas seu destino permanece incerto.

“passar a limpo” a “história oficial”. Apesar de ser um passo importante no processo de redemocratização do país, a história não foi “passada a limpo”, uma vez que a conjuntura favorável àqueles que lutaram contra o regime – que agora figuravam em postos de destaque – gerou uma memória reprimida daqueles que haviam apoiado o regime. Aliás, uma das maiores dificuldades em proteger as fontes da ditadura recaí exatamente no modo como se deu a nossa “lenta, gradual e segura” abertura democrática, e um processo que se deu de dentro para fora, com os militares podendo comandar a distensão e obter o tempo necessário para encobrir seus rastros. Por fim, é necessário lembrar que entre o fim do regime e a abertura dos arquivos da DOPS se passaram seis anos, ou seja, houve tempo suficiente para que documentos mais comprometedores fossem convenientemente destruídos. É importante salientar que em seu discurso, Requião não mencionou o nome de seus delatores, mas o jornal fez questão de nomeá-los:

Os dedo-duros

A ficha de Roberto Requião na DOPS traz a indicação de seus delatores. Ele foi denunciado à polícia por Paulo César Dubok, Aldo Wolf, Noel Sanways e Antenor Demeterco.

As figuras mencionadas merecem alguns adjetivos do governador que a princípio titubeou em nomeá-los.

A bem da verdade, Requião foi até ameno.

Dedo-duro, em qualquer época, merece ser chamado pelos objetivos (sic) certos.

Ou não?¹⁵⁶¹⁵⁷

É interessante notar as diferentes nuances pelas quais passa a memória. Na matéria em questão, o jornal mostra apoio à atitude de Requião, ao passo que execra os supostos delatores, fazendo questão de expô-los. A matéria também apresenta um erro. Provavelmente querendo se referir a “adjetivos”, utilizou a palavra “objetivos”, o que não faz sentido na sentença.

Dessa forma, ao falar das diversas facetas da memória, não se pode deixar de continuar a fazer algumas ponderações sobre o esquecimento. Assim, como essa é parte central dessa análise, é importante salientar algumas de suas categorias, as quais são

¹⁵⁶ Idem.

¹⁵⁷ Não foi possível encontrar informações sobre os dois primeiros mencionados. Noel Sanways se formou em jornalismo pela PUCPR em 1964 e em direito pela UFPR em 1967 (provavelmente daí teve contato com Requião). A última informação disponível do site *escavador* dá conta de que era professor em uma universidade particular em Curitiba. Disponível em: <https://www.escavador.com/sobre/771595/noel-edmar-samways> Acesso em: 13 fev. 2024. Já Antenor Demeterco também se graduou em direito pela UFPR em 1967, tendo seguido a carreira jurídica. Após passar por alguns cargos públicos na magistratura, foi nomeado juiz do Tribunal de Alçada e, no dia 31 de dezembro de 2004 foi alçado ao cargo de desembargador do Tribunal de Justiça do Paraná. Se aposentou em 30 de maio de 2014. Informações disponíveis em: https://www.tjpr.jus.br/desembargadores-tjpr-museu/-/asset_publisher/V8xr/content/des-antenor-demeterco-junior/397262. Acesso em: 13 fev. 2024.

primordiais para esta discussão. Portanto, Johan Michel¹⁵⁸ classifica o esquecimento nos seguintes termos: *esquecimento-omissão*, que funcionaria pela própria impossibilidade de se recordar tudo, ou seja, pela própria seletividade de nossa memória. Sobre este, já se analisou aqui a dificuldade de se lembrar de determinados eventos à medida em que ficam mais longínquos na memória, bem como sua relação com a mnemotécnica; o *esquecimento-negação* seria inerente ao peso de um passado traumático e sua carga emocional, sendo rejeitado individual ou coletivamente (sendo que tal rejeição não aparece em todos os elementos da sociedade). Tal categoria vem ao encontro da reflexão feita por Reis¹⁵⁹ acerca da memória coletiva produzida no pós-ditadura, em que muitas pessoas apenas toleraram o regime, sendo que fontes documentais e orais, muitas vezes, atestam o contrário. Em diversas narrativas analisadas de indivíduos que fizeram parte do movimento estudantil em oposição à ditadura, muitos relatam que eram tratados como párias por vizinhos e amigos, após terem ido presos por enfrentarem a repressão. Os relatos também convergem no sentido de que, à medida em que o país se encaminhava para o processo de distensão, muitas destas pessoas passaram a tratar os estudantes de forma bastante afetuosa, como se sempre tivessem apoiado suas trajetórias.

Ainda tipificando outros tipos de esquecimento, Michel também traz as definições de *esquecimento-manipulação* e *esquecimento-direcionamento*. Com relação ao primeiro, o autor enfatiza que este é feito de maneira intencional, muitas vezes por agentes públicos incumbidos de transmitir a memória pública oficial, de forma que isso se dá desde as ações inerentes a elementos próprios do nacionalismo até na criação (e manipulação) de narrativas que sejam convenientes ao poder público. No caso da cidade de Curitiba, grande parte dos monumentos erigidos na cidade são no sentido de exaltar um passado heroico e a contribuição europeia na formação da identidade cidadina, o que também caracteriza o esquecimento-direcionamento. Portanto, Elizabeth Jelin pondera que as narrativas “oficiais” criadas pelo poder público são no sentido de criar um passado em comum, sem narrativas dissidentes.¹⁶⁰ Assim, os conflitos são, na maioria das vezes, preteridos em detrimento de uma memória mais conveniente. Michel afirma que as formas ativas de esquecimento mobilizadas pelos poderes públicos podem estar vinculadas a instrumentos próprios às políticas de reunificação nacional. Portanto, a

¹⁵⁸ MICHEL, Johan. Podemos falar em uma política do esquecimento? **Revista Memória em Rede**. Pelotas, v. 2, n. 3, ago./nov. 2010.

¹⁵⁹ REIS FILHO, Daniel Aarão. **Ditadura e democracia no Brasil: do golpe de 1964 à constituição de 1988**. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

¹⁶⁰ JELIN, Elizabeth. Op.Cit, p. 44

dissimulação deliberada dos acontecimentos ou ações passadas julgadas humilhantes para a identidade coletiva e o poder político, se apresenta igualmente como uma prática corrente nas políticas de unificação nacional, o que caracteriza o *esquecimento-direcionamento*. São tão verdadeiros os rituais comemorativos quanto as narrativas oficiais da memória coletiva – do local ao nacional, e as técnicas de esquecimento são muito mais empregadas pelas autoridades legítimas quando se trata de silenciar as perturbações advindas de problemas passados, para não reanimar o círculo infernal da vingança. Em nome da reconciliação da nação com ela própria, em nome da refundação de um viver junto, em nome da concórdia civil, o esquecimento pode ocupar um lugar de vazio narrativo nos discursos oficiais (narrativas comemorativas, abordagens nos programas escolares oficiais de História e nos Manuais de ensino, etc.)¹⁶¹.

Partindo dessa premissa, o autor também traz a noção de *esquecimento-terapêutico*, que se daria mediante o trauma, agindo de forma natural, em oposição a um “excesso de memória”. Nesse sentido, Nietzsche chama a atenção sobre a memória aprisionar o homem ao passado:

Querer liberta: mas como se chama o que acorrenta até mesmo o libertador?

‘Foi’: assim se chama o ranger de dentes e solitária aflição da vontade. Impotente quanto ao que foi feito — ela é uma irritada espectadora de tudo que passou.

A vontade não pode querer para trás; não poder quebrantar o tempo e o apetite do tempo — eis a solitária aflição da vontade.

Querer liberta: o que excogita o próprio querer, para livrar-se de sua aflição e zombar de seu cárcere?

Ah, todo prisioneiro se torna um bobo! De maneira tola também redime a si mesma a vontade prisioneira.

Que o tempo não ande para trás, isto a enraivece; ‘Aquilo que foi’ — eis o nome da pedra que ela não pode mover.

E assim ela move pedras, por raiva e desalento, e pratica vingança naquele que não sente, como ela, raiva e desalento.

Assim a vontade, a libertadora, converteu-se em causadora de dor: e em tudo que pode sofrer ela se vinga de não poder voltar para trás.

Isto, e apenas isto, é a própria vingança: a aversão da vontade pelo tempo e seu ‘Foi’.¹⁶²

Fazendo eco com o argumento da necessidade de esquecimento frente ao excesso de memória, novamente é possível trazer à tona a figura de Simônides. Cícero narra que o conhecido general Temístocles, famoso por, dentre outros feitos, ter liderado os atenienses na Batalha da Salamina, já em idade avançada, ter sido condenado ao

¹⁶¹ MICHAEL, Op. Cit. p. 18-19.

¹⁶² NIEZSCHE, Friedrich. **Assim falou Zaratustra**: um livro para todos e para ninguém. p. 122-123. Trad. Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

ostracismo, devido a querelas políticas. É durante seu exílio que surge novamente o poeta Simônides, oferecendo ajuda, querendo lhe ensinar a arte da memória. O general ateniense conhecido justamente por sua memória aguçada, lhe respondeu que seu problema era justamente este, pois no momento, precisava justamente do contrário, ou seja: *ars oblivionalis* (arte do esquecimento), em detrimento da *ars memoriae* (arte da memória).

Aqui é possível estabelecer uma relação com o sentimento de muitos estudantes que lutaram contra a ditadura na época da aprovação da Lei da Anistia. Dessa forma, muitas narrativas convergem no sentido de que, se a Lei da Anistia era cheia de falhas, era um caminho possível à época para trazer certa normalidade a suas vidas, uma vez que muitos estavam no exílio, esperando uma oportunidade de alguma segurança jurídica para voltarem ao país. É possível pensar que este *esquecimento-terapêutico* possa ter contribuído para a aprovação da referida lei, beneficiando aqueles que praticaram crimes em nome e com o aval do Estado. Michel também relaciona o *esquecimento-destruição*, que é mais utilizado no caso de genocídios e regimes totalitários, por meio de políticas de extermínio da identidade coletiva, seja por meio de atos físicos ou simbólicos. Nesse caso, o regime autoritário no Brasil, se utilizou muitas vezes desse artifício, seja buscando impor uma verdade oficial por meio da censura, ou até mesmo por meio do “assassinato de reputações”. Quando os estudantes universitários foram presos no Congresso de Ibiúna, muitos jornais noticiaram que os jovens estavam escondendo armas no evento. Em meu livro sobre a ditadura em Curitiba, analisei o tom jocoso com que alguns jornais tratavam a prisão dos estudantes no comício da Chácara do Alemão,¹⁶³ primeiro evento ocorrido após a imposição do AI-5.

Além da censura que vigorou durante toda a vigência do AI-5, no final do regime, conforme já se discutiu aqui, houve a destruição da própria materialidade das diversas violações praticadas pelo Estado, bem como imposição de sigilo para documentos que poderiam elucidar questões bastante obscuras no que concerne a operações de terrorismo praticadas pelo Estado, tais como o atentado Riocentro. Contra essa ocultação orquestrada pelo regime, Figueiredo¹⁶⁴ analisa o papel ativo dos militares nesse processo de esquecimento-destruição/manipulação. Portanto, um dos reflexos desse processo é justamente a polêmica *Lei da Anistia*, de 1979 que, se por um lado, parecia ser uma

¹⁶³ SILVA, Luiz Gabriel da. **Ditadura em Curitiba?** Memórias (e esquecimentos) da repressão e da resistência na capital paranaense e criação de site temático. Curitiba: CRV, 2021, p.84.

¹⁶⁴ FIGUEIREDO, 2015, Op. Cit.

solução viável para apaziguar os ânimos e preparar o processo de abertura que levaria mais alguns anos para ser concluído, por outro, contribuiu para a impossibilidade de se condenar os torturadores e demais violações de direitos humanos praticadas pelo regime. Conforme aponta Susan Suleiman, diferente do indulto, que é uma espécie de perdão oficial, a anistia é um *esquecimento* oficial, não apenas desfazendo ou prevenindo uma ação legal, mas extinguindo a própria memória do delito, o que caracteriza uma espécie de imposição institucionalizada de esquecimento, ao contrário do terapêutico, proposto por Nietzsche¹⁶⁵

Em consonância com este pensamento, as considerações de Paul Ricoeur sobre o instrumento da anistia são importantes, na medida em que o autor problematiza o fato de que

o defeito desta unidade imaginária não seria o **de apagar da memória oficial os exemplos de crimes suscetíveis de proteger o futuro das faltas do passado** e, ao privar a opinião pública dos benefícios do *dissensus*, de condenar as memórias concorrentes a uma vida subterrânea malsã? O que é feito então, do pretenso dever de esquecimento? Além do fato de uma projeção no futuro no modo imperativo ser tão imprópria para o esquecimento quanto para a memória, **tal mandamento equivaleria a uma amnésia comandada**. Se essa conseguisse ter êxito – e infelizmente nada se constitui em obstáculo à ultrapassagem da tênue linha de demarcação entre anistia e amnésia –, a memória privada e coletiva seria privada da salutar crise de identidade que possibilita uma reprodução lúcida do passado e de sua carga traumática.¹⁶⁶ (Grifos meus.)

Ricoeur problematiza a possibilidade de a anistia ser uma espécie de amnésia comandada e com consequências imprevisíveis e/ou nefastas para o futuro. Portanto, é importante pensar que no Brasil, essa espécie de amnésia social contribuiu – dentre diversos outros elementos – para o ressurgimento dos negacionismos já discutidos aqui. Contra essa amnésia coletiva é importante destacar o conceito de “dever de memória” que Elizabeth Jelin¹⁶⁷ desenvolve. De acordo com a autora, o trabalho dos *empreendedores de memória* se torna importante, uma vez que estes lutam contra o esquecimento, atuando na recuperação e registro de diversas memórias e vivências. Pode-se citar como exemplo deste esforço a obra do jornalista Milton Ivan Heller, *Resistência democrática: a repressão no Paraná*.¹⁶⁸ Sua obra é um livro de memórias, com narrativas de indivíduos

¹⁶⁵ SULEIMAN, Susan. **Crises de memória e segunda guerra mundial**. (Trad. Jacques Fux e Alcione Cunha da Silveira). Belo Horizonte: Editora UFMG, 2019 (p. 286-287).

¹⁶⁶ RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. (tradução: Alain François [et.al.]). Campinas: Editora da Unicamp, 2007 (9ª reimpressão - 2020), p. 462.

¹⁶⁷ JELIN, Elizabeth. **Los trabajos de la memoria**. Madrid: Siglo XXI de España editores, S.A., 2002.

¹⁶⁸ HELLER, Milton Ivan. **Resistência democrática: a repressão no Paraná**. Rio de Janeiro: Paz e Terra; Curitiba: Secretaria de Cultura do Estado do Paraná, 1988

que enfrentaram a ditadura civil-militar no Paraná. Outro esforço de empreendimento semelhante se deu com o projeto de Antônio Narciso Pires de Oliveira, por meio de seu *Depoimentos Para a História* (2014). Este projeto resultou em um livro (em coautoria com Silvia Calciolari e o historiador Fábio Bacila)¹⁶⁹ e mais de 170 vídeos com histórias de personagens envolvidos na resistência à ditadura no estado. Além desses, não poderia deixar de citar o site *Ditadura em Curitiba*, no qual reúno uma série de fontes do período, além de relacionar locais simbólicos da repressão e da resistência na cidade.¹⁷⁰ Esse trabalho de trazer à tona memórias dissonantes daquelas perpetradas pelo Estado visa confrontar a construção da memória oficial, que começou a ser gestada no processo de abertura do regime, que já impunha reverses àqueles que clamavam pelo sonho das Diretas Já, uma vez que a emenda Dante de Oliveira saiu derrotada, sendo a primeira eleição democrática feita de modo indireto, dando prosseguimento a um processo de construção de uma memória coletiva na qual a ditadura foi um *mal* que perdurou no país *apesar* da resistência hercúlea do povo. Partindo desse raciocínio, o historiador Daniel Aarão Reis comenta que

Desde os anos 1980, para a elaboração da **conciliação nacional** e de um pacto democrático, tendeu a predominar a versão de que **a sociedade brasileira apenas suportara a ditadura**, como alguém que tolera condições ruins que se tornaram de algum modo inevitáveis, mas que, cedo ou tarde, serão superadas como estava, de fato, acontecendo. A ditadura fora uma escura noite um tempo de trevas, mas vencera a manhã, confirmando os versos proféticos do poeta Thiago de Mello, formulados logo depois da vitória do golpe: “faz escuro, mas eu canto, porque a manhã vai chegar”. Manhã e noite. **Numa arquitetura simplificada, muitos se contentavam com raciocínios polarizados.** Opressão e Liberdade. Ditadura e Democracia. Repressão e Resistência. Esta última palavra se tornou um mote, repetido a exaustão.¹⁷¹ (Grifos meus)

Ora, essa “conciliação nacional” em que se forjou uma representação que ignorava a indiferença – e/ou colaboração – de parte da população brasileira para com o regime de exceção, se encaixa justamente no conceito de “enquadramento da memória”, de Pollak. O autor introduz esse conceito para se referir a uma memória constituída, cujo objetivo é a formação de uma história nacional, que deveria deliberadamente caber em certos moldes.¹⁷²

¹⁶⁹ OLIVEIRA, Narciso Pires de; SAHD, Fabio Bacila; CALCIOLARI, Silvia. **Depoimentos para a história: a resistência à ditadura militar no Paraná**. Curitiba: DHPaz, 2014.

¹⁷⁰ www.ditaduraemcuritiba.com.br. Acesso em: 13 mai. 2023.

¹⁷¹ REIS FILHO, Daniel Aarão. **Ditadura e democracia no Brasil: do golpe de 1964 à constituição de 1988**. 1ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2014, p. 8.

¹⁷² POLLAK, Michael. Memória e identidade social. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992, p. 200-212.

De fato, até o ano de 2014, em que o cenário político brasileiro era mais favorável a uma quase unanimidade democrática (ao menos nos discursos oficiais havia certa ojeriza em torno da palavra *ditadura*). Todavia, com os desdobramentos políticos dos últimos anos, tanto na esfera nacional quanto global, as memórias subterrâneas acerca do período foram ganhando eco, inclusive com muitos justificando o golpe de 1964 como algo inevitável na “luta contra o comunismo” desenterrando a retórica típica dos tempos de Guerra Fria. Por conseguinte, também é possível perceber na atualidade que muitos defendem o regime por meio dos acontecimentos “vividos por tabela”, ou seja, muitos indivíduos emitem opiniões baseadas no ponto de vista de seu grupo social, transformando memórias coletivas em suas próprias memórias, mimetizando-as. Conforme define Pollak, “são acontecimentos dos quais a pessoa nem sempre participou mas que, no imaginário, tomaram tamanho relevo que, no fim das contas, é quase impossível que ela consiga saber se participou ou não”.¹⁷³

Com relação às memórias soterradas, Pollak traz a seguinte reflexão:

O longo silêncio sobre o passado, longe de conduzir ao esquecimento, é a resistência que uma sociedade civil impotente opõe ao excesso de discursos oficiais. Ao mesmo tempo, ela transmite cuidadosamente as lembranças dissidentes nas redes familiares e de amizades, esperando a hora da verdade e da redistribuição das cartas políticas e ideológicas. Embora na maioria das vezes esteja ligada a fenômenos de dominação, a clivagem entre memória oficial e dominante e memórias subterrâneas, assim como a significação do silêncio sobre o passado, não remete forçosamente à oposição entre Estado dominador e sociedade civil. Encontramos com mais frequência esse problema nas relações entre grupos minoritários e sociedade englobante.¹⁷⁴

Essa acepção pode ser pensada em dois opostos: passados alguns anos após a abertura democrática, aqueles que haviam sido silenciados pelo regime encontraram eco em suas demandas por memória, relatando suas experiências na luta contra a ditadura, bem como, sobre o processo de coerção das forças de repressão a que foram submetidos. Nesse momento, as memórias do Estado opressor se tornaram subterrâneas, esperando um momento oportuno para virem à tona. Enquanto o projeto *Brasil: nunca mais*¹⁷⁵ ganhava corpo, ao denunciar torturas e demais abusos do regime, o ministro do Exército, Leônidas Pires Gonçalves, autorizou em 1985, o Centro de Informações do Exército (CIE) a preparar uma versão dos acontecimentos do período segundo a ótica da repressão.

¹⁷³ Idem, p. 202.

¹⁷⁴ POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989, p. 3-15

¹⁷⁵ Projeto desenvolvido por Dom Paulo Evaristo Arns, rabino Henry Sobel, Pastor presbiteriano Jaime Wright e vários colaboradores, que reuniu uma extensa documentação acerca da repressão.

O resultado foi o projeto Orvil (“livro” ao contrário), com mais de mil páginas. Essa leitura permaneceu clandestina por algum tempo, sendo reeditada anos depois.¹⁷⁶

Às vésperas do 50º aniversário do golpe de 1964, as Comissões da Verdade estavam em pleno desenvolvimento, inclusive com um fator inédito na cidade de Curitiba: havia um projeto para que os locais utilizados pela repressão em Curitiba pela ditadura fossem mapeados e identificados,¹⁷⁷ de forma que o local escolhido para ser o pioneiro nesse sentido foi a Praça Rui Barbosa, que abrigava o 15º batalhão do Exército, utilizado inclusive para sessões de tortura, sobretudo na chamada Operação Marumbi, em 1975.¹⁷⁸ No local, onde hoje funciona a Rua da Cidadania, foi erigido um monumento em homenagem às vítimas, bem como uma placa com a seguinte inscrição:

Monumento pela Resistência e a Luta Pela Anistia No Paraná.
A Praça Rui Barbosa já abrigou instalações da repressão onde homens e mulheres foram presos e torturados em razão de suas convicções políticas, mas também acolheu manifestações populares para reivindicar justiça e lutar por direitos. Neste local homenageamos aqueles que resistiram à opressão da ditadura e protagonizaram a reconquista das liberdades democráticas no Brasil. Pela verdade, memória, reparação e justiça para todos. **Para que não se esqueça**, para que nunca mais aconteça. Curitiba, 16 de agosto de 2013 (DITADURA EM CURITIBA, S/P, 2018. Grifos meus).

¹⁷⁶ REIS FILHO, 2014 Op. Cit, pp. 11-12.

¹⁷⁷ Conforme noticiado à época no blog de Esmael Moraes. Disponível em: <<https://www.esmaelmoraes.com.br/2012/10/curitiba-identifica-locais-onde-aconteceram-torturas-na-ditadura-militar/>>. Acesso em: 26. jul. 2021>

¹⁷⁸ SILVA, Luiz Gabriel da. **Ditadura em Curitiba?** Memórias (e esquecimentos) da repressão e da resistência na capital paranaense e criação de site temático. Curitiba: CRV, 2021.

FIGURA 2: Monumento pela Resistência e Luta pela Anistia no Paraná



FONTE: acervo pessoal do autor.

A luta contra o esquecimento, levada a cabo pelos “empreendedores da memória” encontrava diversos obstáculos: muitos dos imóveis utilizados pela repressão em Curitiba haviam passado por um processo de apagamento da memória, sendo totalmente descaracterizados após o fim do regime. Ademais, muitas destas localidades passaram para a iniciativa privada, desta forma, fica difícil imaginar que seus atuais proprietários queiram vincular seus estabelecimentos a eventos controversos.

Por fim, a própria fragilidade das fontes, que a cada dia desaparecem, também configura uma corrida contra o tempo na batalha pela memória. Trazer à tona essa articulação do passado, configura em uma tarefa difícil, de forma que é necessário fazer aquilo que Benjamin, em sua VII tese sobre o conceito de história chamava de “escovar e história a contrapelo”¹⁷⁹. Michael Löwy enfatiza que esse conceito benjaminiano tem

¹⁷⁹ LÖWY, Michael. **Walter Benjamin: aviso de incêndio**: uma leitura das teses “Sobre o conceito de história”. Trad. Wanda Nogueira Caldeira Branst, [tradução das teses] Jeanne-Marie Gagnebin, Marcos Lutz Müller. São Paulo: Boitempo, 2005, p. 74.

um duplo significado: histórico, no sentido de ir contra a versão oficial da história, ao trazer a tradição dos oprimidos; e político, no sentido de ir contra a inexorabilidade da teoria marxista, que acreditava no progresso linear das coisas.¹⁸⁰ Nesse sentido, as lutas por representações teriam que ser aguerridas, sob o risco de os oprimidos serem suplantados, como ocorreu inúmeras vezes ao longo da história.

1.4 AÇÕES DE ARTICULAÇÃO DA MEMÓRIA DA DITADURA EM CURITIBA E USO DE FONTES ORAIS

Conforme já discutido, as diferentes nuances da memória se dão conforme a conjuntura da época. No final da ditadura, se por um lado, o trabalho dos lotófagos do regime se deu no sentido de apagamento da memória, por outro, foram capitaneadas ações que objetivaram a preservação de memórias outrora soterradas. Nesse sentido, um dos primeiros empreendedores de memória foi Milton Ivan Heller,¹⁸¹ por meio de sua obra *Resistência Democrática: A repressão no Paraná*¹⁸², em que o autor reuniu uma série de narrativas de indivíduos que haviam lutado contra o regime.

Já na década de 1990, além da ação de Roberto Requião e a abertura dos arquivos da DOPS, outra ação foi bastante profícua no sentido de dar visibilidade à memória das vítimas da ditadura. Por meio de um projeto de lei, encabeçado então pelo deputado estadual Carlos Alberto Richa, o estado do Paraná requeria indenização para aqueles que haviam sofrido sevícias nos tempos de ditadura. A elaboração da lei se iniciou ainda no comitê de campanha de Richa, quando esse recebeu em seu escritório dois ex-presos políticos de Londrina, João Alberto Eineck e Geneci Souza Guimarães, os quais solicitavam auxílio em suas reivindicações. Já empossado, o deputado também recebeu Ildeu Manso Vieira, militante político preso na Operação Marumbi, em 1975. Dessa forma, com a atuação de várias vítimas do regime, juntamente com a atuação parlamentar, foi criada a Lei 11.255/95, que versava:

Art. 1º Fica reconhecida, nos termos da Lei nº 11.255, de 21 de dezembro de 1995 e do Decreto nº 3.485, de 20 de agosto de 1997, a obrigação de indenizar pessoas detidas sob a acusação de terem participado de atividades políticas

¹⁸⁰ Idem.

¹⁸¹ Heller foi um conhecido jornalista em Curitiba, tendo sido um dos primeiros a registrar em seu livro memórias de pessoas que foram perseguidas pela ditadura o estado.

¹⁸² HELLER, Milton Ivan. **Resistência democrática: a repressão no Paraná**. Rio de Janeiro: Paz e Terra; Curitiba: Secretaria de Cultura do Estado do Paraná, 1988.

entre 2 de setembro de 1961 e 15 de agosto de 1979 e que hajam ficado sob a responsabilidade de órgãos públicos do Estado do Paraná.¹⁸³

A lei autorizava o governo do Estado a pagar indenizações a pessoas que foram mantidas sob custódia em prédios públicos do Estado e sofreram tortura física e/ou psicológica. Por meio de relatos de vários ex-presos políticos, o Estado pagou indenizações a 230 dos 245 solicitantes. Nesse sentido, além das narrativas daqueles que sofreram nas mãos da repressão, as pastas temáticas da DOPS também foram utilizadas de base para a análise dos requerimentos.¹⁸⁴ Aqui é interessante ponderar que os próprios documentos utilizados para perseguição e monitoramento na época do regime, serviram de materialidade para a indenização das vítimas. Sobre a oportunidade desses grupos reavivarem suas memórias, Calciolari reflete que a Comissão Especial de análise da lei, teve o mérito de “reavivar, trazer para a superfície sua própria memória. Até então, ao Estado cabia o monopólio e a “legitimidade” de, através de agentes especialmente designados (os arapongas), buscar, colher e registrar as informações dos opositores.”¹⁸⁵ Das vítimas da ditadura que requeriam indenização, muitos haviam participado do movimento estudantil, conforme tabela elaborada por Calciolari:

Tabela 2: Atividade política dos requerentes de indenização

Atividade	Quantidade	%
Não citado	41	23,4%
Ação Popular	14	8,0%
CPC	4	2,3%
Grupo 11	4	2,3%
Mov Estudantil	30	17,1%
Mov Partidário	7	4,0%
MP/ME	2	1,1%
MP/MS	4	2,3%
Mov Rev 26	8	4,6%
MR8	4	2,3%
Mov Sindical	18	10,3%
PCB	23	13,1%

Fonte: CALCIOLARI, Silvia. **Ex-presos políticos e a memória social da tortura no Paraná(1964-1978)**. Curitiba: Assembleia Legislativa do Paraná, 2006.

¹⁸³ Disponível em: <https://leisestaduais.com.br/pr/decreto-n-4502-2005-parana-reconhecida-nos-termos-da-lei-no-11-255-de-21-de-dezembro-de-1995-e-do-decreto-no-3-485-de-20-de-agosto-de-1997>. Acesso em: 27 jul. 2023.

¹⁸⁴ CALCIOLARI, Silvia. **Ex-presos políticos e a memória social da tortura no Paraná (1964-1978)**. Curitiba: Assembleia Legislativa do Paraná, 2006.

¹⁸⁵ Idem, p. 109.

A década de 2010 trouxe mais iniciativas no sentido de discutir a repressão no estado e, conseqüentemente, a oportunidade de indivíduos ligados ao movimento estudantil de trazerem à tona suas memórias. No andamento da Comissão Nacional da Verdade, o estado do Paraná iniciou os trabalhos da Comissão Estadual da Verdade, cujas sessões trouxeram mais testemunhos de indivíduos que lutaram contra o regime. Nesse ínterim, se discutiu também as violações ocorridas contra estudantes, sobretudo àqueles ligados à vida universitária.

Na introdução do documento se menciona várias vezes a luta contra o esquecimento:

Considerados os ditames da Justiça de Transição, o trabalho desempenhado pela Comissão Estadual da Verdade do Paraná – Teresa Urban direcionou-se a **tratar sobre e contra o esquecimento**, como também sobre a verdade, colocando-nos especialmente face a face com a ditadura civil-militar iniciada pelo golpe de 1964, a transição democrática e o dever de investigar, reparar e punir os crimes praticados no período estipulado pela Lei nº 12.528/2011. Foi um árduo trabalho de investigação e coleta de documentos, sobretudo do significativo testemunho dos cidadãos que sofreram torturas, prisões e demais violações de direitos humanos, principalmente no período da ditadura civil-militar de 1964. Sem dúvida, o processo de dar voz às vítimas das violações ou a seus familiares foi o mais relevante. **Rememorar os acontecimentos e os detalhes foi uma ação de luta contra o esquecimento.** ¹⁸⁶(Grifos meus)

Conforme é possível perceber pela leitura do excerto, a Comissão Estadual da Verdade também enfatizava a luta contra o esquecimento. Essa ação, assim como as demais descritas neste capítulo foram essenciais no sentido de sistematizar fontes, sobretudo orais, a respeito da ditadura, uma vez que, como frisado anteriormente, muitas provas materiais foram destruídas, dificultando a catalogação de demais documentos e evidências acerca deste período.

Nos próximos capítulos, discute-se a ditadura civil-militar na UFPR, bem como de que modo estudantes, em diferentes correntes ideológicas lidaram com isso ao longo dos 21 anos de regime. Conforme será possível observar, Curitiba possui certo protagonismo em diversas ações nesse período.

¹⁸⁶ PARANÁ. Secretaria da Justiça, Trabalho e Direitos Humanos – SEJU. Relatório Estadual da Comissão da verdade Tereza Urban, 2014, p. 7. Disponível em: <https://www.justica.pr.gov.br/Pagina/Comissao-Estadual-da-Verdade>. Acesso em: 17 ago. 2023.

CAPÍTULO 2 – A DITADURA CHEGA NA UFPR

Um inquérito universitário, através de catedráticos teleguiados, investigara a minha biografia, com a desinteressada. patriótica ajuda de alguns alunos reprovados, de delatores que queriam ser políticos, de outros, políticos que só poderiam ser delatores, - com tão esplêndido material humano – chegara-se à conclusão um tanto exagerada, de que eu era ‘um professor brilhante, querido dos alunos e que, assim, poderia ser nefasto à mocidade’. A pátria estava salva, todos os seus imensos problemas resolvidos.

*José Rodrigues Vieira Netto*¹⁸⁷

Ao analisar o início da ditadura civil-militar na UFPR é possível perceber que, ao contrário de outras universidades, que sofreram com perseguições ferrenhas e até mesmo invasões policiais, esta instituição certamente não passou incólume, mas também não foi um alvo tão grande de perseguições, a não ser por algumas ações pontuais, como se verá mais adiante. O que explicaria essa diferença? Ocorre que a UFPR vivia uma situação distinta de universidades como a UnB, por exemplo, que possuía um viés muito mais progressista e, de certa forma, mais modernizador. Aqui, imperava um modelo muito mais tradicionalista. Ademais, o reitor, Flávio Suplicy de Lacerda, possuía um perfil mais conservador – e, portanto, entusiasta da ditadura – o que lhe rendeu várias benesses. Quanto ao corpo docente, como se verá mais adiante no mergulho das fontes, principalmente nas análises de atas do COUN, grande parte, se não se mostrava abertamente favorável ao regime, encontrou na acomodação uma forma de conseguir vantagens em suas carreiras, tirando proveito da situação. Aqueles que mostraram resistência, sobretudo devido à sua atuação política, pagaram caro pelo ato de indisciplina. Com relação aos estudantes, já nesse primeiro momento, aparecem distintas visões políticas e diferentes formas de atuação.

¹⁸⁷ VIEIRA NETTO, José Rodrigues. **Sobre as quatro liberdades**: discurso do paraninfo que não foi lido em solenidade da colação de grau dos bacharéis de 1964, por deliberação do M. Reitor e do conselho universitário. Curitiba: 1964.

2.1. OS PRIMEIROS ANOS DO REGIME: REAÇÕES DE DOCENTES E ESTUDANTES

O Paraná é uma terra *sui generis* em muitos sentidos. Nesse estado, a memória, sempre tão maltratada, sobretudo quando se procura analisar algum aspecto que não faz parte do *status quo*, acostumou-se a sobreviver de escombros, escondidos aqui e acolá. Obviamente, quando se trata da escrita de qualquer aspecto do passado (algo que é sempre inerente ao ofício do historiador), faz-se necessário um trabalho minucioso, de ir atrás dos fragmentos para se entender determinadas representações acerca do passado. Porém aqui, as coisas tendem a ser mais complicadas. Quando se propõe remover os escombros de memórias inconvenientes, é comum esbarrar em uma tradição política que sempre privilegiou um imaginário de uma região neutra, que não se envolveu em conflitos.

Quando se fala sobre a ditadura civil-militar em Curitiba, embora já haja pesquisas acadêmicas na área, o assunto ainda circula sobretudo, no ambiente acadêmico. Aliás, é importante destacar que no período analisado, a universidade ainda era algo muito distante da população em geral, embora fosse um local de ebulição de ideias. Neste capítulo, procura-se esboçar os primeiros anos do regime e a importância da Universidade Federal do Paraná até mesmo como laboratório para aplicação de algumas medidas da ditadura, com algumas figuras que exerceram protagonismo no período, seja o reitor, Flávio Suplicy de Lacerda, que foi alçado ao cargo de ministro da Educação, ou por estudantes que já nos primeiros anos, foram artífices de embates com o poder. Antes, entretanto, é importante entender que desde o período anterior ao golpe, a capital paranaense foi palco de manifestações ligeiramente diferentes do que no resto do Brasil, sendo que a educação era preocupação constante nos círculos de debates.

2.1.2. A “Marcha a favor do Ensino Livre” e o golpe de 1964

Quando se fala dos antecedentes do golpe de 1964, há de se considerar a importância do elemento civil para a articulação do movimento que iria solapar Jango do poder. Nesse sentido, quando se fala desses, entende-se que existem distintas forças sociais que atuaram de maneira direta no engajamento pré-golpe: as elites empresariais, as camadas médias tradicionais, compostas por profissionais liberais, donas de casa e pequenos

empresários, além de parte da Igreja Católica¹⁸⁸. Tais agrupamentos foram preponderantes nos protestos massivos pelo país, dos quais se destacam, para esta análise, as chamadas “Marchas da Família com Deus e Pela Liberdade”. Em Curitiba, a versão que mais ecoou foi batizada de “Marcha a Favor do Ensino Livre”. O evento foi organizado pela União Cívica Feminina Paranaense (UCF), com uma campanha ideológica promovida pela Associação Comercial do Paraná (ACOPA).¹⁸⁹ Ambas as entidades organizaram o evento, realizando previamente cursos, palestras e comícios-relâmpago. A UCF era uma entidade fundada em outubro de 1963, cujo escopo misturava obras assistencialistas com o debate de temas cívicos e religiosos. Já a ACOPA era uma entidade composta de médios e pequenos empresários, além de profissionais da antiga elite (os chamados “bacharéis”) e camadas médias urbanas.

A marcha em Curitiba chama a atenção pela temática diferente (porém, também de viés conservador) em relação ao restante do país. Nesta cidade, os objetos de contestação eram a “encampação das escolas particulares” e a adoção do “livro único” do MEC.¹⁹⁰ Sobre o primeiro tópico, houve a circulação de uma notícia em que se dizia que o presidente João Goulart iria encampar as escolas privadas (sobretudo as confessionais). Já com relação ao chamado “livro único” do MEC, o contexto é mais complexo. Este era um dos materiais fornecidos pelo governo de forma gratuita nas escolas, o que era considerado mera propaganda ideológica pelos setores mais conservadores. A obra havia sido escrita pelo historiador Nelson Werneck Sodré em conjunto com outros colegas acadêmicos, e analisava a formação nacional de uma maneira que contrariava os principais mitos da historiografia, o que angariou a antipatia de civis e militares. Assim, a pauta educacional em questão teve como costura duas premissas que representavam os grupos responsáveis pela marcha: a suposta encampação dos colégios religiosos, que contrariava a “liberdade religiosa e de pensamento”, e a adoção de livros didáticos oficiais, que, se argumentava, contrariava a “liberdade de cátedra”. Seguindo essa agenda anticomunista, no dia 24 de março de 1964, a concentração se iniciou na praça Santos Andrade, terminando no Centro Cívico. Acompanhando o evento, a imprensa retratou de formas distintas, conforme a orientação política de cada veículo. O jornal *Última Hora*, ligado ao janguismo, trouxe a seguinte manchete:

¹⁸⁸ CODATO, Adriano Nervo; DE OLIVEIRA, Marcus Roberto. A marcha, o terço e o livro: catolicismo conservador e ação política na conjuntura do golpe de 1964. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 24, n. 47, p. 271-302, 2004.

¹⁸⁹ Idem, p. 285.

¹⁹⁰ Ibid, p. 286

Fracassou inteiramente a “passeata pela liberdade de ensino” realizada ontem, sob o patrocínio do Sindicato dos Proprietários de Estabelecimentos de Ensino Particular. Apenas cerca de 4 mil pessoas – dois terços das quais alunos uniformizados de colégios religiosos – compareceram ao comício, em frente ao Palácio Iguaçu, onde foram violentamente criticadas as medidas do Governo Federal para sustar as altas das anuidades escolares e baratear o custo dos livros didáticos. Os articuladores da passeata e do comício atribuíram o fracasso numérico da manifestação devido à chuva. Entretanto, somente após iniciada a marcha em direção ao Palácio do Iguaçu é que começou a chover. E observadores colocados em toda a extensão do percurso, notaram que não houve defecções, pois os alunos e alunas eram proibidos de deixar as fileiras, sob pena de sanções disciplinares.¹⁹¹

O periódico atribui a organização do evento a políticos da UDN e a integralistas, além de argumentar que os pais haviam entendido “de antemão” o sentido do movimento e optado por deixar seus filhos em casa. Porém, em contraste com este ponto de vista, o jornal *Diário do Paraná: Órgão dos Diários Associados*, trouxe uma matéria com escrita diametralmente oposta:

POVO NAS RUAS REPUDIOU COMUNIZAÇÃO DO ENSINO

Povo unido contra o comunismo

Mais de trinta mil pessoas, congregando estudantes, pais de alunos e mestres, **bem como populares e integrantes de todas as classes sociais**, participaram ontem à tarde, apesar da chuva, da passeata contra a comunização do ensino e a pretendida encampação das escolas particulares. Iniciando a concentração na praça Santos Andrade, a passeata prolongou-se até o Centro Cívico, onde além de oradores do movimento, falou o governador Ney Braga. Inúmeras faixas faziam alusões **à tentativa de comunização do país**, tendo o chefe do Executivo frisado, **em sua oração**, que a pequena minoria que deseja a desgraça do Brasil, entregando-o ao comunismo, não terá êxito, uma vez que o povo brasileiro está unido.¹⁹² (grifos meus).

A discrepância entre os jornais é evidente. Como ponto comum entre as reportagens, é possível identificar que ambas citam o discurso virulento do governador Ney Braga (que iria ocupar lugar importante no governo ditatorial), dizendo que não jogaria o livro do MEC no chão para não sujar o solo paranaense, além de chavões do conservadorismo, como oração, defesa da “liberdade” e repúdio ao comunismo. A fotografia abaixo, do *Diário do Paraná*, mostra os manifestantes no dia do evento:

¹⁹¹. Fracassou a marcha dos privilegiados. Última hora. 25 mar. 1964, p. 2. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=830348&pagfis=19426>. Acesso em: 25 fev. 2023.

¹⁹² Povo nas ruas repudiou a comunização do ensino. *Diário do Paraná: Órgão dos Diários Associados*. 25 mar. 1964. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=761672&pagfis=48715>. Acesso em: 25 fev. 2023.

FIGURA 3: Marcha a Favor do Ensino Livre



FONTE: Jornal *Diário do Paraná*: órgão dos diários associados.¹⁹³

Calcular o número de manifestantes não é tarefa fácil, ainda mais com informações tão divergentes. O fato é que, analisando a fotografia, é possível perceber que há um contingente expressivo. Também é possível identificar que há um grande número de pessoas vestindo camisetas com a cor branca, o que pode indicar grande número de alunos dos colégios confessionais. Seria simplificação grosseira levar em consideração tanto a afirmação do jornal *Última Hora*, de que seria um evento somente de “privilegiados”, quanto a afirmação ufanista do *Diário do Paraná*, de que “populares e integrantes de todas as classes sociais” estavam neste movimento de “repúdio à comunização do ensino”. De fato, o que se pode extrair das informações e da marcha, é que foi um evento diferente dos demais de caráter conservador do país. Além do mais, contou com a presença do governador, que rasgou o livro em frente aos manifestantes, expressando seu repúdio ao “comunismo”. Conforme já explicitado, o jornal seguia uma linha editorial que desqualificava protestos estudantis mais alinhados à esquerda, enquanto enaltecia os que se mostravam contrários a Jango e, mais tarde, iria mostrar apoio irrestrito ao regime.

¹⁹³ Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=761672&pagfis=48715>. acesso em: 25 fev. 2023.

Tal recuo no período anterior à ditadura se faz necessário para entender que a educação era um assunto importante na questão política em Curitiba. Além disso, o apoio de Ney Braga, assim como de outras figuras de destaque, tais como o reitor da UFPR Flávio Suplicy de Lacerda, ao golpe de 1964, traria futuros desdobramentos, tanto para a questão política quanto para a educação, conforme se verá mais adiante. Antes, é necessário entender como a União Nacional dos Estudantes (UNE) e a União Paranaense dos Estudantes (UPE) se posicionavam em relação às demandas estudantis antes do golpe de 1964.

2.1.3. A UNE e a UPE e suas demandas estudantis antes do golpe

Para entender as mudanças pelas quais as instituições de ensino superior passaram durante o período da ditadura civil-militar, é importante destacar que, no início da década de 1960, as universidades, na acepção estrita do termo, praticamente inexistiam. Havia faculdades praticamente autônomas, com reitorias com papel decorativo.¹⁹⁴ Nesse sentido, embora houvesse muitas divergências político-ideológicas entre esquerda e direita, havia certa unanimidade em relação à urgência de uma reforma, embora as semelhanças parassem por aí. Aqueles mais voltados à esquerda, desejavam uma universidade mais voltada às causas sociais, além da urgência em mudar as estruturas de poder dentro destas instituições. Neste grupo, ecoavam vozes de entidades de representação estudantil, tais como a UPE e a UNE. Já para a direita, a solução estaria em uma universidade em que se desse ênfase ao ensino técnico em detrimento das humanidades, privilegiando o conhecimento tecnológico ao invés da pesquisa para a ciência pura. Inclusive, para uma parte destes, as universidades sequer precisariam ser gratuitas, de modo que seria cabível e até desejável cobrar mensalidades daqueles que pudessem arcar com os custos.¹⁹⁵

É importante não perder de vista a conjuntura em que este debate era travado. Em tempos de Guerra Fria, tanto as ideias liberais quanto as mais voltadas ao social eram recorrentes, sobretudo nos ambientes acadêmico e político. Nesse sentido, a influência estadunidense na política brasileira se dava por vários meios, de forma que, sobretudo na gestão Kennedy, considerava-se que a melhor maneira de vencer o fantasma do

¹⁹⁴ MOTTA, Rodrigo Patto de Sá. **As universidades e o regime militar**: cultura política e modernização autoritária. 1ª edição; Rio de Janeiro: Zahar, 2014, p. 351.

¹⁹⁵ Idem, p. 9.

comunismo seria investir na modernização de países vistos como atrasados, pois estes eram considerados alvos fáceis da influência das ideias de esquerda. Por meio de políticas como a *Aliança Para o Progresso* e, mais tarde, dos acordos MEC-Usaid, além do apoio privado de instituições como as fundações Ford e Rockefeller, procurou-se modernizar as instituições educacionais brasileiras, sempre cuidando em alinhá-las à ótica dos Estados Unidos.¹⁹⁶ Por outro lado, estudantes que militavam na busca de uma democratização da sociedade e da socialização ampla do saber, princípios contrários à orientação estadunidense, tomaram como inspiração para suas causas a Carta de Córdoba, de 21 de junho de 1918, sendo este um movimento latino-americano que militava em favor de uma identidade e um novo modelo de atuação no ensino superior, buscando, sobretudo a emancipação da consciência dos povos latino-americanos, distintos dos estadunidense ou europeus. A partir deste manifesto, surgiram entidades estudantis em diferentes países da região.¹⁹⁷

No Brasil, a criação da UNE remonta ao ano de 1937, embora seu reconhecimento oficial tenha ocorrido no ano seguinte, no II Congresso Nacional dos Estudantes.¹⁹⁸ Esse evento possui um significado histórico, pois nessa ocasião foi elaborado o Plano de Sugestões para uma Reforma Educacional Brasileira, versando sobre tópicos como seleção de professores por concurso com provas e comprovação de títulos; obrigação de se submeterem a provas didáticas e científicas a cada dez anos, aprimoramento dos conhecimentos do corpo discente por meio de apresentação de trabalhos individuais, tais como teses, pesquisas bibliográficas ou científicas, etc., além de reivindicações como a eleição de reitores e diretores pelo corpo docente e discente.¹⁹⁹

O ímpeto do movimento estudantil²⁰⁰ foi tolhido com o golpe de Vargas e o Estado Novo, que procurou aparelhar a educação conforme os interesses do Estado, dispondo de poderes para tanto. Nos anos seguintes, a turbulência política também foi desfavorável para o florescimento do debate. Já no governo Jango, tais urgências haviam voltado à tona no debate público.

¹⁹⁶ Ibidem, p. 10.

¹⁹⁷ FÁVERO, Maria de Lourdes de A. **A UNE em tempos de autoritarismo**. 2. ed. rev. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009.

¹⁹⁸ Idem, p. 25.

¹⁹⁹ Ibidem, p. 29.

²⁰⁰ O termo “movimento estudantil”, no singular é usado nesta parte do texto para se referir às organizações formais de representação estudantil. No período da ditadura, em específico, outras tendências surgem, o que é problematizado ao longo deste trabalho.

Com relação à UPE, sua fundação ocorreu em 16 de setembro de 1939, quando a entidade foi batizada de União Estadual dos Estudantes (UEE). Como era de se esperar, a UPE sempre esteve envolvida em assuntos considerados relevantes tanto pela classe estudantil quanto pela sociedade em geral, tais como a campanha “O petróleo é Nosso”, em 1947.²⁰¹ Ao analisar a pasta da DOPS com documentos referentes à entidade, é possível notar que, de acordo com a análise das autoridades policiais, esta sempre foi vista como um órgão alinhado ideologicamente à esquerda, porém antes do golpe, suas lideranças eram mais alinhadas à direita.²⁰² Na mesma pasta, há um documento de apoio à luta camponesa e aos trabalhadores, exaltando o 1º de maio e com o poema “O operário em construção”, de Vinícius de Moraes. Embora militasse pela reforma universitária, as manifestações da UPE não eram muito massivas à época. Curiosamente, a ditadura com sua cruzada contra os estudantes contrários à sua linha ideológica acabou por estimular focos de resistência e a organização de um movimento inédito de contestação.

É interessante notar a atitude dúbia do reitor da UFPR, Flávio Suplicy de Lacerda, demonstrando práticas antagônicas em pouquíssimo tempo. Já no começo de 1964, Suplicy havia resolvido convidar para a aula inaugural da universidade o reitor da UnB, Darcy Ribeiro, conhecido por suas posições progressistas. Dessa forma, o DCE da UFPR em reunião extraordinária criticou a atitude do reitor, considerando:

- I – que o Sr. Prof. Darcy Ribeiro é um homem engajado e integrado no processo de libertação nacional, sendo representante das aspirações, das posições e pensamento nacionalista do povo brasileiro;
- II – que a universidade é também objeto de reforma estrutural no encaminhamento do processo de libertação nacional e de desenvolvimento cultural e educacional do país;
- III – que a reitoria da UP, por atos e palavras, tem adotado, até aqui, uma orientação frontalmente contrária àquilo que o estudante brasileiro entende como REFORMA UNIVERSITÁRIA;
- IV – que os Universitários da Universidade do Paraná, são radicalmente contrários à permanência no poder do Reitor FLÁVIO SUPLICY DE LACERDA.

RESOLVE:

denunciar à classe universitária do Paraná a intenção politicante do convite formulado pela Reitoria, baseado em que:

- I – está próxima a indicação da lista tríplice da qual será escolhido o próximo Reitor, por nomeação da Presidência da República;
- II – está o Sr. Reitor mal colocado ante a Presidência da República, por suas posições retrógradas e contrárias ao desenvolvimento autônomo da Cultura Nacional;
- III – com isso pretende engodar o ministério da Educação e a Presidência da República, com vistas a ser conduzido à Reitoria da UP.

²⁰¹ Disponível em: <https://forumverdade.ufpr.br/caminhosdaresistencia/uniao-paranaense-de-estudantes-upe/>. Acesso em: 4 mar. 2023.

²⁰² DEAP/DOPS. **União Paranaense dos Estudantes, UPE**. Dossiê 2325, caixa. 263.

Na certeza de que esta MISTIFICAÇÃO POLÍTICA, será percebida por S. Exa. Prof. DARCY RIBEIRO, sem que isto signifique referendar quaisquer posições ou atitudes assumidas pelo Magnífico Reitor, em qualquer momento, o CONSELHO DE REPRESENTANTES DA UP convoca os universitários a repudiar esta insólita manobra da Reitoria da Universidade do Paraná.
PALÁCIO DOS ESTUDANTES, SALA DE SESSÕES, 28/02/1964
SILVANO POHL MOREIRA DE CASTILHO – PRES. DO D.C.E. da UP
(grifos no original)²⁰³.

A reunião foi realizada pelo DCE no dia 28 de fevereiro de 1964, ou seja, um pouco mais de um mês antes da deflagração do golpe. É interessante notar como a conjuntura mudaria radicalmente em tão pouco tempo. O reitor Flávio Suplicy de Lacerda adotou uma postura estrategista: sabendo que era malvisto pelo então presidente João Goulart resolve convocar para a aula inaugural alguém que notoriamente era querido pelo governo, pois as posições progressistas de Darcy Ribeiro inclusive lhe renderiam muita dor de cabeça pouco tempo depois. A posição de Lacerda entra justamente naquilo que chamamos de enquadramento da memória, pois logo após o golpe, ele se apresentava como um revolucionário de primeira hora.

Com a emergência do golpe de 1964 invertem-se as posições: aquele que tinha sua permanência no cargo de reitor ameaçada, passou a colher os frutos da aliança com a ditadura, ao passo que o professor Darcy Ribeiro, que estava nas graças de João Goulart, passou a ser perseguido de forma implacável pelo regime, vendo ruir seu sonho de uma universidade inovadora, como era a UnB antes do regime de exceção.

2.2. A OPERAÇÃO LIMPEZA E A PERSEGUIÇÃO NAS UNIVERSIDADES

Existem muitas discussões acerca do real papel dos Estados Unidos no golpe de 1964. Talvez pelas dificuldades em encontrar razões para um movimento que não encontrou resistências, seja mais fácil imaginar que houve certa manipulação de um inimigo externo poderoso em todo o processo. O fato é que a documentação comprova que, embora houvesse apoio estadunidense ao golpe, por meio da Operação *Brother Sam*, além de interferências políticas, a ação concreta foi até modesta, de forma que o movimento parece estar mais atrelado a elementos internos, com dinâmica própria²⁰⁴.

²⁰³ DEAP/DOPS. Dossiê: União Paranaense dos Estudantes, UPE. Nº 2325, top. 263

²⁰⁴ FICO, Carlos. **O grande irmão**: da operação Brother Sam aos anos de chumbo. O governo dos Estados Unidos e a ditadura militar brasileira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

Já quanto às características distintas da ditadura brasileira em relação às demais do Cone-Sul, a coalisão entre civis e militares foi essencial para o sucesso do golpe, mas também motivo de tensão ao longo de todo o regime. Para entender os futuros desdobramentos das políticas não lineares e, por vezes, paradoxais da ditadura, faz-se necessário analisar os principais grupos que compunham a base de sustentação do regime. Assim, havia aqueles que desejavam a remoção de Jango e daqueles considerados mais radicais à sua volta – sobretudo os comunistas – para depois legitimar o golpe por meio de um truque jurídico qualquer, e em seguida devolver os militares aos quartéis. Nesse grupo se encontravam baluartes da corrente liberal-conservadora, dentre eles Carlos Lacerda, Adhemar de Barros e Magalhães Pinto, além de setores da mídia impressa, tais como *O Estado de São Paulo* e o *Correio da Manhã*. Havia também aqueles conservadores convictos, saudosos de um Brasil idealizado e rural, apegado a tradições cristãs e supostos “defensores da família”. Além disso, é importante destacar os civis e militares que dormiram legalistas e acordaram golpistas, sendo favoráveis a uma intervenção militar pontual, e, não raro, poderiam até mesmo ser adeptos de uma intervenção estatal, em um modelo keynesiano. Por fim, não se pode esquecer daqueles que apoiavam um governo autoritário abertamente, que durasse o tempo que fosse preciso para extirpar o suposto comunismo do Brasil, sendo que muitos desses foram responsáveis por sequestros e torturas já no início do regime.²⁰⁵ Como se pode ver, essa coalisão híbrida faz parte de um processo de acomodação política bastante comum na história do Brasil, em uma tradição na qual muitas vezes mudava-se o regime, mas mantinham-se os mesmos grupos na base de poder.

Com o triunfo golpista, iniciou-se um movimento de perseguições em diversos segmentos da sociedade, de forma que o tema da corrupção, muito utilizado pela direita desde o início da República, foi mais uma vez utilizado para afastamentos, expurgos e prisões. Nesse ínterim, o temor aos movimentos sociais, sobretudo no campo, nos sindicatos e nas universidades, foi a justificativa necessária para a Operação Limpeza.

No início da década de 1960, a UNE possuía boas relações com o Governo Goulart, sendo que jovens universitários participavam de campanhas de alfabetização como os Centros Populares e Cultura (CPCs). Jango também havia atribuído cargos oficiais a militantes estudantis. Tais atitudes provocaram a ira de militares, que viam nas universidades um ambiente fértil para a propagação de um suposto proselitismo marxista.

²⁰⁵ REIS FILHO, Daniel Aarão. **Ditadura e democracia no Brasil: do golpe de 1964 à constituição de 1988**. 1ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2014. P. 49-50

Motta²⁰⁶ destaca que, embora houvesse lideranças estudantis de direita, a maioria estava alinhada à esquerda, em suas mais diversas gradações.

Tão logo o golpe foi vitorioso, as autarquias de representação estudantil passaram a sofrer perseguições. Já no dia 1 de abril, o prédio da UNE, localizado na Praia do Flamengo foi invadido e incendiado por agentes da repressão. O jornal *Tribuna da Imprensa* trouxe uma narrativa em que culpabilizava os próprios estudantes pelo ato:

A REDEMOCRATIZAÇÃO UNIVERSITÁRIA

O incêndio da União Nacional dos Estudantes, na Praia do Flamengo, provocado, no dia da **Revolução**, pela minoria subversiva que controlava aquela instituição, não permitiu às autoridades recolherem o impressionante fichário que ali se encontrava a respeito do processo de subversão e bolchevização do país. O fogo consumiu planos, recibos, folhetos, cartazes e outros documentos comprobatórios das notórias ligações da UNE com outras entidades nacionais e estrangeiras **a serviço da implantação de um regime totalitário**. [...] Não havia apenas subversão ideológica com a utilização de minorias estudantis no esquema extremista do governo Goulart. Havia também subversão hierárquica. Os próprios ministros da Educação, como é o caso dos srs. Paulo de Tarso e Júlio Sambaqui, passaram a ser meros títeres e serviços dessa cúpula de agitadores, que não apenas tinham trânsito no gabinete ministerial, como ainda aprovavam ou vetavam os atos do titular da pasta. E atrás de tudo isso estava o “**reitor**” Darci Ribeiro que, na chefia da casa Civil da Presidência da República, prosseguia na obra da **comunização da vida educacional brasileira**, iniciada desde o momento em que ele próprio ocupava o Ministério da Educação. **A utilização da UNE no esquema totalitário do governo Goulart, o “método Paulo Freire”, destinado à alfabetização maciça de adultos que haveriam de compor, no interior do país, um corpo eleitoral de 5 milhões de pessoas a ser manipulado na hora oportuna pelo sr. João Goulart, a publicação de uma “Nova História do Brasil”, dentro da filosofia marxista e patrocinada pelo Ministério da Educação, são alguns dos terríveis marcos que assinalam este nefasto período em que os comunistas controlavam a vida universitária brasileira em estreito entendimento com espões cubanos e chineses.** [...] Para redemocratizar, moralizar, disciplinar e reorganizar a vida universitária do país, não basta extirpar os focos comunistas estudantis. É imprescindível que sejam também erradicados os focos de **corrupção da cúpula educacional, representada pelos reitores, professores e outros pedagogos a serviço do extremismo**. Esta limpeza, na área dos que deixaram desintegrar-se a sua autoridade e responsabilidade, por motivos de oportunismo político, é indispensável e inadiável (grifos meus).²⁰⁷

Os argumentos utilizados pelo jornal poderiam tranquilamente ser lidos no contexto atual da política brasileira. Termos como “comunização do ensino”, “totalitarismo de esquerda” e os ataques a Paulo Freire, ainda fazem parte do imaginário da extrema-direita. Pensando na conjuntura da época, os ataques às políticas de João Goulart se utilizavam

²⁰⁶ Motta, 2014, Op. Cit. p. 24

²⁰⁷ A redemocratização universitária. *Tribuna da Imprensa*. 5 abr. 1964. Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=154083_02&pagfis=16252. Acesso em: 10 mar. 2023.

de estratégias retóricas típicos do vocabulário da Guerra Fria, segundo os quais o presidente estaria planejando a implantação de uma ditadura sanguinária, e mais: para isso, contava com a participação dos estudantes, por meio de entidades como a UNE. Além disso, o “método Paulo Freire” visaria transformar os alunos em massa de manobra a ser utilizada em momento oportuno pelo presidente da República. A reportagem, em tom de ironia, coloca aspas no título de reitor de Darcy Ribeiro, responsabilizando-o pela suposta comunização do ensino. De fato, o reitor foi um dos que mais sofreram com a perseguição da ditadura, como se verá mais adiante. Também não poderia faltar a acusação de ligações estreitas com países de esquerda, como Cuba e China, além de tratar o movimento de 1964 como “revolução”, seguindo a cartilha golpista da época.

Já o jornal paranaense *Diário do Paraná: órgão dos diários associados*,²⁰⁸ veiculou a seguinte manchete: “ao serem divulgadas as primeiras notícias da vitória das forças anticomunistas, grupos populares dando vaza (sic) a uma indignação contida há muito tempo, tomaram de assalto a sede da UNE na Praia do Flamengo”. O jornal também noticia que uma multidão na rua, “que crescia cada vez mais” aplaudia o gesto. Embora, ao contrário da *Tribuna da Imprensa*, tenha noticiado que pessoas contrárias à entidade tenham começado o movimento, faz questão de destacar que contava com o apoio da população e que se tratava de um sentimento há muito contido. Embora não se possa afirmar que na ocasião o apoio tenha ocorrido de fato, é interessante notar que as narrativas mudam ao longo do tempo e ao sabor da conjuntura, pois nessa época o sentimento anticomunista, de fato, foi um catalisador do apoio popular à ditadura, ou, nas palavras de Marcos Napolitano, “todos unidos pelo anticomunismo, a doença infantil do antirreformismo dos conservadores.”²⁰⁹

A manchete ainda faz o comparativo entre duas imagens em tom de triunfo:

²⁰⁸ Primeiras fotos da revolução vitoriosa! **Diário do Paraná: órgão dos Diários Associados**. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/761672/48857?pesq=> . Acesso em: 28 fev. 2024.

²⁰⁹ NAPOLITANO, 2014, Op. Cit. p. 4

FIGURA 4: incêndio na UNE



FONTE: Jornal *Diário do Paraná: órgão dos Diários associados*. 4 abr. 1964.²¹⁰

²¹⁰ Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=761672&pesq=&pagfis=48857>. Acesso em: 28 fev. 2024. Transcrição: Ao serem divulgadas as primeiras notícias da vitória das forças anticomunistas, grupos populares exaltados, dando vazão (sic) a uma indignação contida por muito tempo, tomaram de assalto a sede da UNE, na Praia do Flamengo. Uma chuva fina caía, quando um grupo invadiu a entidade e passou aos andares superiores, arrancando as faixas e derrubando cartazes.

FIGURA 5: “das cinzas, nascerá uma nova UNE”



FONTE: Jornal *Diário do Paraná*: órgão dos Diários associados. 4 abr. 1964.²¹¹

Dessa forma, a perseguição no ambiente universitário foi constante no regime, com interstícios de arrefecimento, mas nunca baixando a guarda. Assim como a UNE, as entidades estudantis estaduais também sofreram represálias e foram colocadas na ilegalidade. A UPE foi invadida em junho do mesmo ano, com agentes da DOPS portando mandado de busca e apreensão, expedido pelo capitão Haroldo Souto Carvalitto, presidente da Comissão do Inquérito Policial-Militar (IPM). O presidente da UPE, Ronaldo Antônio Botelho, foi encaminhado à delegacia, tendo redigido, posteriormente

²¹¹ Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=761672&pesq=&pagfis=48857>. Acesso em: 28 fev. 2024. Transcrição: Outros, mais exaltados, trataram de botar fogo em diversas dependências, ao mesmo tempo que muitos móveis eram atirados às ruas, pelas janelas. Centenas de olhares curiosos, nos prédios vizinhos, acompanhavam a atividade do grupo exaltado. Os bombeiros chegaram pouco depois, debelando as chamas sem maiores dificuldades. Das cinzas, nascerá uma nova UNE.

um manifesto, no qual revela a situação, sendo que, ao se mostrar contra o mandado, recebeu voz de prisão. Após argumentar com os capitães Haroldo Carvallido e André Luís, estes relaxaram a prisão. Embora o documento tenha sido redigido após a prisão, Botelho mostra uma postura de respeito às autoridades, sem deixar de se posicionar com a sua indignação com o momento que o país vivia:

Não tem este manifesto a intenção de sublevar a classe contra as autoridades constituídas. Jamais me servi do cargo de presidente da UPE, são todos os colegas testemunhas, para incitá-los à discórdia, ao desrespeito aos mestres e aos ataques à democracia. Prova do que afirmo é o fato de após os acontecimentos após 31 de março, sermos, ao lado de Pernambuco e da Guanabara, as únicas entidades estudantis que permaneceram com as diretorias intactas, presentes e atuantes. Entretanto, sempre fomos dos que pensam que “ou cumprimos nossa obrigação com dignidade, ou nos afastamos dela”. A UPE vive seus últimos dias de nosso mandato, mas o faremos até o fim lutando por nossa autonomia, liberdade e independência, conquistadas ao longo de memoráveis pugnas democráticas. Assim, se amanhã for afastado de meu cargo ou me afastar espontaneamente dele, saibam os colegas que não foi por temor à luta e ao trabalho, mas sim por não concordar que a nossa casa seja invadida, violada e que ordens próprias a **marginais me sejam dadas**. (Grifos no original)²¹²

Os grifos na expressão final estavam marcados à caneta no documento, provavelmente por alguma das autoridades que o recolheram. Ao mesmo tempo em que diz não questionar as autoridades constituídas, Botelho se mostra firme na convicção e indignado com o modo com que foi tratado no momento de sua detenção. É interessante notar que poucas entidades estudantis não foram atacadas no momento do golpe de 1964, estando a UPE entre elas, talvez pelo posicionamento de seu presidente que, à época do golpe, não havia desferido ataques à “democracia”; obviamente, o documento permite interpretação dúbia quanto a esse termo.

Nesses primeiros tempos do golpe, as universidades estiveram entre as instituições que mais sofreram com a perseguição do novo governo, na chamada “Operação Limpeza”. Dessa forma, iniciou-se uma série de devassas nas instituições de ensino superior no país, objetivando o expurgo de qualquer docente, funcionário ou aluno que representasse ameaça aos objetivos da “revolução”.

Sobre essa operação, Motta²¹³ observa que poderia representar uma conveniência para determinados docentes, uma vez que profissionais que dificilmente conseguiriam uma ascensão na carreira universitária, viram na adesão aos mandatários do regime uma oportunidade, sobretudo com a vacância dos cargos, oriundas, dos próprios atos de

²¹² DEAP/DOPS. **Dossiê: União Paranaense dos Estudantes**, UPE. Dossiê 2325, caixa. 263

²¹³ Motta, 2014, Op Cit. P. 37.

expurgos. Nesse ínterim, houve afastamento de reitores e pressões para que outros renunciassem. Também é curioso notar que as trocas de reitores e demais lideranças nas universidades procurava obedecer a um protocolo que simulava certa legalidade. No caso da UnB, por exemplo, logo após a intervenção, o governo convocou o Conselho Federal de Educação para referendar o ato e a indicação de Zeferino Vaz, entusiasta do golpe e administrador universitário de respeito. Após pressões do governo e do comando militar, o órgão emitiu parecer favorável à indicação.

As diversas nuances nas atitudes de gestores universitários demonstram que muitas vezes a mesma pessoa perpassava de apoio explícito ao regime a certas estratégias de proteção a estudantes e docentes, mostrando o caráter ambíguo, às vezes em curtos espaços de tempo, se não simultaneamente perante determinadas situações. Zeferino, por exemplo, negociou com as autoridades a soltura de professores e alunos detidos, todavia, demitiu novos professores e instrutores, em uma atitude monocrática. Esta política de “morde e assopra” foi algo bastante comum na vida universitária nesse período. Dessa forma, tentando conciliar ordens do regime com demandas estudantis e docentes, Zeferino não resistiu, renunciando ao cargo no ano seguinte. Outro exemplo da ambiguidade reinante se deu em um duplo movimento em 1965, quando Darcy Ribeiro e professores ligados à esquerda foram afastados, em concomitância com o aumento de recursos à universidade e atendimento a demandas estudantis²¹⁴. Como forma de protesto contra os expurgos e desmandos da ditadura, em 1965 aproximadamente 80% do corpo docente da UnB pediu demissão, em um total de 223 professores de uma só vez, pois entendiam que o projeto original da instituição – uma universidade que havia nascido com caráter inovador – estava morto. É importante frisar o caso da UnB pela repercussão à época, entretanto, outras universidades passaram por situações semelhantes.

Na Universidade do Rio Grande do Sul, houve o afastamento de reitor, Eliseu Paglioli, sob alegação de que este possuía ligações com o PTB e Jango, tendo sido, inclusive, ministro da Saúde no período parlamentarista, em 1962. Paglioli foi substituído, após reunião do Conselho Universitário da URGs, pelo professor José Carlos Milano, aliado do regime.

Já na Universidade Federal da Paraíba o reitor, Mário Moacyr Porto, foi afastado nos primeiros dias do golpe, após uma intervenção militar na instituição, sob acusação de colaborar com esquerdistas e incentivar ideias subversivas. Em 14 de abril, o comandante-

²¹⁴ Motta, 2014, Op. Cit. P. 41

geral do exército baixou um ato decretando intervenção na universidade, colocando em seu lugar Guilardo Martins Alves, oficial do exército e professor de medicina. De temporário, Alves conseguiu a permanência no cargo, após uma eleição com lista tríplice, pois conseguiu costurar apoios que garantiram sua permanência. Nesse sentido, é importante salientar que nem sempre a imposição militar garantia a permanência dos indicados à reitoria. Guilardo Alves ficou ao todo sete anos no cargo e sua gestão se caracterizou por investimentos e obras, bem como por expurgos, sobretudo após 1968.

Embora nas universidades, grande parte da comunidade docente fosse contrária ao governo de Jango, isso não se refletia em um apoio irrestrito às políticas repressivas do regime, que pouco a pouco foi perdendo o apoio dos entusiastas de primeira hora.

Com relação a ações violentas nas universidades, é importante salientar que a URRJ, atual UFRRJ (Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro) representou um ponto fora na curva no que tange a ações mais repressivas. Nessa universidade, seu reitor, Ydésio Luiz Vianna, foi preso, acusado de contribuir com a esquerda antes do golpe. Contra o reitor deposto pesaria o fato de que ele teria emprestado meios de transportes para que os estudantes comparecessem ao famigerado comício “das reformas” de Jango, bem como ter facilitado a realização de eventos mais alinhados à esquerda nas instituições, inclusive com a participação de estudantes cubanos²¹⁵. O reitor, além de ter sido afastado do cargo, foi preso juntamente com um grupo de estudantes e funcionários da instituição no quartel do Exército que ficava nas imediações do campus de Seropédica. Além de muitos estudantes ficarem detidos por mais de quarenta dias, dois deles foram barbaramente torturados, tendo sido abandonados mais tarde em local ermo. À revelia do conselho universitário da UFRRJ, foi eleito como reitor, o professor Frederico Pimentel Gomes, o qual ficou no cargo até o final de 1964.

Já na Universidade do Espírito Santo, o reitor, Manuel Xavier Paes Barreto Filho, que possuía ligações com a ala janguista do PTB acabou exonerado no dia 14 de abril de 1964, de forma que duas semanas após este ato, o Conselho Universitário da instituição se reuniu para a elaboração da lista tríplice do novo ocupante do cargo.

Embora tenha havido mais intervenções em faculdades isoladas, as ações da repressão foram mais diretas nos casos supracitados. Em outras instituições ocorreram casos mais específicos. Na Universidade do Recife, por exemplo, houve, desde o ano anterior ao golpe, intensa campanha contra o reitor, inclusive com artigos de Gilberto Freyre na

²¹⁵ MOTTA, 2014, Op. Cit. P. 43

imprensa, criticando projetos do mandatário, dentre os quais havia uma iniciativa de alfabetização popular, capitaneado por Paulo Freire. Assim, após intensa mobilização por parte da direita, o reitor Alfredo da Costa Lima optou pela renúncia em junho de 1964 em um movimento que Motta²¹⁶ chama de “semi-intervenção”, uma vez que alguns professores e estudantes foram presos e/ou saíram de cena, ao passo que o reitor, conforme explanado, renunciou após as pressões dos setores contrários às suas políticas.

Na universidade de Minas Gerais, ocorreu uma situação única: uma malsucedida tentativa de intervenção militar. Este caso merece atenção por suas particularidades. O General Luís Carlos Guedes, chefe militar da área, possuía um recente entrevero com a instituição, pois, poucos dias antes do golpe, acontecera uma aula inaugural no auditório da Faculdade de Ciências Econômicas da qual também participou, ministrando uma palestra, Darcy Ribeiro. O general em questão foi um dos convidados pelo Reitor Aluísio Pimenta para compor a mesa, porém o militar foi solenemente vaiado por parte considerável dos estudantes. Some-se isso ao fato de que o reitor era malvisto pelos militares por suas ligações com o PTB.²¹⁷

Tão logo se deu o desfecho do golpe, Guedes articulou para conseguir a demissão de quinze docentes da instituição, todavia uma comissão interna de sindicância apontou para a ausência de culpados com relação a atividades subversivas. A desculpa para outra tentativa de intervenção se deu em junho de 1964, quando foram encontrados panfletos de estudantes na Faculdade de Filosofia, assinados pela UNE, com críticas contundentes à ditadura. O militar ordenou a intervenção na instituição, determinando o afastamento de estudantes acusados de distribuírem os panfletos, além de alguns professores, acusados de atividades subversivas, dentre os quais o físico-químico José Israel Vargas, que foi chamado ao gabinete do diretor pelo tenente-coronel Expedito Orsi Pimenta, que havia sido o encarregado da ação intervencionista. Pimenta apresentou um ato secreto, cujo documento atestava o afastamento do docente de suas funções. O professor não só não se intimidou, como prometeu uma denúncia pública. Após a tensa conversa, Pimenta rasgou o documento. A intervenção se mostrou desastrosa, apesar da prisão de estudantes e docentes.

O reitor resolveu agir para reverter a situação, enviando comunicados à imprensa. O jornal *O Estado de Minas*, muito influente entre a população, argumentava que a

²¹⁶ Idem, p. 45.

²¹⁷ CUNHA, Luiz Antônio. **A universidade reformada: o golpe de 1964 e a modernização do ensino superior**. 2ª ed. São Paulo: Editora Unesp, 2007, p. 113.

intervenção na universidade não fazia sentido, uma vez que a população havia acolhido a “revolução” e lutado pela liberdade. Ademais, o reitor, seria bom católico e frequentador da “Sagrada Mesa”.²¹⁸ Com o argumento da defesa da autonomia universitária sem necessariamente criticar o regime, o editorial do jornal ajudou a lograr a suspensão da ação, o que ocorreu dois dias depois. Dessa forma, a faculdade de Filosofia conseguiu a reintegração dos estudantes afastados. Aluizio Pimenta reassumiu o cargo de reitor em 13 de junho de 1964 com uma base de sustentação ainda maior que antes.²¹⁹ Esse é mais um exemplo de certa acomodação, dentre as muitas que ainda iriam ocorrer durante a vigência do regime. Ademais, havia, via de regra, certa preferência por evitar intervenções militares nas instituições de Ensino Superior, de forma que nesta primeira fase do regime, era comum colocar em cargos de liderança, professores simpáticos ao regime²²⁰.

Com relação à UFPR, houve uma situação mais confortável do ponto de vista da ditadura, uma vez que o reitor Flávio Suplicy de Lacerda apoiou abertamente o golpe, sendo considerado um “revolucionário” de primeira hora (embora tenha adotado aquela postura dúbia um mês antes do golpe), o que lhe rendeu o cargo de ministro da Educação do governo Castello Branco. O reitor da UFPR não só foi um entusiasta do golpe, como também “agiu como um dos mentores das formulações repressivas desencadeadas pelo regime militar, como demonstramos discursos proferidos no V Fórum Universitário, realizado em outubro de 1964”.²²¹

Nesse primeiro momento, o professor José Rodrigues Vieira Netto, do curso de Direito da UFPR, foi cassado pelo regime, em um decreto do dia 08 de junho de 1964. Além dele, mais dois tiveram suas carreiras abreviadas na universidade: Amílcar Gigante e Regenis Prochmann, ambos docentes do curso de medicina, foram aposentados compulsoriamente. Vieira Netto teve seus direitos políticos suspensos pelo prazo de dez anos por meio do decreto de 8 de junho de 1964, quando também perdeu seu cargo de docente na universidade. Analisando sua ficha na DOPS, percebe-se que o professor era monitorado há muito tempo, devido a suas ligações com o PCB, pois o primeiro registro da delegacia remete a 29/09/1944. Dessa época, constam encontros com Luís Carlos Prestes, o qual teria dado o aval para sua candidatura a deputado federal pelo PCB, em 1945. Ao contrário da informação em sua ficha na DOPS, Vieira Netto foi deputado

²¹⁸ MOTTA, 2014, Op. Cit..

²¹⁹ CUNHA, 2007, OP. Cit. p. 115

²²⁰ MOTTA, 2014, Op. Cit.

²²¹ PARANÁ. Secretaria da Justiça, Trabalho e Direitos Humanos – SEJU. **Relatório Estadual da Comissão da Verdade Tereza Urban**, 2014, Vol 2, p. 398

estadual constituinte pela legenda neste ano.²²² Em 1947 ocupou, de fato, a vaga de deputado estadual, tendo seu mandato cassado no mesmo ano, assim como todos os companheiros de partido, uma vez que o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) cancelou o registro do partido em 1947. Logo nos primeiros dias do golpe, o professor sabia que sua prisão era iminente, assim, passou a se esconder em casas de amigos, porém ainda continuou a trabalhar em seu escritório de advocacia, situado no Edifício Maringá, na rua Cândido Lopes, no centro de Curitiba.

Os eventos que se seguiram demonstram dois personagens agindo de maneiras distintas, que atestam contra qualquer julgamento maniqueísta a respeito da conduta de indivíduos com papéis supostamente definidos no regime. Seu genro, Édison, foi procurado por um policial militar que havia emitido o alerta de que Vieira Netto corria perigo, pois um pistoleiro havia sido contratado para matá-lo. Dado o alerta, o professor e advogado foram aconselhados a sair de circulação para evitar o pior. O problema então seria quanto a seu posto de professor catedrático na Universidade Federal do Paraná, pois devido a suas faltas corria o risco de ser exonerado. Procurando ajudar, seu amigo Oscar Virmond Arruda teria ido falar com o delegado Dr. Walfrido, que teria respondido: “eu gosto muito de você, que é da cultura, mas gosto mais do Vieira Netto, que é meu colega de turma na faculdade, mas, eu sou polícia, se eu souber onde ele se encontra, vou prendê-lo”.²²³

É interessante notar que no livro de memórias escrito por Cecília Helm, filha de Vieira Netto, há uma narrativa em que dois agentes da lei operam de maneira diferente do que esperava o regime: o primeiro sinaliza para que o professor tome cuidado, antecipando um possível atentado; já o segundo, que era delegado, adota uma posição ambígua: ao mesmo tempo em que diz que se ver Vieira Netto irá prendê-lo, não faz maiores esforços em localizá-lo, uma vez que estava conversando com um amigo que sabia seu paradeiro. Além disso, dá a oportunidade para que o recado seja transmitido àquele que era procurado, proporcionando chances de fuga. Aliás, a conduta de Pilotto faz jus a outras atividades pregressas. Na década de 1930 havia se mostrado preocupado com prisões

²²² Disponível em: <https://forumverdade.ufpr.br/blog/2017/06/19/jose-rodrigues-vieira-netto-a-vida-e-o-trabalho-de-um-grande-mestre-cecilia-helm/> Acesso em: 24 mar. 2023.

²²³ HELM, Cecília Maria Vieira. **José Rodrigues Vieira Netto**: a vida e o trabalho de um grande mestre. Curitiba: Ordem dos Advogados do Brasil – Seccional Paraná, 2013, p. 121-123.

arbitrárias de judeus e líderes sindicais, cujos processos eram conduzidos por seu colega de faculdade, o então chefe de polícia José Mehry.²²⁴

Além da aposentadoria forçada, José Rodrigues Vieira Netto continuou a ser monitorado pela repressão, com os seguintes apontamentos posteriores em sua ficha:

- Em 6/7/1964: - O fichado foi presidente da Ordem dos Advogados, candidato de Prestes em diversos pleitos eleitorais; sustentou debate público pela televisão **defendendo o comunismo. Foi deputado estadual comunista.**
- Em 13/7/1964: - O fichado, nesta data, apresentou-se ao Q/G. da 5ª Região Militar, sendo mandado recolher preso ao Quartel da Polícia Militar do estado, à disposição do IPM da capital.
- Em 5/10/65 – O Dr. Promotor público da 5ª R.M. ofereceu denúncia contra o fichado, como incurso na Lei de Seg. Nacional, por atividades subversivas.
- Em 4-11/1965 – O Conselho Permanente da Auditoria da 5ª R.M. recebeu a denúncia contra o fichado e outros (V. pasta IPMs).
- Em 23/06/65 – Dados conseguidos na promotoria da 5ª R.M: Testemunha: Ubiratan Borges de Macedo – Dados: Professor de Direito da Faculdade Federal. **Aliciador do Partido Comunista.** Incentivou os estudantes a lançarem manifesto contra o governo revolucionário.
- 8ª testemunha: Noel Sanwais – Dados: Compareceu à assembleia extraordinária dos estudantes realizada no Teatro Guaíra, na qual foi suspensa a greve de 1/3. Lamentou, na ocasião, o insucesso da greve, e elogiou o PADRE GUSTAVO que também se achava presente à reunião. Liderava, até certo ponto, o grupo esquerdista da faculdade. **Facilitava, nos vestibulares, o ingresso de estudantes esquerdistas na faculdade e prejudicava os estudantes reconhecidamente democratas.**
- Presidente de honra do Instituto Cultural Brasil-Cuba.
(Reunião do dia 20 de fevereiro de 1962)
- Fez [um discurso] na conferência da Câmara Municipal de Curitiba no dia 26 de junho de 1962, comemorando a data magna da República Cubana.
- **Afirmou ser comunista em alto e bom som em debate, na televisão com o deputado Edgar Távora.** (Grifos meus)²²⁵

A paranoia com o termo “comunista” é típica do imaginário militar. Além de ser acusado de aliciamento de pessoas ao partido comunista, pesava contra ele as acusações de ter facilitado a entrada de estudantes “esquerdistas” na faculdade, sendo que os “reconhecidamente democratas” seriam os prejudicados nesse processo.

A repressão com o professor Vieira Netto não se deu somente com as forças da ditadura. Convidado para participar da formatura da turma de Direito da universidade em

²²⁴ Morre Valfrido Pilotto, um homem que fez história. Gazeta do Povo. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/caderno-g/morre-valfrido-pilotto-um-homem-que-fez-historia-9xio9wihaw0q8so5ckmcd9q/> Acesso em: 23 jun. 2023.

²²⁵ DEAP/DOPS. Ficha individual de José Rodrigues Vieira Netto. Nº 45.992. Filme 2279/01.

1964, a própria instituição vetou sua participação.²²⁶ Em 16 de setembro de 1967, o professor foi preso no Quartel do Exército do Boqueirão, permanecendo até 6 de novembro, sendo que nos 30 primeiros dias ficou incomunicável. Na Comissão Estadual da Verdade, há um relato de que ele foi interrogado com metralhadora à vista, de forma a intimidá-lo. Se havia pessoas dispostas a ajudá-lo até mesmo dentro da cúpula militar, também havia aqueles que denunciavam o professor, delatando seu paradeiro. Na pasta “informantes” da DOPS, uma denúncia anônima enfatizava que o desmantelamento da “quadrilha comuna” seria incompleto enquanto o docente não fosse neutralizado. A dica era “quente”: em tempos de perseguição, ele se escondia na casa da irmã, Lígia. O bilhete misterioso destacava que “é fiscalizar bem o domicílio deste sr. Rosa que alguma coisa será conseguida no tocante ao afastamento do Dr. Vieira, sempre envolvido nas tramas da esquerda”.²²⁷

Em uma das várias ações contraditórias da ditadura, em 1967, o professor foi convidado duas vezes por Augusto Rademaker para ser ministro da mais alta corte do país, o Supremo Tribunal Federal (STF). Conforme relato do Fórum Paranaense de Resgate da Memória, Verdade e justiça,

Convite duas vezes formalizado e duas vezes recusado. Na primeira, respondeu que o convite foi um equívoco, já que ele havia sido cassado pelo regime. ‘Em carta enviada ao ministro da Justiça, ele disse que não podia aceitar ser indicado ministro do STF por um governo do qual discordava profundamente’, conta sua viúva, Andrée Gabrielle de Ridder.²²⁸

Em 1972, o professor registrou em seu testamento seu desejo final sobre os rumos políticos do país: “Deposito como final esperança que minha pátria um dia possa livrar-se do bando de fascistas e abutres que hoje saqueiam a sua liberdade e a sua economia”.²²⁹ Faleceu no ano seguinte sem ver seus desejos concretizados. Todavia, na esteira dos debates acerca do aniversário do golpe, que começaram a tomar corpo no ano de 2013, várias ações foram feitas no sentido de discutir as memórias divergentes daquele período. Assim, a figura de Vieira Netto era bastante grande no âmbito da universidade, o que passou a exigir certa reparação de sua memória. Dessa forma, foi erigido um busto em sua homenagem, e colocado no prédio Histórico da UFPR, ainda que somente no ano de

²²⁶ PARANÁ. Secretaria da Justiça, Trabalho e Direitos Humanos – SEJU. Relatório Estadual da Comissão da verdade Tereza Urban, 2014. Vol.1, p; 82.

²²⁷ DEAP/DOPS. **Informantes**. Dossiê 797. Caixa 94.

²²⁸ UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ. Fórum Paranaense de Resgate da Memória, Verdade e justiça. Disponível em: <https://forumverdade.ufpr.br/blog/2017/06/19/jose-rodrigues-vieira-netto-a-vida-e-o-trabalho-de-um-grande-mestre-cecilia-helm/>. Acesso em: 13 mar. 2024.

²²⁹ HELM, Cecília Maria Vieira, Op.Cit, p. 144.

2019. A simbologia do ato é forte, uma vez que era o prédio em que o professor foi aposentado compulsoriamente.

FIGURA 6: Busto do professor Vieira Netto feito pelo artista Elvo Benito Damo. Escultura em bronze pelo processo de cera perdida.²³⁰



FONTE: Universidade Federal do Paraná – Prédio Histórico.²³¹

Na placa abaixo do busto há uma frase atribuída ao professor: “há um direito novo a construir e essa é a nossa missão”. Ao lado do busto também há uma placa:

²³⁰ Elvo publicou em sua página no *Facebook* uma foto do dia da instalação da obra: <https://www.facebook.com/ELVOBENITODAMO/posts/busto-de-jos%C3%A9-rodrigues-vieira-neto-sendo-instalada-na-ufpr-edif%C3%ADcio-hist%C3%B3rico-t/1625132974337670/> Acesso em: 10 jun. 2025.

²³¹ Acervo do autor.

FIGURA 7: Placa sobre o busto do Professor Vieira Netto



FONTE: Universidade Federal do Paraná – Prédio Histórico.²³²

Essas homenagens fazem parte do chamado “museu do percurso da UFPR”, mas algumas ações ainda não foram concretizadas. O destaque para a “valorização da memória” não é fortuito, pois estava no cerne das discussões sobre o apagamento da memória da ditadura na capital paranaense. Outra ação de reparação sobre a memória do jurista ocorreu no momento em que o quarto capítulo desta tese era escrita. No dia 28 de outubro de 2024, em um evento de encerramento dos eventos que marcam os 60 anos do golpe de 1964, houve uma cerimônia de desagravo ao professor no Teatro da Reitoria da UFPR, com uma série de homenagens, que contou com discursos do reitor, Ricardo

²³² Acervo do autor.

Marcelo Fonseca, bem como de um ex-aluno e professor aposentado da UFPR, Antônio Acir Breda. Em sua fala, Breda enfatizou a luta de seu mentor não só pelas liberdades democráticas, mas por justiça social durante toda a sua carreira. Também comentou que o professor havia sido escolhido para paraninfo da turma de Direito de 1964, porém a cerimônia só pôde ser realizada após a turma desconvidar o homenageado e garantir sua ausência.²³³ De acordo com Breda, Vieira Netto incentivou os alunos a prosseguirem com a cerimônia.

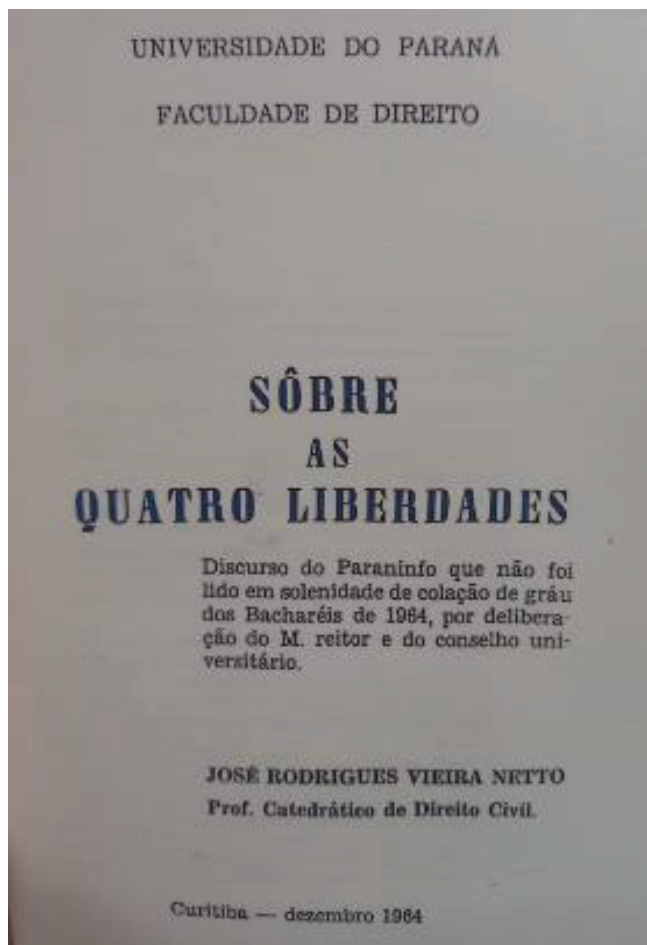
Ainda na cerimônia, a UFPR disponibilizou uma cópia do discurso que não foi lido à época da formatura, intitulado *Sobre as quatro liberdades*. São elas: *da liberdade de dizer, da liberdade de não temer, da liberdade de crer, e da liberdade de segurança*. Com uma escrita bastante poética, no começo de cada uma das liberdades, o professor traz sempre um versículo da bíblia e um trecho de poema de Pablo Neruda. Na primeira parte, o professor revela traições e a dor da solidão, o inquérito universitário, que teria contado com “catedráticos teleguiados”²³⁴, além de “alunos reprovados, de delatores que queriam ser políticos, de outros. políticos, que só conseguiam ser delatores”. É interessante notar que o professor destaca os delatores e professores que não conseguiriam outro meio de ascensão em suas carreiras. Essa observação vai ao encontro de outros autores como Motta,²³⁵ que destacam a linha tênue entre a acomodação e a adesão como forma de conseguir certo tipo de vantagem. Há também certa decepção no discurso de Vieira Netto em concluir que participavam de sua perseguição alunos que teriam sido reprovados.

²³³ A cerimônia foi filmada e está disponível nos seguintes endereços: <https://www.youtube.com/live/e-lceXH94BY?si=vvhe-5UJ9BfjW4RH> e [https://www.youtube.com/live/IljBcXJxNy4?si=-0X2nm-y397i7Ghr](https://www.youtube.com/live/IljBcXJxNy4?si=-0X2nm-y397i7Ghrhttps://www.youtube.com/live/IljBcXJxNy4?si=-0X2nm-y397i7Ghr)Acesso em: 30 out. 2024.

²³⁴ NETTO, Jose Rodrigues Vieira. **Sobre as quatro liberdades**: discurso do Paraninfo que não foi lido em solenidade de colação de grau dos Bacharéis de 1964, por deliberação do M. Reitor e do conselho universitário. Disponível em: https://ufpr.br/wp-content/uploads/2024/10/quatroliberdades_web.pdf Acesso em: 7 mar. 2025.

²³⁵ Motta, 2014, Op. Cit.

FIGURA 8: Discurso que não foi lido à época da formatura da turma de Direito em 1964



FONTE: Acervo do autor.²³⁶

Conforme explicitado, outros docentes também sofreram perseguição nesse primeiro momento. O professor Amilcar Gigante, outro afetado pela Operação Limpeza, não tem sua ficha da DOPS tão detalhada como a de José Rodrigues Vieira Netto, mas é possível perceber que ele era monitorado desde antes da ditadura:

- Em 18/05/1962 – O fichado apoiou a greve universitária decretada pela UNE e pela UPE. A finalidade desta greve era a participação de 1/3 dos estudantes nos CTA das congregações universitárias.
- Em 20/05/1962 – O fichado, como catedrático da faculdade de medicina, participou do congresso convocado pela Reitoria da Universidade. Nesse Congresso, o fichado juntamente com o comunista VIEIRA NETO, votou a favor da pretensão dos estudantes. O fichado foi candidato a Deputado Estadual pelo PSB, o qual não foi eleito, não conseguindo sufragar a casa dos mil votos.
- Em 16/03/1963 – O fichado compareceu ao ENCONTRO DE SOLIDARIEDADE A CUBA, realizado na Câmara Municipal de Curitiba, às 20:30 horas, tendo sido um dos oradores. A reunião foi presidida pelo comunista Sebastião Vieira Lins e a mesa composta pelos comunistas Aristides

²³⁶ Há uma versão digitalizada disponível em: https://ufpr.br/wp-content/uploads/2024/10/quatroliberdades_web.pdf. Acesso em: 13 mar. 2025.

Vinholes, Expedito de Oliveira Rocha, Fernando Tristão Fernandes, Miguel Pan, Vieira Neto, Deputado Leon Naves Barcelos, Luiz C. Driessel e José Vieira da Silva. O tema da reunião foi: “solidariedade ao regime de Fidel Castro”, “autodeterminação dos povos”, e “Imperialismo Norte-Americano”.²³⁷

Mais uma vez a ênfase na reunião com comunistas, sendo essa palavra bastante utilizada durante as anotações. O professor Vieira Netto aparece aqui novamente em atividades ligadas à esquerda. Não deixa de ser notória a realização de eventos desse tipo na Câmara Municipal de Curitiba na década de 1960, uma vez que a cidade costuma ser conhecida por ser um reduto conservador. Algo parecido certamente não seria possível na atualidade. Já o professor Regenis Prochmann, terceira vítima da *Operação Limpeza*, também possuía ficha nominal na DOPS. No documento aparecem os nomes delatores que haviam sido supostas testemunhas de encontros de reuniões com Luís Carlos Prestes, com o intuito de “aumentar a atividade comunista no Estado do Paraná”²³⁸. Pesava contra Prochmann o fato de ter sido líder da Ação Popular (AP) no estado.

Na esteira dessas prisões, não somente professores foram detidos pela repressão. Oto Luiz Sponholz, colega de turma, membro do Centro Acadêmico e sócio de Antônio Acir Breda descreve sua detenção ainda em 1964. De acordo com seu relato,²³⁹ ambos estavam instalados em uma sala modesta (“e ponha modéstia nisso”) na rua José Loureiro, nº 11, 2º andar, sala 101, dando seus primeiros passos na vida profissional e ainda frequentando a universidade, quando bateram na porta. O diálogo foi um tanto estranho: “Boa tarde, sente-se.” E indaguei: ‘Qual é o seu problema?’ Ele, olhando, nos perguntou: ‘Quem é o Dr. Oto?’ Pensando tratar-se de um cliente, lépido, disse-lhe: ‘Sou eu.’ Então, disse o visitante: ‘O problema não é meu. O problema é seu. Vim lhe prender’.²⁴⁰ Oto conta que foi levado por um carro da Secretaria da Agricultura do Paraná para o quartel da Polícia militar e alojado em uma “sala de Estado-maior” devido às suas atividades pregressas como militar do Centro de Preparação ara Oficiais da Reserva (CPOR). Nessa sala, ele reconheceu boa parte dos detidos: “Éramos sete os detidos na sala-dormitório: seis estudantes universitários e um médico recém-formado, Dr. Regines Prochmann, o qual foi preso quando estava trabalhando com o Dr. Amílcar Gigante, respeitado profissional

²³⁷ DEAP/DOPS. **Ficha individual de Amílcar Goyheneix Gigante**. Nº 16.150. Filme 2267/01.

²³⁸ DEAP/DOPS. **Ficha nominal de Regenis Bading Prochmann**. Nº 33.172, filme 2274/01

²³⁹ Disponível em: <https://vozhumana.com.br/advogados/oto-luiz-sponholz/> Acesso em: 14 dez. 2024.

²⁴⁰ Idem.

da saúde e integrante do PCB.”²⁴¹ A seguir, Oto conta uma história pitoresca acerca de um preso ilustre no local:

No quarto ou quinto dia de segregação, após as 19:00 horas, chamou-me a atenção uma voz forte que parecia vir do segundo andar do quartel. No dia seguinte, no mesmo horário, a mesma voz quebrava o silêncio no local. Curiosos, eu e Luiz Carlos Meinert, colega de turma da faculdade e meu sucessor no Centro Acadêmico Hugo Simas (CAHS), pedimos ao soldado de serviço que nos acompanhasse ao banheiro, junto ao pátio interno, o que propiciaria melhor escuta e eventual identificação da fala, bem como o tema tratado. Dito e feito. Com alguns minutos de escuta, identificamos que alguém estava a dar aula. O tema era referente à “Teoria do Risco e Imprevisão”, matéria apaixonante do Direito Privado.

As lições que estávamos a ouvir, com possibilidade remota de erro, estavam sendo ministradas pelo nosso Professor José Rodrigues Vieira Neto, (sic) catedrático de Direito Civil, de quem não se tinha notícias desde o mês de março daquele ano (1964). Falando com o Oficial de Dia, Capitão Meireles, tivemos a confirmação: se tratava mesmo de nosso Professor Dr. Vieira Neto, (sic) o qual, na qualidade de preso no quartel, lá estava proferindo aulas de Direito Civil, atendendo a nove Oficiais da Polícia Militar, alunos da Faculdade de Direito de Curitiba, que não queriam perder a oportunidade de ouvir o festejado civilista, ex-Deputado Constituinte de 1946 e ex-Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, Seção do Paraná, enquanto este permanecesse recolhido, à disposição da Auditoria Militar da 5ªRM.²⁴²

A cena, embora seja baseada somente no relato de Oto Luiz Sponholz, coincide com a época das prisões de todos os citados, mediante a documentação disponível. De fato, as histórias acerca de Vieira Netto sempre apontam no sentido de o professor ter o respeito mesmo de seus opositores, devido à invejável retórica.

Passada a primeira onda de repressão na universidade, os estudantes foram se organizando no intuito de prestar solidariedade aos mestres, vítimas dos expurgos no meio acadêmico. Nesse sentido, uma das estratégias dos alunos para contrariar o regime e prestar apoio aos docentes punidos era a homenagem em formaturas e eventos. Como exemplo, a turma de Medicina da UFPR convidou o professor Amilcar Gigante para ser paraninfo, dias após o expurgo. O professor Vieira Netto foi escolhido paraninfo da turma de Direito em 1964, sendo proibido de comparecer ao evento. Para o professor homenageado, tratava-se de “uma mensagem aos moços universitários e, principalmente, para denunciar à nação o clima de intolerância, de regime servil e de ódios pessoais que, a pretexto de uma revolução, se instaurou em algumas universidades brasileiras”.²⁴³

²⁴¹ Ibid

²⁴² Ibid.

²⁴³ HELM, 2013, Op. Cit, p. 104.

Conforme já sinalizado, havia uma linha tênue entre a repressão escancarada e a preocupação em manter um verniz de legalidade nesta primeira fase do regime, sobretudo no que tange à educação superior. Tal preocupação pode se dever ao fato de que o perfil de um estudante de universidade pública à época, geralmente estava ligado a indivíduos de classe média,²⁴⁴ o que poderia representar certo incômodo aos militares em ações autocráticas, as quais ainda não encontravam o respaldo que passariam a ter, sobretudo, após o AI-5.

Nessa primeira fase os Inquéritos Policial-Militares (IPM) foram utilizados já na *Operação Limpeza*. Todavia, esse mecanismo não foi uma invenção da ditadura, pois estava de acordo com a Lei de Segurança então em vigor, desde 1953.²⁴⁵ A novidade aqui foi a quantidade de IPMs para investigar supostos crimes políticos em universidades. Embora os IPMs não tivessem poderes condenatórios (que eram atribuição do judiciário), estes representavam incômodos para professores e estudantes, que poderiam ser presos para “averiguação”, por exemplo.²⁴⁶ Motta²⁴⁷ salienta que para evitar transtornos, muitos optavam pelo exílio voluntário, do qual muitos nunca voltaram. Apesar de parecer um meio de *acomodação* daqueles que não concordavam com a repressão - pois a pressão psicológica acabava levando muitos à saída do país – também pode ser considerada uma forma de *resistência*, pois longe dos acontecimentos poderia ser mais fácil denunciar o que ocorria por aqui. Com relação ao aparato jurídico, é importante frisar que o AI-1 trazia prerrogativas contra os docentes, sobretudo servidores públicos, conforme é possível verificar em seu artigo 7º

Art. 7º - Ficam suspensas, por seis (6) meses, as garantias constitucionais ou legais de vitaliciedade e estabilidade.

§ 1º - Mediante investigação sumária, no prazo fixado neste artigo, os titulares dessas garantias poderão ser demitidos ou dispensados, ou ainda, com vencimentos e as vantagens proporcionais ao tempo de serviço, postos em disponibilidade, aposentados, transferidos para a reserva ou reformados, mediante atos do Comando Supremo da Revolução até a posse do Presidente da República e, depois da sua posse, por decreto presidencial ou, em se tratando de servidores estaduais, por decreto do governo do Estado, desde que tenham tentado contra a segurança do País, o regime democrático e a probidade da administração pública, sem prejuízo das sanções penais a que estejam sujeitos. (Vide Lei Complementar nº 5, de 1970)

²⁴⁴ VALLE, Maria Ribeiro do. **1968: o diálogo é a violência** – movimento estudantil e ditadura militar no Brasil. Campinas: Editora da Unicamp, 2008, p. 32

²⁴⁵ BRASIL. Lei nº 1.802, de 5 de janeiro de 1953. Define os crimes contra o Estado e a Ordem Política e Social, e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/l1802.htm#:~:text=L1802&text=LEI%20No%201.802%2C%20DE,Social%2C%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%AAs. Acesso em: 6 mai. 2024.

²⁴⁶ MOTTA, 2014. Op. Cit. p. 50.

²⁴⁷ Idem.

§ 2º - Ficam sujeitos às mesmas sanções os servidores municipais. Neste caso, a sanção prevista no § 1º lhes será aplicada por decreto do Governador do Estado, mediante proposta do Prefeito municipal.

§ 3º - Do ato que atingir servidor estadual ou municipal vitalício, caberá recurso para o Presidente da República.

§ 4º - O controle jurisdicional desses atos limitar-se-á ao exame de formalidades extrínsecas, vedada a apreciação dos fatos que o motivaram, bem como da sua conveniência ou oportunidade. (grifos meus) ²⁴⁸

Logo que assumiu sua cadeira no ministério da Educação, Flávio Suplicy de Lacerda baixou a portaria n. 259, por meio da qual recomendava fortemente às universidades a instauração de inquéritos administrativos, objetivando “a severa vigilância sobre quaisquer atividades que possam comprometer a causa da paz social e a integração da ordem jurídica, democrática”²⁴⁹. Apesar de no início da ditadura, haver uma epidemia de IPMs nas universidades, a maioria dos investigados acabou absolvida por falta de provas. Nesse sentido, é possível identificar que, naturalmente, a repressão maior se dava por aqueles que exerciam militância mais ativa em grupos de esquerda; já aqueles que propagavam ideias, apesar de terem sofrido incômodos da repressão, tais como a necessidade de “esclarecimentos” acerca de suas atividades, acabavam sendo absolvidos, apesar de, a despeito de não terem sido condenados e presos, muitos acabaram perdendo o emprego, mesmo depois de terem sido inocentados. A pressão militar sobre professores e pesquisadores fazia parte de uma estratégia de “manter forte repressão sobre os alvos, conservando-os na cadeia ou obrigando-os à clandestinidade, de maneira a impedir seu comparecimento ao trabalho”.²⁵⁰ A despeito de ter havido expurgos em várias universidades pelo país, as ações foram mais fortes, resultando na aposentadoria forçada de dez professores, além da demissão de mais cinco, além de alguns funcionários ²⁵¹.

Após relatar os casos de expurgos pelas instituições de Ensino Superior do país, Motta chega a um número aproximado de cem, entre demitidos e aposentados, sem contar aqueles que abandonaram a carreira para fugir da repressão. O autor salienta que, a despeito de esta primeira onda ter atingido número considerável de professores, aqueles com trajetória acadêmica mais consolidada, ou com notoriedade no exterior, acabaram poupados, apesar de a onda seguinte ter deixado de lado esse cuidado. Nesse sentido, é

²⁴⁸ BRASIL. ATO INSTITUCIONAL Nº 1, DE 9 DE ABRIL DE 1964. Dispõe sobre a manutenção da Constituição Federal de 1946 e as Constituições Estaduais e respectivas Emendas, com as modificações introduzidas pelo Poder Constituinte originário da revolução Vitoriosa. Planalto, Brasília, 1964. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ait/ait-01-64.htm Acesso em: 23 jun. 2023.

²⁴⁹ MOTTA, 2014, Op. Cit. p. 54

²⁵⁰ Idem, p. 57

²⁵¹ Idib. P. 58

interessante notar que, apesar de o primeiro ano da ditadura ser uma época em que a repressão atuou fortemente, ainda havia aqueles mais radicais (dentro de uma realidade já bastante violenta), que exigiam mais vigilância.

Ainda na pasta “informantes”, há uma denúncia, encaminhada ao secretário de segurança Ítalo Conti, advinda de um cidadão indignado, alegando que a revolução estaria “amolecendo sua linha de ação contra os comunistas”²⁵². O argumento central da denúncia era, que no início do regime, o proprietário da Livraria do Povo havia escondido os livros comunistas da polícia “e fez carinha de inocente à polícia” (sic). Porém os livros haviam aparecido novamente, sendo vendidos em liquidação. O denunciante apela para que os livros sejam destruídos, a fim de “não contaminarem ainda mais o espírito dos inocentes úteis de Curitiba”. Por fim, há um apelo para que se atue no sentido de frear esse grupo de “apátridas e depravados” que difundiam “literatura podre, subversiva e caluniosa, dentro de um país em que se processa uma revolução moralista”.²⁵³ Dessa forma, é bastante comum encontrar nas fontes que remetem ao processo de adesão ao regime esse caráter moralista.

Passada essa primeira série de expurgos, era hora de tentar voltar à normalidade acadêmica, dentro do possível.

2.3. A “LEI SUPLYCY” E A REAÇÃO DE ESTUDANTES DA UFPR

Após essa onda repressiva inicial, alguns docentes voltaram do exterior, ao passo que outros permaneceram no exílio, reconstruindo suas carreiras por lá. A partir de 1965, estudantes passaram a fazer protestos, que foram se intensificando a partir do ano seguinte, de forma que essa categoria passou a ser o foco principal das agências de informação e segurança, que buscavam controlar as movimentações consideradas subversivas. Para tentar dar um verniz de legalidade, a ditadura procurou cooptar a representação estudantil para o campo gravitacional a favor do regime. Disso decorreu a criação da Lei nº 4.464, de 9 de novembro de 1964, também conhecida como “Lei Suplycy”. Com o objetivo de sobrepujar a extinta UNE, que era uma autarquia e já estava na ilegalidade desde o golpe, o projeto de Suplycy estabelecia o Diretório Nacional dos Estudantes (DNE), além dos diretórios centrais e estaduais, ou seja, entidades que

²⁵² DEAP/DOPS. **Informantes**. Dossiê 797. Caixa 94.

²⁵³ A carta data de 24 de novembro de 1964, época em que a repressão inicial ainda era bastante virulenta.

estavam diretamente atreladas a universidades, além de instituir o voto obrigatório dos estudantes (talvez na esperança de que a maioria que não se manifestava conseguisse vencer a esquerda mais aguerrida na representação estudantil). Alguns trechos da referida lei são bastante interessantes:

Art. 5º O Diretório Acadêmico será constituído por estudantes de ensino superior, eleitos pelo respectivo corpo discente.

§ 1º. Considerar-se-ão eleitos os estudantes que obtiverem o maior número de votos.

§ 2º. A eleição do Diretório Acadêmico será feita pela votação dos estudantes regularmente matriculados.

§ 3º. **O exercício do voto é obrigatório. Ficarà privado de prestar exame parcial ou final, imediatamente subsequente à eleição, o aluno que não comprovar haver votado no referido pleito, salvo por motivo de doença ou de força maior, devidamente comprovado.**

Art. 14. É vedada aos órgãos de representação estudantil qualquer ação, manifestação ou propaganda de carácter político-partidário, bem como incitar, promover ou apoiar ausências coletivas aos trabalhos escolares. (grifos meus)²⁵⁴

A obrigatoriedade do voto trazia consequências àqueles que não comparecessem, restringindo suas atividades, conforme pode ser visto na lei. Além disso, proibia quaisquer atividades político-partidárias na representação estudantil, bem como greves ou paralisações em geral. Sabe-se que autarquias como a UPE e a UNE eram bastante ativas em seus anos de funcionamento, até mesmo na clandestinidade.²⁵⁵ Parte da mídia conservadora passou a se referir à UNE como Ex-UNE, porém, conforme salienta Hagemeyer, “a Ex-UNE era o fantasma que continuava a assombrar a política brasileira, um corpo que se negava a morrer, apesar de ter a sua morte decretada”.²⁵⁶ Dessa forma, fica evidente que a ideia era tolher a autonomia estudantil, fazendo com que as entidades reconhecidas pelo regime estivessem alinhadas ou obedientes aos ditames da ditadura.

A despeito da estratégia traçada por Suplicy representar um golpe para parte aqueles estudantes que desejavam autonomia, a referida lei se mostrou um fracasso retumbante, sendo que mais tarde, em uma lei complementar de 1967, as autarquias foram extintas, sobrando somente os DCEs.²⁵⁷ A estratégia do movimento estudantil para

²⁵⁴ LEI Nº 4.464, DE 9 DE NOVEMBRO DE 1964. Dispõe sobre os Órgãos de Representação dos estudantes e dá outras providências. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-4464-9-novembro-1964-376749-publicacaooriginal-1-pl.html> Acesso em: 27 jan. 2023.

²⁵⁵ FÁVERO, 2009, Op. Cit.

²⁵⁶ HAGEMEYER, Rafael Rosa. **Caminhando e cantando**: o imaginário do movimento estudantil brasileiro de 1968. São Paulo: EDUSP, 2016, p. 29.

²⁵⁷ BRASIL. Decreto-Lei nº 228, de 28 de fevereiro de 1967. Reformula a organização da representação estudantil e dá outras providências. Disponível em: < <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1960-1969/decreto-lei-228-28-fevereiro-1967-376022-publicacaooriginal-1-pe.html> >. Acesso em: 13 jul. 2023.

invalidar os órgãos de representação recentemente criados, foi a de se infiltrar neles. Conforme relata Stênio Salles Jacob, um dos principais líderes estudantis em Curitiba à época:

Com essa militância, junto ao conselho de representantes da UP nós tivemos situações interessantes, porque naquela época começou a vigorar a Lei Suplicy, que numa das suas providências, extinguiu as entidades representativas do movimento estudantil, como a UPE, como os centros acadêmicos e criava os diretórios acadêmicos das faculdades. Evidentemente que todos nós, lá na União Paranaense dos Estudantes nos posicionamos contrários a essa famosa Lei Suplicy, que foi um instrumento utilizado pela ditadura militar para controlar o movimento dos jovens aqui no Brasil, e naquela oportunidade nós decidimos no conselho de representantes da UPE, que nós lançaríamos um candidato a presidente do diretório dos estudantes, criado pela Lei Suplicy, exatamente com o objetivo de extingui-lo... e eu fui esse candidato. E aconteceu que, surpreendentemente, o Ministério da Educação acabou cancelando a eleição aqui no Paraná, já que eu me manifestava através da imprensa. Claramente que o objetivo era extinguir o Diretório Estadual dos Estudantes e reconhecer a União Paranaense dos Estudantes como a legítima representante dos estudantes aqui no Paraná.²⁵⁸

Como a eleição para o Diretório Estadual dos Estudantes foi anulada, a UPE continuou funcionando por mais um tempo, mais precisamente até 1967 (de forma oficial, pois depois continuou atuando na clandestinidade). Ainda nesse contexto, Vítório Sorotiuk relata outras estratégias traçadas pelos acadêmicos do curso de Direito para driblar a referida lei:

No estado do Paraná, duas entidades subsistiram: a União Paranaense dos Estudantes e o Centro Acadêmico Hugo Simas, e desses o que sobreviveu mais foi o Centro Acadêmico Hugo Simas, justamente da faculdade de Direito. Ele inclusive elegia o diretório acadêmico e repassava todas as verbas para o Centro Acadêmico Hugo Simas que fazia a sua verdadeira gestão. Se elegia a fachada e mantinha o, né... só em 1968 na faculdade de Direito da Federal um grupo de direita tentou tomar o DAA, que era justamente para sufocar o centro Acadêmico Hugo Simas, mas perderam de 70 a 30%. Esse candidato foi o Aílton Cordeiro, o radialista, hoje até, de futebol e que, atualmente gosta de outras coisas, parece. E na época, depois ele ingressou na própria ARENA né, como um político sustentando o regime militar.²⁵⁹

Embora Vítório Sorotiuk frise que seu diretório acadêmico sobreviveu a mais tempo que a UPE, tanto as fontes escritas (como informes da DOPS) quanto relatos de líderes da entidade da época apontam para o fato de ela ter continuado ativa, mesmo com a proibição de funcionar, inclusive atuando de maneira decisiva, sobretudo na derrubada

O decreto-lei ficou conhecido como “Lei Aragão”, por ter sido elaborado pelo ministro da Educação à época, Raymundo Moniz de Aragão.

²⁵⁸ JACOB, Stênio Sales. **Depoimentos para a História** (vídeo) Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=94r6lFSOuOk&t=262s>. Acesso em: 11 ago. 2023. 04:30 – 06:28

²⁵⁹ SOROTIUK, Vítório. **Depoimentos para a história** (vídeo) 14:17 – 15:29. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=FTGYbNx4DBg&t=5134s>. Acesso em: 13 jul. 2023.

do ensino pago em universidades públicas, como se verá nos próximos capítulos. O estratagema utilizado pelo líder estudantil se mostrava bastante ardiloso: se valer da organização oficial, para conseguir fundos daquela que atuaria de maneira mais veemente. Outro ponto importante da narrativa de Sorotiuk é a participação de uma chapa contrária, com um estudante definido como “de direita”. Embora não haja nenhum relato oral de Airton Cordeiro que faça contraponto à visão de Sorotiuk, um texto publicado pelo radialista na *Gazeta do Povo* em 2008 traz algumas pistas:

Um dos episódios mais drásticos da história do Brasil foi a edição do Ato Institucional número 5, há quarenta anos. Lembro-me de suas consequências. É matéria para historiadores e os temos em boa quantidade no Brasil. Nem todos com a mesma visão dos fatos. **A história pode ter várias faces, dependendo do ângulo de análise.** Em 1968, eu era estudante universitário, aluno da Faculdade de Direito da UFPR. Em uma manhã de sol radiante, chego para a primeira aula às oito horas da manhã e sou abordado por um senhor bem-vestido que se identificou. Era o delegado Almir Vilela. Sua missão: convocar-me para depoimento na Polícia Federal sobre o movimento estudantil nos cursos superiores. Comecei a fazer política estudantil no Colégio Estadual do Paraná aos 12 anos de idade e o tempo me fez acumular uma boa experiência. Fiz meu depoimento na PF e fui liberado. Reconheci a legitimidade do movimento estudantil, não acusei ninguém e condenei a violência física e moral imposta aos estudantes e destes a pessoas da sociedade civil com fins exclusivamente políticos. **Dos revoltosos, muitos autênticos e merecedores de respeito, outros, oportunistas de plantão, daqueles de esperam tirar proveito de todas as situações.** Nessa época conheci um militante de esquerda bem-preparado e seguro de suas convicções, Oriovisto Guimarães. Participamos de um programa cultural da AUI (Associação Universitária Interamericana). De seiscentos candidatos inscritos nove receberiam uma bolsa de estudos nos Estados Unidos, inclusive com programa cultural na Universidade de Harvard. Fui um dos aprovados. O tempo passou e anos mais tarde ouvi do respeitado empreendedor Oriovisto Guimarães: **"Dou a minha vida para manter o que construí com muito trabalho". A luta de classes pregada pela doutrina comunista estava encerrada para um dos mais importantes construtores da moderna educação brasileira. O arroubo da juventude tem prazo de validade.** Felizmente, vivemos democraticamente no Brasil de hoje e já completamos 20 anos da Constituição Cidadã, da qual participei para materializar meus ideais iniciados na adolescência. Ajudar a construir uma Constituição que sepultou os rescaldos da ditadura representa uma emoção extraordinária. Depois de 40 anos da edição do AI-5, festejamos 20 anos da Constituição que consagrou com prioridade os direitos individuais e coletivos dos cidadãos, as eleições diretas e outros tantos avanços. A lamentar a crescente corrupção e o mau uso do dinheiro público. Minhas homenagens a todos os que se empenharam para o restabelecimento do Estado Democrático de Direito. Dos que fizeram da palavra o instrumento mais contundente de afirmação de princípios. Meu reconhecimento aos que condenaram nos tribunais a violência do AI-5, o jurista René Dotti à frente.²⁶⁰ (grifos meus)

²⁶⁰ CORDEIRO, Airton. A nova história do Brasil. **Gazeta do Povo**, 14 dez. 2008. Disponível em: <<https://www.gazetadopovo.com.br/esportes/colunistas/airton-cordeiro/a-nova-historia-do-brasil-bbvovsv44457zsxk5jxlrngpa/>>. Acesso em: 21 jul. 2023.

Essa matéria assinada pelo próprio Airton Cordeiro traz elementos interessantes para análise. Embora condene a violência do regime, faz questão de criticar no meio estudantil aqueles que supostamente eram oportunistas, além de defender a meritocracia de seu colega, ao mesmo tempo em que critica a luta de classes, classificando-a como um “arroubo da juventude”. Analisando a trajetória posterior de Airton Cordeiro, tendo sido eleito vereador na capital paranaense pela ARENA em 1976²⁶¹ não é difícil entender seu posicionamento político à época. Porém, na narrativa de Cordeiro é possível perceber que ele se beneficiou de programas capitaneados pelos Estados Unidos, que apoiaram o regime, fazendo vista grossa para as graves violações de direitos humanos, dispendendo simultaneamente recursos para o país, sobretudo na área da educação, como se verá mais adiante.

A plasticidade da memória faz com que o trabalho do historiador demande certa cautela. Aqui, por exemplo, a julgar pelas fontes, não se trata de um apoio escancarado à ditadura, porém sua própria trajetória não permite desvincular seus passos dos do regime. Assim, pode-se inferir que há uma linha tênue entre a adesão e a acomodação, que demanda certo cuidado para não cair em simplificações. O relato a seguir mostra a linha tênue entre a adesão, e, ao mesmo tempo, certo tipo de resistência, dentro de um espaço curtíssimo de manobra.

2.3.1. A luta do DCE e o estranho aluno de Filosofia

Dentre as lideranças estudantis mais ligadas à esquerda, nos primeiros anos do regime, destaca-se a figura de Carlos Marés, que já militava antes mesmo de sua entrada na universidade, no movimento secundarista.²⁶² No ano de 1966, em pleno vigor da “Lei Suplicy”, o movimento estudantil de contestação à ditadura resolveu se organizar, a fim de disputar as eleições do DCE da UFPR, dentro das condições impostas pela repressão.²⁶³ Apesar das limitações, Marés pondera que “os diretórios de cada faculdade e o DCE eram espaços possíveis de ação, além de serem as instituições que nomeavam os representantes estudantis nos colegiados da Universidade”.²⁶⁴ Assim, cada Faculdade

²⁶¹ GAZETA DO POVO. Jornalista Airton Cordeiro morre aos 77 anos. Disponível em: <<https://www.gazetadopovo.com.br/esportes/airton-cordeiro-falecimento/>>. Acesso em: 13 jul. 2023.

²⁶² HELLER, 1988, Op Cit, p. 319.

²⁶³ MARÉS, Carlos. O intruso. In: PALMAR, Aluizio. **Vozes da resistência**: memórias da luta contra a ditadura militar no Paraná. Curitiba: Banquinho, 2018.

²⁶⁴ Idem, p. 55.

escolhia um representante, e o presidente do DCE era escolhido pelo voto universal de todos os cursos. É importante destacar que à época, a universidade contava com dez Faculdades. O líder estudantil também argumenta que dessas, apenas duas não possuíam representantes de esquerda, e das oito restantes, sete elegeram um estudante ligado a este espectro ideológico.²⁶⁵ Marés foi eleito então presidente da agremiação, tendo a seu lado figuras como Vitório Sorotiuk e Roberto Requião,²⁶⁶ que se tornaram ao longo do tempo bastante conhecidos dos paranaenses. Marés então chama a atenção para o fato de o curso de Filosofia ter escolhido um discente ligado à direita,²⁶⁷ sendo um sujeito que adotava um perfil discreto, de certa forma até discrepante do perfil clássico do jovem estudante. Ele parecia mais velho, um tanto sorumbático e não muito dado a conversas. Além disso, pouco participava das reuniões da diretoria do DCE. Certo dia, esse aluno tão diferente procurou Marés, dizendo que precisava conversar. Após ouvir a sugestão de que poderiam fazê-lo na própria sala do diretório, o presidente ouviu que a conversa teria que ser longa e discreta, “longe do olhar dos curiosos” – o convite se estendia à casa do estudante suspeito.²⁶⁸

Após uma série de deliberações e conversas tensas, decidiram que iriam Marés, o secretário, e “mais alguém que não fosse ligado diretamente ao partidão”²⁶⁹, pois a alta cúpula do DCE possuía vínculos com o PCB, logo, já que desconfiavam do estudante de Filosofia, não era prudente entregar tudo ao possível inimigo, caso a desconfiança de que se tratava de um infiltrado se concretizasse. Além desses recrutados, foi convocado um estudante da Faculdade de Direito, justamente o que não possuía ligação com o PCB e mais duas colegas, a fim de acompanharem os demais na empreitada. Marés relata que, ao chegarem no local, o suspeito recebeu a turma com um sorriso forçado e roupas esportivas, “como se fossem velhos amigos, falando mais alto do que o conveniente, com um gesto ensaiado, franqueando a entrada”.²⁷⁰ De acordo com o relato, o anfitrião, se certificou de que as cortinas estavam bem abertas e as janelas fechadas, e, em seguida, orientou os visitantes a agirem com naturalidade, jogando buraco. Nervoso, ele falava que “pode ser que estejam nos vendo, mas não estão ouvindo”.²⁷¹ O representante da Filosofia

²⁶⁵ Ibid.

²⁶⁶ OLIVEIRA, Antônio Narciso Pires de; SAHAD, Fábio Bacila; CALCIOLARI, Silvia. **Depoimentos para a História:** a resistência à ditadura militar no Paraná. Curitiba: DHPaz, 2014, p. 180.

²⁶⁷ Não há menção ao nome do estudante, por isso a procura por qualquer documentação fica comprometida.

²⁶⁸ MARÉS, 2024, Op. Cit, p. 58.

²⁶⁹ Idem.

²⁷⁰ Ibid.

²⁷¹ Ibid, p. 60.

era, de fato, um infiltrado: trabalhava para a DOPS e havia conseguido um lugar na representação estudantil por meio das forças de segurança. Apesar disso, dizia que simpatizava com os estudantes, e que, quando ele comparecesse nas reuniões do DCE, eles não deveriam tratar de assuntos sérios, porque ele teria que fazer relatórios e fazê-los públicos. Marés termina sua explanação de maneira enigmática: depois daquela reunião, o estudante nunca mais foi visto, e ninguém teve qualquer pista sobre seu paradeiro.

Como em muitos casos envolvendo a memória, essa narrativa não pode ser cruzada com outras fontes, pois na pasta “informantes” da DOPS, os relatos são sempre vagos e raramente assinados. Nessa documentação não há nenhuma pista sobre o misterioso infiltrado da Filosofia.

Nesta primeira fase do regime, estudantes protestavam não só contra a falta de liberdades democráticas, mas também por uma série de reformas no ensino superior. Da mesma forma, a ditadura se encaminhava para colocar em prática as reformas das universidades seguindo seus próprios moldes.

2.4. A MODERNIZAÇÃO AUTORITÁRIA – REFORMISMO E REPRESSÃO

As universidades brasileiras, na década de 1960, ainda eram estruturas precárias, cujas instituições não possuíam grande destaque, seja em pesquisa, ou ensino. Na verdade, essas instituições eram, nas palavras de Motta, “uma junção frágil de faculdades virtualmente autônomas”.²⁷² Dessa forma, havia uma questão na ordem do dia que trazia certo consenso entre ambos os espectros políticos: havia a necessidade de uma grande modernização e reestruturação dessas instituições. O ponto de divergência era quais aspectos mudar e de que maneira. Uma questão de consenso era a necessidade de se acabar com o sistema de cátedras, cujos docentes, além de bem remunerados e prestigiados, possuíam amplos poderes em suas respectivas áreas do saber. Todavia, este modelo resultava em nepotismo e atitudes que desestimulavam aqueles que não possuíam tais privilégios, os quais, para fazerem frente aos vencimentos, se forçavam a acumular aulas em várias instituições de ensino, uma vez que para quem não fosse catedrático não havia regime de exclusividade. Ademais, os catedráticos não estavam necessariamente vinculados a atividades de pesquisa, o que era contraproducente. Também havia uma antiga demanda estudantil: a luta pelo aumento no insuficiente número de vagas na

²⁷² MOTTA, 2014, Op. Cit, p.67.

universidade. Além disso, os estudantes mais vinculados à esquerda demandavam maior participação nas decisões das instituições.

Vitório Sorotiuk ressalta que a demanda estudantil por modernizações na universidade era anterior à ditadura:

Lembre-se que o movimento estudantil já vinha antes de 64 em um processo de mobilização pela reforma universitária. Aqui mesmo em Curitiba, foi realizado um grande encontro na luta pela reforma universitária. Por quê? Na época, você tinha o que chamava de cátedra vitalícia. Um professor, passava em um concurso, ingressava como catedrático na universidade e ele ia até o fim de sua vida. Ele não tinha reavaliação, reanálise da sua condição de professor. E essa era uma questão discutida e reivindicada pelos professores, né... a quebra da cátedra vitalícia. Em segundo lugar, nós... não porque éramos estudantes de direito, fôssemos contra a extinção dos cursos de direito, mas nós preconizávamos que o Brasil teria que entrar nas áreas técnicas na universidade, com mais empenho, com mais vigor, e também verbas para a universidade. E também a grande questão era o número de vagas para a universidade. Anualmente nós tínhamos a luta pelos excedentes.²⁷³

A questão dos alunos excedentes era sempre objeto de controvérsia, uma vez que a legislação dava margem para interpretar a aprovação – com nota igual ou superior a 5 – como um direito do aluno de ingresso na universidade. Ocorre que, como o número de vagas era insuficiente, persistia a questão dos que haviam passado na prova, mas ficavam impedidos de ingressar na universidade. Portanto, havia grupos inteiros de candidatos que impetravam mandados de segurança a fim de garantirem suas vagas. Não raras vezes os juízes davam ganho de causa para os estudantes.²⁷⁴

Com relação à modernização das instituições de ensino superior, a UnB foi a primeira universidade criada no país com uma visão futurística, já implementando o sistema de departamentos em detrimento do famigerado sistema de cátedras. Ademais, desde sua criação foram desenvolvidos programas de pós-graduação e fomento à pesquisa, além de remuneração bastante atrativa aos docentes, o que trouxe inclusive professores de outros países para a instituição.²⁷⁵ É importante frisar que a UnB foi criada muito antes do golpe de 1964, e conforme observa Cunha, a localização da universidade no centro do poder foi, ao mesmo tempo, sua força e sua fraqueza. “Foi sua força quando os presidentes Kubitschek e Goulart apoiaram o projeto inovador contra toda a sorte de oposições. Foi

²⁷³ SOROTIUK, Vitório. Op. Cit. 11:20-13:06

²⁷⁴ CUNHA, Luiz Antônio. **A universidade reformada: o golpe de 1964 e a modernização do ensino superior**. 2ª ed. São Paulo: Editora Unesp, 2007.

²⁷⁵ MOTTA, 2014, Op. Cit, p. 69.

sua fraqueza quando a mudança de regime trouxe seus inimigos para o primeiro escalão do governo”.²⁷⁶

A despeito do sucesso na implementação da UnB no período democrático, o golpe de 1964, com seu viés conservador, encarou essa modernização como uma ameaça do que as outras instituições de ensino superior no Brasil poderiam se tornar. Ao invés disso, prevaleceu o modelo imposto pelo regime, cuja influência de órgãos mais reacionários como o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPÊS)²⁷⁷ e a posterior aproximação com os Estados Unidos ditaram os rumos dali em diante. Nesse ínterim, as primeiras medidas começaram a ser adotadas nas universidades para aquilo que viria a ser a futura reforma. Em 1966, foi criado o decreto-lei nº 52, que estabelecia a unidade entre ensino e pesquisa, pois havia uma antiga discussão sobre a possibilidade de separar essas duas atividades.

278

Três meses depois saiu o decreto-lei nº 252, que dentre as novidades, trazia:

Art. 2º As unidades universitárias dividir-se-ão em subunidades denominadas departamentos, cujos chefes constituirão, na forma dos Estatutos e Regimentos, o Conselho Departamental a que se refere o art. 78 da Lei número 4.024, de 20 de dezembro de 1961.

§ 1º O departamento será a menor fração da estrutura universitária para todos os efeitos de organização administrativa e didático-científica e de distribuição de pessoal.²⁷⁹

Na prática, embora a função de catedrático não tenha sido extinta aqui, era somente uma questão de tempo, pois muitas funções agora eram atribuídas aos departamentos. O decreto também previa a criação de atividades de extensão nas universidades, como forma de aproximá-la da população externa. Como se verá mais adiante, a política extensionista foi bastante desenvolvida nas décadas seguintes.

²⁷⁶ CUNHA, 2007, Op. Cit.

²⁷⁷ Instituto fundado em 1962 por militares de alta patente e empresários. Tinha como objetivo a disseminação de propaganda anticomunista e infiltração ideológica, influenciando nos rumos da política brasileira após o golpe. Disponível em: <http://memorialdaresistencia.org.br/lugares/instituto-de-pesquisas-e-estudos-sociais-ipes/> Acesso em: 21 jul. 2023.

²⁷⁸ BRASIL. Decreto-Lei nº 53, de 18 de novembro de 1966. Fixa princípios e normas de organização para as universidades federais e dá outras providências. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1965-1988/del0053.htm#:~:text=DECRETO%2DLEI%20N%C2%BA%2053%2C%20DE%2018%20DE%20N OVEMBRO%20DE%201966.&text=Fixa%20princ%C3%ADpios%20e%20normas%20de,o%20par%C3%A1grafo%20C3%BAnico%20do%20art. Acesso em: 1 fev. 2023.

²⁷⁹ BRASIL. Decreto-Lei nº 252, de 28 de fevereiro de 1967. Estabelece normas complementares ao Decreto-Lei nº 53, de 18 de novembro de 1966, e dá outras providências. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1960-1969/decreto-lei-252-28-fevereiro-1967-376151-publicacaooriginal-1-pe.html>> Acesso em: 21 jul. 2023.

É importante frisar que no advento dos referidos decretos, algumas universidades já estavam engajadas em políticas reformistas, todavia, a maior preocupação era a fonte para os recursos prometidos para as instituições, o que ainda era uma incógnita. Motta²⁸⁰ salienta que, embora houvesse grande influência do pensamento liberal na gestão Castello Branco, o que dificultava o investimento nas universidades, entre 1964 e 1967, o número de bolsas para pós-graduação aumentou significativamente.

Uma novidade bem recebida por pesquisadores foi a criação do Fundo de desenvolvimento técnico e científico (FUNTEC), ainda em maio de 1964, vinculado ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE). O fundo foi criado por José Pelúcio Ferreira, que, embora fosse fiel ao regime, possuía boa reputação com pesquisadores. Embora tenha começado a fomentar projetos na área de Engenharia, o Funtec foi ampliando sua atuação. Pelúcio era funcionário de carreira do BNDE, e acreditava que o país deveria superar sua condição de mero exportador de matérias-primas.²⁸¹ Em paralelo a este fundo, no ano seguinte foi criado o Fundo de Financiamento de Estudos de Projetos e Programas (FFEPP), destinado a gerir recursos para a elaboração de projetos de desenvolvimento econômico. Este projeto estava no escopo do Ministério do Planejamento e recebia recursos de mais fontes. É importante salientar que em 1967, já na gestão Costa e Silva, foi criada a Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP), vinculada ao ministério do Planejamento, com o intuito de acelerar o desenvolvimento.

A partir de 1971, o FUNTEC e a FFEPP se encontraram sob o manto da Finep, que passou a ser dirigida por José Pelúcio Ferreira. A Finep financiou diversos programas de pesquisa e pós-graduação ao longo das décadas de 1960 e 1970. O aumento dos investimentos no Governo Costa e Silva marca o distanciamento da política liberal de seu antecessor. O Ministro da fazenda, Antônio Delfim Netto retomou, ainda que de fora discreta, parte da política desenvolvimentista. No novo governo, criou-se o Plano Estratégico de Desenvolvimento (PED), o qual apostava no mercado interno e seu crescimento para o desenvolvimento do país. Para tanto, a pesquisa e, por conseguinte a universidade, representariam papel central na retomada do crescimento – daí o aumento dos investimentos nesse setor.

²⁸⁰ MOTTA, 2014. Op. Cit. p. 81

²⁸¹ PENHOLATO, Diego Batista. O Fundo de Desenvolvimento Técnico-Científico – (FUNTEC) e o Investimento na Modernização das Universidades Brasileiras. In: **XXIII Encontro Estadual de História, 2016, Assis**. Anais do XXIII Encontro Regional de História da ANPUH-SP. São Paulo: ANPUH-SP, 2016.

Embora nos próximos anos a modernização autoritária do regime tenha atingido seu ápice, esta política intervencionista não se confunde com o nacionalismo propagado pela esquerda nos anos anteriores. A política da ditadura, embora tenha passado a primar pelo desenvolvimento nacional não se fechou para as multinacionais, nem impediram o dinamismo das empresas estrangeiras²⁸². Entender o interesse dos militares na expansão do ensino não é difícil: o governo dava uma espécie de “recompensa” às camadas médias que haviam apoiado o golpe e demandavam incrementos na educação.²⁸³ Ademais, a educação era vista como área prioritária pelo regime, fazendo parte da Doutrina de Segurança Nacional, cujos pressupostos estão reunidos no manual da Escola Superior de Guerra (ESG)²⁸⁴. Logo no início, há uma interessante observação acerca do Poder nacional, que é, de acordo com a ótica do manual, “o instrumento que dispõe a nação para, sob a direção do Estado, conquistar e manter seus objetivos”.²⁸⁵ Mais adiante, o manual instrui que o Poder Nacional deve ser empregado “como **instrumento estratégico**, vale dizer, para superar, neutralizar, reduzir ou diferir os antagonismos e pressões que se contrapõem à consecução e manutenção dos Objetivos Nacionais” (grifos do autor).²⁸⁶ Nesse sentido, é interessante notar que o manual, durante todo o texto, preza sempre pelo lema “desenvolvimento com segurança”. Nesses Objetivos Nacionais, a educação é vista como área de ações estratégicas:

As áreas em que se aplicam essas ações, realizadoras da estratégia, são chamadas áreas estratégicas, e são consideradas em duas categorias distintas: as de natureza geográfica e as que envolvem atividades humanas. O que caracterizará algumas de tais áreas como estratégicas será a constatação nelas da presença de antagonismos ou pressões, ou mesmo de óbices com potencialidade de se tornarem antagonismos. [...] Desse modo, áreas como as de educação, da saúde, das comunicações, em nosso estágio de desenvolvimento, são consideradas áreas estratégicas, assim como o grande vazio da Região Amazônica, o Nordeste interiorano, determinadas regiões de fronteira, os grandes centros urbanos e industriais, bem como certas regiões externas de particular interesse para o País.²⁸⁷

²⁸² MOTTA, 2014. Op.Cit. p. 84

²⁸³ CUNHA, 2007, Op.Cit. P. 82

²⁸⁴ A Escola Superior de Guerra brasileira foi criada em 1949, por meio da Lei 785/49, sob os moldes da escola norte americana *National War College* e estava subordinada diretamente ao Chefe do Estado Maior das Forças Armadas. O modelo estadunidense havia sido criado há pouco tempo, em 1946, para “ministrar cursos para oficiais, incluindo operações conjuntas de Estado Maior, política externa, estratégia e planejamento do potencial nacional”. A finalidade da Escola Superior de Guerra seria a de elaborar planejamentos para a Segurança Nacional. No Brasil, os militares que atuaram de maneira mais efetiva na ditadura passaram por cursos de formação dessa instituição, cujo mentor foi o general Golbery do Couto e Silva, artífice do regime, sobretudo no que tange ao escopo intelectual e ações estratégicas.

²⁸⁵ ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA. **Manual Básico**. Rio de Janeiro: 1975, p. 65.

²⁸⁶ Idem, p. 65.

²⁸⁷ Ibid, p. 100.

Portanto, a preocupação do regime com a educação não era fortuita: era fruto de uma complexa relação imbricada com ações estratégicas de penetração das Forças Armadas em um ambiente majoritariamente influenciado pela esquerda, além de ser uma dívida para com as classes mais abastadas que haviam assinado o cheque em branco do golpe. Ademais, havia a influência estadunidense, que despendia vultuosas somas de dólares, conforme se discutirá nos próximos capítulos.

Com relação à “fuga de cérebros” que acometia o país desde o início da repressão, o governo Costa e Silva convocou lideranças acadêmicas a elaborarem diretrizes para conter este movimento e até mesmo trazer de volta os docentes. O processo ficou conhecido como “operação retorno”.²⁸⁸ A Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) fez reuniões anuais, discutindo o tema, mas ocultando a questão política como motivo da debandada de professores. Somente em 1968, a entidade enviou ao governo um pedido demandando o arquivamento de processos políticos contra docentes.

Alguns docentes acabaram voltando ao país, tais como os antigos docentes da USP Fernando Henrique Cardoso, Luiz Hildebrando e Erney Plessmann. Esses dois últimos aceitaram o convite para trabalhar na Faculdade de medicina de Ribeirão Preto. Porém com o advento do AI-5 em uma só canetada, todos os acordos foram desfeitos, colocando a perder todos os esforços anteriores. Essa mudança brusca de política é bastante sintomática das contradições do regime, bem como das diferentes visões imbricadas na ditadura durante seus 21 anos.

Conforme explicitado no capítulo anterior, a gestão da Universidade Federal do Paraná não só foi conivente com o regime em boa parte de sua existência, como homenageou tanto presidentes, como ministros da Educação. Dessa forma, já em 1964 a instituição concedeu o título de Doutor *Honoris Causa* a Castello Branco. Conforme é possível ver, na ata do COUN, de 31 de julho de 1964, a alta cúpula da instituição se mostrava apoio incondicional ao primeiro presidente da ditadura:

Dando início à ordem do dia, o Senhor Presidente informou que no próximo mês de agosto viria a Curitiba, para receber homenagem da Assembleia Estadual, o Excelentíssimo Presidente da República o que já fora recentemente homenageado pelas Universidades da Bahia e do Ceará e que, portanto, propunha fosse também, naquela ocasião, homenageado pela mais antiga universidade brasileira com a concessão do título máximo de Doutor Honoris Causa. Pediu a Palavra o Conselheiro Ernesto Sigel Filho dizendo que o senhor presidente representava o pensamento dos senhores conselheiros e propor fosse submetido o assunto a votação. Resolveu o Conselho por unanimidade de votos, homenagear o sr. Presidente da República Mal. Humberto Alencar Castelo Branco, entregando-lhe em sessão solene da Assembleia Universitária,

²⁸⁸ MOTTA, 2014, OP. Cit, p. 85.

o título de Doutor Honoris Causa. **Ainda sobre a mesma questão resolveu o Conselho que o senhor Ministro da Educação, professor Flávio Suplicy de Lacerda, fosse o portador da mensagem que transmite ao sr. Presidente da República a resolução aprovada pelo Conselho,** ficando também aprovado, por unanimidade, a escolha do conselheiro Manoel de Oliveira Franco Sobrinho, como representante do Conselho, para saudar o sr. Presidente da República por ocasião da entrega do título de Doutor Honoris Causa²⁸⁹

De acordo com a ata, a subserviência dos presentes à ditadura foi unânime. Nessa reunião não consta o nome de nenhum representante estudantil, o que não dá margem para contestação por parte dessa classe. Ademais, chama a atenção, embora pareça um movimento natural, o fato de que Flávio Suplicy de Lacerda, então ministro da Educação, fosse o portador da mensagem que seria transmitida ao congresso. Dessa forma, o apoio de primeira hora ao golpe se mostrara frutífero, uma vez que o reitor havia sido alçado ao cargo de ministro já no início do regime. Além da aprovação da honraria, outra questão foi lançada e também aprovada por unanimidade. Discutiu-se o projeto de lei do Ministério da Educação que visava a extinção da UNE, e o conselho resolveu apoiar incondicionalmente a medida, cujo voto da reitoria seria de “solidariedade” ao referido projeto, de forma que foi combinada a expedição de um telegrama ao ministro da Educação e a toda a bancada paranaense na câmara federal, “solicitando a aprovação da mensagem presidencial”.²⁹⁰

Além de contar com o beneplácito da alta cúpula da UFPR, a UPE também contou, entre os anos de 1965 e 1966, com uma gestão simpática ao regime. Em uma matéria do *Correio do Paraná*, de 12 de dezembro de 1965, O presidente do conselho de Representantes da UPE, Ardisson Nain Akel, dizia que a entidade não pretendia se revoltar contra a “Lei Suplicy”, uma vez que “goza de situação privilegiada junto à classe estudantil nacional, dada sua conduta em não permitir a infiltração comunista em seus quadros, como anteriormente era comum.”²⁹¹ Nesse sentido, é importante entender que a entidade vivia uma disputa de poder, com orientações políticas antagônicas. Também chama a atenção uma correspondência da entidade enviada à DOPS, cujo conteúdo é revelador:

Prezado senhor:

Vimos pelo presente solicitar mui respeitosamente a Vossa Senhoria colaboração para o bom andamento de um Ciclo de Conferências em Defesa

²⁸⁹ UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ. Ata do Conselho Universitário (COUN). 31/07/1964. Unidade de Arquivo e Atividades Auxiliares – UARQ.

²⁹⁰ Idem.

²⁹¹ DEAP/DOPS. **União Paranaense dos Estudantes**, UPE. Dossiê 2325, caixa. 263

dos Princípios Democráticos, que a UPE estará promovendo nos próximos dias 20, 21 e 22, no auditório da Biblioteca Pública, e 23, no da Reitoria da Universidade do Paraná, providenciando a necessária cobertura para a segura realização do mesmo. O Ciclo versará sobre temas anticomunistas, subordinando-os ao título: “O Imperialismo Mundial Comunista seus recursos e suas dificuldades para conquista do mundo”, e será prelecionado por professores e personalidades de São Paulo. Certos de vosso atendimento, respeitosamente agradecemos, e aproveitamos o ensejo para apresentar as nossas mais sinceras

SAUDAÇÕES
UNIVERSITÁRIAS
OSVALDO CESAR CECCON
Vice-Pres. Ass. Cul, e Ed.²⁹²

Na página seguinte há um informe do inspetor Jelson Costa ao delegado Ozias Algauer, comunicando que o referido ciclo de palestras não foi realizado. Não há fontes disponíveis sobre o motivo do cancelamento, mas não é difícil imaginar que o evento tenha contado com a resistência daqueles estudantes que se opunham à ditadura. Essa gestão da UPE ficou marcada pelo apoio ao regime bem como por sua ojeriza aos estudantes vinculados à esquerda. Nessa mesma pasta da DOPS, há informes dos militares acerca da eleição que acabou resultando na consagração da chapa “situacionista”, tida como aliada pelos militares, cujos representantes estudantis estariam vinculados aos “valores democráticos da revolução”.

Outros documentos trazem informes de estudantes infiltrados a serviço da DOPS nas reuniões da entidade. Em um relatório de 26 de setembro de 1966, um estudante anônimo anotou os principais tópicos do evento com riqueza de detalhes. Dentre os assuntos abordados, o informante traz a posição do então presidente Djalma Sigwalt, que repudiava as manifestações estudantis, “cujos promotores, representados por uma minoria arrogavam-se a representar a classe universitária do Paraná”.²⁹³ Após a fala de Djalma, teriam discursado em seguida Irineu Navarro, presidente da UPES, Cezar Reginato, presidente do diretório acadêmico de Ciências Médicas e Nilson Sguarezi, presidente do centro acadêmico Hugo Simas que, de acordo com o informante, “atacou violentamente o governo, e também a inoperância da diretoria da UPE”.²⁹⁴

Essa gestão da entidade estudantil se mostrava realmente mais branda em seus posicionamentos, embora se tenha discutido na reunião assuntos como novas eleições diretas em todo o território nacional, a revogação da Lei Suplicy, o posicionamento contrário à cobrança de anuidades, dentre outras reivindicações. Todavia, o presidente da

²⁹² Idem.

²⁹³ DEAP/DOPS. **Passeatas (estudantes)**. Dossiê 1548, caixa 187.

²⁹⁴ Idem.

UPE se mostrava contra greves e outras atitudes consideradas mais drásticas. O informante pondera que existiam duas facções em disputa pela liderança estudantil: de um lado estariam os verdadeiros democratas, liderados por Djalma Sigwalt, que pretendiam “por meios inteligentes” a volta de um regime verdadeiro democrático. Já o outro lado seria composto por elementos da “extrema esquerda”, democratas apenas por conveniência, cujo intuito verdadeiro seria manter a agitação estudantil, tendo como objetivo final a implementação de seu verdadeiro ideal: o regime comunista.²⁹⁵

2.4.1. A sistematização da Reforma Universitária

Embora algumas leis estivessem sendo aprovadas para reformar as universidades em diversos âmbitos, a sistematização desse processo começou a ocorrer, de forma mais coordenada, a partir de julho de 1968, quando foi constituído um grupo de trabalho que apresentou ao governo um anteprojeto de lei, que foi modificado pelo governo e enviado ao Congresso.²⁹⁶

No dia 2 de julho do mesmo ano, foi promulgado o decreto n. 62.397, que constituía o grupo de trabalho para a reforma universitária, composto de onze membros, a serem nomeados pelo presidente da República, “para acelerar a reforma da universidade brasileira, visando à sua eficiência, modernização, flexibilidade, administrativa e formação de recursos humanos de alto nível para o desenvolvimento do país”.²⁹⁷ Em seu segundo artigo, o decreto frisava que esse grupo deveria contar “com a colaboração de educadores, cientistas, estudantes, especialistas em educação superior e representantes de outros setores governamentais”.²⁹⁸ A meta era ousada: os estudos e projetos deveriam ser concluídos em 30 dias. Dentre os nomes arrolados para o grupo de trabalho, um chama a atenção: o então deputado federal paranaense Haroldo Leon Perez (convocado na última hora), que seria eleito via indireta governador do estado em 1970, afirmando que “a revolução finalmente havia chegado ao Paraná”²⁹⁹. Seu apoio incondicional ao regime

²⁹⁵ A expressão “regime comunista” está em letras maiúsculas e sublinhada no comunicado.

²⁹⁶ CUNHA, 2007, Op. Cit, p. 45.

²⁹⁷ BRASIL, **Decreto nº 62.937, de 2 de Julho de 1968**. Dispõe sobre a instituição de grupo de trabalho para promover a reforma universitária e dá outras providências. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-62937-2-julho-1968-404810-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 1 mar. 2024.

²⁹⁸ Idem.

²⁹⁹ HELLER, 1988, Op. Cit. Pág.81. O governador rompeu com seus antecessores, Ney Braga e Paulo Pimentel e, posteriormente foi acusado de corrupção.

não foi o suficiente para garantir sua permanência no cargo, cuja estadia durou menos de um ano.

A constituição do GT por membros leais ao governo levantou o ceticismo e crítica de muitos veículos de imprensa, inclusive daqueles que, via de regra, eram apoiadores do regime. Nesse sentido, até mesmo jornais geralmente favoráveis ao governo se mostravam reticentes com a reforma, conforme pode ser visto nessa reportagem do *Jornal do Brasil*:

Poder inerte

Por maior boa vontade que se tenha não há como dar crédito às intenções do governo em relação à reforma do Ensino, que a Nação espera com impaciência. A criação de um grupo de trabalho para estudar o assunto, quando todos reclamam de medidas concretas, já denuncia um propósito de adiar soluções. O fato de o governo propor-se a estudar a reforma, já é um pouco estranho. Afinal, o Governo Castelo Branco deixou uma legislação específica sobre o tema. Essa legislação já está sendo implementada por 11 das 18 universidades do país. Donde se conclui que já existe uma reforma, se não consolidada, pelo menos em andamento. A função do merencório grupo de trabalho seria, assim, de reformar a reforma. Mas, por outro lado, como admitir que esse grupo tenha condições de inovar alguma coisa se, à sua frente, o Presidente da República, com solidariedade aos pampas, coloca exatamente o ministro Tarso Dutra, o contestado? O Ministro, como se sabe, tem um plano seu, pessoal, para resolver o problema do ensino. Esse plano se fundamenta na aversão total à autonomia da Universidade. A Universidade, por sua vez, tem ojeriza ao Ministro. Em plano menos elevado, os estudantes pouco se entendem com os professores e nada se entendem com o Governo. Em suma: ninguém se entende. Mas há dados mais curiosos: a comissão teve estipulado um prazo de 30 dias, a partir da data da sua criação, para apresentar soluções. **Acontece que seus membros, pelo que consta, foram nomeados à traição. Os estudantes indicados pelo presidente, ao tomar conhecimento da escolha pelos jornais, recusaram-se a participar do trabalho.** Agora, são professores arrolados que começam a revelar o mesmo: até o momento não foram notificados. Diante disso, que tipo de reação da opinião pública pode esperar o Governo? Confiança? **Só quando houver decisões criadoras ou invés dos recheios de vácuo em pastéis de vento.** A Nação espera que haja Governo, que o Governo aja. **Até parece que ninguém é mais revolucionário nesse país. A Revolução – que permitiria todas as reformas – foi jogada fora pela janela, não pelo País, que continua esperando por ela, mas pelo próprio Governo que se diz revolucionário** (Grifos meus).³⁰⁰

³⁰⁰ Poder inerte. *Jornal do Brasil*. Disponível em: http://memoria.bn.br/DOCREADER/DocReader.aspx?bib=030015_08&hf=memoria.bn.br&pagfis=1181
39 Acesso em: 1 mar. 2024.

De fato, os estudantes convocados declinaram da oportunidade, por razões óbvias. Aqui é importante ressaltar a origem desses discentes. João Carlos Bessa era presidente do DCE da PUC-RJ, e Paulo Possas era aluno do curso de engenharia da UFRJ; ambos foram indicados pelo vigário-geral do Rio de Janeiro José Castro de Pinto e Melo Movimento Universitário para o Desenvolvimento Econômico e Social (MUDES).³⁰¹ Já com relação ao ministro da Educação, havia muita antipatia por parte dos universitários. Também é importante observar a menção que o jornal faz à escolha dos integrantes, nomeados “à traição”. Aqui há uma referência à indicação de Leon Perez na véspera, ao contrário do que havia sido exposto anteriormente. Nesse sentido, há de se considerar que o *Jornal do Brasil* era simpático à ditadura, embora tenha feito um editorial bastante contundente contra a inépcia da reforma, aliás, na finalização da crítica, diz que parece que a “revolução havia sido jogada pela janela”. Portanto, embora fosse alinhado ao regime, tal atitude não se configurava em apoio incondicional. Também é importante observar algumas características peculiares da ditadura no Brasil: mesmo agindo de maneira autocrata, o governo procurava manter um verniz de legalidade, salvo no período mais repressivo.

Sobre a recusa dos estudantes, Bessa alegou que sua negativa era devido a motivos de saúde. Já Paulo José escreveu um comunicado, divulgado no mesmo jornal:

Esse preâmbulo visa definir a minha posição justa de não aceitar honrosa incumbência, como uma colocação mediada em profundidade. Infelizmente os impasses prevalecem e me condicionam. Não recebemos, eu e o outro colega designado, qualquer delegação dos estudantes para tal, e sem esse tipo de procuração nossa presença não faz sentido. Não podendo falar em nome da classe e seria uma pretensão, uma fatuidade, julgar que o convite foi feito ao cidadão Possas, e consequentemente, participar dos debates em nome do pessoal. Outro fator relevante é a falta de propósitos da própria comissão de alto nível e apesar das explicações do Sr. Ministro, os 30 dias continuam insuficientes para a própria caracterização do que ele chama de setores de urgência. [...] O meu conhecimento do assunto é honesto, mas limitado, salientando-se ainda que eu e o meu colega Bessa somos estudantes de Engenharia da Guanabara, impossibilitados de opinar sobre a situação da universidade no interior e nos demais setores, estreitando a faixa em que podemos colaborar. Estes fatores caracterizam bem a comissão

³⁰¹ O MUDES foi uma entidade privada criada por empresários, cuja finalidade inicial era a promoção de estágios para estudantes, dentre outros objetivos. É interessante notar que uma entidade privada possuía influência na indicação de estudantes para o GT da Reforma Universitária.

como uma iniciativa política de emergência para atender a pressões explosivas, altamente improvisada e indefinida.³⁰²

Aqui fica evidente o ardil do governo ditatorial: convocar estudantes que não estavam engajados no movimento estudantil e que não possuíam conhecimento acerca das demandas discentes ou engajamento nas reivindicações já bastante conhecidas. No relatório do GT, há menção à importância dos estudantes e de seus órgãos de representação, pois “pareceu também oportuno, não só ampliar os efetivos das representações estudantis, como principalmente assegurar a sua presença em todos os colegiados e comissões responsáveis pelos processos decisórios da universidade”.³⁰³ Se no documento havia essa boa vontade em acolher as demandas do público-alvo das universidades, na prática havia um cerceamento cada vez mais persistente às autarquias estudantis em detrimento de órgãos mais neutros ou desidratados. Prova disso é que após a recusa já mencionada dos dois jovens, houve uma tentativa de cooptação de dois “voluntários” nos DCEs de todas as universidades, solicitando sugestões de nomes, porém não houve respostas.³⁰⁴

Seguindo a análise do relatório do GT, havia visões conflitantes sobre o regime jurídico das instituições de ensino superior. Uma ala defendia o regime de autarquias, fazendo eco ao incipiente movimento de professores e o robusto movimento estudantil. Já aqueles que defendiam o regime de fundações contava, obviamente, com o aval de consultores estadunidenses e da ala política mais próxima da ideologia liberal. Para esses, a ideia era “transferir as universidades para o setor privado, assumindo elas o regime jurídico de fundações”.³⁰⁵ Tentando equilibrar posições antagônicas, o relatório trouxe uma novidade: o chamado “regime de autarquia educacional com características próprias” ou “autarquia de regime especial”, porém sem fazer especificações sobre qual seria, efetivamente, a forma desses, apenas argumentando que “neste caso, à autarquia será atribuído, em sua estrutura e funcionamento, regime especial que a libere dos entraves da sistemática atualmente dominante no serviço público”.³⁰⁶

³⁰² Tarso instala o Grupo que prepara a reforma. **Jornal do Brasil**. Disponível em http://memoria.bn.br/DOCREADER/DocReader.aspx?bib=030015_08&pagfis=118162. Acesso em: 1 mar. 2024.

³⁰³ MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO e CULTURA. **Reforma Universitária**: relatório do grupo de trabalho. 3ª edição. Março de 1983. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me002285.pdf>. Acesso em: 4 mar. 2024.

³⁰⁴ CUNHA, 2007. Op. Cit, p. 221.

³⁰⁵ Idem, p. 224.

³⁰⁶ MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO e CULTURA, Op. Cit, p. 23.

Se, por um lado, havia certa cautela em mexer no regime jurídico das universidades e provocar embates com os estudantes, até mesmo legitimando (ao menos de maneira demagoga) sua participação, por outro, trazia no final – e de maneira discreta – o Cavalo de Troia: a polêmica cobrança de anuidades, aqui disfarçada sobre o título de “financiamento de bolsas”. O texto já inicia com a justificativa trazida de maneira sagaz:

O esquema previsto visa à maior participação direta da comunidade e dos alunos de mais alta renda familiar no financiamento do ensino superior, de modo a liberar recursos para criar um sistema global de financiamento capaz de assegurar, progressivamente, que nenhum candidato ao ensino superior, notadamente em carreiras onde haja déficits, seja delas afastado, por falta de recursos pessoais. O critério básico é de que quaisquer recursos captados de entidades oficiais e privadas, e de alunos de renda familiar mais alta, sejam necessariamente destinados a financiar gratuidade para alunos de renda mais baixa.³⁰⁷

O argumento visava convencer a parcela mais carente da população: somente aqueles que tivessem condições pagariam as anuidades. Ademais, havia a sugestão de alguns “esquemas”: a) a cobrança poderia começar para alunos novos, ou seja, ingressantes a partir de 1969 (em um estratagema que visava evitar embates com o movimento estudantil que já atuava de maneira aguerrida) ; b) os alunos seriam divididos em 3 categorias: aqueles com “renda muito alta”, cuja renda familiar seria acima de 35 vezes o valor do salário-mínimo nacional pagariam anuidade; aqueles com “renda alta” (com uma média de renda familiar entre 15 e 35 vezes o salário-mínimo) também pagariam anuidade, porém com financiamento a longo prazo, com prazo de até 15 anos e início dos pagamentos dois anos após a conclusão dos respectivos cursos; por fim, alunos de “média” e “baixa renda” (abaixo dos 15 salários-mínimos) que não só teriam isenção de anuidade, como teriam, em certos casos, bolsas para sua manutenção da universidade; c) empresas físicas ou jurídicas poderiam custear as bolsas. O modelo proposto no GT era claramente influenciado pelos Estados Unidos, em que se tiraria parte da responsabilidade do Estado, no que concerne a custeios e financiamentos, e se transfere para a iniciativa privada parte das despesas com as universidades, sendo que outra parte seria custeada pelos próprios estudantes mais abastados. Convenientemente, não há menção nem discussão sobre o papel da influência das empresas que fizessem um ato de tamanha benevolência nas diretrizes dessas instituições e nos rumos da educação a partir de então.

³⁰⁷ Idem, p. 60. (em itálico no original).

Com relação à pós-graduação, os técnicos educacionais e planejadores a serviço da ditadura trataram com atenção este tema, pois se tratava de uma demanda antiga. Conforme salienta Motta,³⁰⁸ até mesmo antes do golpe alguns cursos pioneiros haviam sido implantados, com apoio de instituições estrangeiras, como a própria Usaid e a Ford, em instituições como a Uremg, ITA e a Coppe/UFRJ. Já em 1965, o MEC solicitou ao Conselho Federal de Educação (CFE) um estudo para a normatização dos cursos de Pós-Graduação, para que houvesse uma preparação dos professores universitários acerca dessa questão. Desse estudo, surgiu o “parecer Sucupira”, nome atrelado ao professor que havia feito a proposta. Muitos dos fundamentos desse documento serviram como base da reforma universitária.³⁰⁹ Nesse sentido, o relatório do GT fazia uma menção à questão em seu artigo 16: “O Conselho Federal de Educação conceituará os cursos de pós-graduação e baixará normas gerais para sua organização, dependendo a validade nacional dos estudos neles realizados de serem os cursos respectivos credenciados por aquele órgão”.³¹⁰ Assim, é importante ressaltar que, a partir da reforma, os cursos de pós-graduação passaram a ter uma estrutura cada vez mais organizada, bem como a união entre ensino e pesquisa também passou a ser uma realidade. A explicação para essa atitude do governo repousa em duas principais razões: as vultuosas somas de dinheiro inerentes aos acordos MEC-Usaid, que atendiam ao projeto desenvolvimentista da ditadura e a Doutrina de Segurança Nacional. Também merece destaque na esteira da reforma universitária a oficialização da extinção do sistema de cátedras. É importante salientar que a Constituição de 1967 já havia substituído esse regime pela carreira docente, mediante concurso de títulos e provas para os níveis inicial e final. Mais uma observação: nessa nova Constituição já havia respaldo para a inserção do ensino pago.³¹¹ Já no relatório do GT, esse antigo sistema é ligado a um “enfeudamento do saber”, que trazia prejuízos às instituições. Assim, no documento há o argumento de que essa modernização em específico “vem ao encontro das aspirações mais elevadas da grande maioria dos universitários brasileiros, tanto do corpo docente quanto do corpo discente”.³¹²

³⁰⁸ MOTTA, 214, Op. Cit. p. 255.

³⁰⁹ Idem, p. 255-256.

³¹⁰ MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA, Op. Cit, p. 69.

³¹¹ BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1967. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao67.htm. Acesso em: 5 mar. 2024. A constituição extinguiu o sistema de cátedras a partir de então, mas mantinha os privilégios e prerrogativas dos professores que já faziam parte desse regime.

³¹² MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA, Op. Cit, p. 38.

O anteprojeto resultou na lei nº5.540, de 1968,³¹³ e causou reações de perplexidade na comunidade discente, pois seu maior inimigo aprovava medidas que eles mesmos reivindicavam há bastante tempo. Como pontos de contestação, ressalta-se a visão economicista e tecnicista da reforma,³¹⁴ porém, como não podia deixar de ser, o aspecto mais incendiário foi a implementação do ensino pago, que já vinha sendo discutida anteriormente. Já em 1967, estudantes da UFPR promoveram passeatas e comícios-relâmpago contra essa medida. Em matéria veiculada no dia 23 de setembro de 1967, o jornal *Tribuna do Paraná* trazia a notícia de uma passeata do DCE da universidade contra o ensino pago.³¹⁵ Na primeira parte da matéria, o jornal menciona que os universitários deverão lançar diversos manifestos, que “exprimem o pensamento oficial da classe contra o pagamento das anuidades”.³¹⁶ Ao tentar descredibilizar o movimento, a reportagem enfatiza que nenhum organismo de segurança havia sido consultado a respeito do movimento. A forma com que se daria esses pagamentos seria analisada pelo reitor, que havia convocado uma comissão para estudar o assunto, composta pelos professores Astolpho Macedo de Souza Filho, José Bittencourt de Paula e Ernesto Siegel Filho. Sobre esse episódio, é importante lembrar que se deu antes da sistematização da reforma universitária, que ocorreu no ano seguinte, conforme explicitado anteriormente.

De maneira conveniente, o jornal dá espaço para os argumentos do reitor:

SUPLCY QUER DIÁLOGO

Pelo que afirmou ontem uma comissão de alunos da Escola de Engenharia e do curso de Ciências Sociais, o Reitor Flávio Suplicy de Lacerda parece disposto a sacudir a atual estrutura da Universidade Federal do Paraná. Prometeu pôr na rua todos os professores que faltam às aulas, pedindo os nomes dos relapsos, **que poderão ser eliminados com a colaboração dos estudantes**. Afirmou que colocará em execução todas as boas ideias, dizendo ainda: ‘eu quero dialogar com os estudantes sobre qualquer assunto [...]’³¹⁷ e eu sugiro a vocês e eu, aqui na universidade, iniciemos uma luta contra as injustiças sociais’, disse o reitor. Posteriormente, respondendo a uma pergunta sobre o acordo MEC-USAID, esclareceu: ‘fui eu que assinou esse acordo (sic). Tenho certeza que vocês não leram. Nele está estipulado que virão ao Brasil técnicos da UNESCO, para dar subsídios para a melhoria de nossas universidades. **A UNESCO faz isso até na União Soviética**’. Um outro estudante quis saber algo

³¹³ BRASIL. Lei nº5.540 de 28 de novembro de 1968. Fixa normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média, e dá outras providências. <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-5540-28-novembro-1968-359201-publicacaooriginal-1-pl.html> Acesso em: 5 mar. 2024.

³¹⁴ MOTTA, 2014, Op. Cit, p. 107.

³¹⁵ DEAP/DOPS. **Ensino Pago**. Dossiê 928, Caixa 114.

³¹⁶ Idem.

³¹⁷ Trecho cortado, com uma parte faltando.

sobre a Lei Suplicy: ‘garanto que vocês também não leram essa lei. Para explicar apenas um pouco, quero dizer apenas que a proibição dos diretórios decretarem greve e de participarem da política, eu tirei do artigo 3º da União Nacional dos Estudantes, hoje extinta pela Revolução’. (Grifos meus).³¹⁸

Como o país ainda não estava na fase mais aguda da ditadura, o reitor, apesar de sua falta de tato com os estudantes, acusando-os de não terem lido as leis e o acordo MEC-Usaid, demonstrava, mesmo que de maneira demagoga, vontade de dialogar com a classe, ao contrário do que ocorreria no ano seguinte. Sabendo que era *persona non grata* para a classe discente, tentou cooptá-los, concitando-os para uma suposta luta contra as injustiças sociais. Para tentar convencê-los dos acordos com a UNESCO, argumenta que o mesmo ocorreu com a União Soviética, sabendo que muitos líderes estudantis eram mais alinhados à esquerda e às demandas socialistas. Também chama a atenção que havia professores da UFPR que discutiriam os critérios de implementação do ensino pago. Esse processo de acomodar “no mesmo barco” tanto docentes apoiadores como estudantes contrários ao regime faz parte dos jogos de poder da política. Com o recrudescimento do regime nos anos seguintes, não seria preciso conquistar a simpatia daqueles que se mostravam contra suas medidas.

De maneira paradoxal, pode-se afirmar que a reforma foi fruto de duas forças diametralmente opostas: militares e estudantes. A ditadura procurou dar uma resposta às demandas discentes, que eram foco de vigorosos protestos e começaram a incomodar em uma escala ascendente. Os estudantes que lutavam por mudanças nas universidades, por sua vez, tiveram parte de suas demandas atendidas, ao mesmo tempo em que a influência liberal estadunidense trazia seu DNA à reforma. Assim, a parte menos polêmica da reforma foi a organização da universidade em institutos e departamentos, bem como a carreira docente com dedicação exclusiva. A parte mais inflamada, como o ensino pago e a despolitização do ambiente universitário só foram parcialmente implementados, graças à tenacidade dos estudantes, que resistiram bravamente a essas medidas.³¹⁹

³¹⁸ DEAP/DOPS. **Ensino Pago**. Dossiê 928, Caixa 114.

³¹⁹ MARTINS FILHO, João Roberto. **Rebelião estudantil**: México, França e Brasil. Campinas: Mercado das Letras, 1996.

2.5. OS ACORDOS MEC-USAID E A REAÇÃO ESTUDANTIL

Até a primeira metade do século XX a atenção dispensada pelos Estados Unidos a países latino-americanos era quase nula. Com o advento da Segunda Guerra Mundial e a posição estratégica do Brasil, as coisas mudaram um pouco. Porém, logo após o fim do conflito, o país voltou a uma posição periférica ante os olhos do “grande irmão”. Assim, a busca por uma relação mais próxima partiu do Brasil, por meio da gestão do então presidente Eurico Gaspar Dutra, de forma que o governo achava que era merecedor de algum tipo de benefício, haja vista o auxílio fornecido pelo Brasil durante a Segunda Guerra Mundial.³²⁰ Apesar de tímidas ajudas aos países latino-americanos nos anos posteriores, a região só passou a receber mais atenção após um acontecimento que abalou a conjuntura geopolítica ocidental: Cuba, um pequeno país, próximo aos Estados Unidos, havia se tornado um país socialista em 1961, dois anos após o triunfo da revolução. Logo depois, a crise dos mísseis colocava mais lenha na fogueira, quase provocando uma hecatombe mundial. O recado era claro: os Estados Unidos não mediriam esforços para sufocar qualquer tentativa parecida no continente.³²¹ Portanto, algo deveria ser feito imediatamente: a virada de chave veio acompanhada de vultuosas somas de dólares aos países da região, além do envio de militares e diplomatas.

A paranoia estadunidense demandava uma vigilância que unia o *hard* e o *soft power*.³²² Dessa forma, o presidente John Kennedy lançou, ainda em seu primeiro ano de mandato, em 1961, a *Aliança Para o Progresso*, um programa tinha por objetivo principal o envio de recursos aos países latino-americanos, com o intuito de trazê-los tanto para sua esfera de poder quanto para seu espectro ideológico, nomeadamente, o anticomunismo. A fim de coordenar os programas vinculados à *Aliança Para o Progresso*, foi criada então a Usaid. Este órgão assumiu programas que eram encabeçados por outra agência, a *International Cooperation Administration* (ICA) (Administração da Cooperação Internacional, em tradução livre), que gerenciava desde 1954 projetos financiados pelos Estados Unidos em outros países, sobretudo os

³²⁰ FICO, Carlos. **O grande irmão**: da operação Brother Sam aos anos de chumbo. O governo dos Estados Unidos e a ditadura militar brasileira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

³²¹ Idem.

³²² Expressões cunhadas pelo professor de Harvard Joseph Nye, cofundador de teorias neoliberais nas Relações Internacionais. O *Hard Power* seria o poder coercitivo, exercido de forma explícita. Já o *Soft Power* seria aquele utilizado por meio da ideologia, seja pela propagação do *american way of life* por meio da propaganda, seja por ações de penetração nos meios educacionais, inculcando ideias que seriam de interesse dos Estados Unidos. Disponível em: NYE, Joseph S., Jr. 2005. **Soft Power**: The Means to Success in World Politics. PublicAffairs Books.

Programas do Ponto IV. A ICA custeou, na década de 50, principalmente treinamentos para produtores rurais, ensino técnico para mão de obra na indústria e treinamento para professores das primeiras séries, o equivalente às *Elementary Schools* nos Estados Unidos.

Os relatórios da Usaid apresentados por Motta³²³ falam da importância de modernização das instituições e de formação de estudantes e professores simpáticos aos Estados Unidos, de modo a garantir a boa relação entre os dois países (e, claro, afastá-los do “inimigo vermelho”). É importante destacar que no governo Jango houve uma aproximação com a URSS, com este país concedendo bolsas a brasileiros pelo Instituto Cultural Brasil-URSS (Icbus). Nesse sentido, os EUA viam com preocupação a aproximação dos dois países na gestão de Jango, tendo feito várias ações para frear este avanço. Assim, se antes havia acordos esporádicos, agora haviam sido designados objetivos muito claros (e ambiciosos). Os famigerados acordos MEC-Usaid eram uma realidade, contabilizando sete no total, sendo que o mais famoso foi assinado em junho de 1965, prevendo metas para a expansão do sistema universitário, bem como melhorar as licenciaturas das faculdades de Filosofia, além de apoiar a educação vocacional ou industrial. Outro acordo previa, de maneira estratégica, a tradução e publicação de livros-texto que deveriam ser utilizados no âmbito universitário, todos convenientemente de matriz estadunidense. Por conseguinte, o acordo mais bem-sucedido previa a transformação da administração universitária, cujo objetivo era transformar reitorias e órgãos auxiliares em máquinas eficientes de gestão.³²⁴ Os acordos foram muito criticados nos meios universitários e intelectuais, sobretudo o convênio para planejamento e reestruturação do sistema, encarado como meio de desnacionalizar e privatizar o setor.³²⁵ Curiosamente os acordos que demandaram o maior aporte financeiro passaram incólumes a protestos, pois foram destinados à agricultura. Cunha³²⁶ afirma que a iniciativa do convênio com a Usaid para a organização de uma equipe de assessores para o planejamento do Ensino Superior partiu do famigerado Flávio Suplicy de Lacerda.

Buscando a simpatia da opinião pública, havia uma cláusula no acordo de 1965,

Estipulando que ‘as partes brasileiras do presente convênio envidarão os melhores esforços para dar publicidade ao andamento e execução do presente

³²³ Motta, 2014. Op. Cit.

³²⁴ MOTTA, 2014, Op. Cit. p. 120.

³²⁵ Idem.

³²⁶ CUNHA, 2007. Op.Cit.

projeto através da imprensa, rádio e outros meios de difusão, identificando claramente como parte da Aliança para o Progresso'. Tal publicidade não foi dada, talvez para evitar que se voltassem para o MEC as forças que se batiam contra o imperialismo norte-americano.³²⁷

Embora as ações de divulgação não tenham sido feitas, os protestos estudantis não demoraram para começar por todo o país. O movimento estudantil estava ciente dos acordos firmados, e, para piorar, devido à escolha do governo de não os publicar, passaram a ser chamados de “acordos secretos MEC-Usaid”, ao passo que os ministros ora assumiam, ora negavam sua existência.³²⁸

A partir de 1966 manifestações vigorosas começaram a aparecer pelo país, sobretudo afloradas pelo antiamericanismo. Havia várias agências estadunidenses atuando em diversas áreas no Brasil, mas os acordos MEC-Usaid tiveram maior visibilidade, sobretudo pelos estudantes universitários formarem a maior massa de indivíduos nos protestos. Nestes, apareciam sinais de repúdio aos Estados Unidos, como queima de bandeiras e ataques a escritórios da Usaid em diversas partes do país. Os acordos passaram então a ganhar mais visibilidades da imprensa, com opiniões distintas nos jornais. Os protestos estudantis e o crescimento de manifestações anti-imperialistas levaram a representantes do país norte-americano à conclusão que era preciso atenuar o envolvimento com o Brasil. Dessa forma, o embaixador John Tuthill começou a diminuir o número de pessoal dos Estados Unidos envolvido com o Brasil. Esse movimento começou em 1967, e no ano seguinte resultou em uma redução de pelo menos 30% do quadro de funcionários.³²⁹ O andamento dos acordos foi prejudicado devido ao fato de os estadunidenses acharem que as autoridades brasileiras não souberam lidar com os jovens, reprimindo desnecessariamente, além das críticas da sociedade à uma postura de subserviência do governo brasileiro com relação a seu parceiro. Some-se a isso o fato de Costa e Silva, então recém-empossado, ter em seu governo políticos de viés mais nacionalista.

Conforme já ressaltado, a Usaid atuou em diversas áreas, dentre as quais a Segurança Pública. Nesse sentido, entre 1960 e 1972 a Usaid custeou treinamento no exterior de mais e 800 policiais civis e militares.³³⁰ Para além desses que fizeram esse

³²⁷ Idem, p. 164.

³²⁸ Idem.

³²⁹ MOTTA, 2014. Op. Cit, p. 128-129

³³⁰ PARANÁ. Secretaria da Justiça, Trabalho e Direitos Humanos – SEJU. **Relatório Estadual da Comissão da verdade Tereza Urban**, volume 1. Disponível em: <https://www.justica.pr.gov.br/Pagina/Comissao-Estadual-da-Verdade>. Acesso em: 17 ago. 2023.

intercâmbio, estima-se que uma quantidade infinitamente maior recebeu treinamento de algum tipo no território nacional, com um cálculo que contempla mais de 100 mil beneficiários.³³¹ Dentre os eleitos para essa função, destaca-se para essa pesquisa o policial Almir Chagas Vilela, que possui relação com o “Manual policial de controle de tumultos e distúrbios civis”, editado pelo estado do Paraná em 1964. Já no prefácio, Ítalo Conti, tenente-coronel e autor da obra, destaca o trabalho dispendido por Almir Chagas Vilela no sentido de destacar o valor de policiais que eram formados pela nova escola de polícia, pois

Pouco tempo passou desde quando começamos a dar importância a esse aspecto da guerra revolucionária. Constitui mesmo uma fase das mais importantes, o momento em que o órgão policial se vê obrigado a energicamente agir, e quase sempre exposto à execração pública por uma imprensa distorcida ou por políticos profissionais da subversão. **Passa-se como numa guerra, com a diferença que é muito mais difícil, então, justificar as inocentes vítimas.** (Grifos meus)³³²

A colaboração de Almir Chagas com a repressão se deu de mais formas. O policial e bacharel em Direito também foi professor da Universidade Federal do Paraná, e, já mais tarde, em 1990, defendeu uma dissertação intitulada “Comportamentos desviados dos órgãos de defesa e proteção social”. Os serviços prestados pelo bacharel em Direito para a universidade não foram somente na área da docência, pois das poucas fontes disponíveis da repressão, sobrou um informe redigido por ele, cuja fonte seria o Coronel Alencar Guimarães, que por meio de um telefonema em 9 de agosto de 1967, relatou que os estudantes do Diretório Acadêmico Guido Straube, da Faculdade de Odontologia da UFPR, estavam realizando um protesto que tinha como pauta principal a reforma universitária. Dentre os reclames, estava a redução dos órgãos de representação estudantil a uma única entidade. Alencar Guimarães argumenta então que convocou os estudantes para “um diálogo amplo e franco”, cuja proposta resultou em uma “procrastinação do problema, diminuição das tensões existentes, embora persista o não comparecimento às aulas”.³³³ No mesmo informe, o Coronel Alencar teria ainda relatado a Almir Chagas que houve um congresso de prestação de contas da UPE, realizado no dia 8 de agosto, quando

³³¹ Idem.

³³² PARANÁ. **Manual policial de controle de tumultos e distúrbios civis**. Curitiba: Assessoria de Estudos e Planejamentos, 1964.

³³³ POLÍCIA FEDERAL. Delegacia regional do Paraná e Santa Catarina. **Informe sobre atividades estudantis na UFPR em agosto de 1967**. Disponível em: <https://documentosrevelados.com.br/espionagem-e-repressao-na-universidade-federal-do-parana/> Acesso em: 17 ago. 2023.

por proposição do notório comunista e ativista Vitório Sorotiuk foi aprovada ampla campanha de luta para ter desencadeamento incontínente e a submissão deste órgão estadual de se submeter às diretrizes da UNE, que por sua vez filiada à Organização Latino-Americana de Solidariedade (OLAS)”^{334 335}

Os estudantes reunidos, por sua vez, estariam objetivando o fechamento dos restaurantes universitários, com o intuito de “gerar massa de manobra com motivação plausível e procedente de ser orientada ao conteúdo dos escusos desígnios dos grupos que clandestinamente controlam a ação”.³³⁶ É interessante notar que o documento defende a reforma universitária, alegando que arregimentará toda a comunidade universitária em torno de um ideal comum, pois não haveria mais as tradicionais dissensões entre diretórios e grupos, “impedindo a deterioração da tranquilidade e paz pública”.³³⁷

Nos próximos itens, chama atenção para os protestos acerca dos famigerados acordos MEC-Usaid, que seriam, de acordo com a visão dos redatores, extremamente benéficos para a universidade, pois trariam mais verbas para a universidade, as quais seriam distribuídas de acordo com “critérios matemáticos”. Além disso, a onda de protestos estudantis com relação aos acordos seria contra a impossibilidade de manipulação e eventual desvio para fins contrários às instituições vigentes, bem como contra a obrigatoriedade da prestação mensal de contas. Em seguida, há uma passagem que ensaia uma espécie de empatia com o espírito contestador dos estudantes, mas que já em seguida critica os “ativistas ideológicos”:

Este garroteamento não objetiva cercear a liberdade estudantil como não pretende neutralizar a influência da numerosa classe que lhe afetam direta e especificamente. Visa, contudo, disciplinar o ensino universitário, evitando os excessos e desmandos prejudiciais ao desenvolvimento da cultura universitária.

A ânsia de protestos, peculiar tradicionalmente ao espírito desenvolto da juventude, não poderá, contudo conflitar com o progresso do país e a luta que o governo enceta para acelerar o desenvolvimento nacional.

A atividade estudantil aparentemente justa deixa esconder os interesses os mais impatrióticos e antibrasileiros dos ativistas ideológicos preocupados em diluir, na desordem e na instabilidade social e paz e a tranquilidade da nação.

É de se esperar inusitado movimento estudantil com tentativa de galvanizar a massa operária como, anteriormente à fase revolucionária, ocorria.³³⁸

³³⁴ No documento, o nome de Vitório Sorotiuk está sublinhado duas vezes e em caixa alta.

³³⁵ Organização criada em agosto de 1967 em Cuba, por Salvador Allende. A organização era composta por diversos movimentos revolucionários de caráter anti-imperialista, que comungavam com os ideais da Revolução Cubana.

³³⁶ POLÍCIA FEDERAL, Op. Cit.

³³⁷ Ibid.

³³⁸ Ibid.

É curioso pensar que em um informe policial, que supostamente ficaria restrito às forças de segurança seja carregado de ambiguidades, com uma política de “morde-assopra”, sendo que ora tenta compreender os movimentos estudantis, ora fala na vigilância de ativistas e “antibrasileiros”. Em uma coisa o documento foi profético: mais tarde, no período da distensão do regime, os estudantes voltaram a incentivar os protestos da classe trabalhadora. Na mesma pasta em que estava o informe supracitado, há um documento confidencial de 7 de julho de 1967 e redigido em Brasília, oriundo da Secretaria Geral do Comando de Segurança Nacional (SG/CSN), intitulado “Diretrizes para a Ação Policial (extraído do Estudo “Problema Estudantil Brasileiro)”, cuja finalidade era “Estabelecer normas gerais para a ação policial de caráter preventivo ou repressivo contra as agitações estudantis”.³³⁹

Os objetivos versavam sobre coibir manifestações de movimentos alheios àqueles que seriam legítimos aos estudantes, além de garantir a proteção de prédios públicos. Autorizava manifestações em locais compatíveis, desde que não interferissem nas condições de trânsito. Havia ainda uma orientação de que as ações deveriam ser isentas de violência, garantindo o direito de manifestações, e, se houvesse a necessidade de recolher cartazes, essa ação deveria ser de forma pacífica. Para garantir a ordem “deverão ser infiltrados elementos, à paisana para identificar e prender os elementos agitadores em que tentarem perturbar a ordem” (sic).³⁴⁰ Porém, havia um adendo: o ministro da Justiça, em parceria com os governadores, deveria proibir reuniões que não fossem programadas por entidades legais, ou seja, aquelas colocadas na ilegalidade pelo decreto-lei 228, de 28 de fevereiro de 1967.

As orientações então passam a ficar mais repressivas, incitando a enquadrar nas leis penais e de Segurança Nacional estudantes responsáveis por congressos, manifestações, depredações e perturbação do trânsito. O enquadramento na Lei de Segurança Nacional também era recomendado à imprensa que apresentasse “de maneira distorcida” os fatos ocorridos ou mostrassem qualquer apoio ao movimento e à greve política. Além disso, a coleta de informações “em coordenação com o SNI, mesmo no recinto das escolas e universidades, será medida de rotina”. Aqui, mais uma vez, outro documento começa com caráter brando, procurando mostrar compreensão com o

³³⁹ SECRETARIA GERAL DO COMANDO DE SEGURANÇA NACIONAL. Diretrizes para a Ação Policial (extraído do Estudo “Problema Estudantil Brasileiro). Disponível em: <https://documentosrevelados.com.br/espionagem-e-repressao-na-universidade-federal-do-parana/> Acesso em: 18 ago. 2023.

³⁴⁰ Idem.

movimento estudantil, mas finaliza contradizendo o início, traçando diretrizes de repressão clara como forma de prevenir a agitação e a subversão. Nessa esteira, outro documento demonstra preocupação com os estudantes e suas possíveis consequências posteriores, caso não houvesse uma forma de neutralizar as manifestações.

Um informe do SNI, com carimbo da agência de Curitiba, datado de 17 de novembro de 1966,³⁴¹ é dividido em 3 tópicos. No primeiro, mostra preocupação com um documento divulgado pelo CACO, órgão que, “apesar de proibido, tem vida efetiva – tal como a UNE – o promove extensivamente reuniões”.³⁴² Provavelmente o informe estava se referindo ao Centro acadêmico Cândido de Oliveira, da UFRJ, pois esse órgão era conhecido por sua militância estudantil aguerrida. A preocupação dos militares se dava pelo documento apreendido chamar a atenção para o fato de que as experiências adquiridas nas manifestações e enfrentamentos com os agentes da repressão seriam uma espécie de preparação física e psicológica “para verdadeiros combates contra a polícia e quíça (sic) contra as forças federais”.³⁴³ No segundo tópico os militares demonstram acreditar que os partidos comunistas estavam dispondo a juventude estudantil para a linha de frente no combate ao regime, usando-a como escudo. Por último, chamam a atenção para o fato de que os enfrentamentos, cada vez mais frequentes, poderiam acarretar “se agirem com habilidade”, a desmoralização da segurança pública. E mais: não seria de estranhar que os comunistas em breve obteriam o que “tanto almejavam”: uma ou mais vítimas, para gerar um clima de comoção social, o que seria seu objetivo final. Sobre esse último tópico o documento foi de certa forma profético: o enfrentamento entre repressão e movimento estudantil resultou em tragédias posteriores, como a morte do estudante Edson Luís em 1968.

Mas esse período não ficou marcado apenas por protestos estudantis, pois havia agremiações de viés conservador e/ou reacionário que procuravam dissuadir os indecisos da adesão às pautas de esquerda. Nesse sentido, há um interessante documento arquivado nas pastas da DOPS sobre a organização Tradição, Família e Propriedade (TFP).³⁴⁴ O pronunciamento, como é descrito, possui o instigante título “A nossos colegas universitários em favor do diálogo e contra os manejos cubanos no Brasil”. Os autointitulados militantes universitários da TFP iniciam fazendo um apelo, inspirados por

³⁴¹ DEAP/DOPS. **Serviço Nacional de Informações – SNI**. Dossiê 1776. caixa 212.

³⁴² Idem.

³⁴³ Ibid.

³⁴⁴ DEAP/DOPS. **Sociedade Brasileira de Defesa da Tradição, Família e Propriedade**. Dossiê 2170, caixa 238.

uma dupla preocupação: “salvaguardar os interesses da classe estudantil e defender os interesses da Civilização Cristã (sic)”.³⁴⁵ Informando que em outras regiões do país, tais como São Paulo e Minas Gerais, também havia manifestações de mesmo teor do grupo; eles felicitam os estudantes curitibanos pelo “bom senso e clarividência” com que a maioria vinha recusando a prestigiar a tendência de transformar as reivindicações universitárias “em pretexto para uma agitação política em que são manifestamente interessados os comunistas”.³⁴⁶ A organização argumenta que os estudantes podem e devem tomar posição na vida política, porém, a universidade não seria o ambiente apropriado para isso, uma vez que o foco seria a vida cultural e docente. Portanto, fazendo uma falácia lógica, argumenta que o partido político que quisesse “ser como uma universidade (sic) seria um péssimo partido”.³⁴⁷ Há também uma exaltação ao governo do Estado, pois não estaria entrando no jogo dos esquerdistas, ao evitar repressões exageradas. Por fim, denunciava a infiltração comunista que visava “manejar estudantes”, cujo modus operandi seria colocado em prática, por uma série de ações, a saber: 1) dava-se ênfase a uma questão universitária legítima mas, em seguida, partia-se para o propósito de criar um conflito; 2) aproveitava-se dessas questões para armar um protesto contra o governo; 3) nessas manifestações, começava-se a utilizar-se “o palavreado comuno-janguista”, ao se introduzir pautas econômicas e criticar o direito de propriedade, abrindo caminho para proposições de “reformas de base socialistas e confiscatórias”. Aqui há uma observação, de que foi assim que Fidel Castro descambou para o comunismo, ou seja, por meio desse tipo de reformas; 4) Com esse vocabulário, haveria o intuito de sublevar o operariado urbano e rural, para que, juntamente com os estudantes, conseguissem derrubar o governo e, conseqüentemente, o regime econômico e social. O inimigo maquiavélico, sem dúvidas, era conhecido: era um “tufão” que vinha de Cuba, assim, cabia aos estudantes defender “desassombradamente” seus direitos, se recusando a participar do “processo sorrateiro de insurreição bolchevista”.³⁴⁸

³⁴⁵ Idem.

³⁴⁶ Ibid.

³⁴⁷ Embora a escrita esteja truncada no original, acredita-se que a frase correta seria “caso um partido político quisesse ser como uma universidade, seria um péssimo partido”.

³⁴⁸ Ibid.

O documento não só está assinado pela TFP,³⁴⁹ como traz o nome de seus autores.³⁵⁰ Do curso de Engenharia Civil, aparecem os nomes de Átila Sinke Guimarães,³⁵¹ Fausto Jorge Borsato,³⁵² Luiz Carlos Siqueira Campos e Roberto Luiz Wasilewski. Do curso de Engenharia Química, Gil Mário de Macedo Grassi, Henrique Czaja e José Nivaldo Fortes. Representando o curso de direito, assinaram Carlos Henrique Guerreiro Dantas, Celso Ferreira do Nascimento e Wilson Roberto Krause. Havia também um aluno de Ciências Econômicas, José Santos Martins e dois alunos da universidade Católica, Luiz Roberto Gomes Vialle, do curso de Medicina e Nanji Ogura, que cursava Filosofia.

O “pronunciamento” traz um vocabulário típico da época, sendo bastante comum esse imaginário de um “regime bolchevista” oriundo de Cuba. Ademais, se apenas uma minoria aderiu às manifestações estudantis, conforme infere o documento, não haveria motivos para um apelo tão incisivo. Sobre esse tópico, há uma clara contradição: se a universidade não era lugar para militância, não haveria sentido em concitar seus pares a defender elementos como a propriedade privada, pois essa atitude também mostra uma militância política. Ao contrário do que dizia o documento da TFP, a adesão de estudantes aos protestos contra a ditadura passava a aumentar, sobretudo devido ao caráter elitista das reformas, que não dialogava com a classe. Com a capacidade de mobilização cada vez mais restrita, os estudantes que se opunham à ditadura começavam a viver o outono de suas passeatas e comícios, uma vez que o regime passava a estrangular mais a

³⁴⁹ Alguns desses membros da TFP possuem forte influência de Plínio Correia de Oliveira, que já é falecido, porém sua obra ecoou bastante nos meios do catolicismo conservador. Hoje, há um instituto com seu nome, e que carrega bandeiras tais como a “luta antissocialista, anticomunista e antiprogressista em defesa da Igreja, da Civilização Cristã, do Brasil”. Disponível em: <https://www.ipco.org.br/paginas/quem-somos> Acesso em: 10 jul. 2024.

³⁵⁰ Como o documento merece ser analisado na sua íntegra, está disponibilizado no final da tese, nos anexos.

³⁵¹ Átila Sinke Guimarães, atualmente é o editor da Tradition in Action do Brasil, uma organização conservadora de viés ultracatólico. De acordo com suas próprias palavras, “Tradition in Action – TIA – é uma pequena organização que possui muitos objetivos em seu estatuto. Atualmente, estamos voltados para atuar no meio conservador e tradicionalista, a fim de ajudar o primeiro a se tornar tradicionalista e o segundo a se tornar contrarrevolucionário”. Para mais informações, acessar:

https://www.traditioninactiondobrasil.org/Questions/250-interview_Eastern.htm Acesso em: 10 jul. 2024.

³⁵² Fausto Borsato, assim como Átila Sinke Guimarães, foi discípulo de Plínio Correia de Oliveira. A página do IPCO redigiu uma nota de falecimento de Borsato, no dia 10 de agosto de 2021, traçando uma breve biografia, ressaltando sua passagem pela TFP e pela militância catolicista. A nota finaliza informando que “Internado no Hospital Samaritano, **para tratamento do vírus chinês** – do qual foi curado – faleceu às 12:25 desta sexta-feira – 6.8.21 – de ‘choque séptico de foco pulmonar; pneumonia’, tendo sido sepultado no jazigo do Grupo, no Cemitério da Consolação, sábado, às 10 horas. R.I.P”. (grifos meus). Disponível em: <https://www.ipco.org.br/nota-de-falecimento-dr-fausto-jorge-borsato> Acesso em: 10 jul. 2024. Dos outros nomes, não foram encontradas informações.

mobilidade e as possibilidades de resistência democrática, apostando no recrudescimento progressivo da repressão e na comunidade de informações de que dispunha.

2.6. REPRESSÃO, REFORMAS E EMBATES

Analisar as nuances que permearam os primeiros anos do regime nas universidades é tarefa árdua. A quantidade de revezes, contradições, paradoxos e dicotomias faz, muitas vezes, o historiador trabalhar em areia movediça. Se nos primeiros momentos da ditadura, a *Operação Limpeza* causou um furor na universidade, mais tarde começa a haver subsídios para a organização do movimento estudantil, ao mesmo tempo em que repressão e reforma caminhavam juntos. Em mais um episódio paradoxal (entre tantos) de nossa história, nesse primeiro momento, havia um regime que atuava de maneira autoritária e repressiva, mas mantinha aberta parte das instituições democráticas (com poder de manobra muito limitado, quase alegórico, é verdade). Além disso, havia uma relação ambígua entre reconhecer como legítimas as reivindicações estudantis (ao menos no papel) e criação de mecanismos para coibi-las, o que se agravaria a partir de 1968.

O apoio ao regime variava, nesse primeiro momento, desde a adesão pura e simples, como docentes que já partilhavam de valores conservadores e autoritários, ou que viam no golpe uma possibilidade de ascensão profissional, bem como de indivíduos que se infiltravam nas universidades para delatar o movimento estudantil. Havia também aqueles que se acomodavam e deixavam a inércia trabalhar a seu favor. Com relação a essa categoria, destacou-se também as diretrizes do próprio governo de acomodar diferentes perspectivas no mesmo barco. A reforma universitária é o maior exemplo desse processo que sempre permeou nossa história. Com relação à resistência, pôde-se notar, até aqui, que mesmo na ilegalidade, as entidades de representação estudantil se mostraram um grande problema para a ditadura, organizando comícios, passeatas, atos de contestação das mais diversas formas, mostrando que o rei estava nu, porém, o ardil da classe estudantil tinha seus limites, sobretudo a partir do momento em que a ditadura encontrou maneiras de ampliar ainda mais seu sistema de repressão, mesmo tentando demonstrar um verniz de legalidade em suas ações arbitrárias.

CAPÍTULO 3 - 1968 – O VOO DE ÍCARO E O CANTO DO CISNE

*Não me entrego sem lutar
Tenho ainda coração
Não aprendi a me render:
Que caia o inimigo então.*

(Renato Russo)³⁵³

O ano de 1968 marcou dois extremos para o movimento estudantil: se, por um lado, suas maiores vitórias foram alcançadas na primeira metade do ano, seu maior revés ocorreu no segundo semestre. Portanto, a metáfora do voo de Ícaro representa o que foi esse turbilhão de emoções: quando os jovens chegaram muito perto do sol ao enfrentarem de peito aberto o regime, suas asas de cera derreteram com a imposição do ato institucional mais truculento da ditadura, e, conseqüentemente, o recrudescimento da repressão em uma escala até então inédita. Assim, a utopia era encoberta pela barbárie, portanto, após o cerceamento a qualquer tentativa de reação democrática, poucas opções restavam, das quais três se mostravam mais claras: o exílio, a acomodação temporária ou a luta armada.

Muitas são as razões para a derrocada da resistência estudantil. Dentre elas, pode-se considerar que se esperava um levante popular, que nunca chegou. Além disso, o confronto desigual de forças se mostrou demasiadamente intransponível, o que pode demonstrar um erro de cálculo, pois o movimento se supunha muito mais organizado e robusto do que de fato o era. Não se trata de encobrir o protagonismo dos jovens, que, de fato, conseguiram importantes vitórias, porém havia vários núcleos de comando em diversas regiões do país, mas nem sempre andavam na mesma sintonia. Outra questão a se considerar é a própria musculatura da ditadura, que contava com uma rede imbricada de espionagem, inteligência e a máquina pública que, sobretudo pós 1968, passou a apostar em duas principais frentes: a repressão de modo mais escancarado e a propaganda ufanista, que inculcava um imaginário de desenvolvimento na população. Some-se a isso a censura que passou a imperar a partir de então de forma mais intensa, o que contribuía para o encobrimento das violações de direitos humanos no país. A partir de então, os próprios estudantes, que eram acostumados a detenções rápidas sem maiores problemas, passaram a sentir a virulência do regime, inclusive com condenações inéditas.

³⁵³ LEGIÃO URBANA. **Metal contra as nuvens**. In: Legião Urbana V. [S.l.]: EMI, 1991. 1 disco sonoro (CD). Faixa 3

3.1.A DICOTOMIA ENTRE O REFORMISMO AUTORITÁRIO E A REVOLTA DOS UNIVERSITÁRIOS QUE CONTESTAVAM O REGIME

Quando se fala sobre os desdobramentos inerentes às ações estudantis que sacudiram o mundo em 1968, é importante salientar que inúmeros fatores contribuíram para a ebulição da juventude nas ruas, sendo que junto com pautas em comum, tais como o enfrentamento autoritarismo, o anti-imperialismo, a aversão à Guerra do Vietnã, havia dinâmicas locais próprias, que engrossavam os respectivos movimentos.

No Brasil, a ditadura civil-militar, seu projeto de modernização autoritária e, por conseguinte, a criação de um modelo de instituição que não dialogava com a juventude, além dos acordos MEC-Usaid, eram os principais inimigos a serem combatidos pelos estudantes. Mesmo em polos diametralmente opostos, havia alguns pontos de consonância entre o reformismo e o corpo discente, pois ambos reivindicavam o acolhimento dos alunos excedentes, que passavam no vestibular, mas não conseguiam realizar seu sonho de ingressar na universidade devido ao número de vagas, que não comportava o contingente. Ademais, havia a exigência da extinção do sistema de cátedras, prática que dava poderes quase feudais aos docentes. Por fim, havia também a demanda por investimentos em infraestrutura e pesquisa. Conforme demonstrado no capítulo anterior, parte dessas exigências foi incorporada nas reformas realizadas pelo regime. Assim, já em 1967, Costa e Silva baixou um decreto que orientava as universidades a acolherem os excedentes,³⁵⁴ porém a medida surgiu pouco efeito, uma vez que não havia dinheiro e estrutura para o seu cumprimento³⁵⁵. Uma ideia, no mínimo esdrúxula, chegou a ser cogitada: a incineração das provas do vestibular, conforme relatou o senador Cattete Pinheiro.³⁵⁶ O problema só passou a ser contornado quando o vestibular se unificou e passou a ter características semelhantes às de um concurso, a partir de 1971. Já no ano seguinte, a UFPR passou a fazer o guia dos candidatos, com várias recomendações acerca dos cursos, o que acabou virando uma tradição entre aqueles que prestavam vestibular.

³⁵⁴ BRASIL. Decreto nº 60.516, de 28 de Março de 1967. Aprova convênio sobre candidatos excedentes dos concursos de habilitação dos estabelecimentos de ensino de nível superior. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-60516-28-marco-1967-401557-publicacaooriginal-1-pe.html> Acesso em: 3 abr. 2024.

³⁵⁵ MOTTA, 2014, Op. Cit.

³⁵⁶ Em 1968, MEC passou a priorizar faculdades privadas. **Agência Senado**. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/especiais/arquivo-s/em-1968-mec-passou-a-priorizar-faculdades-privadas> Acesso em: 23 out. 2023.

nos vários guias do candidato analisados para essa tese, não se encontrou muitas informações que valessem menção, exceto pelo fato de os documentos terem uma escrita bastante positivista e econômica. Porém, justamente no curso de História, um tópico chama a atenção. Na descrição do curso, embora seja bastante econômica, é possível ver uma influência dos Annales³⁵⁷: “História é a ciência que tem por objeto o conhecimento da sociedade e do tempo, considerando este na sua multiplicidade (longa, média e curta duração”³⁵⁸. Como era somente para apresentar os cursos para os alunos, não cabe uma problematização acerca da definição adotada no guia. Porém, um pequeno detalhe quase imperceptível a quem lê mais desavisado, chama a atenção ao descrever os requisitos da profissão:

O pretendente a este curso deve possuir:

- aptidão para o magistério;
- vocação para os métodos e técnicas de ensino e de aprendizagem;
- atitudes profissionais no que tange ao exercício do magistério;
- formação científica;
- seriedade profissional;
- sólida formação conceitual;
- espírito de crítica;
- capacidade de discernimento;
- uso adequado de métodos e técnicas;
- **não engajamento**. (grifos meus) ³⁵⁹

A hierarquia de requisitos não é fortuita. Em um primeiro momento parece até contraproducente, para uma universidade que apoiava a ditadura, recomendar a um calouro de História que tivesse espírito crítico. Porém, logo a seguir, vem a capacidade de discernimento, ou seja, não poderia ser uma “crítica pela crítica” e para que não haja dúvidas do que isso queria dizer, o tópico acaba com o “não engajamento”. Não é possível saber quem elaborou o documento, mas é provável que tenha passado pelo crivo da diretora do setor de Ciências Humanas, professora Cecília Westphalen, que, apesar de ser uma historiadora bastante profícua, era uma entusiasta da ditadura, como se verá adiante.

³⁵⁷ Movimento historiográfico francês no início do século XX que revolucionou a forma de se fazer História. Um de seus fundadores, Marc Bloch (1886-1944) escreveu, enquanto estava em um campo de concentração, um livro que é considerado a base do pensamento historiográfico chamado *Apologia da História, ou ofício de historiador*. Nele, discute, dentre outros conceitos, a definição de História, chegando ao conceito de “ciência dos homens no tempo”. BLOCH, Marc. **Apologia da História ou ofício de historiador**. 1ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2001, p. 55.

³⁵⁸ MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA. Universidade Federal do Paraná. Guia do Candidato. Concurso Vestibular Unificado 1976. Acervo pessoal.

³⁵⁹ Idem.

Os próximos movimentos da ditadura carregam uma série de ambiguidades: ao mesmo tempo em que trouxeram novidades há muito aguardadas para as universidades, forma promotores de uma reforma à revelia da classe discente.

3.2. A UNIÃO DO MOVIMENTO ESTUDANTIL DE CONTESTAÇÃO À DITADURA E A QUESTÃO DA COBRANÇA DE ANUIDADES

Além das demandas estudantis, 1968 foi um ano atípico devido a uma sucessão de eventos em várias partes do mundo, em um terreno fértil para uma geração ávida por mudanças. Em Paris, por exemplo, as lutas universitárias ocorriam em um contexto marcado pela oposição à guerra do Vietnã, que mobilizava grande parte da juventude. Também havia eventos mais localizados, como o movimento por direitos civis da população negra nos Estados Unidos, a luta armada na América Latina e na África, além da Revolução Cultural na China e movimentos locais na África e na Ásia contra o colonialismo. Ou seja, embora fossem muitas vezes movimentos distintos, faziam parte de uma cadeia global de acontecimentos.³⁶⁰ No Brasil, a morte do estudante Edson Luís virou emblema da luta contra a ditadura. Aquele corpo, atingido à luz do dia, trazia uma simbologia poderosa e, ao mesmo tempo, desoladora. Os estudantes do Rio de Janeiro carregaram-no e entraram à força no prédio da Assembleia Legislativa do estado.³⁶¹

Já mais especificamente na UFPR, as ações de contestação à ditadura tomaram maior corpo a partir de 1967, quando a UPE passa a ser presidida por Stênio Salles Jacob, ligado à esquerda, concomitantemente com a liderança de Jurandir Garçonni no DCE. A partir de então, ambas as entidades organizaram reuniões, distribuíram panfletos em escolas, com instruções para os alunos, cujas pautas eram a defesa do que chamavam de universidade crítica (em oposição ao modelo tecnicista sob influência dos Estados Unidos), bem como a luta contra o autoritarismo do regime. Assim, é importante salientar que as lutas estudantis já eram intensas nos anos anteriores, porém, a mudança se deu a partir dessa centralização em torno da UPE, cujas demandas anteriormente ficavam dispersas nos vários centros acadêmicos.³⁶²

³⁶⁰ THIOLENT, M. Maio de 1968 em Paris: testemunho de um estudante. **Tempo Social**, São Paulo, v. 10, 1998.

³⁶¹ MARTINS FILHO, Op. Cit. P. 11-12.

³⁶² CAMPOS, Névio de; SOUZA, Eliezer Felix de. Maio de 1968 na Universidade Federal do Paraná (UFPR). *Projeto História*, São Paulo, v. 63, pp. 205-239, Set.-Dez., 2018.

Quando as entidades passam a agir em sintonia, o movimento passa a ganhar mais fôlego. Nesse sentido, uma tática de conscientização de seus pares era a distribuição de textos e cartazes atacando as medidas da ditadura. Um exemplo de análise em tom bem-humorado se encontra na pasta DCE/Federal, da DOPS. Ali, há um documento em que há uma crítica ácida à reforma universitária:

A primeira característica desta ‘solução’ do Grupo de Trabalho do MEC é a elitização da Universidade como privilégio para uma minúscula minoria, os donos do ‘tutu’.

A UNIVERSIDADE QUADRADA

Tecnicismo é a segunda característica da ‘solução’. As empresas nas mãos do capital estrangeiro necessitam de um tipo de profissional que tenha como tarefa adaptar a tecnologia importada às condições brasileiras. ‘Eles não querem uma universidade dedicada à pesquisa, pois os laboratórios e equipamentos para pesquisa não dão lucro e levam muito tempo para colher resultados. Além disso, tudo já foi descoberto nos ‘states’ (sic). A terceira característica da solução é a divisão dos custos. Até recentemente o governo financiava quase 90% do ensino superior, desde as escolas federais, estaduais, municipais, até escolas católicas e particulares, através de verbas e doações. Hoje, o objetivo é dividir os custos do ensino entre o governo, estudantes e empresas. Dessa forma, tanto por causa da política de contenção geral das despesas (arrocho salarial, etc. etc..) e investimentos apenas em setores prioritários, como por causa das necessidades que os donos do ‘tutu’ têm de reformular a universidade, as verbas do ensino são cortadas. O corte das verbas é o primeiro passo para impor a ‘solução’. O segundo passo é cortar as vagas, dizendo que ‘não há verbas’. O terceiro passo é implantar as anuidades. O quarto passo é transformar as universidades em Fundações Privadas. É ou não é Magnífico? (ele vai dizer que não.). (Grifos no original).³⁶³

As lideranças estudantis atreladas ao DCE em 1968 se mostravam a par da reforma universitária, sempre criticando a proximidade estratégica do governo com os Estados Unidos. Além de contestarem o modelo “quadrado” implementado pela reforma, enfatizavam o corte de verbas, que seria a desculpa para criação das anuidades e, posteriormente, a transformação das entidades em fundações privadas. Interessante notar o tom ácido do documento, terminando ainda com o trocadilho “é ou não é Magnífico?”, fazendo chacota com o pronome de tratamento do reitor, que naquele momento era o inimigo número um dos estudantes, Flávio Suplicy de Lacerda.

Sobre o corte de verbas, houve reuniões do Conselho Universitário (COUN) no ano de 1967 em que se tratou do assunto. Em uma ata do conselho, cuja reunião foi realizada no dia 21 de setembro daquele ano, presidida por Suplicy de Lacerda,

³⁶³ DEAP/DOPS. DCE – Federal. Dossiê 748, Caixa 84.

comunicou-se que este havia enviado um radiograma ao ministro do Planejamento, “a fim de se evitar dispensa de pessoal, com as mais sérias consequências para a universidade”.³⁶⁴ A seguir, o reitor leu o telegrama de resposta do ministro, que informou a impossibilidade de se fazer “emendas” no orçamento, mas que estudaria o caso com atenção. O tom amigável da tratativa com o governo segue com o relato dos “propósitos da universidade de colaborar para a solução das dificuldades financeiras do governo e, ao mesmo tempo, [o reitor] pediu instruções de como proceder para que o colapso não aconteça”.³⁶⁵ Ainda nessa reunião, discutiu-se a implementação das anuidades na universidade. O professor Brasil Pinheiro Machado tomou a palavra e defendeu a medida, justificando-a com o argumento de que “o ensino estava se tornando caro demais para o governo”.³⁶⁶ Logo em seguida, na ata, há a informação de que “retirou-se nesta altura das discussões, o conselheiro Mauro Holzmann”. O conselheiro representante dos estudantes, Antônio Carlos Nunes da Silva, questionou sobre a possibilidade de cobranças em outras instituições, ao que o reitor respondeu que “o ensino gratuito para todos, indistintamente, era uma injustiça social, contra a qual deveriam protestar os próprios estudantes”.³⁶⁷ Argumentou ainda que o orçamento estava cada vez menor, o que demandava uma solução para não haver a piora dos cursos. Por fim, “esclareceu”³⁶⁸ ainda que a medida seria um benefício para os próprios estudantes.

Então o presidente do DCE, Carlos Marés Filho pediu a palavra, informando que representava os estudantes, e que por isso, ele e seu colega votavam contra a medida. Na sequência, o conselheiro Ralph Jorge Leitner apresentou dados de cobrança de anuidades em outros estabelecimentos, argumentando que a quantia de NCr\$300,00 (trezentos cruzeiros novos) não era excessiva; ademais, o valor seria revertido em forma de cobrança para “estudantes pobres”. O conselheiro Ulisses Campos foi além, dizendo que o aspecto da pobreza era muito subjetivo, e “em vista da cobrança já estar instituída por lei, achava justo um salário-mínimo”³⁶⁹. Após encerradas as discussões, com os dois votos contrários dos representantes discentes, o reitor definiu que seria criada uma comissão que investigaria a quantia a ser cobrada pelas anuidades. Na próxima reunião, ocorrida no dia 31 de outubro de 1967, foi lida e aprovada a ata da reunião anterior, com a retificação do

³⁶⁴ UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ. Ata da reunião do Conselho Universitário (COUN). 21/11/1967. Unidade de Arquivo e Atividades Auxiliares – UARQ.

³⁶⁵ Idem.

³⁶⁶ Ibid.

³⁶⁷ Ibid.

³⁶⁸ A expressão “esclareceu” aparece na ata.

³⁶⁹ Ata do COUN, Op, Cit.

conselheiro Ulisses Campos sobre sua posição, quando “se discutiu as propostas de NCr\$300,00 e para a cobrança de um salário-mínimo de anuidades escolares foi de que, entre as duas propostas, optava pela de 1 (um) salário mínimo,³⁷⁰ e não simplesmente de que era favorável à cobrança daquela importância, como constou.”³⁷¹ Nessa reunião, Carlos Marés Filho já aparece na condição de ex-presidente do DCE. Durante as discussões, foi apresentado o corte de verbas de custeio por parte do Governo Federal, que de acordo com o dado exibido, chegava a 58%.³⁷² Nesse mesmo evento, foi apresentado o resultado das eleições, devidamente ratificado por Carlos Marés Filho, e em seguida foram introduzidos na sala o novo presidente do DCE, Jurandir Garçoni e Berto Luis Curvo,³⁷³ que seria representante discente.

No início da reunião, o conselheiro Alceu Ribeiro de Macedo pediu desculpas pela ausência no evento anterior. Mais adiante, pediu a palavra, mostrando sua indignação não só com a cobrança de anuidades, mas também protestando contra uma matéria vinculada em um jornal (não especificado) na cidade, segundo o qual ele haveria se mostrado favorável à polêmica medida, e que, “sendo seu pensamento contrário à cobrança, endereçou carta àquele jornal expondo seu ponto de vista contrário, e dizendo que se estivesse presente, vetaria”. Aqui, é importante destacar a voz dissonante do professor do setor de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade, indo na contramão de outros que até mesmo se utilizaram de artimanhas retóricas para a aprovação desta medida.

A reunião seguiu com as discussões acerca do valor a ser cobrado das anuidades. O conselheiro Ulisses, então, com o processo em mãos, fala dos telegramas anexos a este, que informavam as quantias cobradas em outros estabelecimentos (não especificados), apresentando voto favorável de que a cobrança fosse igual à do maior valor apresentado, sendo uma taxa de NCr\$ 40,00 (Quarenta cruzeiros novos).³⁷⁴ Na sequência, o conselheiro Ralph Jorge Leitner propõe então que o valor arrecadado seja convertido em bolsas “apenas para os estudantes pertencentes ao grupo dos que pagam essas anuidades”.³⁷⁵ Parte da escrita da ata está confusa, pois pensar que os valores pagos

³⁷⁰ O valor do salário-mínimo em 1967 era de NCr\$ 101,25 por mês. Fonte: <https://portal.trt3.jus.br/internet/servicos/valores/salario-minimo>. Acesso em: 11 mar. 2024.

³⁷¹ UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ. Ata da reunião do Conselho Universitário (COUN). 31/10/1967. Unidade de Arquivo e Atividades Auxiliares – UARQ

³⁷² Idem.

³⁷³ Berto Luis Curvo teve intensa participação no movimento estudantil, sendo um dos presos nos eventos da Chácara do Alemão. Mais tarde foi um dos fundadores do PT no Mato Grosso do Sul. Fonte: <https://www.progresso.com.br/noticias/morre-o-advogado-berto-luiz-curvo-que-ajudou-fundar-op/136423/>. Acesso em: 11 mar. 2024.

³⁷⁴ Não está especificado na ata se esta quantia seria anual ou mensal.

³⁷⁵ Ata do COUN, 31/10/1967, Op.Cit.

seriam revertidos em bolsas para esse mesmo público parece carecer de sentido. Mais docentes votaram a favor desse valor como parâmetro mínimo, como o conselheiro José Nicolau dos Santos. Em uma fala um pouco ambígua, o conselheiro Ary Florêncio Guimarães disse que se estivesse na reunião passada teria votado contra a cobrança, porém como a medida já estava aprovada, votaria pelo valor mínimo. Em mais um trecho confuso do documento, concluindo os votos, “de acordo com o parecer da comissão especial, autorizar a cobrança de anuidades escolares na importância NCr\$100,00 (cem cruzeiros novos) para alunos matriculados no ano seguinte, ficando isentos os alunos já matriculados até o final do curso”.³⁷⁶ De maneira surpreendente, os representantes do DCE e da comunidade discente, Jurandir Garçoni e Berto Luiz Curvo se abstiveram na votação. Apesar de terem acabado de assumir seus respectivos mandatos, é pouco provável que não estivessem à par da questão discutida, uma vez que o tema era bastante famoso no meio estudantil e esses eram figuras bastante conhecidas na militância.

Contando com o apoio de parte da mídia, a ditadura muitas vezes conseguia passar a imagem de que estudantes que protestavam de maneira mais vigorosa eram subversivos. Em uma matéria do *Jornal Brasil*, vinculada no dia 11 de agosto de 1967, justamente na esteira do movimento grevista dos estudantes de Medicina - citados no capítulo anterior e no contexto da reforma - a notícia de um ato de vandalismo na universidade ganhou tons de humorismo involuntário em seu título:

Reitoria da Universidade do Paraná é depredada por cabeludos de calça justa

Curitiba (correspondente) – Duas vidraças da Reitoria da Universidade Federal do Paraná – uma no auditório e outra no andar térreo do prédio central – foram depredadas ontem pela madrugada, por quatro rapazes de identidade ainda desconhecida, mas que, segundo um guarda civil que testemunhou o fato, ‘eram cabeludos, usavam calças justas e camisas vermelhas berrantes’. A manifestação foi considerada ‘tipicamente subversiva’ pelo reitor Flávio Suplici (sic) de Lacerda, que no fim da tarde divulgou uma nota oficial, e logo em seguida determinou vigilância permanente no prédio, enquanto o DOPS, que iniciava as investigações, anunciava que já sabia os nomes dos autores do ato, embora não pudesse divulgá-los.

ATO TERRORISTA

Apenas um guarda civil presenciou a depredação, e disse ao reitor que estava nas proximidades da faculdade de filosofia quando ouviu um ‘um grande barulho perto do auditório’. Correu para o local, e constatou que uma de suas vidraças tinha sido atingida por uma pedra, que além de quebrá-la partira pelo meio um vaso existente atrás dela. No mesmo instante, escutou outro barulho, no lado oposto e também correu para lá, mas quando chegou viu apenas ‘quatro cabeludos correndo’. As depredações ocorreram por volta de 1 hora da

³⁷⁶ Idem.

madrugada de ontem, tendo chegado ao local agentes do departamento de Polícia Federal e do DOPS, iniciando imediatamente as investigações. À tarde, o DOPS anunciou que já conhecia os autores do ‘ato terrorista’, mas que só iria divulgar seus nomes mais tarde, ‘por motivos de segurança e por ordem do delegado’. O Professor Flávio Suplici de Lacerda, que chegou à Reitoria à 9 horas, ficou ‘bastante chocado’ ao verificar as consequências das depredações e declarou, visivelmente irritado, que ‘isso só pode ser coisa de comunista’.

GREVE

Além dos acadêmicos de Odontologia, que completaram 24 horas de movimento paredista, entraram ontem em greve geral, por tempo indeterminado, os alunos das faculdades de Direito, Ciências Econômicas, Agronomia e Veterinária, todas da Universidade Federal do Paraná, em defesa da ‘autonomia das escolas, ameaçada pela Reforma Universitária’. Todas as greves foram iniciadas às 8 horas, e os estudantes, de um modo geral, afirmaram que não protestam ‘de forma indiscriminada contra o projeto da Reforma universitária, mas contra a possibilidade de perdermos nossa autonomia e de nossas escolas serem transformadas em simples departamentos’. Diante da reação, tanto de professores quanto de estudantes, o Conselho Universitário resolveu enviar cópias das conclusões da Comissão da Reforma Universitária a todas as congregações das unidades de ensino, a fim de que o trabalho seja debatido entre professor e representantes de alunos. Os debates irão até o próximo dia 15.³⁷⁷

O título, apesar de hilário, traz alguns preconceitos e estereótipos. O “cabeludo de calça justa”, representava uma juventude transgressora, que não aceitava as regras impostas. Também no início da matéria há um destaque para as “camisas vermelhas berrantes”, procurando associá-los a movimentos de esquerda. Chama a atenção algumas táticas utilizadas pelos estudantes. O horário da madrugada está de acordo com as diretrizes para protestos desse tipo e pixações. Ademais, a tática de quebrar dois vidros simultaneamente, em lados opostos, parece ser um ardil para despistar as forças de segurança. O reitor, por sua vez, não perderia a chance de associar os transgressores da oposição à esquerda – “isso só pode ser coisa de comunista”. Obviamente, o jornal classifica o ato como terrorista, seguindo o vocabulário da ditadura, sempre capitalizando o ocorrido. Por fim, é importante analisar as reivindicações dos estudantes. Nesse sentido, chama a atenção para a reclamação quanto à departamentalização, que vinha justamente em detrimento da extinção do sistema de cátedras. Curiosamente, o aspecto do ensino pago não foi abordado. Bem ou mal, as greves serviram para que se propusesse (ao menos na retórica) uma discussão com a comunidade discente sobre a famigerada reforma, tendo sido prometida a distribuição de cópias das conclusões da Comissão da Reforma Universitária. Conforme pode ser visto anteriormente, de fato, no mês de outubro houve

³⁷⁷ Reitoria da Universidade do Paraná é depredada por cabeludos de calça justa. **Jornal do Brasil**. Disponível em: https://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=030015_08&pagfis=103298. Acesso em: 14 mar. 2024.

a reunião do COUN com a presença dos representantes estudantis, o que não foi suficiente para que suas vozes fossem ouvidas.

3.3.O DRAMA DOS EXCEDENTES E OS DIFERENTES PERFIS DE ESTUDANTES

A análise dos desdobramentos de 1968 precisa passar por uma das maiores demandas dos estudantes até então: o caso daqueles que prestavam exame de vestibular, conseguiam a aprovação mediante seu desempenho, porém não conseguiam adentrar a universidade devido à falta de vagas. Dessa forma, durante o ano de 1967, as reivindicações estudantis a respeito dessa problemática tomaram os *campi* da UFPR. Na pasta da DOPS intitulada “movimentos estudantis”, há vários recortes de jornais e informes sobre as movimentações nesse ano.³⁷⁸ Uma das reportagens, do jornal *O Estado do Paraná*, datada de 24 de janeiro de 1967, discorre sobre uma conferência estudantil que se deu no cursinho Bardhall, a fim de que se discutisse a situação dos excedentes no curso de Medicina. Na matéria vinculada, o diretor do cursinho, Dascombe Bardhall, negava que houvesse encabeçado o movimento; apenas cederia uma sala para a reunião, porém demonstrava sua simpatia pelo movimento, pois segundo ele, “o Brasil precisa de mais médicos”.³⁷⁹

A situação causou uma controvérsia, pois o coordenador do vestibular de medicina da UFPR, professor Reginaldo Werneck Lopes, informou ao jornal que “lamentava profundamente que um cursinho como o Bardhall se preste para reuniões como essa, numa atitude que parece ser de justificação aos pais, cujos filhos não foram aprovados”.³⁸⁰ No dia seguinte, os estudantes protestaram em volta do prédio da faculdade de Medicina da UFPR. Além de realizarem a manifestação na universidade, espalharam cartazes e panfletos pela cidade, enviando também, telegramas ao ministro Moniz de Aragão e ao presidente Castello Branco, solicitando que fossem ampliadas as matrículas e acolhidos os excedentes. Em uma atitude coordenada, também visitaram a Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, levando a reivindicação até os deputados. Aqui, é importante salientar que outra demanda estudantil era a lista de classificação, pois os excedentes não

³⁷⁸ DEAP/DOPS. **Movimentos estudantis**. Dossiê 1302, caixa 152.

³⁷⁹ Idem.

³⁸⁰ Ibid.

sabiam em que posição estavam. Assim, o jornal *Diário do Paraná* trouxe a seguinte manchete no dia 24 de janeiro de 1967:

Solução para excedente virá no Dia da Mentira

O impasse entre os vestibulandos de Medicina e a Direção da Faculdade sobre a relação dos não classificados pelo computador eletrônico, chega ao seu final do dia 1º de abril próximo. Segundo a comissão organizadora das provas, será fornecida uma relação de classificação de todos os que prestaram o exame sem o número de pontos obtido, pois não há condições de determinação, uma vez que a classificação dos 163 primeiros colocados – a idêntico número de vagas – foi condicionada à variação do próprio computador, que corrigiu as provas desse tipo de teste. A lista será fornecida 30 dias após o encerramento das matrículas e a resposta feita a uma comissão de excedentes que verbalmente apresentou o pedido à direção da faculdade, ponderando que mediante a classificação dos que não lograram uma das 163 vagas, possibilitaria matrícula em qualquer outra Faculdade brasileira, segundo declarações do ministro Moniz de Aragão.

Pessimismo

Ao vestibular da Faculdade de Medicina da UFP participaram 1768 candidatos, dos quais os excedentes ao número de vagas, realizaram movimento, pleiteando a lista de classificação para uma possível matrícula em outros estados. Após um encontro de todos os excedentes, decidiu-se pela formação de uma ‘frente de combate’ junto à direção da Escola, que não forneceu o resultado no dia de ontem. Antes da resposta positiva da comissão de vestibular de liberar a lista de classificação, grande maioria dos estudantes demonstrava pessimismo quanto ao resultado da gestão junto à Faculdade e de uma posterior matrícula em outras faculdades, comentando-se inclusive, que não seria possível a lista de excedentes, uma vez que após a classificação dos 163 colocados foi destruída a fita de correção do computador eletrônico.³⁸¹

A despeito do título, mais uma vez munido de uma frase cômica e sagaz, a matéria traz um assunto que era bastante debatido e era um drama entre a classe estudantil. O drama daqueles que passavam no vestibular, mas não conseguiam a tão sonhada vaga, persistia. Mesmo com a liberação da classificação dos “excedentes” o problema da falta de vagas não era resolvido, o que suscitava protestos e debates acerca de como revolvê-lo de maneira efetiva. Destarte, é possível observar que os cursinhos pré-vestibular surgiram na cidade como uma resposta à demanda por vagas na universidade, pois não bastava a aprovação, era necessário figurar entre os mais bem classificados para poder adentrar a universidade.³⁸² Some-se a isso o fato de que à época, Curitiba contava com a UFPR, a Católica (atual PUCPR) e poucas faculdades isoladas. Ademais, outro entrave para o ingresso no ensino superior era a quantidade de candidatos de várias partes do país

³⁸¹ Ibid.

³⁸² HAGEMEYER, Rafael Rosa. 1968: ano da derrubada do ensino pago no Paraná. In: MARTINS FILHO, João Roberto (org). 1968 faz 30 anos. Campinas: Mercado das Letras, 1998, p.98.

que tentavam a sorte por aqui. Nesse sentido, Rafael Rosa Hagemeyer argumenta que um atrativo da cidade de Curitiba era a sua estrutura voltada para os estudantes, uma vez que “a boa quantidade de pensões, moradias estudantis e restaurantes universitários proporcionava ao estudante um curso de vida relativamente baixo”.³⁸³ Esse amálgama de universitários de distintas partes é um elemento vital para entender a forma com que a mídia apresentava diferentes perspectivas a depender do perfil de estudante analisado. Portanto, Hagemeyer pondera que havia uma representação para o “estudante-retirante”, geralmente munido de poucos recursos e que morava em pensões ou entidades filantrópicas como a Casa do Estudante Universitário (CEU). Dessa forma, a capital paranaense era famosa pelo assistencialismo estudantil. Assim, a UPE era conhecida desde a década de 1950 por sua tradição de apoio às demandas estudantis, bem como por atuações mais diretas, tais como a criação da CEU – em parceria com o Estado. Assim, à época da inauguração da casa, o presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira esteve presente, denominando-a como “a maior casa de estudantes da América Latina”.³⁸⁴

Havia, portanto, no imaginário de parte da mídia e da população que residia na capital, uma imagem de contraste entre os dois tipos de estudante: esse “estudante-retirante”, que era taxado de “comunista subversivo”, instalado em pensões e casas de assistência estudantil, que representava uma ameaça à rotina de um povo tão trabalhador e ordeiro. Já o outro lado da moeda seria o “estudante paranaense”, arauto da moral e dos bons costumes, pegado à ordem e cumpridor das leis.³⁸⁵ A tradição do imaginário paranaense que o coloca como um povo sereno, apegado às leis e regras é antiga, remontando aos tempos de emancipação do estado, em um claro processo de acomodação política das elites locais. Outro ponto a ser destacado é a Revolução Federalista, quando a cidade da Lapa serviu como barreira de contenção aos Maragatos para que o marechal Floriano enviasse suas tropas e “restaurasse a ordem”. Assim, não é de surpreender que essa região fosse vista apenas pelo prisma das elites.

Uma descrição romanceada desse estudante que tentava a vida na capital paranaense estava no último boletim do DCE-Federal, que trazia a seguinte descrição:

OS PROBLEMAS DE JOSÉ

José de Tal é um vestibulando de Ciências Econômicas na Universidade Federal do Paraná. Nasceu, fez primário, ginásio e científico numa cidadezinha

³⁸³ Idem.

³⁸⁴ Idem.

³⁸⁵ Ibid.

do interior de São Paulo. Decidiu cursar Ciências Econômicas, mas não em São Paulo, onde não teria condições de sobreviver. Em Curitiba – ele pensou – poderia estudar por menos dinheiro. Além disso, ouviu falar que já havia aqui um bom núcleo de estudantes, uma Casa do Estudante Universitário, vários restaurantes, e uma faculdade de C.E. com um nível mais ou menos bom, ou seja, normal.

- Fala José.

- pois não. A gente não vê que o vestibular é para eliminar os vestibulandos mesmo. Por exemplo, este vestibular de Medicina da Universidade Federal. Eu nunca vi uma prévia de vestibular com 4 (quatro) exames. Quanto aos vestibulares em geral, sem falar de Engenharia e Direito, que ficaram ainda mais apertados desde que o Reitor cortou mais vagas, não vejo o porquê dos exames de línguas estrangeiras. Não há dúvida de que é útil o cara falar línguas estrangeiras, mas isso 'um problema de cada um em particular. Além disso, esse negócio de o sujeito fazer exame de espanhol, por exemplo, e depois ter de estudar inglês o curso inteiro, cheira mal...

José chegou a Curitiba na metade de 1968. Veio se preparar, estudar, ficar afiado pro vestibula. Entrou num cursinho. Sua opinião, hoje, sobre essas espeluncas:

- Cursinhos não são grande coisa não. A única vantagem que tem em estudar num cursinho é que você se aplica mais ao estudo e recebe uma orientaçãozinha. [...] No fundo, existem cursinhos porque o científico é fraco, precário, e o vestibular é difícil. Tão difícil, aliás, que tá fácil de entender que eles não querem saber se você tem capacidade para entrar numa faculdade. Eles querem é pôr você para fora da jogada. Eles querem é estimular a concorrência entre os estudantes, dividir os estudantes. [...]

- Não conheço nenhum filho de operário que já tenha entrado para alguma Faculdade. Se existir, tem muito pouco. Até pra requerer bolsa-de-estudo (sic) o indivíduo tem de arrancar tutu do bolso. E de bolso furado?

José termina de almoçar. Pega a bandeja, se manda, sem olhar para os lados. Um vestibulando nunca olha para os lados. Não dá tempo.³⁸⁶

O personagem fictício representa os dilemas daqueles que vinham de outros locais para tentar uma vaga na UFPR. Durante seu discurso, “José de Tal” critica os cursinhos pré-vestibular, que eram vistos pela comunidade discente, de maneira geral, como uma máquina de ganhar dinheiro. Ademais, a crítica à política excludente da universidade era algo bastante comum entre os jovens. Sobre os cursos de Direito e Engenharia, esses seriam os primeiros a terem implementada a cobrança de anuidades, pois, conforme já analisado nas atas do COUN, os cortes na educação vinham sendo cada vez mais substanciais, por isso mesmo a busca do governo ditatorial em trazer a iniciativa privada para fazer alguns aportes financeiros.

³⁸⁶ DEAP/DOPS. DCE – Federal. Dossiê 748, Caixa 84.

3.4. O LEITE DERRAMADO: A REVOLTA ESTUDANTIL DE 1968

Dadas as condições para que os estudantes pressionassem cada vez mais o regime, a ebulição era somente uma questão de tempo. As políticas unilaterais do regime, a falta de diálogo, bem como a falta de perspectivas de melhoras quanto a suas demandas traziam elementos de enfrentamento, cujas posições antagônicas se mostravam cada vez mais irreconciliáveis. Dessa forma, de maneira precursora, antes mesmo do famoso Maio de 68 parisiense, estudantes brasileiros saíram às ruas para protestar de forma mais efetiva. Já no mês de março, durante uma manifestação no Rio de Janeiro, o assassinato do estudante Edson Luís³⁸⁷ trouxe um tom ainda maior de dramaticidade para o movimento: aquele cadáver, exposto à luz do dia, representava a retirada do véu da violência policial contra estudantes. Conforme explicita Marcos Napolitano, “a história do menino que veio do Pará para estudar no Rio de Janeiro mexeu até com empedernidos conservadores e anticomunistas”.³⁸⁸ Seu enterro causou uma comoção de proporções inéditas, com mais de 60 mil pessoas comparecendo ao evento. A vítima do restaurante Calabouço era uma espécie de anti-herói. Veio ao Rio de Janeiro com o sonho de uma oportunidade de vida melhor, “pedia alimentos e levou um tiro”.³⁸⁹ Potencializado pelo fatídico assassinato, o movimento estudantil de contestação à ditadura ganhou força, e a missa de sétimo dia do estudante se transformou em uma batalha campal entre os jovens e a repressão.³⁹⁰

Em Curitiba, os protestos e passeatas dão lugar a ações mais concretas. Assim, a fim de trazer à tona o protagonismo discente sobre os desdobramentos da revolta estudantil de 1968, além das fontes documentais, há um rico material gravado em vídeo, com narrativas de indivíduos que participaram ativamente das ações do fatídico ano. Esses personagens trazem histórias interessantes que precisam ser contadas aqui, passando logicamente pelo escrutínio do trabalho historiográfico. Embora desde os séculos passados questione a validade das fontes orais, conforme já discutido no primeiro capítulo, a análise criteriosa deve ser feita como nas demais fontes. Com relação a essas

³⁸⁷ Em um protesto no Rio de Janeiro, contra o aumento do valor das refeições do restaurante universitário Calabouço, o choque entre polícia e estudantes resultou na morte do estudante Edson Luís. Para mais informações, ver: VALLE, Maria Ribeiro do. **1968: o diálogo é a violência** – movimento estudantil e ditadura militar no Brasil. Campinas: Editora da Unicamp, 2008.

³⁸⁸ NAPOLITANO, Marcos. **História do Regime Militar Brasileiro**. 1ª ed., 9ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2021, p.89.

³⁸⁹ HAGEMEYER, 1998, Op. Cit, p. 109.

³⁹⁰ NAPOLITANO, Op. Cit, p.89

considerações, vale reproduzir as ponderações de Alessandro Portelli de forma mais detalhada:

Do ponto de vista dos historiadores tradicionais, metodologicamente mais conservadores, a objeção mais importante à história oral dizia respeito à sua confiabilidade: não podemos nos fiar em narrativas orais porque a memória e a subjetividade tendem a “distorcer os fatos”.

Em primeiro lugar, nem sempre este é o caso. Ademais, como podemos nos assegurar de que distorções igualmente sérias não são encontradas em fontes documentais mais estabelecidas? Portanto, assim como ocorre com todas as outras fontes, a tarefa do historiador reside em fazer o cruzamento das informações, checando cada narrativa contra outras narrativas e outros tipos de fonte. Em segundo lugar, e mais importante, os trabalhos de história oral mais avançados criticamente e mais conscientes metodologicamente reorientam esta questão: o que faz com que estas fontes orais sejam importantes e fascinantes é precisamente o ato de que elas não recordam passivamente os fatos, mas elaboram a partir de dados e criam significado através do trabalho da memória e do filtro da linguagem. [...] Quando trabalhamos com fontes orais, devemos então traçar um caminho complexo cobrindo três níveis distintos, mas interconectados: um fato do passado (o evento histórico), um fato do presente (a narrativa que ouvimos) e uma relação fluida, duradoura (a interação entre estes dois fatos). [...] A história oral, então, é a história dos eventos, a história da memória e a história da interpretação dos eventos através da memória. A memória, na verdade, não é um mero depósito de informações, mas um processo contínuo de elaborações e reconstrução de significado.³⁹¹

A configuração do quebra-cabeças da memória é essencial tanto para dar voz àqueles que viveram os acontecimentos, quanto para preencher algumas lacunas do período, pois muitas fontes foram destruídas. Para tanto, foram escolhidos seis estudantes do período, cujo critério se deu pelo envolvimento direto desses nos acontecimentos, bem como a disponibilidade de fontes orais.

Vitório Sorotiuk, já apresentado no capítulo anterior, participou ativamente dos eventos de 1968, tendo ido mais tarde para o exílio e presenciado o golpe de 1973 no Chile. Judite Maria Barboza Trindade era aluna do curso de História da UFPR e junto com sua amiga, Elizabeth Franco Fortes, enfrentou o regime e participou do comício na “Chácara do Alemão”, o que lhe custou a prisão. Destino semelhante teve José Antônio Trindade, então companheiro de Judite e integrante da direção do Diretório Acadêmico Rocha Pombo, conhecido por sua contundente luta contra o regime e a favor das causas estudantis. Outro estudante que participou das ações junto com os demais foi Antônio Bonifácio Cabral Júnior, aluno de Jornalismo da Universidade Católica (atual PUCPR) e presidente do Diretório Acadêmico do referido curso. Outra voz importante nesses eventos foi a de Stênio Salles Jacob, presidente da UPE e um dos líderes dos movimentos desse ano. Conforme se verá ao longo do capítulo, esses estudantes participaram da

³⁹¹ PORTELLI, Alessandro. **História oral como arte de escuta**. São Paulo: Letra e Voz, 2016, p. 17-18.

efervescência de 1968 em diversas ocasiões, cujos protestos foram amordaçados após o fatídico evento na Chácara do Alemão.

Quando se fala sobre a(s) revolta(s) desse ano, é importante entender algumas questões acerca desses fenômenos. Dessa forma, o pensador italiano Furio Jesi faz uma reflexão acerca da acepção dessa palavra que, embora tenha sido elaborada em um contexto diferente – o movimento espartaquista alemão – traz contornos bastante nítidos para essa discussão, pois diferente de tentativas de movimentos revolucionários, o movimento estudantil de contestação à ditadura protagonizou ações pontuais em que não havia algo planejado de forma sistemática, portanto, era algo muito mais orgânico e, muitas vezes, improvisado, assim, conforme as ponderações de Jesi:

O que mais distingue a revolta da revolução é **uma diversa experiência do tempo**. Se, com base no significado corrente das duas palavras, a revolta é um repentino foco insurrecional que pode ser inserido dentro de um desenho estratégico, mas que por si só não implica uma estratégia de longo prazo, e a revolução é, por sua vez, um complexo estratégico de movimentos insurrecionais coordenados e orientados relativamente a longo prazo em direção a objetivos finais, **seria possível dizer que a revolta suspende o tempo histórico e instaura repentinamente um tempo em que tudo isso que se realiza vale por si só, independentemente de suas consequências e de suas relações com o complexo de transitoriedade ou de perenidade no qual consiste a história.**³⁹²

De fato, o que se vê nesses movimentos de 1968 não são ações coordenadas metodicamente, mas majoritariamente espontâneas, em que, embora haja uma ou mais causas a serem defendidas, se dão, muitas vezes, sem planejamento nem objetivos claros e definidos, o que não diminui o mérito das ações. Além disso, como se verá mais adiante, nas narrativas dos estudantes desse período, percebe-se que ao recordarem suas ações, o tempo histórico é suspenso, trazendo um tempo “em que tudo isso que se realiza vale por si só”, independente das consequências posteriores.

3.4.1. As tensões em torno do vestibular de 1968

À medida em que se aproximava o vestibular de 1968, os ânimos começavam a ficar mais exaltados. Após os desdobramentos das reuniões do COUN, era perceptível que o ensino pago seria uma realidade em breve. A partir de então, estudantes começam a articular ações estratégicas para barrar essa medida. Assim, as lideranças da UPE

³⁹² JESI, Furio. **Spartakus**: simbologia da revolta. (Tradução de Vinícius Nicastro Honesko). São Paulo: N-1 Edições: 2018, p. 63 (grifos meus).

passaram a mirar no público que faria parte dos calouros da universidade no ano seguinte, por meio de palestras nos cursinhos pré-vestibular na cidade, conforme relata Stênio Salles Jacob:

No final de 67 a Universidade introduziu o ensino pago na Universidade Federal do Paraná. E veja que esta medida atingia apenas os calouros. Não haveria anuidade para os veteranos, somente para os calouros. Uma medida que eu diria, até inteligente por parte da Reitoria, porque quem conseguia chegar à universidade, vinha de uma luta muito difícil, porque era uma competição muito grande, eram poucos que tinham condições de frequentar uma universidade... e o calouro, evidentemente que acabaria aceitando essa... essa cobrança de anuidade. Nós, já no final de 67 iniciamos um trabalho nos cursinhos [pré] vestibulares, esclarecendo os vestibulandos quanto ao que seria essa medida de cobrança de anuidade somente para os calouros. E o que aconteceu? Já no início de 1968,[...] nós convencemos os calouros, praticamente 100% deles, a requer o pedido de isenção do pagamento de anuidade. Nós montamos uma bancada, na frente da secretaria de cada faculdade, chegava lá o calouro, a gente explicava, ele já assinava o requerimento e acabava solicitando a isenção e não pagando a anuidade. Mas não pensem que isso era 100%... havia alguns reacionários que diziam: “não, eu quero pagar, eu vou pagar”. Mas... faz parte do processo.³⁹³

Sobre esses alunos que faziam questão de pagar, algumas indagações podem ser feitas. Seriam pessoas que aderiam aos princípios do regime? Ou talvez tivessem medo de contrariar um preceito institucional, uma vez que, conforme o próprio Stênio pondera, os alunos vinham de uma realidade difícil, que era o próprio vestibular, com vagas insuficientes? O mais provável é que haja explicações diversas para diferentes casos, e analisar os motivos, por ora, é uma tarefa difícil, pois os relatos são secundários. A partir de então as ações se davam no sentido de convencer os estudantes a preencherem o formulário que pedia a isenção de anuidade, anulando assim a medida da ditadura. Além dos estudantes da UFPR, a Universidade Católica contava com um núcleo organizado de estudantes que lutavam contra o ensino pago, pois essa instituição também seria afetada por essas políticas, já que a anuidade subiria substancialmente. Assim, cartazes e pixações nessa instituição também foram registrados para a posteridade (figuras 9 e 10).

³⁹³ JACOB, Stênio Salles. **Depoimentos para a História (Vídeo)** 09:00 – 10:29. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=94r61FSOuOk&t=689s> . Acesso em: 28 nov. 2023.

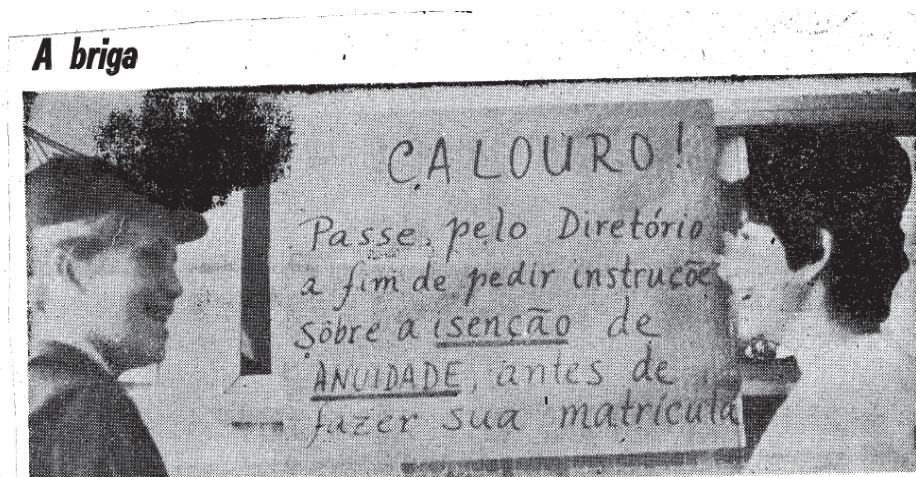
FIGURA 9: Comunicado na Universidade Católica conclamando os calouros a aderirem à campanha contra o ensino pago



FONTE: Jornal *Tribuna do Paraná*, 12 mar. 1968.³⁹⁴

³⁹⁴ Disponível em: DEAP/DOPS. *Movimentos estudantis*. Dossiê 1302, caixa 152.

FIGURA 10: Cartaz incentivando os alunos a solicitarem a isenção de anuidades



FONTE: *Tribuna do Paraná*, 12 mar. 1968.³⁹⁵

Ambas as figuras estão na mesma matéria do jornal *Tribuna do Paraná*. Embaixo da segunda imagem há algumas informações interessantes. O duro recado do reitor Flávio Suplicy de Lacerda de que ou os estudantes deveriam pagar a anuidade ou teriam suas matrículas canceladas; em contraposição ao reitor, vinham os alunos da Faculdade de Direito da Universidade Católica: eles não iriam pagar o aumento da anuidade, que seria de 75% em relação ao ano anterior; por fim, um manifesto da seção local do grupo conservador Tradição, Família e Propriedade (TFP): as “desordens” eram fomentadas pelo “comuno-progressismo” nos meios universitários.³⁹⁶ É importante entender o apoio de universidades confessionais como a Católica à luta estudantil que estava em vigor nessa época. Um dos líderes estudantis dessa universidade que estava engajado no movimento estudantil de enfrentamento à ditadura é João Bonifácio Cabral Júnior, estudante de Direito da Universidade Católica e presidente do Diretório Acadêmico Dois de Julho. Bonifácio, além de estudante, era funcionário da secretaria de Educação do Estado do Paraná e ainda trabalhava para o jornal *Tribuna de Imprensa*, na sucursal de Curitiba. Sua atuação não se restringiu apenas à universidade em que estudava: esteve presente em várias ações que seriam importantes nos meses anteriores, tais como as ocupações do Centro Politécnico e da Reitoria da UFPR, bem como no Congresso da UNE e na Chácara do Alemão.³⁹⁷

³⁹⁵ Idem.

³⁹⁶ Ibid.

³⁹⁷ OLIVEIRA, Antônio Narciso Pires de; SAHAD, Fábio Bacila; CALCIOLARI, Silvia. **Depoimentos para a História: a resistência à ditadura militar no Paraná**. Curitiba: DHPaz, 2014.

À medida em que se aproximava o vestibular de março de 1968, o movimento estudantil concitava a todos que participassem das ações de contestação à ditadura e ajudassem na causa que defendiam. Um manifesto estudantil chamado “o drama dos excedentes”, devidamente guardado em uma pasta da DOPS, trazia a reivindicação acerca desse problema, culpando as autoridades pela leniência no impasse que nunca era resolvido. No documento, reclamava-se que “as autoridades, aquelas que estão na cúpula das diretrizes a serem tomadas, são insistentemente, aborrecidamente, marteladamente, procuradas e com elas se abrem os diálogos, mas a omissão é a mesma. Tudo cai no esquecimento”.³⁹⁸ O documento ainda concita aqueles que já estavam na universidade a tomar parte no movimento, pois a ditadura silenciava sobre suas causas, mas moviam recursos inimagináveis para as obras faraônicas:

No entanto, há de se fazer justiça! Há mesmo, razão para que os jovens que ocupam já os bancos acadêmicos, ergam suas vozes, protestem como bem possam fazer, porque a mocidade precisa confiar nos seus dirigentes! Para a construção de uma Brasília, para a construção de um Mineirão, para a construção de um futuro Pinheirão, movimentam-se céus e terra, num esforço coletivo comum, mas quando se trata de escolas, meu Deus! O silêncio é sepulcral, e o objetivo visado fica semelhante ‘a esses túmulos tratados e sem flores, sobre os quais dolorosamente pesa o esquecimento’.³⁹⁹

O documento termina com o pedido de que os estudantes não se coloquem em posições opostas, porque “a incógnita do porvir, só a Deus é dado conhecer”. Por fim, deseja que no “dia do amor”, “o Dia das Mães se materialize e bênçãos e pétalas de rosas, caindo sobre todos numa evocação de ‘glória a deus nas alturas e paz na terra aos homens de boa vontade”. Terminando com uma retórica de tom religioso e de conciliação com aqueles que pensavam diferente, o manifesto poderia visar atrair um número maior de pessoas simpáticas ou não à causa, em um exemplo de acomodação, mas dessa vez dentro do próprio movimento estudantil.

Embora já houvesse estudantes mais engajados na luta contra o regime, muitas vezes enfrentando a repressão em passeatas e atos mais incisivos, como ataques à universidade, para outros, até o final de 1968, a repressão ainda não havia se mostrado. Esse é o caso de Judite Maria Barboza Trindade, que havia acabado de ingressar na universidade e na militância:

Pra mim, 68, até dezembro foi uma grande festa. Porque eram passeatas atrás de passeatas, reuniões após reuniões, muito debate, muito cinema, muito

³⁹⁸ DEAP/DOPS. **Movimentos estudantis**. Dossiê 1302, caixa 152. As palavras estão grifadas no original.

³⁹⁹ Idem.

teatro... era uma efervescência político-cultural muito grande. E como éramos todos jovens, nós curtíamos à exaustão estas oportunidades. É no final de 68, pelo menos em Curitiba foi assim, acho que Rio, São Paulo, Belo Horizonte, Porto Alegre, já começa um endurecimento muito grande bem antes. Mas em Curitiba, até o final de 68, não havia um grande endurecimento. Então, as pessoas eram presas, mas eram soltas, não havia desaparecimentos, como em outros locais... as pessoas não estavam ainda precisando de autoexilar.⁴⁰⁰

Embora a repressão tenha aumentado substancialmente, de maneira mais escancarada após o AI-5, sabe-se que desde o início opositores ao regime foram perseguidos, como relatado na *Operação Limpeza*, já nos primeiros dias do golpe. Obviamente, há que se considerar que o momento vivido por Judite, caloura do curso de História, era diferente daqueles que já atuavam há mais tempo na luta contra a ditadura.

Outro ponto a se ponderar é que, embora a repressão também atingisse os estudantes (de forma mais branda que outras categorias como trabalhadores sindicalizados e indivíduos ligados a atividades partidárias, sobretudo à esquerda) havia certa predileção por táticas mais ardilosas, tais como as chamadas “operações psicológicas”, expostas no Manual da Escola Superior de Guerra (ESG), definidas como “ações políticas, militares, econômicas e psicossociais planejadas e conduzidas para criar num grupo –inimigo, hostil, neutro ou amigo –emoções, atitudes ou comportamentos favoráveis à consecução dos Objetivos Nacionais.”⁴⁰¹ Como exemplo dessas ações é possível destacar medidas supracitadas, como algumas convergências com as demandas estudantis, bem como o desenvolvimento de atividades de extensão universitária, que seriam ampliadas na década de 1970.

3.4.2. Davi contra Golias: batalha do Politécnico e “Zequinha Prêmio Esso”

Antes da famosa “Batalha do Politécnico”, havia ocorrido uma tentativa anterior de se realizar o exame daquele que seria o primeiro vestibular do ensino pago. Às vésperas do dia 1 de maio, data histórica para a esquerda e para os trabalhadores, seria realizado o vestibular do primeiro curso com cobrança de anuidade na UFPR, o de Engenharia. Aproveitando-se da fragilidade na segurança, com apenas dois policiais, mais de 500 estudantes ocuparam o prédio. Portas foram fechadas, trancando a passagem. Dessa

⁴⁰⁰ TRINDADE, Judite Barboza. DHPAZ – **Depoimentos para a História** (vídeo):36 – 25:40. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=F-TKlkWwm8s>. Acesso em: 01. jun. 2021.

⁴⁰¹ ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA. **Manual Básico**. Rio de Janeiro: 1975, p. 316.

forma, o jornal *Diário do Paraná*⁴⁰² trouxe uma matéria, descrevendo o ocorrido. Mesmo sendo um curso pago, a concorrência era significativa: havia 197 candidatos inscritos, disputando 70 vagas, ainda mais que, mesmo aceitando essa condição, não havia garantias de ingressar na universidade. Portanto, após essa movimentação, a primeira batalha havia sido ganha. Faltava a guerra.

Era chegada a hora da segunda tentativa de realização das provas, poucos dias depois do malsucedido evento. Portanto, no Dia das Mães, em 12 de maio de 1968 armava-se o cenário da contenda: de um lado, policiais fortemente armados desde as primeiras horas da manhã procuravam reforçar a segurança e intimidar qualquer tentativa de manifestação que representasse um entrave para a realização do vestibular. De outro, a mobilização estudantil se preparava para entrar em cena, e nada parecia sugerir que haveria qualquer recuo. Esses, estavam munidos de estilingues, bolinhas de gude e coquetéis molotov. Quando o conflito se iniciou, a tenacidade dos jovens fez a polícia recalcular a rota, após 6 policiais serem feridos, com um deles vindo a óbito. Dessa forma, o comandante da PM chamou o grupo de Operações Especiais.

Uma das testemunhas do dia e que teve participação ativa no evento foi José Antônio Trindade, integrante do Diretório Acadêmico Rocha Pombo (DARP). Em sua narrativa, José conta que havia a tentativa de barrar, “não sei de que forma”,⁴⁰³ a implementação das famigeradas anuidades, em um movimento de “cortar pela raiz” essa prática. De acordo com seu ponto de vista, as forças eram, naturalmente, de proporções totalmente desiguais: os estudantes com suas bolinhas de gude e estilingue não conseguiam muita coisa; por outro lado, os policiais, fortemente armados, estavam claramente na vantagem, o que ocasionou na fuga de muitos jovens e na prisão de tantos outros. José teria fugido, e junto de outros companheiros, teriam se escondido em casas ao redor, que surpreendentemente os acolheram, “provavelmente porque era um povo simples e o povo simples sempre tinha alguma prevenção contra a polícia”.⁴⁰⁴

A contenda no Centro Politécnico trouxe como protagonista na imprensa um personagem que até então não estava sob os holofotes, mas ganhou o status de celebridade. José Ferreira Lopes, o “Zequinha”, atuante no movimento secundarista em São Paulo (portanto, mais um estudante-retirante), havia se transferido para Curitiba para

⁴⁰² DEAP/DOPS. **Ensino Pago**. Dossiê 928, Caixa 114.

⁴⁰³ TRINDADE, José Antônio. **Depoimentos para a História** (vídeo). 07:30 – 08:41. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Zf9RkzzqTPk&t=1321s> Acesso em: 25 mar. 2024.

⁴⁰⁴ Idem.

estudar medicina. Ingressou no Diretório Acadêmico Nilo Cairo (DANC) e foi eleito para a diretoria da UPE em 1967. No momento do calor da “batalha do Politécnico”, o fotógrafo Edson Jansen eternizou em uma imagem o símbolo de uma época, e de quebra, catapultou o aguerrido estudante para a fama no meio discente:

FIGURA 11: O estudante Zequinha com seu estilingue enfrenta a PM.



FONTE: Jornal *Gazeta do Povo*.⁴⁰⁵

⁴⁰⁵ Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/vida-publica/che-guevara-paranaense-defende-punicoes-b4u0i5n1nexdfwb2jrkm2q4i6/> Acesso em: 25 mar. 2024. A fotografia original é do jornal *O Estado do Paraná*, porém, esta versão digitalizada foi publicada na *Gazeta do Povo*, que adquiriu os direitos sobre o antigo jornal.

No exato momento do clique, uma cena que representa o momento crucial que a juventude universitária vivia em 1968: um estudante portando um simples estilingue, enfrentando um soldado da cavalaria com o sabre desembainhado em mãos. No fundo, o povo “assistindo a tudo aquilo, bestializado”, como diria Aristides Lobo. De acordo com o relato de muitos discentes que participaram das ações desse dia, muitas pessoas que moravam nos arredores assistiam àquelas cenas, sem entender muita coisa. A versão digitalizada dessa fotografia, disponibilizada pelo jornal *Gazeta do Povo* corta um pouco do plano, prejudicando a análise do entorno. Em uma versão com resolução mais comprometida,⁴⁰⁶ mas com a imagem original e mais aberta, é possível ver que essa cena se deu em uma estrada, portanto, fora do campus, fato esse embasado pela reportagem da *Tribuna do Paraná*, que menciona a concentração de estudantes no trevo da estrada de Paranaguá.⁴⁰⁷ Embora em um primeiro momento possa parecer que o estilingue e as bolinhas de gude representem a inocência estudantil, o próprio autor da peripécia traz uma outra visão:

O pau comeu...Aí a coisa foi gradativamente... vem pra cá, vem pra lá... os caras vem pra cima. Dá uma espadada num, dói, né? Mas a gente já tinha uma experiência de... de defesa, que era estilingue e bola de gude, porque era a única coisa que a gente podia ter. Não podia ter bomba, não podia ter nada, e a gente... também tinha esse sentido... a gente não usava esses coquetéis molotov, era bola de gude. Então o que a gente fazia? Eles estavam de cavalo, você joga a bola de gude, o cavalo [faz o gesto como se o cavalo estivesse caindo]... eles usam a ferradura, né? Pisa, escorrega [simula o barulho]. Caía cavalo, caía guarda, caía polícia... caía todo mundo. Então era uma forma. A gente já tinha feito isso antes, das manifestações na rua, das passeatas, né? E fizemos lá também.⁴⁰⁸

A narrativa de Zequinha leva a crer que a estratégia não era algo fortuito: se os estudantes, de fato, já utilizavam desse estratagema em outras manifestações, é possível que já estivessem treinados. Além disso, as notícias do conflito, que dão conta de seis policiais feridos, mostram que por mais que se tratasse de forças desiguais, os estudantes não eram amadores, apesar da pouca idade e da escassez de recursos para um possível confronto. Na sequência, o jornal *Tribuna do Paraná* traz a notícia de um policial que teve ferimentos no crânio, provenientes de um coquetel molotov,⁴⁰⁹ o que contradiz a

⁴⁰⁶ Disponível em: <https://forumverdade.ufpr.br/caminhosdaresistencia/a-resistencia/centro-politecnico/> Acesso em: 25 mar. 22. Optei por utilizar a imagem digitalizada por ter uma qualidade superior de resolução.

⁴⁰⁷ DEAP/DOPS. **Ensino Pago**. Dossiê 928, Caixa 114.

⁴⁰⁸ LOPES, José Ferreira. **Depoimentos para a história** (vídeo). 32:22 – 33:30. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=3PcApukNnsI&t=1998s> Acesso em: 25 mar. 2024.

⁴⁰⁹ DEAP/DOPS. **Ensino Pago**, Op. Cit.

narrativa do militante sobre não utilizar esse artefato, até mesmo porque outros participantes dos eventos reforçam que fabricavam para o caso de precisão. A reportagem mencionava os seis policiais feridos, dando destaque para aquele que havia sido atingido de maneira mais grave. Pendendo para o lado das forças de segurança, o periódico enfatizava que “depois de atacados, inclusive com bombas, os policiais reagiram”.⁴¹⁰ Fazendo o costumeiro afago à ditadura, afirma que “houve reação policial, mas sem excessos.” Além disso, “a contenção dos meios usados pelos milicianos retardou o fim do conflito, mas impediu a propagação dos distúrbios”.⁴¹¹ Aqui é interessante notar o uso do termo “miliciano”, o que se mostrou comum em várias reportagens quando queriam desqualificar algum protesto estudantil.

No vídeo de Zequinha, ao rememorar os acontecimentos desse dia, seu rosto ganha contornos juvenis, como se ele voltasse a ser aquele estudante de Medicina. Mais adiante, ele diz que o objetivo foi atingido, pois conseguiram impedir o vestibular, porém a memória pode tê-lo traído, uma vez que o exame ocorreu normalmente. Após a batalha do Politécnico, houve uma intensa mobilização por parte dos estudantes que haviam participado dos confrontos, uma vez que aproximadamente 70 deles foram presos, enquanto os outros conseguiram fugir.⁴¹² A partir de então, a Polícia Militar controlou a situação. Edson Jansen, responsável pela icônica fotografia recebeu o Prêmio Esso de jornalismo, considerado um dos mais importantes à época, e não é exagero dizer que a imagem correu o mundo. Um fato pitoresco é que devido à honraria concedida ao fotógrafo, seu principal personagem passou a ser conhecido pela alcunha de “Zequinha Prêmio Esso”.⁴¹³

O estudante conheceu a tortura pela primeira vez em 1969 quando a situação do país estava mais caótica.⁴¹⁴ Além de sua participação especial nesse fatídico evento, o estudante já era bastante conhecido da repressão. Um mês antes dos desdobramentos da “batalha do Politécnico”, Zequinha havia sido preso em flagrante, fazendo pixações para rememorar o simbólico dia 1 de maio, na rua Silva Jardim, entre as ruas João Negrão e Marechal Floriano Peixoto. Seu companheiro, não identificado, deu sorte: conseguiu fugir e evitar o flagrante. Porém o herói improvável não teve a mesma perspicácia e acabou tendo que prestar um longo depoimento, em que nega engajamento: apenas

⁴¹⁰ Idem.

⁴¹¹ Ibid.

⁴¹² HAGEMEYER, 1998, Op. Cit, p. 116.

⁴¹³ HELLER, 1988, Op. Cit. p. 315.

⁴¹⁴ Idem, p.316.

comparecia aos movimentos por curiosidade; não acreditava que as coisas se resolveriam por violência e que suas convicções políticas seriam democráticas, não tendo simpatia por regimes como o comunismo ou outros regimes políticos.⁴¹⁵ A fotografia do muro pixado trazia a frase “abaixo ditadura militar de traição nacional”. O episódio do Politécnico portanto, não era a sua primeira batalha.

Outro ponto interessante de sua narrativa é o desfecho para sua saída do campo de batalha, no Politécnico. Zequinha conta que um morador a região, compadecido com os estudantes colocou o militante e outros companheiros debaixo da lona de sua caminhonete e os trouxe para o centro da cidade. Um comentário desprezível de Zequinha vem carregado de sentido: “nada como ser jovem, né?”⁴¹⁶ Essa frase é importante para ser pensada em duas dimensões. Esses jovens despertavam a simpatia de pessoas que normalmente não se compadeceriam de opositores à ditadura, pois, muitas vezes devido à pouca idade, eram vistos como ingênuos, o que se viu que não é o caso. Outro ponto de reflexão é que na juventude geralmente as pessoas são mais destemidas muitas vezes sem medir o real perigo de suas atitudes, como o estudante descobriria logo a seguir. Sobre a fotografia, Zequinha tece vários elogios a Edson Jansen, revelando que gostaria de conseguir uma homenagem póstuma ao falecido fotógrafo, agraciando-o com o título de cidadão honorário do Paraná.⁴¹⁷ Como já havia sido preso três vezes e já era bastante conhecido pelas forças de repressão, viajou para outras regiões do país, sendo deslocado pela AP para São Paulo e depois, Minas Gerais, sendo preso e torturado. Posteriormente, foi levado a CENIMAR, passando por novas sessões de tortura e retornando a Minas Gerais. Por fim, foi transferido a Curitiba, onde permaneceu preso e respondendo a processos devido à sua atuação no movimento estudantil de contestação ao regime.⁴¹⁸

Com relação ao final da ocupação do Centro Politécnico, a imprensa se aproveitava de posições mais moderadas para tentar passar uma imagem de racha no movimento. Sob o título “agora, a Engenharia é contra o movimento”, o jornal *Tribuna do Paraná* traz uma reportagem no dia 14 de maio com o presidente do Diretório Acadêmico Kencho Yamada, na qual ele diz que achava uma besteira ir no Centro Politécnico ir apanhar da polícia. Porém, a manchete da reportagem leva ao engano, pois Kencho argumenta que é contra manifestações violentas porque “é preciso ponderar que

⁴¹⁵ DEAP/DOPS. **Ficha Individual de José Ferreira Lopes**. Dossiê nº 22.193. Filme 2272/01.

⁴¹⁶ LOPES, José Ferreira. **Depoimentos para a história**, Op. Cit. 33:00 – 34:00

⁴¹⁷ Idem.

⁴¹⁸ OLIVEIRA; SAHD; CALCIOLARI, Op. Cit. 2014, p.245.

estaremos sujeitando nossos companheiros a uma chacina, o que seria dar murro em ponta de faca”.⁴¹⁹ Para não restar dúvidas sobre o posicionamento do estudante, ele finaliza dizendo que “não queremos a violência, já esgotamos os meios pacíficos, sem que a direção da Escola nos dê a mínima atenção”.⁴²⁰ Ou seja, Kencho não era contra o movimento em si, apenas achava que a tática adotada prejudicaria ainda mais o movimento.

Quando se analisa a (s) revolta (s) de estudantes nesse maio de 1968 é importante compreender o que essa palavra acarreta. Mais uma vez recorrendo a Furio Jesi, o autor entende que é possível descrever a *revolta* como uma suspensão do tempo histórico. Ainda de acordo com seu pensamento, aqueles que participam desse movimento escolhem deliberadamente comprometer sua individualidade, além de não saber qual será o desfecho desse evento, pois “toda revolta é batalha, mas uma batalha da qual se escolheu participar deliberadamente. O instante da revolta determina a fulminante autorrealização, e objetivação de si como parte de uma coletividade”.⁴²¹ Essa coletividade é o que mantinha o movimento estudantil de contestação à ditadura de certa forma coeso, apesar das demandas variarem de grupo para grupo. Nesse sentido, é possível entender a luta contra a repressão e a reforma universitária como os elos entre aqueles que participavam do movimento, de forma que as ramificações posteriores podiam gerar os pontos de divergência.

Na mesma tarde, um mutirão de estudantes se encaminhou para o Quartel da Polícia Militar, na rua Marechal Floriano Peixoto para exigir a soltura de seus companheiros. Entre os detidos, estava Stênio Salles Jacob, que relata ter havido um movimento espontâneo de quase 3 mil jovens na parte de fora do quartel para que eles fossem soltos. O levante começou em torno das 15:00 e por volta das 19:00 todos foram soltos, porém “com a ameaça de que dali para frente não haveria mais tolerância em relação à manifestação dos estudantes e de que a polícia agiria de forma agressiva em cada situação que surgisse a partir dali”.⁴²²

Como era de se esperar, havia infiltração no meio do movimento estudantil. Um relatório encaminhado à DOPS⁴²³ com os desdobramentos do dia 12/05 informava que,

⁴¹⁹ DEAP/DOPS. **Ensino Pago**, Op. Cit.

⁴²⁰ Idem.

⁴²¹ JESI, 2018. Op. Cit, p. 71.

⁴²² JACOB, Stênio Salles. **Depoimentos para a História (Vídeo)** 13:00 – 14:42. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=94r61FSOuOk&t=689s> . Acesso em: 25/03/2024.

⁴²³ DEAP/DOPS. **Ensino Pago**. Dossiê 928, Caixa 114.

após a batalha no Politécnico, iria ser realizada, à noite, uma assembleia geral no DCE da UFPR, em que se decidiriam maiores detalhes para a ação do dia seguinte, provavelmente uma concentração de estudantes na praça Santos Andrade. A riqueza de detalhes chama a atenção: o informante relatou que o movimento do dia seguinte começaria às 07:30 e haveria grupos de dez estudantes com um coordenador cada. A tática era justamente fazer grupos pequenos, a fim de se evitar vazamentos de informações sobre os próximos passos. Também ressaltava que iria para a reunião do Diretório Acadêmico Visconde de Mauá. Ele termina o comunicado informando que “conforme combinado, telefonarei mais tarde, após a assembleia da noite”.

No dia 13, os estudantes elaboraram um manifesto intitulado “Paraná: aqui se apanha”.⁴²⁴ O documento começa em tom de triunfo e em letras garrafais: “ENFIM, ACONTECEU: Carga de cavalaria com sabres desembainhados investem contra estudantes”.⁴²⁵ Esse “enfim aconteceu” refere-se a uma atitude mais enérgica e truculenta da Polícia Militar à luz do dia, na frente de todos, pois até então as ações coercitivas da ditadura ocorriam mais amiúde contra trabalhadores sindicalizados ou indivíduos ligados a organizações de esquerda, além de pessoas pobres em geral. Os estudantes, até então eram intimidados, mas não com violência escancarada como a que ocorreu nesse dia. Mais adiante, o documento diz que o regime queria manter o povo na ignorância, pois esse seria mais facilmente dominado dessa forma. Por fim, concita o povo a se organizar para derrubar a ditadura. Das reuniões de diretórios estudantis, foi traçada a estratégia a seguir: se o Politécnico estava sob vigilância das forças de repressão, o caminho era a ocupação de outro campus: a Reitoria da UFPR.

3.4.3. Os tumultos podem se repetir hoje: a ocupação da Reitoria da UFPR

De acordo com o supracitado informe do infiltrado da DOPS, os estudantes estavam em reunião para decidir os próximos passos. No DCE da UFPR, os estudantes decidiram decretar greve de 24 horas. O informante não passou mais nenhuma orientação a respeito do que seria feito a seguir. Apenas disse que haveria uma concentração no dia seguinte às 07:30 na praça Santos Andrade. A julgar pela inação da polícia em proteger a Reitoria da UFPR, em um primeiro momento, pode-se inferir que tenham pensado que os

⁴²⁴ Idem.

⁴²⁵ Ibid.

estudantes iriam novamente protestar no Centro Politécnico. Porém, mais adiante, uma informação de Suplicy de Lacerda colocará em dúvida se haveria mais infiltrados no movimento para além do que sugere o documento da DOPS. O erro de cálculo custou caro: a “Tomada da Reitoria” representou a bala de prata no ensino pago. No dia 14 de maio, o jornal *O Estado do Paraná* trazia em sua capa uma matéria intitulada “os tumultos podem se repetir hoje”⁴²⁶, destacando que o efetivo de segurança do Centro Politécnico estava preparado para o enfrentamento com os estudantes. Porém, os planos eram outros, e o caminho estava aberto para que a Reitoria da UFPR fosse ocupada. Dessa forma, é provável que o informante da DOPS tenha sido ludibriado, o que leva a entender que a estratégia dos estudantes de escamotear suas verdadeiras intenções tenha surtido o efeito desejado. A estratégia do ME foi bastante ardilosa no sentido de evitar vazamentos. Uma reportagem do jornal *Diário da Tarde*⁴²⁷ ajuda a lançar alguma luz sobre como se deu essa questão. De acordo com a matéria, os estudantes ficaram reunidos no Diretório Acadêmico Nilo Cairo (DANC), sendo que a intenção era, inicialmente, fazer a retomada do Centro Politécnico da UFPR. Ocorre que a primeira etapa da reunião havia durado até as 2 horas da madrugada, contando com a participação de 80 monitores dos grupos de 10, porém, na segunda etapa, 30 pessoas permaneceram dormindo no local, enquanto outras 10 passaram a madrugada elaborando o plano de ação. Portanto, havia sido nesta segunda parte que os estudantes haviam decidido a correção de rota, sobretudo porque o secretário de Segurança havia dado indícios de que o Centro Politécnico teria sua segurança reforçada.⁴²⁸ Dessa forma, em um primeiro momento, pode dar a impressão de que provavelmente nesta última etapa ficaram na Reitoria somente aqueles de extrema confiança, porém, mais adiante, o Reitor da UFPR traz um relato que coloca essa teoria em xeque.

Decidido o próximo passo, era hora de agir. Os estudantes partiram então em duas fileiras, sendo uma pela rua XV de Novembro e outra pela rua Amintas de Barros. A estratégia de ocupação da Reitoria contou com três frentes: uma fazia barricadas com objetos de construção civil que estavam nas imediações; a segunda prendia professores e funcionários em uma sala; já a terceira cortava as comunicações: telefone, rádio e telex.⁴²⁹

⁴²⁶ DEAP/DOPS. **Ensino Pago**, Op. Cit.

⁴²⁷ Crise estudantil chega ao fim com mediação das autoridades. **Jornal da Tarde**, 15 mai. 1968. Disponível em: <https://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=800074&pagfis=117620> Acesso em: 27 mar. 2024.

⁴²⁸ Idem.

⁴²⁹ HAGEMEYER, 1998, Op. Cit. P. 120.

Nesse sentido, é importante destacar que esse tipo de ocupação com barricadas era algo inédito no movimento estudantil de contestação ao regime, com uma organização quase de caráter militar. Ainda mais levando em consideração a maneira tresloucada com que o Centro Politécnico havia sido tomado na véspera, o que leva a crer que, mesmo em um curto espaço de tempo, essa nova estratégia foi traçada de forma mais metódica e uniforme. No lugar de luta em campo aberto, barricadas e táticas mais elaboradas. Ao invés de estilingues, utilizava-se da própria estrutura do entorno urbano como instrumento de defesa. Aliás, os carros que iam passando eram parados e utilizados como escudo, o que travou o trânsito em todo o entorno da universidade. Os estudantes não estavam para brincadeira. Esse grupo que fez as barricadas, de certa forma, encurralou a polícia. Nesse contingente, estava Judite Maria Barboza Trindade, que descreve a tática como “estudante-polícia-estudante”.⁴³⁰ Inclusive em sua narrativa ela reforça que não participou das articulações na madrugada, pois somente “as grandes lideranças”⁴³¹ haviam tomado parte nesse movimento estratégico. A militante reforça que não era para a massa saber dos movimentos. A única informação era de que haveria um encontro na praça Santos Andrade, e de lá, provavelmente, iriam para o Centro Politécnico”. Mas soube na hora da concentração que o destino seria outro.

Embora o Comando de Operações da PM tenha chegado às 09:00 da manhã e um tanque do Corpo de Bombeiros tenha sido disponibilizado para fazer a dispersão, o poder público, temendo uma guerra de trincheiras (guardadas as devidas proporções), optou pelo diálogo.⁴³² No calor do momento, os estudantes não pensaram duas vezes em fazer uma derrubada do símbolo de seu maior algoz: o busto do Reitor, Flávio Suplicy de Lacerda foi arrastado pelo pátio da Reitoria, o que rendeu uma imagem que ficou para a posteridade:

⁴³⁰ TRINDADE, Judite Barboza, Op. Cit. 26:00-26:55.

⁴³¹ Idem.

⁴³² HAGEMEYER, 1998, Op. Cit. P. 120.

FIGURA 12: A derrubada do busto do Reitor Flávio Suplicy de Lacerda



FONTE: Site *Ditadura em Curitiba* ⁴³³

A ocupação do prédio da Reitoria da UFPR rendeu matéria em diversos jornais de todo o país. No *Jornal do Brasil* foi assunto de capa, com uma icônica imagem:

FIGURA 13: Estudantes ocupam a Reitoria da UFPR.



FONTE: *Jornal do Brasil* (capa).15 mai. 1968.⁴³⁴

⁴³³ Disponível em: <https://ditaduraemcuritiba.com.br/reitoria-da-ufpr/> Acesso em: 27 mar. 2024.

⁴³⁴ Disponível em: <https://news.google.com/newspapers?nid=0qX8s2k1IRwC&dat=19680515&printsec=frontpage&hl=pt-BR>. Acesso em: 14 nov. 2023.

A matéria traz a notícia da derrubada do busto do reitor e a ocupação do prédio da reitoria, aqui tratada como “invasão”. O texto inicia dizendo que “embora anteontem estivesse ficado decidido entre o governador e os estudantes que o estado pagaria por dois meses do curso de engenharia até ser encontrada uma fórmula para sua gratuidade através do MEC”⁴³⁵, o diretor da escola de Engenharia havia decidido continuar o vestibular, mas trancar a matrícula dos aprovados até que houvesse uma solução para o problema em questão. Além disso, o periódico traz o protagonismo para o secretário de Segurança, Munhoz de Melo, que teria negociado de forma pacífica com os estudantes, só determinando a saída das tropas dos quartéis no último instante e, mesmo assim, apenas com o intuito de isolar a área ocupada pelos jovens. Apesar de o governador Paulo Pimentel e o secretário de Segurança entenderem como legítimas as reivindicações estudantis (ao menos no discurso), o reitor, Flávio Suplicy de Lacerda, adotou uma postura mais repressiva, solicitando a abertura de um inquérito para apurar os supostos prejuízos causados pelos ocupantes e chamando os ocupantes de bandidos. Sobre a retirada do busto, o jornal *Tribuna do Paraná* descreve a ação: “O busto do Reitor Suplicy de Lacerda foi arrancado do pedestal, com o auxílio de pés de cabra, alavancas de madeiras e cordas, e sofreu deformações antes de desaparecer”.⁴³⁶ O jornal ainda relata que “alguns estudantes chegaram a fazer necessidades no próprio gabinete do reitor da Universidade Federal”.⁴³⁷ A despeito da manchete tragicômica, essa é mais uma parte da guerra de narrativas, pois os estudantes negam veementemente tal ato.

⁴³⁵ Ocupação Organizada. **Jornal do Brasil**. 13 mai. 1968. Disponível em: <https://news.google.com/newspapers?nid=0qX8s2k1IRwC&dat=19680515&printsec=frontpage&hl=pt-BR>. Acesso em: 27 mar. 2024.

⁴³⁶ DEAP/DOPS. **Ensino pago**. Dossiê 928, Caixa 114.

⁴³⁷ Idem.

FIGURA 14: Ocupação do pátio da reitoria pelos estudantes.



FONTE: *Jornal do Brasil*, p. 17.⁴³⁸

Sobre o busto do reitor ter sido alvo dos estudantes, João Bonifácio de Cabral Júnior relata que os estudantes conseguiram “abrir a boca do reitor” e enchê-la com bombas e pedras, de forma que “cada um ficou com um troféu daquele busto”⁴³⁹. Já com relação a supostos atos de vandalismo na Reitoria, mais uma vez há divergência de versões. Vários jornais da época, como *Diário da Tarde*,⁴⁴⁰ noticiaram que os estudantes quebraram as placas que se encontravam nos edifícios. Já os ocupantes do prédio afirmaram que o único dano causado foi a derrubada do busto do reitor, o que teria sido uma atitude justa, frente ao simbolismo reacionário que aquela figura representava. Conforme infere Stênio Salles Jacob:

Colocamos todas as coisas no lugar, nenhum objeto na Reitoria foi mexido, não se tocou em nada, não se permitiu que fosse feito qualquer tipo de vandalismo... o único ato, que foi assim, extremamente marcante, significativo,

⁴³⁸ Disponível em:

<https://news.google.com/newspapers?nid=0qX8s2k1IRwC&dat=19680515&printsec=frontpage&hl=pt-BR> Acesso em: 14/11/2023.

⁴³⁹ CABRAL Júnior, João Bonifácio. **DHPAZ – Depoimentos para a História (vídeo)**. 14:40 – 15:32. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=RcWkDHkIH60&t=3724s>.

⁴⁴⁰ Crise estudantil chega ao fim com mediação das autoridades. **Jornal da Tarde**, 15 mai. 1968. Disponível em: <https://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=800074&pagfis=117620>. Acesso em: 27 mar. 2024.

foi a chamada derrubada do busto do Reitor Flávio Suplicy de Lacerda. Que era o maior representante naquele momento, junto à ditadura, contra a educação desse país. Porque o Reitor que era ministro, que assinou o acordo MEC-Usaid e que estava tentando implementar no Paraná o acordo Mec-Usaid.⁴⁴¹

Stênio ainda relata que foi levado de carro, a convite do governador, para que pudessem negociar. Somente após o comprometimento do político em derrubar o ensino pago de uma vez por todas é que a reitoria foi desocupada. Aqui, é importante ressaltar que esta reunião aconteceu à revelia do reitor, que se mostrava irredutível em sua cruzada a favor da polêmica medida, tratando-a como uma questão de honra. Na matéria supracitada do *Diário da Tarde*, os títulos sempre pendem para o lado do governo: a chamada principal com letras garrafais anuncia que a “crise estudantil chega ao fim com mediação das autoridades”, ou seja, o protagonismo é transferido para a suposta ponderação dos donos do poder. Mais adiante, na mesma página, sob o título “uma ideia violenta”, o jornal traz a informação de que os universitários haviam cogitado tomar estações de rádio de Curitiba para que pudessem divulgar suas reivindicações, porém como não tinham conhecimento acerca do funcionamento das emissoras e equipamentos, a ideia fora abortada. Já quando o assunto é o secretário de Segurança Pública, Desembargador Munhoz de Melo, o título é “diálogo permanente”, mais uma vez reforçando a imagem de homem contemporizador, algo que seria inerente a um agente do governo.⁴⁴² É possível afirmar que o governador, de fato, agiu com ponderação, pois até mesmo Stênio Salles Jacob, bem como outros estudantes protagonistas desse dia, reforçam essa faceta de Paulo Pimentel. Nesse ponto, analisando a conduta do político com a classe estudantil, bem como na condução de seu governo de maneira geral, é possível colocá-lo no espectro da acomodação, pois se não demonstrava um apoio escancarado à ditadura, certamente conseguiu vantagens políticas do regime.

No dia 20 de maio, o Conselho Universitário se reuniu para tratar a questão da discórdia. Como representantes dos estudantes estavam Raul Brasil e Eloi Pietá. O reitor inicia fazendo um desabafo sobre os eventos ocorridos no Centro Politécnico, lamentando as vítimas (referindo-se somente seis policiais feridos), enfatizando que o militar que havia tido traumatismo craniano falecera na quarta-feira. Na fala do reitor, uma informação chama a atenção: se anteriormente, parecia que o informante havia sido

⁴⁴¹ JACOB, Stênio, Op. Cit. 23:05 – 23:55

⁴⁴² Jornal da tarde, Op. Cit.

dispersado no estratagema das duas etapas da véspera do ataque à Reitoria, aqui ele traz mais uma peça ao tabuleiro: Lacerda afirma que recebeu, às 5 horas da manhã, uma comunicação telefônica de que havia um perigo de uma iminente invasão da Reitoria. Segundo seu relato, prontamente comunicou o fato às autoridades responsáveis: “estou informado de que o dispositivo policial estava pronto, mas recebeu ordem de não sair do quartel. Como consequência, houve a tomada da reitoria, e as depredações”.⁴⁴³ O relato do reitor traz alguns elementos interessantes para análise. A hora que ele afirma ter recebido a ligação coincide com o horário que a reunião estudantil havia terminado, porém a declaração de que prontamente informou as autoridades e que teve uma negativa com relação a uma ação preventiva é bastante intrigante.

Caso tenha ocorrido o fato, conforme descrito por Suplicy, algumas hipóteses ganham a imaginação. Pode ser que a comoção causada pela “Batalha do Politécnico” tenha servido como freio para outra ação deste tipo, e, portanto, os policiais podem ter esperado o primeiro movimento por parte dos discentes para poderem ganhar a narrativa sobre a questão da violência. Também podem ter optado pela inação por não terem recebido informação de sua rede de espiões, porém é impossível saber ao certo o que teria causado essa inércia. Tanto que no dia seguinte, de fato, não houve notícias de violência policial. O reitor também acusa os estudantes de depredação, contabilizando os prejuízos: além de ter seu busto arrancado, infere que foram quebradas 300 telhas, além disso, os estudantes teriam arrancado a placa de comemoração do cinquentenário da universidade, contendo a relação de todos os fundadores.⁴⁴⁴ Suplicy também registra na ata que pediu proteção policial, mas não foi atendido. Mais um reclame do reitor:

Hoje, a polícia está aí – não pedi, porém. Fui convocado para uma reunião, sigilosa, com o General Comandante da Região, onde me comunicaram que os estudantes estavam na Assembleia Legislativa, ouvindo deputados que se excediam em suas críticas. Tudo aconteceu, entretanto, sem interferência do Reitor, mas fui responsabilizado por tudo. E tudo aconteceu à minha revelia. A única cousa (sic) que fiz, prevendo o que ia acontecer, foi pedir a proteção policial, que não foi dada. **Alguém guiou os estudantes. Houve técnica avançada, conforme constataram o SNI e a Polícia Federal.** (grifos meus).⁴⁴⁵

⁴⁴³ UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ. Ata da reunião do Conselho Universitário (COUN). 20/05/1968. Unidade de Arquivo e Atividades Auxiliares – UARQ

⁴⁴⁴ Idem.

⁴⁴⁵ Ibid.

É nítido o desconforto do reitor na reunião do COUN, pois ele era um defensor inveterado da cobrança de anuidades. Ao ter a Reitoria tomada por jovens estudantes e ter seu busto arrancado, seu orgulho, naturalmente, estava ferido. E mais: era obrigado a participar de uma reunião que tinha como destino a derrubada oficial de uma medida que ele tanto havia defendido. Se houve o ataque aos universitários, a réplica veio logo a seguir. Raul Brasil, vice-presidente do DCE tomou a palavra e afirmou que a luta discente era por princípios e não contra alguém, e que o princípio defendido pelos estudantes era a gratuidade do ensino. O ato em discussão havia sido uma resposta à falta de diálogo. Também lamentou as vítimas, citando os policiais e os estudantes, coisa que Suplicy não havia feito. Mais adiante outros assuntos são tratados. Em seguida, o reitor afirma que a placa do cinquentenário seria reposta em 19 de dezembro, com a presença dos familiares dos fundadores da universidade, porém sobre a questão do busto, foi enfático: “O busto do reitor, mandado colocar pela Faculdade de Filosofia, e que foi selvagemmente arrancado de seu pedestal, por minha vontade não será reposto”.⁴⁴⁶ O conselheiro José Bittencourt de Paula informou que, como representante da respectiva faculdade, iria solicitar que o reitor reconsiderasse, pois o busto havia sido uma homenagem da instituição aos serviços prestados por ele. Por fim, o Conselheiro Brasil Pinheiro Machado pediu a palavra e fez uma explanação sobre a necessidade de se acalmar os ânimos da comunidade discente, trazendo a proposição principal da reunião:

1. Fica revogada a resolução do Conselho Universitário, de 31 de outubro de 1967, que determinou a cobrança de anuidades – Portaria nº 4382, ficando o reitor autorizado a devolver as importâncias pagas àquele título;
2. Ficam também revogadas as decisões do Conselho Universitário que instituiu o pagamento obrigatório de anuidades para os cursos noturnos, em regime especial;
3. Para atender às despesas decorrentes do funcionamento dos cursos noturnos, fica instituído um Fundo Especial, nos termos do art. 64 do Estatuto da Universidade, que será constituído por recursos indicados pelo reitor;
4. Mantidas as turmas noturnas atuais em regime especial não mais se realizarão os concursos de habilitação para constituição de novas turmas, até a implantação da reforma universitária.⁴⁴⁷

Raul Brasil se mostrou surpreso, afirmando que o DCE havia sido incumbido de apresentar uma proposta que ia no mesmo sentido. Solicitou ao colega Elio Pietá que lesse o documento e em seguida apresentou cópias aos presentes. Alegando que eram complementares, solicitou que fossem votadas em conjunto. Os conselheiros

⁴⁴⁶ Ibid.

⁴⁴⁷ Ibid.

tergiversaram, basicamente argumentando que a proposta dos estudantes teria de ser avaliada por uma comissão, mas que a revogação do ensino pago já atendia a seus interesses mais imediatos. Nesse sentido, a resposta mais firme veio de Brasil Pinheiro Machado, que afirmou que “se mantinha na revogação dos atos, sem se envolver em programação doutrinária, o que não caberia”. Então Elio Pietá aceitou retirar a proposta do DCE, contanto que o item 4 fosse revisto, pois não concordava com a não abertura de novos cursos por falta de verba. Dessa forma, Brasil Pinheiro Machado alterou o item, dizendo que não se abririam novas turmas enquanto não existissem recursos orçamentários específicos para esse fim. Era um alento, ao menos. A proposta foi aprovada, com abstenção do reitor, e os votos contrários dos conselheiros Alcides Munhoz Netto e Mauro Holzmann.

Após a derrubada do ensino pago, o movimento estudantil não se dava por satisfeito, pois entendia que havia muito ainda a fazer. Em um comunicado intitulado “ganhamos a batalha, mas não a guerra”, devidamente arquivado em uma pasta da DOPS⁴⁴⁸, o movimento estudantil⁴⁴⁹ argumenta que foi a organização pragmática do estudantes que conseguiu fazer com que o governo recuasse de sua intenção em implementar o ensino pago, mas que “a reforma universitária que a Usaid está preparando, a transformação da universidade em fundação orientada pelos detentores do capital monopolista, o aguçamento seleção econômica na universidade não morreram”.⁴⁵⁰

3.4.4. O XXX Congresso da UNE: o início do fim

Embora os estudantes tomassem várias medidas de precaução para evitar vazamentos de suas reuniões e deliberações, as forças de repressão sempre conseguiam colocar seus infiltrados no movimento. Nesse sentido, muitas informações iam parar na DOPS sem o conhecimento do movimento estudantil. É interessante pensar que, ironicamente, muitas das fontes utilizadas nos escritos acerca da repressão estão justamente nas pastas dos agentes da repressão, cuja organização deixou elementos para estudos posteriores.

⁴⁴⁸ DEAP/DOPS. **Política educacional do governo**. Dossiê 1576, caixa 90.

⁴⁴⁹ Embora tenha evitado utilizar, ao longo da tese, a expressão “movimento estudantil” para aqueles que se opunham à ditadura, aqui eles assinam dessa forma.

⁴⁵⁰ Idem.

Ao se preparar para o XXX Congresso estudantil, que aconteceria em Ibiúna/SP, a DOPS arquivou em suas pastas um panfleto do movimento estudantil, com orientações interessantíssimas intituladas “normas de segurança para a realização do trabalho de propagandas e finanças para o 30º Congresso da UNE”.⁴⁵¹ O documento foi encaminhado ao secretário de segurança do estado no dia 24 de outubro de 1968, exatos 12 dias após o malsucedido conclave estudantil. O informe inicia ponderando sobre o recrudescimento do regime, mas frisando que era importante “desenvolver as tarefas necessárias para a realização dos encontros de nossas entidades representativas”. Dentre as recomendações, destaca-se aquela direcionada a pixações no horário da madrugada:

NORMAS PARA PIXAÇÕES NOTURNAS:

1. Deverão ser feitas entre 1 e 3 da madrugada.
2. Poderão ser feitas a pé (caso seja comum pessoas andando nesses bairros nesse horário) ou de carro (caso não seja). (sic)
3. Os grupos deverão ter exatamente 4 pessoas.
4. Os grupos a pé deverão ser compostos de um casal que pixa e dois olheiros. O casal joga fora o spray com a chegada da repressão e simula um namoro. **Os olheiros não estão fazendo nada de mal, e por isso nada pode lhes acontecer, se conservarem a calma.**
5. **Levar documentos de identidade (especialmente carteira de trabalho) para evitar prisão por vadiagem.**
6. Ter uma desculpa para estar na rua aquela hora. **De preferência uma desculpa não muito rebuscada.**
7. Conservar a calma, se a repressão chegar. **Se o esquema de olheiros funcionar, a repressão será ludibriada.**
8. Fazer bons levantamentos da região.
9. Os grupos a pé deverão ter zonas curtas e devem considerar 10 pixações como um bom índice.
10. É importantíssima uma boa discussão política antes e depois da ação, pois dela em grande parte depende a segurança e a firmeza do grupo.⁴⁵²⁴⁵³

É interessante notar que nas diretrizes, havia uma preocupação constante em tranquilizar aqueles que exerciam a atividade de olheiro. Outro ponto de observação é a recomendação da estratégia para enfrentar um possível enquadro na lei de vadiagem. Essa é uma contravenção prevista no artigo 59 do decreto-lei 3.688 de 1941 e, embora sua aplicação seja rara, ainda vigora.⁴⁵⁴ Conforme visto no caso da pixação da reitoria, era

⁴⁵¹ DEAP/DOPS. **Esquema de segurança dos estudantes.** Dossiê 941, caixa 115.

⁴⁵² Idem.

⁴⁵³ Uma interessante observação: é comum encontrar duas formas de grafia da palavra: pichação e pixação. Dessa forma, conforme o blog *Espaço do Conhecimento*, da UFMG, Picho é algo espontâneo, uma ação de rabisco de quem passou pelo local. Já pixo se refere a um movimento, que tem uma estrutura específica e uma intencionalidade. Inclusive o blog cita o pixo como uma estratégia de contestação à ditadura no Brasil. Disponível em: <https://www.ufmg.br/espacodoconhecimento/pixacao-x-pintura-rupestre/#:~:text=Existem%20duas%20formas%20de%20escrita,tem%20uma%20estrutura%20bem%20espec%C3%ADfica>. Acesso em: 16 dez. 2023.

⁴⁵⁴ Existe um projeto de lei em tramitação no Senado Federal que visa extinguir esse delito. De autoria do senador Fabiano Contarato (PT-ES) está em discussão na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ).

comum o alvo ser atacado por lados opostos, para ajudar na dispersão, no caso de os agentes de segurança flagrarem a ação. Embora a recomendação de manter a calma no caso de uma abordagem pareça algo básico, é possível imaginar que para alguém jovem, em um movimento de contestação à ditadura, ser pego durante a execução dessas tarefas, deveria ser difícil conter os ânimos e fingir normalidade no caso de alguma ação repressiva, que desde o começo do ano passava a ter níveis inéditos de truculência. Conforme salienta Daniel Aarão Reis, “já no segundo semestre de 1968 os estudantes davam claros sinais de que estavam recuando. A maioria estava disposta a denunciar, mas não a ponto de arriscar-se em um vale-tudo de vida ou morte”.⁴⁵⁵ A partir daqui, é possível perceber que aqueles mais engajados com o movimento estudantil se maninham firmes, porém, também chama a atenção aqueles que estavam adentrando o ambiente universitário e se iniciando no ME, mas que ainda não percebiam a ferocidade da repressão.

Nesse contexto, foi marcado para outubro de 1968 o XXX Congresso da UNE, que seria realizado na cidade de Ibiúna, no interior de São Paulo. Esse evento era importante para a organização das pautas a serem debatidas, uma vez que a organização estudantil já demonstrava sinais de cisão. Com relação a esta fissura nas paredes do movimento, é importante fazer um recuo para entender as correntes ideológicas que disputavam o protagonismo. De um lado, desde o início dos anos 1960 a hegemonia da UNE estava sob a tutela da Juventude Universitária Católica (JUC), que após 1964 passou a se chamar Ação Popular (AP), incorporando, aos poucos, o marxismo-leninismo em suas ações, o que culminou na mudança de nome em 1968 para Ação Popular Marxista-Leninista (APML).⁴⁵⁶ Essa organização tinha como objetivo principal a derrubada da ditadura; todo o restante seria secundário.⁴⁵⁷ Como representantes desse pensamento estavam o presidente da UNE, Luís Travassos e Catarina Meloni, lideranças estudantis bastante conhecidas à época. Assim, essa ala do movimento defendia ações de protestos nas ruas, a fim de denunciar a repressão e moldar a opinião pública. Pautas como a reforma universitária e a qualidade do ensino não faziam parte do escopo deles. Portanto, “não era hora de perder tempo com discussões teóricas ou questões do ensino superior, mas de ir para as ruas e aproveitar a situação para aprofundar o processo revolucionário

⁴⁵⁵ REIS FILHO, Daniel Aarão, 2014. Op. Cit, p. 73

⁴⁵⁶ HAGEMEYER, Rafael Rosa. **Caminhando e cantando**: o imaginário do movimento estudantil brasileiro de 1968. São Paulo: EDUSP, 2016, p. 125-126.

⁴⁵⁷ Idem.

em curso”.⁴⁵⁸ Na contramão dessa corrente, vinham algumas dissidências do PCB, tais como José Dirceu e Vladimir Palmeira, além de membros da Política Operária (Polop), que pregavam uma reorganização do movimento, sob a égide de interesses inerentes à sua realidade e seus problemas, sob a bandeira da Universidade Crítica. Essa tendência era conhecida como “segunda posição” e defendia a necessidade de articulação dos estudantes em suas respectivas entidades estudantis (centros acadêmicos, diretórios centrais, dentre outros) para sensibilizar os estudantes de forma geral sobre os problemas internos das universidades, para depois concatená-los com a conjuntura nacional.⁴⁵⁹ Nesse turbilhão de ideias antagônicas, o Congresso estudantil foi pensado para o mês de outubro, reunindo uma grande gama de estudantes, porém dessa vez ocorreu um fato inédito: até então, esse tipo de conclave estudantil era realizado em conventos e mosteiros, devidamente protegidos por membros da Igreja Católica, mas o local escolhido para o XXX Congresso foi uma fazenda no interior de São Paulo, na cidade de Ibiúna. Tal ação parece ser uma vitória dos marxistas da “segunda posição”, que procuravam afastar a influência da AP e seus contatos.⁴⁶⁰

Com relação aos participantes do movimento que representavam o estado do Paraná, uma testemunha importante dos desdobramentos do evento é João Bonifácio Cabral Júnior, já mencionado anteriormente. Analisando os fatos já com certo distanciamento histórico, João tece os seguintes comentários sobre o amadorismo da organização:

Chegou-se à conclusão de que os alimentos que foram organizados lá eram insuficientes... uma coisa interessante é que nós estávamos com o carro do Stênio [Salles Jacob] que era presidente da UPE, havia liberado um caminhão da UPE para dar apoio lá para a estrutura do Congresso. Eu sei que o pessoal da organização usou esse caminhãozinho para ir lá na cidade de Ibiúna, para comprar mais alimentos. Chegaram lá num açougue e arremataram todas as peças de carne que tinha, foram em um outro armazém e compraram um monte de comida e isso chamou a atenção... um desses comerciantes ligou para o delegado e daí a polícia, os órgãos de repressão que sabiam que estava havendo esse congresso em algum lugar, se deslocaram para lá. [...] cercaram aquela fazenda em que nós estávamos e o congresso nem havia iniciado... então pela manhãzinha, ali pelas 5 horas da manhã, as forças policiais atacaram lá, invadiram aquela fazenda [...]

⁴⁵⁸ Ibid.

⁴⁵⁹ Ibid, p. 126-127.

⁴⁶⁰ Ibid, p. 31.

⁴⁶¹ CABRAL Júnior, João Bonifácio. DHPAZ – **Depoimentos para a História** (vídeo). 21:03-23:06. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=RcWkDHkIH60&t=3724s> >. Acesso em: 9 jun. 2021.

Além da narrativa de João, Rafael Rosa Hagemeyer ⁴⁶² reforça não só a precariedade da organização, como a indiscrição dos estudantes, o que contribuiu para chamar a atenção das autoridades, pois algumas lideranças estudantis haviam recebido dinheiro de alguns veículos de imprensa para que estes pudessem cobrir o evento, o que mostrava uma contradição entre a necessidade de discrição e o desejo de publicidade. Após a chegada da polícia e prisão dos estudantes, João Bonifácio conta que ficou no presídio Tiradentes. A fim de conseguir um tratamento melhor na prisão, teria dito que era jornalista, portanto, ficou separado dos estudantes do Paraná. Porém, um fato curioso aconteceu: o governador Paulo Pimentel enviou a São Paulo um ônibus, para que os estudantes pudessem retornar ao estado. Mas como João estava separado, não conseguiu embarcar nesta viagem, alegando que respondia aos gritos que estava presente, mas não foi ouvido na chamada, por estar em cela separada.⁴⁶³

Outra testemunha dos eventos em Ibiúna foi Elizabeth Franco Fortes, Fortes, que havia cursado o primeiro ano do curso de Jornalismo na Universidade Católica, migrando depois para a UFPR e se engajando no movimento estudantil, cuja atuação era parecida com a de seus companheiros, ao lutar contra as políticas implementadas pela ditadura:

[sobre a repressão] o que está acontecendo não é certo, não é justo, não concordo e não vou calar a minha boca [...] Então, a partir deste momento nós começamos a ver que situação estava complicada e em outubro de 68 com o Ato Institucional nº 5 acaba-se que... primeiro que a UNE estava dissolvida, o órgão de representação estudantil... nós temos que ter uma representação, nós somos estudantes [...] não podemos nos calar simplesmente, o medo não pode fazer com que a gente fique quieta... aí vamos para Ibiúna, para a eleição do representante da UNE [...] e vamos para Ibiúna, onde acabamos sendo presas. Daqui do Paraná tinha aproximadamente umas 20 pessoas [...] desses acredito que pelo menos umas 5 ou 6 mulheres estávamos lá e os rapazes. Ficamos presos, fiquei uma semana presa em São Paulo. Somos fichados pelo DOPS de São Paulo.⁴⁶⁴

fc

A fala de Elizabeth, embora seja permeada pelo distanciamento temporal dos acontecimentos, traz o vigor daquela estudante que lutou contra o regime de forma aguerrida. Todavia, é importante entender algumas imprecisões de suas recordações. Ela relaciona o congresso da UNE com o advento ao AI-5, porém o ato só foi instaurado em dezembro daquele ano. Esse equívoco é bastante comum, pois outros entrevistados que estavam nesses eventos também costumam confundir as datas. Nesse sentido, é

⁴⁶² HAGEMEYER, 2016, Op. Cit.

⁴⁶³ CABRAL, Op. Cit. 28:20-29:17.

⁴⁶⁴ FORTES, Elizabeth Franco. DHPAZ – **Depoimentos para a História** (vídeo).

Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=5boaPTLoYQE&t=9s>. Acesso em: 9 jun. 2021.

interessante notar que a memória destes ex-estudantes e sua rede de transmissões ao longo dos anos forma aquilo que Joël Candau⁴⁶⁵ chama de “sociotransmissores”, que seriam mecanismos que estabelecem uma cadeia causal-cognitiva entre dois (ou mais) espíritos-cérebros. Fazendo uma analogia, estes sociotransmissores atuariam como neurotransmissores, facilitando a conexão entre indivíduos. Candau analisa assim a forma como as recordações individuais podem receber certos estímulos de um grupo, ao ponto de produzir uma representação partilhada, como é o caso a rede de amizades que estes agentes mantiveram ao longo dos anos, tendo sempre vários pontos de convergência, até mesmo em inexatidões. Essas acepções do autor também possuem semelhanças com as noções da construção da memória coletiva, de Maurice Halbwachs⁴⁶⁶ e “enquadramento da memória”, de Michael Pollak⁴⁶⁷. De acordo com este autor, algumas memórias são solidificadas dentro de um grupo, mantendo a coesão interna, ao passo que, muitas vezes, memórias divergentes acabam de fora.

Uma exceção com relação a essa confusão de datas é a narrativa de João Bonifácio, que lembrava a data da realização do Congresso da UNE em outubro e em seguida fala sobre o AI-5, precisamente em 13 de dezembro daquele ano. Após o fracasso do congresso estudantil, o Departamento de Polícia Federal de São Paulo enviou um radiograma para Curitiba, decretando a prisão preventiva dos seguintes elementos: Stênio Salles Jacob,⁴⁶⁸ Antônio João Manfio, Eloi Pietá, Vítório Sorotiuk, Jurandir Garçoni, Berto Luiz Curvo e Palmira Amâncio Silva.⁴⁶⁹

Um documento disponível em uma pasta da DOPS⁴⁷⁰ mostra que as forças de repressão sabiam do congresso estudantil com antecedência, inclusive os nomes de alguns participantes. No informe S.I. nº 26/68, o delegado Ozias Algauer dizia que sabia que o XXX Congresso da UNE se realizaria nos dias 12, 13 e 14 “do corrente mês” (sem especificar qual). Nessa data em que o informe era redigido, partiriam, por via rodoviária (ônibus ou automóveis), Stênio Sales Jacob, bem como elementos da diretoria e presidentes de Diretórios acadêmicos. É impressionante como a repressão estava a par da situação, pois Algauer escreveu que na ocasião provavelmente seria eleito o novo

⁴⁶⁵ CAUDAU, Joël. **Antropologia da memória**. Instituto Piaget: Lisboa, 2005.

⁴⁶⁶ HALBWACKS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990.

⁴⁶⁷ POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento e Silêncio. Tradução de Dora Rocha Flaksman. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

⁴⁶⁸ O nome de Stênio aparece com a grafia incorreta: Stênio Salem Jacob.

⁴⁶⁹ DEAP/DOPS. **União Nacional dos Estudantes – UNE (XXXº Congresso)**. Dossiê 2313, caixa 260.

⁴⁷⁰ DEAP/DOPS. **DOPS – informes**. Dossiê 799, caixa 94

presidente da extinta UNE, além de informar que nas votações dos congressos regionais da entidade, “tem tido preferência, os elementos da ALA Vladimir Palmeira”.⁴⁷¹

Sobre esse processo de estudantes infiltrados, um relato esclarecedor de Adyr Fiuza de Castro, um dos criadores do Centro de Informações do exército (CIE) discorre sobre quem eram os infiltrados nos sindicatos ou nos movimentos estudantis:

Normalmente eram sargentos – oficiais havia muito poucos. Civis também, mas como informantes. O sargento era o melhor infiltrado, porque era um profissional. E não era preciso pagar extra: ele estava ali executando uma missão. Infiltrar um civil significa pagar um agente. Eu tenho um pouco de receio disso, não sou partidário de pagar freguês de caderninho. Sou partidário de comprar a informação, como compro uma mercadoria qualquer. Eu vejo: se é gente boa, pago tanto. Se não é boa não quero. mas o sargento era muito bom. Eu costumo dizer o seguinte: naquela célebre passeata de 68, que eles chamam ‘dos cem mil’, mas que não tinha cem mil, e que foi liderada por esse que é agora deputado, Vladimir Palmeira – foi uma passeata grande que houve na avenida -, eles tiraram o retrato do Vladimir Palmeira com o seu grupo de segurança na praça Paris. E eu tinha esse retrato no meu gabinete, no CIE, porque mais da metade dos seguranças eram sargentos meus. Era muito fácil infiltrar no movimento estudantil, porque eles eram muito amadores. Então, a gente matriculava o camarada na universidade, o sujeito fazia uns discursos, tal e coisa, eles logo achavam: ‘esse é dos nossos’. Pronto. Quando era bom mesmo, dali a pouquinho já chegava no comando deles. era muito Fácil.⁴⁷²

O relato de Adyr Fiuza de Castro adquire contornos ainda mais sombrios quando ele destaca o tipo preferido de informante do regime. De acordo com seu relato, a glória maior não era colocar alguém que fazia parte da repressão como infiltrado, mas sim um “cachorro”, termo utilizado para alguém que havia sido preso e torturado pelo regime e “virava”, ou seja, passava a fazer parte da repressão atuando como agente duplo.⁴⁷³ o sadismo narrado parece ter saído do romance 1984, George Orwell.⁴⁷⁴

Em relação a infiltrados na UFPR de modo mais específico, como já foi dito, as informações são escassas, mas há uma pista mais contundente no relatório da Comissão Estadual da Verdade, que traz um relato do doutor Elísio Marques, que foi delegado de Polícia Civil em Araucária, afirmando que ele mesmo havia estudado Filosofia na UFPR enquanto estava em formação na polícia. De acordo com seu relato, frequentar a

⁴⁷¹ Idem.

⁴⁷² CASTRO, Adyr Fiuza de. In: D’ARAUJO, Maria Celina; SOARES, Glaucio Ary Dillon; CASTRO, Celso (orgs). **Os anos de chumbo: a memória militar sobre a repressão**. Rio de Janeiro: Dumará, 1994, p. 26.

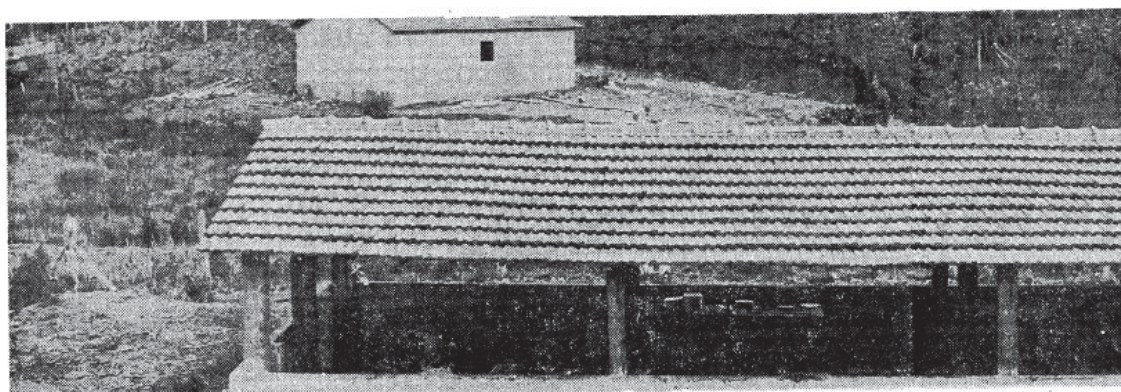
⁴⁷³ Idem.

⁴⁷⁴ Na distopia de George Orwell, o personagem Winston é barbaramente torturado, até que sem se dar conta, começa a torcer para o “Grande Irmão”. Só depois desse processo completo o regime decide matá-lo. In: ORWELL, George. **1984**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

universidade era requisito básico para ascensão na carreira.⁴⁷⁵ Quando questionado pelos entrevistadores do Cabo Anselmo,⁴⁷⁶ por exemplo seria infiltrado desde o início ou “virou”, o militar diz não saber, mas acreditava que este havia “virado”.⁴⁷⁷

No dia da operação da polícia, o dono do sítio não foi encontrado, mas uma matéria do jornal *O Estado de São Paulo* traz algumas informações interessantes sobre a figura controversa que alugara o sítio para o comício da UNE. Sob o título “o estranho dono do sítio”,⁴⁷⁸ o texto mencionava algumas contradições desse homem:

FIGURA 15: Matéria do Jornal *O Estado De São Paulo* sobre o dono do sítio que abrigou o XXX Congresso da UNE



Ele é um homem de 58 anos que vive com uma mulher de 24. Ele é chamado de comunista mas tem um negócio com dois generais. Ele vende terras em Mato Grosso mas mora num cortiço. Ele é amigo de Ademar de Barros, e se chama Domingos Simões, o homem que está desaparecido e que não deixou seu outro endereço com a mulher. Ele é do no do sítio onde os estudantes faziam o congresso.

O ESTRANHO DONO DO SÍTIO

FONTE: DEAP/DOPS. DOPS – **informes**. Dossiê 799, caixa 94.

As informações paradoxais dessa figura misteriosa parecem ter chamado a atenção dos jornalistas, que fizeram entrevistas com os vizinhos. O senhor Domingos Simões estava desaparecido, e os jornalistas tentavam contato com sua jovem esposa, mãe de dois filhos. De acordo com a reportagem, ela se mostrou irritada com a abordagem. Os vizinhos teriam tentado contemporizar: ela estava apavorada, pois desde o dia anterior

⁴⁷⁵ PARANÁ. Secretaria da Justiça, Trabalho e Direitos Humanos – SEJU. **Relatório Estadual da Comissão da verdade Tereza Urban, volume 1**, pp. 401-402. Disponível em:

<https://www.justica.pr.gov.br/Pagina/Comissao-Estadual-da-Verdade> Acesso em: 12 dez. 2024.

⁴⁷⁶ Cabo Anselmo foi um militar da Marinha que participou do enfrentamento à ditadura sendo preso e supostamente torturado em 1971. Desde então passou a colaborar com a ditadura como agente infiltrado em movimentos de esquerda. Seu trabalho como “cachorro” resultou na morte de vários companheiros, inclusive de sua noiva, Soledad Barret Viedma, grávida de quatro meses. Para maiores informações, ler CAMPOS, Luiz Felipe. **O massacre da granja de São Bento**: a história de como um traidor e um torturador se aliaram em um dos crimes mais brutais da ditadura militar no Brasil. Cepe: Recife, 2017.

⁴⁷⁷ Ibid.

⁴⁷⁸ DEAP/DOPS. DOPS – **informes**. Dossiê 799, caixa 94

não a deixavam em paz. Dona Neuza gritava para os jornalistas que não fora avisada de nada. Se o marido fosse preso, o problema seria dele, pois ela não tinha nada a ver e não queria aparecer nos jornais. Um dos vizinhos não tinha dúvidas: ele era um agitador comunista, que vendia terras, tendo ludibriado, inclusive, dois generais, tendo vendido terras que não existiam em Cuiabá. É interessante notar a incoerência das narrativas: um comunista agitador que trabalhava com especulação de terras. Um dos vizinhos, chamado Rafael, tenta defender o senhor Domingos, dizendo que ele apenas tinha coração bom e não sabia negar nada a ninguém, por isso teria emprestado o sítio aos estudantes, ao passo que outro invalida o argumento de Rafael e diz que esse era “um sujeito inteligente, mas não muito bom da cabeça”.⁴⁷⁹

Apesar de ser mais escasso em fontes, os apoiadores do regime, que frequentavam a universidade agiam para conter o movimento estudantil e denunciar o que consideravam os absurdos no ambiente acadêmico. Em um manifesto sobre o Congresso da UNE, o Comitê de Divulgação do Movimento Autêntico Universitário (MAU) traz as seguintes considerações acerca do evento:

“Verdade Nua e Crua Sobre o 30º Congresso” da Extinta UNE

712 estudantes subversivos infringindo a Lei de Segurança Nacional todos eles subintelectualizados (sic) e semianalfabetos, foram surpreendidos num sítio ermo, em promiscuidade total. Rapazes e moças dormiam nas mesmas barracas, nas mesmas pocilgas, nos mesmos currais. Tomavam banho juntos e defecavam no mato, em buracos escavados no chão ou no próprio riacho em que lavavam o rosto e as panelas. Foram apreendidas armas, munições e equipamentos militares. Barracas com medicamentos e enorme quantidade de pílulas ANTICONCEPCIONAIS estão em poder das autoridades. Dentre as moças presas, várias tinham fugido de INTERNATOS e COLÉGIOS DE FREIRAS. Houve um sururu tremendo para ver quem dormiria na última noite com a MIS UNIVERSITÁRIA PARANAENSE (sic). O 30º Congresso da Extinta e Subversiva UNE custou a soma de NCR\$ 30.000,00 (Trinta mil⁴⁸⁰ cruzeiros novos) surrupiados de alunos ou de proprietários de carro parando o trânsito nas cidades, ou de transeuntes durante as passeatas. A alimentação era intragável até para os PORCOS que coabitavam com os estudantes. A cozinha funcionava num estábulo, perto de um chiqueiro de alvenaria. O plenário foi instalado num prédio de 8x10 e dividido no meio, com o chão inteiramente coberto de tatamis (sic). Ao lado deste prédio uma tenda com uma cruz vermelha e a palavra hospital. Um pouco mais acima outra tenda cheia de buracos, com uma fila de pessoas enorme, era o WC. Através dos buracos, todas as vezes que entrava uma moça corriam vários rapazes para olhar. Mais adiante a cascata que fornecia água, com um tanque na terra que servia como banheiro. Entre o alojamento e o plenário, corria o riacho, atravessado por uma pequena ponte. À noite vários casais embrenhavam-se no mato e só surgiam pela manhã carregando cobertores. Colega estudante, esta é a verdade que eles não te contam. Por isso surgiu o MAU (Movimento Universitário Autêntico) que doravante estará vigilante, denunciando o covil de corrupção e o mar de lama em que estão sendo transformadas nossas faculdades por estes

⁴⁷⁹ Ibid.

⁴⁸⁰ A palavra “mil” aparece espremida, escrita à caneta.

imperialistas paracomunistas (sic) e contam com o benemérito de professores incompetentes e acomodados que aqui no Paraná atinge a elevada cifra de 80% no magistério superior. O DCE e a Casa do Estudante São antros de perdição. Evitemos novas PALMIRAS. Acabemos com o TROTTOIR nas Faculdades e na casa da estudante universitária. Lutemos por um BRASIL mais forte e melhor denunciando os impostores (professores e alunos) e os expurguemos das nossas comunidades.

O MAU unido vencerá a baderna.

Manifesto aos AUTÊNTICOS UNIVERSITÁRIOS DO PARANÁ.

Endossam: TFP

CCC

MAC

FUR⁴⁸¹

Esse manifesto traz uma série de elementos interessantes. É difícil imaginar que a sigla escolhida para representá-los tenha sido apenas uma coincidência. A frase “o MAU unido vencerá a baderna” mostra até certo sadismo. Ao mesmo tempo em que acusa os membros do movimento estudantil de oposição à ditadura de serem “subintelectualizados e semianalfabetos”, traz em sua redação um português sofrível, que até levanta dúvidas se de fato foi redigido por alguém que frequentava a universidade. Chama a atenção a preocupação constante com a suposta promiscuidade, sobretudo com relação ao público feminino, o que lança uma curiosidade sobre qual o perfil da pessoa que redigiu o documento, colocando em destaque palavras que estavam relacionadas com as mulheres. Mesmo que de forma tímida, o combate a corrupção, tão comum nesse tipo de manifesto daqueles que atacam as organizações de esquerda, não passou incólume. Outro elemento curioso no documento é o fato de esse movimento estudantil de viés conservador chamar os estudantes de imperialistas. Estariam a serviço de Cuba ou da URSS, ou ainda, do comunismo internacional? Por fim, mais dois aspectos do manifesto saltam aos olhos: o apelo para que se evitassem novas Palmiras, provavelmente fazendo uma alusão a Palmira Amâncio da Silva, que compunha a diretoria da UPE em 1968. Possuindo papel de destaque na militância estudantil, Palmira participou de comícios e passeatas em Curitiba em 1967, no contexto das crises por que passavam os restaurantes universitários. Também estava presente nas manifestações em Curitiba que ocorreram após o assassinato do estudante Edson Luís no restaurante Calabouço, no Rio de Janeiro, bem como no XXX Congresso de Ibiúna.⁴⁸² Mais uma vez o destaque é sobre a conduta de uma mulher.

⁴⁸¹ DEAP/DOPS. **União Nacional dos Estudantes – UNE (XXXº Congresso)**. Dossiê 2313, caixa 260.

⁴⁸² ZAPARTE, Andrea. **A DOPS e a repressão ao movimento estudantil em Curitiba – Paraná (1964-1969)**. 2011. 90 f. Dissertação (Mestrado em História) - Unioeste, Marechal Cândido Rondon.

O documento ainda finaliza, concitando seu leitor a acabar com o *trottoir* na Casa da Estudante Universitária, fazendo uma alusão à palavra francesa que denota o caminhar das profissionais do sexo em busca de clientes. Das organizações citadas no final do texto, as quais endossariam esse manifesto, as mais conhecidas são o Comando de Caça aos Comunistas (CCC), uma agremiação com este nome já era conhecida desde 1962, tendo sido formada a partir de um racha do Centro Acadêmico da Faculdade de Direito da USP.⁴⁸³ A organização, já em 1964, participava de atos terroristas, tais como o incêndio ao prédio da UNE, no Rio de Janeiro. Seguiu com atividades terroristas nos anos seguintes, atingindo seu ápice em 1968 em sua cruzada anticomunista. Também há uma menção à famigerada Tradição, Família e Propriedade (TFP). O Movimento Anticomunista (MAC) surgiu no contexto dos protestos contra o reatamento das relações diplomáticas do Brasil com a URSS em 1961.⁴⁸⁴ Em um primeiro momento foram feitas apenas pichações anticomunistas, porém no ano seguinte, as ações terroristas tomaram forma. A sede da UNE foi metralhada no Rio de Janeiro e uma bomba foi jogada na redação do jornal *Última Hora*.⁴⁸⁵ Dessa forma, Motta observa que houve certa leniência das autoridades em apurar os atos terroristas da organização. Em uma reportagem de 18 de janeiro de 1962, o *Jornal do Brasil* traz a notícia de que o governo já sabia o que era o movimento, bem como quem o financiaria.⁴⁸⁶ Embora não tenha conseguido nomes ou maiores detalhes, a reportagem informa que havia um plano considerado “ambicioso demais para os meios de que se poderia, provavelmente, dispor”⁴⁸⁷. Haveria a intenção de se “aliciar parlamentares, fazer guerra psicológica em atos de propaganda intensa e, sobretudo, comprar núcleos eleitorais”.⁴⁸⁸ A fonte em que o ministro da Justiça Alfredo Nasser se baseava para fazer a acusação contra o MAC era um documento de uma reunião do movimento, cujas identidades dos participantes foram preservadas.

⁴⁸³ BRASIL, Clarissa. **O brado de alerta para o desertar das consciências**: uma análise sobre o Comando de Caça aos Comunistas, Brasil, 1968-1981. Dissertação (mestrado). Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2010. (12 4f). Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/132846/000984619.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 10 jul. 2024.

⁴⁸⁴ MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Em guarda contra o "perigo vermelho"**: o anticomunismo no Brasil (1917-1964). 2000. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000. .Acesso em: 09 jul. 2024.

⁴⁸⁵ Idem.

⁴⁸⁶ Governo já sabe o que é MAC e quem o orienta e financia. **Jornal do Brasil**. 19 jan 1962. Disponível em: http://memoria.bn.gov.br/DOCREADER/030015_08/25416 Acesso em: 9 jul. 2024.

⁴⁸⁷ Idem.

⁴⁸⁸ Ibid.

O movimento estudantil de contestação à ditadura apostou alto em suas ações, o que chamou a atenção dos agentes de repressão que buscavam uma maneira de tolher sua liberdade de ação. A primeira grande ação pautada pelo golpe dentro do golpe viria logo a seguir, e Curitiba, com sua vocação de pioneira, iria inaugurar mais um evento único em sua História.

3.4.5. O Truque do Truco e a “Operação Leiteiro”: a Chácara do Alemão

Se no primeiro semestre de 1968 o movimento estudantil de oposição ao regime alcançava seu ápice por meio de seus feitos inéditos, como o enfrentamento à repressão na “batalha do Politécnico” e na ocupação da Reitoria com a vitória sobre o ensino pago, o segundo semestre representou o derretimento de suas asas de cera após a proximidade com o sol. A ditadura se articulava para desbaratar de vez qualquer tentativa de contestação a seus desmandos. O primeiro sinal de que o movimento estudantil estava cada vez mais estrangulado foi justamente o frustrado Congresso da UNE. A partir de então, as ações repressivas se intensificaram e, junto com elas, o recrudescimento do regime trazia em sua esteira algo que mudaria os rumos da resistência no país: o golpe dentro do golpe.

Embora os grupos mais alinhados à ditadura se utilizem de distorções históricas para dizer que o endurecimento do regime a partir do final de 1968 foi uma resposta às ações das guerrilhas, o fato é que estas ações foram o fruto do congestionamento das opções pacíficas de resistência, e não o contrário. Conforme analisa Motta, a escalada autoritária era uma forma de lidar com o protesto de professores acusados de estimular a rebeldia estudantil. Ademais, a escalada autoritária possuía a vantagem de livrar o governo de negociar com o Congresso, deixando o caminho livre para implementar as políticas de sua preferência.⁴⁸⁹ Dessa forma, no dia 13 de dezembro de 1968, o governo agiu, convocando a reunião do Conselho de Segurança, em uma reunião que ficou conhecida na posteridade como “A Missa Negra”, uma vez que dela resultaria a edição do Ato Institucional mais radical da ditadura.⁴⁹⁰ O AI-5 marcou, assim, uma ruptura com qualquer possibilidade de resistência por meio de mobilizações democráticas que vinham

⁴⁸⁹ MOTTA, Rodrigo Patto de Sá. **Passados presentes**: o golpe de 1964 e a ditadura militar Rio de Janeiro: Zahar, 2021, p. 117.

⁴⁹⁰ NAPOLITANO, Op. Cit. P. 94. A expressão “missa negra” é utilizada pelo autor, referindo-se ao modo como os cronistas trataram o assunto mais tarde.

crecendo ano após ano, trazendo o fim de um mundo e o começo de outro, descortinando qualquer tentativa de narrar o regime como uma “revolução”. Conforme afirma Marcos Napolitano, “Mais do que isso, teve uma suspensão do tempo histórico, como uma espécie de apocalipse político-cultural, que atingia em cheio as classes médias, relativamente poupadas com a repressão que se abatera o país com o golpe de 1964”.⁴⁹¹ Se até então os estudantes, muitos deles oriundos da classe média, eram poupados de ações mais repressivas, a partir de então a régua da violência seria aplicada de forma equânime. Em Curitiba, os universitários sentiram na pele as mudanças, exatos quatro dias após o ato institucional que selaria seu destino no que tange a manifestações massivas.

A cidade escolhida para a continuação do frustrado XXX da UNE foi justamente Curitiba, pois conforme salienta Hagemeyer,⁴⁹² o maior líder estudantil do Brasil à época, Vladimir Palmeira, havia dito que o movimento estudantil só estava, de fato, organizado em três estados: São Paulo, Rio de Janeiro e Paraná. Dessa forma, a escolha de Curitiba parecia natural, pois os outros dois estados estavam encontrando problemas para organizar um ato assim, devido a outras ações violentas das forças de segurança. Aqui, a repressão ainda era um pouco mais branda, porém a situação iria piorar. Quanto à localidade em específico, essa merecia uma história longa por si só. Uma chácara⁴⁹³ – ironicamente cerca de 500 metros do quartel do Boqueirão, um dos locais de repressão da ditadura –, era habitada por alemães menonitas que haviam sido expulsos da União Soviética pelo regime stalinista, portanto tinham como princípios “ser religioso, trabalhador sem descanso, amarrado à família, receptivo, e anticomunista até o último fio do cabelo”.⁴⁹⁴ Por ironia do destino, o grupo responsável pela organização do evento em sua chácara, era composto majoritariamente por membros ligados à esquerda, e que colocariam o dono do local, senhor Jacob Neufeld, em maus lençóis.

O “alemão” passava por um período de crise em sua chácara de vacas leiteiras, pois fiscais da prefeitura começaram a implicar com a hegemonia do povo menonita na distribuição de leite, o que rendeu uma onda de fiscalizações, com agentes chegando a

⁴⁹¹ Idem.

⁴⁹² HAGEMEYER, 1998, Op. Cit, p. 98.

⁴⁹³ A chácara foi loteada e hoje é uma área bastante urbanizada. Entretanto, gravei um vídeo para meu site Ditadura em Curitiba nesse local. Disponível em: <https://ditaduraemcuritiba.com.br/chacara-do-alemao/> Acesso em: 3 abr. 2024.

⁴⁹⁴ FERNANDES, José Carlos. Memórias esparsas da Chácara do Alemão. **Gazeta do Povo**. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/colunistas/jose-carlos-fernandes/memorias-esparsas-da-chacara-do-alemao-a9ovivra757lryxy4fr2zt7i5/> Acesso em: 29 mar. 2024.

jogar os frascos de leite no chão.⁴⁹⁵ Como a crise começou a preocupar o proprietário do local, uma solução passou a ser arrendar a terra e/ou alugar a chácara para eventos. Os estudantes argumentaram que seria para um torneio de truco e um churrasco com poucas pessoas, porém o que veio depois, envolveu o senhor pacato no olho do furacão. Mesmo com os estudantes tomando todos os cuidados necessários para burlar as autoridades, o comício foi praticamente um evento natimorto, já que os tenazes infiltrados das forças de segurança já haviam avisado sobre a movimentação. Nesse sentido, um dos principais representantes do movimento estudantil de oposição ao regime, Vitório Sorotiuk infere que ao sair da Praça Tiradentes rumo ao fatídico evento, sentiu que estava sendo vigiado:

O dia da organização desse congresso, quando eu saí aqui da Praça Rui Barbosa, eu estava com a prisão preventiva decretada, eu disse para quem estava indo comigo, que era o Mauro Goulart, que é falecido já... Eu disse “Mauro, a hora em que nós saímos uma pessoa baixou o jornal, nós estamos sendo vigiados”, né? E chegamos ao local do encontro,[...], eu tinha pedido para um pessoal, eu disse “eu acho que tenho que ir embora, tem que me levar daqui”... estávamos discutindo com a direção de como sair dali, que não... achava que ia cair aquilo ali [...] porque eu disse, “não, uma pessoa baixou o jornal aonde eu peguei o ônibus e tudo... isso aqui aberto e todo mundo vindo pra cá, nós vamos ser presos”. Eu estava com outro olhar... estava aguçado porque eu estava com prisão preventiva decretada.⁴⁹⁶

Vitório também faz uma observação acerca da hierarquia da repressão. Segundo ele, nem todos atuavam na repressão propriamente dita:

Até aconteceu algo interessante um dia em que eu vim aqui na Praça Osório e quem passa ali? Eu encontro com quem? O tenente da PM que era justamente o chefe do gabinete do secretário de Segurança, que era amigo pessoal meu. Eu disse ‘como é, tão me procurando muito?’ Ele disse ‘não, até que não, tudo...porque é mais os organismos de repressão que estão ocupando-se disso e não tanto o secretário’. Então veja você, que dentro do esquema de segurança tinha uma secretaria de segurança que às vezes o secretário de Segurança, ele não... não...os aparatos eram aparatos paralelos dentro do esquema de estrutura de segurança do país, né.⁴⁹⁷

Essa proximidade de Sorotiuk com um tenente da polícia pode explicar a atitude benevolente do militar em não efetuar a prisão. Além disso, com o professor Vieira Netto também havia acontecido algo semelhante, conforme explicitado no segundo capítulo,

⁴⁹⁵ Idem. A matéria do jornalista José Carlos Fernandes tem como fonte Eleonora Fast, filha do proprietário da chácara, que contou suas memórias daquele período. Como a documentação sobre a chácara é escassa, essa fonte oral é o único resquício que sobrou.

⁴⁹⁶ SOROTIUK, Vitório. **Depoimentos para a história** (vídeo).01:17:24 – 01:18:37. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=fTGYbNx4Bg&t=5134s> Acesso em: 29 mar.2024.

⁴⁹⁷ Idem. 01:18:40 – 01:19:26.

quando foi avisado por um policial que este saberia de seu paradeiro, e que “se o visse iria prendê-lo”. Essas informações são importantes para entender as estratégias de acomodação, muitas vezes contraditórias. Sabe-se que havia nas forças de repressão indivíduos mais engajados com os propósitos da ditadura, ao passo que ambos apenas se acomodavam, obedecendo ordens quando necessário, mas fazendo vista grossa, ou até mesmo hesitando quando havia a chance de efetuar alguma prisão. Nesse sentido, outro caso emblemático é o da denúncia de Flávio Suplicy, que alega não ter sido atendido em sua demanda. Com relação a Vitório e os estudantes da Chácara do Alemão, conforme mencionado, o conclave estudantil nem chegou a ocorrer, pois assim que os estudantes chegaram e se instalaram, foram surpreendidos por um grande aparato repressivo, cujo contingente chegou disfarçado em caminhões frigoríficos.

A polícia, sabendo das verdadeiras intenções dos estudantes por meio de seus informantes, batizou a operação de “Operação Leiteiro”, fazendo jus às atividades exercidas pelo dono da chácara – que teve vários aborrecimentos na sequência, tendo que se explicar várias vezes para as autoridades e, inclusive, sendo fichado como subversivo. Logo ele, que detestava qualquer coisa que lembrasse o comunismo. Sobre a proximidade com o quartel do Boqueirão e o perigo que isso representava, Beth Franco Fortes diz que “se o Ahú, onde ficamos presos, era longe, imagine o Boqueirão. Não havia a sensação de proximidade com o quartel. Não diria que foi ingênuo”.⁴⁹⁸

⁴⁹⁸ Gazeta do Povo, Op. Cit.

FIGURA 16: Vitório Sorotiuk caminha com as mãos na cabeça e escoltado por um policial.⁴⁹⁹



FONTE: Jornal *Tribuna do Paraná*.⁵⁰⁰

Na matéria do jornal, foi vinculado que as forças de segurança começaram a agir por volta das nove horas da manhã, o que levava a crer que as autoridades haviam sido informadas há pouco sobre o evento. A fonte do jornalista era o tenente-coronel Clarimundo Valdir Moreira. De maneira ardilosa, o militar ocultou a infiltração no movimento estudantil, que havia permitido que se soubesse com muito mais antecedência do que noticiava a *Tribuna*. A matéria ainda informa que foram destacados mais de 400 homens para a operação, em uma parceria entre a Polícia Militar e o Corpo de Operações Especiais. Também teria havido a apreensão de muito material subversivo, que o jornal descreve como “panfletos, boletins e cartazes, que falavam da modificação do regime vigente em nosso país”.⁵⁰¹ Aqui, mais uma vez, a subserviência do periódico é tamanha que sequer utilizavam a denominação “ditadura”, utilizando um recurso retórico, denominando-o de “regime vigente”, o que não significava nada. Além disso, comemorava a ação, dizendo que o sucesso da operação havia sido devido à “ação eficiente dos órgãos de segurança, desmantelando os agrupamentos estudantis notoriamente postulantes de uma ação agressiva e antigovernamental”.⁵⁰² Também chamava a atenção para a prisão de “agitadores profissionais e já com anterioridade

⁴⁹⁹ Legenda: ESTE é Vitório Sorotiuk, presidente do Diretório Central da Universidade Federal e um dos líderes da extinta UNE

⁵⁰⁰ Jornal disponível na Biblioteca Pública do Paraná – setor de microfilmagem.

⁵⁰¹ Idem.

⁵⁰² Ibid.

política ideológica sobre os quais pesam ordens judiciais de prisão”.⁵⁰³ O jornal *Diário do Paraná* abusou de ironia para se referir às prisões, e trouxe duas imagens na mesma página com elementos interessantes de análise:

FIGURA 17: Estudantes presos com as mãos na cabeça

SAINDO DA BACIA



A ação policial contra a reunião estudantil denominou-se “Operação Leiteiro”. Sob pontas de baionetas, os adeptos da ex-UNE foram evacuados da chácara situada nas imediações da bacia leiteira, onde se reuniram para deliberar.

FONTE: Jornal *Diário do Paraná*⁵⁰⁴

⁵⁰³ Ibid.

⁵⁰⁴ DEAP/DOPS. *União Nacional dos Estudantes*, Op. Cit

FIGURA 18: Estudantes nos caminhões utilizados pelas forças de repressão

“CARONA” NÃO DESEJADA



O pessoal quis debater temas da ex-UNE sob a cobertura de um bom jogo de truco, em meio a churrasco. Resultado: a polícia que não foi convidada, resolveu interceptar a “festa” e a turma, apanhada em flagrante foi para a Penitenciária do Ahu.

FONTE: Jornal *Diário do Paraná*.⁵⁰⁵

Na primeira imagem, todos os homens estão de cabeça baixa, mas uma mulher olha de maneira firme para a câmera, em uma atitude de contestação. Já na segunda, o pessoal, sentado nos caminhões utilizados pela repressão parecem mais relaxados, inclusive com alguns sorrisos na hora do clique. Nesse sentido, é importante salientar que os estudantes estavam acostumados a serem presos e na sequência ganharem a liberdade, o que representava um risco calculado, que muitas vezes, potencializava o mito da resistência. Porém, dessa vez, algo havia mudado: o governo tinha o AI-5 (ainda fresco) e com isso possuía poderes inéditos. O movimento estudantil começava a conhecer a face mais aterrorizadora da ditadura.

⁵⁰⁵ Idem.

3.5. ACOMODAÇÃO, EXÍLIO OU PEGAR EM ARMAS?

Dos estudantes enfatizados nesse capítulo, e que se engajaram na luta contra a ditadura, apenas José Antônio Trindade e “Zequinha Prêmio Esso” não foram condenados pelos eventos na Chácara do Alemão. No total, 15 jovens foram condenados, com penas que variaram de 6 meses a dois anos de detenção. São eles: Antônio João Mânfió, Vitorio Sorotiuk, Charles Champion Junior (falecido), Mauro Daisson Otero Goulart (falecido), Dacio Villar, Celso Mauro Paciornik, Berto Luiz Curvo, Helio Urnau, Marco Apolo dos Santos Silva, João Bonifácio Cabral Junior, Iran Vieira Dias (nome verdadeiro João de Paulo do Ceará), Marco Antônio Nascimento Pereira, Elisabeth Franco Fortes, Judite Maria Barboza Trindade e Mário Oba.⁵⁰⁶ Muitos deles, embora tenham tido suas trajetórias acadêmicas interrompidas, tentaram continuar os estudos, conforme será analisado adiante. Embora José Antônio não tenha sofrido a condenação, foi afetado pelo fato de sua companheira ter sido privada de liberdade, conforme é possível notar em suas lembranças:

Ela estava começando a faculdade de História e participava já do movimento estudantil. Uma pessoa muito ativa, uma pessoa muito inquieta, também participante da política e com isso ela foi representar o segmento dela no Congresso da UNE e ela foi presa... isso foi no dia 17 de dezembro de 1968. E ela ficou presa por um ano todo, de dezembro de 1968 até dezembro de 1969... uma prisão que hoje não se imaginaria nunca... uma pena por uma simples participação em um Congresso de estudantes. Hoje a gente vê isso como uma barbaridade desproporcional, uma violência desproporcional. Mas na época a gente via como o peso da ditadura mesmo, que não tinha a intenção de arrear pé nem um milímetro. Isso aí foi mais um golpe, vamos dizer, pra gente, porque se vê privado da companhia de uma pessoa com quem tinha recém unido os laços de família.⁵⁰⁷

O recorte histórico do tempo de encarceramento dos estudantes se ampara, sobretudo, nas fontes orais, pois obviamente não existem fontes documentais sobre essa jornada de foro íntimo. Embora não seja possível cruzar com outras fontes, via de regra, os relatos são bastante semelhantes, mesmo que eles tenham ficado em celas separadas e não tenham convivido juntos por razões de força maior, o que não isenta os relatos de possíveis imprecisões, sobretudo cronológicas, essas sim passíveis de verificação mais precisa. No relatório da Comissão Estadual da Verdade, as violências sofridas pelos

⁵⁰⁶ PARANÁ. Secretaria de Justiça, Trabalho e Direitos Humanos – SEJU. **Relatório da Comissão Estadual da verdade Tereza Urban, 2014**. Volume 1. Disponível em:

<https://www.justica.pr.gov.br/Pagina/Comissao-Estadual-da-Verdade>. Acesso em: 1 abr. 2024.

⁵⁰⁷ TRINDADE, José Antônio, Op. Cit. 18:28 -18:48

estudantes foram tipificadas como “tortura e detenção arbitrária, violação da liberdade de expressão”.⁵⁰⁸ No mesmo documento, há o relato de que após serem presos pela Polícia do Exército, os jovens foram levados para o Quartel da Praça Rui Barbosa e, muitos deles, espancados e torturados, de forma que “as torturas causaram gravíssimos danos físicos e psicológicos a esses jovens, e alguns ficaram com sequelas permanentes”.⁵⁰⁹ É importante destacar que as Comissões da Verdade se basearam majoritariamente em relatos orais, pois muitas das violações de direitos humanos cometidas pelo Estado durante a ditadura carecem de fontes documentais, por razões diversas e até mesmo óbvias, pois uma vez que eram ilegais, não eram documentadas. Além disso, conforme relatado na introdução desta tese, o processo de abertura “lenta gradual e segura” que demorou anos para se concretizar, proporcionou aos militares tempo mais que suficiente para a ocultação e destruição de documentos mais comprometedores.

Conforme pondera João Bonifácio, após cumprir sua pena de um ano e meio no presídio do Ahú, ele teria 3 opções: se desvincularia do movimento estudantil de contestação à ditadura, iria para o exílio ou à luta armada. De acordo com suas considerações, esta última opção era equivocada, uma vez que “ela pretendia que com o enfrentamento, outros setores da sociedade pudessem vir para este enfrentamento... mas ficou distanciado da sociedade a nível de organização”.⁵¹⁰ Ainda na prisão, João conseguia se apropriar do teor das aulas, graças a colegas que faziam gravações e datilografavam os conteúdos para que ele tivesse acesso, tendo também autorização para sair do cárcere a fim de realizar as provas, sempre acompanhado de dois guardas. Em seu relato, ele chega inclusive a afirmar que se dava bem com eles, desenvolvendo uma relação cordial. Entretanto, mais de um ano após a realização de aulas nesse formato, foi informado por seus advogados de que teria que refazer o ano letivo todo novamente, pois de acordo com o Ministério da Educação, não tinha presença suficiente nas aulas. A alegação do Ministério traz uma espécie humor com sadismo, uma vez que o estudante estava impossibilitado de frequentar as aulas devido ao fato de estar preso. Após alcançar a liberdade, João Bonifácio relata que resolveu deixar totalmente a atividade político-estudantil e terminar o curso para depois decidir qual caminho seguiria. Porém, no dia da formatura, recebeu um telegrama do então ministro da Educação Jarbas Passarinho

⁵⁰⁸ PARANÁ. Secretaria da Justiça, Trabalho e Direitos Humanos – SEJU. **Relatório Estadual da Comissão da verdade Tereza Urban, volumes 1 e 2**, p. 62. Disponível em: <https://www.justica.pr.gov.br/Pagina/Comissao-Estadual-da-Verdade> Acesso em: 1 abr. 2024

⁵⁰⁹ Idem, p. 139.

⁵¹⁰ CABRAL JÚNIOR, Op. Cit. 40:00 – 42:31.

impedindo-o de colar grau, devido a sua vida pregressa na militância. Após seu advogado ter impetrado um mandado de segurança, o estudante finalmente conseguiu uma colação de grau exclusiva.⁵¹¹

Sobre as opções acerca do que fazer depois que saísse do cárcere, Stênio Salles Jacob pensava de modo parecido. Em seu relato, o líder estudantil salienta que possuía vínculo com o pessoal da AP, mas não se vinculou à organização, pois não conseguia enxergar de onde viria a logística necessária para a luta armada. Ademais, pondera, a ditadura massacrava rapidamente qualquer tentativa de resistência horizontal.⁵¹² Nesse ponto, é importante notar que, em seu discurso, Stênio não era contra esse método de resistência por divergências ideológicas, mas por acreditar que não haveria efetividade em fazê-lo. Logo na sequência, ele diz que exatamente por ter optado pela via democrática de resistência, sua candidatura à presidência da UPE teve apoio de 100% dos estudantes. Todavia, isso ocorreu em 1967, portanto, um ano antes dos acontecimentos descritos aqui.

Após sair do presídio, Elizabeth reflete que foi difícil voltar à normalidade, uma vez que o medo era constante. Tentou voltar em seguida ao curso de jornalismo, na UFPR, apresentando um requerimento para sua readmissão, porém foi informada que o pedido havia sido indeferido, uma vez que representava uma ameaça aos outros estudantes. Procurando uma solução para o impasse, conseguiu uma transferência para a Universidade Católica, onde pôde concluir seu curso. Nesse sentido, Elizabeth relata ter sido muito bem acolhida na instituição pelas irmãs maristas, que sabiam de suas atividades pregressas.⁵¹³ Em seguida, mais uma vez a figura do governador Paulo Pimental vem à tona: Elizabeth havia se candidatado a uma vaga na TV Iguaçu, cujo dono era o político, que teria se isentado de reprová-la ou contratá-la, deixando a decisão nas mãos de seus editores. Graças à intercessão de seu ex-professor João Feder, então assessor de Pimentel, a militante conseguiu o emprego. Aqui, é importante observar a atitude de Pimentel, em que novamente sua fama de político moderado, a despeito de alinhado com a ditadura, encontra eco no relato de Elizabeth. Se, por um lado, o dono da TV Iguaçu não aprovou a sua contratação, por outro, não se opôs quando Feder optou pela contratação da jovem jornalista.

⁵¹¹ Idem.

⁵¹² JACOB, Stênio Sales, Op. Cit., 32:00 – 34:30

⁵¹³ FORTES, Elizabeth Franco, Op. Cit. 30:00 – 31:50.

Conforme analisa Motta ao longo de seu livro,⁵¹⁴ o perfil de civis alinhados à ditadura variava bastante. Nesse caso, mais uma vez é possível ver a categoria de acomodação na atitude do governador, pois ele nunca se mostrava abertamente um entusiasta da ditadura, apesar de ter conseguido muitas vantagens políticas com o regime e de fazer parte dele.

Judite Maria Barboza Trindade, diz que os rapazes presos ficavam todos em uma cela separada, que, ironicamente, havia sido uma sala de aula anteriormente, ao passo que as duas estudantes ficavam juntas em outra cela. Após os advogados dos presos recorrerem, as penas foram abrandadas. Judite saiu em dezembro de 1969 e Elizabeth ficou mais 6 meses presa. Judite ainda conta que conseguiu visitar a amiga uma única vez, sendo que depois houve a proibição de visitas do movimento estudantil. É a partir de então que ela relata que sentiu o peso na ditadura, quando as notícias de sequestros, assassinatos e torturas começam a vir de forma mais abundante. Sobre professores que simpatizavam com o regime, Judite cita uma situação que viveu na universidade. Para terminar o primeiro ano do curso de História, quando foi presa, faltava uma prova, que ela conseguiu autorização da justiça para realizar. O professor responsável, Constantino Comninos,⁵¹⁵ teria se recusado, “dizendo que não fazia prova para subversivo”. Portanto, ela só conseguiu realizar essa avaliação depois de deixar a prisão, por meio de outro professor que aceitou aplicá-la, e em março de 1973, conseguiu se formar na universidade.⁵¹⁶

Com relação às memórias desses protagonistas, não se pode esquecer que, apesar de serem fontes muito importantes para compreender este período, possuem suas limitações, pois conforme lembra Alessandro Portelli, “a memória, na verdade, não é um depósito de informações, mas um processo contínuo de elaboração e reconstrução de significados”.⁵¹⁷ A visão deles, portanto, é permeada por uma relação “do presente colorindo o passado”, conforme salienta Pollak.⁵¹⁸ Dessa forma, a maneira com que eles enxergam os desdobramentos da época, naturalmente são permeados pelo presente, já em

⁵¹⁴ MOTTA, 2014, Op. Cit.

⁵¹⁵ O professor Constantino Comninos possui uma ampla trajetória acadêmica, tendo passado pela UFPR, PUCPR e atualmente leciona na FESP. Foi Vice- Cônsul Honorário da República Helênica (Grécia) em Curitiba (Jurisdição para os Estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul), designado em 1990 e Cônsul Honorário da República Helênica (Grécia) em Curitiba (Jurisdição para os Estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul), desde 2001. Em 1999 recebeu o prêmio de cidadão honorário de Curitiba pela Câmara Municipal. Uma informação curiosa é que em seu lattes consta um curso de curta duração ministrado pela Usaid justamente em 1964. Disponível em: <http://lattes.cnpq.br/2165653753177835>.

⁵¹⁶ TRINDADE, Judite Barbosa, Op. Cit. 28:00 – 31:45.

⁵¹⁷ PORTELLI, 2016. Op. Cit, p.18.

⁵¹⁸ POLLAK, 1989, Op. Cit.

uma fase mais madura da vida, cujas entrevistas foram gravadas entre 2012 e 2013, portanto, embora utilizem a mnemotécnica já discutida aqui, também incorporam elementos inerentes ao presente, como não poderia deixar de ser.

CAPÍTULO 4 – NOVAS FORMAS DE ENFRENTAMENTO: ESTUDANTES E DITADURA REPENSAM ESTRATÉGIAS

*Nossa democracia não é igual às outras[...]
Democracia é relativa*

Ernesto Geisel ⁵¹⁹

Após a hecatombe de 1968, quando o movimento estudantil de resistência à ditadura encontrou seu apogeu, o regime passou a certificar-se de que não iria tolerar outra onda de contestação, sobretudo dos universitários, passando a se utilizar de aparatos jurídicos e repressivos para frear qualquer resistência. A partir do final daquele ano, o presidente da República dispunha do AI-5, e com ele, possuía um poder hipertrofiado sem precedentes, que, dentre outras premissas, tolhia a liberdade de manifestação, bem como o *habeas corpus* para crimes políticos e/ou contra a segurança nacional, dentre outros.⁵²⁰ Desta forma, as passeatas estudantis poderiam ser enquadradas nessas tipologias de contravenção, abrindo um novo capítulo na história da repressão do país. Também foi a partir dessa época que as prisões dos jovens passaram a ser convertidas em condenações, e denúncias de torturas passaram a ser mais frequentes no meio discente.

Nesse ínterim, o governo passou não só a atacar por meio da violência, mas segundo a lógica da “guerra psicológica” descrita no manual da ESG,⁵²¹ por meio de um sistema mais eficiente de propaganda. Para tanto, em 1968 foi criada a Assessoria Especial de Relações Públicas (AERP), por meio do decreto nº 62.119, de 15 de janeiro de 1968.⁵²² A solução visava contornar a impopularidade crescente da ditadura.⁵²³ baseado em estudos preliminares, um relatório da AERP mostrava que parte da população ou não

⁵¹⁹ FOLHA DE SÃO PAULO, 3 mai. 1977, p. 5

⁵²⁰ BRASIL. Ato institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968. São mantidas a Constituição de 24 de janeiro de 1967 e as Constituições Estaduais; O Presidente da República poderá decretar a intervenção nos estados e municípios, sem as limitações previstas na Constituição, suspender os direitos políticos de quaisquer cidadãos pelo prazo de 10 anos e cassar mandatos eletivos federais, estaduais e municipais, e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ait/ait-05-68.htm Acesso em: 15 jul. 2024.

⁵²¹ ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA, 1975, Op. cit.

⁵²² BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Decreto nº 62.119, de 15 de janeiro de 1968.** Altera os Decretos ns. 56.788, de 25 de agosto de 1965 e 56.596, de 21 de julho de 1965, que dispõem, respectivamente, sobre os Regimentos dos Gabinetes Militar e Civil da Presidência da República. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1950-1969/D62119.htm Acesso em: 10 dez. 2024.

⁵²³ FICO, Carlos. **Reinventando o otimismo: ditadura, propaganda e imaginário social no Brasil.** 2 ed. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2024, p. 122.

estava satisfeita com o regime, ou não possuía opinião consolidada a respeito.⁵²⁴ Dessa forma, “seria necessário tomar uma série de iniciativas, motivar a população, desviar a atenção para os ‘fatos notáveis’”.⁵²⁵

Ou seja, tratava-se de uma nova era em que o governo passava a investir nos jovens, procurando ganhar corações e mentes (em concomitância com a repressão), e que, nas palavras de Carlos Fico,

com especial vigor naquele momento, vigor indispensável para reverter os caminhos que essa juventude vinha sendo ‘obrigada a trilhar’ – provavelmente uma referência difusa ao tumultuoso imaginário militar sobre os perigos que acometiam os valores ‘ocidentais e cristãos’.⁵²⁶

Portanto, houve um maior engajamento no sentido de se infiltrar ideologicamente na classe estudantil, por meio de iniciativas que visavam engajar os estudantes nos princípios morais propagados pelo regime. É o caso de projetos inseridos no contexto da extensão universitária, tais como o CRUTAC e o Projeto Rondon, que já vinham sendo gestados antes mesmo do AI-5, mas ganharam volume e certa urgência na nova conjuntura política. Além disso, empreendimentos como a inclusão de disciplinas como Educação Moral e Cívica (na Educação Básica) e Estudo de Problemas Brasileiros (EPB) (no Ensino Superior) também faziam parte do escopo ideológico da ditadura.

Ainda no maior período de repressão houve a complacência da alta cúpula da UFPR com a ditadura, seja por meio do apoio de docentes, seja por meios mais velados (mas explícitos em atas do COUN), ou por ações mais literais, tais como a concessão de títulos doutor *honoris causa* a bastiões da repressão. Enquanto isso, muitos dos estudantes protagonistas de 1968 na luta contra o regime enfrentaram o exílio, ao passo que outros passavam a ter atuação mais discreta ou até mesmo desvinculada da militância, seja por orientação de seus advogados, ou por uma autocensura como forma de se preservar e tentar retomar a vida em meio a processos penais oriundos de suas atividades pregressas, além da vigilância das forças de repressão.

Este capítulo, portanto, se dedica a estudar esse conturbado período e as nuances apontadas aqui, a fim de entender esse novo cenário e seus impactos sobre a vida estudantil da UFPR. Aqui cabe uma observação: alguns saltos temporais e recuos podem parecer confusos, mas são necessários para o desenvolvimento do tópico em específico.

⁵²⁴ Idem, p. 126.

⁵²⁵ Ibid.

⁵²⁶ Ibid, p. 164.

Assim, quando se fala do Decreto 477, por exemplo, começa-se uma análise de sua criação em 1969, sendo citados exemplos de sua aplicabilidade na década de 1970. Porém no tópico seguinte, quando se fala do título *honoris causa* para Costa e Silva, há um recuo para 1968, para entender a conjuntura da honraria, e assim por diante. Todavia, o capítulo todo faz parte do recorte temporal dos chamados “anos de chumbo”, portanto, entre 1969 e 1974, se estendendo um pouco além, quando as manifestações de massa voltaram a ocorrer no país. Uma observação é necessária: apesar do protagonismo da tese recair sobre a atuação dos estudantes da UFPR durante a ditadura, nos anos de chumbo, as fontes são mais escassas com relação a eles, sobretudo com relação à resistência, sendo mais comum, em muitas vezes, uma linha tênue entre adesão e acomodação, com maior destaque para esta categoria. Dessa forma, em assuntos como a disciplina de Estudos de Problemas Brasileiros (EPB), a ênfase maior é na sua implementação na universidade, bem como na visão de alguns professores. Todavia, é uma parte crucial dessa história, pois ajuda a compreender o avanço das ações da ditadura no ataque à subversão no ambiente acadêmico. Assim, este capítulo se debruça no ataque do regime em todos os flancos da resistência, ao mesmo tempo em que algumas ações passavam a penetrar no meio acadêmico e conquistar a adesão de estudantes, embora isso não signifique uma aderência aos valores da ditadura. Essa frágil arranjo e dificuldades de leitura de cenário por parte da repressão, foi um dos elementos que mais tarde geraria um refluxo e, junto com o colapso da economia, decretaria a morte da ditadura por inanição.

Por fim, é importante começar o capítulo discutindo sobre os reflexos da ditadura até mesmo em pessoas que não possuíam relação direta com a resistência e que, por erros de comunicação do serviço de inteligência, acabavam pagando o preço da desinformação.

4.1. DESCULPE, FOI ENGANO: AS TORTURAS SOFRIDAS POR ANA BEATRIZ FORTES

Após as condenações dos estudantes que estavam na “Chácara do Alemão” a estada no presídio foi marcada por diversas histórias, que também estabeleceram relações com pessoas que estavam fora desses eventos. É o caso da irmã mais nova de Elizabeth Franco Fortes, Ana Beatriz Fortes. A trajetória das irmãs em questões sociais vem, de acordo com Ana Beatriz, de influência da família da mãe, considerada por Ana como “uma mulher muito à frente de sua época”, tendo desenvolvido desde cedo gosto pela

leitura de clássicos e pelos estudos.⁵²⁷ O engajamento de Ana no movimento estudantil de oposição à ditadura já se deu no Ensino Médio, quando estudava no colégio Guido Straube, localizado no bairro Mercês e ainda em funcionamento. De acordo com Ana, havia a leitura de muitos textos em espanhol, mas ela não sabia de qual país era a procedência. Nesse ínterim, Elizabeth fazia os protestos ao lado do movimento universitário. Ainda no colégio ocorreu um evento fortuito que iria selar o destino de Ana Beatriz: ela emprestou um livro para um colega, em que estava escrito o nome da irmã. A estudante não tinha conhecimento acerca do conteúdo do livro, mas essa ação foi o que mais tarde causou sua prisão e as sevícias que ela iria sofrer por vários dias. Quando sua irmã mais velha já estava presa no Ahú, Ana Beatriz foi presa no dia em que iria iniciar suas atividades em um novo emprego, na Sanepar. Assim que chegou no novo trabalho, a DOPS efetuou a prisão e a levou para um interrogatório. O motivo seria uma carta que Ana Beatriz havia pegado na prisão para entregar a um representante da UNE. Embora ignorasse o conteúdo da carta, pois segundo ela, não havia nada de comprometedor, a estudante criou uma história que estava no colégio quando um indivíduo desconhecido havia entregado o documento, e que outro passaria para pegá-la. O objetivo era não comprometer a irmã e os demais que já se encontravam presos.⁵²⁸ Aqui é importante analisar a contradição na fala de Ana Beatriz, pois ao mesmo tempo em que alega não saber do conteúdo da carta, afirma não haver nada de comprometedor no que estava escrito.

Ana Beatriz foi presa no dia 11 de maio de 1970 e, de acordo com seu relato, logo cedo, um rapaz passou em sua casa, tendo se passado por seu amigo. Seu pai, sem desconfiar, passou o endereço do novo trabalho da filha, que ao chegar para seu primeiro dia de expediente, foi recepcionada pelos agentes da DOPS, que efetuaram a prisão e a deixaram o dia todo trancada na delegacia, a princípio sem sofrer torturas. A partir de sua transferência para o quartel da praça Rui Barbosa, as coisas mudaram de figura:

Ali eu fiquei presa uns três dias, com interrogatório tortura... eles amarravam na cadeira, dando choque. Teve um dos dias que veio os policiais do Rio, bem violentos, bem agressivos, e aí punham arma na minha cabeça, queriam saber, e era sempre... eu não lembro bem, mas eram sempre as mesmas perguntas: 'quem tinha escrito a carta, quem era... qual era o meu envolvimento, quais eram as pessoas que eu conhecia'. Basicamente eram essas coisas. Às vezes saía um mais violento. Daí veio uma vez um padre, que era um padre bem conhecido aqui em Curitiba, que eu não lembro o nome dele, mas eu me lembro que ele tinha programa em rádio, era um padre bem conhecido, ele ia lá e aí

⁵²⁷ FORTES, Ana Beatriz. **Depoimentos para a História (vídeo)**. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=G3tNJDHVjIk>. Acesso em: 11 nov. 2024.

⁵²⁸ Idem. 08:10-08:16.

vinha com aquela conversinha mansa, ‘ah fale, né, conte’. Eu tinha 18 anos naquela época. Então vinha conversar, dizer que eu devia contar tudo que eu sabia e tal. E assim eu fiquei três dias sendo interrogada e à noite eles me levavam para dormir no hospital militar.⁵²⁹

Os relatos de Ana Beatriz trazem elementos perturbadores, que vão desde bárbaras torturas a que uma jovem de 18 anos foi submetida, por torturadores profissionais vindos do Rio de Janeiro, além da presença de um padre tentando, por outros meios, arrancar uma confissão de alguém já se encontrava bastante fragilizada. É interessante notar que em seu relato Ana Beatriz diz que não chorava, porque era “durona”, e contava sempre a mesma história, porém era comum nos interrogatórios e sessões de torturas haver momentos de desespero em que as pessoas perdiam o controle sobre esse tipo de situação. Aqui é importante destacar a memória como *vis*,⁵³⁰ ou seja, como potência, partindo de um olhar do presente para uma época pregressa, portanto, de certa forma, sofrendo a influência desse presente. Assim, há de se observar estes aspectos da memória olhando em retrospecto, que permitem pequenos ajustes ou até mesmo imprecisões. Após os três dias de tortura, ela não se lembra direito como foi levada, mas calcula que foi pela base aérea do Bacacheri, em um avião de pequeno porte para Foz do Iguaçu. Dentro do avião, havia um rapaz que também era ameaçado constantemente. Os militares que ocupavam o avião com os prisioneiros ameaçavam jogá-los nas Cataratas do Iguaçu. Aqui, mais uma vez a estudante demonstra uma posição de enfrentamento, dizendo que “não botava muita fé” que eles fossem cumprir a promessa. Porém, o relato a seguir, também presente na Comissão Estadual da Verdade⁵³¹, é chocante: a jovem estudante dividiu cela com uma moça chamada Izabel Fávero, que havia feito parte da organização VAR-Palmares, e havia sido barbaramente torturada. As sevícias cobraram um preço alto demais: devido às sessões de choques genitais, Izabel teve um aborto, interrompendo uma gravidez de dois meses. Embora não tenha relação com esta pesquisa, o relato da companheira de cela de Ana Beatriz é bastante forte:

Eu certamente abortei por conta dos choques nos órgãos genitais, nos seios, ponta dos dedos, atrás das orelhas, o que causa muita dor no pescoço, porque quando a gente recebe o choque joga a cabeça pra trás, chegando ao ponto de não saber onde doía, certamente foi isso! Eles ficavam muito irritados de me ver suja, sangrando e cheirando mal, ficando com muita raiva e me machucando mais ainda [...] eu não me lembro bem se no terceiro ou quarto

⁵²⁹ Ibid. 09:58 – 11:15

⁵³⁰ Conforme discutido no primeiro capítulo.

⁵³¹ PARANÁ. Secretaria de Justiça, Trabalho e Direitos Humanos – SEJU. **Relatório da Comissão Estadual da verdade Tereza Urban, 2014**. Volume 1. Disponível em: <https://www.justica.pr.gov.br/Pagina/Comissao-Estadual-da-Verdade> Acesso em: 11 nov. 2024.

dia eu já entrei em processo de aborto, pois estava grávida de dois meses. Então eu sangrava muito e não tinha como me proteger. Usava papel higiênico e já tinha mau cheiro e estava suja e acho que [...] não fui estuprada, era constantemente ameaçada, porque eles tinham nojo de mim.⁵³²

Essa narrativa de Izabel, junto com o de outras pessoas ligadas a movimentos revolucionários, é importante não só pela necessidade de trazer à tona essas violações de direitos humanos, mas também, do ponto de vista historiográfico, para que se possa entender essas diferentes dinâmicas com relação às torturas. Como não bastassem os tipos de violência citados, ainda havia a violência de gênero: “fui muito ofendida como mulher, porque ser mulher e militante é um ‘carma’, além de ser torturada física e psicologicamente, a mulher é vadia, puta. [...] ‘Que educação que seus pais te deram?’”⁵³³

Após ser novamente transferida para Curitiba, Ana Beatriz não havia tido mais contato com essa militante desconhecida. Apenas em 2013, no andamento das Comissões da Verdade, seus caminhos se cruzaram novamente quando souberam seus respectivos verdadeiros nomes e puderam trazer à tona aquelas reminiscências.⁵³⁴ Durante suas recordações, Ana Beatriz menciona que só lembra do nome de um dos torturadores que a acompanharam de Curitiba a Foz do Iguaçu. O militar seria um capitão chamado Balbinotti. Analisando o relatório da Comissão Estadual da Verdade, é possível chegar ao nome completo do torturador: trata-se de Antônio Benedito Balbinotti, terceiro sargento do Exército. Durante os dois anos em que serviu no DOPS e na Polícia do Exército em Curitiba, entre 1970 e 1971, sua função era a de evitar que os presos algemados às grades pegassem no sono. Apesar de ter sido identificado, nunca foi condenado por seus crimes: ao contrário, à época da Comissão Estadual da Verdade, em 2013, morava em Barra Velha, Santa Catarina, com a esposa. Em 1998, em uma reportagem para a revista *Veja*, com a manchete “eu torturei”, o militar “era acusado de tortura e violações de direitos humanos por doze ex-presos políticos, sendo o sétimo lugar no ranking de torturadores publicado pela reportagem.”⁵³⁵

Um dos motivos pelos quais Ana Beatriz tinha dificuldades em informar os torturadores era o de entender as atividades de que era acusada. O serviço de inteligência já a monitorava há bastante tempo, porém fez uma série de confusões ao realizar os registros em sua ficha individual na DOPS. Ana Beatriz era acusada, por exemplo, de

⁵³² Idem, p. 380.

⁵³³ Ibid.

⁵³⁴ OLIVEIRA; SAHD; CALCIOLARI, 2014, Op. Cit. P. 170.

⁵³⁵ Relatório da Comissão Estadual da Verdade, vol 1. Op cit, p. 43.

envolvimento com o padre beneditino de origem francesa Philippe Erienne Marie Ledett. A história do padre por si só é bastante interessante. O religioso havia vindo para o Brasil entre 1959 e 1960, em data não especificada, e se instalado em um mosteiro em Piraquara. Apesar de ter participado da tomada da reitoria com os estudantes, uma análise mais apressada pode apontar na direção de uma falta de atenção das autoridades, pois a princípio ele parecia não ter sido fichado, uma vez que em 7 de agosto de 1968 havia conseguido uma certidão da DOPS que afirmava que ele não havia “exercido atividades político-sociais contrárias ao regime em vigor no país e suas instituições durante o tempo de permanência nesse estado”⁵³⁶. A certidão em questão foi requerida para uma viagem à Itália. Porém, na mesma pasta há outro documento que contraria este. Trata-se de um radiograma datado do dia 2 de agosto de 1968, oriundo do SNI e de caráter sigiloso, em que o assunto era a subversão do clero. Nesse documento havia uma informação fornecida pelo padre Edmundo Henrique Dreher, professor de Filosofia da UFPR, delatando um comportamento subversivo do padre Philippe Ledett, grafado como “Felipe Lidet”, sempre presente nas manifestações estudantis. E mais: o religioso cooptava outro conhecido dos estudantes da UFPR: o noviço Eloi Pietá, e que “tanto o Padre Felipe Lidet (sic) quanto o seu noviço Eloy Pietá,⁵³⁷ eram dois comunistas sujos e que só serviam para manchar o bom nome da igreja”⁵³⁸. Outro detrator do padre francês era o cardeal Ivo Zanlorenzi, que alertava para a polícia “ficar de olho em todos os padres franceses e belgas existentes no Brasil”, pois amparados pela igreja aproveitam-se desse fato para propagar a subversão.

De acordo com Ana Beatriz seu contato com o padre, monitorado pela DOPS havia sido na rua, porém ela não sabia quem era o religioso, que a havia abordado para perguntar de sua irmã presa, Elizabeth Franco Fortes.⁵³⁹ Em sua narrativa em vídeo, Ana Beatriz tem que parar e olhar um papel com uma anotação para lembrar o nome do missionário, o que denota uma falta de intimidade. O breve encontro com o padre ficou registrado em sua ficha da seguinte maneira:

Em 07-05-70 consta que a fichada foi surpreendida em longa conversa com o padre Felipe Leddet, na rua Barão do Rio Branco, logo após se dirigiu ao Banco Noroeste do Estado de São Paulo, de cujo estabelecimento retirou um talão de cheques para o cidadão CARLOS EDUARDO CENEVIVA.

Em 19-05-1970 – A fichada prestou declarações nesta DOPS. A fichada foi detida dia 11-05-70 e foi liberada dia 19-05-1970, período em que esteve na

⁵³⁶ DEAP/DOPS. **Ficha Individual de Philippe Erienne Marie Ledett**. Dossiê 20.847. Filme 2272/01

⁵³⁷ O nome ora está grafado como Eloi, ora como Eloy.

⁵³⁸ Idem.

⁵³⁹ FORTES, Ana Beatriz, Op. Cit.

As forças de segurança registraram uma verdadeira confusão. Ao misturar o encontro com o padre com a posterior ida ao banco, causou-se a impressão de que Ana Beatriz estaria sacando dinheiro para financiar a guerrilha, quando se trata de coisas distintas. De acordo com o relato de Ana, o encontro com o padre foi um evento separado, em que ele a indagou sobre sua irmã presa. A ida ao banco teria sido para sacar dinheiro para seu chefe, Carlos Eduardo Ceneviva. Após ser torturada em Foz do Iguaçu e passar mais um dia na DOPS em Curitiba, respondendo sobre fotos que os militares mostravam a ela, Ana Beatriz descreve uma cena estarrecedora: “E depois fui solta, mas aí ele me levou até em casa, daí esse capitão, Balbinotti, me levou, e aí ele falou pro meu pai ‘ai desculpa, foi engano. Tá aqui a sua filha’”.⁵⁴¹ Logo na sequência, a estudante foi levada ao IML para fazer exame de corpo de delito, cujas marcas ainda eram bastante evidentes. Depois, ela foi levada pela família para ser tratada por um médico bastante conhecido da ditadura: Regenis Prochmann, o professor de medicina caçado pela ditadura já na “Operação Limpeza”, em 1964.

A nova fase inaugurada pela ditadura, com o “golpe dentro do golpe” trazia então a desmobilização do movimento estudantil de resistência à ditadura no que concerne a protestos massivos. Para tanto, a comunidade discente precisava se reinventar, atuando em uma margem ainda mais restrita de manobra. Como possuía poderes excepcionais, que a partir de então não poupava nem os universitários, a ditadura escancarou sua face mais reacionária e violenta, torturando e cometendo sevícias que até então somente outros estratos sociais haviam visto. Nas universidades, os opositores do regime ainda juntavam os cacos, atônitos com os últimos acontecimentos.

4.2. A ENCRUZILHADA DOS ESTUDANTES APÓS O AI-5

Logo após a imposição do AI-5 e as prisões da “Chácara do Alemão”, o movimento estudantil de oposição à ditadura se encontrava em uma encruzilhada. Nesse sentido, um documento arquivado nas pastas da DOPS captura o espírito da época. Uma ata de reunião do Diretório Acadêmico Nilo Cairo (DANC), datada de 3 de junho de

⁵⁴⁰ DEAP/DOPS. **Ficha individual de Ana Beatriz Fortes**. Dossiê Nº 14.671, filme 2267/01.

⁵⁴¹ FORTES, Ana Beatriz, Op. Cit. 27:00 – 27:43

1969⁵⁴², trazia um cenário em que os estudantes que dele participavam estavam divididos sobre diversos assuntos. Na abertura da assembleia, o presidente do DANC, José Eduardo Rúpolo, discutia a necessidade de se prestar auxílio a treze colegas que se encontravam respondendo processos, argumentando que os presentes na reunião deveriam pensar no auxílio e na situação de penúria em que os companheiros se encontravam, independentemente da posição ideológica. De acordo com a exposição de Rúpolo, Geferson Zafalon Martins e Antônio Luiz Amaral recorreram ao diretório por estarem respondendo a um processo devido ao fato de terem assinado um manifesto (não especificado), e que suas famílias não possuíam recursos financeiros para arcar com advogados. A seguir, alguns estudantes se inscrevem para oradores. Então, Décio Netrini pondera que qualquer companheiro que recorresse ao diretório deveria ser amparado, nem que fosse só moralmente. Discutiu-se sobre Mauro Goulart, que havia sido expulso do diretório e readmitido posteriormente. Goulart havia ido ao XXX Congresso da UNE, e Décio Netrini argumenta que este evento nada tinha de subversivo, pois o objetivo era somente discutir a Reforma Universitária. Também pondera que Mauro Goulart havia ido ao evento porque “foi eleito para isto e era diretor do Departamento Científico e Cultural”.⁵⁴³ Netrini também menciona a necessidade de se ajudar os colegas Geferson Zafalon Martins, Antônio Luis Amaral e Romeu Bertol, que precisavam do DANC. Este último, vice-presidente do Diretório, aliás, estava foragido e sendo perseguido. Sua filha, Carolina Bertol, relata em suas memórias sobre o pai ter fugido com a companheira para o Rio de Janeiro, devido às perseguições sofridas por sua atividade militante no PCBR.⁵⁴⁴ Romeu Bertol foi preso já no início de 1970, sendo levado ao DOI-CODI do Rio de Janeiro e torturado por dois meses.⁵⁴⁵

De acordo com a ata da reunião do DANC, outros dois colegas estavam desaparecidos: Issamu Ito e José Ferreira Lopes, o famigerado “Zequinha Prêmio Esso”. Nesse momento, o presidente toma a palavra e argumenta que a Associação das Mães tomou para si toda a responsabilidade pela defesa dos presos e que os diretórios contribuíram com elas sem especificar de que forma. A seguir, Edmar Koiebel pontua que “deveríamos esquecer a parte sentimental, pois sempre vivemos em função de um regime

⁵⁴² DEAP/DOPS. **Diretório Acadêmico Nilo Cairo**. Dossiê 735, caixa 83.

⁵⁴³ Idem.

⁵⁴⁴ BERTOL, Carolina. **Lembranças de um pai**. In: PALMAR, Aluizio (org.) **Vozes da resistência**: memórias da luta contra o regime militar. Curitiba: Banquinho, 2024, p. 63-69.

⁵⁴⁵ Idem.

e como tal, temos de obedecer às determinações impostas pelo regime em evidência”.⁵⁴⁶ Além disso, não via a utilidade ou necessidade em prestar auxílio financeiro aos colegas. Nesse sentido, a posição de Koiebel parece ser contrária à solidariedade àqueles que haviam recorrido ao DANC.

É difícil explicar sua contundência em ir na contramão dos demais, mas alguns elementos subjetivos chamam a atenção. Na ata, devidamente arquivada pela DOPS, seu nome aparece sublinhado com bastante ênfase. Ademais, na documentação, antes da ata, há um comunicado do DANC, convocando os alunos para a reunião. Em seguida, há uma folha somente com um comunicado à caneta, dizendo “anote-se nas fichas respectivas, com a exceção de Edmar Koiebel”.⁵⁴⁷ Essa anotação é claramente uma ordem da DOPS. Não é possível dizer que o estudante era um infiltrado, mas nunca foi fichado pela delegacia, pois seu nome não consta na respectiva lista.⁵⁴⁸ Prosseguindo com a ata da reunião, alguns colegas questionaram a validade da reunião anterior, quando se decidiu pela ajuda financeira aos colegas necessitados, além de exigirem um balancete das contas do diretório. Seguiu-se uma votação para decidir a validade da reunião anterior. O placar foi de 20 votos contrários à validação e 12 a favor, portanto, a assembleia anterior foi considerada não válida. Então José Eduardo Rúpolo inferiu que não se poderia negar serviços prestados aos colegas presos e aos diversos diretórios de Curitiba. Já o tesoureiro, Everson Bucchi salientou que a prestação de contas estaria em dia, e que poderia ser apresentada aos presentes, entretanto, o diretório estava em situação precária: até o dia 29 de maio, não possuía dinheiro em caixa, estando em débito com o açougue, o mercado, e o Instituto Nacional da Previdência Social (INPS), frisando que estas dívidas vinham das gestões anteriores e que vinham sendo saldadas de maneira gradativa. Por fim, algumas proposições foram apresentadas. Edson Jalbut sugeriu que se desse todo o auxílio necessário aos colegas associados, “à medida do possível”.⁵⁴⁹ Já a segunda proposição foi apresentada por Everson Alberge Bucchi e Sebastião Canuto, sugerindo 3 itens: I) que se desse a verba solicitada por Gerson Zafalon Martins, no valor de NCR\$ 1.500,00⁵⁵⁰; II) que se desse um auxílio mensal, até o final daquela gestão do DANC à esposa de Mauro

⁵⁴⁶ DEAP/DOPS, Op. Cit..

⁵⁴⁷ Idem.

⁵⁴⁸ A ata, em sua íntegra, está na seção de anexos, ao final da tese (ANEXO 4).

⁵⁴⁹ DEAP/DOPS, Op. Cit.

⁵⁵⁰ Para fins de comparação, o valor do salário-mínimo a partir de maio de 1969 era de NCR\$ 148,80 por mês. Fonte: <https://portal.trt3.jus.br/internet/servicos/valores/salario-minimo>. Acesso em: 11 nov. 2024.

Goulart, mas que não desse a ela mais nenhum auxílio “além daquele que já foi dado”; III) que não fosse fornecido auxílio a outros colegas “por que não foi pedido” (sic).

A terceira proposição ficou por conta do suspeito Edmar Koeibel, que se posicionava por não dar verba a nenhum dos colegas, alegando falta de condições. Esta foi votada por primeiro, resultando em 23 votos a favor e 8 contrários ao auxílio. Então a proposição I foi aprovada e a II, não. Depois de mais algumas recomendações, encerrou-se a reunião. Essa ata é importante para entender as dinâmicas do Diretório Acadêmico em um contexto de tensão, com estudantes sendo perseguidos enquanto outros, ao passo em que estavam presos ou foragidos, tinham suas famílias em situação de vulnerabilidade. Como se pode ver, não havia consenso, com algumas atitudes bastante contrárias e incisivas em relação à maioria dos colegas, como a de Edmar Koeibel,

Na pasta do Diretório, há três documentos curiosos: a gestão de 1970 enviou uma carta à DOPS comunicando que fariam um churrasco no dia 19 de abril em um local bastante conhecido dos estudantes: a Chácara do Alemão.⁵⁵¹ No ano seguinte, no dia 20 de abril, nova carta com o mesmo comunicado, se repetindo em 13 de abril de 1972. Chama a atenção nesses ofícios o fato de o Diretório Acadêmico tentar se antecipar a qualquer mal-entendido com a repressão, e pelo evento ser sediado em um local que marcou o último suspiro da resistência organizada no movimento estudantil de oposição ao regime até então. Outro fator surpreendente, é o dono do local ter concordado em alugar a Chácara depois dos aborrecimentos a que foi submetido no final de 1968, sendo intimado várias vezes a depor, devido às atividades estudantis naquele período tão conturbado. Ao que parece, a chácara se transformou de símbolo da resistência em ponto de encontro para confraternizações. Nesse sentido, é importante frisar que os elementos subjetivos de tais encontros não são acessíveis à análise histórica devido à falta de elementos para tal, mas o fato de avisarem antecipadamente à delegacia deixaria pouco espaço para a reunião se configurar em um ato de resistência. Também é preciso levar em consideração que o cerceamento a qualquer atividade de contestação por parte dos estudantes não era somente oriundo do AI-5. A ditadura havia preparado algo especial para a classe discente.

⁵⁵¹ Idem.

4.3. O AI-5 DOS INSURGENTES: O DECRETO 477

Se por meio do AI-5 aqueles que se opunham à ditadura passaram a sentir o recrudescimento da repressão já no apagar das luzes de 1968, o ano seguinte trouxe o golpe de misericórdia a qualquer possibilidade de movimento de massas. Porém, antes de examinar o decreto, faz-se necessário um breve recuo para uma melhor compreensão acerca da conjuntura política em que este foi criado. Para entender a mentalidade daqueles que criaram este dispositivo mesmo após o AI-5, é importante analisar o temor de alguns setores da ditadura acerca do movimento estudantil de resistência, que foi muitas vezes superdimensionado. Assim, em 24 de janeiro de 1969, o secretário-geral do Conselho de Segurança Nacional (CSN), general Jaime Portela de Melo, enviou uma exposição de motivos acerca da necessidade do projeto ao presidente da República, além dos ministros da Educação e da Justiça, juntamente com uma minuta do futuro decreto.⁵⁵² Conforme analisa Motta,⁵⁵³ na opinião do CSN faltava um instrumento específico para coibir as manifestações estudantis, e uma atitude deveria ser tomada antes do início das aulas, para se evitar novos atos de subversão. Nessa ansiedade em combater qualquer foco de resistência universitária, foi criado o AI-5 dos estudantes, o famoso decreto 477. A paranoia militar vinha de uma base teórica que trazia o conceito de guerra interna ou guerra revolucionária, aprendido com os franceses.⁵⁵⁴ Esse pressuposto vinha de uma linha de pensamento que propunha coordenar todos os esforços e recursos possíveis no combate a um inimigo invisível ou oculto, o “subversivo”, que entre a população poderia ser um cidadão comum.⁵⁵⁵

Assim, nessa esteira da guerra interna, o documento não deixava qualquer espaço para subjetividades ou interpretações quanto à impossibilidade de organização discente. Devido ao impacto na comunidade acadêmica, merece ser reproduzido quase na íntegra:

Art. 1º Comete infração disciplinar o professor, aluno, funcionário ou empregado de estabelecimento de ensino público ou particular que:

I - Alicie ou incite à deflagração de movimento que tenha por finalidade a paralisação de atividade escolar ou participe nesse movimento;

II - Atente contra pessoas ou bens tanto em prédio ou instalações, de qualquer natureza, dentro de estabelecimentos de ensino, como fora dele;

⁵⁵² MOTTA, 2014, Op. Cit. P. 154

⁵⁵³ Idem.

⁵⁵⁴ NAPOLITANO, 2014. Op. Cit. p. 128.

⁵⁵⁵ Idem.

III - Pratique atos destinados à organização de movimentos subversivos, passeatas, desfiles ou comícios não autorizados, ou dele participe;

IV - Conduza ou realize, confeccione, imprima, tenha em depósito, distribua material subversivo de qualquer natureza;

V - Sequestre ou mantenha em cárcere privado diretor, membro de corpo docente, funcionário ou empregado de estabelecimento de ensino, agente de autoridade ou aluno;

VI - Use dependência ou recinto escolar para fins de subversão ou para praticar ato contrário à moral ou à ordem pública.

§ 1º As infrações definidas neste artigo serão punidas:

I - Se se tratar de membro do corpo docente, funcionário ou empregado de estabelecimento de ensino com pena de demissão ou dispensa, e a proibição de ser nomeado, admitido ou contratado por qualquer outro da mesma natureza, pelo prazo de cinco (5) anos;

II - Se se tratar de aluno, com a pena de desligamento, e a proibição de se matricular em qualquer outro estabelecimento de ensino pelo prazo de três (3) anos.

§ 2º Se o infrator for beneficiário de bolsa de estudo ou perceber qualquer ajuda do Poder Público, perdê-la-á, e não poderá gozar de nenhum desses benefícios pelo prazo de cinco (5) anos.

§ 3º Se se tratar de bolsista estrangeiro será solicitada a sua imediata retirada de território nacional.⁵⁵⁶

A partir de então, não só as manifestações estavam expressamente proibidas, mas a mera produção de qualquer material, tais como panfletos, estavam passíveis de punição. Para alguém que sonhava em concluir seus estudos, depois de uma árdua batalha para conseguir uma vaga em uma universidade, com a punição, além das complicações penais, provenientes do AI-5, teria sua vida universitária suspensa por, no mínimo, 3 anos.

Aproveitando-se dos dispositivos legais de repressão aos estudantes, o COUN da UFPR resolveu instituir, no ano de 1972, uma taxa de matrícula no valor de Cr\$ 100,00 (cem cruzeiros)⁵⁵⁷, por meio de proposição do Departamento de Assuntos Estudantis e Registros Gerais (DAERG). Em um informe da AESI da UFPR, datado de 15 de fevereiro de 1973⁵⁵⁸, o órgão de espionagem relata preocupação com movimentos que atuavam para fazer campanha contra a cobrança, pois vários estudantes da Faculdade de Direito haviam entrado com um mandado de segurança para não pagarem a taxa. Outra preocupação era a subversão na atuação do Conselho dos Diretórios Acadêmicos (CDAs),

⁵⁵⁶ BRASIL, Decreto-Lei nº 477, de 26 de fevereiro de 1969. Define infrações disciplinares praticadas por professores, alunos, funcionários ou empregados de estabelecimentos de ensino público ou particulares, e dá outras providências. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1960-1969/decreto-lei-477-26-fevereiro-1969-367006-publicacaooriginal-1-pe.html> Acesso em: 15 jul. 2024.

⁵⁵⁷ Para fins de comparação, o valor do salário-mínimo em 1973 variou entre os seguintes valores: em janeiro era de Cr\$ 268,80; a partir de maio passou para Cr\$ 312,00. Disponível em: <https://portal.trt3.jus.br/internet/servicos/valores/salario-minimo> Acesso em: 3 out. 2024.

⁵⁵⁸ DEAP/DOPS. **Movimento Estudantil**, Dossiê 1391, caixa 165.

órgão de representação estudantil que congregava todos os DAs - mas não era reconhecido oficialmente pela UFPR -, pelo fato de estar em circulação o ‘Jornal dos CDAs’, que “além de noticiar sobre a Universidade – função própria, vem explorando fatos políticos, intoxicando o meio estudantil com temas e argumentos antidemocráticos”.⁵⁵⁹ O presidente do CDAs à época era o acadêmico de Direito Ricardo MacDonald Guisi, que também acumulava a função de presidente do Diretório Acadêmico de Direito. O estudante era alvo de preocupação e vigilância da AESI, conforme consta no próprio documento, que revelava seu endereço. Outro alvo da agência era Ivo Tonet, estudante de Letras e Artes, responsável pela publicação do jornal *Opinião*, capitaneado pelo Diretório Acadêmico Rocha Pombo. A ação custou caro a Tonet, que foi enquadrado no Decreto 477, sendo proibido pelo reitor de fazer a rematrícula pelo período de três anos.⁵⁶⁰

Em seguida, o informe traz uma perspectiva animadora acerca da ação a ser tomada pela reitoria: “A reitoria de posse do pedido de informação judicial, falará em juízo, por seus advogados, os quais sentem-se animados com a possibilidade de derrubar a liminar concedida.”⁵⁶¹ Também há uma preocupação sobre a “infiltração comunista” no movimento, porém, mais uma vez, a fé na reitoria parece guiar o informe: “a reitoria da UFPR está a estudar a melhor linha de ação a adotar para anular e desencorajar as atividades do ME que se vislumbra para o corrente ano, tendo seu início logo após o retorno dos estudantes às aulas”.⁵⁶² Essa frase, em específico, parece ser um pouco ambígua. Pode ser lida como uma estratégia de acomodação dos estudantes, ou até mesmo um subterfúgio para evitar punições, a depender de quem estava no comando. A universidade dispunha dos dispositivos legais para fazer valer a sua vontade, portanto, qual seria a razão de simplesmente “anular e desencorajar” as ações dos insurgentes? Embora o cerceamento aos estudantes adquirisse contornos ainda mais definitivos, as estratégias de enfrentamento foram adquirindo outros caminhos.

⁵⁵⁹ Idem.

⁵⁶⁰ Ibid.

⁵⁶¹ Ibid.

⁵⁶² Ibid.

4.4. SE O CAMINHO ESTÁ TRANCADO, ABRE-SE OUTRO: ESTRATÉGIAS DE RESISTÊNCIA

No início da década de 1970, as passeatas, comícios e manifestações massivas vão dando lugar a formas mais subjetivas de resistência à ditadura. Nesse sentido, algumas formas de resistência surgem por meio de manifestações culturais, porém, na década de 1970 adquirem um caráter mais aliancista, que voltou a se firmar após o fracasso da luta armada (entre 1973-1974).⁵⁶³ No entanto, Marcos Napolitano pondera que, embora não tenha havido uma arte de barricadas, não se pode menosprezar seu papel histórico. Dentro da UFPR, o diretório acadêmico Rocha Pombo teve uma peça teatral censurada em 1976. A apresentação seria conduzida pelo grupo Clavaria Flava,⁵⁶⁴ porém não pôde realizar a manifestação artística em questão, o que gerou um manifesto de repúdio. De acordo com o manifesto, “mais uma vez a livre expressão artística e cultural, e, acima de tudo, a participação do estudante dentro das universidades é truncada, é arbitrariamente aniquilada sob a ordem de falsos valores”⁵⁶⁵. O desabafo continua: “tenta-se de uma maneira repressiva, encobrir realidades que os olhos deixam de ver, mas o coração sente”.⁵⁶⁶ O documento critica, inclusive, a baixa qualidade das produções audiovisuais da época, tais como as pornochanchadas ou até mesmo “comédias que só despertam o riso puro e inocente do ingênuo expectador brasileiro” que não seria o culpado, pois a deficiência na realização de produções intelectualmente mais elevadas era oriunda justamente da onda de repressões a que o país era submetido.

Já outras organizações com a Ação popular (AP) e a Política Operária (POLOP) propunham que estudantes atuassem junto da classe trabalhadora *in loco*, tanto para arregimentar quadros mais experientes na luta contra a ditadura, como para despertar a consciência de classe.⁵⁶⁷ Também é importante destacar estudantes ligados a movimentos cristãos, que traziam estratégias mais sutis de críticas ao regime. Nesta seção, portanto, serão exploradas algumas dessas características distintas de oposição.

⁵⁶³ NAPOLITANO, 2014, Op. cit. p. 106

⁵⁶⁴ No documento, não há menção ao título da Peça.

⁵⁶⁵ DEAP/DOPS. **Diretório acadêmico Rocha Pombo**. Dossiê 736, caixa 83.

⁵⁶⁶ Idem.

⁵⁶⁷ OLIVEIRA;SAHD;CALCIOLARI, 2014, Op. Cit.

4.4.1. O Movimento Universitário Cristão

Perante a impossibilidade de se organizar manifestações massivas, outras estratégias foram surgindo no que concerne a alternativas de resistência. Portanto, o recurso à cultura e a formas mais veladas de críticas começou a ganhar terreno.⁵⁶⁸ Outra forma de se posicionar era por meio de ações coordenadas pela Igreja Católica, que mostrava sinais de ruptura com o regime que apoiara no início. Embora a alta cúpula da instituição tenha sido conivente e entusiasta de primeira hora do regime,⁵⁶⁹ havia também no país elementos mais progressistas ligados a essa organização. Nesse sentido, havia dentro da Igreja Católica padres que atuavam para atender a demandas sociais (conforme foi visto no caso de Ana Beatriz Fortes) e que possuíam influência no movimento estudantil de resistência ao regime. Porém, conforme pondera o brasilianista Scott Mainwaring, “no Brasil, durante o fim da década de 50 o início dos anos 60, a participação mais profunda dos católicos nos movimentos operários, camponeses e estudantes dependia da aquiescência da hierarquia”.⁵⁷⁰

Apesar de o movimento estudantil de resistência à ditadura ser, majoritariamente de esquerda e laico – sobretudo devido à influência do marxismo –, havia outras agremiações que faziam outro tipo de resistência mais branda (mas não menos importante) à ditadura. Pregando em favor de causas sociais e fazendo críticas a alguns aspectos da Reforma Universitária, o Movimento Universitário Cristão (MUC) atuava, dentre outras maneiras, por meio de uma imprensa própria, distribuindo seu jornal, o MIRIAM, que trazia em suas páginas notícias inerentes à universidade e suas carências, alinhadas a princípios cristãos. Em um documento da DOPS, datado de 8 de maio de 1973,⁵⁷¹ há um informe de que o movimento, orientado em Curitiba pelo padre Gustavo Pereira, havia recebido a quantia de 30 mil marcos do cardeal da Colônia-República Federal da Alemanha, por meio do bispo José Teuch. De acordo com o documento, o padre Gustavo havia militado até 1965 na Juventude Universitária Católica (JUC – erroneamente chamada no documento de Juventude Universitária Cristã), e na Ação

⁵⁶⁸ MÜLLER, Angélica. **O movimento estudantil na resistência à ditadura militar (1969-1979)**. 1ª ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2016, p. 63.

⁵⁶⁹ REIS FILHO, 2014, Op. Cit.

⁵⁷⁰ MAINWARING, Scott. **A Igreja Católica e a política no Brasil (1916-19850)**. São Paulo: Brasiliense, 2004.

p. 83

⁵⁷¹ DEP/DOPS. **Movimento Universitário Cristão**. Dossiê 1418, caixa 168

Católica. Em 1966, o padre teria fornecido meios para o funcionamento do primeiro núcleo-base da AP em Curitiba.

Analisar a posição política do sacerdote é uma tarefa árdua. Suas ações falaram mais do que uma mera classificação poderia fornecer a esse respeito. Em uma reportagem da *Gazeta do Povo*,⁵⁷² publicada no dia 23 de outubro de 2005, quando o cardeal já estava com 95 anos, o jornalista José Carlos Fernandes traça um perfil que, longe de ser linear, mostra um sujeito que viveu conforme a conjuntura de cada época, pendulando tanto entre os estudantes que contestavam a ditadura quanto pelos círculos do poder. Dessa forma, se por um lado, ele celebrou o casamento de figuras que seriam protagonistas na política paranaense, como Orlando Pessuti e José Richa, que seriam mais tarde governadores do estado, além de ter bom trânsito entre figuras do regime, por outro, resolveu largar a medicina – profissão que exercia há 12 anos, para se tornar jesuíta.⁵⁷³ Na época dos entraves entre a ditadura e os estudantes que resistiam ao regime, o padre morava na Casa do Estudante Universitário, quando houve uma tentativa de invasão desse espaço pela Polícia Militar. O confronto havia ocorrido depois de um protesto estudantil contra a interferência estadunidense nas universidades brasileiras, em pleno outubro de 1968. Após os confrontos, muitos estudantes foram se refugiar justamente na CEU.⁵⁷⁴ Conforme a reportagem de José Carlos Fernandes,

Era a ‘Idade da Pedrada’. ‘O salão social ficou cheio de tijolos. Foi uma disputa de forças’, ilustra o nonagenário que não assistiu a essa guerra do outro lado da rua nem soube do acontecido pelos jornais. Ele estava dentro da CEU da qual foi capelão por duas décadas, tempo em que dividiu o teto e as pedras com os hóspedes do barulho.⁵⁷⁵

Apesar da participação ao lado dos estudantes durante este período conturbado do regime, o padre também esteve nos círculos de poder, sendo, mais tarde, capelão do Palácio Iguaçu e do Tribunal de Justiça.⁵⁷⁶ Na entrevista para a *Gazeta do Povo*, já longe do ruído dos tempos da ditadura, o sacerdote se definia utilizando uma expressão que representa sua capacidade de se esquivar de terminologias maniqueístas: era simplesmente “prafrentex”. O jornal pelo qual o padre era um dos responsáveis circulou

⁵⁷² FERNANDES, José Carlos de. As muitas vidas de Gustavo Pereira. **Gazeta do Povo**, 23 out. 2005. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/as-muitas-vidas-de-gustavo-pereira-9qr70c9aoyztcl584kroa28um/>. Acesso em: 11 out. 2024.

⁵⁷³ Idem.

⁵⁷⁴ C.E.U. foi o refúgio. **Diário da Tarde**. 21 out. 1968. Disponível em: <http://memoria.bn.gov.br/DocReader/800074/118571> Acesso em: 11 out. 2024.

⁵⁷⁵ FERNANDES, Op. Cit.

⁵⁷⁶ Idem.

em pleno período dos “anos de chumbo”. As mensagens contidas nesse periódico são tão enigmáticas quanto o perfil de seu mentor. Um exemplar do MIRIAM apreendido em 1972, traz uma série de elementos interessantes. Sempre com mensagens religiosas, destacando a mensagem do papa Paulo VI aos jovens, na celebração do Domingo de Ramos. No discurso do pontífice o público-alvo era justamente a juventude, juntamente com seu ímpeto de mudar o mundo. O papa ponderava que entendia essa busca, pois “tendes buscado, mesmo nas atitudes de protesto, esses ideais elevados e essas provas de coragem e heroísmo, pela própria idade senti-vos com direito. Tendes a necessidade de um ‘messias’... o que vos é negado pela sociedade secular”.⁵⁷⁷ Os trechos escolhidos pelo jornal possuem mensagens subjetivas, mas certas, como quando indica que o religioso afirmava da necessidade de não apenas se informar, mas procurar elementos que levassem ao homem a “encontrar uma resposta adulta para os problemas”. Além disso, falando da mensagem sobre o dia das comunicações sociais, ele deixava claro que “informação não pode visar opiniões pessoais e de grupos, mas sim do interesse do bem comum fugindo assim a influências de governos, cujas prepotências, cujos cerceamentos das liberdades não podem ser aceitos passivamente”.⁵⁷⁸

O periódico ainda debate questões como a proliferação de favelas, aborto e eutanásia. Sobre a questão social, há um tópico chamado “solidarismo”. Logo em seguida, a definição: “dentro da mesma pátria comum, todos devem ser iguais perante a lei, poder encontrar um acesso igual à vida econômica, cultural, cívica, ou social, e beneficiar de uma equitativa repartição da riqueza nacional”.⁵⁷⁹ Tal posicionamento mostra uma posição progressista, assim como a visão dos redatores sobre a condição feminina: se posicionavam a favor da emancipação das mulheres, inclusive sugerindo uma fórmula considerada ideal: “mulher emancipada + moderna + líder = plenitude”. Porém, a análise acerca da mulher possuía suas limitações acerca do conceito de “liberdade”: segundo a reportagem, um elemento central era a formação moral e religiosa. Além disso, uma mulher com todos os atributos apresentados, seria, segundo o jornal, “certamente boa esposa e mãe exemplar, deixando escapar a opinião calcada no patriarcalismo vigente.”⁵⁸⁰

Sobre a eutanásia, o estudante de Medicina, Nilson de Mattos Pelligrini, traz uma série de considerações acerca do tema. Posicionando-se contrário à prática, adota uma

⁵⁷⁷ DEAP/DOPS. **Movimento Universitário Cristão**, Op. Cit.

⁵⁷⁸ Idem.

⁵⁷⁹ Ibid.

⁵⁸⁰ Ibid.

postura que mostra razão e fé de maneira interligada. Primeiro, elenca as razões pelas quais o paciente desejaria tal procedimento: por apresentar uma doença incurável, uma dor insuportável ou por ser considerado inútil. Sobre o primeiro argumento, Nilson pondera que com o avanço da Medicina, aquilo que pode ser considerado impossível hoje, não o seja amanhã; ademais, pode haver imprecisão no diagnóstico. Sobre a questão da dor, argumenta que “a hipersensibilidade ocorre devido a fatores constituintes do paciente por uma maior inervação sensitiva, ou devida a fatores psicossomáticos, em que há um declínio limiar de sensibilidade, tornando a dor neste ou naquele caso totalmente subjetiva”.⁵⁸¹ Por fim, acerca do princípio da inutilidade, observa que ninguém é tão inútil quanto pensa, dando exemplo de possibilidade de se adaptar várias deficiências conforme as possibilidades. Também justifica que tirar a vida do paciente somente porque ele solicita iria contra o juramento de Hipócrates.

Já sobre o aborto, após descrever várias tipologias, em todas ele se posiciona contra, até mesmo em casos de estupro, sob os argumentos de que após a fecundação “já temos um novo ser, onde não temos mais o direito de agredi-lo e sim respeitá-lo”. Ademais, não seria desonra levar no ventre uma criança que fora imposta pelo crime, pois “a mulher é honrada quando se considera honrada”. Como se vê, o movimento se posicionava contra a ditadura de maneira muitos menos explícita que o movimento laico clássico de contestação ao regime, mas diferia desse ao adotar posições sociais baseadas em princípios religiosos que mais dialogavam com o conservadorismo do que com posições progressistas. A análise dessas questões é importante justamente para que se possa entender que havia pluralidade de pensamento e orientações ideológicas, muitas vezes antagônicas, mesmo dentro de um macro espectro de pensamento.

Além dos estudantes que traziam esse véu religioso para falar de forma mais subjetiva sobre valores propagados pela ditadura, havia aqueles que viam a necessidade de fazer parte da base, portanto, nada melhor do que fazer uma imersão no movimento operário.

4.4.2. Estudantes no meio operário

Dentre os estudantes engajados também no movimento operário, destaca-se Clair da Flora Martins, que em 1964 ingressou no curso de Letras da UFPR e no de Direito, na

⁵⁸¹ Ibid.

Universidade Católica. A estudante relata que à medida que ia aumentando sua adesão no movimento de resistência à ditadura, foi percebendo as desigualdades latentes no país.⁵⁸²

Já em 1966, a estudante se filiou à AP, pelo fato desta agremiação possuir bom trânsito entre diversos setores, como o meio estudantil, bancários e operários. Clair possuía uma relação concomitante com o movimento estudantil de oposição à ditadura e com o movimento bancário. Sua formatura foi marcada pelos eventos subsequentes ao AI-5. Dessa forma, ao sair da solenidade, foi intimada a prestar esclarecimentos à DOPS.⁵⁸³ Devido à ameaça perante o perigo de ser presa e colocar em risco a organização, Clair partiu para a clandestinidade, indo para São Paulo, assumindo a coordenação do diretório da AP nesta cidade. A ideia era que houvesse uma intermediação entre os trabalhadores urbanos e o movimento camponês. Devido às suas práticas militantes, foi presa em 1971, sendo levada para a DOPS da capital paulista e recepcionada pela equipe do delegado Fleury. Enquanto esteve presa, Clair sofreu inúmeras torturas no local, como espancamentos, choques elétricos, pau de arara e outros tipos de tortura psicológica como ficar sem comida e trancada em uma cela isolada por mais de 40 dias.⁵⁸⁴ Outras sevícias eram ainda mais severas e sádicas, como sessões de tortura cujo resultado era a impossibilidade de poder andar por alguns dias, além de manipulação de órgãos genitais. Com relação a estas práticas, os organizadores do livro *Os anos de chumbo e a memória militar sobre a repressão* entrevistaram agentes da ditadura e torturadores, sendo muito comum o relato de que certos comandantes não aprovavam métodos violentos usados em suas unidades em relação a presos políticos. Porém, os autores fazem uma indagação pertinente: “se o comandante maior não autorizava e não permitia a violência e procurava controlar essa situação, como entender que ela continuasse sendo praticada?”⁵⁸⁵

Depois de permanecer oito meses presa em São Paulo, Clair foi trazida de carro para Curitiba, ficando alguns dias de custódia no quartel da praça Rui Barbosa. Após ser solta, viveu um período na clandestinidade no Rio Grande do Sul, sendo absolvida mais tarde.⁵⁸⁶

Outra estudante ligada ao movimento operário foi Zélia Passos, figura bastante conhecida nos meios intelectuais por sua atuação militante, tanto como estudante como

⁵⁸² MARTINS, Clair da Flora. **Depoimentos para a História (vídeo)**. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Bx50IbZnK7w>. Acesso em: 11 dez. 2024.

⁵⁸³ Idem.

⁵⁸⁴ Idem.

⁵⁸⁵ D'ARAUJO, Maria Celina; SOARES, Glaucio Ary Dillon; CASTRO, Celso. **Os anos de chumbo: a memória militar sobre a repressão**. Rio de Janeiro: Dumará, 1994, p. 26.

⁵⁸⁶ OLIVEIRA; SAHD; CALCIOLARI, 2014, Op. Cit. p. 185

em sua luta na alfabetização de trabalhadores.⁵⁸⁷ Antes mesmo de ingressar na universidade, Zélia Passos fazia parte do Centro Popular de Cultura, representando peças de Bertold Brecht e Albert Camus. Já na UFPR, cursou Pedagogia, integrando o Centro de Estudos Pedagógicos, onde era discutido o método Paulo Freire de alfabetização. Inspirada nesse método, criou um grupo clandestino no bairro Pilarzinho para alfabetizar trabalhadores.⁵⁸⁸ Zélia conta em sua narrativa que era cobiçada por vários movimentos dentro da universidade: o movimento mais ligado ao PCB, a JUC, “alguns independentes, que ora ficavam de um lado, ora de outro”.⁵⁸⁹ Zélia diz que ficou nesse meio dos “amorfos, dos independentes”. Ela havia ingressado na UFPR em 1962 e, por um tempo, sua militância havia arrefecido devido ao fato de ter se tornado mãe. Em 1964, retomando as atividades, estava participando de esquetes no Centro Popular de Cultura (CPC), quando o dia 1º de abril, chegou no local e o encontrou fechado com um cadeado. De acordo com sua narrativa, foi nessa hora que ela se deu conta do golpe de 1964.⁵⁹⁰ Falando de modo mais específico sobre o método clandestino de alfabetização aplicado no Pilarzinho, Zélia faz uma comparação com aquele desenvolvido pela ditadura, o Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL), que seguia uma posição diametralmente oposta à de Paulo Freire. A ligação de Zélia Passos com a classe trabalhadora se solidificou nesse movimento de alfabetização, pois o público que frequentava as aulas era da construção civil, imigrantes do campo, ou trabalhadores braçais de diversos serviços. De acordo com seu relato, a prospecção funcionava da seguinte maneira: iam as casas e entrevistando os interessados e coletando palavras-chave que poderiam ser utilizadas no processo de alfabetização deles mais tarde.

Embora se tratasse de métodos completamente distintos, Zélia conta uma história interessante. Para que o método Paulo Freire fosse aplicado, era necessário que ligasse os trabalhadores à sua realidade, e isso se dava por meio da utilização de um projetor, que mostrava imagens e tópicos acerca de uma determinada localidade. Porém, não havia a ferramenta, tampouco dinheiro para realizar a compra. A solução então, veio de uma atitude ousada: Zélia e sua colega se matricularam no MOBRAL para lecionar aos alunos, porém, utilizaram o método perseguido pela ditadura. Por fim, a realidade se mostrou mais espinhosa, pois dos vinte alunos iniciais, quinze concluíram o ciclo, dos quais cerca

⁵⁸⁷ Idem, p.324.

⁵⁸⁸ Ibid.

⁵⁸⁹ PASSOS, Zélia de Oliveira. **Depoimentos para a História (vídeo)**. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=ci6lZvTwrtk&t=466s> Acesso em: 19 dez. 2024.

⁵⁹⁰ Idem. 11:00.

de dez conseguiam realizar leituras simples.⁵⁹¹ Mesmo com resultados aquém das expectativas, Zélia afirma que a experiência foi mais realizadora do que todo o curso de Pedagogia na UFPR. Apesar de relatar com bastante certeza sua experiência, Zélia traz certa imprecisão nas datas: de acordo com seu relato, a história ocorreu entre 1965 e 1966, porém o MOBRAL foi autorizado pela lei nº 5.379 de 15 de dezembro de 1967,⁵⁹² e instituído pelo Decreto nº 62.455, de 22 de Março de 1968.⁵⁹³

O engajamento de Zélia Passos na AP veio no final de seu curso, quando um pessoal da organização procurou seu então marido, Edésio Passos. No ano de 1968, a militante passou em um concurso para o magistério no estado, e discutindo com a AP qual seria o melhor lugar para começar a lecionar, haja vista a intenção de se aproximar de forma estratégica dos trabalhadores, decidiu-se pela cidade de Maringá. Mais adiante, segundo a orientação da organização em “integrar-se”, chegou a hora de se “deslocar” (uma palavra utilizada pela AP) para outra região. Nesse momento, Zélia mudou-se para o Rio de Janeiro, trabalhando em uma fábrica e abandonando a docência. Em sua narrativa, Zélia mostra certo incômodo com a situação da época, pois as constantes fugas davam a impressão de que ela e o companheiro (que raramente se encontravam) eram um peso para a organização, que precisava transportá-los a todo momento. Em uma dessas ocasiões, ela teria ficado no Leblon, em uma casa de uma simpatizante do movimento que, embora quisesse ajudar, tinha muito medo de ser presa, portanto perguntava constantemente quando sua indesejada hóspede iria se mudar.⁵⁹⁴

Grávida e perseguida pela ditadura devido a suas atividades militantes, voltou a Curitiba, sendo presa. A alternativa foi voltar com a filha no colo para a casa da mãe, pois haviam vendido o apartamento, carro e demais bens e doado o dinheiro para a AP.⁵⁹⁵ De acordo com seu relato, após se estabelecer na cidade com um trabalho como diretora de educação na Prefeitura de Curitiba e professora na UFPR em uma época em que fazia trabalhos secundários para a AP e que não estava mais na clandestinidade, foi presa, enquanto Edésio estava de viagem. Zélia ficou detida na sede da Polícia Federal, sendo transferida mais tarde para o hospital da Polícia Militar, enquanto estava grávida. Zélia

⁵⁹¹ Ibid. 13:01 - 20:20

⁵⁹² BRASIL. lei nº 5.379 de 15 de dezembro de 1967. Provê sobre a alfabetização funcional e a educação continuada a adolescentes e adultos. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/15379.htm Acesso em: 19 dez. 2024.

⁵⁹³ BRASIL. Decreto nº 62.455, de 22 de março de 1968. Institui a fundação Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL). Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-62455-22-marco-1968-403852-publicacaooriginal-1-pe.html> Acesso em: 19 dez. 2024.

⁵⁹⁴ PASSOS. Zélia de Oliveira. Op. Cit. 40:00-42:24

⁵⁹⁵ OLIVEIRA; SAHD; CALCIOLARI, 2014, Op. Cit. p. 324-325

relata que enquanto esteve presa por dois meses continuou recebendo todos os vencimentos pela prefeitura, mas a UFPR não deu o mesmo tratamento.

O relatório da Polícia Federal, de 3 de fevereiro de 1972, portanto, quando Zélia já estava em liberdade, traz uma questão interessante. De acordo com o documento, “depôs com excessiva reserva sobre sua ação e estruturação da AP, situação elucidada devidamente nos depoimentos de Clair Flora Martins e Edésio Passos”.⁵⁹⁶ É curioso pensar que Zélia tenha segurado mais informações que Edésio e Clair. Os motivos podem ser diversos. Nada garante que a informação passada pelos companheiros tenha sido verdadeira. Ademais, é possível que devido ao tempo em que Zélia ficou presa tenha sido suficiente para que os demais cobrissem seus rastros. Por fim, pode ser que eles simplesmente tenham relatado, de fato, com mais facilidade.

No mesmo relatório aparece uma alusão a uma figura proeminente do movimento estudantil de oposição à ditadura: Zequinha “Prêmio Esso”, que se encontrava preso do Minas Gerais, exercendo atividades da AP. À época estava utilizando o nome falso de Isaias José de Souza, e trabalhando como soldador e servente de pedreiro. É interessante pensar que um estudante de Medicina com uma vida de elite à frente, largasse essa perspectiva para se infiltrar no meio operário. Já em um informe posterior do SNI, de 15 de março de 1972, foram identificados elementos considerados “agitadores em todas as classes sociais”. Nesse documento, constam os nomes de Zélia e Edésio Passos, que estavam incluídos em um IPM por suas implicações na AP, chamada no informe de organização subversiva.⁵⁹⁷

Se havia aqueles que lutavam contra o regime de uma forma mais empírica, havia também aqueles que aderiam à ditadura, ou faziam parte do sistema, mesmo com ideais diferentes daqueles propagados pelo regime de exceção.

⁵⁹⁶ SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES. Encaminhamento 0038/100/ACT/81. Arquivo Nacional. Disponível em: http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/br_dfanbsb_v8/mic/gnc/nnn/81001672/br_dfanbsb_v8_mic_gnc_nnn_81001672_d0001de0001.pdf Acesso em: 20 dez. 2024.

⁵⁹⁷ SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES. Informação nº 63. ACT/SNI 72. Arquivo Nacional. Disponível em: http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/br_dfanbsb_v8/mic/gnc/aaa/72044191/br_dfanbsb_v8_mic_gnc_aaa_72044191_d0001de0001.pdf acesso em: 19 dez. 2024.

4.4.3. Aderir ou não aderir, eis a questão: o estudante que queria trabalhar na DOPS, o diretório que não queria conturbar a ordem e o policial que recusou o DOI-CODI

Quando se fala sobre a categoria de adesão, as fontes são mais abundantes no que se refere à comunidade docente na UFPR. Embora tenha se discutido sobre movimentos estudantis mais alinhados à ditadura ou aos seus pressupostos ideológicos, como o MAU e a TFP, ainda é bastante raro encontrar elementos que mostrem de forma explícita algum testemunho de estudante que tenha apoiado de maneira individual o regime. Nesse sentido, é importante destacar que muitos estudos sobre a ditadura estão relacionados à tortura, mas por vezes ignoram um elemento importante no processo de atuação do regime, que é a chamada “comunidade de informações”. Já se discutiu aqui que havia espiões dentro dos *campi* e por isso os estudantes tentavam escamotear ao máximo suas ações, mesmo dentro de reunião com seus pares quando a quantidade de presentes era grande. Sobre essa rede de informantes, Marionilde Brepohl Magalhães escreveu um artigo⁵⁹⁸ – bastante difundido entre os estudiosos do assunto – em que discorre sobre como essa rede atuava. Ao que parece, o Serviço de Inteligência tinha um critério rígido de seleção e confiabilidade para selecionar e classificar seus informantes. Portando, havia seis níveis de fonte e seis graus de veracidade de informação, sendo classificados, respectivamente por A,B,C,D,E,F e 1,2,3,4,5,6. Assim, se o informe era classificado como A1 era de uma fonte idônea,⁵⁹⁹ portanto, com grande probabilidade de exatidão. Já um informe F6 significa que não se podia se fiar no relato, sendo um anônimo ou qualquer pessoa movida por “um maluco qualquer”.⁶⁰⁰ A maior parte dos informes caía no tipo C, que podia ser alguém do Exército ou alguém das Forças Armadas infiltrado nos mais diversos locais, objetivando a coleta de dados.⁶⁰¹ Já os agentes do tipo D, E e F eram, em sua maioria, “informantes eventuais (remunerados ou não) ou informantes espontâneos, vale dizer, pessoas que possuíam certa cumplicidade com o regime e que voluntariamente se dispunham a cooperar, fosse por convicção, fosse para receber algum apoio de caráter pessoal”.⁶⁰² Nesse sentido, conforme pondera Marcos Napolitano, “mesmo sem chegar a tal grau de importância burocrática, a ‘comunidade de informações’ era ativa e influente.

⁵⁹⁸ MAGALHÃES, Marionilde Brepohl de. **A lógica da suspeição**: Sobre os aparelhos repressivos à época da ditadura militar no Brasil. **Revista Brasileira de História**, v. 17, n. 34, São Paulo, 1997.

⁵⁹⁹ No último capítulo, são utilizados vários informes do SNI, sempre informando sua classificação.

⁶⁰⁰ *idem*.

⁶⁰¹ *Ibid*.

⁶⁰² *Ibid*.

Criou-se a imagem de uma certa autonomia nas ações do sistema repressivo, que tornaria o *palácio* refém do *porão*”.⁶⁰³

Porém, por mais que haja esforços por parte de pesquisadores em descobrir o nome de informantes, muitas vezes o processo é infrutífero, já que os informes não vinham assinados, e a identidade dos colaboradores era muito bem escondida. No entanto, na pasta da DOPS intitulada *informantes*, há um possível candidato a essa categoria que chama a atenção por seu pedido entusiasmado:

FIGURA 19: solicitação de um estudante para ser agente da DOPS

Curitiba, 18 de abril de 1972

A
DELEGACIA DE ORDEM POLITICA E SOCIAL
R. João Negrão, 721 - 1º
Curitiba - Pr.

Senhor Delegado,

Permita-me solicitar-lhe algumas informações.

Sou estudante universitário, e -
gostaria de ser agente da D.O.P.S.

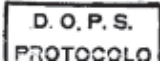
Como e o que fazer para ser um -
membro dessa delegacia especializada?

Desde já agradeço a atenção que
V. S. dispensar.

Meu endereço:
Rua Mariano Tôrres, 306
Apto 4

Cordialmente


Ademir Pedro Acco

FONTE: DEAP/DOPS. *Informantes*. Dossiê 797. Caixa 94

⁶⁰³ NAPOLITANO, 2014, Op. Cit. P. 129.

Não foi possível encontrar maiores informações sobre Ademir Pedro Acco com relação a uma possível participação efetiva na famigerada delegacia. As informações acerca desse nome são muito escassas e desconstruídas. Fazendo uma pesquisa on-line, é possível encontrar um documento oficial, em uma cidade paranaense. No ano de 1977 uma pessoa com o mesmo nome foi nomeada chefe do Núcleo de Assistência e Orientação Fiscal (NAOF) da cidade de Marmeleiro,⁶⁰⁴ no Paraná com um salário de Cr\$ 1.000,00 (mil cruzeiros mensais).⁶⁰⁵ A gratificação para um setor de chefia parece incompatível com o cargo, uma vez que era inferior a um salário-mínimo. Porém, não é possível saber se de fato se trata do aluno entusiasta da DOPS.

Outra manifestação de adesão ao regime, porém menos efusiva, pode ser identificada na pasta do Diretório Acadêmico de Ciências Econômicas do Paraná (DACEP). No dia 17 de novembro de 1970, o presidente do diretório, José Geraldo Menezes Silva, escreveu uma carta à DOPS, informando que no dia seguinte seriam realizadas eleições para o novo mandato. Para tanto, solicitava que o delegado enviasse dois agentes “que estejam familiarizados com a vida estudantil para que o trabalho dos homens da lei tenha pleno êxito”⁶⁰⁶ O documento, com muitos erros gramaticais, encerra a explanação, justificando que tal pedido deve-se ao fato de, após a entidade ter usufruído da confiança das autoridades sem abalar a ordem constituída, “seria um despropósito acontecer, justamente, no apagar das luzes da nossa gestão”.⁶⁰⁷ Ou seja, não seria a hora de contrariar as autoridades, logo, o envio de dois agentes garantiria o bom andamento do processo.

Se por um lado, houve esse voluntarismo de pessoas a participar das ações do regime, por outro, a questão novamente se mostra demasiado complicada para fazer juízos de valor apressados. Um estudante da UFPR chama a atenção pela dificuldade em se classificar seu tipo de atuação. José Maria Correia, calouro do curso de Direito em 1968, participou das manifestações da Reitoria, inclusive da derrubada do busto de Suplicy. Não somente da derrubada: Correia afirma ter um pedaço da relíquia que utiliza como peso para papel em sua mesa.⁶⁰⁸ Durante sua narrativa, José Maria utiliza muito as expressões

⁶⁰⁴ PARANÁ. Prefeitura de Marmeleiro. Decreto nº113. Nomeia Ademir Pedro Acco, para exercer a função gratificada do NAOF (Núcleo de Assistência e Orientação Fiscal) e Fixa Seus vencimentos. Disponível em: https://www.marmeleiro.pr.gov.br/arquivos/decreto/190814_1408452628-lei_Arquivo%206.pdf. Acesso em: 10 dez. 2024.

⁶⁰⁵ Para fins de comparação, o salário-mínimo em 1977 era de Cr\$ 1.106,40 por mês. Disponível em: <https://portal.trt3.jus.br/internet/servicos/valores/salario-minimo> Acesso em 10 dez. 2024.

⁶⁰⁶ DEAP/DOPS. **Diretório Acadêmico de Ciências Econômicas do Paraná**. Dossiê 724, caixa 82.

⁶⁰⁷ Idem.

⁶⁰⁸ OLIVEIRA;SAHD;CALCIOLARI,2014, Op. Cit.p.248

“eu acho” e “me parece”, pois de acordo com seu raciocínio, “estamos falando de evento de mais de 50 anos atrás”.⁶⁰⁹ Esse esforço de lembrar faz eco à categoria de memória como *ars*, dependente da reminiscência, em que ele vai passando a limpo esses acontecimentos. Alguns eventos são confundidos, por exemplo, o congresso de Ibiúna (que ocorreu em outubro de 1968) com o evento da “Chácara do Alemão”, (de dezembro do mesmo ano), porém, o mais interessante de seu relato é que em 1968, José Maria estava na linha de frente dos protestos, mas alguns anos mais tarde, passou justamente a fazer parte do quadro da Polícia Civil. De acordo com seu relato, no terceiro ano da graduação ele já estava casado e com uma filha pequena e a oportunidade de ingressar na Polícia Civil era uma oportunidade de ingressar na carreira jurídica, como delegado, promotor ou juiz.⁶¹⁰ o policial ainda faz uma observação interessante:

me parece que havia naquela época uma tentativa de mudar um pouco a imagem anacrônica da Polícia Civil, da repressão, uma tentativa de profissionalização da Polícia Militar através da academia da Polícia Militar do Guatupê. Ela foi criada no governo do Paulo Pimentel e [no contexto] de uma nova escola de Polícia Civil que vinha surgindo.⁶¹¹

Esse trecho traz mais um elemento para corroborar a imagem de Paulo Pimentel de um apoiador “moderado” da ditadura. O papel do governador está o tempo todo em uma linha tênue entre adesão e acomodação, assim como o próprio papel de José Maria. Porém, esse possui ainda mais fluidez, a depender do momento em que estava. Ele acabou aderindo às forças de repressão, mas não por uma questão ideológica. Como delegado de polícia, certamente comandou algumas ações mais enérgicas, mas tinha plena consciência das atrocidades da ditadura. Quando questionado pela entrevistadora sobre a cooptação de lideranças estudantis pelas forças policiais, ele argumenta que o que atraía os jovens era a possibilidade de receber um salário enquanto estudavam, pois “como comissários, que era a carreira antes da de delegado, nós tínhamos a possibilidade de continuar cursando a faculdade e nos manter.”⁶¹² Nesse trecho, mesmo sem intenção, o delegado aposentado revela algo importante para entender a comunidade de informações. Significa que os infiltrados da Polícia Civil na universidade possuíam o cargo de comissário, pois isso reunia as condições necessárias para o exercício da dupla atividade. Na sequência, mais um relato único: como era faixa preta de karatê e judô, passou a lecionar defesa

⁶⁰⁹ CORREIA, José Maria de Paula. **Depoimentos para a História** (vídeo). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=0nF5fLaBlXo>. Acesso em: 17 dez. 2024.

⁶¹⁰ Idem. 07:40 – 08:11

⁶¹¹ Ibid. 08:12 - 08:41

⁶¹² Ibid.

peçoal para a Polícia Civil, além de ter lecionado Direito Penal e criado uma cadeira de Direitos Humanos, algo inédito na corporação. Sobre essas informações, é importante frisar que, de fato, José Maria, mesmo depois do ingresso na Polícia Civil fez amizade com indivíduos que lideravam ações pela luta pela anistia, além de ter mantido contato com esses grupos mesmo após o fim do regime. Sobre esse tópico o delegado faz a seguinte afirmação:

E nessa ocasião, então, nós constituímos um grupo de delegados jovens dispostos a dar uma guinada na Polícia Civil... romper com aquele conceito de uma polícia política de repressão para uma polícia cidadã. Criamos, inclusive, essa denominação de *polícia cidadã*, começamos a militar em direitos humanos, começamos a militar pelo movimento pela anistia, onde eu conheci o Narciso Pires, que era um dos líderes, o Aziel Pereira, a Clair da Flora Martins, o Vicente Palhares, o Pedro Longo e nos aproximamos dos partidos de esquerda, do MDB à época. [...] eram as pessoas com quem tínhamos assim... uma identidade política.⁶¹³

De fato, a carreira posterior à ditadura, faz jus ao que o delegado argumentava defender. Como advogado, atuou muito em prol das vítimas das prisões e como vereador apresentou o projeto da criação da Guarda Municipal de Curitiba. Mais tarde, como prefeito de Matinhos, foi um dos responsáveis pela criação do campus UFPR Litoral, em uma parceria entre o Estado e a União.⁶¹⁴ É interessante pensar que, ao mesmo tempo em que a ditadura possuía agentes infiltrados nas universidades, também havia pessoas com uma visão progressista infiltradas nas forças policiais. Aliás, José Maria, que na década de 1980 era filiado ao PMDB, se identifica como “oposição sem tréguas. Uma oposição absoluta e radical ao regime, sem participar deste”.⁶¹⁵ Aqui, mais uma vez, é curioso notar a contradição na fala do delegado. Por mais que militasse em prol dos direitos humanos, sua posição na polícia o caracteriza como parte da estrutura de poder do Estado, portanto, do regime que vigorava no país, porém atuava como resistência, dentro de suas limitações. Outro ponto de sua narrativa chama a atenção: quanto tece comentários sobre a posição dúbia do governador Ney Braga sobre os desdobramentos do golpe, ele diz que Braga era um democrata que de maneira oportunista aderiu ao golpe de maneira posterior.

⁶¹³ Ibid.

⁶¹⁴ MEMÓRIAS PARANÁ. Disponível em: <https://memoriasparana.com.br/2015-depoimento-de-jose-maria-de-paula-correia/> acesso em: 17 dez. 2024.

⁶¹⁵ CORREIA, Op. Cit.

Embora se trate apenas de uma opinião, é importante pensar em pessoas que passavam por essa linha tênue entre adesão e acomodação ⁶¹⁶.

Quando o delegado é questionado sobre o delegado Ozias Algauer, faz um retrospecto da DOPS desde suas origens e do anticomunismo latente já na Era Vargas, porém, baseado em sua experiência e convívio com os agentes, faz uma revelação interessante: muitos agentes eram semianalfabetos; quando escreviam relatórios de pessoas que estavam sendo seguidas, anotavam coisas que eram irrelevantes, mas pela falta de letramento, liam a situação como ameaça. Citando um exemplo, os agentes podiam anotar que o vigiado em questão havia comprado um livro de Voltaire, que era considerado comunista, por pura ignorância daqueles que faziam a vigilância. Dessa forma, Algauer fazia parte dessa “comunidade de informações”. Além disso, havia uma hierarquia, em que os militares utilizavam os civis para determinados fins, de forma que a DOPS concentrava os interrogatórios formais. Já o DOI-CODI, de acordo com José Maria, cuidava da tortura de forma mais clandestina. Nessa parte do vídeo, ⁶¹⁷ o delegado fala que na tortura do DOI-CODI havia um componente a mais do que simplesmente a necessidade de informações, que era o sadismo. Aqui, ele faz uma pausa e uma expressão de incômodo latente, inclusive deixando claro que era ciente desses procedimentos. Ao ser questionado se foi convidado para esse sistema, ele diz que foi assediado várias vezes com promessas de aumento salarial, viagens ao exterior. José afirma que Dan Mitrione, agente da Usaid e da CIA, especialista em tortura, esteve em Curitiba ministrando palestras à época. O estadunidense CIA é bastante famoso no Brasil por ter montado uma escola de torturas em Minas Gerais. ⁶¹⁸ Porém, é importante uma observação cronológica sobre a fala de José Maria. Ele entrou na Polícia Civil em 1972 e cita a presença de Mitrione em Curitiba na época em que ele já estava na política, contudo o agente havia sido sequestrado pelos guerrilheiros uruguaios Tupamaros, em 31 de julho de 1970, sendo assassinado dez dias depois. ⁶¹⁹

⁶¹⁶ Sobre a posição dúbia de Ney Braga, ver SILVA, Luiz Gabriel da. **Ditadura em Curitiba?** Memórias (e esquecimentos) da repressão e da resistência na capital paranaense e criação de site temático. Curitiba: CRV, 2021.

⁶¹⁷ aos 25:00.

⁶¹⁸ A informação sobre a escola de tortura é de Cláudio Antônio Guerra, delegado da Polícia Civil de São Paulo durante a ditadura, em depoimento para a Comissão Estadual de São Paulo. Para mais informações, ver: SÃO PAULO, Câmara Municipal. Relatório da Comissão Estadual da Verdade Vladimir Herzog 2013/2013. Disponível em: <https://www.saopaulo.sp.leg.br/iah/fulltext/relatoriocomis/LIVRORELFINCOMISSAOVERDADE-2015.pdf> Acesso em: 17 dez. 2024.

⁶¹⁹ O jornal *Diário do Paraná* noticiou o sequestro no dia 1 de agosto de 1970. Para mais informações, ver: <http://memoria.bn.gov.br/DocReader/761672/77979> Acesso em: 17 dez. 2014.

Ao ser provocado pela entrevistadora sobre como era ser estudante e ao mesmo tempo atuar nas forças de segurança, o entrevistado diz que ele mesmo era vigiado devido às suas atividades sindicalistas, e que por isso sofria ameaças frequentes e assédio para trabalhar no DOI-CODI:

Primeiro, convites. ‘Olha, você está sendo designado para o DOI-CODI, me disse o secretário de segurança, o general Alcindo Pereira Gonçalves.⁶²⁰ Que era uma pessoa afável, uma pessoa de bom trato, o general Alcino. eu disse ‘olha general, eu recuso, porque quando prestei concurso para a polícia civil, eu prestei para trabalhar como policial civil, e não para servir à repressão’. Esse convite foi feito para mim e para o meu chefe, na ocasião, o delegado Aldemar Martins. E o Martins foi muito firme na ocasião, ele hoje é um juiz de direito, aposentado, disse ‘não, general, o Zé Maria se recusa a ir, não concorda em absoluto e eu não me subordino a militar’. Foi a expressão, a frase que o Doutor Martins, que era meu chefe, na ocasião... eu era advogado adjunto, ele titular, utilizou... e aquilo foi um acinte. Você já se tornava a partir daquele momento uma persona non grata ao sistema. ‘Por que essas pessoas recusaram a trabalhar num sistema onde tantos almejam, porque tem promoções, tem viagem, tem benesses, uma série de coisas. mas era um princípio nosso.’⁶²¹

Mais tarde, ao se tornar vereador de Curitiba, José Maria passou a ser perseguido pelo CCC, que chegou a tentar sequestrar uma de suas filhas no Jardim de Infância. O ato só não ocorreu porque a menina se recusou a ser entregue a uma falsa babá que estava na caminhonete veraneio.⁶²² Para além da narrativa apresentada por José Maria, a documentação da repressão atesta tanto sua inclinação para a esquerda, como aspectos mais nebulosos de sua trajetória acadêmica. Em um documento do SNI, disponível no Arquivo Nacional,⁶²³ é possível ver que, de fato, o delegado era monitorado pela repressão, e nos últimos anos da ditadura, começou a sofrer represálias devido à sua atividade política, já atuando como vereador. Um informe do serviço de informações dava conta de que a partir do segundo ano da Faculdade de Direito na UFPR, o delegado passou a ter dificuldades em conciliar as atividades, “com frequentes interrupções, o que lhe ocasionou sucessivas reprovações e dependências em diversas disciplinas”.⁶²⁴ Depois, a acusação é a de que, após um tempo de matrícula trancada, em 1983, requereu

⁶²⁰ A gestão de Alcindo Pereira Gonçalves na secretaria de Segurança Pública se estendeu de 15/03/1975 até 15/03/1979. Nesse caso, o convite pode ter ocorrido justamente na época da famosa Operação Marumbi, em 1975, que prendeu mais de 100 pessoas ligadas ao PCB no estado. Sobre a cronologia, ver <https://www.seguranca.pr.gov.br/Galeria-de-Secretarios>. Acesso em: 17 dez. 2024.

⁶²¹ CORREIA, 2014, Op. Cit. 30:00 – 31:19

⁶²² CORREIA, José Maria de Paula. In: PALMAR, Aluizio (org). **Vozes da resistência**: memórias da luta contra a ditadura militar no Paraná. Curitiba: Banquinho Publicações, 2024 p. 199.

⁶²³ SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES. Informe nº 0805/83 – SI/SR/DFP/PR. Disponível em: http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/BR_DFANBSB_V8/MIC/GNC/NNN/83004233/BR_DFA_NBSB_V8_MIC_GNC_NNN_83004233_d0001de0001.pdf. Acesso em: 17 dez. 2024.

⁶²⁴ Idem.

transferência para a Faculdade de Ciências de Itajaí, em Santa Catarina. Aqui, pode se tratar de algum erro de digitação, pois o documento que atesta a transferência data de 1973. Depois, ao invés de se matricular no 1º semestre da terceira série de acordo com o cronograma, “o fez na 4ª série, utilizando-se de Guia de Transferência falsa, acompanhada de um histórico escolar igualmente falso”, colando grau em 1974. A denúncia foi feita por Luiz Michelin, que ratificava as acusações e exigia a apuração dos fatos, porém no documento não há maiores informações acerca do delator.

Após a UFPR saber do ocorrido, encaminhou expediente à Procuradoria da República, resultando no Inquérito Policial nº106/83. Logo na sequência, há o relato de que José Maria não compareceu por três vezes às intimações, inclusive na data em que o documento era redigido, em 5 de setembro de 1983, o acusado teria apresentado um atestado médico. Mais adiante, há a menção de que ele teria viajado à Nicarágua e se encontrado com Daniel Ortega, tendo declarado que estava “impressionado com o pluralismo, o sistema econômico e a liberdade de imprensa reinante no regime sandinista”, passando depois por Cuba.⁶²⁵

O perfil de José Maria de Paula Correia é importante de ser destacado, porque é um exemplo de como poderia haver fluidez entre uma categoria e outra, a depender da conjuntura e do olhar histórico, além de ser o exemplo da memória quando o presente colore o passado, pois apesar de várias pessoas envolvidas com os direitos humanos atestarem sua atuação no mesmo sentido, não é possível saber determinados meandros de sua profissão de delegado em plena época de repressão, ou até que ponto podia ir contra o que pregava a hierarquia.

Se havia estudantes dispostos a cooperar voluntariamente com a repressão, como no caso do misterioso Ademir Pedro Acco, e outros tentavam mudar o regime de dentro para fora, como José Maria, do lado docente, havia aqueles que sabiam jogar o jogo do poder, concedendo honrarias a figuras centrais da repressão.

4.5. MAIS HONRARIAS À DITADURA: OS TÍTULOS HONORIS CAUSA A BALUARTES DA REPRESSÃO

Já se discutiu aqui que desde o início do regime UFPR passou a fazer homenagens a reverências a figuras do primeiro escalão da ditadura. As ações não eram obras do acaso:

⁶²⁵ Ibid.

a relação cordial e afetuosa de reitores e docentes trouxe uma situação mais confortável para alguns bastiões da instituição, que viam seus valores serem representados pelo regime. Assim, no ano de 1968, justamente no auge da luta entre estudantes e forças da repressão, a alta cúpula da UFPR desfazia qualquer subjetividade em relação a suas posições políticas. Na reunião do COUN do dia 18 de setembro de 1968, o reitor Flávio Suplicy de Lacerda inicia os ritos, falando sobre despesas orçamentárias, enfatizando que havia viajado para o Rio de Janeiro, conseguindo que a verba para o ano de 1969 para a universidade fosse fixada em NC\$ 24. 367.400,00, além de uma promessa de que não haveria cortes orçamentários para a instituição. Em seguida, há o registro em ata da seguinte frase: “O sr. Presidente, após ter feito a exposição dos motivos a respeito propôs, e o conselho aprovou unanimemente, a concessão do título de doutor honoris causa à sua excia., o senhor presidente da República, Marechal Arthur da Costa e Silva”. É interessante notar que a ata não explicita os motivos a que todos concordaram, mas é sintomático esse pedido vir logo na sequência da questão orçamentária. Embora Flávio Suplicy de Lacerda fosse um defensor ferrenho do regime, alinhado ideologicamente desde o primeiro momento, a concessão dessas honrarias poderiam ser também parte de uma estratégia de adulação dos dirigentes da instituição para que a universidade fosse contemplada com mais verbas. Já na reunião do COUN de 23 de outubro de 1968, o presidente da sessão, Flávio Suplicy de Lacerda, informou que havia recebido um telegrama do presidente da República agradecendo o título honoris causa e marcando a cerimônia de recebimento da honraria para março do ano seguinte.

A cerimônia de homenagem ocorreu no dia 25/03/1969:

FIGURA 20: Flávio Suplicy de Lacerda discursa na cerimônia de outorga do título doutor “honoris causa” a Costa e Silva



FONTE: Arquivo Nacional.⁶²⁶

O jornal *Diário do Paraná: órgão dos Diários Associados* trouxe uma manchete em que na capa defendia o AI-5, além de fazer uma cobertura bastante favorável à honraria concedida ao presidente.

A solenidade tinha que ser sucinta. O reitor fez um discurso de oito minutos, do qual se resume o seguinte: "A Universidade Federal do Paraná não concede honrarias universitárias a todos os presidentes da República. Até hoje, entregou títulos de "Doutor Honoris Causa" a dois presidentes: O marechal Eurico Gaspar Dutra, porque, tendo sido federalizadas oito universidades brasileiras, foi deixada de lado a mais antiga de todas, a do Paraná, com flagrante Injustiça. Fomos a Petrópolis, em grande caravana, expusemos a questão ao Presidente e ele prontamente, mandou elaborar mensagem ao Congresso, reparando e injustiça. O outro Doutor foi o Marechal Castelo Branco, que disciplinou e regulamentou a vida estudantil e iniciou a reforma universitária com o Estatuto do Magistério". "Agora se concede o título a outro militar — disse — o terceiro, marechal Costa e Silva, e isto porque Vossa Excelência implantou em moldes excepcionalmente avançados a reforma universitária no Brasil, como

⁶²⁶ Captura de tela de um vídeo do Arquivo Nacional. Disponível em: http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/BR_RJANRIO_EH/0/FIL/CJI/0358/BR_RJANRIO_EH_0_FIL_CJI_0358_d0001de0001.mp4 Acesso em: 25 nov. 2024.

base para o progresso do continente brasileiro. **A obra educacional de Vossa Excelência não pode ser analisada agora, precisa do distanciamento no tempo, de perspectiva histórica, para ser avaliada. Por isso, o reitor não diz mais nada: a posteridade julgará e a Universidade ficará entregalanada (sic) com a lembrança desta cerimônia.**⁶²⁷ (grifos meus)

O tom amistoso e entusiasta do reitor não era surpresa, pois além de aficionado de primeira hora do golpe, sua trajetória política contou com o apoio do regime, tanto em sua condução para o ministério da educação quanto recondução para o cargo de reitor da universidade. Chama a atenção o tom profético com que Flávio Suplicy encerrou seu discurso, uma vez que, de fato, a universidade ficou atrelada a essa honraria de caráter duvidoso. Fazendo um discurso ufanista sobre a necessidade da educação no país, o presidente, em plena vigência do AI-5, arremata seu discurso lamentando os entreveros entre seu governo e os universitários, afirmando que se os estudantes do Brasil “se houvessem detido e debruçado sobre a natureza especial da educação, teriam certamente surgido dificuldades menores e menos numerosas entre eles e o governo”⁶²⁸. Dessa forma, ele esperava que “o mal-entendido dessa controvérsia já tenha se dissipado em face das realizações da administração federal” que segundo ele havia acudido as universidades e demais instituições educacionais com vultuosos investimentos.⁶²⁹ No mesmo dia, a primeira-dama Yolanda Costa e Silva recebeu o título de “Vulto Emérito de Curitiba”, cuja honraria foi entregue pelo prefeito Omar Sabbag. Também recebeu uma placa de prata entregue por dona Ivone Pimentel, além de um retrato a óleo, pintado pelo professor André Kennedy.⁶³⁰ Este título foi criado no dia 23 de abril de 1963 e se tornou a maior honraria concedida a quem nasceu na cidade. Logo no início da referida lei, há uma descrição de que “a outorga desta homenagem, destinada a perpetuar na memória coletiva da cidade, personalidades que tenham honrado e dignificado na prática de fatos concretos de expressão utilitária, será objeto de lei específica”.⁶³¹ Em seu Artigo Segundo, parágrafo único, há uma regra que não parece ter sido obedecida: “Não poderão ser homenageadas as pessoas que se destacarem em assuntos puramente ideológicos, e as

⁶²⁷ Costa e Silva traçou missão para a universidade. **Diário do Paraná:** órgão dos diários associados. 26 mar. 1969. Disponível em: <http://memoria.bn.br/pdf/761672/per761672_1969_04113.pdf>. Acesso em: 29 jul. 2023.

⁶²⁸ Idem.

⁶²⁹ Ibid.

⁶³⁰ Idem.

⁶³¹ CURITIBA. Lei nº 2255/1963. Institue distinção honorífica denominada Vulto Emérito de Curitiba e dá outras providências. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/pr/c/curitiba/lei-ordinaria/1963/226/2255/lei-ordinaria-n-2255-1963-institue-distincao-honorifica-denominada-vulto-emerito-de-curitiba-e-da-outras-providencias> Acesso em: 10 mar. 2025.

que, sendo estrangeiras, professarem doutrina política ostensivamente contrária a regime político vigente no país”.⁶³² Esse parágrafo, assim como outros pontos da lei foram modificados pela lei complementar nº 109, de 12 de janeiro de 2018.⁶³³

A proximidade de figuras ligadas ao poder na cidade, aliada à cidadania curitibana da primeira-dama, ajudou a coroar um fato pitoresco na capital paranaense, ao qual a visita de Costa e Silva estava atrelada nessa ocasião. Curitiba foi a capital do país por três dias.

4.5.1. Curitiba, a capital do Brasil?

Embora pareça uma anedota, a história é verdadeira e pouco lembrada quando se fala da ditadura civil-militar. Porém uma série de fatores ajuda a elucidar como ocorreram os desdobramentos até a odisseia pitoresca se concretizar. Yolanda Costa e Silva possuía familiaridade com a cidade, pois era curitibana de nascimento, inclusive sendo uma das entusiastas da ideia. Ademais, tanto o prefeito da época, Omar Sabbag quanto o governador Paulo Pimentel eram apoiadores do regime. A mudança, que durou três dias, foi mais simbólica, com a transferência do poder executivo ao Palácio Iguaçu e das Forças Armadas e Ministérios a outros pontos da cidade.⁶³⁴ A aventura ocorreu entre os dias 24 e

⁶³² Idem.

⁶³³ CURITIBA. Lei complementar nº 109, de 12 de janeiro de 2018. Dispõe sobre a concessão de honrarias no Município de Curitiba e revoga a Lei Complementar nº 26, de 08 de julho de 1999, que "Dispõe sobre as normas aplicáveis a concessão de honrarias no Município de Curitiba"; a Lei nº 2.255, de 23 de abril de 1963, que "Institui distinção honorífica denominada Vulto Emérito de Curitiba, e dá outras providências.", a Lei nº 6.710, de 10 de setembro de 1985, que "Cria o título "Consagração Pública Municipal" a ser conferido, mediante diploma, pela Câmara Municipal de Curitiba, à pessoa jurídica que, no ano imediatamente anterior, realizar relevantes serviços à comunidade."; a Lei nº 7.756, de 17 de outubro de 1991, que "Institui, no âmbito do Município de Curitiba, a distinção honorífica denominada "MÉRITO ESPORTIVO" e adota outras providências.", a Lei nº 8.152, de 19 de abril de 1993, que "Dispõe sobre o Prêmio Cidade de Curitiba e dá outras providências.", a Lei nº 8.457, de 06 de junho de 1994, que "Institui, no âmbito do Município de Curitiba, o Prêmio Professor João Crisóstomo Arns, e dá outras providências.", a Lei nº 8.810, de 08 de abril de 1996, que "Cria o Prêmio Cultura e Divulgação de Curitiba.", a Lei nº 9.298, de 19 de maio de 1998, que "Dispõe sobre a outorga de honraria a professores, quando da aposentadoria, e dá outras providências.", a Lei nº 9.622, de 08 de julho de 1999, que "Institui no âmbito do Município de Curitiba a distinção honorífica denominada Profissional do Ano.", a Lei nº 10.662, de 15 de maio de 2003, "Institui o Prêmio Ecologia e Ambientalismo no Município do Curitiba e dá providências correlatas", a Lei nº 10.680, de 20 de maio de 2003, "Institui no Município de Curitiba, o Título de Servidor Público Padrão", a Lei nº 11.258, de 09 de dezembro de 2004, que "Institui o Prêmio Pablo Neruda de Direitos Humanos." e a Lei nº 12.191 de 26 de abril de 2007, que "Institui no Município de Curitiba, o Prêmio Mulheres Empreendedoras de Curitiba e dá outras providências." Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/pr/c/curitiba/lei-complementar/2018/10/109/lei-complementar-n-109-2018>. Acesso em: 10 mar. 2025.

⁶³⁴ Curitiba já foi a capital do Brasil e é mais antiga do que se imagina. **Jornal de comunicação on-line da UFPR**. Disponível em: <https://gehadhajar.blogspot.com/2010/09/curitiba-ja-foi-capital-do-brasil-e-e.html> Acesso em: 12 dez. 2014.

27 de março de 1969, justamente no âmbito da concessão do título *Honoris Causa*, e veio junto com notícias de desenvolvimento da região, aproveitando os holofotes. Um vídeo, produzido pela Agência Nacional, traz a notícia da transferência da capital para Curitiba, além da cerimônia que outorgou o título *honoris causa* ao presidente-ditador. Em tom triunfal, com uma trilha sonora que incita ares ufanistas, o locutor narra diversos feitos de Costa e Silva, sobretudo, a inauguração de obras de infraestrutura, sempre utilizando a palavra “Revolução”.⁶³⁵

A capa do jornal *Diário do Paraná* trouxe uma manchete entusiasmada com a novidade:

FIGURA 21: Costa e Silva chega a Curitiba.



FONTE: Jornal *Diário do Paraná*: órgão dos diários associados. 23 mar. 1969.⁶³⁶

⁶³⁵ ARQUIVO NACIONAL. Disponível em:

http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/BR_RJANRIO_EH/0/FIL/CJI/0358/BR_RJANRIO_EH_0_FIL_CJI_0358_d0001de0001.mp4 Acesso em: 13 mar. 2025.

⁶³⁶ Revolução chega ao Paraná (pela terceira vez). *Diário do Paraná*: órgão dos diários associados. 23 mar. 1969. Disponível em: <http://memoria.bn.gov.br/docreader/761672/71445>. Acesso em: 12 dez. 2024.

Falando em tom triunfal acerca da chegada do mandatário da nação, o jornal descrevia o itinerário a ser percorrido por Costa e Silva ressaltando que “mais de cem mil bandeirinhas do Brasil e do Paraná foram confeccionadas para utilização dos populares e 30 mil escolares que ficarão postados durante todo o percurso presidencial”⁶³⁷ A cerimônia do “beija-mão” não era fortuita: o jornal noticiava que “as classes produtoras já têm pronto um longo memorial que entregarão ao marechal Costa e Silva, fazendo reivindicações no campo da fazenda, planejamento, transportes, minas e energia, comunicações, aeronáutica, indústria e comércio e agricultura”.⁶³⁸ No dia seguinte, a manchete vinha em tom de ufanismo: “CS: revolução não veio passear”.⁶³⁹ O presidente aproveitou a oportunidade para agradar as Forças Armadas locais, assinando decretos e promovendo generais.⁶⁴⁰ Algumas notas do jornal são carregadas de humor involuntário. Durante o percurso a pé pela avenida Marchal Floriano Peixoto, o prefeito Omar Sabbag andava lado a lado com o presidente. Costa e Silva teria perguntado se a avenida ia até a Praça Carlos Gomes. Ao ouvir a confirmação, teria dito “se continuar esse volume de obras, logo vocês vão derrubar a casa onde nasceu a Yolanda”.⁶⁴¹ Outra nota que procurava mostrar a face humana do ditador, dava conta de uma menininha que gritava para ele na comitiva, ao que ele respondeu, rompendo o protocolo e se aproximando da garota com a frase “me dá uma bandeira do Paraná, filhinha”.⁶⁴² Por fim, sempre ressaltando o calor do momento, a reportagem noticiava que houve vinte casos de insolação, sobretudo de crianças que haviam ficado defronte ao Palácio Iguaçu na esperança de ver o marechal.⁶⁴³

Sem dúvidas, essa foi uma edição de contrastes do jornal. Além da reportagem de capa e a maior parte da edição fazer grande alarde à presença de Costa e Silva em Curitiba, juntamente com a ascensão da capital das araucárias a capital do país, na página 4 do segundo caderno há uma reportagem intitulada “pedida condenação dos 15 estudantes”. O Conselho Permanente de Justiça do Exército havia iniciado o julgamento de 15 estudantes presos no episódio da “Chácara do Alemão”. Após a leitura da denúncia e das peças, o procurador Alceu Alves dos Santos pediu a condenação de todos. Já a defesa dos

⁶³⁷ Idem.

⁶³⁸ Ibid.

⁶³⁹ CS: revolução não veio passear. **Diário do Paraná**: órgão dos diários associados. 25 mar. 1969. Disponível em: <http://memoria.bn.gov.br/docreader/761672/71473>. Acesso em: 12 dez. 2024.

⁶⁴⁰ Idem.

⁶⁴¹ Ibid.

⁶⁴² Ibid.

⁶⁴³ Ibid.

acusados ficou a cargo dos advogados Juarez Tavares, José Carlos Alvin, Otto Luiz Sponholz, Antônio Acyr Breda (aluno de Vieira Netto), José Lamartine Correia, Elio Narez, Alcides Munhoz Netto e Joaquim Brito de Lacerda.

FIGURA 22: estudantes no julgamento da “Chácara do Alemão”.



FONTE: Jornal *Diário do Paraná: órgão dos Diários Associados*. 25 mar. 1969.⁶⁴⁴

Ao mesmo tempo em que a repressão atuava para combater a subversão nas universidades, havia planejamentos que visavam atrair estudantes para que passassem a se identificar com valores do regime e, se possível, auxiliar no desenvolvimento de outras partes do país. Nesse sentido, uma das estratégias para cooptar esses estudantes vinha sendo gestada por meio da extensão universitária, por meio de projetos de assistencialismo a regiões carentes do país.

⁶⁴⁴ Ibid.

4.6. ESTRATÉGIAS DE ACOMODAÇÃO: PROJETOS VINCULADOS À EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA E A DISCIPLINA DE EPB

Antes mesmo da reforma universitária, era bastante comum no meio militar a difusão do pensamento de que era necessária a intervenção em regiões mais carentes do país, porém sempre em uma perspectiva conservadora: nada de luta de classes ou subversão da ordem vigente. Aliás, o golpe de 1964 vem justamente na esteira de frear qualquer política pública um pouco mais robusta, no que concerne a qualquer tipo de refiguração da ordem social. Contudo, obras de caráter assistencialista faziam parte do plano de governo da ditadura. Ao olhar o manual da ESG é possível entender a visão militar sobre a questão estrutural da formação da sociedade brasileira, bem como o porquê de se pensar em políticas paliativas, pois a ideologia militar pressupunha que as elites possuíam um papel benevolente no desenvolvimento da nação:

4.3 – Papel das elites no Brasil

Os grandes movimentos da história brasileira foram sempre manifestações das elites. a Campanha Abolicionista, a independência, a República, são exemplos nítidos. A adesão do povo às atividades precursoras e de apoio a esses movimentos tem sido tão discreta que não chega a configurar uma participação marcante. Isto não significa que a população fosse apática aos acontecimentos. Certos fatores, como as dificuldades de comunicação e a extensão territorial, concernem para tanto. A conjuntura, além disso, conduziu esses fatos para as decisões de cúpula.

Não houve no Brasil, felizmente, os aspectos da opressão da violência e de exploração indiscriminada que engendram grandes movimentos populares, como algumas revoluções em outros países e o movimento independentista na maioria das nações de colonização espanhola.

Grupos políticos, culturais, religiosos, e militares têm sido o cadinho das reformas estruturais e ideológicas; têm constituído os elementos de orientação das maiores mudanças no rumo da História do Brasil.⁶⁴⁵ (Grifos meus).

A visão elitista ajuda a entender o desenvolvimento de certas políticas levadas a cabo pela ditadura. O manual ignora qualquer luta popular e apaga a participação de grupos minoritários do processo histórico. Dessa forma, faz sentido pensar que, segundo essa ótica, o papel das elites seria o de trazer algum tipo de conforto para populações “bestializadas”. Assim, algumas das atividades ligadas à chamada Extensão Universitária passaram a integrar essa atenção a determinadas regiões no Brasil.

Para entender a concepção de Extensão Universitária é importante que se pense sobre a acepção da expressão. Portanto, pode ser pertinente recorrer à definição de Paulo

⁶⁴⁵ ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA. **Manual Básico**. Rio de Janeiro, 1975, p. 47.

Freire no livro *Extensão ou Comunicação*,⁶⁴⁶ na qual o autor aponta diferentes significados à palavra *extensão*, sendo que a que melhor definição para o objeto de estudo deste artigo é

O sentido do termo extensão, neste último contexto, constitui o objeto do nosso estudo. Mais do que em qualquer dos casos exemplificadores, o termo extensão, na acepção que nos interessa aqui – a do último contexto – indica a ação de estender e de estender em sua regência sintática de verbo transitivo relativo, de dupla complementação – : **estender algo a**. Nesta acepção, quem estende, estende alguma coisa (objeto direto da ação verbal) **a** ou **até** alguém – (objeto indireto da ação verbal) – aquele que recebe o conteúdo do objeto da ação verbal.⁶⁴⁷

Tal concepção é importante para entender que as ações da chamada Extensão Universitária são pensadas, nesse contexto, exatamente como ações educacionais no sentido de estender a universidade às comunidades e regiões mais isoladas do país, por meio da oferta de cursos rápidos e/ou ações assistenciais. É importante ressaltar que desde o início do século XX havia ações nesse sentido, todavia, não havia uma sistematização ou padronização das instituições de Ensino Superior no país. A mudança veio com a famosa Lei Nº 5.540, de 1968, que regulamentava tais ações. No artigo 20 da Lei, há uma menção direta à extensão, salientando que “as universidades e os estabelecimentos isolados de ensino superior estenderão à comunidade, sob forma de cursos e serviços especiais, as atividades de ensino e os resultados da pesquisa que lhes são inerentes”⁶⁴⁸

O interesse dos militares na Educação, nomeadamente no Ensino Superior, encontra respaldo nas chamadas Ações Cívico-Sociais descritas no Manual da Escola Superior de Guerra,⁶⁴⁹ as quais eram vistas como uma forma de desenvolver uma imagem favorável às Forças Armadas e ao governo. A despeito de a Extensão Universitária ter sido organizada e sistematizada, principalmente, a partir da Lei Nº 5.540, de 1968, a qual trazia uma série de reformas para o Ensino Superior, várias universidades já se pautavam por ações de assistência (em diversas esferas) a comunidades há bastante tempo. Nesse sentido, Carina Vieira traça um panorama de ações de extensão das universidades brasileiras ao longo de sua história, constatando que desde as primeiras décadas do século XX é possível encontrar ações deste tipo, tendo como principais influências o modelo europeu, por meio das universidades populares, e o modelo estadunidense, o qual se

⁶⁴⁶ FREIRE, Paulo. **Extensão ou comunicação?** Tradução de Rosisca Darcy de Oliveira. 7ª ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1983 93 p. (O Mundo, Hoje, v. 24).

⁶⁴⁷ Idem. (grifos no original)

⁶⁴⁸ BRASIL. Lei nº5.540, Op. cit.

⁶⁴⁹ ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA, 1975. Op. Cit, p. 313.

pautava pelo desenvolvimento de serviços voltados para o desenvolvimento das comunidades⁶⁵⁰. A seguir, são analisadas as diferentes facetas da Extensão, bem como sua relação com a Doutrina de Segurança Nacional. Um breve exame das legislações específicas ajuda a entender esta conjunção de elementos.

4.6.1. O CRUTAC

Com a atividade extensionista amparada pela legislação, a Universidade Federal do Paraná lançou alguns programas nesse âmbito, dentre os quais, destacam-se os projetos CRUTAC, e o Projeto Rondon.

O CRUTAC (Centro Rural Universitário de Treinamento e Ação Comunitária) foi idealizado na Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), pelo professor Onofre Lopes, e instituído a partir do ano de 1965 – portanto, antes da sistematização da Lei 5.540/68 –, sendo que a instalação do Centro ocorreu em agosto de 1966, em um programa piloto no município de Santa Cruz. Os objetivos englobavam três pressupostos: treinamento, motivação da comunidade e prestação de serviços.⁶⁵¹ Apesar de sua gênese ter ocorrido sem ligação alguma com a ditadura (embora já estivesse na vigência do regime), no ano de 1969, o Governo Federal instituiu o Decreto-Lei nº 916, o qual criava uma Comissão Incentivadora dos Centros Rurais Universitários de Treinamento e Ação Comunitária (CINCRUTAC), deixando claro que a partir de então o MEC seria o responsável para cuidar de questões inerentes ao CINCRUTAC. Tal apropriação, pelo governo militar, de um programa elaborado por civis, não foi a única, como se verá mais adiante.

O referido Decreto-Lei, traz em seu primeiro artigo as seguintes premissas:

Art. 1º É criada, no Ministério da Educação e Cultura, a Comissão Incentivadora dos Centros Rurais Universitários de Treinamento e Ação Comunitária - CINCRUTAC, com a finalidade de propiciar condições, inclusive materiais e técnicas, para implantação nas Universidades brasileiras de programas que visam a: I - **Ajustar a ação governamental às necessidades das populações interioranas**, mediante o trabalho associado e integrado das universidades junto aos demais órgãos e serviços da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e de entidades privadas; II - Encaminhar, com a extensão dos serviços universitários às áreas interioranas, através dos cursos

⁶⁵⁰ VIEIRA, Carina Silva. **Extensão Universitária**: concepções presentes na formalização, em propostas e práticas desenvolvidas na Universidade Federal do Paraná (Dissertação de mestrado). Curitiba, 2014, p. 46.

⁶⁵¹ SILVEIRA, 1987. Op. Cit. p. 45.

específicos de cada unidade, **a realização de atividades básicas que conduzam à promoção do homem, ao desenvolvimento econômico-social do País e à segurança nacional**; III - Promover o treinamento rural dos estudantes universitários, em períodos de estágios, no exercício das atividades específicas dos respectivos currículos; IV - Proporcionar aos estudantes estagiários, com o assessoramento de professores e técnicos, as condições necessárias ao estudo e solução dos diversos problemas da comunidade, mediante a adequação do exercício profissional às peculiaridades do meio; V - Proceder ao levantamento de recursos financeiros da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, a serem aplicados em projetos específicos. (Grifos meus).⁶⁵²

A ênfase ao protagonismo governamental na promoção do bem-estar das populações interioranas e à segurança nacional, vem ao encontro com a chamada Ação Cívico-Social, explicitada no Manual da Escola Superior de Guerra:

A Ação Cívico-Social (ACISO) compreende o conjunto de atividades desenvolvidas pelos diversos níveis de comando em apoio à missão principal das Forças Armadas, com a finalidade de, numa determinada área e normalmente em caráter temporário, empregar seus recursos técnicos, em pessoal e material, para auxiliar a comunidade a solucionar seus problemas mais prementes, **contribuindo para desenvolver em cada cidadão o espírito cívico e comunitário e concorrendo para formar e manter uma imagem favorável das Forças Armadas**. Não devem alcançar seus objetivos apenas através de realizações materiais, que serão transitórias, mas, principalmente, pelo que consiga implantar na mente do cidadão, integrado na própria ACISO, tendo em vista estimular sua participação espontânea no sistema de vida democrático.

Age, para isto, em diversos setores, como por exemplo, educação, transporte, higiene, saúde, Educação Moral e Cívica, apoio às entidades comunitárias (moradia, bem-estar, construções públicas) e agropecuária, se for o caso. (Grifos Meus)⁶⁵³

Após esta apropriação do programa pelo regime, a CINCRUTAC passou a ser o órgão responsável pelo incentivo, apoio financeiro, e esporádica assessoria técnica dos CRUTAC.⁶⁵⁴ No ano de 1972, o programa assumiu uma dimensão mais ampla, sendo adotado em outras universidades, inclusive na UFPR, cuja instituição contou com a participação de professores e alunos que se deslocaram para o interior do estado, objetivando assistência rural. O programa passou a atender os municípios de Antônio Olinto, Balsa Nova, Campo do Tenente, Contenda, Porto Amazonas, Quitandinha, São João do Triunfo, Ilha do Mel, dentre outros⁶⁵⁵

⁶⁵² BRASIL. **Decreto-Lei nº 916, de 7 de outubro de 1969**. Cria a Comissão Incentivadora dos Centros Rurais Universitários de Treinamento e Ação Comunitária CINCRUTAC - e dá outras providências. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1960-1969/decreto-lei-916-7-outubro-1969-375250-publicacaooriginal-1-pe.html> Acesso em: 14 dez. 2024

⁶⁵³ ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA, 1975, Op. Cit. p. 319

⁶⁵⁴ VIEIRA, 2014, Op. Cit. p. 153.

⁶⁵⁵ Idem, p.157

No regimento do CRUTAC, redigido pela UFPR em 1973, o primeiro artigo versava sobre o objetivo principal, que era de prestar treinamento em zona rural, auxiliando na resolução parcial ou total, de problemas comunitários. Além da intenção de prestar auxílio a comunidades carentes, a preocupação com a Segurança Nacional se fazia presente, uma vez que em seu capítulo V:

Art. 21 – O pessoal do CRUTAC-PR fica proibido terminantemente de participar de manifestações político-partidárias, de forma a garantir a neutralidade, em face de qualquer sectarismo.⁶⁵⁶

Essa proibição de qualquer manifestação político-partidária, bem como a preocupação de qualquer sectarismo faz parte da estratégia do regime, sobretudo na figura de Golbery do Couto e Silva, de encampar uma tentativa de união nacional, contrária a ameaças de elementos subversivos.⁶⁵⁷ Em uma relação simbiótica entre vigilância das universidades e desenvolvimento de atividades que pudessem auxiliar a população, programas extensionistas continuavam em pleno desenvolvimento.

Com relação às atividades desenvolvidas pela CRUTAC, Vieira⁶⁵⁸ salienta uma presença da UFPR em diversas regiões do Paraná, tais como o incentivo ao turismo rural em regiões como a Lapa, até a elaboração de cursos rápidos para a população, além de prestação de serviços mais imediatos, como assistência odontológica. A parte formativa também estava presente, por meio de capacitações e encontros de professores da região. Dessa forma, as atividades desenvolvidas pela universidade mostram uma série de ações que ultrapassam o mero rótulo de assistencialismo. Em sua dissertação de mestrado, a autora faz um levantamento de vários trabalhos acadêmicos sobre a Extensão Universitária desde os anos 1970, concluindo que a depender da época, determinados autores procuram desacreditar a Extensão, taxando este trabalho como assistencialista, ao passo que outros salientam o caráter de desenvolvimento regional. Analisando as fontes e relatos da época, é possível inferir que havia uma mescla de características conforme o trabalho desenvolvido em determinadas regiões, entretanto, nota-se que há uma abrangência do CRUTAC em três dimensões: assistencial, formativa e comunitária.⁶⁵⁹ No que concerne a essas dimensões, o regimento do CRUTAC-PR, de 1973, dividia o estado

⁶⁵⁶ UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ. Pró-Reitoria de Extensão e Cultura. **Regimento CRUTAC-PR**, 1973

⁶⁵⁷ MOTTA, 2014, Op. Cit, p. 102.

⁶⁵⁸ VIEIRA, 2014, Op. Cit.

⁶⁵⁹ Idem, p. 170.

em núcleos, constituídos por municípios que estavam interligados por relações e interdependências sociais, econômicas e geográficas. Também havia um levantamento preexistente dos problemas na região, para que pudesse ser formulado um plano de ação.

Algumas críticas sobre o programa se dão pela falta de uma continuidade, pois muitas equipes não prosseguiram com o trabalho da anterior. Além disso, as verbas foram diminuindo com o passar do tempo, dessa forma, o final do programa coincidiu com o colapso da ditadura, que por sua vez também foi arrastado pela crise econômica da década de 1980.

4.6.2. Integrar para não entregar: o Projeto Rondon

A partir de 1968, em concomitância com a repressão, conforme já discutido e exemplificado no CRUTAC, a ditadura passara a apostar em tentativas de parcerias com os estudantes, com o intuito de cooptá-los, propagando os valores do regime. Assim, a condução juvenil passa a ser tanto uma problemática que demandava políticas de Estado⁶⁶⁰ quanto preocupação de discursos oficiais que, por um lado apostavam na repressão dos “subversivos”, e, por outro, investiam em programas de prospecção de futuros adesistas. É importante frisar que a criação de políticas voltadas para a juventude não era exatamente uma novidade: ao longo do século XX, houve a disseminação de diversas ações voltadas a esse público, embora em menor número.⁶⁶¹ Todavia, devido à ebulição desse poder, sobretudo em 1968, que chegou a colocar o regime em maus lençóis, a urgência de se adotar políticas específicas em uma escala até então inédita, parecia bastante evidente.

O momento não poderia ser melhor para o regime: o ano de 1969 já começava diferente, já que o ímpeto do movimento estudantil de contestação à ditadura estava em frangalhos e, depois do turbilhão do ano anterior, encontrava suas limitações. Além das políticas de recrudescimento do regime e da certificação de que o cerceamento à liberdade de protesto estava em pleno vigor, outros fatores contribuíram para esse arrefecimento da militância discente. Conforme pondera João Martins Filho,⁶⁶² os limites do radicalismo estudantil, também encontram explicação na própria gênese da família destes jovens. De

⁶⁶⁰ AMATO, Gabriel. **Somos um país de jovens**: a cultura das políticas da ditadura militar brasileira para a juventude. Tese (doutorado). Universidade Federal de Minas Gerais, 2023. 431 f.

⁶⁶¹ Idem.

⁶⁶² MARTINS FILHO, João Roberto. **Movimento estudantil e ditadura militar: 1964-1968**. Campinas, SP: Papirus, 1987, p. 23-26.

acordo com o autor, muitos estudantes desenvolviam certa relação de dependência com suas famílias – que eram, majoritariamente, de classe média – de forma que elas depositavam grande expectativa de ascensão social, o que gerava uma pressão com relação à trajetória acadêmica de seus filhos. Com o cerco se fechando contra a contestação ao regime, era normal que houvesse certo receio com relação a comportamentos que pudessem representar qualquer risco ao futuro planejado por seus genitores. Também é importante recordar que havia no seio da classe estudantil aqueles que se mostravam entusiastas da ditadura, de algumas de suas políticas implementadas, ou até mesmo dos supostos valores patrióticos, além daqueles que optavam pela acomodação, seja pela falta de qualquer engajamento, seja para extrair o melhor do momento.

Assim, é importante notar que, durante os 21 anos do regime, as políticas para resolver a questão com relação à comunidade discente variavam entre a repressão e tentativas de cooptação ou acomodação.⁶⁶³ Mas, conforme salienta Motta,⁶⁶⁴ ao menos desde 1965 havia surgido tais iniciativas da inteligência que visavam estratégias de engajamento dos estudantes aos valores caros à ditadura. Por meio do Projeto Rondon, por exemplo, objetivava-se que os jovens fariam uma imersão em regiões interioranas do Brasil, cujo intuito era atuar na “resolução de problemas do país”. O próprio lema do projeto, “integrar para não entregar” fazia parte do escopo dessa tentativa de aproximação. Tal estratégia, centrada na Doutrina de Segurança Nacional, ia ao encontro dos preceitos pautados pela Escola Superior de Guerra, então dirigida pelo general Golbery do Couto e Silva. Nesse sentido, já no I Seminário de Educação e Segurança Nacional, realizado em outubro e novembro de 1966, na então Universidade do Estado da Guanabara, o Projeto Rondon teve como um de seus maiores defensores o professor Wilson Choeri. O Projeto tinha como base a filosofia dessa escola definida em termos de segurança e desenvolvimento.⁶⁶⁵

Assim, o objetivo principal do Projeto Rondon era tentar desmobilizar o radicalismo dos estudantes que se opunham ao regime. A intenção do Estado era tentar, ao mesmo tempo, utilizar o *soft power* e despertar sentimentos patrióticos nos estudantes, sendo que, ao mesmo tempo, poderia levar certo desenvolvimentismo a áreas isoladas.

⁶⁶³ Idem.

⁶⁶⁴ Ibid.

⁶⁶⁵ FÁVERO, Maria de Lourdes de A. **A UNE em tempos de autoritarismo**. 2. ed. rev. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009.

Foi assim, por exemplo, que algumas pessoas viram, pela primeira vez, um médico ou um dentista.⁶⁶⁶ O slogan do projeto estava em consonância com a propaganda do regime, pautados em pressupostos teóricos que também podem ser encontrados no Manual da Escola Superior de Guerra. Na seção das chamadas “ações psicológicas”, existe a descrição da chamada “ideia-força”, que objetivava apelar para a inteligência ou um sentimento, sendo que o ideal era conseguir os dois ao mesmo tempo. A mensagem precisava ser simples e eficaz.⁶⁶⁷

Em um documento chamado “Diagnóstico Institucional do Projeto Rondon”, de 1974⁶⁶⁸ e com o carimbo de “confidencial”, são arroladas uma série de informações que demonstram a preocupação dos militares com o afastamento dos estudantes de áreas de ebulição e de mostrar outro aspecto da ditadura. A citação é longa, mas merece ser reproduzida na íntegra:

2.11. DOUTRINA

A doutrina do Projeto Rondon Consiste, basicamente, no aproveitamento do tempo livre e da energia criadora de estudantes e de profissionais recém-formados, em benefício de seu próprio aperfeiçoamento e do desenvolvimento sócio-econômico das comunidades mais carentes do País, bem como, em última análise, da maior integração nacional. Isso está, aliás, gravado no lema do Rondon: Integrar para não entregar. Três são, pois, se assim se podem expressar, os ingredientes que entram na composição da doutrina do Projeto Rondon:

- a) Integração nacional;
- b) Serviço às comunidades;
- c) Treinamento profissional.

Subjacente a esses objetivos está também a noção de segurança nacional, em seu duplo aspecto, a saber:

- a) externo, no sentido de defesa de território nacional, por meio de integração, contra possíveis interesses estrangeiros;
- b) interno, no sentido de mobilização da classe universitária em tarefas construtivas, assim, se procurando desviá-la de atividades contestatórias ou subversivas, em benefício das comunidades menos desenvolvidas do território nacional.

Não foi portanto, por mero acaso, que a idéia embrionária do Projeto Rondon se constituiu em uma das recomendações do seminário sobre educação segurança nacional realizado em 1967 na Guanabara, quando se discutiu a participação do estudante. O prof. Wilson Choeri propôs que um grupo de estudantes universitários se deslocasse para Porto Velho, Território de

⁶⁶⁶ MOTTA, Op. Cit. 2014, p. 88.

⁶⁶⁷ ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA. **Manual Básico**. Rio de Janeiro: 1975, p. 319.

⁶⁶⁸ BRASIL. **Diagnóstico institucional do Projeto Rondon**. Fundação Getúlio Vargas, 1974. Universidade Federal do Paraná: Pró-Reitoria de Extensão e Cultura.

Rondônia, em suas férias de julho daquele ano, para tomarem conhecimentos de aspectos da realidade nacional e ajudarem na resolução dos problemas ali existentes. Apesar dessa origem, ou por isso mesmo, conforme frisou o Coordenador Geral do projeto, o Rondon não tem prevenção contra a orientação ideológica. Arregimentando estudantes para participarem de suas diversas operações sem lhes indagar as opiniões ou credos políticos. Além disso, a eles é mostrada toda a verdade. Mas, assim como o Governo não transforma os estudantes em instrumentos de propaganda deles espera que não utilizem as deficiências encontradas na administração governamental para fins de exploração política ou de cunho promocional. Em outras palavras, como já foi notado em publicação recente sobre o Projeto, este acolhe em seus programas todos os estudantes interessados, independentemente da raça, credo e ideologia, e não procura, de outra parte, conquistar simpatias ‘fáceis’ com transigências estranhas ao espírito que o anima.⁶⁶⁹

Embora tenha procurado passar a ideia de que não havia qualquer filtro ideológico, e que a única preocupação era com o desenvolvimento de regiões carentes, é importante notar que apesar na parcimônia no que era registrado, alguns elementos textuais acabam entrando em contradição com a suposta benevolência. A obsessão com a segurança nacional não é mera paranoia: o relatório foi produzido no ano de 1974, época em que se procurava combater a Guerrilha do Araguaia. A defesa do território contra interesses estrangeiros parecia ser mais direcionada a países não alinhados aos interesses da ditadura, pois não havia recusa às somas vultuosas de milhões de dólares estadunidenses, inclusive para as universidades, bem como as frequentes visitas de representantes daquele país. Sobre o aspecto interno, há uma clara menção da intenção em desviar os estudantes de atividades “contestatórias ou subversivas”. O discurso de que não havia qualquer impedimento para o ingresso dos estudantes faz sentido, pois baseado nas ações psicológicas, nada melhor que a intenção de trazê-los para o espectro ideológico da ditadura, mostrando “a verdade”. Dessa forma, um documento produzido pelo SNI, disponível no Arquivo Nacional, lança luz sobre a questão da aceitação de todos os estudantes. No informe, o aluno Markian Getúlio Kalinoski, natural de Joaçaba, Santa Catarina, e aluno da universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), foi taxado como subversivo. No relatório da coordenação do Projeto Rondon 3, há o seguinte informe:

Markian Getúlio Kalinoski participou do projeto Rondon 3 em Santo Antônio do Içá, Amazonas. Inscreveu-se voluntariamente para participar por meio de um processo de seleção natural, como os demais participantes. De acordo com a orientação recebida da Coordenação Geral do Projeto Rondon, do Rio de Janeiro, não deve haver discriminação racial, social, religiosa ou política na seleção dos candidatos. Deve-se apenas evitar que a minora subversiva seja grupada (sic) em uma só equipe, **procurando-se neutralizá-los (sic) pêlo contacto com elementos de outras tendências, o que foi feito.**

⁶⁶⁹ Idem, p. 73-74.

Embora com passado político estudantil em sindicância procedida, foi o **candidato recuperável**, uma vez que seu idealismo de jovem é que estava sendo utilizado em direção à esquerda, **mas que se lhe fosse dada uma oportunidade de desenvolver seu potencial, em outra atividade, poderíamos recuperá-lo.**

Infelizmente, por motivos alheios à nossa vontade e dificuldade de transporte, o chefe da equipe de Santo Antônio do Içá atrasou-se, surgindo assim problema na chefia do grupo. Em apenso segue para conhecimento relatório apresentado pelo nominado sobre o assunto, contendo observações interessantes e que convencem do idealismo do estudante e das razões do coordenador em tê-lo feito participar daquela equipe. (Grifos meus) ⁶⁷⁰

Embora não se trate de um estudante especificamente da UFPR, o documento é importante para entender parte do pensamento militar acerca de estudantes com perfil semelhante. Analisando o informe do SNI, faz sentido que não houvesse impedimento em acolher nas fileiras do projeto estudantes mais alinhados à esquerda, uma vez que havia essa vontade de “recuperar” indivíduos que apresentavam essa possibilidade. No arquivo, há um documento anexo com um relatório feito por Markian, no qual o aluno traça um perfil da região, bem como de seus problemas. Chama a atenção para a quantidade de elementos estruturais analisados e que demonstram que atividades incipientes não resolveriam o problema, dada a complexidade regional, em que faltava o mais básico. Sobre o sistema judiciário da região, embora tenha sido criado em 1958, nas palavras de Markian não funcionava, pois não havia nomeação para cargos vitais.

Outro impeditivo de acesso à justiça seria a enorme distância e a impossibilidade de deslocamento dos moradores. Sobre o registro civil, 90% das famílias não tinham sequer registro de nascimento. Sobre as condições socioeconômicas do perfil geral de criminoso da região, era “paupérrima, degradante, normalmente é analfabeto e ignorante, mas honesto e trabalhador”.⁶⁷¹ Em relação a direitos trabalhistas, não havia qualquer coisa nesse sentido, e o salário muito baixo. Já a recepção da população, de acordo com o relatório, havia sido apoteótica, com homenagens e um torneio de futebol que teria sido intitulado “Torneio Projeto Rondon”. Os moradores fizeram os rondonistas prometerem que iriam regressar em outra oportunidade. Chama a atenção para a análise estrutural do local, bem como das condições paupérrimas da região. Sobre essa questão, é possível pensar que, embora o projeto possuísse características de assistência e algum grau de formação (que também não podem ser desprezadas, pois, de fato havia algum tipo de

⁶⁷⁰ SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES. **Informação nº 222. SNI. ACT 69.** Arquivo Nacional. Disponível em:

http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/br_dfanbsb_v8/mic/gnc/aaa/69002384/br_dfanbsb_v8_mic_gnc_aaa_69002384_d0002de0002.pdf Acesso em: 18 dez. 2024.

⁶⁷¹ Idem.

ajuda na região, mesmo que incipiente), muitos alunos podiam desenvolver um senso crítico acerca das condições alarmantes de desigualdade social em outras regiões do país. Nesse sentido, o empirismo proporcionado pelo projeto trazia elementos que seriam difíceis de serem apreendidos somente na sala de aula.⁶⁷²

Uma diferença crucial entre o Projeto Rondon e o CRUTAC, era que aquele foi criado sobre a tutela dos militares (embora tenha sido escamoteado) e possuía objetivos políticos como os principais, além de contar com um aporte financeiro maior, oriundo de universidades e empresas privadas⁶⁷³. A primeira operação do projeto, intitulada Operação Zero, ocorreu em junho de 1967, em Rondônia, com apoio do Ministério do Interior e demais ministérios militares. Com relação a seu slogan simples, a ideia faz parte das chamadas “ações psicológicas” de fácil entendimento. Essa leitura das Forças Armadas demonstra que havia uma noção de que a população com menos recursos seria facilmente manipulável. Nessa esteira do esforço de cooptação da juventude, e sempre alinhados com os valores da ditadura, o jornal paranaense *Diários Associados*, de Assis Chateaubriand, publicou uma matéria no dia 28 de dezembro de 1967, enaltecendo o projeto e utilizando algumas expressões que chamam a atenção:

NOSSA OPINIÃO
PROJETO RONDON

Já se encontram a caminho da Amazônia, e provavelmente já em Manaus, a estas horas, os primeiros 150 universitários brasileiros de um total de 500 que participarão do ‘Projeto Rondon’, idealizado pelo Ministério do Interior, com a cooperação das Forças Armadas, **para fins de integração daquela região**. Trata-se de estudantes do último ano de cursos de Medicina, Engenharia, veterinária, Economia, Agricultura e Administração, que vão tomar contato com os moradores da vasta área e os grandes problemas locais que vêm impedindo ou dificultando o seu povoamento e desenvolvimento e **tornando-a, assim, alvo da cobiça estrangeira alicerçada na idéia de que o Brasil não tem condições para assegurá-la como parte de seu patrimônio territorial**. **Esses jovens – esse é o espírito e a finalidade do projeto** – serão em, grupos, transladados via aérea da capital amazonense para os municípios mais carecedores de assistência técnica e, muito provavelmente, da comprovação, por parte de seus habitantes, de que fazem parte da grande família brasileira. As até hoje desamparadas e quase esquecidas parcelas amazonenses da família nacional, saberão assim, que podem realmente contar com a cooperação de seus irmãos de outras plagas para a melhoria de suas condições de vida, e o **reforçamento de seus sentimentos cívicos**, cooperação sob a forma prática de assistência profissional efetiva em matéria de saúde, engenharia, administração, etc. e não de simples discursos, prestada por elementos jovens, idealistas, sadiamente nacionalistas, devotados ao progresso do Brasil.

⁶⁷² A título de curiosidade, Markian Getúlio Kalinoski foi vereador de Joaçaba – Santa Catarina, pelo MDB, na legislatura de 1973 a 1977, ou seja, não muitos anos depois de sua participação no Projeto Rondon, o estudante não havia perdido o ímpeto de participar de questões sociais e políticas. Disponível em: <https://www.cmj.sc.gov.br/camara/membros/legislaturas> Acesso em: 19 dez. 2024.

⁶⁷³ Motta, 2014, Op. Cit, p. 89

Muito se pode esperar da tomada desse caminho para a integração da Amazônia, a **da mobilização da juventude estudantil brasileira, sempre pronta a atender aos apelos das grandes necessidades nacionais**, onde quer que se manifestem, levadas por seu idealismo e por seu imperativo de consciência por tomar parte quanto antes da construção de nossa pátria. Só mesmo os governos de mentalidade acanhada ou deformada não se apercebem que nossa juventude estudantil é uma de nossas maiores riquezas nacionais e aquela força que em hipótese alguma deve ser marginalizada em qualquer esforço em prol de nosso desenvolvimento, **pois é precisamente o inconformismo dos jovens, em todos os países e em todos os tempos, a grande mola de impulso para o progresso dos povos.** (grifos meus).⁶⁷⁴

É interessante notar que o jornal, acostumado a atacar o movimento estudantil de contestação ao regime, traz um discurso que pode ser lido de duas formas. Pode ser no sentido de incentivar os estudantes que não haviam aderido ao projeto, que o fizessem. Dessa forma, estariam menos suscetíveis à subversão. Porém, também pode ser no sentido de uma mudança de discurso, procurado enfatizar o caráter assistencial e o “sentimento cívico” que seria despertado nos jovens, escamoteando os movimentos de resistência que ainda existiam. Assim, a imagem preponderante ou que se objetivaria passar, é a de que eles não eram mais arruaceiros e subversivos: estavam sempre em prontidão para atender aos anseios nacionais e auxiliar na construção da pátria. Por fim, o discurso do inconformismo, característica sempre presente nesse público, é deslocado para o progresso dos povos, mas um progresso que trabalhava a serviço da ditadura. Nada de revolução, nada de mudança estrutural: tratava-se de uma mudança conservadora. Assim, o periódico tentava neutralizar, por meio de um discurso proselitista, direcionado para o grande público, o ímpeto daquela geração.

Com o passar do tempo, a administração do projeto passou por algumas mudanças. Assim, por meio do Decreto nº 67.505 de 1970,⁶⁷⁵ o Projeto Rondon passa a ser um “órgão autônomo de administração direta, subordinado ao Ministério do Interior, com sede no Distrito Federal”. Nessa análise dos aparatos legais deste projeto, é importante entender a Lei nº 6.310, de 15 de dezembro de 1975,⁶⁷⁶ que autorizou a instituição da Fundação

⁶⁷⁴ Nossa opinião – Projeto Rondon. **Diário do Paraná**: Órgão dos Diários Associados. 28 dez. 1967. Disponível em: <http://memoria.bn.gov.br/DocReader/761672/65720>. Acesso em: 03/10/2024.

⁶⁷⁵ BRASIL. Decreto-Lei nº 67.505, de 6 de novembro de 1970. Reformula o Grupo de Trabalho Projeto Rondon e assegura-lhe autonomia administrativa e financeira e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1970-1979/d67505.htm Acesso em: 28 nov. 2024.

⁶⁷⁶ BRASIL, Lei nº 6.310, de 15 de dezembro de 1975. Autorizo a instituição da Fundação Projeto Rondon, e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/16310.htm Acesso em: 28 nov. 2024.

Projeto Rondon. Na lei, tratava-se de sistematizar o projeto, além de estipular que a fundação gozaria de autonomia administrativa, financeira, didática e disciplinar.

§ 1º A Fundação, vinculada ao Ministério do Interior, terá como finalidade motivar a participação voluntária da juventude estudantil no processo do Desenvolvimento, da Integração Nacional e da Valorização do Homem, em cooperação com o Ministério da Educação e Cultura.

§ 2º Para o atendimento da finalidade estabelecida no parágrafo anterior, a Fundação terá como objetivo:

I - no campo do desenvolvimento e da **integração** nacional:

- a) colaborar com o Ministério da Educação e Cultura na organização, implantação e coordenação de estágios de estudantes, no interior do país;
- b) colaborar na execução da política de **integração nacional**, em consonância com os planos de **desenvolvimento**;
- c) promover ou participar de programas de desenvolvimento comunitário com as populações interioranas

II - no campo do mercado de trabalho e mão-de-obra:

- a) promover, com os estágios de universitários, o conhecimento das condições do interior do país, abrindo perspectivas para a interiorização e fixação de técnicos de nível superior nas áreas em que atuarem;
- b) **desenvolver, junto às populações carentes, o treinamento especializado de nível médio, incentivando o mercado de trabalho e o aprimoramento da mão-de-obra qualificada.**⁶⁷⁷ (grifos meus).

Nestes trechos da lei, nota-se a repetição da palavra “integração”, o que vai ao encontro tanto aos pressupostos do Manual da Escola Superior de Guerra quando do *slogan* do projeto. No último item selecionado, há uma ênfase em desenvolver uma espécie de treinamento especializado de nível médio, o que mostra uma parte das contradições do regime: se por um lado levava assistência para as populações carentes, por outro, transferia-se a responsabilidade educacional para estudantes universitários, em detrimento do desenvolvimento de um projeto mais robusto no que concerne à supressão de lacunas educacionais nestas localidades mais remotas. Conforme observa Silveira, “A integração nacional dá-se de fora para dentro, contando essencialmente com a participação do universitário, que se constitui no objetivo e finalidade do projeto”.⁶⁷⁸

Com relação aos *Campi* Avançados, esses foram criados a partir de 1969, se desenvolvendo em diversas regiões do país, de forma que a UFPR ficaria responsável por exercer atividades extensionistas na cidade de Imperatriz, no Maranhão. Devido ao fato de as atividades se darem em uma região bastante distante do Paraná, a logística exigia que alunos e professores ficassem por um período de 30 dias no campus. Conforme salienta Vieira, “uma solução veio por meio do Parecer N° 4.120/74, de 5/12/74, do

⁶⁷⁷ Idem.

⁶⁷⁸ SILVEIRA, Nádia Dumara Ruiz. **Universidade brasileira: a intenção da extensão**. São Paulo: Edições Loyola, 1987, p.128.

Conselho Federal de Educação, que disciplinou a concessão de créditos em Educação Moral e Cívica e Estudo de Problemas Brasileiros no curso superior aos estudantes participantes do Projeto Rondon”.⁶⁷⁹

O *Campus* Avançado de Imperatriz, sob a responsabilidade da UFPR, foi implementado em 23 de setembro de 1972. Ao longo dos anos seguintes, diversas equipes de universitários e docentes se revezaram no local, os quais eram recepcionados por um diretor, designado para permanecer no cargo por um ano. A autora entrevistou, em sua dissertação de mestrado, alguns egressos do programa, que relataram diversas memórias acerca deste período. Como ponto de convergência, há uma unanimidade na ênfase desta experiência como algo enriquecedor em suas vidas, seja pelo contato com realidades bastante distintas da que estavam acostumados, seja por viverem uma experiência que extrapolava os muros da universidade. Outro ponto a ser observado, diz respeito à percepção dos envolvidos, entre o projeto de que faziam parte e a ditadura civil-militar. Embora todos apoiem de maneira veemente o programa, este não configura em um apoio ao regime, que aliás, de acordo com grande parte dos entrevistados, não era sequer discutido. A exceção fica por conta do professor Camillo Ferronato, que em entrevista para a autora, relata que

Ali já era chamada Amazônia Legal, e pertencia a todo o esquema militar de olhar a fundo o que estava acontecendo, numa medida de segurança nacional em função da ditadura, o governo criou esse sistema dos campi avançados para atender Universidades e ligar o Sul com o Norte, levar as experiências do Sul para o Norte e Nordeste.⁶⁸⁰

Tais observações do professor suscitam algumas reflexões: a relação entre a presença do governo militar com a necessidade de integração e a ideia de Paul Ricoeur, apropriada por Gagnebin de *refiguração* do passado,⁶⁸¹ uma vez que o olhar do professor é permeado pela percepção do presente. Dessa forma, é impossível saber qual era a sua visão acerca do assunto à época. Os projetos do *Campus* Avançado englobavam uma gama de distintas áreas a serem atendidas, dentre as quais se destacam a social, cultural, desportiva e educacional. Em maio de 1985, o grupo de trabalho da UFPR elaborou uma proposta na qual propunha-se que a coordenação do Campus Avançado de Imperatriz

⁶⁷⁹ VIEIRA, Carina Silva. **Extensão Universitária**: concepções presentes na formalização, em propostas e práticas desenvolvidas na Universidade Federal do Paraná. Dissertação (mestrado) Universidade Federal do Paraná, 2014. p. 167

⁶⁸⁰ Idem, p. 209.

⁶⁸¹ GAGNEBIN, Jeanne-Marie. **Lembrar, escrever, esquecer**. São Paulo: Editora 34, 2009 (2ª reimpressão - 2018), p. 43

fosse entregue para a Universidade Federal do Maranhão (UFMA), com a continuidade da assistência técnico-administrativa da UFPR⁶⁸².

Apesar de as políticas relacionadas à extensão universitária terem gerado ações que auxiliaram comunidades carentes em regiões mais remotas, é inegável que ao fazer tais obras, havia certa economia em mão de obra especializada, bem como se mitigava parcialmente o problema, não havendo reformas estruturais da localidade em questão. Nesse sentido, Martins Filho, infere que “a consciência política a crítica social e a criatividade humanística deveriam ser erradicadas”. Assim, os *campi* universitários afastavam os estudantes dos centros urbanos, porém, sem muito planejamento.⁶⁸³

Apesar do auxílio a comunidades carentes e a expansão dos horizontes dos estudantes, a proibição de qualquer tipo de manifestação política (conforme explicitado no regimento do CRUTAC e nos documentos arrolados do Projeto Rondon), aliada à falta de uma reflexão mais profunda acerca dos problemas do país, principalmente os de ordem estrutural, prejudicavam a formação de uma visão crítica dos universitários ao participarem desses programas. Porém, Motta afirma que “apesar das prioridades políticas, com o passar do tempo, algumas atividades iniciadas pela Operação Rondon deixaram frutos duradouros, como a interiorização das atividades universitárias por meio dos *campi* avançados”⁶⁸⁴. Nesse sentido, é relevante salientar que muitos desses programas existem até o presente, apesar de terem passado por processos de interrupção e posterior reconfiguração de suas atividades.

Devido ao fato de haver uma mistura de ações de cunho educacional e social em concomitância com o desenvolvimento de uma ditadura que sufocou o país por vinte e um anos, as refigurações deste episódio de um passado tão presente ainda suscitam olhares muitas vezes enviesados. Fica evidente, desta forma, um amálgama de elementos, muitas vezes contraditórios, no interior destas políticas educacionais. Porém, considerar o projeto apenas como uma tentativa da ditadura em combater a subversão, além de ser um raciocínio raso, esconde as várias camadas de um assunto tão complexo. Apesar de existir esse elemento, também não se pode ignorar a intenção de expansão da assistência em várias áreas do país. Chama a atenção que essa estratégia também fazia parte do momento específico em que a ditadura vivia. Se no início havia o alinhamento automático

⁶⁸² Ibid, p. 234.

⁶⁸³ MARTINS FILHO, João Roberto. **Rebelião estudantil**: 1968 – México, França e Brasil. Campinas: Mercado das Letras, 1996, p.74.

⁶⁸⁴ MOTTA, 2014, Op. Cit. P. 88

com os Estados Unidos e um modelo econômico de caráter mais liberal, já nos anos de chumbo, destacou-se o modelo de economia mais voltado ao desenvolvimentismo. Nesse sentido, projetos como o Rondon traziam essa visão de expansão para locais mais ermos.

É interessante notar que o projeto não passou incólume a críticas por parte de estudantes voluntários, pois

Alguns universitários (23%) ao invés de expor o que entendem por princípio de desenvolvimento brasileiro, fazem considerações críticas à atuação do Rondon, que chegam a extrapolar o âmbito deste projeto: ‘sem recursos para os municípios e com poder político, acho meio difícil o desenvolvimento. Comprometer-se é uma coisa realizar, é outra’. O próprio sistema de ensino e a política governamental são questionados: o desenvolvimento ‘seria alcançado se partisse de um só programa; no caso educacional, seria um programa para o ensino de base, único e unificado; não só de trinta dias, mas de trinta anos. Aí sim poderíamos falar em desenvolvimento brasileiro e nunca mais em milagre brasileiro’. Isso indica que o princípio de desenvolvimento constitui uma expectativa inviável para o Rondon quando se consideram as características do próprio projeto, parcial e esporádico, e do sistema educacional global em termos de prioridades. O princípio é assumido no discurso, mas não na realidade.⁶⁸⁵

A visão dessa dissidência é, naturalmente, diametralmente oposta à propagada pela ditadura, que investia muito em peças publicitárias enaltecendo o projeto. Em um vídeo disponibilizado no *YouTube*, no canal do Arquivo Nacional, um documentário com estilo propagandístico, produzido pela Casa Civil, mas sem especificar a autoria, supostos estudantes falam dos aspectos sociais do Rondon, bem como da atuação dos jovens e da forma com que suas vidas foram mudadas pelo contato com estes povos em localidades mais remotas. A visão dos jovens mostra um choque cultural, devido à precariedade das regiões, que teriam recebido atendimento médico e odontológico. Uma jovem chamada Hilda, que estudaria Odontologia na UFRRJ, relata que seu trabalho foi no sentido de extração de dentes, já que, devido à precariedade da região, não era possível realizar outros trabalhos.⁶⁸⁶ Embora houvesse intenções de converterem os alunos para os valores ligados ao regime, nem tudo saía como planejado. Algumas fichas de alunos vinculados pela UFPR ao Projeto Rondon da década de 1970 apontam para estudantes que eram expulsos do programa por não se adequarem às regras, porém os motivos são bastante lacônicos nesses registros. É o caso, por exemplo, da estudante Edna Carmália Audino Pires⁶⁸⁷, do curso de Ciências Econômicas na UFPR. Em sua ficha do *Campus Avançado*

⁶⁸⁵ SILVEIRA, 1987, Op. Cit. P. 102.

⁶⁸⁶ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=P6N90MIWU34>. Acesso em: 2 out. 2024

⁶⁸⁷ Universidade Federal do Paraná. Pró-Reitoria de Extensão e Cultura. **Ficha individual de Carmália Audino Pires** – Projeto Rondon.

em Imperatriz, no Maranhão, consta a observação de que “a aluna não teve bom comportamento”. Já a professora Maria Helena Lenardt,⁶⁸⁸ da Faculdade de Enfermagem, não trouxe a rebeldia somente para si: em sua ficha de 1977 consta que “a professora criou problemas junto à direção do campus, resultando em completa indisciplina, refletindo o problema nos alunos”. Mariza Machado, do curso de Pedagogia, possui poucas informações em sua ficha, mas está registrada a data de 1976 e a observação de que foi desligada do projeto por indisciplina.⁶⁸⁹

Se o intuito era agregar o maior número possível de alunos para auxiliar as regiões mais carentes, algumas informações parecem contraditórias. Na mesma caixa que contém a ficha de vários alunos da UFPR, há também registros de alunos da faculdade Católica não que tiveram permissão da coordenação do projeto para embarcar: É o caso dos estudantes Irene Okabe⁶⁹⁰ e Ercília Akie Fukui⁶⁹¹, do curso de enfermagem, bem como de Rubens Marques Curi⁶⁹², do curso de Engenharia Civil. Na ficha de todos eles há a mesma observação: “aluno (a) da Católica. Não embarcou, a coordenação do curso não permitiu.” Por fim, havia aqueles que se empenhavam no projeto e possuíam elogios registrados em suas fichas. O estudante José Correa Porto de Abreu, do curso de História da UFPR possui o seguinte histórico em seu registro, datado de 1978: “Voto de louvor da presidência da 1ª Feira Municipal de Ciências de Imperatriz pelo excelente trabalho desenvolvido”.⁶⁹³ Sobre esses estudantes, é possível perceber que a adesão ao projeto não significava uma adesão automática ao regime. Alguns, de fato, se engajaram nas ações sociais de que fizeram parte ao longo da experiência.

Ao contrário do CRUTAC, cujas atividades estudantis configuravam como estágio, portanto, em período de aulas, o Projeto Rondon abria a possibilidade de ingresso durante o período de férias dos estudantes ou finais de semana. Dessa forma, diminuía

⁶⁸⁸ Universidade Federal do Paraná. Pró-Reitoria de Extensão e Cultura. **Ficha individual de Mariza Helena Lenardt** – Projeto Rondon.

⁶⁸⁹ Universidade Federal do Paraná. Pró-Reitoria de Extensão e Cultura. **Ficha individual de Maria Machado** – Projeto Rondon.

⁶⁹⁰ Universidade Federal do Paraná. Pró-Reitoria de Extensão e Cultura. **Ficha individual de Irene Okabe** – Projeto Rondon.

⁶⁹¹ Universidade Federal do Paraná. Pró-Reitoria de Extensão e Cultura. **Ficha individual de Ercília Akie Fukui** – Projeto Rondon.

⁶⁹² Universidade Federal do Paraná. Pró-Reitoria de Extensão e Cultura. **Ficha individual de Rubens Marques Curi** – Projeto Rondon.

⁶⁹³ Universidade Federal do Paraná. Pró-Reitoria de Extensão e Cultura. **Ficha individual de José Correa Porto de Abreu** – Projeto Rondon.

os conflitos entre a agenda estudantil e as aulas regulares⁶⁹⁴. Além disso, a atuação se dava em outros estados, o que representava uma oportunidade de viajar e conhecer distintas regiões do país. Aliás, esse era um motivo bastante atraente para um jovem poder viajar para longe da vigilância dos pais. Marcelo Rubens Paiva, filho do político Rubens Paiva, assassinado pela ditadura, disse em uma entrevista à *Folha de São Paulo* em 2014 que “a grande ambição da minha geração era ou ir pro kibbutz, que era uma experiência socialista comunista em Israel, na época que Israel era de esquerda, colher uva na França ou ir pro Projeto Rondon e viajar de graça pelo Brasil”.⁶⁹⁵

Mais tarde, por meio do parecer N° 4.120/74, de 5/12/74, do Conselho Federal de Educação, houve um novo incentivo para atrair mais rondonistas: a concessão de créditos das disciplinas de Educação Moral e Cívica e Estudos de Problemas Brasileiros abria a possibilidade de vinculação à participação de estudantes no Projeto Rondon⁶⁹⁶, estimulando mais a participação discente.

No início da década de 1980, havia críticas ao projeto até mesmo de jornais que apoiavam o regime:

⁶⁹⁴ VIEIRA, Carina Silva. **Extensão Universitária**: concepções presentes na formalização, em propostas e práticas desenvolvidas na Universidade Federal do Paraná. Dissertação (mestrado) Universidade Federal do Paraná, 2014. 290 f.

⁶⁹⁵ KACHANI, Morris. **O Brasil não digeriu a ditadura**. Disponível em: <https://blogdomorris.blogfolha.uol.com.br/2014/08/25/o-brasil-nao-digeriu-a-ditadura/?cmpid=%22facefolha%22> Acesso em: 3 nov. 2024.

⁶⁹⁶ SILVEIRA, Nádya Dumara Ruiz. **Universidade brasileira**: a intenção da extensão. Edições Loyola: São Paulo, 1987, p. 43.

FIGURA 23: Descrição do “nosso povo”.



FONTE: Jornal *Diário do Paraná*. 11 ago. 1981.

A matéria começa descrevendo uma operação dos rondonistas no próprio estado do Paraná, em uma região conhecida como Bugre, em Balsa Nova. A descrição da criança é perturbadora: “Tônico está botando vermes pelo nariz e pela boca, enquanto sua mãe, despreocupadamente, cuida das panelas no fogão de chapa sobre tijolos. A cena é bastante desagradável e choca aqueles que a presenciaram”.⁶⁹⁷ Mais adiante a matéria narra os esforços do grupo que trabalhou em Contenda, outra cidade da região metropolitana de Curitiba. O estudante Paulino Pietrobom abria um buraco para a construção de uma fossa comunitária para a localidade, mas reclama da atitude dos moradores. Segundo ele, todos prometiam ajudar, mas na hora não aparecia ninguém, e as poucas pessoas que surgiam depois vinham para rir dos calos nas mãos dos voluntários. O jornal arremata com um

⁶⁹⁷ TEIXEIRA, Jurandir. Pobreza, doença, desnutrição e ignorância (I). Uma radiografia do nosso povo. *Diário do Paraná: Órgão dos Diários Associados*, 11 ago. 1981.

tom nada otimista: “mas é assim mesmo. Essa falta de cooperação é muito grande e acontece em quase todos os municípios que os rondonistas atuam. Em alguns mais, em outros menos. Mas sempre”.⁶⁹⁸ O tom adotado pelo periódico, que era entusiasta do regime, é bastante discrepante dos relatórios oficiais do Projeto Rondon, que tratavam de forma mais pomposa a participação da comunidade discente nesse tipo de iniciativa. Também é importante destacar o olhar da reportagem sobre as regiões atendidas, como a matéria explicita no título, enfatizando os termos “pobreza, doença, desnutrição e ignorância”. Quando se refere a um dos lares, a matéria utiliza a palavra casa entre aspas. Com relação às críticas ao alcance do projeto, destaca-se a época da matéria em questão. No ano de 1981 a inflação atingia índices alarmantes e a economia estava em declínio. Nesse sentido, o jornal fala da necessidade de se repensar a atuação do projeto e a possibilidade de se estender a outros segmentos da sociedade, porém faz uma ponderação: “a ideia é fascinante, mas nessa época de vacas magras, resta saber se haverá recursos para tal.”⁶⁹⁹

Além dessas iniciativas que partiam para a parte prática da formação do estudante, havia uma preocupação com a formação intelectual, sobretudo procurando esvaziar a visão crítica no ensino e a disseminação de ideias esquerdistas na universidade.

4.6.3. Contra a atividade político-partidária (de esquerda): Estudo de Problemas Brasileiros

A preocupação com uma regeneração moral da sociedade brasileira era uma ideia que permeava os meios militares desde as últimas décadas do século XIX.⁷⁰⁰ Nesse sentido, a Escola Superior de Guerra era a principal defensora da inserção obrigatória de uma disciplina de Educação Moral e Cívica em todas as esferas da Educação, desde o primário até o superior. Contudo, houve uma procrastinação na inserção das disciplinas de Educação Moral e Cívica (EMC) e Estudo de Problemas Brasileiros (EPB) devido à resistência do Conselho Federal de Educação (CFE).⁷⁰¹ Embora EMC fosse cogitada nos currículos antes mesmo da implementação da ditadura, foi após os desdobramentos da

⁶⁹⁸ Idem.

⁶⁹⁹ Ibid.

⁷⁰⁰ CUNHA, Luiz Antônio. Os Estudos de Problemas Brasileiros na UFRJ: aproximações institucionais. **Revista Contemporânea de Educação**, v. 7, p. 193-215, 2012.

⁷⁰¹ BERTOTTI, Rudimar. **Caráter, amor à pátria e obediência à lei?** Disciplina de Estudo de Problemas Brasileiros na Universidade Federal do Paraná (1971-1984). Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Paraná, 2015, p. 45.

ebulição estudantil de 1968 que estas práticas encontraram terreno fértil para prosperarem. A partir da Reforma Universitária, a implementação das disciplinas passa a ganhar velocidade, sobretudo a partir do artigo 40 da Lei nº. 5.540/68, que determinava que as instituições de Ensino Superior deveriam estimular atividades que visassem a “formação cívica considerada indispensável à criação de uma consciência de direitos e deveres do cidadão e do profissional”.⁷⁰² Os eventos que se sucederam ocorreram em um curto espaço de tempo. Apenas quinze dias após a implementação da referida Lei, foi baixado o AI-5. Logo em seguida, o presidente Costa e Silva teve uma isquemia cerebral e uma junta militar assumir o poder, derrubando o vice-presidente civil Pedro Aleixo. No dia 12 de setembro de 1969, a junta militar baixou o Decreto-Lei nº 869, proposto por um grupo de trabalho da Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra, que visava justamente a inserção obrigatória da disciplina EMC nos currículos de todos os graus e modalidades de ensino do país.⁷⁰³

Dentre os itens do Decreto-Lei havia valores inerentes à ditadura, tais como:

- a) a defesa do princípio democrático, através da preservação do espírito religioso, da dignidade da pessoa humana e do amor à liberdade com responsabilidade, sob a inspiração de Deus;
- b) a preservação, o fortalecimento e a projeção dos valores espirituais e éticos da nacionalidade;
- c) o fortalecimento da unidade nacional e do sentimento de solidariedade humana;
- d) a culto à Pátria, aos seus símbolos, tradições, instituições e aos grandes vultos de sua história;
- e) o aprimoramento do caráter, com apoio na moral, na dedicação à família e à comunidade;
- f) o aprimoramento do caráter, com apoio na moral, na dedicação à comunidade e à família, buscando-se o fortalecimento desta como núcleo natural e fundamental da sociedade, a preparação para o casamento e a preservação do vínculo que o constitui. (Redação dada pela Lei nº 6.660, de 1979)
- g) a compreensão dos direitos e deveres dos brasileiros e o conhecimento da organização sócio-político-econômica do País;
- h) o preparo do cidadão para o exercício das atividades cívicas com fundamento na moral, no patriotismo e na ação construtiva, visando ao bem comum;
- i) o culto da obediência à Lei, da fidelidade ao trabalho e da integração na comunidade.⁷⁰⁴

⁷⁰² BRASIL. Lei nº5.540 de 28 de novembro de 1968. Fixa normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média, e dá outras providências. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-5540-28-novembro-1968-359201-publicacaooriginal-1-pl.html> Acesso em: 29 nov. 2024.

⁷⁰³ Cunha, 2012, Op. Cit. P. 195.

⁷⁰⁴ BRASIL. Decreto-Lei n: 869, de 12 de setembro de 1969. Dispõe sobre a inclusão da Educação Moral e Cívica como disciplina obrigatória, nas escolas de todos os graus e modalidades, dos sistemas de ensino

Não bastasse o AI-5, que tolhia a liberdade de manifestação dos estudantes, o decreto 477 que endurecia mais ainda as regras para a classe discente, ou até mesmo os programas extensionistas que procuravam tirar os jovens dos centros de ebulição estudantil: era preciso atacar as instituições de ensino por dentro, inculcando os valores da ditadura nas aulas de EMC (na educação básica) e EPB (No Ensino Superior). O documento supracitado suplanta qualquer dúvida em relação às suas intenções. Valores religiosos – nomeadamente cristãos – “patriotismo”, culto às figuras heroicas da pátria, no melhor ideário positivista, e palavras sempre voltadas à moralidade e civismo faziam parte da política educacional do regime. Porém é importante notar que o objetivo nem sempre era alcançado. Como não havia formação para ministrar essas aulas, muitos professores colocavam pressupostos das ciências humanas, amortecendo o estrago. Menos por ideologia, e mais por uma questão de lidar com aquilo que já se conhecia. Dessa forma, Rudimar Bertotti, em sua dissertação de mestrado,⁷⁰⁵ traz um dado interessante: embora os conteúdos programáticos tivessem muitas recomendações da biblioteca do Exército (BIBLIEX), os professores da UFPR, entrevistados por ele, seguiam as recomendações de bibliografia do Conselho Federal de Educação (CFE), não da Comissão Nacional de Moral e Civismo (CNMC), que guiava oficialmente esse programa.

A implementação da disciplina de EBP passou a vigorar na UFPR a partir de 1971, no final da gestão do antagonista-mor dos estudantes: o reitor Flávio Suplicy de Lacerda. Analisando a ata do COUN, de 28 de maio de 1971,⁷⁰⁶ seriam designados 14 professores (não especificados na ocasião) para o ensino daquela disciplina mediante o pagamento de gratificação de 100% do vencimento básico, de forma que a orientação do programa seria desenvolvida por uma coordenação geral, composta por professores designados posteriormente e presidida pelo professor Brasil Pinheiro Machado. Já a escolha dos docentes passaria justamente pelo reitor Suplicy de Lacerda. Também decidiu-se que haveria a contratação de docentes externos para conferências pontuais, mediante o

no País, e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1965-1988/decLei0869.htm#:~:text=DECRETO%2DLEI%20N%C2%BA%20869%2C%20DE%2012%20DE%20SETEMBRO%20DE%201969.&text=Disp%C3%B5e%20s%C3%B4bre%20a%20inclus%C3%A3o%20da,Pa%C3%ADs%2C%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%Aancias. Acesso em: 3 dez. 2024.

⁷⁰⁵ BERTOTTI, Rudimar, Op. Cit, 2015.

⁷⁰⁶ UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ. Ata do Conselho Universitário (COUN). 27/05/1971. Unidade de Arquivo e Atividades Auxiliares – UARQ.

pagamento de Cr\$150,00.⁷⁰⁷ Conforme a demanda por docentes aumentava, devido à generosa gratificação para a disciplina em questão, surgiu, de acordo com o professor Maury Rodrigues da Cruz, “a figura do colaborador, o que era uma lástima para a universidade”.⁷⁰⁸

A disciplina de EPB possuía um tratamento especial da ditadura. Era cuidadosamente monitorada pelas ASIs, que fiscalizavam as nomeações de professores responsáveis pelos conteúdos. Na UFPR, a agência também prescrevia aos coordenadores de EPB que enviassem no início de cada mês um relatório contendo as atividades desenvolvidas no mês anterior.⁷⁰⁹ Mesmo com todo o esmero da ditadura em colocar em prática seu programa, a paranoia com a “doutrinação de esquerda” não saiu do radar dos militares. No dia 22 de julho de 1975, o Ministério da Educação enviou aos dirigentes das instituições de Ensino Superior, o Aviso Circular Nº 500, em que transmitia recomendações acerca da “ação político partidária e ideológica, no seio das universidades”.⁷¹⁰ O aviso era de que a participação política dos universitários deveria se dar estritamente no seio dos partidos. Dessa forma, “a universidade precisa ser preservada da ação político-partidária ou ideológica. Não pode transformar-se em instrumento de atividade política”⁷¹¹. No item seguinte, aparece uma informação que pode parecer paradoxal: “evitar que a universidade se converta em instrumento da ação política deve compatibilizar-se, porém, com a missão que lhe cabe na formação política do estudante, componente de sua informação integral”.⁷¹² Porém, logo na sequência o ardil se revela: “o estudo dos problemas brasileiros, se bem conduzido, poderá converter-se em um excelente meio para isto”. O comunicado termina com a ressalva de que deveria haver ações complementares, tais como a representação estudantil, porém “o essencial é que estes se encontrem legitimamente constituídos na forma de lei e dos estatutos e regimentos das instituições”⁷¹³, ou seja, a representação estudantil deveria existir nos termos da ditadura e, de preferência, atuando a seu lado. Com relação à atuação de professores, Rudimar Bertotti entrevistou, em sua dissertação de mestrado, alguns

⁷⁰⁷ Para fins de comparação, o valor do salário-mínimo por mês em 1971 era de Cr\$ 216,00 Por Mês. Disponível em: <https://portal.trt3.jus.br/internet/servicos/valores/salario-minimo> acesso em: 4 dez. 1971.

⁷⁰⁸ CRUZ, Maury Rodrigues da. In: BERTOTTI, Rudimar Gomes, 2020.Op. cit, p. 64 (em entrevista para o autor).

⁷⁰⁹ BERTOTTI, Rudimar Gomes. **Preceitos da doutrina de segurança nacional e desenvolvimento contido em manuais didáticos da disciplina Estudo de Problemas Brasileiros: apropriações e representações**. Tese (doutorado). Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Curitiba: 2020. 273 f.

⁷¹⁰ DEAP/DOPS. **Universidade Federal do Paraná**. Dossiê 2355a. Caixa 268.

⁷¹¹ Idem.

⁷¹² Ibid.

⁷¹³ Ibid.

docentes responsáveis pela disciplina à época, e todos negaram que se tratasse de algo panfletário. De acordo com as palavras do professor Wilciomar Voltaire Garcia, não houve nenhuma orientação “fascista”. Já o ex-professor Enio José Coimbra de Carvalho, argumentou que “nós não tínhamos esse caráter nazifascista que anunciaram”.⁷¹⁴ Não foram encontradas fontes sobre a visão discente sobre essa disciplina, porém é possível ponderar que, mesmo que não tenha tido esse caráter mais extremista da ditadura (o que não pode ser comprovado somente por meio de narrativas de quem aplicou a disciplina), o simples fato de ter havido esse esforço por parte da ditadura, no sentido de esvaziamento de desenvolvimento de pensamento crítico – uma das condições *sine qua non* do ambiente universitário – juntamente com a inserção de doutrinas vazias, traz à tona as nuances das dificuldades enfrentadas pelos estudantes nesse período.

⁷¹⁴ Ibid, p. 128-129.

CAPÍTULO 5 – LENTA, GRADUAL E (IN)SEGURA: ESTUDANTES SE JUNTAM À SOCIEDADE CIVIL RUMO À ABERTURA

É para abrir mesmo. E quem quiser que não abra, eu prendo. Arrebento. Não tenha dúvidas.

João Baptista Figueiredo ⁷¹⁵

O imaginário popular brasileiro, sempre permeado pela cultura de direita, bem como por seus símbolos de ideias sem palavras,⁷¹⁶ traz elementos interessantes para discussão. Até pouco tempo, era comum, nos raros momentos em que se tinha espaço para inserir a temática da ditadura civil-militar, falar do processo de abertura “lenta, gradual e segura”, sem tensionar o debate acerca desses adjetivos. Não raro, trata-se a figura de Ernesto Geisel como alguém que, de fato, se preocupou em fazer um esforço de abertura democrática, despertando a ira de baluartes da chamada “linha dura”, como Sylvio Frota. Um dos defensores dessa tese é Elio Gaspari, que em sua famosa coleção sobre a ditadura⁷¹⁷ traça um perfil bastante benevolente de Geisel e Golbery do Couto e Silva.

Embora Geisel tenha entrado para a história por ter sido o suposto responsável por esse movimento, a realidade é mais complexa e multifacetada. A promessa de devolução do poder aos civis ocorria desde o início do golpe que começou taxado de Revolução por seus artífices. O historiador Lucas Pedretti⁷¹⁸ traz um relato interessante da CIA, datado de abril de 1974,⁷¹⁹ poucos dias após a posse do ditador. De acordo com o documento, Geisel havia se encontrado com os generais Milton Tavares de Souza e Confúcio Danton de Paula Avelino, respectivamente, o chefe do Centro de Inteligência do Exército (CIE) da gestão Médici e o seu sucessor no cargo, além do chefe do SNI e o futuro ditador

⁷¹⁵ Disponível em: <https://acervo.oglobo.globo.com/frases/e-para-abrir-mesmo-quem-quiser-que-nao-abra-eu-prendo-arrebento-nao-tenha-duvidas-9047371> Acesso em: 8 fev. 2025.

⁷¹⁶ JESI, 2022, Op. Cit.

⁷¹⁷ Elio Gaspari lançou cinco livros sobre a ditadura: *A ditadura envergonhada, a ditadura escancarada, A ditadura derrotada, A ditadura encurralada e A ditadura acabada*, todos relançados pela Companhia das Letras. Embora seja uma leitura fluida e cheia de nuances sobre o período, sua análise acerca de Geisel e Golbery é bastante afável. Ao mesmo tempo em que denuncia que Geisel sabia das torturas desde o início quando foi designado por Castello Branco para investigar as sevícias, mas nada fez a respeito, ao longo da narrativa, o general ditador adquire um perfil bastante humano, em que muitas vezes seu suposto esforço em fazer a abertura sobrepuja o caráter autoritário de quem era conivente com a tortura. mesma coisa se dá com Golbery, que tem sua indiscutível intelectualidade ofuscando suas ações para a consolidação do regime.

⁷¹⁸ PEDRETTI, Lucas. **A transição inacabada: Violência de Estado e direitos humanos na redemocratização**. São Paulo: Companhia das Letras, 2024, p. 71-72.

⁷¹⁹ O documento já havia sido descoberto pelo pesquisador Matias Spector, em 2018, conforme relatado pelo próprio Lucas Pedretti.

General João Baptista Figueiredo. Nessa ocasião, Tavares explicava as estratégias ilícitas que o exército vinha adotando para eliminar a oposição, inclusive, resultando na morte de mais de cem pessoas no ano anterior. A resposta de Geisel parece bastante distante da imagem de um bastião da liberdade: a política de assassinatos deveria continuar. Conforme consta no relato,

No dia 1º de abril, o Presidente Geisel disse ao General Figueiredo que esta política deveria continuar, mas que deveria ser tomado muito cuidado para garantir que apenas subversivos perigosos fossem executados. O Presidente e o General Figueiredo concordaram que quando o CIE apreender uma pessoa que possa se enquadrar nesta categoria, o chefe do CIE consultará o General Figueiredo, cuja aprovação deverá ser dada antes da execução da pessoa.⁷²⁰

Geisel, portanto, era uma figura complexa, que teve parte na abertura política, mas não pode ser encarado como o responsável por uma cruzada rumo à democracia. Ademais, se houve algum esforço nesse sentido, este pode ser atrelado muito mais à figura de Golbery do Couto e Silva, então ministro-chefe da Casa Civil⁷²¹ e um dos artífices na criação do SNI. No final de 1975, quando Geisel anunciava o processo de distensão, ocorreu o assassinato de Vladimir Herzog no DOI-Codi de São Paulo,⁷²² causando grande repercussão na mídia, não somente por se tratar de um jornalista que não oferecia perigo algum, mas pelo espetáculo dantesco promovido pela simulação de um suicídio por enforcamento dentro da cela, cuja posição do corpo mostrava o amadorismo dessas armações. Apesar de terem sido advertidos pelo governo, os militares mataram, no ano seguinte, mais um militante, o operário Manoel Fiel Filho.⁷²³

No Paraná, em 1975 ocorria a maior ação coercitiva já feita pela repressão (contrariando o mito da abertura “segura”), a Operação Marumbi,⁷²⁴ em que pessoas ligadas ao PCB foram presas e barbaramente torturadas. O motivo foi o resultado das eleições legislativas do ano anterior, em que políticos do MDB conseguiram maioria nas cadeiras no Congresso. Dessa forma, o serviço de inteligência das Forças Armadas

⁷²⁰ Em tradução do original: On 1 April, President Geisel told General Figueiredo that the policy should continue, but that great care should be taken to make certain that only dangerous subversives were executed. The President and General Figueiredo agreed that when the CIE apprehends a person who might fall into this category, the CIE chief will consult with General Figueiredo, whose approval must be given before the person is executed. Disponível em: <https://history.state.gov/historicaldocuments/frus1969-76/ve11p2/d99> Acesso em: 3 fev, 2025.

⁷²¹ PEDRETTI, 2024, Op. Cit, p. 72.

⁷²² MOTTA, 2021, Op. Cit, p. 261.

⁷²³ Idem.

⁷²⁴ Para mais informações sobre a Operação Marumbi ver: BRUNELO, Leandro. **Repressão política durante o regime militar no Paraná: o caso da Operação Marumbi na terra das araucárias**. Maringá: EDUEM, 2009.

entendeu que havia quadros do partidão integrados ao MDB, o que era verdade. O que não fazia sentido, era a informação de que o PCB estava articulado para ensaiar uma tentativa de tomada de poder. Logo o PCB, que havia adotado, desde o início do regime a tática de resistência democrática, o que lhe custou severas baixas ao longo dos anos seguintes, por sua posição considerada pusilânime pelos dissidentes. A razão de ser da paranoia militar era o crescimento de protestos de rua e um aumento do clamor popular para que o país voltasse à normalidade democrática. Nesse período, dois velhos conhecidos da ditadura voltaram ao protagonismo político: o movimento operário e os estudantes que contestavam o regime. Esses, sobretudo, compostos tanto por figuras versadas no enfrentamento, que agora ocupavam lugares de destaque no cenário nacional, quanto por novos militantes.

O fato é que havia uma série de elementos que contribuiu para que houvesse a volta dos protestos de massa. A economia que mostrava sinais de colapso, o desgaste do próprio regime, os adesistas que não eram incondicionais e começavam a ter seus nomes manchados na história, que pulavam do navio afundando, redirecionando suas narrativas, a fim de preservar suas respectivas biografias e/ou procurando seu quinhão no novo regime que parecia iminente. Porém, a despeito do início desse movimento, é importante entender que foi um processo moroso, que durou mais de dez anos para se concretizar. Portanto, o fato de a distensão ter sido comandada pelos militares, com todo o tempo que precisaram, contribuiu para a destruição de muitos documentos que poderiam resultar em qualquer punição. Ademais, conforme se verá ao longo deste capítulo, a Lei da Anistia consistia em uma espécie de salvo-conduto para aqueles que haviam praticado todos os tipos de violações aos direitos humanos.

A UFPR possui passagens memoráveis acerca desse período. O movimento estudantil de oposição à ditadura conseguiu, lentamente, retomar o vigor das manifestações massivas, em consonância com o ressurgimento de movimentos populares, como as greves operárias, sendo que nessa época, parte da Igreja Católica, que no início havia apoiado o golpe, passava a apoiar os grevistas. A reação contrária veio por meio de organizações reacionárias dentro do movimento estudantil de adesão ao regime, além de organizações terroristas como o Comando de Caça aos Comunistas (CCC), que faziam ameaças àqueles que se pronunciavam a favor da abertura.

Porém, antes do refluxo da ditadura, a UFPR mostrava, por meio de vários docentes, a costumeira subserviência à ditadura, com uma homenagem bastante efusiva da professora Cecília Westphalen, do Departamento de História, a Ernesto Geisel. Alguns

iam ainda mais longe, como o caso do professor de Filosofia que defendia a tortura, cuja história será comentada adiante.

O presente e derradeiro capítulo se dedica, portanto, ao período da distensão política e suas nuances na universidade, quando a ditadura, por meio de suas próprias contradições e uma nova conjuntura econômica desfavorável, já estava moribunda, mas não entregue. Porém, esse doente queria partir em seus próprios termos: a abertura lenta, gradual e (in)segura se deu pelos militares e para os militares, de forma que eles se certificaram que haviam feito todos os procedimentos necessários para garantir não só a sua impunidade, mas também saírem de cena com muitas vantagens conquistadas ao longo dos anos.

5.1. EM PLENA ABERTURA, A UFPR HOMENAGEIA MAIS UM DITADOR

No dia 13 de janeiro de 1976, às 17:00, ocorreu uma reunião extraordinária do COUN,⁷²⁵ sob a presidência do Reitor Theodócito Jorge Atherino, que havia assumido três anos antes. Após deliberarem assuntos de caráter administrativo que estavam presentes na ordem do dia, o professor Milton Miró Vernalha relatou o processo nº 90.382, por meio do qual encaminhava uma proposta, oriunda do Conselho de Ensino e Pesquisa, para que fosse concedido o título Doutor *Honoris Causa* ao presidente general Ernesto Geisel. Durante a discussão desse assunto, o professor Ernani Simas Alves se manifestou no sentido de argumentar que achava desnecessária votação secreta nesta matéria, “preconizada no estatuto, para a aprovação de tão elevada proposta, sugerindo que se fizesse votação simbólica, o que foi aprovado”.⁷²⁶ Assim, o conselho aprovou, por unanimidade, a entrega da honraria. Dentre os presentes na reunião, alguns nomes se destacam: Maury Rodrigues da Cruz, que havia sido coordenador-geral da famigerada disciplina de EPB; Cecília Maria Westphalen, que mais adiante, mostraria todo o seu apreço pelo regime, além de Riad Salamuni, futuro reitor da instituição.

Embora a aprovação para a honraria tenha sido realizada no ano de 1976, a cerimônia só ocorreu no dia 16 de janeiro de 1981. Na ata do COUN, redigida nesse mesmo dia, registrou-se a presença do agora ex-presidente da República para receber a homenagem, que contou com a presença de Ney Braga, novamente governador, além de

⁷²⁵ UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ. Ata do Conselho Universitário (COUN). 13/01/1976. Unidade de Arquivo e Atividades Auxiliares – UARQ.

⁷²⁶ Idem.

familiares do homenageado (é importante lembrar que Geisel havia morado em Curitiba), além de professores da instituição. Em seguida, ocorre o momento que mais emocionou os convidados:

O diploma de doutor ‘Honoris Causa’ foi entregue ao homenageado, sob vibrante salva de palmas, pelo senhor Governador Ney Braga. Em nome da comunidade universitária, discursou a Professora Cecília Maria Westphalen, em saudação ao homenageado. Em seguida usou a palavra o Doutor ‘Honoris Causa’, General Ernesto Geisel, encerrando-se, em seguida, a sessão.⁷²⁷

Se, por um lado, a alta cúpula da universidade, acostumada à genuflexão perante baluartes da repressão mostrava, mais uma vez, a sua submissão, mesmo no período de abertura política, por outro, antigos adesistas de ocasião mostravam sinais de ruptura. Paulo Pimentel, agora deputado federal, que nunca mostrou apoio incondicional ao regime – apesar de ter se beneficiado muito dele –, fazia um discurso contra Geisel, que não foi bem recebido pelo jornal *Diário do Paraná*.⁷²⁸ Sob o título “voz dissonante na homenagem a Geisel”⁷²⁹, a matéria começa enfatizando que o Paraná recebia naquela data “um hóspede por quem há de nutrir muto afeto”. Também fazia uma comparação com a gestão de Castello Branco, que, assim como o homenageado do momento, havia colocado “uma presença expressiva de homens da nossa terra nos mais altos escalões da República”.⁷³⁰

A comparação não parava por aí: invocando o imaginário que se fizera acerca da figura do primeiro presidente do golpe e seu atual, trazia ambos na mais alta conta:

Dois padrões de austeridade – Castello Branco o intelectual da Sorbonne brasileira, o humanista e Ernesto Geisel o líder absorvente e o estrategista da distensão e do reencontro com a democracia – que se identificaram de maneira profunda com a renovação do Paraná como estilo de civilização e de liderança aqui conferido a Ney Braga. [...] **A grande maioria dos paranaenses participa da homenagem de sua principal Universidade ao estadista que levou mais longe o seu impulso obstinado para fazer deste país uma democracia com o que abriu as clareiras com que Figueiredo palmilha com prudência e determinação.** Há, e claro, muitos que não gostam do que Geisel fez no país: uns por posição ideológico-doutrinária, outros por ressentimentos pessoais. Dentre estes, surpreendeu pela agressividade, o pronunciamento do ex-governador Paulo Pimentel, há muito tempo um inconformado com a realidade política, mas confundindo, na oscilação de seu comportamento, as aspirações do empresário com as do homem público.

⁷²⁷ UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ. Ata do Conselho Universitário (COUN). 16/01/1981.

⁷²⁸ Nessa época o periódico já não usava mais a denominação de “Diário do Paraná: órgãos associados”.

⁷²⁹ Voz Dissonante na homenagem a Geisel. **Diário do Paraná**. 16 jan. 1981. Disponível em: <http://memoria.bn.gov.br/DocReader/761672/145080>. Acesso em : 7 fev. 2025.

⁷³⁰ Idem.

Jamais se configurou como um dissidente por convicção – o que seria altamente respeitável. A bitola de Accioly Filho seria um referencial para quem buscasse figurinos, padrões e estereótipos. O que não pode ser na vida é permanentemente dualístico: assumir só as facilidades eventuais, no campo da política ou de outra qualquer atividade, de ser governo e não pretender, em contrapartida, assimilar os ônus correspondentes desse alinhamento. E foi isso que isolou esta presença nos quadros da política paranaense. Que o sr. Paulo Pimentel sofreu um bloqueio ninguém ignora. Perdeu, aliás, a oportunidade de transformar-se, graças à sua imagem juvenil e simpática, numa força autônoma não apenas em caráter regional, mas nacional. À proporção em que se reaproxima de seus algozes – e Ney Braga, quando lhe convinha, era expressamente incluído entre eles – perde substância junto aos que se dispõem em acompanhá-lo. Mostrou-se estar em ofensiva ao dar o seu pronunciamento pelo rádio, repetindo catilinárias⁷³¹ contra Canet Júnior e o ex-presidente Geisel, mas contornando habilmente da acidez das críticas à figura de Ney Braga. (Grifos meus)⁷³²

A comparação entre Geisel e Castello Branco, permeou, durante muito tempo, o imaginário acerca dos presidentes-ditadores. Era costumeiro dividir estes em moderados (Castello Branco e Geisel) e os da linha-dura (Costa e Silva e Médici). Nesse sentido, Carlos Fico⁷³³ traz uma interessante análise acerca dessas discussões, superando essa visão dualista e trazendo elementos que desfazem essa apreciação rasa sobre figuras tão complexas. A observação sobre esse “reencontro com a democracia” parece descabida, pois o jornal sempre tratou o governo ditatorial como “Revolução”, mas aqui parece reconhecer o país não vivia sob um regime democrático. O “padrão de austeridade” é uma das imagens geralmente relacionadas aos militares, assim como a imagem do militar incorruptível, símbolos das ideias sem palavras, como observa Furio Jesi.⁷³⁴ Já com relação aos ataques a Paulo Pimental, há muitos elementos disponíveis para cotejo. De fato, o hábil político soube, desde cedo, decifrar o caminho do sucesso dentro do jogo do poder. Durante a ditadura, além de ter se tornado governador ainda muito jovem, aos 37 anos de idade, sempre teve tino para as oportunidades que surgiam.⁷³⁵ É fato que desde o início da década de 1960 já era proprietário dos jornais *O Estado do Paraná* e a *Tribuna do Paraná*. Porém, no período da ditadura, seu patrimônio empresarial conheceu um crescimento exponencial: em 1968 comprou a Rádio Iguaçu, antiga Rádio Sociedade de

⁷³¹ Referência a uma série de quatro discursos proferidos pelo côsul romano Cícero pronunciados em 63 a.C, em um ato de denúncia contra o senador Lúcio Sérgio Catilina.

⁷³² Idem.

⁷³³ FICO, Carlos. Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 24, n. 47, p. 29-60, 2004.

⁷³⁴ JESI, 2021 Op. Cit.

⁷³⁵ ANDREOLA, Alessandro. MARTINS, Célio. Ex-governador do Paraná Paulo Pimentel faz 90 anos lembrando a carreira recheada de causos. **Gazeta do Povo**, 06 jun. 2020. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/politica/parana/ex-governador-paulo-pimentel-faz-90-anos-lembrando-a-carreira-recheada-de-causos-ajllfc2i4fmdmyihnwwdzsa42/> Acesso em: 7 fev. 2025.

Guaraicá, também de Curitiba, que ainda seria modernizada em 1972. Também conseguiu o beneplácito de Castello Branco, que assinou a concessão da TV Iguaçu e a TV Tibagi, de Apucarana (PR), esta, já no governo Costa e Silva, de quem teve certa proximidade, desde a campanha deste à presidência da República. Também obteve, mais tarde, a TV Coroados de Londrina, e o jornal *Panorama*, da mesma cidade.⁷³⁶

O descolamento de Pimentel do círculo de poder da ditadura se deu justamente a partir do governo Geisel. Durante o governo de Pimentel no estado, Ney Braga havia descuidado de sua influência local, o que fez crescer a popularidade de Pimentel em detrimento da de Braga. Contudo, ao assumir o poder, Geisel favoreceu o apoiador de primeira hora do regime, alçando-o ao cargo de ministro da Educação. Começava então o declínio de Pimentel e a ascensão de Ney Braga. Este, então, indicou para o governo do estado, Cannet Júnior, juntamente com o de João Mansur para o senado. Ocorre que Pimentel também tentava uma vaga para o mesmo posto, porém não obteve êxito, mesmo fazendo parte da chapa de outro candidato ao governo no estado, Francisco Accioly Rodrigues da Costa Filho, presidente da ARENA no Paraná. Sentindo-se obliterado do jogo político, Pimentel utilizou seu império das comunicações não só para ignorar os nomes de Cannet e Mansur, como também para enfatizar representantes do MDB, selando o rompimento com Ney Braga. Mesmo com todos os seus esforços, os representantes da ditadura acabaram eleitos.⁷³⁷ Ainda com relação à notícia de que Pimentel havia feito uma fala agressiva contra Geisel, a matéria se refere a uma entrevista que o político havia concedido à Rádio Cidade no dia 14 de janeiro, poucos dias antes da cerimônia que homenagearia Geisel. Nesse programa, o ex-governador afirmou que por determinação do ex-presidente ditador, havia sido perseguido na vida política, empresarial e familiar. Sua fala era incisiva na acusação contra Geisel: “a ordem veio da esfera federal e se o ex-presidente Geisel quisesse teria sustado o processo de perseguição”.⁷³⁸

Contendas à parte, a cerimônia da homenagem a Geisel foi registrada com uma imagem que mostra exatamente as quatro figuras importantes daquela solenidade:

⁷³⁶ CPDOC FGV. Disponível em:

<https://www18.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/paulo-cruz-pimentel>. Acesso em: 7 fev. 2025.

⁷³⁷ Idem.

⁷³⁸ Paulo agora ataca Geisel. **Diário do Paraná**. 15 jan. 1981. Disponível em: <http://memoria.bn.gov.br/DocReader/761672/145066> Acesso em: 26 abr. 2025.

Figura 24: sessão de entrega do título de doutor *honoris causa* a Ernesto Geisel.⁷³⁹



FONTE: Ata do COUN. Sessão de 1 de abril de 2024.⁷⁴⁰

Na ata do COUN desse mesmo dia, consta que às 21 horas no auditório da reitoria, a solenidade contou com a presença do “excelentíssimo senhor governador do estado Ney Braga, de familiares do homenageado, de autoridades especialmente convidadas, de professores, de funcionários, alunos e outras pessoas interessadas”.⁷⁴¹ Como se pode ver, estudantes se fizeram presentes na cerimônia, evidenciando que havia adesistas à ditadura, ou, no mínimo, curiosos, embora a cerimônia também possa ter contado com infiltrados do movimento de oposição à ditadura, ou até mesmo, uma categoria não analisada aqui: os indiferentes.⁷⁴² A presença do governador não era fortuita: seu nome vinha sendo ventilado para a sucessão presidencial. Ao ser questionado sobre a viabilidade da candidatura de Braga, Geisel despistou, afirmando que era cedo para se pensar em candidaturas, e que “as pessoas que se lançam candidatas, prestam um desserviço ao país”.⁷⁴³ É no mínimo curioso que se discutisse sucessão presidencial por indicação via ditadura em pleno processo de abertura democrática. Apesar de muito lenta, diversos processos foram ocorrendo simultaneamente à distensão gradual. Um dos mais

⁷³⁹ Da esquerda para a direita: a professora Cecília Westphalen, o governador Ney Braga, o reitor Ocyron Cunha e Ernesto Geisel.

⁷⁴⁰ Disponível em: <https://ufpr.br/wp-content/uploads/2024/04/Ricardo-versao-final.assinada.pdf> Acesso em: 8 fev. 2025.

⁷⁴¹ UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ. Ata do Conselho Universitário (COUN). 16/01/1981.

⁷⁴² Essa categoria é uma reflexão própria, sobre aqueles que sabiam do que ocorria, porém simplesmente não tomavam partido.

⁷⁴³ Geisel: cedo para candidaturas. **Diário do Paraná**. 17 jan. 1981. Disponível em: <http://memoria.bn.gov.br/docreader/761672/145092> Acesso em: 8 fev. 2025.

controversos projetos foi a famosa Lei da Anistia, que à época parecia ser a única solução possível para o impasse em que o país vivia.

5.2. A ABERTURA POLÍTICA E AS REAÇÕES DIVERSAS

Em seu discurso de Posse, o último presidente-ditador, João Baptista Figueiredo, arauto de um regime claudicante (mas ainda perigoso), mostrando uma posição contrária à colérica epígrafe que abre esse capítulo, afirmava: “Reafirmo o meu gesto: a mão estendida em conciliação. Para que os brasileiros convivam pacificamente. Para que as divergências se discutam e resolvam na harmonia e na boa vontade, tão da índole de nossa gente.”⁷⁴⁴ Conforme observa Marcos Napolitano, “obviamente, o governo militar tinha uma mão estendida para a conciliação, mas a outra estava perto da arma para qualquer eventualidade”⁷⁴⁵. A distensão transformava-se em abertura, e os primeiros sinais se davam com a volta dos exilados. Ainda na gestão Geisel, o governo havia revogado o banimento de 120 indivíduos que se encontravam nessa condição, entretanto Luís Carlos Prestes e Leonel Brizola estavam fora dessa lista.⁷⁴⁶ Abertura, *pero no mucho*. Era um período de incertezas. Sabia-se que a ditadura iria acabar, mas não havia previsão ou data para que ocorresse. Esse movimento, lento, não tão gradual e, sobretudo, inseguro, é oriundo de uma tradição histórica brasileira, discutida no primeiro capítulo, que remonta à tendência do país para a acomodação. Esse novo momento político surgiu de um amálgama de correlação de forças, em que uma nova hegemonia “liberal-moderada (para não dizer conservadora)”⁷⁴⁷, se estabeleceu como protagonista da tomada de decisões. Tal fator garantiu com que os interesses do capital financeiro e multinacional não fossem contrariados, ao contrário: aqueles mesmos que haviam apoiado a ditadura, teriam lugar privilegiado na transição de regime, preservando seus interesses, estando bastante acomodados nos mesmos lugares de outrora. Era o prelúdio de uma onda que viria mais tarde em pleno período democrático: a ascensão do neoliberalismo, mas que, por ora, não estava bem gestado. A abertura lenta tinha sua razão de ser:

⁷⁴⁴ BRASIL. Biblioteca da Presidência da República. Discurso de Posse de João Baptista Figueiredo. Disponível em:

<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/jb-figueiredo/discursos/discursos-de-posse/discurso-de-posse/view> Acesso em: 15 fev. 2025.

⁷⁴⁵ NAPOLITANO, 2021, Op. Cit, p. 280.

⁷⁴⁶ Idem.

⁷⁴⁷ Ibid, p. 282.

Do lado do regime, os militares tinham duas grandes preocupações. Em primeiro lugar, evitar a emergência de grupos políticos muito à esquerda, de corte comunista ou socialista, capazes de influenciar no processo político, ainda que tivessem presença nos movimentos sociais. Em segundo, mas não menos importante, o regime queria evitar que no processo da passagem de poder aos civis se afirmassem políticas de apuração de violações aos direitos humanos no Brasil, por agentes da repressão política. Era o que consideravam revanchismo, palavra que se tornou anátema nos meios militares e unificava todas as correntes. Apesar da sua notória e crescente fragilidade política, em contraste com o estilo imperial de Geisel, o presidente Figueiredo conseguiu manter a transição nestes marcos. Menos, talvez pela sua habilidade política e mais pela tibieza da oposição moderada que ganhava força ao longo do processo.⁷⁴⁸

Quando, ainda no governo Geisel, o país parecia encaminhado para a tão sonhada abertura política, com o MDB vencendo eleições nas maiores cidades em 1976, apesar de a ARENA levar a melhor em cidades menores, Geisel fez uso dos poderes imperiais do AI-5 e colocou um freio no processo de distensão. Temendo que o partido de oposição formasse maioria no congresso e pudesse escolher o próximo presidente, lançou um conjunto de medidas institucionais, que ficaram conhecidas como “Pacote de Abril”, em 1977.⁷⁴⁹ De forma geral, as medidas se concentravam em: eleição direta para um terço dos senadores (os famosos “senadores biônicos”), instituição de sublegendas para a eleição de senadores, assim o partido alinhado à ditadura poderia lançar até três candidatos para uma mesma vaga, aumento de bancadas de deputados federais em cidades menores, o que favorecia justamente a ARENA, além de eleições indiretas para governador.⁷⁵⁰ Desde 1968 não havia uma medida arbitrária tão escancarada. Mais uma contradição do regime, dentre tantas outras. Tratava-se de uma medida atabalhoada de uma ditadura já estava desgastada, cuja atitude culminou em protestos, inclusive de veículos que costumavam apoiá-la.⁷⁵¹ Além da reação de parte da sociedade civil, as medidas do “Pacote de Abril”, juntamente com o início do colapso da economia, resultaram na volta dos protestos do movimento estudantil de oposição à ditadura de uma maneira mais organizada e volumosa.

A distensão foi, portanto, um processo bastante complexo, costurado aos poucos e com uma série de arranjos, porém sempre conduzido sob a batuta dos militares. Dessa forma, estes procuraram subsídios para garantir que algumas prerrogativas não pudessem ser utilizadas pela esquerda, nesse contexto de anistia. Para tanto, dois pontos foram

⁷⁴⁸ Ibid, p. 283.

⁷⁴⁹ MOTTA, 2021, Op. Cit, p. 262.

⁷⁵⁰ Idem, p. 263.

⁷⁵¹ Ibid.

cruciais para que a ala mais radical do regime aceitasse o projeto: as ações mais violentas, como “o terrorismo” (de esquerda) não seriam anistiadas. Além disso, não seria aceito “revanchismo” contra os militares.⁷⁵² Utilizando dois pesos e duas medidas, fazia-se uma campanha de não anistiar a esquerda acusada de atos terroristas, mas silenciava-se a respeito das violações aos direitos humanos praticadas por agentes do Estado durante a vigência do regime. Além disso, utilizava-se de um artifício para apaziguar os ânimos. Alguns articulistas eram contra a anistia para esses crimes violentos, mas defendiam um indulto para essas condutas. A discussão é meramente semântica: enquanto a anistia é um perdão do Estado, o indulto é uma espécie de clemência, que não deixa de reconhecer o delito e não anula o crime cometido, apenas extingue a pena.⁷⁵³

Já do lado da sociedade civil que exigia a anistia ampla geral e irrestrita, representada pelos diversos comitês pela anistia espalhados pelo país, não só desejavam uma lei sem restrições, como exigiam o desmonte imediato do aparato repressivo do Estado, além de encontrar uma forma com que torturadores fossem julgados.⁷⁵⁴ Já alguns mais moderados, ligados, sobretudo ao MDB e o PCB, concordavam com a exclusão dos “crimes de sangue”. “Tratava-se de concordar com o possível, em uma primeira etapa. Mais tarde se veria o caso dos acusados de ‘crimes de sangue’”.⁷⁵⁵ É importante discutir essas nuances para entender a construção de memórias coletivas que passaram a destoar bastante da realidade. Assim,

Um político imaginativo - Leonel Brizola – empregou então, uma curiosa metáfora: o povo brasileiro, macunaimicamente, comera a ditadura, mastigando-a com vagar, a digerira e se preparava agora para expeli-la pelos canais próprios. Um verdadeiro achado. A sociedade brasileira não só resistira ao regime militar, como também o vencera. Difícil imaginar poção melhor para revigorar a autoestima.⁷⁵⁶

Nesse clima de abertura democrática, ações mais concretas passaram a ter maior capilaridade. Aproveitando o clima de insatisfação geral com o regime, ações de entidades como o Comitê Feminino pela Anistia (1975) e Comitê Brasileiro Pela Anistia (1978) passaram a pautar debates de maior alcance, sobretudo entre 1977 e 1978.⁷⁵⁷ Ao mesmo tempo em que Geisel estava imerso nas contradições de seu governo, já no final de mandato e pressionado devido às medidas autoritárias, a extrema-direita militar queria

⁷⁵² Ibid, p. 280.

⁷⁵³ Ibid, p. 281.

⁷⁵⁴ REIS FILHO, 2014, OP. Cit, p. 133.

⁷⁵⁵ Idem.

⁷⁵⁶ Ibid, p. 135-136.

⁷⁵⁷ Motta, 2021, Op. Cit. p. 279.

mais. Achavam que a alternativa era endurecer ainda mais o regime, o que foi visto pelo presidente-ditador como uma ameaça dessa ala mais radical.⁷⁵⁸ A resposta então foi afastar o comandante do II Exército, o general Ednardo D'ávilla, algo até então inédito.⁷⁵⁹ Tanto Geisel quanto Golbery passaram a ser considerados *personae non gratae* pelos extremistas. Dessa forma, as forças de extrema-direita aproveitavam para trazer novamente o discurso da polícia política e o imaginário de uma “guerra revolucionária”, trazendo o argumento de que os “dois demônios” deveriam ser considerados e anistiados.⁷⁶⁰ A velha tática, já bastante empoeirada, atendia a um estratagema ardiloso: “fazia-se aí a economia de uma gritante evidência: não houvera guerra alguma, e um enfrentamento extremamente desigual entre um poderoso Estado e suas Forças Armadas contra alguns milhares de revolucionários e seus simpatizantes”.⁷⁶¹ O movimento tinha por objetivo colocar na mesma balança torturadores profissionais, que contavam com todo o aparato estatal para infligir o terror, e os torturados.

Em uma sessão que marcava a despedida do ministro do Superior Tribunal Militar (STM), general Augusto Fragozo, o general Rodrigo Otávio clamou perante o ministro do Exército, general Belfort Betthlem, o vice-presidente da República, general Adalberto Pereira Santos, além de cinco generais do executivo e vários outros do STM, “a concessão de anistia, por medida legal adequada, e a revisão das punições decorrentes da excepcionalidade revolucionária, por via administrativa, de todos aqueles que foram punidos por crimes políticos sem conotação ética, moral ou terrorista”.⁷⁶² Logicamente, a exceção em sua fala era providencial: os militares que cometiam abusos como graves violações de direitos humanos não seriam enquadrados em crime de terrorismo. Crimes de conotação ética e moral, poderiam ser vistos sob uma ótica bastante benevolente, pois se fossem a favor da “revolução”, não seriam enquadrados assim. Dessa forma, apenas a esquerda poderia ser punida, sem o benefício da anistia.

O general solicitava que se abandonasse a ideia de uma subversão permanente, e que fossem lembradas as soluções “conciliadoras”. Argumentava que era preciso deixar a “psicose deletéria” da existência de uma subversão permanente,⁷⁶³ pois essa visão radicalizante exprimia a ideia de um país dividido, dificultando o próprio processo de

⁷⁵⁸ Ibid, p. 261.

⁷⁵⁹ Ibid.

⁷⁶⁰ REIS FILHO, 2014, Op. Cit, p.134.

⁷⁶¹ Idem.

⁷⁶² Rodrigo Octávio pede, em nome do STM, anistia por via legal. **Jornal do Brasil**. 26 out. 1978. Disponível em: http://memoria.bn.gov.br/DocReader/030015_09/146074 Acesso em: 3 mar. 2025.

⁷⁶³ Idem.

distensão, o que justificaria a manutenção de leis de exceção. Em outro trecho de seu discurso, resumia a tradição brasileira de conciliação, dizendo que

é preciso não esquecermos, ainda que, todas as crises institucionais do país foram – nos tempos imperiais e republicanos – sempre solucionadas pela conciliação, constante positiva em nossa evolução política, resultante da fraternidade do espírito e de tolerância que tem congregado a família brasileira, na conquista dos grandes propósitos.⁷⁶⁴

De fato, a conciliação que o general frisava era uma constante na política brasileira, porém, ele esqueceu de mencionar que isso era inerente às elites, que adaptavam seus discursos conforme o regime, sempre objetivando preservar seus interesses. Rodrigo Otávio possui uma trajetória bastante interessante na política brasileira. Esteve envolvido no movimento de 1930 que alçou Getúlio Vargas ao poder, sendo figura central nos governos seguintes.⁷⁶⁵ Na ditadura, ocupou cargos estratégicos, sendo que em 1971 assumiu o comando da ESG. Sua posição a favor da normalidade democrática, desagradou a Garrastazu Médici, que pressionou o militar, inclusive proibindo algumas de suas palestras, o que ocasionou seu pedido de demissão. À época do discurso aqui analisado, Otávio era um dos ministros do STM. Nessa ocasião, após ler parte das 15 laudas de seu discurso, o ministro chorou. O *Jornal do Brasil* noticiava que Otávio “leu as duas últimas laudas de seu discurso (de 18 laudas) sob soluços. No final, o orador e o homenageado, general Augusto Fragoso, abraçaram-se emocionados”.⁷⁶⁶ A posição pacificadora do ministro não era uma unanimidade na sessão. O ministro Júlio de Sá Bierrenbach, em declarações aos jornalistas, discordou de maneira veemente da maioria das posições do general emocionado. Bierrenbach defendia os mecanismos de repressão como a Operação Bandeirantes (OBAN), a Lei de Segurança Nacional, os “3º e 4º governos da revolução”⁷⁶⁷ e suas medidas. Também lançava uma provocação: “O que desejava o ministro Rodrigo Octávio⁷⁶⁸? Desejava que a guerrilha urbana, já implantada nas ruas de São Paulo levasse a melhor?”⁷⁶⁹

⁷⁶⁴ Ibid.

⁷⁶⁵ Perfil biográfico de Rodrigo Otávio Jordão Ramos. CPDOC FGV. Disponível em: <https://www18.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/rodrigo-otavio-jordao-ramos> Acesso em: 3 mar. 2025.

⁷⁶⁶ Jornal do Brasil, Op. Cit.

⁷⁶⁷ Idem.

⁷⁶⁸ Na maioria das fontes consultadas, o segundo nome do general aparece como “Otávio”. Na reportagem do *Jornal do Brasil* aparece como “Octávio”.

⁷⁶⁹ Ibid.

A posição do ministro lhe rendeu dor de cabeça. No início do ano seguinte, a tendência era de que ele assumisse a presidência do STM, já que, de acordo com o rito, o ministro mais antigo, pertencente ao Exército, assumia o cargo. Todavia, houve uma articulação contra a sua ascensão à presidência. Assim, o vencedor do pleito foi o general-ministro Reinaldo Melo Almeida. Em seguida, afirmou que não retornaria ao tribunal, pedindo no mesmo ano, sua aposentadoria e se retirando da vida pública.⁷⁷⁰ A atuação de Rodrigo Otávio traz o desafio e necessidade de parcimônia ao se analisar sua vida pública. O militar se beneficiou do apoio a vários governos de espectros ideológicos diferentes, transitando em ambientes bastantes agitados. No entanto, sua recusa em aderir à repressão mais truculenta, inclusive em seu auge, é digna de nota.

Dado o ambiente tenso em que a Lei da Anistia foi discutida, não é difícil compreender que sua aprovação foi bastante apertada: sancionada em 28 de agosto de 1979, passou com um placar de 206 votos favoráveis contra 201 contrários.⁷⁷¹ Os anistiados poderiam retomar os empregos anteriores às triagens ideológicas, com a exceção dos chamados “crimes de sangue”. Só em 1985 seriam finalmente anistiados.⁷⁷²

Nesse ínterim, organizações terroristas que hibernavam, acordaram pedindo sangue.

5.2.1. A reação da extrema-direita: a volta do terrorismo

Como resposta à abertura política, o terrorismo de extrema-direita acordou, capitaneando diversas ações. No ano de 1978, houve uma série de atentados a bomba contra órgãos e imprensa, livrarias, universidades e instituições ligadas à oposição ao regime.⁷⁷³ Dessa forma, as siglas extremistas, bastante atuantes em 1968, mas que se encontravam em hibernação, voltaram à ativa e ganharam os holofotes: MAC, CCC, GAC, sendo que os estados que concentraram o maior número de ações terroristas esse ano foram Minas Gerais e Paraná.⁷⁷⁴

Uma das maiores representantes da luta pela anistia era Neide de Azevedo Lima, presidenta do Movimento Feminino pela Anistia no Paraná. Neide já conhecia as

⁷⁷⁰ CODPC FGV, Op. Cit.

⁷⁷¹ REIS FILHO, 2014, Op. Cit, p. 134.

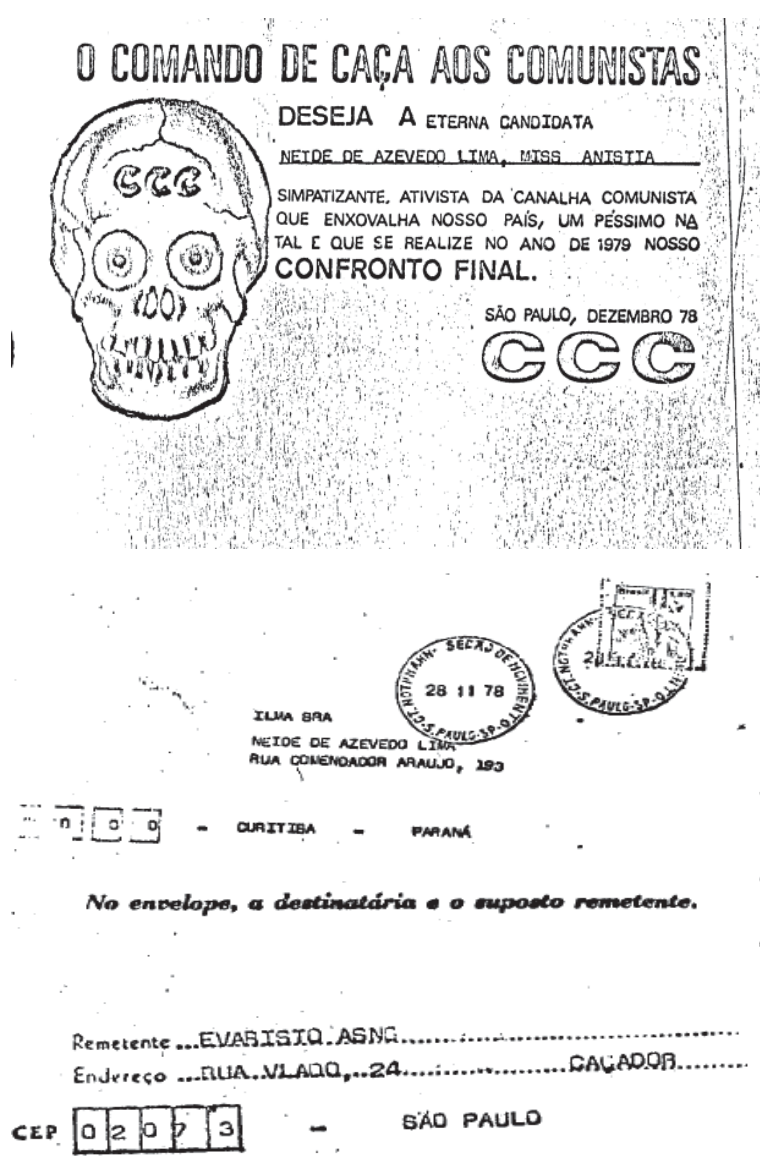
⁷⁷² Idem, p. 135.

⁷⁷³ NAPOLITANO, 2021, Op. Cit, p. 294.

⁷⁷⁴ Idem.

artimanhas da repressão: havia sido exonerada de seu cargo de professora na década de 1960 por ter utilizado em sala de aula um livro de psicologia para crianças.⁷⁷⁵ No entanto, nos anos seguintes, encabeçou lutas mais abertas contra o regime. Sua atuação em Curitiba se deu no âmbito do movimento supracitado. Percorreu o país em busca de apoio de políticos do MDB e denunciando as violações aos direitos humanos praticadas pela ditadura. Sua militância também lhe trouxe preocupações. Neide foi ameaçada de morte pela organização terrorista CCC:

FIGURA 25: Imagens do CCC ameaçando Neide de Azevedo Lima com remetente e endereços.



FONTE: DEAP/DOPS. Comando de Caça aos Comunistas (CCC). Dossiê 247, caixa 26.

⁷⁷⁵ OLIVEIRA; SAHD; CLCIOLARI, 2014, Op. Cit, P. 283.

Além da ameaça explícita, os terroristas faziam troça com o remetente. A carta foi postada em nome de “Evaristo Asno”, em uma referência a Dom Paulo Evaristo Arns, conhecido por sua luta contra as violações de direitos humanos, além de mais tarde, ser um dos responsáveis pelo lançamento do projeto *Brasil: nunca mais*. O endereço do remetente da carta também foi pensado: Rua Vlado, 24, do bairro Caçador, em São Paulo. o nome “Vlado” é uma referência ao jornalista Vladimir Herzog, assassinado pela ditadura em São Paulo, cujo caso ganhou bastante notoriedade. O número 24 pode ser uma referência ao número do veado no jogo do bicho, relegado sempre a piadas homofóbicas. Se essa era a intenção, tratava-se uma maneira propositadamente infame de insultar a memória de Herzog. Como todo o endereço era falso, o bairro “Caçador” pode ser uma referência à própria sigla da organização. Tão logo recebeu a carta, Neide procurou o advogado Renê Ariel Dotti, conhecido por ter defendido os estudantes do episódio da “Chácara do Alemão” em 1968. O chefe da Polícia civil havia aconselhado Neide a procurar a antiga DOPS, agora denominada Delegacia de Ordem Política,⁷⁷⁶ cujo delegado era alguém bastante conhecido por aqueles que lutavam contra a ditadura: Ozias Algauer, que informou que tomaria conhecimento do caso por meio de uma representação oficial.⁷⁷⁷

No dia 14 de dezembro do mesmo ano, foi noticiado no jornal *Diário Do Paraná*⁷⁷⁸ que a OAB, seção Paraná havia solicitado ao poder público que investigasse a organização terrorista. Dessa forma, o procurador Jerônimo de Albuquerque Maranhão, diretor da Polícia Civil, designou para a tarefa novamente Algauer. Se a escolha não parecia promissora, a manchete jogava mais dúvidas no sucesso do cumprimento da missão: “Contudo, suas investigações serão restritas ao Estado do Paraná, fato que poderá dificultar o êxito das diligências, uma vez que as cartas ameaçadoras eram postadas do Estado de São Paulo”.⁷⁷⁹ Apesar de as cartas terem sido enviadas da região sudeste, havia motivos para a preocupação com a atuação na cidade de Curitiba. O Advogado Edésio

⁷⁷⁶ Sobre o processo de desmobilização da comunidade de segurança e informações do Paraná, ver: ABREU, José dos Santos de. **O processo de desmobilização da comunidade de segurança e informações do Paraná (CSI-PR) no contexto da resistência/descompressão política da ditadura de segurança nacional brasileira (1975-1983)**. Tese (doutorado). Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2023. 291f

⁷⁷⁷ CCC Volta a Ameaçar. O Estado do Paraná. In: DEAP/DOPS. **Comando de Caça aos Comunistas**, Op. Cit.

⁷⁷⁸ CCC tem delegado para investigá-lo. **Diário do Paraná**. 14 dez. 1978. Disponível em: <http://memoria.bn.gov.br/DocReader/761672/133071> Acesso em: 1 mar. 2025.

⁷⁷⁹ Idem.

Passos, que também havia recebido a carta de natal do CCC, sugeriu uma ação conjunta da OAB com a Comissão de Justiça e Paz, Comitê de Anistia, Sindicato dos Jornalistas e entidades estudantis para que fossem responsabilizadas “as autoridades policiais federais e estaduais por omissão e descaso em apurar os atos de extrema direita”.⁷⁸⁰ Na notícia do *Jornal do Brasil*, havia informação de que os cartões de natal haviam sido enviados a mais de 20 políticos, religiosos, jornalistas e estudantes, repetindo ações que se sucediam nos últimos 14 meses, em que havia ocorrido sequestros, a invasão da sucursal do jornal *Em Tempo* e o envio de cartas do mesmo tom a mais de 200 pessoas.⁷⁸¹ Porém, havia uma constatação importante do jornalista Tibério Cantuo, do jornal invadido pelo CCC. O profissional acreditava que Curitiba seria o novo centro de organização terrorista, haja vista que depois da desativação do DOI-CODI de São Paulo, muitos policiais haviam se mudado para a capital paranaense.⁷⁸²

As Forças Armadas passaram a levar a sério as ameaças do CCC, sobretudo, após os atos terroristas começarem a respingar em sua reputação. Em um informe expedido pelo comando da 5ª região militar no dia 6 de dezembro de 1978, o exército mostra preocupação com a situação, sobretudo, devido à proporção que o assunto passava a ter na grande mídia:

1. Em anexo, esta AI remete cópia de cartão (CCC) que está sendo enviado de São Paulo para elementos de esquerda do PARANÁ e SANTA CATARINA (políticos do MDB e Clero).
2. De acordo com o carimbo EBCT a citada correspondência foi postada no dia 28 nov 78 na Agência da Alameda Nothmann, em SÃO PAULO.
3. O assunto está causando polêmica jornalística no PARANÁ (anexo recorte de jornais).
Até no ‘JORNAL NACIONAL’, da ‘TV GLOBO’ parte do PARANÁ, o problema foi ventilado. Está sendo motivo para acusações contra os Órgãos de Segurança e Informações da área, por parte das esquerdas que receberam o citado cartão.
4. Esta AI ignora a origem da panfletagem, entretanto, considera que o assunto está dando margem a explorações, para, mais uma vez, servir como tema de ‘pressões contra os Órgãos de Segurança e Informações’. Os resultados dessa forma de atuação, se tem origem em algum organismo da direita, estão se fazendo sentir exatamente contra os nossos próprios órgãos de Segurança e Informações que estão sendo acusados como autores, mentores e responsáveis por tal atividades (sic) de intimidação psicológica.
5. Esta AI supõe que pelos efeitos causados, a referida panfletagem está tendo origem nas próprias alas esquerdistas para ativar a opinião

⁷⁸⁰ Advogado quer comissão da OAB para levantamento de atuação do CCC em Curitiba. **Jornal do Brasil**. 5 dez. 1978. Disponível em: http://memoria.bn.gov.br/DOCREADER/030015_09/148832 Acesso em: 1 mar. 2025.

⁷⁸¹ Idem.

⁷⁸² Ibid.

É interessante notar que a preocupação com a reputação das Forças Armadas era maior do que com a segurança daqueles que estavam sendo ameaçados pela organização terrorista. Aliás, a linha de raciocínio de quem redigiu a carta é de alguém que faz ligações baseadas em falácias lógicas. Se o efeito das cartas enviadas pelo CCC era negativo na população, logo, não poderia ser obra da direita; as “alas esquerdistas”, portanto, deveriam estar por trás da ação.

Em que pese o tom de ameaça das cartas, é importante ressaltar que elas foram produzidas em série, só trocando os nomes. Na mesma pasta da DOPS em que há essa carta intimidadora a Neide, há outras endereçadas e figuras carimbadas da militância com os mesmos dizeres e com a mesma aparência, inclusive em anos diferentes. O cartão de Natal mórbido era utilizado sempre da mesma forma. A ameaça do CCC era constante para todos aqueles que representassem qualquer oposição à ditadura. Em 1980, a bancada do PMDB na Assembleia Legislativa do Paraná elaborou um documento em que solicitava que as autoridades competentes tomassem providências com relação às ameaças que sofriam da organização terrorista. De acordo com a notícia do jornal *Diário do Paraná*,⁷⁸⁴ o deputado Waldyr Pugliesi havia sido ameaçado pelos terroristas.

Dentro da UFPR, havia ameaças da organização, sobretudo a diretórios acadêmicos mais atuantes na luta contra a ditadura. Dentre estes órgãos de representação discente se destaca o Diretório Acadêmico Rocha Pombo (DARP), cujo presidente Carlos Augusto Oliveira relatou ter sido sequestrado no dia 17 de outubro de 1977. Em um documento redigido pelo próprio DARP,⁷⁸⁵ o ocorrido era noticiado sob o título alarmante “de novo a violência...sequestraram e aprisionaram o presidente do DARPP!”⁷⁸⁶. Não era para menos. A história relatada é que Carlos estava saindo de sua casa “a caminho da escola”, quando foi surpreendido por quatro homens armados, saídos de uma Veraneio de cor azul. Posteriormente, teria sido levado encapuzado e sofrido torturas psicológicas. O sequestro teria ocorrido por volta das 14:00. Sua família teria sido avisada às 23:30 de que ele estava em Paranaguá a serviço do diretório, informação que não foi dada por

⁷⁸³ DEAP/DOPS. **Comando de Caça os Comunistas**. Op. Cit.

⁷⁸⁴ PMDB Contra o CCC. **Diário do Paraná**. 20 ago. 1980. Disponível em: <http://memoria.bn.gov.br/DocReader/761672/143123>. Acesso em: 14 fev. 2025.

⁷⁸⁵ DEAP/DOPS. **Diretório Acadêmico Rocha Pombo**. Dossiê 736, caixa 83. A grafia da sigla do diretório acadêmico ora tem uma letra p a mais, ora não.

⁷⁸⁶ Idem.

nenhum colega do DARP e, provavelmente foi repassada pelos sequestradores. Após várias diligências pela capital, o fato foi levado ao conhecimento do reitor, que alegava desconhecer qualquer coisa a respeito. Depois de percorrerem delegacias, hospitais e demais locais comuns em situações semelhantes, foram até Paranaguá, onde encontraram Carlos na rodoviária.⁷⁸⁷ O jornal *Correio de Notícias* relatou que Carlos foi despido e algemado em local desconhecido, posteriormente ameaçado, uma vez que os sequestradores exigiam que ele passasse uma série de informações sobre o movimento estudantil de contestação à ditadura, além de ter sido questionado se tinha relações com o Partido Comunista.⁷⁸⁸ Como as informações são esparsas, é possível apenas conjecturar sobre a autoria do sequestro. O carro, uma Veraneio, era comumente utilizado pelas forças de repressão à época. Porém, o *modus operandi* é bastante distinto daquele praticado pela ditadura. Se o objetivo fosse somente conseguir informações, bastaria ter levado Carlos à DOPS ou algum quartel e prosseguir com a rotina costumeira da repressão. Porém, estudantes que não estavam ligados à luta armada ou a algum partido de esquerda não faziam parte das principais vítimas da ditadura. Embora não possa ser possível afirmar quem teria sido o responsável pelo sequestro, sabe-se que muitos elementos do CCC eram quadros das forças armadas que atuavam de modo paralelo nas ações terroristas, às vezes à revelia de seus superiores.

Durante a ação, ele foi ameaçado, sendo que os sequestradores teriam dito que ele seria apenas o primeiro, e que os próximos seriam pessoas ligadas ao MDB, além de estudantes e jornalistas. Ademais, após o episódio, ele teria recebido suas roupas e dinheiro para voltar para casa, porém, suas bolsas e livros teriam desaparecido.⁷⁸⁹ As ameaças e a ação em si mais parecem com organizações terroristas como o CCC, porém é difícil precisar o que de fato houve, já que a organização não assumiu a autoria da ação, o que geralmente fazia com orgulho e alarde. O estudante alegou que não havia registrado nenhuma reclamação formal, pois não sabia se havia sido sequestrado por policiais.⁷⁹⁰ No dia seguinte, os estudantes marcaram uma assembleia na universidade para discutir o assunto, o que foi visto com maus olhos pela professora Cecília Westphalen, que “telefonava para os departamentos ordenando aos professores que espalhassem para os

⁷⁸⁷ Ibid.

⁷⁸⁸ Estudante teria sido sequestrado. *Correio de notícias*. 20. out. 1977. Disponível em: http://memoria.bn.gov.br/DocReader/325538_00/2144. Acesso em: 23 fev. 2025.

⁷⁸⁹ Idem.

⁷⁹⁰ Ibid.

estudantes que não se tratava de outra coisa a não ser de boatos de agitadores”.⁷⁹¹ A intervenção da docente se mostrou inútil: O jornal *Diário do Paraná* noticiou a ação posterior dos estudantes que resultou em uma greve geral no dia 20 de outubro, no edifício Dom Pedro II da reitoria da universidade.⁷⁹² A paralisação de estudantes tomou proporções que chegaram às manchetes nacionais O *Jornal do Brasil* noticiou que o sequestro do presidente do DARPP havia levado mil alunos a pararem as aulas na universidade.⁷⁹³ Porém, aumentando um pouco o que havia sido dito, a matéria traz uma informação de que os estudantes acusavam o DOI-CODI pela ação truculenta. Ainda nesta matéria, o chefe da AESI da UFPR, professor José Augusto Pinto, tentava diminuir o alcance da ação dos estudantes. De acordo com seu relato ao jornal, “eu acredito que, como a maioria dos alunos do setor de Ciências Humanas são moças, as famílias impediram seu comparecimento temendo manifestações durante o dia”.⁷⁹⁴

O documento redigido pelo DARPP, que informava sobre o sequestro e convocava a todos para uma assembleia na cantina da universidade e deliberou pela paralisação do dia seguinte, trazia uma nota chamativa no final:

PS: - ÚLTIMOS ACONTECIMENTOS:
Ainda que nosso presidente tenha sido liberado, a preocupação não nos abandonou...
Mais um colega nosso, componente da diretoria do DARPP, está desaparecido.
Os fatos levam a crer que ele foi aprisionado!
TODOS À ASSEMBLEIA, NA CANTINA, NO DIA 20-10 ÀS 10:00 hrs. DA MANHÃ.
TODOS À ASSEMBLÉIA
TODOS À ASSEMBLÉIA
TODOS À ASSEMBLÉIA
TODOS À ASSEMBLÉIA⁷⁹⁵

Sobre o suposto colega desaparecido a que o documento faz menção, não foram encontradas outras informações. Dois anos após esse sequestro, outro presidente do diretório foi intimidado. O CCC enviou uma carta ameaçando Jorge Bostelmann de Oliveira. O estudante, no entanto, não parecia preocupado com sua segurança. Aliás, até

⁷⁹¹ *ibid.*

⁷⁹² Um dia sem aula no edifício Dom Pedro II. **Diário do Paraná**, 21 out. 1977. Disponível em: <http://memoria.bn.gov.br/DocReader/761672/125128> Acesso em: 23 fev. 2025.

⁷⁹³ Sequestro de presidente de Diretório leva mil alunos da UFPR a paralisarem aulas. **Jornal do Brasil**. 21 out. 1977. Disponível em: http://memoria.bn.gov.br/DOCREADER/030015_09/108425. Acesso em: 23 fev. 2025.

⁷⁹⁴ *Idem.*

⁷⁹⁵ DEAP/DOPS. **Diretório acadêmico Rocha Pombo**. Op, cit. Embora esteja fora das normas da ABNT, no que tange ao espaçamento, a opção por inserir a citação como está no documento tem a intenção de mostrar de que forma foi datilografado.

desconfiava da autoria da mensagem, pois argumentava que “os comunicados anteriores tinham características próprias até e sua feitura, pois eram realizados em processos *offset*. Este chegou em um papel dobrado e escrito à máquina”.⁷⁹⁶ A notícia enfatizava que o comunicado ameaçador não chegou a coagir os estudantes, pois vinha como uma mensagem cifrada, que não foi entendida por eles. Apenas um trecho vinha em linguagem clara, que dizia: “comam bosta! Zilhões de moscas não podem estar erradas!”⁷⁹⁷ De fato, não parece com o *modus operandi* do CCC.

A reação dos estudantes veio em forma de protesto. No dia 24 de agosto de 1980, cerca de quinhentos estudantes, em ato público promovido pelo DAHS, junto com partidos de oposição à ditadura e o Comitê Brasileiro Pela Anistia (CBA) fizeram um protesto contra os atos terroristas, sobretudo o que matou a funcionária Lydia Monteiro da Silva, na OAB do Rio de Janeiro. O ato estudantil começou na praça Santos Andrade e terminou na frente da Biblioteca Pública do Paraná, cujo prédio defronte, à época, era o da OAB/PR.⁷⁹⁸ Um dos oradores foi o professor Renê Ariel Dotti, defensor de muitos estudantes e docentes que foram presos pela ditadura. Em seu discurso, o docente/advogado afirmou que “os estudantes de Direito e seus professores estão em comunhão cívica, através deste ato. Um gesto que evoca a solidariedade em reação ao terror e todas as suas vítimas”.⁷⁹⁹ Como muitas das vítimas dos terroristas eram livreiros e jornalheiros, durante o protesto, militantes distribuíram jornais da chamada imprensa alternativa na praça Generoso Marques, local em que havia muitas banquinhas, porém, a legenda na imagem a seguir traz uma informação curiosa:

⁷⁹⁶ CCC volta a ameaçar universitários. **Correio de notícias**. 16 abr. 1979. Disponível em: http://memoria.bn.gov.br/DocReader/325538_00/11039 Acesso em: 2 mar. 2025.

⁷⁹⁷ Idem.

⁷⁹⁸ DEAP/ DOPS. **Comitê Brasileiro Pela Anistia**. Dossiê 261g. Pasta 28.

⁷⁹⁹ Idem.

FIGURA 26: protesto contra os atos terroristas na praça Generoso Marques



FONTE: Jornal *O Estado do Paraná*. 24 ago. 1980.⁸⁰⁰

A faixa com o dizer “bombas não explodem ideias” parece bastante interessante, passando uma mensagem de que aqueles que desejavam a abertura política não iriam se intimidar. Todavia, a legenda da imagem vem no sentido contrário. De acordo com o periódico, os donos das bancas de jornal não só tinham medo de vender itens da imprensa alternativa, como até mesmo de ler aquelas publicações. Porém, há de se levar em consideração que o jornal *O Estado do Paraná* fazia parte do grupo político mais alinhado com o regime.

Por mais que as autoridades prometessem investigar os atos extremistas, as investigações acabaram esfriando e em Curitiba não há notícias de prisões dos terroristas. Enquanto isso, as movimentações dos comitês pela Anistia tomavam corpo pelo país.

5.2.2. O comitê pela Anistia em Curitiba

Apesar de o projeto de Lei da Anistia beneficiar majoritariamente aqueles que possuíam o monopólio da força pelo Estado, pois ficariam impunes de seus crimes, ainda não havia consenso sobre estender o benefício a pessoas ligadas à esquerda, a depender do crime a que eram imputadas. Em uma entrevista concedida em Londrina em 19 de

⁸⁰⁰ *ibid.*

junho de 1979, o ex-governador do Paraná, Jayme Canet, falava sobre a extinção do bipartidarismo, que se encaminhava no governo Figueiredo, cuja estimativa era de que até o final daquele ano pudessem ser criados outros partidos. Sobre o projeto de Lei da Anistia, dizia

‘ele [Figueiredo] é a favor da anistia’. mas faz uma ressalva. ‘mas não a tão ampla como alguns reivindicam’. Anistia – explica – deve ser dada a quem cometeu qualquer deslize ou ato político ilegal. mas não podemos admitir anistia para um criminoso comum, mesmo que tenha sido encoberto por aspecto político. O terrorista que matou, assaltou ou destruiu propriedade alheia e pode receber anistia como político – mas não como criminoso.⁸⁰¹

O discurso de Canet também poderia ser pensado sob a ótica inversa: os militares que executaram indivíduos durante a ditadura, sem qualquer chance de defesa a suas vítimas, também deveriam ser analisados sob a ótica de um preso comum. Ainda na mesma entrevista, Canet foi perguntado sobre sua desavença com Paulo Pimentel, respondendo que foi uma disputa política dentro da ARENA, que apesar de ser um partido grande, “não tem condições de abrigar várias lideranças expressivas e a disputa é, muitas vezes, o desajuste entre líderes”⁸⁰². Além disso, ponderou que “isso é normal e comum. Foi o que ocorreu entre a minha pessoa e o Paulo Pimentel. Mas o nosso problema não é apenas político, porque é uma inimizade pessoal entre eu e o Paulo Pimentel. Fora disso, não houve problemas”.⁸⁰³

Enquanto as discussões pela anistia avançavam pelo país, o Comitê Brasileiro pela Anistia de Curitiba foi fundado em um congresso realizado entre os dias 7 e 10 de março de 1979, sob a liderança de Antônio Narciso Pires de Oliveira, dentre outras figuras proeminentes de Curitiba, tais como Edésio Passos, além de um grande número de políticos do MDB entre vereadores e deputados. O evento contou com presenças ilustres como o então professor (e futuro presidente da República) Fernando Henrique Cardoso, cujo nome vinha em destaque no cartaz. Também vieram especialmente para a ocasião Dom Angélico, da Arquidiocese de São Paulo; o doutor Luiz Eduardo Greenhald, do CBA de São Paulo e Terezinha Zerbini, do Movimento Feminino pela Anistia. O SNI estava à

⁸⁰¹ Amigos e companheiros. **Correio de Notícias (PR)**. 20 jun. 1979. Disponível em: http://memoria.bn.gov.br/DocReader/325538_00/12144 Acesso em: 14 fev. 2025.

⁸⁰² Idem.

⁸⁰³ Ibid.

par do evento, e fez um relatório de 69 páginas, com os nomes de todas as figuras de destaque, bem como do que cada um falou durante os quatro dias de evento.⁸⁰⁴

O primeiro presidente do CBA de Curitiba, Narciso Pires, possuía uma longa trajetória política. Ainda no Ensino Médio, na cidade de Apucarana, o militante assumiu a presidência do Centro Estudantil Nilo Cairo (CENC), do colégio homônimo. Já em 1968, a partir do Congresso estudantil da União Paranaense dos Estudantes Secundaristas (UPES), passou a ter um destaque maior, sendo que nesse evento foi fotografado pela primeira vez com o seu companheiro de movimento José Idésio Brianezzi.⁸⁰⁵ Em sua cidade natal, Narciso e um grupo, conhecido como “os meninos de Apucarana”, com idades entre 15 e 20 anos, passaram a militar contra a ditadura. Em 1968, Narciso assumiu a presidência do da União dos Estudantes de Apucarana (UEA), entidade que foi fechada após o AI-5. Impossibilitados de agir na cidade, o grupo se dividiu, com Idésio Brianezzi e Antônio dos Três Reis de Oliveira se juntando à Ação Libertadora Nacional (ALN) de Marighella. Os dois rapazes que passaram a fazer parte da guerrilha acabaram assassinados. Já Narciso, Francisco Dias Vermelho e Manuel Cesar Mota vieram para Curitiba. A partir de então, Narciso ingressou na UFPR, no curso de Jornalismo, fazendo parte da vice-presidência do DARP. Porém, devido à sua militância política, foi perseguido pela repressão e passou para a clandestinidade, sendo preso no final do ano.⁸⁰⁶ Após deixar a prisão, ele exerceu o magistério na cidade de Mamborê, de 1971 a 1973. Já no ano seguinte, a DOPS lhe negou o atestado para suas atividades profissionais. Foi preso novamente em 1975, no âmbito da “Operação Marumbi”, sendo torturado em vários centros de repressão em Curitiba, tais como a DOPS, o DOI-CODI e o Quartel da Praça Rui Barbosa, porém, desta vez, ficou dois anos detido na prisão provisória do Ahú. No ano de 1978, já casado e com uma filha a caminho, envolveu-se no Comitê pela Anistia, sendo eleito o presidente.⁸⁰⁷

De todos os vídeos gravados pelo projeto *Depoimentos para a História*, o mais longo é o do próprio Narciso, criador da iniciativa. Em dois vídeos que totalizam mais de quatro horas, o militante discorre sobre toda a sua trajetória. Quando fala sobre a Lei da

⁸⁰⁴ MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES. Divisão de Segurança e Informações. Encaminhamento nº 042/79/DSI/MC/SICI-AS-2. Assunto: Congresso de Fundação do Comitê Brasileiro Pela Anistia. Curitiba/PR. Disponível em:

http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/BR_DFANBSB_V8/MIC/GNC/AAA/79001082/BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_AAA_79001082_d0001de0001.pdf Acesso em: 3 mar. 2025.

⁸⁰⁵ OLIVEIRA;SAHD;CALCIOLARI, 2014, p. 173.

⁸⁰⁶ Idem.

⁸⁰⁷ Ibid.

Anistia, tece muitas críticas, argumentando que o projeto só beneficiava os militares, pois muitos companheiros continuaram presos por algum tempo.⁸⁰⁸ A narrativa de Narciso com relação à sua atuação política, poderia ser questionada por se tratar de um vídeo gravado com o distanciamento do tempo e possíveis distorções ou plasticidade da memória. Porém, um documento do SNI, de classificação A-I, datado de 1981 e com uma ficha extensa de Narciso, traz algumas informações que corroboram grande parte de sua narrativa.⁸⁰⁹ A julgar pelo espião que seguia seus passos, sua atuação no CBA-Curitiba era bastante agitada. Nesse sentido, é curioso notar que um documento que visava trazer elementos para criminalizar suas atividades, na atual conjuntura, serve para confirmar suas atividades em prol da democracia. Várias reuniões do ano de 1979 coordenadas por Narciso são elencadas no informe, além de críticas ácidas à Lei da Anistia. Em um registro do dia 29/06/1979, é informado que

O nominado, presidente do CBA/CURITIBA, comentando o Projeto da Anistia, enviado pelo presidente da República ao Congresso Nacional, afirmou ele ser uma manobra para esvaziar a Anistia Ampla, Geral e Irrestrita. Segundo ANTÔNIO NARCISO, o regime que prendeu, processou, condenou, baniu, exilou, cassou, reformou, demitiu, aposentou, torturou e matou não tem legitimidade para excluir quem quer que seja.⁸¹⁰

E no dia 26 de julho de 1979, foi registrado que

O CBA/CURITIBA, realizou no dia 05 jul 79, um Painel sobre o Projeto de Anistia que foi enviado ao Congresso Nacional pelo Presidente da República, do qual participaram aproximadamente 50 pessoas, dentre as quais, o nominado. O painel foi usado por elementos contrários ao regime, para tecer críticas ao Governo e tentar conseguir a adesão popular na continuidade pela Anistia Ampla, Geral e Irrestrita.⁸¹¹

A empolgação pela causa era tanta que, como já se discutiu, muitas vezes ocorriam entreveros entre defensores da mesma causa. No informe do dia 6 de agosto de 1979 consta que Narciso entrou em luta corporal com Ivan Ribas, vereador pelo MDB. O motivo da contenda teria sido o veto do vereador ao ingresso de Edésio Passos e outras figuras carimbadas da militância no partido. Outro elemento que chama a atenção é que Narciso, já formado, teria passagens constantes pelos diretórios acadêmicos da UFPR,

⁸⁰⁸ OLIVEIRA, Antônio Narciso Pires de. **Depoimentos para a História (vídeo)**. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=QmiDs556pCA> Acesso em: 4 mar. 2025.00:01 – 04:05

⁸⁰⁹ SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES. Agência Curitiba. Informe nº 165/116/act/81. Antônio Narciso Pires de Oliveira e outros. Disponível em: http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/BR_DFANBSB_V8/MIC/GNC/NNN/81001046/BR_DFA_NBSB_V8_MIC_GNC_NNN_81001046_d0001de0002.pdf Acesso em: 4 mar. 2025.

⁸¹⁰ Idem.

⁸¹¹ Ibid.

utilizando-se, inclusive, das instalações do DARF para imprimir documentos do CBA-Curitiba. Já as reuniões preparatórias para a criação do comitê teriam acontecido nas instalações do DASCISA. Não só isso: após a criação do CBA, Narciso teria sido contratado pelo diretório para gerir a gráfica, o departamento de subsistência e a tesouraria.⁸¹²

Após a gestão de Narciso, Marcelo Judgend, militante com uma longa história de atuação contra o regime, assumiu o CBA. Em um informe do CIE, de classificação B-2, detalha a reunião do CBA ocorrida em 17 de abril de 1980 em sua sede, localizada na Praça Tiradentes, 258.⁸¹³ Narciso fez um relato de um ato público ocorrido na favela do Parolin, onde teriam comparecido cinco deputados. Na ocasião, os moradores tiveram a promessa de que os estudantes de Direito da UFPR lhes dariam todo o apoio para a questão das mazelas sociais. Em seguida, Marcelo Judgend falou sobre estudantes de Santa Catarina que estavam respondendo processo em um caso que envolvia o presidente Figueiredo. O caso, analisado pela ótica do presente, toma ares cômicos pela descrição da situação:

[Marcelo] satirizou o testemunho do Maj. NELSON ROBERTO BIANCO (testemunha de acusação), que foi obrigado a repetir por ocasião do depoimento, em ordem do Juiz Auditor, o refrão que foi gritado pelos estudantes durante o tumulto:

- 'EDO, EDO, EDO, PAU NO CU DO PRESIDENTE FIGUEIREDO'.

Nessa reunião também se discutiu as finanças do comitê, que estavam seriamente comprometidas, com uma dívida de Cr\$ 45.000.⁸¹⁴ a solução seria arrecadar uma quantia de Cr\$ 500,00 de parlamentares. A ideia era de que a quantia seria descontada diretamente da tesouraria da Assembleia Legislativa do Paraná e depositada na conta do CBA-Curitiba. A crise financeira gerou desentendimentos entre os próprios companheiros no mês seguinte. Na próxima reunião do comitê, ocorrida no dia 15 de maio de 1980, e devidamente monitorada pelo SNI, há um informe sobre as principais movimentações da reunião. Durante o evento, a secretária do referido comitê, Ruth Ribeiro de Lima, entregou o cargo, alegando a saída por “motivos pessoais”. Marcelo Judgend, por sua vez,

⁸¹² Ibid.

⁸¹³ CIE. Informe nº 08 S/102-A11. **Reunião do Comitê Brasileiro Pela Anistia.** (CBA/CTA). Disponível em:

http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/BR_DFANBSB_V8/MIC/GNC/AAA/80007857/BR_DFA_NBSB_V8_MIC_GNC_AAA_80007857_d0001de0001.pdf Acesso em: 4 mar. 2025.

⁸¹⁴ O salário-mínimo no mês de abril de 1980 estava bastante defasado, cuja cifra era de Cr\$ 2.932,80 por mês. No mês seguinte, teve um aumento expressivo: foi para Cr\$ 4.149,60 mensais. Fonte: <https://portal.trt3.jus.br/internet/servicos/valores/salario-minimo> Acesso em: 5 mar. 2025.

não poupou críticas a seu antecessor: acusou Narciso Pires de deixar o comitê em péssimas condições financeiras, além de não ter comparecido nas últimas reuniões. Por fim, acusava o antecessor de agir apenas por vaidade pessoal, pois uma vez que o comitê tinha se esvaziado, tratou de retirar-se.⁸¹⁵ A crítica a Narciso, bastante incisiva, parece ter sido algo de momento. Em um capítulo da produção coletiva *Vozes da Resistência*, lançada em 2024, Marcelo Jugend, já com um bom distanciamento dos acontecimentos, traz uma visão mais leve do processo, inclusive trazendo outro tratamento a Narciso: “foi nessa época que me juntei ao movimento nacional pela anistia aos presos políticos, chegando a ocupar a presidência do Comitê Brasileiro Pela Anistia (CBA) do Paraná, sucedendo ao grande camarada Narciso Pires”.⁸¹⁶

Os relatos dessas reuniões, feitos pelas forças de segurança, sugerem que quem espionava, provavelmente gravava os encontros. Do contrário, não seria possível colher com exatidão frases e discussões específicas que aparecem nos relatos. Em outros tempos, como nos eventos antes do AI-5, os informes são bem mais vagos. Porém, a hegemonia dessa comunidade de informações passou a ser desafiada, conforme o esquema de segurança dos militantes se aprimorava.

5.2.3. Espiões em perigo: O CBA ensina a identificar agentes infiltrados

Um dos maiores entraves do movimento estudantil de contestação à ditadura era conseguir driblar a comunidade de informações da repressão. Conforme analisado ao longo da tese, muitas reuniões eram monitoradas, e as tentativas de manter sigilo eram, muitas vezes, infrutíferas. Dessa forma, é possível acompanhar a evolução da maturidade do movimento. Em 1968, no Congresso de Ibiúna, por exemplo, os próprios estudantes avisaram a imprensa, sem levar em consideração o risco que corriam. Ademais, casos como a visita indiscreta no açougue da cidade mostravam que naquela época ainda não havia uma consciência do poder da repressão. Todavia, a fase mais aguda do regime, as torturas e prisões, ensinaram à comunidade discente que a discrição era essencial se quisessem lograr avanços significativos sem o conhecimento da repressão. Porém, a ditadura, tendo acesso aos meios mais sofisticados de espionagem identificou uma situação que poderia colocar sua comunidade de informações em xeque. Em um

⁸¹⁵ DEAP/DOPS. **Comitê Brasileiro pela Anistia**. Dossiê 261c. Pasta 28.

⁸¹⁶ JUGEND, Marcelo. **Pelo Futuro** – Antes, agora e sempre. In: PALMAR, Aluizio (Org.) **Vozes da Resistência**: memórias da luta contra a ditadura militar no Paraná. Curitiba: Banquinho Publicações, 2024.

documento redigido pelo Centro de Informações da Marinha (CENIMAR), datado de 27 de março de 1981,⁸¹⁷ mostrava preocupações com elementos da esquerda que haviam montado um esquema para identificar agentes infiltrados nos meios estudantil, operário e artístico. A estratégia se dava por meio de “medidas de obstrução”, tais como exigência de documento de identificação ou cartões de convite para indivíduos considerados suspeitos, além de levantamentos fotográficos destes. O CENIMAR havia feito um relatório sobre elementos engajados neste esquema de segurança, chegando a nomes de todo o país, sendo grande parte deles pessoas relacionadas aos CBAs.

Na cidade de Curitiba, os líderes dessa estratégia interestadual eram Narciso Pires, que no documento era tido como presidente do CPA, porém sua gestão já havia terminado, além de outros quatro militantes ligados ao mesmo comitê: Maurício Requião, Marco Antônio Silveira Mello e Ivo Augusto de Abreu Pugnaroni. O estratagema era bastante engenhoso. Divulgava-se por meio da imprensa e/ou órgão de segurança sobre o evento em questão, cujos participantes eram previamente conhecidos e já estavam de sobreaviso. Na ocasião, identificava-se aqueles que não eram conhecidos do movimento, em seguida ocorria a abordagem e estes eram identificados e fotografados. Por fim, o relatório conclui que a ação de esquema de segurança dos estudantes possuía dois objetivos: i) levar os órgãos de informações e/ou seus agentes ao descrédito; ii) neutralizar as ações destes agentes identificados, prejudicando a eficiência destes órgãos.⁸¹⁸

A estratégia de identificar os espões pareceu dar alguns frutos. Em um informe da DOPS, escrito no dia 10 de agosto de 1979, Gilberto C. Da Silva, investigador criminal e Sérgio Smaniotto, agente de segurança, informam que foram ao DASCISA para uma reunião “não sendo possível participar da mesma, por motivo dos elementos que estavam participando nos conhecerem, e já fomos retirados para fora daquele salão em reunião anterior”.⁸¹⁹ Porém, mesmo sendo expulsos, puderam reconhecer e registrar a presença dos seguintes elementos: Moacir Reis Ferraz, Narciso Pires e Tohoru Watari.

É interessante pensar que no momento em que a abertura política parecia algo inexorável, a paranoia da comunidade de informações seguia a todo vapor. Nesse ínterim,

⁸¹⁷ CENTRO DE INFORMAÇÕES DA MARINHA. Identificação de agentes do Serviço de Informações. Disponível em:

http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/BR_DFANBSB_V8/MIC/GNC/AAA/81015068/BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_AAA_81015068_d0001de0001.pdf Acesso em: 6 mar. 2025.

⁸¹⁸ Idem.

⁸¹⁹ DEAP/DOPS. **Comitê Brasileiro Pela Anistia**. Dossiê 261e. pasta 28

organizações estudantis que haviam sido pulverizadas pelo Decreto 477 começavam a retornar ao caminho da legalidade.

5.3 A VOLTA DOS QUE NÃO FORAM: A RECONSTRUÇÃO DO MOVIMENTO ESTUDANTIL DE OPOSIÇÃO À DITADURA

Já se discutiu aqui que a oposição à ditadura, embora tenha arrefecido durante os anos de chumbo, não foi nula. Houve um redimensionamento no escopo de atuação, porém, as opções de enfrentamento ao regime iam crescendo na mesma proporção em que se intensificavam os clamores pela abertura democrática, e pelo derretimento do “milagre econômico”. Nesse ínterim, parte da reorganização estudantil na UFPR passava pelo ressurgimento do DCE. Uma figura central nesse processo, foi Marlene Zanin. Oriunda de Santa Catarina, já possuía na família a inclinação política. Seu pai havia sido vereador, porém sua orientação política era contrária à dos donos da loja em que ela trabalhava, o que ocasionou em sua demissão, mesmo que ela não entendesse muito bem o que se passava à época.⁸²⁰

Chegando a Curitiba em 1974, Marlene entrou na UFPR no curso de Geografia, onde passou a fazer parte da reorganização do DCE. De acordo com seu relato, os estudantes eram abordados nos corredores da universidade e convidados a participar do movimento estudantil de contestação à ditadura, o que mostra que já havia um alívio na repressão mais exacerbada na instituição, apesar de haver a espionagem da AESI. Esses convites partiam de alguns líderes estudantis que já haviam sido presos, além de muitos estarem ligados a partidos clandestinos. Marlene atribui a estas figuras o recomeço de um movimento mais robusto. Nessa época, a vida estudantil passava por uma reorganização, com a volta da UPE, dos centros acadêmicos e de ações mais engajadas. A participação da líder estudantil rendeu o engajamento político, sendo que ela se lançou como candidata a vereadora pela legenda, seguindo a estratégia de oposição moderada do MR-8, conseguindo se eleger.⁸²¹ De acordo com sua narrativa, após assumir o mandato, recebeu cartas com ameaças feitas pelo CCC, inclusive em uma reunião em que participou no Colégio Estadual do Paraná, teve seu carro pichado pela organização terrorista, com

⁸²⁰ ZANIN, Marlene. **Depoimentos para a História (vídeo)**. 02:00-03:05. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=yyabXrIFfx0&t=238s> Acesso em: 15 fev. 2025.

⁸²¹ Zanin, Op. Cit.

caveiras desenhadas.⁸²² O *modus operandi* descrito por Marlene é bastante condizente com ações desencadeadas pelos terroristas. Em sua narrativa, ela traz uma informação importante, que não foi possível encontrar em nenhuma documentação: durante uma ação na Reitoria da UFPR, os estudantes invadiram uma sala que seria a do representante do SNI na instituição. Talvez Marlene esteja se referindo à AESI, porém, não menciona qual seria essa sala, nem onde ficava especificamente. A entrada de Marlene no movimento estudantil de contestação à ditadura é marcada por algumas novidades. Foi o tempo de reorganização do movimento, de abertura não somente política, mas de novos ideais e valores. Durante a década de 1960, havia várias discussões sobre como poderia se dar a participação de mulheres nessa esfera, sendo que, muitas vezes, elas eram relegadas a cargos ou funções secundárias. Já nessa fase, no início da década de 1980, a participação feminina em cargos de destaque é mais frequente, tanto que a estudante foi presidente de seu diretório acadêmico e vice-presidente do DCE.

Além de Marlene, outros discentes dessa nova geração se destacam. Jorge Manika entrou na instituição em 1978 para cursar Engenharia Civil e, no ano seguinte, Matemática, levando os dois cursos simultaneamente. Jorge conta que foi convidado a participar do movimento por meio dos diretórios acadêmicos. Como os centros acadêmicos ainda estavam proibidos de funcionar, os diretórios abarcavam vários cursos, sendo que o seu contemplava os cursos de Geografia, Geologia, Arquitetura e mais cinco Engenharias. Jorge relata que nem só de concordância a vida estudantil era feita: “comecei a sentir na própria pele aquilo que hoje se diz que não existe mais, mas que existe de forma velada, que é esse eterno conflito de quem é de direita e quem é de esquerda”.⁸²³ Sobre essa fala de Jorge, é preciso fazer uma ressalva. Pode parecer estranho, no ano de 2025, ouvir que essa divisão política é “velada”, pois a polarização deixa isso bastante evidente. Porém, sua narrativa faz parte do projeto *Depoimentos para a História*, gravado entre 2012 e 2013. Nessa época, a polarização ainda não estava tão latente, de forma que a direita ainda não havia capitaneado as manifestações de massa da maneira como tem feito nos últimos anos.

O militante fazia parte de um diretório acadêmico que nem sempre é citado. O órgão era conhecido pelo nome de Diretório Acadêmico do Setor de Tecnologia (DAST). Sua trajetória estudantil começou no movimento pelo DCE Livre da UFPR, em que os

⁸²² Idem.

⁸²³ MANIKA, Jorge. **Depoimentos para a História** (vídeo). 12:12-12:24. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=tcXLFDAcJt0&t=662s> Acesso em: 25 fev. 2025.

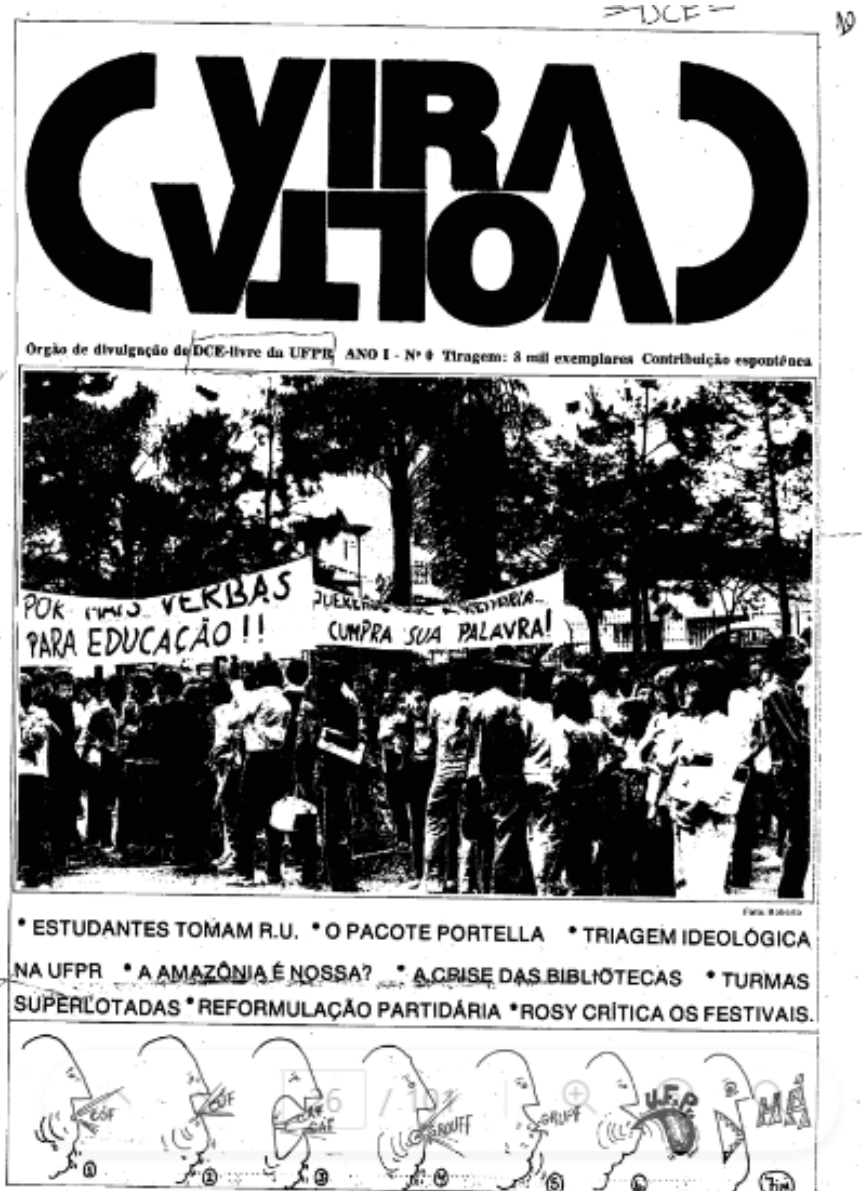
estudantes marcaram um plebiscito para a ativação do órgão em abril de 1979. A entidade estava oficialmente inativa, pois havia sido invadida pelas forças de repressão em 1969 e tido seu prédio ocupado pelas forças da repressão. Em 1979 a organização lutava para sua volta à legalidade. Nesse sentido, o movimento passou a atuar na reconstrução do órgão. Na pasta da DOPS intitulada *DCE livre da UFPR*,⁸²⁴ há um jornal da entidade, falando sobre a reorganização e a participação do 34º Congresso da UNE, que iria ocorrer em Piracicaba. A matéria contém um erro de digitação. Fala que o DCE foi reaberto em 1969, depois de anos de repressão, porém é bastante documentado que sua abertura só aconteceu dez anos depois, em 1979.⁸²⁵ Longe de ficar preso ao passado, o editorial chamava a atenção para a necessidade de se compreender os novos tempos, pois as demandas estudantis e sociais haviam mudado. Evidenciando que as aspirações discentes, de luta de classes e de defesa da democracia deveriam vir em consonância com os anseios culturais, constatavam um paradoxo do modelo atual: “nossas entidades, que deveriam defender nossos interesses, não interessam aos estudantes”.⁸²⁶ A discussão sobre a necessidade de lutas que atendessem a essa nova realidade fazia-se imperativa. Nesse sentido, Jorge faz uma ressalva: a nomenclatura “DCE Livre” é muito importante, porque a administração era desvinculada da burocracia universitária, portanto não era reconhecido pela reitoria. Para essa primeira eleição, havia duas chapas na disputa. De um lado a “Vira Volta” encabeçada por Jorge. Do outro, a chapa denominada “Refazendo”, liderada por Vilson Pianegonda. Feita a apuração dos votos, a primeira chapa sagrou-se vitoriosa. No mesmo ano, passaram a emitir um jornal homônimo, com tiragem de 8 mil exemplares.

⁸²⁴ DEAP/DOPS. *DCE Livre da Universidade Federal do Paraná*. Dossiê 747, caixa 84.

⁸²⁵ *Idem*.

⁸²⁶ *Ibid*.

FIGURA 27: Capa do jornal *Vira Volta*, do DCE Livre



FONTE: DEAP/DOPS. DCE Livre da Universidade Federal do Paraná. Dossiê 747, caixa 84.

A capa do jornal traz algumas manchetes que são importantes para o contexto da época. O Restaurante Universitário (RU) da Reitoria passava por uma grave crise. Antes desse episódio em específico, houve outros embates, pois, nessa época, o RU da UFPR era mantido com dinheiro do Diretório Acadêmico do setor de Ciências da Saúde (DASCISA), o que ocasionava vários problemas financeiros. Já no início de 1979, vários restaurantes tiveram que fechar as portas e, após rugas entre estudantes e reitor, este havia se comprometido a passar para a universidade a administração dos RUs. Porém, ao longo do ano, as promessas foram se esvaziando e o problema voltou a aparecer, culminando em um protesto massivo no dia 13 de novembro do mesmo ano, intitulado

“Dia da Fome”.⁸²⁷ O movimento dos estudantes começou no pátio da Reitoria da universidade e se estendeu até o RU. Com relação à adesão, os números divergem. De acordo com o jornal *Correio de Notícias*,⁸²⁸ o protesto contou com um contingente de 300 estudantes. Já o jornal do DCE Livre traz uma estimativa um pouco mais inflada: cerca de 500 jovens teriam participado do ato. O jornal noticiava que aos gritos de “menos repressão, mais feijão”, os estudantes haviam saído pela rua XV de Novembro, dobrando a Dr. Faivre e terminado na rua Amintas de Barros, adentrando o RU e surpreendendo os funcionários do local. Em seguida, discursos inflamados foram realizados pelas lideranças estudantis. O primeiro a discursar foi Carlos Alberto Gonzaga, do recém-criado DCE Livre. O estudante chamava a atenção para a necessidade de uma mobilização permanente.⁸²⁹ Na sequência, pediu a palavra Ercy Filho, presidente do DASCISA, que questionava: “por que o restaurante universitário é mantido pelos estudantes, uma vez que o diretório é um órgão da própria Reitoria?” Como se tratava de uma pergunta retórica, o próprio Ercy dava a resposta:

O RU está nas mãos dos estudantes, porque é necessário para o governo, que os estudantes não discutam questões essenciais como a autarquização das universidades públicas preconizada pelo ministro Eduardo Portela, para que os estudantes não discutam a defasagem de seus currículos. O único lugar no Brasil em que os estudantes administram restaurantes universitários é aqui em Curitiba.⁸³⁰

Ainda de acordo com o *Correio de Notícias*, em manchete que também foi divulgada pelo jornal do DCE Livre da UFPR, houve várias discussões sobre o que fazer a seguir. Como o evento era denominado “Dia da Fome”, decidiu-se que o local seria ocupado até o encerramento do expediente, às 20:30 e que nenhum estudante faria refeição no local.

⁸²⁷ Idem.

⁸²⁸ Mais verbas para a educação. *Correio de Notícias*. 18 nov. 1979. Disponível em: http://memoria.bn.gov.br/DocReader/325538_00/14229 Acesso em: 28 fev. 2025.

⁸²⁹ Idem.

⁸³⁰ Ibid.

FIGURA 28: Protesto no RU da UFPR



FONTE: Jornal *Correio de Notícias*.⁸³¹

O protesto dos estudantes parece ter surtido efeito. No dia 28 de fevereiro de 1980, a UFPR emitiu um comunicado intitulado “reitoria assume restaurantes universitários”, fazendo um retrospecto das ações tomadas pela instituição nos últimos meses.⁸³² O documento destacava que em 11 de dezembro de 1979, “após sucessivas reuniões” com Marco Antônio Cavalcanti da Rocha, diretor adjunto do Departamento de Assuntos estudantis (DAE) do MEC, foram estabelecidas as bases para o problema do funcionamento dos restaurantes universitários. O comunicado falava sobre as adaptações dos locais para funcionamento, após um estudo sobre as necessidades mais urgentes. Nos dias 26 e 27 de fevereiro de 1980, o reitor Ocyron Cunha manteve contato com o MEC juntamente com os estudantes Enori Barbieri, presidente do Diretório Acadêmico do Setor de Ciências Agrárias (DASCA), Ercy José Soar Filho, presidente do Diretório Acadêmico do Setor de Ciências da Saúde (DASCISA), Ademir Severino Alves, presidente do Diretório Acadêmico Visconde de Mauá (DAVM), Maria Cristina Wolff de

⁸³¹ Ibid.

⁸³² DEAP/DOPS. **Universidade Federal do Paraná – A.E.S.I. 1972-1973-1974-1975-1976-1977-1978-1979.** Dossiê 2357. Caixa 269.

Carvalho, presidente do Diretório Acadêmico do Setor de Tecnologia (DAST), Jorge Bostelmann, presidente do Diretório Acadêmico Rocha Pombo (DARP). A seguir, apresentava promessas conseguidas com o MEC para liberação de verbas, inclusive para os diretórios acadêmicos supracitados, além de licitações para reparação das instalações dos RUs, além da aquisição de novos equipamentos e utensílios.⁸³³ É importante notar que antes da tomada do RU da Reitoria, havia uma reclamação generalizada de que o reitor ignorava solenemente as reivindicações dos estudantes. Após o “Dia da Fome” e, sobretudo, a repercussão que ação tomou, a postura do mandatário passou a ser de trazê-los para seu guarda-chuva, em mais um processo de acomodação.

No jornal do DCE, depois da notícia sobre a ocupação do RU, há uma menção à Associação dos Professores da UFPR, em que denunciavam que o órgão vinha sendo, nos últimos anos, “controlado por pelegos de todos os matizes”, sobretudo na gestão do professor Danilo Cortes, que seria um “dedo duro”. Porém a nova gestão passava a ser elogiada pelos alunos. O que surpreende, é que o novo presidente era alguém conhecido do movimento estudantil de contestação à ditadura, sobretudo, daqueles de 1968: trata-se do professor Constantino Comninos, aquele mesmo que havia dificultado a trajetória de Judite Maria Barboza Trindade após sua prisão no Ahú, alegando que não passaria nenhum subversivo. Admiravelmente, ele era visto pelos estudantes, nessa nova conjuntura, como alguém que havia resolvido democratizar a entidade. A nota terminava com a estima dos alunos: “nosso apoio ao professor Constantino e o desejo de que não lhe falem forças para enfrentar os que estão sempre dispostos a impedir o exercício da democracia”.⁸³⁴

Com relação ao DCE Livre, no ano seguinte, novas eleições foram disputadas, com uma concorrência acirrada. Em um informe do SNI, de classificação A-2 (portanto, de alta confiabilidade), era relatado o estado das eleições para o biênio 1980-81.⁸³⁵ O documento dava conta da realização do pleito que havia ocorrido entre os dias 14 e 15 do mês de maio, cuja chapa vencedora era a denominada “Pés no Chão” “composta, em sua maioria, por neófitos do movimento estudantil, apesar de dotados de bons conhecimentos

⁸³³ Idem.

⁸³⁴ DEAP/DOPS. DCE Livre da UFPR, Op. Cit.

⁸³⁵ DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL. Superintendência Regional do Estado do Paraná. Serviço Nacional de Informações. Informe nº 0423/80-SI/SP/DPF/PR. Disponível em: http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/br_dfanbsb_zd/br_dfanbsb_zd_0/br_dfanbsb_zd_0_0/br_dfanbsb_zd_0_0_0009a/br_dfanbsb_zd_0_0_0009a_0079/br_dfanbsb_zd_0_0_0009a_0079_d0001.pdf Acesso em: 27 fev. 2025.

com relação à política estudantil”.⁸³⁶ Dentre os pontos defendidos pela chapa, destacavam-se a luta pela organização de manifestação, democratização da universidade e o fim da ASI⁸³⁷ da instituição. Na chapa de oposição, que amargou a derrota das eleições, encontravam-se membros da gestão anterior, tais como Marlene Zanin e Jorge Manika. Sua chapa se chamava “Todos no DCE”. Conforme observação do informe, esta chapa “propunha-se a dar continuidade aos trabalhos, iniciados pela atual diretoria do DCE, o que não foi bem aceito pelos estudantes, uma vez que a presente gestão não tem sido bem sucedida, conseguindo apenas ganhar a questão referente aos restaurantes universitários”.⁸³⁸ É muito importante esse cruzamento de fontes, pois nas narrativas gravadas em vídeo, tanto Jorge Manika quanto Marlene Zanin não veem seus trabalhos dessa forma, ou pelo menos não explicitam essas críticas, procurando passar uma imagem mais favorável de sua gestão. Porém, um documento feito pelo próprio grupo e devidamente arquivado na pasta do SNI, mostra que, se por um lado celebravam as conquistas nesse curto período de existência, por outro, reconheciam equívocos. Dentre estes, admitiam que ainda era preciso reconhecer o escopo de atuação “não como uma entidade mais dos estudantes, mas justamente como aquele veículo que viabilizará a coordenação do trabalho das entidades em toda a universidade”.⁸³⁹ Já a chapa da oposição, vitoriosa neste pleito, lançava em seu manifesto uma pergunta: “por que somos oposição à atual diretoria do DCE?”, apontando uma série de problemas da gestão anterior, tais como a falha em conseguir uma sede para o funcionamento do DCE, além de fazerem da entidade “um simples casulo seu, sem ter conseguido durante um ano abrir algum canal de participação do conjunto dos estudantes, nem conseguiu aproximar as entidades da base”.⁸⁴⁰ O nome “Pés no Chão” era bastante providencial, pois ao invés de prometerem coisas mirabolantes, afirmavam que construiriam o DCE pelas bases.

Apesar dos constantes embates a que os estudantes estavam expostos, havia espaço para diversão. O anúncio de um show que acontecera na reitoria mostrava o sincretismo entre o Rock n’ Roll e ritmos brasileiros com a banda “Coro dos Espantalhos”:

⁸³⁶ Idem.

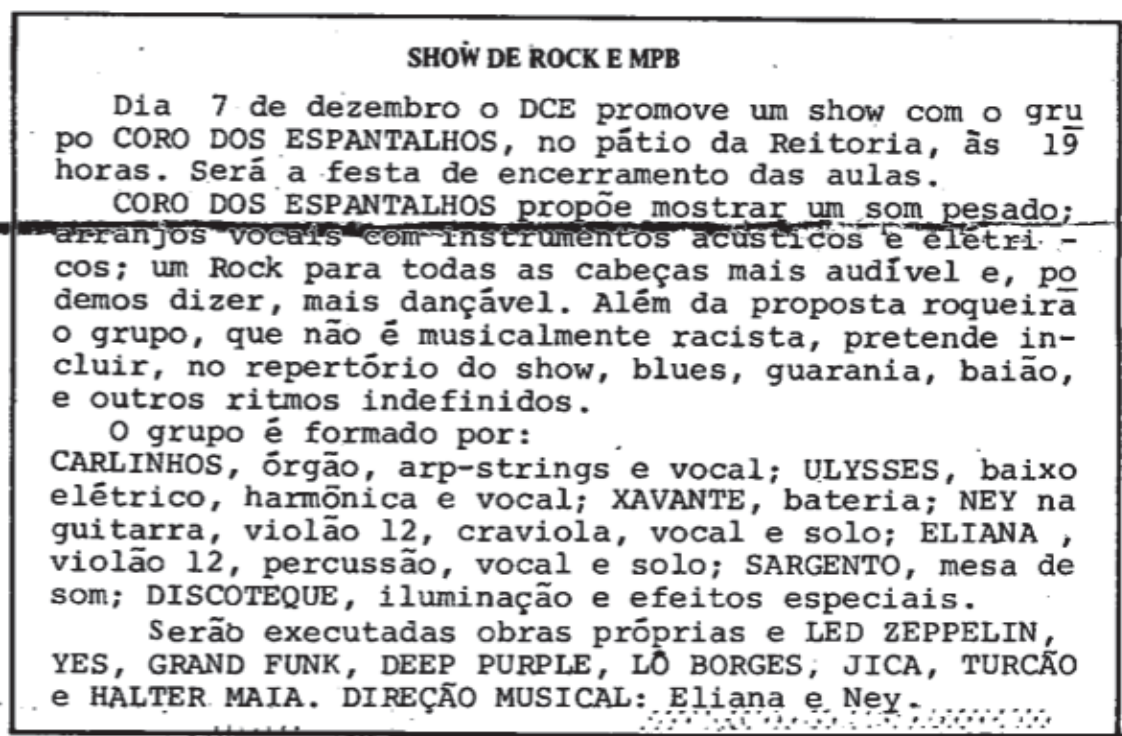
⁸³⁷ Em alguns documentos aparece a sigla AESI. Em outros, ASI.

⁸³⁸ Ibid.

⁸³⁹ Ibid.

⁸⁴⁰ Ibid.

FIGURA 29: Anúncio do show eclético do “Coro dos Espantalhos” no pátio da Reitoria da UFPR.



FONTE: DEAP/DOPS. DCE Livre da Universidade Federal do Paraná. Dossiê 747, caixa 84.

Infelizmente não foi encontrada outra fonte ou informação a respeito da respectiva banda, nem se eles continuaram a tocar “ritmos indefinidos”. Essa miscelânea de elementos oriundos de bandas de rock consideradas pesadas para a época, juntamente com elementos brasileiros, além da ênfase em uma proposta roqueira que “não é musicalmente racista”, mostra a preocupação com tendências internacionais, juntamente com elementos que se tornaram clássicos da música brasileira, além de um engajamento intelectual. Por fim, é cômico notar que, em plena época de ditadura e luta pelas liberdades democráticas, o responsável pela mesa de som possuía o pseudônimo de “sargento”.

Ainda sobre o jornal do DCE Livre, dois assuntos merecem atenção especial pela proporção que tomaram à época perante a comunidade universitária: o “Pacote Portella” e a “triagem ideológica”. A seguir, serão discutidos esses dois temas que abalaram a rotina acadêmica na reta final da abertura política, além do retorno da UNE e da UPE.

5.3.1. O Pacote Portella e a reação discente e docente

Seguindo a análise do periódico do DCE Livre, havia uma menção ao chamado “Pacote Portella”. Para entender o pacote e as críticas em relação a ela, faz-se necessário um breve recuo para conhecer um pouco da mente por trás destas políticas. Eduardo Portella era um intelectual e professor universitário, tendo iniciado a carreira docente na Faculdade de Letras da Universidade Central de Madri. A seguir, foi para a Universidade Federal de Pernambuco, e por fim, para a Faculdade de Letras da Universidade Federal do Rio de Janeiro, até conquistar o título de Professor Emérito.⁸⁴¹ Portella também era pesquisador nível 1 do CNPq, membro da Academia Brasileira de Educação e editor da Revista Tempo Brasileiro e membro da Academia Brasileira de Letras. Com esse currículo, o intelectual foi alçado ao cargo de ministro da Educação no governo Figueiredo, em 1979, em um movimento que deixou muitas pessoas atônitas, pois ele não possuía o perfil de tecnocrata, tampouco era alinhado com o regime como aqueles mais aguerridos.

Dos três anteprojetos do chamado “Pacote Portella”, é importante entender os principais pontos que as universidades discordavam do ministro. O primeiro deles, era relativo à mudança na escolha de reitores nas universidades. De acordo com a Lei nº 5.540/68, já discutida anteriormente, os reitores seriam escolhidos pelo Conselho Universitário em uma lista sêxtupla, a qual seria remetida para apreciação do presidente da República. Com a medida de Portella, a escolha era reduzida a três nomes, o que provocou irritação na comunidade docente.⁸⁴² O anteprojeto foi retirado de discussão, enquanto as ações do governo em relação à expansão da democracia e da autonomia universitária começaram a seguir na direção contrária. Isso ficou evidente com a tramitação e a aprovação automática da Lei nº 6.733/79,⁸⁴³ que concedia ao presidente da República a prerrogativa de escolher reitores, vice-reitores e membros dos conselhos diretores das fundações universitárias. O Decreto nº 84.716/80, que regulamentava essa

⁸⁴¹ Perfil biográfico de Eduardo Portella. **Academia Brasileira de Letras**. Disponível em: <https://www.academia.org.br/academicos/eduardo-portella/biografia> Acesso em: 28 fev. 2025.

⁸⁴² FERREIRA, Márcia Ondina Vieira. **Política educacional para o Ensino Superior: o “pacote Portella”**. INEP, 1995. Disponível em: <https://rbep.inep.gov.br/ojs3/index.php/relatos/article/view/4066/3612> Acesso em: 4 mar. 2025.

⁸⁴³ BRASIL. Lei nº 6.733, de 4 de dezembro de 1979. Dispõe sobre a nomeação dos dirigentes das fundações instituídas ou mantidas pela União. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1970-1979/l6733.htm#:~:text=LEI%20N%C2%BA%206.733%2C%20DE%204%20DE%20DEZEMBRO%20DE%201979.&text=Disp%C3%B5e%20sobre%20a%20nomea%C3%A7%C3%A3o%20dos,institu%C3%ADdas%20ou%20mantidas%20pela%20Uni%C3%A3o. Acesso em: 4 mar. 2025.

lei, foi assinado pelo presidente Figueiredo e também por Eduardo Portella, reforçando o controle sobre as instituições de ensino superior. Havia também em discussão, o projeto sobre as Autarquias de Regime Especial. Estas já eram previstas pela Lei nº 5.540/68, que desse então previa esse tipo de autarquias. Nesse sentido, desde os anos 1970 existiam estudos acerca desta temática.⁸⁴⁴ O anteprojeto apresentado pelo MEC buscava definir essas autarquias de regime especial, objetivando diferenciá-las das autarquias comuns, podendo oferecer às Instituições Federais Autárquicas de Regime Especial maior autonomia. O texto do anteprojeto de lei dava autonomia administrativa, possibilitando a cada instituição selecionar seu quadro de funcionários, estruturar a carreira e os níveis de remuneração. Também tratava da questão das receitas das universidades, aceitando a recepção de fundos, “qualquer que seja a sua origem ou forma”.⁸⁴⁵ A proposta que cada instituição fizesse seu plano de carreira representou um momento de crise para o ministro que, mediante protestos e greves da comunidade acadêmica, renunciou a seguir.

O jornal do DCE Livre, já analisado aqui, também trouxe uma matéria a respeito do “Pacote Portella”. Em uma entrevista para a chapa ViraVolta, os representantes da entidade faziam a seguinte reflexão:

Por autonomia financeira, o MEC entende o ‘direito’ (entre aspas) das Universidades de se virarem para conseguirem seus próprios recursos. Em outras palavras, a Universidade terá que gerar recursos próprios, atrair investimentos de empresas privadas que estejam eventualmente interessadas em alguma pesquisa, ou na formação de algum técnico, etc. Ou seja, por um lado, o MEC realiza um grande sonho da ditadura – desobrigá-la do custeio da educação. Por outro lado, irá subordinar definitivamente o ensino aos interesses do capital privado. Imagine, por exemplo, quem irá destinar recursos para cursos como Sociologia, História, Filosofia, Pedagogia, enfim, para as ciências humanas? Ou às pesquisas ecológicas que se opõem à destruição da natureza, justamente pelas grandes empresas? Ou às pesquisas energéticas que se oponham aos projetos oficiais de energia nuclear, etc.?

Essa discussão sobre a autonomia financeira das universidades ainda ecoa no presente. Não raras vezes, pessoas ligadas a uma ideologia liberal argumentam que a salvação das universidades públicas seria o aceite de recursos privados. Porém, conforme exposto pelos alunos do DCE à época, os argumentos contrários a essa iniciativa parecem também bastante atuais nas discussões que permeiam a conjuntura política atual.

Apesar da breve passagem de Eduardo Portella pelo Ministério da Educação, foi em sua gestão que os decretos 477 (o “AI-5 dos estudantes”) e o 228 (punição a

⁸⁴⁴ Idem.

⁸⁴⁵ FERREIRA, Márcia Ondina Vieira. 1995, Op. Cit.

professores e funcionários) foram extintos. Procurando passar uma mensagem de avanço da democracia, o ministro, que, de fato, não fazia o perfil da ditadura, apesar de fazer parte do governo, dizia que “o MEC procurou, em todos os instantes, mostrar sua preocupação de não se comprometer com atividades de caráter repressivo”.⁸⁴⁶ A passagem de Portella é bastante sintomática das contradições do regime. Muitas vezes pessoas que não partilhavam dos valores da ditadura eram chamadas para cargos estratégicos.

Se o MEC, durante sua gestão, procurou dialogar com a classe estudantil, sem tato e sucesso, principalmente devido ao “Pacote Portella, o mesmo não podia ser dito de alguns docentes da UFPR, que desafiavam a lógica da abertura política.

5.3.2 A repressão é o motor do processo civilizatório: o professor de Filosofia que defendia a triagem ideológica e a tortura

Se parte dos docentes da UFPR defendiam a ditadura, mesmo quando o regime mostrava claros sinais de esgotamento, tal posição se dava mais no campo das honrarias e homenagens, seja por meio de discursos aduladores, que preconizavam o investimento dos militares em Educação, ou alguma ajuda em específico à universidade. Até mesmo Flávio Suplicy de Lacerda adotava certa cautela ao falar da repressão, sempre justificando essa atitude como último recurso. Ocorre que no setor de Ciências Humanas da universidade, um professor de Filosofia extrapolava todos os limites conhecidos até então ao defender suas posições a favor da ditadura. Cassiano Córdi era chefe do departamento de Filosofia da UFPR. Em uma entrevista para o jornal *Correio de Notícias*,⁸⁴⁷ demonstrou, sem qualquer pudor, posições bastante extremistas para um professor universitário: defendia pena de morte para o chamado “delito político”, justificava a tortura e outros métodos mais extremos como modo de arrancar confissão daqueles que classificava como “criminosos políticos”, além de uma triagem ideológica na UFPR, a fim de afastar docentes que, segundo ele, utilizavam a universidade para fazer proselitismo político.⁸⁴⁸

⁸⁴⁶ Portella diz que ausência de repressão foi ponto alto de seu 1º ano de governo. **Jornal do Brasil**. 15 mar. 1980. Disponível em: http://memoria.bn.gov.br/DocReader/030015_10/46498 Acesso em: 6 mar. 2025.

⁸⁴⁷ Caça às Bruxas na UFP. **Correio de Notícias**. 1 abr. 1980. Disponível em: http://memoria.bn.gov.br/DocReader/325538_01/269 Acesso em: 16 fev.. 2025.

⁸⁴⁸ Idem.

E ameaçou:

‘Serei o primeiro a propor o afastamento destes professores’. E mais: considera necessário que se instaure imediatamente na UFP um inquérito administrativo para investigar a presença na escola de grupos organizados de esquerda ‘que estão provocando um tumulto organizado na universidade’. De acordo com Cassiano Cordi, esses ‘grupos de esquerda’ estão infiltrados em todos os departamentos do Setor de Ciências Humanas, com ramificações nos diretórios acadêmicos e entre os alunos da universidade em geral. Cordi, que ao defender em público a aplicação da tortura como método de interrogatório envolveu inclusive a psicanálise (a repressão é um motor do processo civilizatório), diz que já possui ‘muitas evidências’ para acreditar, inclusive, na existência de ‘patrulhas da esquerda’ a vigiá-lo e a outros ‘professores democratas’. Além disso, o professor acusa alguns de seus colegas do Departamento de Filosofia de membros dos alegados e misteriosos ‘grupos de provocação de esquerda’. A delação é indireta e ele a fez quando disse que se fosse promover uma ‘seleção ideológica’ no departamento de Filosofia ‘estaria sem muitos dos professores contratados para o departamento’. Com isso, Cordi se defendeu da acusação de alguns professores de que já teria feito a ‘seleção ideológica’ no Departamento de Filosofia:

- O departamento dispensou quatro professores porque havia um número de professores superior à carga horária a ser cumprida. havia ociosidade então. Não fiz nenhuma seleção ideológica. Se fizesse...O chefe do Departamento de Filosofia se define ideologicamente como um ‘intelectual católico’ e politicamente como um ‘democrata cristão’ e que, por isso, não aceita ‘doutrinas ateias como o marxismo’ e não admite que usem a democracia para ‘imporem regimes antidemocráticos’. E completa: ‘se esta forma de pensar pode ser definida como de direita, então sou direitista’.⁸⁴⁹

Grande parte do discurso do professor, se fosse lida sem a indicação da fonte e da época em que foi escrita, poderia tranquilamente caber em qualquer pronunciamento da atualidade. Termos como “patrulhas da esquerda”, “proselitismo político” e a ideia de triagem ideológica, ou a definição de “democrata cristão”, bem como os ataques ao marxismo ainda fazem parte do imaginário da direita.

O reitor Ocyron Cunha lavou as mãos sobre as falas do professor de Filosofia. Já no dia seguinte às declarações, foi procurado pela imprensa, e disse que não poderia dar entrevistas, pois estava saindo de uma reunião e estava “com a cabeça que é um balaio”.⁸⁵⁰ Porém, mesmo na pressa, soltou a seguinte declaração: “quem declarou, declarou. É maior, vacinado, que assuma o que disse. Nada tenho a ver com isso”.⁸⁵¹ Outros professores do Departamento de Filosofia denunciavam a atitude autoritária do professor. Em uma matéria no mesmo jornal, do dia 14 de março de 1980, ou seja, antes mesmo das declarações inflamadas de Cordi, professores apontavam suas atitudes polêmicas. Em

⁸⁴⁹ Idem.

⁸⁵⁰ Reitor a Cordi: assumo. **Correio de notícias**. 2 abr. 1980. Disponível em: http://memoria.bn.gov.br/DocReader/325538_01/289. Acesso em: 17 fev. 2025.

⁸⁵¹ Idem.

uma manchete intitulada “Filósofos protestam: estão vivos”⁸⁵², o grupo de docentes argumentava que “quem está agonizando não é a Filosofia, mas o Departamento de Filosofia debaixo do autoritarismo imposto pelo seu chefe, o professor Cassiano Cordi”. De acordo com os docentes Emmanuel José Appel, Maria José Justino, Beatriz Cunali, Suzana Guimarães e Inês Lacerda Araújo, uma resolução da UFPR, oriunda do “Pacote Portella” exigia que os professores auxiliares ministrassem uma carga horária de 20 horas semanais. Os docentes reclamavam que a medida não vinha sendo aplicada em nenhum curso, pois a média até então desenvolvida era de 12 horas semanais. Com a aplicação da nova resolução, os docentes seriam prejudicados em seus aprofundamentos teóricos e em suas pesquisas. O professor Cassiano Cordi, não só aplicou essa carga horária, como se utilizava de regimentos internos para perseguir professores. Em um dos exemplos da atitude antidemocrática de Cordi, acusavam-no de proibir a participação de uma representante estudantis em uma reunião departamental, sob o argumento de que seu nome ainda não havia sido homologado.⁸⁵³ Dessa forma, o professor teria convidado a representante estudantil a se retirar da reunião.⁸⁵⁴ Por fim, os docentes argumentavam que não desejavam paz, já que o conflito de ideias no ambiente acadêmico é estimulante. Porém advertiam: “não podemos é permitir que as pessoas sejam confundidas como subversivas ou contestatórias. Quem não suporta a contradição não deve se meter em Filosofia”.⁸⁵⁵

Na mesma toada dos professores que se posicionaram contra as atitudes autoritárias de Cordi, o DARP enviou um ofício à professora Cecília Maria Westphalen, diretora do Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes da UFPR, exigindo que o docente explicasse suas afirmações prestadas ao *Correio de Notícias*⁸⁵⁶ no dia 1 de abril daquele ano. O diretório acusava o filósofo de criar um clima insustentável devido às suas provocações, advertindo que “se tal clima passa a ocorrer na universidade, a responsabilidade disto é única e exclusivamente de elementos sem ponderação e intolerantes a ele (Cordi) assemelhados”.⁸⁵⁷ É importante notar que, nessa declaração, os alunos admitem que havia elementos “sem ponderação” assemelhados ao professor.

⁸⁵² Filósofos protestam: estão vivos. **Correio de Notícias (PR)**. 14 mar. 1980. Disponível em: http://memoria.bn.gov.br/DocReader/325538_01/51 Acesso em: 16 fev. 2025

⁸⁵³ Idem.

⁸⁵⁴ Idem.

⁸⁵⁵ Idem.

⁸⁵⁶ Diretório repudia triagem ideológica. **Correio de Notícias**. 8 abr. 1980. Disponível em: http://memoria.bn.gov.br/DocReader/325538_01/351 Acesso em: 17 fev. 2025.

⁸⁵⁷ Idem.

Dessa forma, é importante entender que discentes que apoiavam a atitude de Cordi poderiam ser numerosos, mas as fontes sobre esse tópico em específico são muito escassas. Os estudantes que protestavam também repudiavam a afirmação do docente de que haveria infiltração ideológica de elementos de esquerda em todos os escalões na universidade. Argumentavam que lutar por seus direitos ou mesmo desenvolver senso crítico era algo inerente à vida acadêmica. Além disso, “renegar a crítica, a discussão e a própria convivência de ideias contrárias é negar a própria existência da Ciência Filosófica”.⁸⁵⁸ Por fim, os estudantes ponderavam que, perante as circunstâncias apresentadas, “o senhor em questão demonstra não possuir as mínimas aptidões para lecionar Filosofia, quanto mais para assumir chefia de departamento”.⁸⁵⁹ O problema era maior do que os alunos supunham. Ao enviar o ofício à professora Cecília Westphalen, estavam fazendo uma denúncia a uma simpatizante da ditadura, que compactuava com muitas das ideias de Cordi. A alternativa para o impasse parecia distante de uma resolução pela via institucional, permeada de adesistas ao regime.

No dia 6 de abril, o professor escreveu uma coluna no jornal *Correio de Notícias*, fazendo uma autodefesa. Em um texto intitulado “em defesa da universidade democrática”⁸⁶⁰, Cordi faz uma justificação bastante sagaz, dizendo que, tendo em vista os recentes equívocos quanto à sua forma de pensar na universidade, se via obrigado a expressar qual seria a sua visão do que seria uma universidade democrática. Frisava que seu objetivo não era culpar repórteres ou deputados, que desconheciam a complexidade da instituição, mas fixavam suas opiniões acerca desse tema. Sobre o processo de abertura, contemporizava que após “um longo período de vigilância ostensiva, triagens ideológicas e outros meios utilizados pelo regime autoritário”⁸⁶¹, as universidades passavam por um período de conscientização. Em seguida, defende o dissenso, que não seria apenas inevitável, mas “vitalizador da vida universitária”. Também defendia a necessidade de haver consenso. Assim, em um jogo semântico, joga com as duas palavras que seriam a mola propulsora da vida universitária: “dissenso” e “consenso”. Até esse momento, o docente parece adotar uma postura moderada e até mesmo coerente. Todavia, esses argumentos iniciais apenas preparam o terreno para a defesa de posições antiesquerdistas. Cordi passa então a defender que os professores devem se ater aos

⁸⁵⁸ Ibid.

⁸⁵⁹ Ibid.

⁸⁶⁰ Em defesa da universidade democrática. *Correio de Notícias*. 6 abr. 1980. Disponível em: http://memoria.bn.gov.br/docreader/325538_01/334. Acesso em: 18 fev. 2025.

⁸⁶¹ Idem.

planos de ensino aprovados pelos departamentos “que garantem uma objetividade metaideológica.”⁸⁶² É interessante pensar que quando o professor atribui essa palavra à Filosofia trai os pressupostos de sua própria disciplina, pois a Filosofia não é imbuída de elementos exatos e científicos, a não ser em algumas correntes de pensamentos em específico. Continuando sua exposição, argumenta que, como chefe de departamento, se um professor não cumpre com esse seu dever, era a sua obrigação pedir pela demissão dele. A partir desse ponto, sai de cena o docente moderado e entra o Cassiano Córdi que era justamente alvo de denúncias de colegas e alunos:

O perigo, porém, que mais preocupa, é que a universidade brasileira, que acaba de se libertar de uma censura ideológica, caia na imaturidade de um **revanchismo** de censura ideológica de esquerda – muito mais radical que a primeira. Seria então, o nascimento de **patrulhas ideológicas de esquerda**, anti-democráticas, intolerantes a qualquer oposição, seguindo a utopia de evitar o dissenso com a eliminação do adversário. Várias universidades já acusam a presença desse revanchismo. E a nossa universidade está imune? [...] Gostaria de relatar uma sequência de acontecimentos que me orientam nesta suposição. Pode ser que eu seja o primeiro a sofrer perseguição de censura da esquerda pelo fato de ser membro atuante da CONVIVIO – Sociedade Brasileira de Cultura.⁸⁶³ Já realizei conferências para esta sociedade nas principais cidades brasileiras. **A mensagem divulgada é a de que o cristianismo fundamenta a visão correta de democracia pela filosofia personalista e o marxismo é a morte do homem pelo seu totalitarismo e ateísmo.** Em 1978, participei na UFP,⁸⁶⁴ de um debate, onde levantei certos problemas éticos relativos à tortura, para o conferencista opinar: isso foi suficiente para que se espalhasse o boato de que era a favor da tortura, da pena de morte, da repressão psicanalítica. E depois de dois anos, a mentira aparece nos jornais. [...] **panfletos com acusações humilhantes de fascistas**, foram dirigidos às autoridades universitárias. Mas o caso que mais me revoltou foi a acusação de ter expulso (sic) a representante do corpo discente de uma reunião departamental. Isso, além de motivar enormes cartazes ofensivos foi a causa do pedido de abertura de inquérito contra a minha pessoa. Pela forma organizada de perseguição que estou sendo alvo, **faço publicamente a advertência sobre a infiltração esquerdista na U.F.P.**, com mentiras sendo vinculadas para conturbar o ambiente universitário e com o surgimento de **patrulhas ideológicas**. Se isso se concretizar a nossa universidade está à beira de um novo e mais perigoso totalitarismo. (Grifos meus)⁸⁶⁵

Córdi se utiliza de uma retórica que inicia com um verniz democrático e moderado, porém, ao longo do artigo, demonstra sua posição de intolerância com o dissenso que ele mesmo diz defender. Alguns chavões são utilizados pela extrema-direita na atualidade, tais como “patrulha ideológica” “totalitarismo de esquerda”. Inclusive

⁸⁶² Uma ideologia que se apresenta de forma científica ou matemática.

⁸⁶³ Foi uma sociedade fundada por Adolpho Crippa, também membro fundador da Academia Brasileira de Filosofia. Cassiano Córdi também foi um dos membros fundadores da Academia. Para mais informações, acessar: <https://www.academia-de-filosofia.org.br/membros-fundadores>. Acesso em: 18 fev. 2025.

⁸⁶⁴ A universidade ainda não possuía a sigla UFP.

⁸⁶⁵ Correio de Notícias, Op. Cit.

chama de fascistas aqueles que protestavam contra suas ações. Sua posição de defender o cristianismo em detrimento do marxismo faz sentido, dada a sua trajetória acadêmica. Além da Filosofia, o professor possuía graduação e mestrado em Teologia.⁸⁶⁶

Menos de um ano após aquelas primeiras declarações inflamadas, Cordi parecia adotar um discurso bastante distinto daquele que causou furor na universidade. Entre os dias 20 e 22 de novembro de 1981, o departamento de Educação, do Setor de Letras e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), promoveu um curso intitulado “Democracia e Participação”, com uma série de palestras de professores ilustres, de várias universidades. Dentre os protagonistas estava o protagonista desta seção, cujo tema central girou em torno do tema “participação”. De maneira surpreendente, o docente classificou esse tema como “a lacuna mais grave da sociedade brasileira na atualidade, facilmente constatável na pouca representatividade dos movimentos reivindicatórios que surgem nessa fase tão delicada da abertura política”.⁸⁶⁷ O professor, que defendia abertamente a tortura, passava a contemporizar até mesmo o papel da universidade, em que ele mesmo defendia uma triagem ideológica: “o papel da universidade é imprescindível para a formação de lideranças, captando os problemas da comunidade e viabilizando uma solução, a partir de uma conscientização sistemática”⁸⁶⁸. Conforme noticia o jornal, “para ele, a essência do ideal democrático é o respeito a pluralidade, caminhando para uma sociedade mais humana”⁸⁶⁹. Essa última parte do discurso do professor pode ter sido marcada por uma ambiguidade. Sua noção de pluralidade, pode se referir a defender valores da ditadura, por exemplo, pois uma das características do discurso da extrema-direita é a defesa do que se chama “liberdade de expressão”, mesmo que esta configure crime.

⁸⁶⁶ De acordo com a plataforma Lattes, Cassiano Cordi possuía graduação em Filosofia pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná(1968), graduação em Teologia pela Sthudium Theoligicum(1969), mestrado em Teologia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (1985), mestrado em Filosofia pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo(1980), doutorado em Filosofia pela Universidade Gama Filho(1986) e pós-doutorado pela Università Degli Studi Di Trieste (1992). Era adjunto IV da Universidade Federal do Paraná. Atuando principalmente nos seguintes temas: Tradicionalismo, Tradicionalismo Brasileiro, Revista Ordem. Não há muitas informações sobre o professor disponíveis na internet. Em uma página do Facebook, do Circolo Giuliani di Curitiba, há uma nota fazendo uma alusão ao dia 04 de dezembro de 2011 em que se completariam 4 anos do falecimento de Cordi. Disponível em: https://www.facebook.com/photo.php?fbid=263291383719948&id=244326208949799&set=a.244344328947987&locale=pt_BR Acesso em: 18 fev. 2025.

⁸⁶⁷ Universidade de PG Discute democracia. **Diário do Paraná**, 29 nov. 1981. Disponível em: <http://memoria.bn.gov.br/DocReader/761672/149472> Acesso em: 16 fev. 2025.

⁸⁶⁸ Idem.

⁸⁶⁹ Ibid.

Se o filósofo polêmico da UFPR ameaçava com a “triagem ideológica”, alguns docentes foram vítimas, de fato, desta prática.

5.3.3 Triagem ideológica? Professores com contrato em risco

Se o professor Cassiano Cordi propunha uma espécie de triagem ideológica para elementos esquerdistas na docência da UFPR, alguns alunos entendiam que esta prática já vinha acontecendo. O jornal do DCE Livre da UFPR denunciava dois casos no setor de Ciências Humanas.⁸⁷⁰ Um dos cassados foi o professor Adherbal Fortes de Sá, jornalista, que “com seu espírito crítico não conquistou muitos amigos na administração da UFPR.”⁸⁷¹ O docente já ministrava aulas, quando foi surpreendido pela notícia de que ele havia se inscrito no concurso com minutos de atraso, o que inviabilizaria sua contratação. Após noticiar o fato, a reportagem traz uma ressalva: “mas Adherbal teve sorte. Quando seu processo chegou ao Conselho de Ensino e Pesquisa chamou a atenção de representantes estudantis, que denunciaram a falcatura e conseguiram a sua contratação”.⁸⁷² Já o professor Maurício Requião não teve a mesma sorte. Licenciado em Psicologia, fez concurso para professor colaborador, tendo sido aprovado e ministrado aulas desde o início do semestre de 1979. A notícia, de novembro, dava conta de que o professor ainda não havia recebido nenhum pagamento, e que havia sido movido um processo da assessoria jurídica da universidade que argumentava que era proibido ser docente e aluno da universidade ao mesmo tempo. Maurício Requião ainda fazia parte do DARP e do DCE, mas já havia se formado, porém havia casos semelhantes na universidade. Sua trajetória política se deu quase por inércia, pois sua família tem uma longa tradição nesse meio. Além do pai e do avô, seu irmão mais velho, Roberto Requião, era bastante ativo no movimento estudantil de oposição à ditadura, sendo que, nesta época, já atuava no PMDB. Maurício entrou na UFPR como estudante de Psicologia em 1974, fazendo parte do DARP e participando da reestruturação do diretório, em uma época em que se pretendia fazer uma oposição mais contundente à ditadura.⁸⁷³ Porém, nessa eleição, da qual Maurício não lembra exatamente a data, ocorreu uma situação pitoresca: a chapa vencedora, mais ligada à esquerda, teria apoiado um candidato que era

⁸⁷⁰ DEAP/DOPS. DCE Livre Op. Cit.

⁸⁷¹ Idem.

⁸⁷² *ibid.*

⁸⁷³ OLIVEIRA;SAHD; CALCIOLARI, Op. Cit, p. 280.

um sargento do exército, o que se mostrou contraproducente ao longo da gestão, de modo que o próprio grupo que o apoiava rompeu com ele, o que ocasionou em sua renúncia. Logo a sua saída, foi acusado de ter roubado do diretório a única máquina IBM com esfera elétrica. De acordo com Maurício, ele nunca mais foi visto na universidade, o que levanta algumas suspeitas de infiltração das forças de segurança.⁸⁷⁴ A cronologia dos acontecimentos sugere que foi na eleição de 1974 que a situação ocorreu, porém, curiosamente, não há nenhuma documentação na pasta da DOPS do DARP referente a esse ano. Para entender o incômodo da universidade em ter um docente fazendo parte do diretório, é importante entender que este órgão era uma espécie de núcleo que congregava vários segmentos além do movimento estudantil de oposição à ditadura, por isso a aversão da instituição.

Com relação a seu processo de docência na universidade, Maurício Requião afirma que assim que pegou seu diploma, se inscreveu em um processo seletivo para a universidade e começou a ministrar aulas. Porém, passados alguns meses, se dirigiu à reitoria para saber qual seria o motivo de ainda não ter recebido nenhum salário, descobrindo que havia um processo aberto contra ele, em que o reitor, Ocyron Cunha, a professora Cecília Westphalen e outros docentes, associados à ASI, haviam encontrado uma maneira de impedir a sua contratação. Requião pondera sobre a gestão de Ocyron, afirmando que na época da posse, os alunos tinham esperança de poder tecer um diálogo com o reitor, porém, ele seria apenas um “capataz da ditadura”, além de ser mais afável na conversa, porém mais eficiente nas medidas de repressão.⁸⁷⁵

Na sequência de sua narrativa, Maurício Requião fala sobre a questão do professor Newton Freire Maia, que teve bastante repercussão à época. Maia era um geneticista de renome, bastante conhecido nos meios científico e acadêmico. Já aposentado, foi contratado pela universidade como professor visitante. Porém, seu passado na militância na esquerda foi alvo de investigação na instituição. Nesse sentido, um documento do SNI, de classificação A-I, datado de 18 de março de 1980,⁸⁷⁶ traz uma série de informações interessantes. O informe começa falando da contratação do docente pela instituição em 1978, na condição de “professor visitante”. Já em fevereiro de 1980, seu contrato chegou

⁸⁷⁴ REQUIÃO, Maurício. **Depoimentos para a História** (vídeo). Disponível em:

<https://www.youtube.com/watch?v=TxZFNzqLaOY&t=1528s>. Acesso em: 5 mar. 2025. 28:00 – 34:09

⁸⁷⁵ Idem. 01:10:00 0 01:27:00.

⁸⁷⁶ SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES. Agência Curitiba. Informe nº 0040/116/ACT/80. Contratação de Newton Freire Maia pela Universidade Federal do Paraná. Disponível em: http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/BR_DFANBSB_V8/MIC/GNC/NNN/80000423/BR_DFA_NBSB_V8_MIC_GNC_NNN_80000423_d0001de0001.pdf Acesso em: 6 mar. 2025.

ao fim e não havia sido renovado. A partir desse momento, a imprensa passa a tratar a questão com bastante repercussão. Até mesmo o *Jornal do Brasil*, que havia aderido à ditadura logo no início, veiculou a notícia:

DEMISSÃO NO PARANÁ

Em Curitiba, os 275 alunos de arquitetura da Universidade Federal do Paraná, em greve desde quarta-feira, reafirmaram que só voltam às aulas quando a reitoria readmitir os nove professores colaboradores afastados este ano.

Entre os professores afastados, estão o prefeito Jaime Lerner, e o cientista Newton Freire Maia, com 30 anos de casa e considerado um dos mais importantes geneticistas do país. A alegação para sua dispensa é que esteve ausente da Universidade quatro meses em 1979 e que a criticou com violência numa entrevista a um jornal de Curitiba. O professor Freire Maia acha que sua demissão é fruto de repressão ideológica porque há dois anos votou em chapa da Oposição na representação dos professores titulares do Conselho Universitário. O departamento de Genética apresentou documentos provando que a ausência do professor Freire Maia foi só de 56 dias, e que não foi dele, mas de outro professor, as críticas publicadas na imprensa.

‘FARÁ FALTA’

O vice-reitor Alsedo Leprevost atribuiu a demissão do professor Maia ao diretor do Setor de Ciências Biológicas, Milton Miró Veralha, que também pediu a suspensão do curso de pós-graduação em Genética, reconhecido pelo Conselho Federal de Educação. O pedido foi acatado pela Reitoria. ‘A Reitoria nunca interferiu na contratação de ninguém. os departamentos e setores têm independência de decisão. mas é evidente que não tem conotação ideológica nenhuma’, disse o vice-reitor. ‘Há quem substitua o professor Freire Maia, mas isso não quer dizer que ele não fará falta’.⁸⁷⁷

Mais adiante, a matéria destaca que o professor era autor de oito livros sobre Genética Humana, sendo um deles traduzido para os Estados Unidos. No momento de sua demissão, estava escrevendo mais um, sobre displasias ectodérmicas.⁸⁷⁸ As desculpas pela demissão do professor desafiavam a inteligência de alunos e colegas. Devido ao contrato precarizado a que estes docentes eram submetidos, não haveria qualquer burocracia para readmiti-los, caso a universidade assim o quisesse. De acordo com o documento supracitado do SNI, o reitor, Ocyron Cunha, que se encontrava em Belo Horizonte à época da crise, teria telefonado para o vice-reitor Alsedo Leprevost (descrito como pró-reitor no documento), e avisado que, devido às fortes pressões que estava sofrendo, haveria a possibilidade de ter que recontratar o geneticista.⁸⁷⁹ Essa informação é bastante sintomática sobre a atitude pusilânime do reitor, que, ao mesmo tempo em que

⁸⁷⁷ Professores e alunos estão em greve em quatro Estados. **Jornal do Brasil**. 14 mar. 1980. Disponível em: http://memoria.bn.gov.br/DocReader/030015_10/4523 Acesso em: 6 mar. 2025.

⁸⁷⁸ Idem.

⁸⁷⁹ SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES, Op. Cit.

era subserviente à ditadura, procurava acomodar diferentes correntes ideológicas quando alguma crise se alastrava, como no caso dos RUs, em que tirou proveito da situação para tentar demonstrar que atendia a demanda dos estudantes, sem levar em consideração os protestos massivos.

O informe ainda pontuava que, paralelamente à cobertura jornalística, a imprensa vinha destacando o grande apoio com que o docente contava, destacando-se dentre outros, a Comissão Pontifícia de Justiça e Paz, a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, a Sociedade Paranaense de Sociologia, o Centro Acadêmico Hugo Simas (na verdade, Diretório Acadêmico), Associação Paranaense de Professores e docentes da USP e da UFBA, além de membros do CNPq.⁸⁸⁰ Por fim, uma advertência: “A contratação caso se efetue, virá de encontro (sic) às aspirações de elementos esquerdistas e contestadores, prontuariados nesta ACT, e que tem movido cerrada campanha pela imprensa a favor do professor Freire Maia”.⁸⁸¹

No dia 15 de março, o *Jornal do Brasil* noticiava que três cientistas da SBPC se reuniram com o vice-reitor da UFPR, que decidiu pela manutenção das demissões dos professores.⁸⁸² Os representantes da SBPC nessa reunião eram Eliane Salgado de Azevedo, de Salvador, Moacir Mestriner, de Ribeirão Preto e Henrique Krieger de São Carlos. Já no dia 29 de abril de 1980, o jornal *Correio de Notícias* trazia uma matéria sobre a situação.⁸⁸³ Na ocasião, havia ocorrido uma troca na direção do setor de Ciências Biológicas da UFPR. O novo diretor do setor Milton Giovanoni frustrou as expectativas daqueles que aguardavam a readmissão de Freire Maia, argumentando que tal ação extrapolava seu âmbito de atuação. Dessa forma, a decisão caberia ao COUN. O *timing* não poderia ser pior: o órgão havia acabado de ter uma reunião, no dia 02 de abril. A próxima reunião só ocorreu no dia 29 de agosto daquele ano, ou seja, quase cinco meses depois dos acontecimentos. Essa reunião do COUN traz elementos que capturam a efervescência política daquele ano. Como o órgão não se reunia há um bom tempo, a ata é bastante longa, contendo 12 páginas e uma série de discussões, sobretudo de recursos de professores e alunos, com os primeiros solicitando readmissão ou progressão de

⁸⁸⁰ Idem.

⁸⁸¹ Ibid

⁸⁸² Universidade do Paraná mantém decisão de demitir geneticista Freire Maia. **Jornal do Brasil**. 15 mar. 1980. Disponível em: http://memoria.bn.gov.br/DocReader/030015_10/4583 Acesso em: 6 mar. 2025.

⁸⁸³ Vernalha caiu: assume Giovanoni. **Correio de Notícias**. 20 abr. 1980. Disponível em: http://memoria.bn.gov.br/DocReader/325538_01/625 Acesso em: 6 mar. 2025.

carreiras, e os segundos, solicitando reingresso em seus respectivos cursos por motivos diversos.⁸⁸⁴

Para os assuntos aqui tratados, alguns recortes são necessários. Dentre as várias discussões de diferentes processos, houve menção a dois estudantes bastante conhecidos do movimento estudantil de oposição à ditadura. Os presentes trouxeram à tona o processo nº 17.181/79-R, em que havia um pedido de regularização de matrícula no curso de Medicina de ninguém menos do que José Ferreira Lopes, o famoso “Zequinha Prêmio Esso”. De acordo com a ata, a petição inicial havia sido recusada, porém aqui, foi colocada à votação secreta, cujo placar foi de vinte votos favoráveis e sete votos contrários. Logo na sequência, há uma votação sobre uma aluna chamada Maria Luiza Miró de Córdova, do curso de Medicina. A escrita da ata é um pouco confusa, mas, ao que parece, a aluna aguardava vaga no referido curso, o que indica ser um caso de “excedente”. A comissão escrutinadora⁸⁸⁵ era composta pelos professores Alfredo Leprevost, José Munhoz de Mello e Ângelo Visintin. O placar foi de 23 votos pela aprovação do parecer do relator, que recomendava a matrícula da estudante. A seguir, o representante discente parece não gostar do resultado da votação e pede para inserir a seguinte declaração de voto na ata:

Ressaltando as colocações do conselheiro José Munhoz de Mello, voto favoravelmente à volta da acadêmica aos bancos escolares por motivos já manifestados anteriormente, mas cabe lembrar nessa oportunidade uma passagem do livro ‘Revolução dos Bichos’ de George Orwell, onde este menciona uma deturpação de um mandamento. ‘Todas as pessoas são iguais, mas algumas são mais iguais que outras’. Caso específico de José Ferreira Lopes e Maria Luiz Miró de Córdova, quando ambos procuraram se especializar.⁸⁸⁶

A última frase permanece uma incógnita. Porém, a citação da obra de Orwell e seu voto – ao que tudo indica, contrariado –, parecem mostrar que o estudante era avesso à volta de seus pares, porém, devido à escrita confusa da ata, não fica claro se ele era contrário a esse movimento ou estava insatisfeito por outros discentes não terem tido a mesma sorte na ocasião, já que muitos pedidos foram indeferidos.

Seguindo a reunião, outro nome bastante conhecido foi posto para discussão. Vitório Sorotiuk recorria de uma decisão de Pró-Reitoria a respeito de seu reingresso no curso de Direito, uma vez que o órgão havia negado a solicitação anterior. Porém o relator

⁸⁸⁴ UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ. Ata do Conselho Universitário (COUN). 29 /08/1980. Unidade de Arquivo e Atividades Auxiliares – UARQ.

⁸⁸⁵ Essa denominação está na ata.

⁸⁸⁶ Idem.

professor Ralph Jorge Leitner solicitou a retirada deste pedido da pauta, a fim de obter mais informações para melhor instrução do processo, prorrogando a volta do líder estudantil. Por fim, a questão mais polêmica e que havia causado maior repercussão. Colocou-se para discussão a questão do reingresso do professor Newton Freire Maia. O professor José Munhoz de Mello se mostrou favorável ao provimento do recurso. Depois de uma votação secreta, chegou-se ao placar de 14 votos favoráveis, 11 votos contrários e um voto em branco. Como não foi alcançado o *quórum* necessário de 2/3 de votos favoráveis, a possibilidade de retorno do docente foi negada de forma permanente. Nesse momento, o professor Jorge Samy Manika pediu que constasse na ata que lamentava tal decisão, pois “em impasse algum o professor Newton Freire Maia deixava de ser professor da universidade”.⁸⁸⁷

Essa reunião é emblemática por uma série de elementos. O fato de duas pessoas pedirem para deixar registrado em ata posicionamentos específicos mostra uma consciência do momento histórico vivido. Assim, fizeram questão de suas convicções constarem em um documento que perpassaria os anos. Ademais, marca a volta de estudantes que tiveram papel emblemático no ano de 1968 e procuravam retomar suas vidas. Nesse período, as autarquias estudantis também procuravam se reorganizar e voltar à militância dentro da legalidade.

5.3.4. O retorno da UNE e da UPE

Aproveitando o processo de distensão política, as autarquias estudantis vinham ensaiando um retorno dentro da legalidade. A UNE passava por um processo de reorganização, e em 1977 parecia pronta a retomar o protagonismo da vida estudantil. Dessa forma, foi planejado o III Encontro Nacional de Estudantes (ENE), na Faculdade de Medicina da UFMG. Porém, em pleno período de abertura política, o clima armado pelos militares foi de tensão, vigilância e truculência. Assim, devido ao aparato repressivo, os estudantes não conseguiram realizar o evento.⁸⁸⁸ Na sequência, os discentes optaram por transferir o evento para a PUCSP, entidade que era simpática aos grupos de oposição ao regime.⁸⁸⁹ Após um sucesso inicial em despistar os agentes da repressão, o coronel Erasmo Dias, comandante da força policial decidiu invadir o campus, sob

⁸⁸⁷ Ibid.

⁸⁸⁸ MOTTA, 2014, Op. Cit., p. 331

⁸⁸⁹ Idem.

alegação de que haveria manifestação pública contra o governo.⁸⁹⁰ O resultado foi a operação mais violenta contra estudantes desde o fatídico ano de 1968, com prisões e dezenas deles tendo sido gravemente queimados por efeitos das bombas de gás. Porém, a entidade possuía o ímpeto de se reorganizar, e aproveitando a conjuntura política, continuou atuando tenazmente em seu objetivo. Em 1979, na cidade de Salvador, a UNE finalmente conheceu sua nova liderança após um pleito que engajou estudantes de todo o país. Esse evento em específico foi marcado pelo protagonismo feminino, pois pela primeira vez, a entidade elegeu uma mulher como presidenta.

FIGURA 30: Clara Araújo, presidenta da UNE, se reúne com parlamentares da oposição e pede apoio para a legalização da entidade



FONTE: Site Memorial da Democracia.⁸⁹¹

A imagem capta justamente o *Zeitgeist* da abertura política. Em um momento de avanço importante para as mulheres, uma única representante do sexo feminino, cercada de homens brancos em posição de poder. A representatividade na política ainda não estava na ordem do dia. Não por falta de luta, mas as oportunidades para minorias ainda eram

⁸⁹⁰ Ibid.

⁸⁹¹ Disponível em: <https://memorialdademocracia.com.br/card/une-escolhe-a-sua-primeira-presidenta#:~:text=O%2034%C2%BA%20Congresso%20da%20Uni%C3%A3o,congresso%20foi%20monitorado%20pela%20repress%C3%A3o>. Acesso em: 21 fev 2025

raras. Se nas últimas décadas o cenário parece mais favorável, ainda há um longo caminho a seguir, sempre dificultado pelas ondas reacionárias que surgem de tempos em tempos.

Um ano depois do retorno da UNE, foi a vez da UPE fazer a sua reestreia. O evento que oficializou a retomada dos trabalhos da entidade ocorreu entre os dias 3 e 5 de outubro de 1980, na cidade de Londrina, no Teatro Universitário Filadélfia. Como era de praxe, o SNI espionou o evento e produziu um relatório de classificação A-I.⁸⁹² O encontro contou com 280 delegados, representando entidades estudantis de Curitiba, Ponta Grossa, Maringá, Londrina, Cascavel, Palmas, Apucarana e Paranaguá, além de outros 150 estudantes que acompanharam, mas não tinham direito a voto. Os oradores afirmaram que o escopo de atuação da entidade, após doze anos de paralisação, deveria extrapolar a coordenação do movimento estudantil, para também se posicionar a lado do povo brasileiro, buscando, em última instância, o processo de redemocratização do país. Além dos pressupostos burocráticos para o funcionamento da entidade, foram definidas como pautas a campanha contra o ensino pago; posição contrária aos aumentos semestrais das anuidades (provavelmente das universidades privadas); apoio à luta dos docentes por melhores salários; subsídios para os restaurantes universitários e casas de estudantes; luta contra as ASIs nas universidades e eleição direta para reitores.⁸⁹³

As eleições diretas para a diretoria da entidade ocorreriam nos dias 12 e 13 de novembro daquele ano, com urnas distribuídas nas instituições de ensino superior, sendo que o vencedor do pleito foi o acadêmico Vicente Palhares, ligado à chapa “Viração”.⁸⁹⁴ A entidade recuperou seu prédio, localizado na rua Carlos Cavalcanti, 1157, no ano de 1983, durante a gestão do governador José Richa. O imóvel foi cedido em forma de comodato, o que perdura até a atualidade.⁸⁹⁵

Nas eleições seguintes, as chapas vencedoras possuíam programas mais ligados a políticas de conciliação, sobretudo com o PMDB e com o governo estadual. Porém, no pleito de 1983 havia discussões sobre o real papel da entidade, bem como algumas acusações de acomodação. Até então a UPE era influenciada, majoritariamente, pela chapa supracitada, cujos quadros eram compostos por simpatizantes do PMDB, além de

⁸⁹² SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES. Agência Central. informe nº 063/19/AC/80. Congresso de reconstrução da União Paranaense de Estudantes. Disponível em: http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/BR_DFANBSB_V8/MIC/GNC/AAA/80010750/BR_DFA_NBSB_V8_MIC_GNC_AAA_80010750_d0001de0001.pdf Acesso em: 4 mar. 2025.

⁸⁹³ Idem.

⁸⁹⁴ Fórum da Verdade – UFPR. União Paranaense dos Estudantes – UPE. Disponível em: <https://forumverdade.ufpr.br/caminhosdaresistencia/uniao-paranaense-de-estudantes-upe/> Acesso em: 4 mar. 2025.

⁸⁹⁵ Idem.

alguns militantes do MR-8 e do PCB.⁸⁹⁶ Na gestão anterior, a entidade havia se engajado na campanha do “voto útil”, apoiando a candidatura de José Richa para o estado. Tal ação garantiu uma série de benefícios para os estudantes, tais como a devolução do prédio, conforme supracitado, além do reconhecimento como entidade de utilidade pública estadual. O então presidente Luiz Henrique Bona Turra havia conseguido representação no Conselho Estadual de Educação (CEE).⁸⁹⁷ Embalada pelas recentes conquistas, a “Viração” lançou mais uma candidatura para o ano de 1983, com a chapa “Movimento na UPE”. De acordo com o informe do SNI, essa chapa possuía apoio na UFPR, bem como de seu DCE. Porém, outra tendência política passou a fazer oposição, com estudantes filiados ao Partido dos Trabalhadores (PT), além de militantes de uma ala marginalizada na UPE, conhecida pela denominação de Organização Socialista Internacionalista (OSI).⁸⁹⁸ Nesse ponto, é importante salientar que o PT, nessa época, era um partido bastante alinhado à esquerda, e que não fazia muitas concessões, por isso, a proximidade com alas como a OSI e uma crítica contundente ao “voto útil”. Com o tempo, houve uma guinada para a conciliação, até resultar nos governos de coalisão ampla que se iniciaram no começo do século XXI, se estendendo aos dias atuais.

Nessa eleição para a UPE, algo inédito ocorreu: essa chapa de oposição foi encabeçada por um estudante da Universidade Católica, Samuel Gomes dos Santos. Este criticava a diminuição ano a ano do número de votantes, o que seria uma espécie de confirmação da insatisfação dos estudantes com a postura de capitulação da gestão atual. Contrariando os prognósticos, a chapa “Ponto de Partida”, de Samuel saiu vencedora do pleito, obtendo 13.274 votos, contra 11.547 de seus concorrentes. O apoio maciço da UCP, além das universidades estaduais de Londrina, Ponta Grossa e Maringá foi preponderante para o resultado. Nesse sentido, é importante ressaltar que, a partir da segunda metade da década de 1970, os movimentos estudantis de outras universidades passaram a pautar o debate estudantil, trazendo mais pluralidade às questões discentes. Por outro lado, o índice de absenteísmo na UFPR surpreendeu a espionagem da repressão.⁸⁹⁹ Essa opção de não-alinhamento ao governador José Richa pode ter resultado

⁸⁹⁶ SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES. Agência Curitiba. Informação nº 0174/19/ACT/83. Eleições para renovação da diretoria da União Paranaense dos Estudantes (UPE). Disponível em: http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/BR_DFANBSB_V8/MIC/GNC/NNN/83004606/BR_DFA_NBSB_V8_MIC_GNC_NNN_83004606_d0001de0002.pdf Acesso em: 5 mar. 2025.

⁸⁹⁷ Idem.

⁸⁹⁸ Ibid.

⁸⁹⁹ Ibid.

na falta de protagonismo na organização das Diretas-Já, cujo primeiro comício aconteceu justamente em Curitiba.

5.4. CURITIBA FAZ A HISTÓRIA, NÃO ESPERA ACONTECER

A crescente onda de manifestações pela abertura política, sobretudo devido a colapso econômico, além de parte da sociedade civil passando a adotar a narrativa de que havia “sobrevivido à ditadura”, trouxe o cenário ideal para que a pressão pelo fim do regime tivesse lastro para, enfim, derrubá-lo. Nesse sentido, até mesmo jornais que haviam apoiado a ditadura passaram a tratar a questão da abertura com mais seriedade, modificando as linhas editoriais. É possível verificar que neste capítulo um jornal local muito utilizado como fonte é o *Correio de Notícias*. A escolha se deve pelo fato de esse jornal ter noticiado muitos eventos dos estudantes e professores da UFPR. Ademais, possui uma trajetória interessante. O periódico circulou em Curitiba entre 1977 e 1995, tendo algumas interrupções e mudanças editoriais. O SNI, que tudo monitorava, se mostrava apreensivo com uma guinada editorial do periódico, produzindo um informe no dia 24 de abril de 1979 e denunciando o ocorrido.⁹⁰⁰ De acordo com a visão dos militares, o jornal vinha mantendo “uma conduta independente, pautada pela moderação e pelo equilíbrio”⁹⁰¹ enquanto Walter Werner Schmidt ocupava a chefia de redação. Todavia, o jornalista havia saído do jornal, passando a trabalhar na assessoria de imprensa da Secretaria de Justiça do Estado do Paraná. A partir de então, o novo chefe de redação, Reynaldo Jardim, teria passado a fazer mudanças consideradas drásticas tanto na linha editorial quanto em seu estilo de impressão, “tornando-se porta-voz de movimentos de conotação esquerdista e de manifestações de contestação no atual governo”.⁹⁰² Outro responsável por essa guinada seria Bayard Osna,⁹⁰³ que não ocupava nenhum cargo, mas supostamente colaborava para essas novas ideias. O jornalista estava atuando pela *Revista Manchete* no Paraná, o que o impediria de acumular duas funções por isso, oficialmente,

⁹⁰⁰ SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES. Agência Curitiba. Informação nº 123/116/ACT/79. Modificação na linha de atuação do jornal “Correio de Notícias” de Curitiba/PR. Disponível em: http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/BR_DFANBSB_V8/MIC/GNC/NNN/79000096/BR_DFA_NBSB_V8_MIC_GNC_NNN_79000096_d0001de0001.pdf Acesso em: 7 mar. 2025.

⁹⁰¹ Idem.

⁹⁰² Ibid.

⁹⁰³ A título de curiosidade, Bayard Osna foi presidente do Curitiba Football Club durante o biênio 1988/1989, tendo montado um dos times mais competitivos da história do clube. Disponível em: <https://coxanautas.com.br/noticia/geral/bayard-osna,-um-visionario/> Acesso em: 6 mar. 2025

sua esposa, Suzana Osna fazia parte do quadro de funcionários do *Correio de Notícias*. Dentre os colaboradores do jornal estavam Adherbal Fortes de Sá, que em, 1981, foi vítima da triagem ideológica da ditadura, conforme já comentado neste capítulo, além de Fátima Murad e Jorge Luiz Bernardi, já conhecidos no meio estudantil. De fato, a partir desta época, o periódico deu bastante atenção para movimentos contra a ditadura, mas nunca fazendo proselitismo escancarado. A partir da campanha para as Diretas-Já, começou a se posicionar com mais firmeza.

Nesse ínterim, a mobilização pelo movimento crescia a passos largos. No dia 22 de novembro de 1983 foi realizado o lançamento do Comitê por Eleições Diretas em Curitiba, cuja cerimônia se deu na Praça Rui Barbosa.⁹⁰⁴ A coordenação do ato ficou por conta de Narciso Pires, que por meio de um sistema de som que havia instalado na praça, conclamava os transeuntes a se juntarem ao movimento. O informe relata uma série de discursos que, infelizmente, não podem ser confrontados com outras fontes.

Apesar da luta incessante de alunos e egressos da UFPR para o fim da ditadura, o primeiro grande comício das Diretas-Já foi organizado por indivíduos que já faziam parte da política e, portanto, conheciam os meandros para uma tarefa tão complexa. Nesse sentido, o maior articulador para esse evento foi Álvaro Dias, que à época era senador da República. A trajetória desse político começa na Universidade Estadual de Londrina (UEL), a partir de 1964. Nessa época, ele chegou a assumir a presidência do Diretório Acadêmico Rocha Pombo. Já em 1968, foi eleito vereador por Londrina, pelo MDB. Gradativamente, o político foi galgando posições mais elevadas, sendo eleito deputado estadual (1970), deputado federal em dois mandatos consecutivos (1974 e 1978) e, finalmente, senador em 1982.⁹⁰⁵ O astuto político procurava se cercar de apoio de várias esferas. No dia 6 de dezembro de 1982, recém-eleito senador, proferiu uma palestra no pátio da Reitoria da UFPR, sobre a “questão da universidade”.⁹⁰⁶ Na ocasião, de acordo com mais um informe do SNI, teria mostrado apoio irrestrito aos professores e, junto com a maioria das universidades, se dizia contrário à transformação das instituições em fundações. Argumentou que “as verbas destinadas às empresas estatais e às mordomias

⁹⁰⁴ SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES. Agência Curitiba. Informe nº 0663/15/ACT/83. Lançamento do comitê por “eleições diretas” em Curitiba. Disponível em: http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/BR_DFANBSB_V8/MIC/GNC/NNN/83004526/BR_DFA_NBSB_V8_MIC_GNC_NNN_83004526_d0001de0001.pdf. Acesso em: 7 mar. 2025.

⁹⁰⁵ OLIVEIRA; SAHD; CALCIOLARI, 2014, Op. Cit, p. 166.

⁹⁰⁶ SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES. Agência Curitiba. Informe nº 0525/SE-3/ACT/82. Álvaro Dias e a questão da universidade. Disponível em: http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/BR_DFANBSB_V8/MIC/GNC/NNN/82003553/BR_DFA_NBSB_V8_MIC_GNC_NNN_82003553_d0001de0001.pdf. Acesso em: 7 mar. 2025.

são três vezes maiores do que as destinadas à educação”. No informe, O serviço de espionagem fez questão de listar os participantes ligados a movimentos de esquerda, ligando cada um à sua respectiva organização.

Por possuir grande influência política, Dias pôde articular o primeiro grande comício pelas Diretas Já na história do Brasil. Nesse sentido, é curioso pensar que uma cidade conhecida por seu apoio à ditadura tenha sido a primeira a fazer uma manifestação tão grande para derrubá-la. Com uma grande influência no PMDB,⁹⁰⁷ ocupava o cargo de presidente do Diretório Estadual do partido. Em sua narrativa, afirma que foi chamado por Ulysses Guimarães a Brasília e convocado a fazer o primeiro grande comício. O motivo se devia ao fato de Curitiba ser uma cidade *sui generis*. A capital paranaense possui a fama de ser uma espécie de laboratório para o lançamento de “novos produtos”.⁹⁰⁸ Elogiando bastante a si mesmo, Dias relata que teria conversado com o governador José Richa, sobre a realização do comício e este teria se mostrado não só surpreso, como contrário à ideia, que parecia uma loucura, sobretudo por se tratar de um curto período de tempo, entre Natal e o dia fatídico, que seria 12 de janeiro.⁹⁰⁹ Embora os acontecimentos, como realização do comício e liderança no processo sejam bem documentados, essas nuances precisam ser vistas com parcimônia, pois podem fazer parte daquela plasticidade da memória, que adapta discursos conforme a circunstância. De acordo com seu relato, perante a reticência do governador, ele procurou acalmá-lo dizendo que, como diretor estadual do partido, assumia a responsabilidade, e, na ocasião, faria uma ligação ao governador para informar a situação.

No dia do evento, teria ocorrido a seguinte situação:

Aí eu fui até o hotel Del Rey, peguei o telefone, liguei para ele e disse: “Richa, a sua Polícia Militar diz que tem 60 mil pessoas no comício. Tá bom para você?” [Risos]. Ele falou, “O quê? Tem 60 mil pessoas?” Ele falou, “O quê? Você está mentindo?” Eu disse, “não, tem 60 mil pessoas, pode vir”. [...] Ele foi e até veio de gravata para o comício. Subiu ao palanque e viu que era uma multidão.⁹¹⁰

A surpresa de José Richa foi confirmada pelo próprio. Em um vídeo disponível no canal de Álvaro Dias, na plataforma *YouTube*, gravado no dia do evento, um repórter

⁹⁰⁷ Em 1980 o MDB foi obrigado a ser recriado, adotando a sigla PMDB (Partido do Movimento Democrático Brasileiro).

⁹⁰⁸ DIAS, Álvaro. Depoimentos para a História (vídeo). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=maw3-PDsBQ&t=1807s> Acesso em: 07 mar, 2025.18:30-20:32

⁹⁰⁹ Idem. 21:00 – 22:12.

⁹¹⁰ Idem.27:25-27:56.

pergunta ao governador se ele havia previsto uma participação tão grande, ao que ele responde:

Tanto assim, eu não esperava, honestamente, não esperava. Eu já tinha confiança, esperança de que o povo acorreria em massa, mas não tanto assim. Eu estou bastante emocionado, feliz e satisfeito com esta manifestação espontânea do povo do Paraná que aqui está presente nesta praça pública.⁹¹¹

Na sequência, a fala de Ulysses Guimarães dá lastro ao que Álvaro Dias havia dito sobre Curitiba ser uma espécie de laboratório: “Este ano nós recomeçamos aqui em Curitiba, no Paraná, a nossa arrancada definitiva. Depois deste êxito espetacular... eu estou certo que é um termômetro que indica o que vai acontecer no Brasil”.⁹¹²

Uma imagem do dia capturava o espírito do momento:

FIGURA 31: Primeiro comício das Diretas Já no Brasil.



FONTE: Jornal *Gazeta do Povo*.⁹¹³

Essa fotografia de Rubens Vandresen é bastante simbólica. Um exemplar do *Correio de Notícias*, com os dizeres “Curitiba faz a história, não espera acontecer”, quase

⁹¹¹ Diretas já (vídeo). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=pOtbY1bqg7w>. Acesso em: 7 mar. 2025.

⁹¹² Idem.

⁹¹³ Disponível em: <https://forumverdade.ufpr.br/caminhosdaresistencia/a-resistencia/boca-maldita/> Acesso em: 7 mar. 2025.

sobreposta, mas com espaço suficiente para que fosse destacado um bebê, que representa a esperança no futuro, além de pessoas olhando para cima, com olhar de contemplação.

Repetindo o sucesso da primeira edição, no dia 26 de junho de 1984, a capital paranaense celebrou mais um comício das Diretas Já. No primeiro, organizado por Álvaro Dias, muitas figuras de referência ficaram de fora, porém desta vez, o número de participantes ilustres foi massivo. Discursaram nessa ocasião cinco governadores: Franco Montoro (São Paulo), José Richa (Paraná), Leonel Brizola (Rio de Janeiro). Íris Rezende (Goiás) e Wilson Martins (Mato Grosso do Sul). Nesse evento, várias falas foram feitas no sentido de apoiar Tancredo Neves, porém um dos presentes fez o discurso mais incisivo da noite. O então presidente nacional do PT, Luís Inácio Lula da Silva, iniciou seu discurso argumentando que as manifestações populares eram “a única força capaz de assustar o regime”.⁹¹⁴ O Congresso Nacional também foi alvo de ataques do ex-metalúrgico: “este Congresso é o mais reacionário da história do Brasil”. Essa é mais uma daquelas frases que, lida com o distanciamento histórico, e fazendo um paralelo com a atualidade, parece mostrar as semelhanças que ocorrem em conjunturas mais ou menos parecidas, sobretudo em ciclos da política.

Nesta ocasião, ficou marcada uma iniciativa que permeia os dias atuais. O prefeito Maurício Fruet inaugurou, na Praça Osório, um monumento em homenagem ao senador falecido Teotônio Vilela.⁹¹⁵ Concebido pelo escultor paranaense Arnaldo Basso, o monumento retrata quatro momentos da vida do político. A infância, a atividade agropastoril, a atividade industrial e a política. O filho do senador, emocionado, disse: “Essa é a primeira homenagem desse tipo no Brasil. Teotônio Vilela já é nome de ruas em vários pontos do Brasil e até de uma favela em Salvador, mas monumento deste tipo, é o primeiro”.⁹¹⁶

⁹¹⁴ E Curitiba deu a nova arrancada. **Correio de Notícias**. 26 jun. 1984. Disponível em: http://memoria.bn.gov.br/DocReader/325538_01/1616 Acesso em: 7 mar. 2025.

⁹¹⁵ Até não haver mais lágrimas. **Correio de Notícias**. 26 jun. 1984. Disponível em: http://memoria.bn.gov.br/DocReader/325538_01/1630 acesso em: 7 mar. 2025.

⁹¹⁶ Idem.

FIGURA 32: Obra em homenagem a Teotônio Vilela na Praça Osório em Curitiba



FONTE: Acervo pessoal do autor.

A imagem de Teotônio Vilela sintetiza bem as categorias elencadas por Motta não só por ter perpassado por todas, mas por ter congregado esse amálgama durante sua vida. Político acomodado em partidos de direita, como a União Democrática Nacional (UDN) e ARENA, em um primeiro momento apoiou a ditadura, para depois, criticá-la. Presidia a Sociedade dos Amigos de Cuba, e nos anos 1970, passou a encampar a luta pela abertura democrática. Seus discursos memoráveis lhe renderam o apelido de menestrel de Alagoas. Passou ao MDB e se tornou uma voz importante no processo de redemocratização. Faleceu em 27 de novembro de 1983, de câncer generalizado, sem ver o país passar pela tortuosa abertura política.⁹¹⁷

Embora tenha sido algo bastante simbólico, pois a partir do primeiro evento sediado em Curitiba, outros se espalharam para o resto do país, o desfecho não foi tão favorável, pois a Emenda Dante de Oliveira foi derrotada no Congresso, mesmo tendo

⁹¹⁷ Teotônio Vilela. líderes & Estadistas. Revista Isto É. Disponível em: <https://web.archive.org/web/20000525144848/http://www.terra.com.br/istoe/biblioteca/brasileiro/lideres/est15.htm> Acesso em: 7 mar. 2025.

ampla maioria, com 298 votos a favor, 65 contra e três abstenções. Porém, por 22 votos não conseguiu alcançar o *quórum* legal da maioria absoluta, porque 113 deputados não compareceram.⁹¹⁸

Quando havia uma esperança na figura de Tancredo Neves, mesmo que a eleição fosse indireta, um sopro de otimismo chegava no país. Após 21 anos de ditadura, o primeiro civil era eleito (ainda não da maneira que o povo queria, mas era um civil), porém quando nada mais parecia poder dar errado, a sorte mais uma vez virava as costas: o presidente eleito e que ainda não tomara posse, faleceu devido a um quadro de diverticulite. Para piorar a situação, seu vice era alguém que havia bajulado os militares durante o regime. O Brasil teria como primeiro presidente civil José Sarney.

5.5. FIM DE FESTA: A DESATIVAÇÃO DA ASI NA UFPR

No clima de distensão política, as denúncias sobre triagem ideológica nas universidades eram cada vez mais constantes. Na UFPR, é bastante abundante a quantidade de materiais em que alunos denunciavam práticas de espionagem e atividades políticas ligadas aos órgãos de informações dentro da universidade. No jornal ViraVolta, do DCE Livre da UFPR, já analisado aqui, havia uma denúncia sobre a ASI na universidade. No texto é mencionado a promessa de extinção dos decretos 228 e 477, porém argumentava-se que “aí estão intactas e atuantes, as Assessorias de Segurança. Aí está, aqui mesmo na UFPR a já famosa ASI do Senhor João Augusto”.⁹¹⁹ A revelação ia além: a sala de espionagem ficava no terceiro andar do prédio da Reitoria. Infelizmente, o jornal está recortado justamente na parte em que a denúncia começava a trazer maiores detalhes. Porém, na mesma edição, há mais uma notícia sobre o órgão. Os estudantes recentemente eleitos para o Conselho de Ensino e Pesquisa relatam terem encontrado no lugar em que sempre sentavam um microfone escondido, trazendo uma ironia: mais uma da ASI? Abertura estreita essa, hein?” Conforme frisa Motta,⁹²⁰ no final do governo Geisel, circulavam informações de que seu governo havia determinado o fechamento das ASIS. Porém, documentos disponíveis mostram que a decisão foi tomada no governo Figueiredo, e provavelmente, o ministro Portella foi um dos defensores da ideia.

⁹¹⁸ REIS FILHO, 2014, P. 145.

⁹¹⁹ DEAP/DOPS. DCE Livre, Op Cit.

⁹²⁰ MOTTA, 2014, Op. Cit. p. 355.

Com relação à UFPR, um documento disponível no Arquivo Nacional corrobora essa afirmação. Nos dias 31 de janeiro e 4 de fevereiro de 1980, a DSI/MEC enviou dois ofícios para o reitor da UFPR versando sobre a desativação da ASI na universidade. No primeiro, as congratulações não são favoráveis à imagem do dirigente no sentido de isentá-lo de uma colaboração com a ditadura. Assinado por Carlos Ferreira Tatit, diretor da DSI, o comunicado inicia ponderando sobre “as demonstrações de amizade, camaradagem, e cooperação, reiteradamente dispensadas por Vossa Magnificência à DSI e a mim, pessoalmente”⁹²¹ para que a reitoria desse apoio à instalação da ASI/DR9. Ou seja, o órgão de espionagem saía da universidade e passava para as instalações da DSI do MEC. O diretor do órgão argumentava que não dispunha de recursos para seu pleno funcionamento, dessa forma, precisava de “alguns acessórios” da reitoria. Solicitava também a transferência do “acervo de informações não atinentes especificamente ao acompanhamento da Política dessa IES”⁹²²

Já em um segundo ofício, de 4 de fevereiro do mesmo ano, Carlos informava ao reitor que a ASI da universidade havia sido desativada a partir do dia 31 de janeiro de 1980 “em atenção a determinações superiores”.⁹²³ Porém, havia uma ressalva: o ato não implicava na extinção do órgão. Também solicitava que fosse providenciada a transferência do acervo de informações para a ASI da delegacia do MEC no Paraná. A extinção do órgão na universidade não representou o fim da espionagem. Nos próximos anos, as denúncias continuaram a ocorrer, e como se discutiu neste capítulo, a triagem ideológica continuou a existir.

5.6. A UFPR E A ABERTURA: UM BALANÇO

No processo de distensão, a UFPR era um local de efervescência política e cultural. Nesse sentido, embora seus estudantes nem sempre tenham sido protagonistas das ações de manifestações maiores, como as Diretas Já, é importante notar que a

⁹²¹ BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Divisão de Segurança e Informações. Ofício nº 002/D/DSI/MEC. Disponível em: http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/BR_DFANBSB_V8/MIC/GNC/NNN/86006501/BR_DFA_NBSB_V8_MIC_GNC_NNN_86006501_d0001de0001.pdf acesso em: 7 mar. 2025.

⁹²² Idem.

⁹²³ BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Divisão de Segurança e Informações. Ofício nº 005/D/DSI/MEC. Disponível em: http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/BR_DFANBSB_V8/MIC/GNC/NNN/86006501/BR_DFA_NBSB_V8_MIC_GNC_NNN_86006501_d0001de0001.pdf Acesso em: 7 mar. 2025.

instituição continuava a ser um lugar de referência, em que diversos elementos passavam por lá e até mesmo se utilizavam de suas instalações. É nessa época que docentes começam a se manifestar mais abertamente contra o regime, o que custou a muitos a demissão e o ostracismo, mesmo que fosse por pouco tempo. Já outros, como o professor Cassiano Cordi e a professora Cecília Westphalen, seguiam firmes na adesão ao regime, mostrando firmeza em suas posições, o que é digno de nota, pois muitos mudaram de discurso conforme viam que a mudança chegaria.

Nessa época, é possível notar que as fontes com relação à adesão de alunos ao regime são bastante escassas, talvez por não haver clima favorável a manifestações de subserviência à ditadura nesse meio. Em compensação, o terrorismo de extrema-direita acordou, o que resultou em uma série de ações que puderam em perigo muitos daqueles que se destacavam no processo de abertura. Já os processos de acomodação são vistos em processos em que figuras como o reitor Ocyron Cunha tentava tergiversar, jogando ora com a repressão, ora com a classe estudantil, inclusive tentando pegar carona em ações que ele mesmo havia negligenciado a princípio, como no caso do “Dia da Fome”.

A abundância de fontes desse período está mais ligada a docentes, talvez pelo clima mais favorável a posições antagônicas à ditadura, porém chama a atenção os casos como os da professora Cecília Westphalen e do professor Cassiano Cordi, que não abandonavam o regime, mesmo quando esse afundava vertiginosamente. Já se destacou aqui que, embora o protagonismo da tese esteja na figura dos estudantes e suas diversas gradações, um olhar atento aos docentes também faz parte do escopo da tese, até mesmo para entender as relações de embate ou de apoio mútuo. Nesse sentido, as fontes sugerem que nessa última fase da ditadura, as atuações de docentes possuem grande destaque.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Desde que o projeto de doutorado foi elaborado, o caminho trilhado até aqui se mostrou longo e árduo. As recompensas, por outro lado, se mostram bastante generosas. Se os trabalhos que versam sobre a ditadura no país analisam, via de regra, a dicotomia entre repressão x resistência, as categorias elencadas por Motta⁹²⁴ trazem elementos mais amplos para se pensar. Se a complexidade do tema exige um olhar menos maniqueísta acerca desse período, o cotejo dessas relações de poder também demanda um trabalho mais minucioso, pois as classificações não são estanques. Além disso, a depender da fonte e da época analisada, os indivíduos podem mudar de uma para outra, a depender da conjuntura e do olhar do historiador.

A preferência por reservar o primeiro capítulo para discutir as memórias, os esquecimentos e os negacionismos, foi pensada para que pudesse dar lastro para as discussões posteriores, de forma que o texto pudesse correr de maneira mais fluida. Já no segundo capítulo, pôde-se notar que, no que diz respeito aos primeiros anos do regime, as fontes são um pouco mais escassas, principalmente com relação à adesão. Os processos de acomodação se mostram ainda tímidos, sendo que as atas do COUN são uma fonte importante de análise, porém, o trabalho de garimpo é bastante demorado, sobretudo porque ainda era uma época em que o apoio da instituição ao regime era menos explícito em documentos institucionais. Ademais, há uma dificuldade de leitura, pois se trata de atas dos anos 1960, escritas à mão e com as marcas da ação do tempo.

Com relação às discussões sobre a revogação dos títulos *honoris causa* aos ditadores, a questão ganhou outros contornos justamente na efeméride dos 60 anos do golpe, exatamente no dia 1º de abril, ou seja, no momento em que esta primeira parte da escrita era finalizada. Portanto, juntamente com o parecer do reitor, surgiram outras questões para apreciação que foram incorporadas no início da tese. Aliás, os desdobramentos políticos do Brasil desde o início de 2023, exigiram constantes processos de reescrita. Bem próximo ao prazo de entrega do texto final (para ser mais exato, na última semana), ocorreu a premiação do Oscar para o filme *Ainda Estou Aqui*.

O terceiro capítulo, conforme já esperado, é o mais abundante em fontes e bibliografia, sobretudo no que tange à resistência, o que traz muitos desafios. O ano de 1968, por si só, renderia várias teses, porém, o objetivo desde o início era de analisar todo

⁹²⁴ MOTTA, 2014, OP. Cit.

o período da ditadura, justamente para entender as diferentes nuances e estratégias conforme a época em questão. Dessa forma, já é possível notar que, à medida que os protestos estudantis cresciam, a repressão se articulava para responder de forma cada vez mais violenta. O que surpreendeu na pesquisa é que também crescia a adesão de estudantes mais conservadores ao regime, com membros de organizações de extrema-direita como o MAU, a TPF e o CCC dentro da universidade. Exatamente por isso, evitou-se a utilização do termo *movimento estudantil* para aqueles que protestaram contra a ditadura. De fato, o que foi denominado aqui de *movimento estudantil de contestação à ditadura* era um movimento organizado, e, naturalmente, muito mais robusto do que as organizações conservadoras, porém essas tinham seus adeptos e não podem ser negligenciados em uma análise plural. Por isso, procurou-se demonstrar aqui esses movimentos conservadores e reacionários também eram movimentos organizados, portanto, faz sentido falar em *movimentos estudantis*. Assim, a hipótese inicial foi confirmada, embora as fontes com relação a estes outros movimentos ainda sejam em menor quantidade. Na atualidade, ainda é costumeiro se utilizar a denominação de *movimento estudantil*, no singular, para um coletivo organizado de alunos que fazem parte da comunidade discente. Porém, mesmo nesses espaços, há movimentos paralelos de jovens conservadores ou reacionários, como é o caso de elementos do Movimento Brasil Livre (MBL), que se utilizam de expressões já bastante conhecidas, conforme pode ser visto ao longo deste trabalho.

Assim, é importante fazer uma reflexão sobre esse tópico. As pesquisas acadêmicas, embora tenham seu valor inestimável, primam, sobretudo pela resistência, porém, ao fazerem essa escolha, deixam um material bastante interessante de fora do escopo de suas análises. Dessa forma, utilizou-se dois principais termos para se referir aos movimentos estudantis: nas vezes em que foi utilizado o termo para aquele grupo organizado que lutava contra a ditadura, esses foram chamados, conforme descrito anteriormente de *movimento estudantil de contestação à ditadura*, ou *movimento estudantil de oposição à ditadura* (como são sinônimos, as duas denominações foram utilizadas), ao passo que aqueles movimentos que apoiavam a ditadura foram chamados de *movimentos estudantis de viés conservador*, pois houve vários, a exemplo do MAU e da TFP.

Ainda com relação à adesão, também é interessante notar a quantidade de informantes anônimos que auxiliavam no regime. Nessa perspectiva, caso a informação de Suplicy de Lacerda, de que teria recebido um informe na madrugada do dia 13 de maio

de 1968 sobre a ocupação da Reitoria fosse fidedigna, o que é difícil de apurar, havia infiltrados até mesmo na mais alta hierarquia dos estudantes que lutavam contra o regime, pois naquela ocasião só participaram da decisão que optou pela ocupação da reitoria aqueles que eram de extrema confiança.

Sobre a acomodação, estudantes que sabiam dos embates, mas não se posicionavam, estão dentro dessa camada, mas não há documentação sobre isso, uma vez que eles somente iam conforme a onda. Porém, é possível notar nas atas do COUN que alguns representantes às vezes não se posicionavam em reuniões, mesmo quando as medidas aprovadas eram contra seus interesses. Aqui, é importante tomar cuidado e não classificar essa atitude como *acomodação*, pois o silêncio pode ser por não se possuir nenhuma capacidade de manobra, ou até mesmo para levantar informações e levá-las para a comunidade discente e esperar protestos mais eficazes. Mesmo assim, foi possível perceber que havia representantes estudantis que se posicionavam em algumas reuniões, mesmo que isso causasse mal-estar. Outros atores que se enquadram nesse espectro são o governador Paulo Pimentel, político habilidoso e que sempre ponderava suas atitudes, não por simpatia aos jovens, mas por saber os meandros do jogo do poder e se precaver de situações embaraçosas, seja com os militares, seja com os estudantes. Como se vê, o quadro é demasiadamente complexo, mas já oferece ao leitor um panorama dos movimentos de estudantes da UFPR nesse período da repressão em nossa capital.

Ainda com relação às classificações, existem algumas que não foram objeto de estudo desta tese pela carência de fontes. Havia na universidade, assim como na sociedade civil em geral, uma categoria bastante numerosa: a dos indiferentes. Muitos passaram por esta época sem maiores problemas, simplesmente por não se interessarem pelo assunto, ou mesmo por estarem alheios a discussões políticas, seja por uma questão cultural ou por escolha consciente. Porém, é preciso pensar em um segmento da população que vivia longe das grandes cidades ou mesmo nas periferias das grandes capitais, que, devido à falta de acesso aos meios de comunicação ou até mesmo da ação do Estado, estava completamente alijado do processo político: os marginalizados. Embora a expressão seja forte, reflete aqueles que sequer eram incluídos nas discussões. Nesse tópico em específico permito-me utilizar a primeira pessoa do singular, porque isso se reflete em minha família. Embora meus progenitores tenham vivido a época, quando falei desse assunto pela primeira vez com eles, demonstraram surpresa e indagaram sobre que eu estava falando. Não se tratava de negacionismo, era simplesmente desconhecimento do que ocorreu no período.

Com relação ao capítulo 4, foi possível mergulhar em uma nova fase do regime. Os enfrentamentos abertos deram lugar a ações mais subjetivas, o que abriu um novo campo a ser explorado. Geralmente na literatura, há uma ideia de que nos chamados “anos de chumbo” o movimento estudantil de contestação à ditadura não encabeçou ações de resistência. Porém, conforme foi possível analisar, o movimento, de fato, perdeu o vigor para manifestações de massa, contudo, houve uma reinvenção no que tange a atuações de resistência. Seja por meio de ações mais subjetivas, tais como a distribuição de jornais que criticavam de maneira mais velada o regime, seja por meio de inserção no seio da classe operária, ou até mesmo por meio da cultura, a resistência se fez presente. Também não podia deixar de haver a adesão, seja no caso do estudante que queria fazer parte da DOPS, seja por meio dos membros da comunidade de informações. Foi interessante verificar que havia pessoas que faziam parte das forças de segurança, porém não compactuavam com o regime e tentavam, por meio de suas possibilidades restritas, atuarem para levar um pouco de dignidade àqueles que sofriam as sevícias da ditadura. Esse é o caso de José Maria Correia, cuja atuação lhe custou caro. Ainda sobre este capítulo, é importante pontuar que foi nele onde mais utilizei citações diretas. Essa estratégia tem sua razão de ser. Como muitas das fontes são leis e decretos, foi necessário colocar alguns trechos na íntegra para que se pudesse fazer uma análise mais criteriosa acerca das estratégias de cooptação de corações e mentes.

Também foi possível constatar algumas estratégias de afago da alta cúpula da UFPR ao regime, com a concessão de títulos *honoris causa* a baluartes da repressão. Por uma questão cronológica, a concessão da honraria a Ernesto Geisel, que contou com uma defesa inflamada do regime pela professora Cecília Westphalen, foi deslocada para o último capítulo. Por fim, as estratégias de acomodar estudantes e, se possível, fazer com que aderissem aos valores do regime, encontraram espaço em projetos de extensão, como o Rondon e o CRUTAC, cujas análises trouxeram elementos mais subjetivos à tona.

O último capítulo se mostrou o mais surpreendente e desafiador. Em um primeiro momento, planejava fazer apenas um fechamento da tese; a princípio parecia não haver uma disponibilidade tão grande de fontes. Porém, à medida em que a escrita avançava, começava um processo agonizante de escolhas e recortes, objetivando não afastar do escopo e do planejamento, porém as renúncias suscitavam ideias para futuras pesquisas. Assim, o capítulo abordou a abertura em diferentes perspectivas. Aqui é importante frisar que o trabalho destacou, em alguns momentos, docentes da UFPR, porém não é possível

desvinculá-los dos alunos, já que suas ações afetavam diretamente o andamento de toda a comunidade universitária.

Na abertura lenta, gradual (com retrocessos aqui e acolá) e insegura, é curioso ver a retomada dos protestos mais vigorosos e contundentes, ao mesmo tempo em que ocorriam disputas de poder e confabulações dentro do mesmo espectro ideológico. Outro ponto a ser destacado é que foi possível identificar a UFPR como um laboratório de personagens da política, uma vez que muitos líderes estudantis abraçaram esta carreira.

Uma das renúncias de fontes foi o testemunho do então estudante Edson Fachin, que hoje ocupa uma cadeira no STF. Embora tenha tido papel relevante na segunda metade dos anos 1970, havia outros líderes discentes que tiveram maior destaque, por isso, precisavam ter suas histórias contadas. Nesse capítulo também foi possível refletir sobre as contradições em que a cidade de Curitiba estava envolta. Se foi a precursora na subserviência à ditadura, também foi a pioneira no movimento das Diretas-Já. A UFPR que trazia em seu interior indivíduos que simbolizavam pensamentos reacionários, também era permeada de jovens idealistas que arriscaram sua liberdade para lutar por aquilo que acreditavam.

Ainda nesse capítulo, muitos elementos ficaram de fora. Com relação à comunidade docente, há um vasto material sobre a criação de associações como a Sociedade para o Progresso da Ciência, o Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (ANDES), bem como de eventos em que denúncias contra a ditadura começaram a tomar corpo.

Por fim, é importante discutir acerca de caminhos que podem ser seguidos para pesquisadores que se interessarem pela temática. A ditadura em Curitiba é um assunto ainda bastante incipiente na comunidade acadêmica, assim, há uma infinidade de assuntos a serem escritos. A Universidade Católica, atual PUCPR, era um reduto de resistência, além de acolher estudantes que sofriam perseguição ideológica na UFPR. O DCE dessa instituição é uma fonte bastante promissora de elementos a serem pesquisados. Sobretudo no período da distensão política, tanto a Católica quanto as universidades estaduais passaram a ter um papel de protagonismo, compondo chapas da UPE e se envolvendo em atividades de auxílio a moradores de periferia. A própria UPE possui uma grande quantidade de material que pode render teses e dissertações.

A comunidade docente da UFPR durante a ditadura é um tema muito instigante. Durante vários momentos da pesquisa, foi necessário excluir fontes com relação a eles para que não sobrepujassem a proposta inicial do estudo. Porém, um estudo sobre os

professores da UFPR, utilizando-se dessas categorias que foram analisadas aqui parece urgente, importante e próspero. As dinâmicas internas, os embates por poder, a proximidade de alguns com o regime, inclusive na fase em que este estava em estado terminal é algo que merece um estudo aprofundado, bem como as relações ambíguas de alguns reitores. Muitos docentes que foram vistos como defensores da democracia por estudantes que não estavam na fase aguda do regime, apoiaram e denunciaram alunos e colegas.

A luta feminina nos movimentos estudantis é um terreno fértil que merece ser explorado. É possível analisar o engajamento de alunas e professoras sob uma perspectiva teórica de gênero, além de discutir as contradições de alunos que faziam discursos progressistas, mas relegavam trabalhos secundários às mulheres ou se portavam de maneira machista com suas companheiras, além de tentarem vetar o nome de mulheres para cargos de liderança. Ainda nesse quesito, muitos movimentos estudantis reacionários tinham como principal alvo as mulheres mais progressistas, criticando-as de maneira misógina e moralista. Aliás, tais posicionamentos muitas vezes vinham de outras mulheres.

Ao escrever este trabalho, houve uma procura no sentido de aliar o rigor historiográfico a um tipo de escrita que pudesse ser palatável ao máximo possível de interessados. Uma lição aprendida ao longo dos anos é que o mais difícil na escrita é tratar de maneira simples as coisas mais complexas. Assim, fica o convite para que pesquisadores, curiosos pela temática e demais pessoas leiam este trabalho e pesquisem sobre esta temática para que as memórias destes acontecimentos possam ecoar e trazer diferentes pontos de vista, mas que sejam baseados no lastro do conhecimento científico.

REFERÊNCIAS

FONTES ESCRITAS

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Divisão de Segurança e Informações. Ofício nº 002/D/DSI/MEC. Disponível em:

http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/BR_DFANBSB_V8/MIC/GNC/NNN/86006501/BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_NNN_86006501_d0001de0001.pdf acesso em: 7 mar. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Divisão de Segurança e Informações. Ofício nº 005/D/DSI/MEC. Disponível em:

http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/BR_DFANBSB_V8/MIC/GNC/NNN/86006501/BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_NNN_86006501_d0001de0001.pdf. Acesso em: 7 mar. 2025.

CENTRO DE INFIRMAÇÕES DO EXÉRCITO. Informe nº 08 S/102-A11. Reunião do Comitê Brasileiro Pela Anistia. (CBA/CTA). Disponível em:

http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/BR_DFANBSB_V8/MIC/GNC/AAA/80007857/BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_AAA_80007857_d0001de0001.pdf Acesso em: 4 mar. 2025.

CENTRO DE INFORMAÇÕES DA MARINHA. Identificação de agentes do Serviço de Informações. Disponível em:

http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/BR_DFANBSB_V8/MIC/GNC/AAA/81015068/BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_AAA_81015068_d0001de0001.pdf. Acesso em: 6 mar. 2025.

CURITIBA. Lei nº 2255/1963. Institue distinção honorífica denominada Vulto Emérito de Curitiba e dá outras providências. Disponível em:

<https://leismunicipais.com.br/a/pr/c/curitiba/lei-ordinaria/1963/226/2255/lei-ordinaria-n-2255-1963-institue-distincao-honorifica-denominada-vulto-emerito-de-curitiba-e-das-outras-providencias> Acesso em: 10 mar. 2025.

CURITIBA. Lei complementar nº 109, de 12 de janeiro de 2018. Dispõe sobre a concessão de honrarias no Município de Curitiba e revoga a Lei Complementar nº 26, de 08 de julho de 1999, que "Dispõe sobre as normas aplicáveis a concessão de honrarias no Município de Curitiba"; a Lei nº 2.255, de 23 de abril de 1963, que "Institui distinção honorífica denominada Vulto Emérito de Curitiba, e dá outras providências.", a Lei nº 6.710, de 10 de setembro de 1985, que "Cria o título "Consagração Pública Municipal" a ser conferido, mediante diploma, pela Câmara Municipal de Curitiba, à pessoa jurídica que, no ano imediatamente anterior, realizar relevantes serviços à comunidade."; a Lei nº 7.756, de 17 de outubro de 1991, que "Institui, no âmbito do Município de Curitiba, a distinção honorífica denominada "MÉRITO ESPORTIVO" e adota outras providências.", a Lei nº 8.152, de 19 de abril de 1993, que "Dispõe sobre o Prêmio Cidade de Curitiba e

dá outras providências.", a Lei nº 8.457, de 06 de junho de 1994, que "Institui, no âmbito do Município de Curitiba, o Prêmio Professor João Crisóstomo Arns, e dá outras providências.", a Lei nº 8.810, de 08 de abril de 1996, que "Cria o Prêmio Cultura e Divulgação de Curitiba.", a Lei nº 9.298, de 19 de maio de 1998, que "Dispõe sobre a outorga de honraria a professores, quando da aposentadoria, e dá outras providências.", a Lei nº 9.622, de 08 de julho de 1999, que "Institui no âmbito do Município de Curitiba a distinção honorífica denominada Profissional do Ano.", a Lei nº 10.662, de 15 de maio de 2003, "Institui o Prêmio Ecologia e Ambientalismo no Município do Curitiba e dá providências correlatas", a Lei nº 10.680, de 20 de maio de 2003, "Institui no Município de Curitiba, o Título de Servidor Público Padrão", a Lei nº 11.258, de 09 de dezembro de 2004, que "Institui o Prêmio Pablo Neruda de Direitos Humanos." e a Lei nº 12.191 de 26 de abril de 2007, que "Institui no Município de Curitiba, o Prêmio Mulheres Empreendedoras de Curitiba e dá outras providências." Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/pr/c/curitiba/lei-complementar/2018/10/109/lei-complementar-n-109-2018>. Acesso em: 10 mar. 2025.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO e CULTURA. Reforma universitária: relatório do grupo de trabalho. 3ª edição. Março de 1983. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me002285.pdf>. Acesso em: 5 mar. 2024.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA. Universidade Federal do Paraná. Guia do Candidato. Concurso Vestibular Unificado 1976. Acervo pessoal.

POLÍCIA FEDERAL. Delegacia regional do Paraná e Santa Catarina. Informe sobre atividades estudantis na UFPR em agosto de 1967. Disponível em: <https://documentosrevelados.com.br/espionagem-e-repressao-na-universidade-federal-do-parana/> Acesso em: 17 ago. 2023.

SECRETARIA GERAL DO COMANDO DE SEGURANÇA NACIONAL. Diretrizes para a Ação Policial (extraído do Estudo “Problema Estudantil Brasileiro). Disponível em: <https://documentosrevelados.com.br/espionagem-e-repressao-na-universidade-federal-do-parana/> Acesso em: 18 ago. 2023.

SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES. Informe nº 0805/83 – SI/SR/DFP/PR. Arquivo Nacional. Disponível em: http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/BR_DFANBSB_V8/MIC/GNC/NNN/83004233/BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_NNN_83004233_d0001de0001.pdf Acesso em: 17 dez. 2024.

SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES. Encaminhamento 0038/100/ACT/81. Arquivo Nacional. Disponível em: http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/br_dfanbsb_v8/mic/gnc/nnn/81001672/br_dfanbsb_v8_mic_gnc_nnn_81001672_d0001de0001.pdf. Acesso em: 20 dez. 2024.

SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES. Informação nº 222. SNI. ACT 69. Arquivo Nacional. Disponível em: http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/br_dfanbsb_v8/mic/gnc/aaa/69002384/br_dfanbsb_v8_mic_gnc_aaa_69002384_d0002de0002.pdf. Acesso em: 18 dez. 2024.

SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES. Informação nº 63. ACT/SNI 72. Arquivo Nacional. Disponível em:

http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/br_dfanbsb_v8/mic/gnc/aaa/72044191/br_dfanbsb_v8_mic_gnc_aaa_72044191_d0001de0001.pdf. acesso em: 19 dez. 2024.

SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES. Agência Curitiba. Informe nº 165/116/ACT/81. Antônio Narciso Pires de Oliveira e outros. Disponível em: http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/BR_DFANBSB_V8/MIC/GNC/NNN/81001046/BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_NNN_81001046_d0001de0002.pdf. Acesso em: 4 mar. 2025.

SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES. Agência Central. informe nº 063/19/AC/80. Congresso de reconstrução da União Paranaense de Estudantes. Disponível em: http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/BR_DFANBSB_V8/MIC/GNC/AAA/80010750/BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_AAA_80010750_d0001de0001.pdf Acesso em: 4 mar. 2025.

SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES. Agência Curitiba. Informação nº 0174/19/ACT/83. Eleições para renovação da diretoria da União Paranaense dos Estudantes (UPE). Disponível em: http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/BR_DFANBSB_V8/MIC/GNC/NNN/83004606/BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_NNN_83004606_d0001de0002.pdf Acesso em: 5 mar. 2025.

SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES. Agência Curitiba. Informe nº 0040/116/ACT/80. Contratação de Newton Freire Maia pela Universidade Federal do Paraná. Disponível em: http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/BR_DFANBSB_V8/MIC/GNC/NNN/80000423/BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_NNN_80000423_d0001de0001.pdf Acesso em: 6 mar. 2025.

SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES. Agência Curitiba. Informação nº 123/116/ACT/79. Modificação na linha de atuação do jornal “Correio de Notícias” de Curitiba/PR. Disponível em: http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/BR_DFANBSB_V8/MIC/GNC/NNN/79000096/BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_NNN_79000096_d0001de0001.pdf Acesso em: 7 mar. 2025.

SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES. Agência Curitiba. Informe nº 0663/15/ACT/83. Lançamento do comitê por “eleições diretas” em Curitiba. Disponível em: http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/BR_DFANBSB_V8/MIC/GNC/NNN/83004526/BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_NNN_83004526_d0001de0001.pdf Acesso em: 7 mar. 2025.

SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES. Agência Curitiba. Informe nº 0525/SE-3/ACT/82. Álvaro Dias e a questão da universidade. Disponível em: http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/BR_DFANBSB_V8/MIC/GNC/NNN/82

003553/BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_NNN_82003553_d0001de0001.pdf Acesso em: 7 mar. 2025.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ. Ata do Conselho Universitário (COUN). 31/07/1964. Unidade de Arquivo e Atividades Auxiliares – UARQ.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ. Ata do Conselho Universitário (COUN). 21/11/1967. Unidade de Arquivo e Atividades Auxiliares – UARQ.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ. Ata da reunião do Conselho Universitário (COUN). 31/10/1967. Unidade de Arquivo e Atividades Auxiliares – UARQ

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ. Ata da reunião do Conselho Universitário (COUN). 20/05/1968. Unidade de Arquivo e Atividades Auxiliares – UARQ.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ. Ata do Conselho Universitário (COUN). 27/05/1971. Unidade de Arquivo e Atividades Auxiliares – UARQ.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ. Ata do Conselho Universitário (COUN). 13/01/1976. Unidade de Arquivo e Atividades Auxiliares – UARQ.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ. Ata do Conselho Universitário (COUN). 29/08/1980. Unidade de Arquivo e Atividades Auxiliares – UARQ.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ. Relatório do Conselho Universitário (COUN). 01/04/2024. Revogação dos títulos de Doutores “Honoris Causa” concedidos pela UFPR aos presidentes da República militares durante o período da Ditadura. Disponível em: <https://ufpr.br/wp-content/uploads/2024/04/Ricardo-versao-final.assinada.pdf> Acesso em: 4 abr. 2024.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ. Pró-Reitoria de Extensão e Cultura. **Ficha individual de Carmália Audino Pires** – Projeto Rondon.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ. Pró-Reitoria de Extensão e Cultura. **Ficha individual de Mariza Helena Lenardt** – Projeto Rondon.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ. Pró-Reitoria de Extensão e Cultura. **Ficha individual de Maria Machado** – Projeto Rondon.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ. Pró-Reitoria de Extensão e Cultura. **Ficha individual de Maria Helena Lenardt** – Projeto Rondon.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ. Pró-Reitoria de Extensão e Cultura. **Ficha individual de Ercília Akie Fukui** – Projeto Rondon.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ. Pró-Reitoria de Extensão e Cultura. **Ficha individual de Rubens Marques Curi** – Projeto Rondon.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ. Pró-Reitoria de Extensão e Cultura. **Ficha individual de José Correa Porto de Abreu** – Projeto Rondon.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ. Pró-Reitoria de Extensão e Cultura. **Regimento CRUTAC-PR, 1973**

JORNAL BRASIL DE FATO

FERNANDES, Mayala. UFPR mantém homenagem a Jarbas Passarinho, um dos signatários do AI-5. **Brasil de Fato**. Disponível em:

<https://www.brasildefatopr.com.br/2024/04/12/ufpr-mantem-homenagem-a-jarbas-passarinho-um-dos-signatarios-do-ai-5> Acesso em: 1 mai. 2024.

Cartório altera certidão de óbito de Rubens Paiva e registra ‘morte violenta causada pelo Estado’. **Brasil de Fato**. Disponível em:

<https://www.brasildefato.com.br/2025/01/24/cartorio-altera-certidao-de-obito-de-rubens-paiva-e-registra-morte-violenta-causada-pelo-estado/> Acesso em: 1 mar. 2025.

JORNAL CORREIO DE NOTÍCIAS

Amigos e companheiros. **Correio de Notícias (PR)**. 20 jun. 1979. Disponível em: http://memoria.bn.gov.br/DocReader/325538_00/12144. Acesso em: 14 fev. 2025.

Caça às Bruxas na UFP. **Correio de Notícias**. 1 abr. 1980. Disponível em: http://memoria.bn.gov.br/DocReader/325538_01/269. Acesso em: 16 fev. 2025.

Filósofos protestam: estão vivos. **Correio de Notícias (PR)**. 14 mar. 1980. Disponível em: http://memoria.bn.gov.br/DocReader/325538_01/51 Acesso em: 16 fev. 2025

Diretório repudia triagem ideológica. **Correio de Notícias**. 8 abr. 1980. Disponível em: http://memoria.bn.gov.br/DocReader/325538_01/351. Acesso em: 17 fev. 2025.

Reitor a Cordi: assumo. **Correio de notícias**. 2 abr. 1980. Disponível em: http://memoria.bn.gov.br/DocReader/325538_01/289 Acesso em: 17 fev. 2025.

Em defesa da universidade democrática. **Correio de Notícias**. 6 abr. 1980. Disponível em: http://memoria.bn.gov.br/docreader/325538_01/334. Acesso em: 18 fev. 2025.

Estudante teria sido sequestrado. **Correio de notícias**. 20. out. 1977. Disponível em: http://memoria.bn.gov.br/DocReader/325538_00/2144. Acesso em: 23 fev. 2025.

Mais verbas para a educação. **Correio de Notícias**. 18 nov. 1979. Disponível em: http://memoria.bn.gov.br/DocReader/325538_00/14229. Acesso em: 28 fev. 2025.

CCC volta a ameaçar universitários. **Correio de notícias**. 16 abr. 1979. Disponível em: http://memoria.bn.gov.br/DocReader/325538_00/11039. Acesso em: 2 mar. 2025.

Vernalha caiu: assume Giovanoni. **Correio de Notícias**. 20 abr. 1980. Disponível em: http://memoria.bn.gov.br/DocReader/325538_01/625. Acesso em: 6 mar. 2025.

E Curitiba deu a nova arrancada. **Correio de Notícias**. 26 jun. 1984. Disponível em: http://memoria.bn.gov.br/DocReader/325538_01/1616. Acesso em: 7 mar. 2025.

JORNAL DIÁRIO DA TARDE

Crise estudantil chega ao fim com mediação das autoridades. **Jornal da Tarde**. Disponível em:

<https://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=800074&pagfis=117620>. Acesso em: 27 mar. 2024.

C.E.U. foi o refúgio. **Diário da Tarde**. 21 out. 1968. Disponível em: <http://memoria.bn.gov.br/DocReader/800074/118571>. Acesso em: 11 out. 2024.

Até não haver mais lágrimas. **Correio de Notícias**. 26 jun. 1984. Disponível em: http://memoria.bn.gov.br/DocReader/325538_01/1630. acesso em: 7 mar. 2025.

JORNAL DO BRASIL.

Governo já sabe o que é MAC e quem o orienta e financia. **Jornal do Brasil**. 19 jan 1962. Disponível em: http://memoria.bn.gov.br/DOCREADER/030015_08/25416. Acesso em: 9 jul. 2024.

Poder inerte. **Jornal do Brasil**. Disponível em: http://memoria.bn.br/DOCREADER/DocReader.aspx?bib=030015_08&hf=memoria.bn.br&pagfis=118139. Acesso em: 1 mar. 2024.

Tarso instala o Grupo que prepara a reforma. **Jornal do Brasil**. Disponível em http://memoria.bn.br/DOCREADER/DocReader.aspx?bib=030015_08&pagfis=118162. Acesso em: 1 mar. 2024.

Reitoria da Universidade do Paraná é depredada por cabeludos de calça justa. **Jornal do Brasil**. Disponível em: https://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=030015_08&pagfis=103298. Acesso em: 14 mar. 2024.

Sequestro de presidente de Diretório leva mil alunos da UFPR a paralisar aulas. **Jornal do Brasil**. 21 out. 1977. Disponível em: http://memoria.bn.gov.br/DOCREADER/030015_09/108425. Acesso em: 23 fev. 2025

Advogado quer comissão da OAB para levantamento de atuação do CCC em Curitiba. **Jornal do Brasil**. 5 dez. 1978. Disponível em: http://memoria.bn.gov.br/DOCREADER/030015_09/148832. Acesso em: 1 mar. 2025.

Rodrigo Octávio pede, em nome do STM, anistia por via legal. **Jornal do Brasil**. 26 out. 1978. Disponível em: http://memoria.bn.gov.br/DocReader/030015_09/146074. Acesso em: 3 mar. 2025.

Professores e alunos estão em greve em quatro Estados. **Jornal do Brasil**. 14 mar. 1980. Disponível em: http://memoria.bn.gov.br/DocReader/030015_10/4523. Acesso em: 6 mar. 2025.

Universidade do Paraná mantém decisão de demitir geneticista Freire Maia. **Jornal do Brasil**. 15 mar. 1980. Disponível em: http://memoria.bn.gov.br/DocReader/030015_10/4583 Acesso em: 6 mar. 2025.

Portella diz que ausência de repressão foi ponto alto de seu 1º ano de governo. **Jornal do Brasil**. 15 mar. 1980. Disponível em: http://memoria.bn.gov.br/DocReader/030015_10/46498. Acesso em: 6 mar. 2025.

JORNAL GAZETA DO POVO

ANDREOLA, Alessandro. MARTINS, Célio. Ex-governador do Paraná Paulo Pimentel faz 90 anos lembrando a carreira recheada de causos. **Gazeta do Povo**, 06 jun. 2020. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/politica/parana/ex-governador-paulo-pimentel-faz-90-anos-lembrando-a-carreira-recheada-de-causos-ajllfc2i4fmdmyihnwwdzsa42/> Acesso em: 7 fev. 2025.

FERNANDES, José Carlos. Memórias esparsas da Chácara do Alemão. **Gazeta do Povo**. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/colunistas/jose-carlos-fernandes/memorias-esparsas-da-chacara-do-alemao-a9ovivra757lryxy4fr2zt7i5/> Acesso em: 29 mar. 2024.

FERNANDES, José Carlos de. As muitas vidas de Gustavo Pereira. **Gazeta do Povo**, 23 out. 2005. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/as-muitas-vidas-de-gustavo-pereira-9qr70c9aoyztcl584kroa28um/>. Acesso em: 11 out. 2024.

Morre Valfrido Pilotto, um homem que fez história. **Gazeta do Povo**. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/caderno-g/morre-valfrido-pilotto-um-homem-que-fez-historia-9xio9wihaw0q8so5ckmcodr9q/>. Acesso em: 23 jun. 2023.

Jornalista Airton Cordeiro morre aos 77 anos. **Gazeta do Povo**. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/esportes/airton-cordeiro-falecimento/> >. Acesso em: 13 jul. 2023.

CORDEIRO, Airton. A nova história do Brasil. **Gazeta do Povo**. 14 dez. 2008. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/esportes/colunistas/airton-cordeiro/a-nova-historia-do-brasil-bbvovsv44457zsk5jxlrngpa/> Acesso em: 21 jul. 2023.

JORNAL ÚLTIMA HORA

Fracassou a marcha dos privilegiados. **Última hora**. 25 mar. 1964, p. 2. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=830348&pagfis=19426>. Acesso em: 25 fev. 2023.

JORNAL DIÁRIO DO PARANÁ: ÓRGÃO DOS DIÁRIOS ASSOCIADOS

Costa e Silva traçou missão para a universidade. **Diário do Paraná: órgão dos diários associados**. 26 mar. 1969. Disponível em: http://memoria.bn.br/pdf/761672/per761672_1969_04113.pdf. Acesso em: 29 jul. 2023.

CS: revolução não veio passear. **Diário do Paraná: órgão dos diários associados**. 25 mar. 1969. Disponível em: <http://memoria.bn.gov.br/docreader/761672/71473> Acesso em: 12 dez. 2024.

Marcha a Favor do Ensino Livre. **Diário do Paraná: órgão dos diários associados**. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=761672&pagfis=48715>. Acesso em: 25 fev. 2023.

Medicina da UP escolheu seus homenageados. **Diário do Paraná: Órgão dos Diários Associados**. 21 jun. 1964. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=761672&pagfis=49727>. Acesso em: 21 mar. 2023.

Nossa opinião – Projeto Rondon. **Diário do Paraná: Órgão dos Diários Associados**. 28 dez. 1967. Disponível em: <http://memoria.bn.gov.br/DocReader/761672/65720> Acesso em: 03/10/2024.

Primeiras fotos da revolução vitoriosa! **Diário do Paraná: órgão dos Diários Associados**. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/761672/48857?pesq=>. Acesso em: 28 fev. 2024.

Revolução chega ao Paraná (pela terceira vez). **Diário do Paraná: órgão dos diários associados**. 23 mar. 1969. Disponível em: <http://memoria.bn.gov.br/docreader/761672/71445>. Acesso em: 12 dez. 2024.

Voz Dissonante na homenagem a Geisel. **Diário do Paraná**. 16 jan. 1981. Disponível em: <http://memoria.bn.gov.br/DocReader/761672/145080> Acesso em : 7 fev. 2025.

PMDB Contra o CCC. **Diário do Paraná**. 20 ago. 1980. Disponível em: <http://memoria.bn.gov.br/DocReader/761672/143123>. Acesso em: 14 fev. 2025.

Geisel: cedo para candidaturas. **Diário do Paraná**. 17 jan. 1981. Disponível em: <http://memoria.bn.gov.br/docreader/761672/145092>. Acesso em: 8 fev. 2025.

Universidade de PG Discute democracia. **Diário do Paraná**, 29 nov. 1981. Disponível em: <http://memoria.bn.gov.br/DocReader/761672/149472>. Acesso em: 16 fev. 2025.

Um dia sem aula no edifício Dom Pedro II. **Diário do Paraná**, 21 out. 1977. Disponível em: <http://memoria.bn.gov.br/DocReader/761672/125128>. Acesso em: 23 fev. 2025.

CCC tem delegado para investigá-lo. **Diário do Paraná**. 14 dez. 1978. Disponível em: <http://memoria.bn.gov.br/DocReader/761672/133071>. Acesso em: 1 mar. 2025.

Paulo agora ataca Geisel. **Diário do Paraná**. 15 jan. 1981. Disponível em: <http://memoria.bn.gov.br/DocReader/761672/145066>. Acesso em: 26 abr. 2025.

JORNAL TRIBUNA DA IMPRENSA

A redemocratização universitária. **Tribuna da Imprensa**. 5 abr. 1964. Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=154083_02&pagfis=16252. Acesso em: 10 mar. 2023.

JORNAL THE NEW YORK TIMES

I'm Still Here wins the best international feature. **The New York Times**. 3 mar. 2025. Disponível em: <https://www.nytimes.com/2025/03/02/movies/im-still-here-oscar-international-feature.html>. Acesso em: 3 mar. 2025.

JORNAL PLURAL

Universidades Federais mantêm homenagens a ditadores. Disponível em: <https://www.plural.jor.br/noticias/vizinhanca/universidades-federais-mantem-homenagem-a-ditadores/> Acesso em: 28 jun. 2023.

FONTES AUDIOVISUAIS

CABRAL Júnior, João Bonifácio. **Depoimentos para a História (vídeo)**. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=RcWkDHkIH60&t=3724s>. Acesso em: 9 jun. 2021.

CORREIA, José Maria de Paula. **Depoimentos para a História (vídeo)**. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=0nF5fLaBlXo>. Acesso em: 17 dez. 2024.

FORTES, Ana Beatriz. **Depoimentos para a História (vídeo)**. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=G3tNJDHVjIk> Acesso em: 11 nov. 2024.

FORTES, Elizabeth Franco. **Depoimentos para a História (vídeo)**. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=5boaPTLoYQE&t=10s>. Acesso em: 9 jun. 2021.

JACOB, Stênio Sales. **Depoimentos para a História (vídeo)**. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=94r61FSOuOk&t=739s>. Acesso em 7 jun. 2021.

LOPES, José Ferreira. **Depoimentos para a história (vídeo)**. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=3PcApukNnsI&t=1998s>. Acesso em: 25 mar. 2024.

MARTINS, Clair da Flora. **Depoimentos para a História (vídeo)**. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Bx50IbZnK7w>. Acesso em 11 dez. 2024.

MANIKA, Jorge. **Depoimentos para a História (vídeo)**. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=tcXLFDACJt0&t=662s>. Acesso em: 25 fev. 2025.

OLIVEIRA, Antônio Narciso Pires de. **Depoimentos para a História (vídeo)**. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=QmiDs556pCA>. Acesso em: 4 mar. 2025.

PASSOS. Zélia de Oliveira. **Depoimentos para a História (vídeo)**. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=ci6lZvTwrtk&t=466s>. Acesso em: 19 dez. 2024.

TRINDADE, Judite Maria Barboza. **Depoimentos para a História (vídeo)**. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=F-TKlkWwm8s&t=2128s>. Acesso em: 8 jun. 2021.

REQUIÃO, Maurício. **Depoimentos para a História (vídeo)**. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=TxZFnzqLaOY&t=1528s>. acesso em: 5 mar. 2025.

TRINDADE, José Antônio. **Depoimentos para a História (vídeo)**. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Zf9RkzzqTPk&t=1321s> Acesso em: 25 mar. 2024. Acesso em: 2 mar. 2024.

SOROTIUK, Vitório. **Depoimentos para a história** (vídeo). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=ftGYbNx4Bg&t=5134s>. Acesso em: 13 jul. 2023.

ZANIN, Marlene. **Depoimentos para a História** (vídeo). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=yyabXrIFfx0&t=238s>. Acesso em: 15 fev. 2025.

PÁGINAS DA INTERNET

130-year-old Chinese fire put out. Disponível em: <http://news.bbc.co.uk/2/hi/asia-pacific/3978329.stm> Acesso em: 5 ago. 2024.

A ditadura civil-militar – Daniel Aarão Reis. Disponível em: <https://www.oabrij.org.br/artigo/ditadura-civil-militar-daniel-aarao-reis>. Acesso em: 2 jan. 2024.

Bolsonaro compara a execução de indivíduos ordenada por Ernesto Geisel a um “tapa no bumbum do filho”. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=NjD8ZPNG850>. Acesso em: 18 abr. 2023.

Celebrar o golpe representa uma derrota para a democracia. **El País**, 27 mar. 2019. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2019/03/26/opinion/1553638697_638185.html. Acesso em: 3 jan. 2024.

Como a Gazeta do Povo, do Paraná, deu uma guinada à direita e se tornou porta-voz do Brasil de Bolsonaro. Disponível em: <https://www.intercept.com.br/2018/12/09/gazeta-do-povo-guinada-direita-bolsonaro/> Acesso em: 3 jul. 2024.

Curitiba já foi a capital do Brasil e é mais antiga do que se imagina. **Jornal de comunicação on-line da UFPR**. Disponível em: <https://gehadhajar.blogspot.com/2010/09/curitiba-ja-foi-capital-do-brasil-e-e.html>. Acesso em: 12 dez. 2014.

Gestão Bolsonaro celebra golpe de 31 de março pelo quarto ano seguido. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/deutschewelle/2022/03/31/gestao-bolsonaro-celebra-golpe-de-64-pelo-quarto-ano-seguido.htm>. Acesso em: 18 abr. 2023.

Fórum da Verdade UFPR. Disponível em: <https://forumverdade.ufpr.br/caminhosdaresistencia/uniao-paranaense-de-estudantes-upe/>. Acesso em: 4 mr. 2023.

Governo concede indenização milionária à UNE. Disponível em: <https://exame.com/mundo/governo-concede-indenizacao-milionaria-a-une/>. Acesso em: 29 jun. 2023.

Eleições na Argentina: vice de Milei propõe rever indenização a vítimas da ditadura. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/articles/cekm45e3rypo>. Acesso em: 3 jan. 2024.

“José Rodrigues Vieira Netto – a vida e o trabalho de um um grande mestre”, Cecília Helm. Disponível em: <https://forumverdade.ufpr.br/blog/2017/06/19/jose-rodrigues-vieira-netto-a-vida-e-o-trabalho-de-um-um-grande-mestre-cecilia-helm/> Acesso em: 24 mar. 2023.

Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPÊS). Disponível em: <http://memorialdaresistencia.org.br/lugares/instituto-de-pesquisas-e-estudos-sociais-ipes/>. Acesso em: 21 jul. 2023.

STF é contra revisão da Lei da Anistia por sete votos a dois. Supremo Tribunal Federal. Disponível em: <https://portal.stf.jus.br/noticias/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=125515#:~:text=No%20julgamento%20da%20Argui%C3%A7%C3%A3o%20de,por%207%20votos%20a%202.> Acesso em: 10 set. 2023.

Em 1968, MEC passou a priorizar faculdades privadas. **Agência Senado**. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/especiais/arquivo-s/em-1968-mec-passou-a-priorizar-faculdades-privadas> Acesso em: 23 out. 2023.

Lula é criticado por entidades de direitos humanos após dizer que não quer ficar “remoendo” golpe militar de 64. CNN Brasil. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/blogs/jussara-soares/politica/lula-e-criticado-por-entidades-de-direitos-humanos-apos-dizer-que-nao-quer-ficar-remoendo-golpe-militar-de-64/> Acesso em: 4 abr. 2024.

Zoneamento de Curitiba: surge o Plano Diretor (1960-2019). Disponível em: <https://www.curitiba.pr.leg.br/informacao/noticias/zoneamento-de-curitiba-surge-o-plano-diretor-1960-2019-1#:~:text=Aproximadamente%20340%20mil%20pessoas%20habitavam%20o%20territ%C3%B3rio%20de%20Curitiba%20em%201960.> Acesso em: 3 jul. 2024.

KACHANI, Morris. O Brasil não digeriu a ditadura. Disponível em: <https://blogdomorris.blogfolha.uol.com.br/2014/08/25/o-brasil-nao-digeriu-a-ditadura/?cmpid=%22facefolha%2> Acesso em: 3 nov. 2024

Biografia de Paulo Pimentel. **CPDOC FGV**. Disponível em: <https://www18.fgv.br/cpd/doc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/paulo-cruz-pimentel> Acesso em: 7 fev. 2025.

Perfil biográfico de Eduardo Portella. **Academia Brasileira de Letras**. Disponível em: <https://www.academia.org.br/academicos/eduardo-portella/biografia> Acesso em: 28 fev. 2025.

Pesquisas apontam que 400 mil mortes poderiam ser evitadas; governistas questionam. Fonte: Agência Senado. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2021/06/24/pesquisas-apontam-que-400-mil-mortes-poderiam-ser-evitadas-governistas-questionam> Acesso em: 1 mar. 2025.

Lula diz que golpe de 64 é passado e que não quer remoer o passado. Folha de São Paulo. 27 fev. 2024. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2024/02/lula-diz->

que-golpe-de-64-e-historia-e-que-nao-quer-remoer-o-passado.shtml Acesso em: 1 mar. 2025.

‘Ainda Estou Aqui’ já ganhou 30 prêmios até agora; veja lista. Disponível em: <https://g1.globo.com/pop-arte/cinema/noticia/2025/02/20/ainda-estou-aqui-ja-ganhou-38-premios-ate-agora-veja-lista.ghtml> Acesso em: 1 mar. 2025.

Perfil biográfico de Rodrigo Otávio Jordão Ramos. **CPDOC FGV**. Disponível em: <https://www18.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/rodrigo-otavio-jordao-ramos> Acesso em: 3 mar. 2025.

Fórum da Verdade – UFPR. União Paranaense dos Estudantes – UPE. Disponível em: <https://forumverdade.ufpr.br/caminhosdaresistencia/uniao-paranaense-de-estudantes-upe/> Acesso em: 4 mar. 2025.

Teotônio Vilela. Líderes & Estadistas. **Revista Isto É**. Disponível em: <https://web.archive.org/web/20000525144848/http://www.terra.com.br/istoe/biblioteca/brasileiro/lideres/est15.htm> Acesso em: 7 mar. 2025.

PASTAS DA DOPS

DEAP/DOPS. **Comando de Caça aos Comunistas (CCC)**. Dossiê 247, caixa 26.

DEAP/DOPS. **Comitê Brasileiro pela Anistia**. Dossiê 261c. Pasta 28.

DEAP/DOPS. **Comitê Brasileiro Pela Anistia**. Dossiê 261e. Pasta 28.

DEAP/DOPS. **Comitê Brasileiro Pela Anistia**. Dossiê 261g. Pasta 28.

DEAP/DOPS. **DCE Livre da Universidade Federal do Paraná**. Dossiê 747, caixa 84.

DEAP/DOPS. **DCE – Federal**. Dossiê 748, Caixa 84.

DEAP/DOPS. **Diretório Acadêmico de Ciências Econômicas do Paraná**. Dossiê 724, caixa 82.

DEAP/DOPS. **Diretório Acadêmico Nilo Cairo**. Dossiê 735, caixa 83.

DEAP/DOPS. **Diretório acadêmico Rocha Pombo**. Dossiê 736, caixa 83.

DEAP/DOPS. **DOPS – informes**. Dossiê 799, caixa 94

DEAP/DOPS. **União Paranaense dos Estudantes, UPE**. Dossiê 2325, caixa. 263.

DEAP/DOPS. **Ensino Pago**. Dossiê 928, Caixa 114.

DEAP, DOPS. **Ficha individual de José Rodrigues Vieira Neto**. Dossiê Nº 45.992. Filme 2279/01.

DEAP/DOPS. **Ficha Individual de José Ferreira Lopes**. Dossiê nº 22.193. Filme 2272/01.

DEAP/DOPS. **Ficha individual de Amílcar Goyheneix Gigante**. Dossiê Nº 16.150.

DEAP/DOPS. **Ficha individual de Ana Beatriz Fortes**. Dossiê N° 14.671, filme 2267/01.

DEAP/DOPS. **Ficha Individual de Philippe Erienne Marie Ledett**. Dossiê 20.847. Filme 2272/01

DEAP/DOPS. **Ficha individual de Regenís Bading Prochmann**. Dossiê N° 33.172, filme 2274/01

DEAP/DOPS. **Esquema de segurança dos estudantes**. Dossiê 941, caixa 115.

DEAP/DOPS. **Política educacional do governo**. Dossiê 1576, caixa 90.

DEAP/DOPS. **Informantes**. Dossiê 797. Caixa 94.

DEAP/DOPS. **Movimento Estudantil**, Dossiê 1391, caixa 165.

DEAP/DOPS. **Movimentos Estudantis**. Dossiê 1302, caixa 152.

DEP/DOPS. **Movimento Universitário Cristão**. Dossiê 1418, caixa 168

DEAP/DOPS. **Serviço Nacional de Informações – SNI**. Dossiê 1776. caixa 212.

DEAP/DOPS. **Sociedade Brasileira de Defesa da Tradição, Família e Propriedade**. Dossiê 2170, caixa 238.

DEAP/DOPS. **União Nacional dos Estudantes – UNE (XXXº Congresso)**. Dossiê 2313, caixa 260.

DEAP/DOPS. **Universidade Federal do Paraná**. Dossiê 2355a. Caixa 268.

DEAP/DOPS. **Universidade Federal do Paraná**. Dossiê 2355b. Caixa 268.

DEAP/DOPS. **Universidade Federal do Paraná – A.E.S.I. 1972-1973-1974-1975-1976-1977-1978-1979**. Dossiê 2357. Caixa 269.

DOCUMENTOS OFICIAIS

BRASIL. Biblioteca da Presidência da República. Discurso de Posse de João Baptista Figueiredo. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/jb-figueiredo/discursos/discursos-de-posse/discurso-de-posse/view> Acesso em: 15 fev. 2025.

BRASIL. Diagnóstico institucional do Projeto Rondon. Fundação Getúlio Vargas, 1974. Universidade Federal do Paraná: Pró-Reitoria de Extensão e Cultura.

BRASIL. Lei nº 1.802, de 5 de janeiro de 1953. Define os crimes contra o Estado e a Ordem Política e Social, e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/11802.htm#:~:text=L1802&text=LEI%20No%201.802%2C%20DE,Social%2C%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%A2ncias. Acesso em: 6 mai. 2024.

BRASIL. Lei nº 4.464, de 9 de novembro de 1964. Dispõe sobre os Órgãos de Representação dos estudantes e dá outras providências. Disponível em:

<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-4464-9-novembro-1964-376749-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 27 jan. 2023.

BRASIL. Ato Institucional nº 1, de 9 de abril de 1964. Dispõe sobre a manutenção da Constituição Federal de 1946 e as Constituições Estaduais e respectivas Emendas, com as modificações introduzidas pelo Poder Constituinte originário da revolução Vitoriosa. Planalto, Brasília, 1964. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ait/ait-01-64.htm Acesso em: 23 jun. 2023.

BRASIL. Ato institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968. São mantidas a Constituição de 24 de janeiro de 1967 e as Constituições Estaduais; O Presidente da República poderá decretar a intervenção nos estados e municípios, sem as limitações previstas na Constituição, suspender os direitos políticos de quaisquer cidadãos pelo prazo de 10 anos e cassar mandatos eletivos federais, estaduais e municipais, e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ait/ait-05-68.htm. Acesso em: 15 jul. 2024.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1967. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao67.htm. Acesso em: 5 mar. 2024.

BRASIL. Decreto-Lei nº 228, de 28 de fevereiro de 1967. Reformula a organização da representação estudantil e dá outras providências. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1960-1969/decreto-lei-228-28-fevereiro-1967-376022-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 13 jul. 2023.

BRASIL. Decreto-Lei nº 53, de 18 de novembro de 1966. Fixa princípios e normas de organização para as universidades federais e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1965-1988/del0053.htm#:~:text=DECRETO%2DLEI%20N%C2%BA%2053%2C%20DE%2018%20DE%20NOVEMBRO%20DE%201966.&text=Fixa%20princ%C3%ADpios%20e%20normas%20de,o%20par%C3%A1grafo%20%C3%BAnico%20do%20art.>. Acesso em: 1 fev. 2023.

BRASIL. Decreto-Lei nº 252, de 28 de fevereiro de 1967. Estabelece normas complementares ao Decreto-Lei nº 53, de 18 de novembro de 1966, e dá outras providências. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1960-1969/decreto-lei-252-28-fevereiro-1967-376151-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 21 jul. 2023.

BRASIL. Decreto nº 62.937, de 2 de Julho de 1968. Dispõe sobre a instituição de grupo de trabalho para promover a reforma universitária e dá outras providências. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-62937-2-julho-1968-404810-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 1 mar. 2024.

BRASIL. Decreto-Lei nº 916, de 7 de outubro de 1969. Cria a Comissão Incentivadora dos Centros Rurais Universitários de Treinamento e Ação Comunitária CINCRUTAC - e dá outras providências. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1960-1969/decreto-lei-916-7-outubro-1969-375250-publicacaooriginal-1-pe.html> Acesso em: 14 dez. 2024

BRASIL. Lei nº5.540 de 28 de novembro de 1968. Fixa normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média, e dá outras providências. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-5540-28-novembro-1968-359201-publicacaooriginal-1-pl.html> Acesso em: 5 mar. 2024.

BRASIL. Decreto nº 60.516, de 28 de março de 1967. Aprova convênio sobre candidatos excedentes dos concursos de habilitação dos estabelecimentos de ensino de nível superior. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-60516-28-marco-1967-401557-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 3 abr. 2024.

BRASIL. lei nº 5.379 de 15 de dezembro de 1967. Provê sobre a alfabetização funcional e a educação continuada a adolescentes e adultos. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/15379.htm Acesso em: 19 dez. 2024.

BRASIL. Decreto nº 62.119, de 15 de janeiro de 1968. Altera os Decretos ns. 56.788, de 25 de agosto de 1965 e 56.596, de 21 de julho de 1965, que dispõem, respectivamente, sobre os Regimentos dos Gabinetes Militar e Civil da Presidência da República. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1950-1969/D62119.htm. Acesso em: 10 dez. 2024.

BRASIL. Decreto nº 62.455, de 22 de março de 1968. Institui a fundação Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL). Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-62455-22-marco-1968-403852-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 19 dez. 2024.

BRASIL. Decreto-Lei n: 869, de 12 de setembro de 1969. Dispõe sobre a inclusão da Educação Moral e Cívica como disciplina obrigatória, nas escolas de todos os graus e modalidades, dos sistemas de ensino no País, e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1965-1988/del0869.htm#:~:text=DECRETO%2DLEI%20N%C2%BA%20869%2C%20DE%2012%20DE%20SETEMBRO%20DE%201969.&text=Disp%C3%B5e%20s%C3%B4bre%20a%20inclus%C3%A3o%20da,Pa%C3%ADs%2C%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%Aancias. Acesso em: 3 dez. 2024.

BRASIL, Decreto-Lei nº 477, de 26 de fevereiro de 1969. Define infrações disciplinares praticadas por professores, alunos, funcionários ou empregados de estabelecimentos de ensino público ou particulares, e dá outras providências. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1960-1969/decreto-lei-477-26-fevereiro-1969-367006-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 15 jul. 2024.

BRASIL. Decreto-Lei nº 67.505, de 6 de novembro de 1970. Reformula o Grupo de Trabalho Projeto Rondon e assegura-lhe autonomia administrativa e financeira e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1970-1979/d67505.htm. Acesso em: 28 nov. 2024.

BRASIL, Lei nº 6.310, de 15 de dezembro de 1975. Autorizo a instituição da Fundação Projeto Rondon, e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/16310.htm. Acesso em: 28 nov. 2024.

BRASIL. Lei nº 6.733, de 4 de dezembro de 1979. Dispõe sobre a nomeação dos dirigentes das fundações instituídas ou mantidas pela União. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1970-1979/l6733.htm#:~:text=LEI%20N%C2%BA%206.733%2C%20DE%204%20DE%20DEZEMBRO%20DE%201979.&text=Disp%C3%B5e%20sobre%20a%20nomea%C3%A7%C3%A3o%20dos,institu%C3%ADdas%20ou%20mantidas%20pela%20Uni%C3%A3o. Acesso em: 4 mar. 2025.

PARANÁ. Prefeitura de Marmeleiro. Decreto nº113. Nomeia Ademir Pedro Acco, para exercer a função gratificada do NAOF (Núcleo de Assistência e Orientação Fiscal) e Fixa Seus vencimentos. Disponível em: https://www.marmeleiro.pr.gov.br/arquivos/decreto/190814_1408452628-lei_Arquivo%206.pdf Acesso em: 10 dez. 2024.

PARANÁ, Decreto nº 577/91, de 11 de julho de 1991. Transfere para o Departamento de Arquivo Público o acervo arquivístico da Subdivisão de Informações da Polícia Civil. Disponível em: <http://200.189.113.39/sesp/legsesp.nsf/abdc1a1c48eed83a83256d7c0064aac9/245bc7fd3219bed0032569890074236b?OpenDocument>> Acesso em: 13 fev. 2024.

PARANÁ. Secretaria da Justiça, Trabalho e Direitos Humanos – SEJU. **Relatório Estadual da Comissão da verdade Tereza Urban, volumes 1 e 2**. Disponível em: <https://www.justica.pr.gov.br/Pagina/Comissao-Estadual-da-Verdade>. Acesso em: 17 ago. 2023.

SÃO PAULO. Câmara Municipal. Relatório da Comissão Estadual da Verdade Vladimir Herzog 2013/2013. Disponível em: <https://www.saopaulo.sp.leg.br/iah/fulltext/relatoriocomis/LIVRORELFINCOMISSAOVERDADE-2015.pdf> Acesso em: 17 dez. 2024.

BIBLIOGRAFIA

ABREU, José dos Santos de. **O processo de desmobilização da comunidade de segurança e informações do Paraná (CSI-PR) no contexto da resistência/descompressão política da ditadura de segurança nacional brasileira (1975-1983)**. Tese (doutorado). Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2023. 291f

AMATO, Gabriel. **Somos um país de jovens: a cultura das políticas da ditadura militar brasileira para a juventude**. Tese (doutorado). Universidade Federal de Minas Gerais, 2023 (431 f).

_____. **Aula prática de Brasil no Projeto Rondon: Estudantes, ditadura e nacionalismo**. São Paulo: Alameda, 2019.

ASSMANN, Aleida. **Espaços da recordação: formas e transformações da memória cultural**. Campinas: Unicamp, 2011.

BACELLAR, Carlos. **Uso e mau uso dos arquivos**. In: PINSKY, Carla (Org.). **Fontes históricas**. São Paulo: Contexto, 2008, p. 37

BATISTELLA, Alessandro. O paranismo e a invenção da identidade paranaense. **Revista Eletrônica História em Reflexão: Vol. 6 n. 11** – UFGD - Dourados jan/jun 2012. Disponível em:

<https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/historiaemreflexao/article/download/1874/1044/5318>

Acesso em: 4 mai. 2024.

BENJAMIN, Walter. **Sobre o conceito de história**. Organização e tradução Adalberto Mueller, Márcio Seligmann-Silva. 1ª ed. São Paulo: Alameda, 2020.

BERTOTTI, Rudimar Gomes. **Preceitos da doutrina de segurança nacional e desenvolvimento contido em manuais didáticos da disciplina Estudo de Problemas Brasileiros**: apropriações e representações. Tese (doutorado). Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Curitiba: 2020. 273 f.

_____. **Caráter, amor à pátria e obediência à lei? Disciplina de Estudo de Problemas Brasileiros na Universidade Federal do Paraná (1971-1984)**. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Paraná, 2015.

BLOCH, Marc. **Apologia da História ou ofício de historiador**. 1ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

BRUNELO, Leandro. **Repressão política durante o regime militar no Paraná: o caso da Operação Marumbi na terra das araucárias**. Maringá: EDUEM, 2009.

BORGES, Luana Regina. **Ditadura e gênero: mulheres no movimento estudantil paranaense**. (Dissertação de mestrado). Unioeste, Cascavel, 2020. (174 f)

BRASIL, Clarissa. **O brado de alerta para o desertar das consciências: uma análise sobre o Comando de Caça aos Comunistas, Brasil, 1968-1981**. Dissertação (mestrado). Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2010. (124 f). Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/132846/000984619.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 10 jul. 2024.

BRUNELO, Leandro. **Repressão política durante o regime militar no Paraná: o caso da Operação Marumbi na terra das araucárias**. Maringá: EDUEM, 2009.

CALCIOLARI, Sílvia. **Ex-presos políticos e a memória social da tortura no Paraná (1964-1978)**. Curitiba: Assembleia Legislativa do Paraná, 2006.

CAMPOS, Luiz Felipe. **O massacre da granja de São Bento: a história de como um traidor e um torturador se aliaram em um dos crimes mais brutais da ditadura militar no Brasil**. Cepe: Recife, 2017.

CAMPOS, Nívio de; SOUZA, Eliezer Felix de. Maio de 1968 na Universidade Federal do Paraná (UFPR). **Projeto História**, São Paulo, v. 63, pp. 205-239, Set.-Dez., 2018.

CANDAU, Joël. **Antropologia da memória**. Instituto Piaget: Lisboa, 2013.

_____. **Memória e identidade**. (Tradução de Maria Letícia Ferreira). 1ª edição. 5ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2019.

CARVALHO, Aloysio Castelo de. **A rede da democracia: O Globo, o Jornal e o Jornal do Brasil na queda do governo João Goulart (1961-1964)**. Rio de Janeiro: editora da UFF, 2010.

CODATO, Adriano Nervo; DE OLIVEIRA, Marcus Roberto. A marcha, o terço e o livro: catolicismo conservador e ação política na conjuntura do golpe de 1964. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 24, n. 47, p. 271-302, 2004

COSTA, Lorena Lopes da. Os Lotófagos da Odisseia ou sobre o esquecimento do retorno. **Caderno de pesquisa do Cdhis**. Uberlândia, MG, vol. 30, n.2. 2017, p. 169-185.

COSTA, Osmani Ferreira da. Concessões televisivas e relações políticas sob a ditadura militar: o caso da Rede Globo no Paraná. **Anais do XIX Encontro Regional de História: Poder, Violência e Exclusão**. ANPUH/SP – USP. São Paulo, 08 a 12 de setembro de 2008.

CUNHA, Luiz Antônio. **A universidade reformada: o golpe de 1964 e a modernização do ensino superior**. 2ª ed. São Paulo: Editora Unesp, 2007.

_____. Os Estudos de Problemas Brasileiros na UFRJ: aproximações institucionais. **Revista Contemporânea de Educação**, v. 7, p. 193-215, 2012.

D'ARAUJO, Maria Celina; SOARES, Glaucio Ary Dillon; CASTRO, Celso. **Os anos de chumbo: a memória militar sobre a repressão**. Rio de Janeiro: Dumará, 1994.

ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA. **Manual Básico**. Rio de Janeiro: 1975.

EVANGELISTA, Olinda (org.). **Memória da organização dos professores da Universidade Federal do Paraná**. Curitiba: APUFPR, 1991.

FARIAS, J. A. de. A extrema-direita explosiva: anticomunismo e atentados na distensão da ditadura civil-militar. **Revista de História**, [S. l.], v. 28, n. 2, p. 351–375, 2023. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/locus/article/view/36282>.

FÁVERO, Maria de Lourdes de A. **A UNE em tempos de autoritarismo**. 2. ed. rev. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009.

FICO, Carlos; FERREIRA, Marieta de Moraes; ARAUJO, Maria Paulo; QUADRAT, Samantha Viz (orgs.). **Ditadura e democracia na América Latina: balanço histórico e perspectivas**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008.

FICO, Carlos. **O grande irmão: da operação Brother Sam aos anos de chumbo. O governo dos Estados Unidos e a ditadura militar brasileira**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

_____. Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 24, n. 47, p. 29-60, 2004.

_____. **Reinventando o otimismo: ditadura, propaganda e imaginário social no Brasil**. 2 ed. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2024.

FIGUEIREDO, Lucas. **Lugar Nenhum: Militares e civis na ocultação dos documentos da ditadura**. (1ª ed.) São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

FREIRE, Paulo. **Extensão ou comunicação?** Tradução de Rosisca Darcy de Oliveira. 7ª ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1983 93 p. (O Mundo, Hoje, v. 24).

GAGNEBIN, Jeanne-Marie. **Lembrar, escrever, esquecer.** São Paulo: Editora 34, 2009 (2ª reimpressão - 2018).

GASPARI, Elio. **A ditadura envergonhada.** 2 ed. rev. Rio de Janeiro: intrínseca, 2014.

HAGEMEYER, Rafael Rosa. **1968: ano da derrubada do ensino pago no Paraná.** In: MARTINS FILHO, João Roberto (org). **1968 faz 30 anos.** Campinas: Mercado das Letras, 1998.

_____. **Caminhando e cantando:** o imaginário do movimento estudantil brasileiro de 1968. São Paulo: EDUSP, 2016.

HALBWACKS, Maurice. **A memória coletiva.** São Paulo: Vértice, 1990.

HELLER, Milton Ivan. **Resistência democrática:** a repressão no Paraná. Rio de Janeiro: Paz e Terra; Curitiba: Secretaria de Cultura do Estado do Paraná, 1988.

HELM, Cecília Maria Vieira. José **Rodrigues Vieira Netto:** a vida e o trabalho de um grande mestre. Curitiba: Ordem dos Advogados do Brasil – Seccional Paraná, 2013.

HOMERO. **Odisseia.** (tradução e prefácio de Carlos Alberto Nunes) (25ªed.). Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2015.

JELIN, Elizabeth. **Los trabajos de la memoria.** Madrid: Siglo XXI de España editores, S.A., 2002.

JESI, Furio. **Spartakus:** simbologia da revolta. (Tradução de Vinícius Nicastro Honesko). São Paulo: N-1 Edições:, 2018.

_____. **Cultura de direita.** Org: Andrea Cavaletti Trad. Davi Pessoa. Belo Horizonte: Áyiné, 2021.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória.** Campinas: Unicamp, 1994.

LEVI, Primo. **Os afogados e os sobreviventes.** 2ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2004.

_____. **É isto um homem?** Trad. Luigi Del Re; Rio de Janeiro: Rocco, 1988

LORENZ, Chris. Blurred Lines: History, Memory and the Experience of Time. **International Journal for History, Culture and Modernity**, v. 2, n. 1, 2014, p. 46.

LOPES, Gustavo Esteves. **Ensaio de terrorismo:** história oral da atuação do Comando de Caça aos Comunistas / Gustavo Esteves Lopes. Salvador: Editora Pontocom, 2014. – (Série Acadêmica, 7) 298 p.

LÖWY, Michael. **Walter Benjamin: aviso de incêndio:** uma leitura das teses “Sobre o conceito de história”. Trad. Wanda Nogueira Caldeira Branst, [tradução das teses] Jeanne-Marie Gagnebin, Marcos Lutz Müller. São Paulo: Boitempo, 2005.

MAGALHÃES, Marionilde Brepohl de. A lógica da suspeição: Sobre os aparelhos repressivos à época da ditadura militar no Brasil. **Revista Brasileira de História**, v. 17, n. 34, São Paulo, 1997.

MAINWARING, Scott. **A Igreja Católica e a política no Brasil (1916-19850)**. São Paulo: Brasiliense, 2004.

MARTINS, Romário. **Paranística**. In A divulgação. Curitiba. Fev-mar. 1946, p.91.

MARTINS FILHO, João Roberto. **Rebelião estudantil**: México, França e Brasil. Campinas: Mercado das Letras, 1996.

_____. MARTINS FILHO, João Roberto. **Movimento estudantil e ditadura militar: 1964-1968**. Campinas, SP: Papirus, 1987, p. 23-26.

MENDONÇA, Joseli Maria Nunes; SOUZA, Jonathan Uewerton. **Paraná insurgente**: história e lutas sociais – séculos XVIII ao XXI. São Leopoldo: Casa Leiria, 2018.

MICHEL, Johan. Podemos falar em uma política do esquecimento? **Revista Memória em Rede**, Pelotas, v. 2, n. 3, ago./nov. 2010.

MOTTA, Rodrigo Patto de Sá. **As universidades e o regime militar**: cultura política e modernização autoritária. 1ª edição; Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

_____. **Passados presentes**: o golpe de 1964 e a ditadura militar Rio de Janeiro: Zahar, 2021.

_____. **Em guarda contra o "perigo vermelho"**: o anticomunismo no Brasil (1917-1964). 2000. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000. . Acesso em: 09 jul. 2024.

MÜLLER, Angélica. **O movimento estudantil na resistência à ditadura militar (1969-1979)**. 1ª ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2016.

NASCIMENTO, Layse Pereira Soares do. Tramas da imprensa paranaense e o regime militar de 1964. Intercom – **Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação**. Disponível em: <http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2010/resumos/R5-3146-1.pdf> Acesso em: 6 mai. 2024.

_____. **A imprensa Paranaense e a ditadura militar**: 1964-1974. Tese (doutorado) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Escola de Comunicação, Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura, 2014. 222 f. NAPOLITANO, Marcos. **História do Regime Militar Brasileiro**. 1ª ed., 9ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2021.

NERUDA, Pablo. **Canto general**. 5. ed. Buenos Aires: Editorial Losada, 1971

NIEZSCHE, Friedrich. **Assim falou Zaratustra**: um livro para todos e para ninguém. p. 122-123. Trad. Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

NORA, Pierre. Entre a memória e a História – a problemática dos lugares. São Paulo: **Projeto História**, n. 10, 1993.

NYE, Joseph S., Jr. 2005. **Soft Power: The Means to Success in World Politics**. PublicAffairs Books.

OLIVEIRA, Antônio Narciso Pires de; SAHAD, Fábio Bacila; CALCIOLARI, Silvia. **Depoimentos para a História: a resistência à ditadura militar no Paraná**. Curitiba: DHPaz, 2014.

OLIVEIRA, Dennison de. **Curitiba e o mito da cidade modelo**. Curitiba: Ed. da UFPR, 2000.

OLIVEIRA, Marcus Aurélio Taborda de. **Cinco Estudos em História e Historiografia da Educação**. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

ORWELL, George. **1984**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

PALMAR, Aluizio (org). **Vozes da resistência: memórias da luta contra a ditadura militar no Paraná**. Curitiba: Banquinho, 2024.

PARANÁ. **Manual policial de controle de tumultos e distúrbios civis**. Curitiba: Assessoria de Estudos e Planejamentos, 1964.

PEDRETTI, Lucas. **A transição inacabada: Violência de Estado e direitos humanos na redemocratização**. São Paulo: Companhia das Letras, 2024.

PENHOLATO, Diego Batista. **O Fundo de Desenvolvimento Técnico-Científico – (FUNTEC) e o Investimento na Modernização das Universidades Brasileiras**. In: XXIII Encontro Estadual de História, 2016, Assis. Anais do XXIII Encontro Regional de História da ANPUH-SP. São Paulo: ANPUH-SP, 2016.

PINKKY, Jaime; PINSKY, Carla Bassanezi [et al]. **Novos combates pela história: Desafios – ensino**. São Paulo: Contexto, 2021.

POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento e Silêncio. Tradução de Dora Rocha Flaksman. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

_____. Memória e identidade social. **Estudos históricos**, n. 10, p. 200-15, 1992

PORTELLI, Alessandro. **História oral como arte de escuta**. São Paulo: Letra e Voz, 2016

REIS FILHO, Daniel Aarão. **Ditadura e democracia no Brasil: do golpe de 1964 à constituição de 1988**. 1ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

RIBEIRO, Ana Paula Goulart. **Imprensa e História no Rio de Janeiro dos anos 50**. Rio de Janeiro: E-papers, 2007.

RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. (tradução: Alain François [et.al.]). Campinas: Editora da Unicamp, 2007 (9ª reimpressão - 2020)

RUSSEL, Bertrand. **História da Filosofia Ocidental**. Livro 1. São Paulo: Hedra, 2010;

SCHMITT, Silvana Lazarotto. **Encontros e desencontros no movimento secundarista paranaense (1964-1985)**. (Dissertação de mestrado). Unioeste, Cascavel, 2011.

_____. **A UPE UNE o Paraná: (re) organização do movimento estudantil paranaense (1974-1985)**, Unicamp, Campinas, 2018 (275 f).

SELIGMANN-SILVA, Márcio. (2016). Antimonumentos: trabalho de memória e de resistência. **Psicologia USP**, 27(1), 49-60.

SILVA, Luiz Gabriel da. **Ditadura em Curitiba?** Memórias (e esquecimentos) da repressão e da resistência na capital paranaense e criação de site temático. Curitiba: CRV, 2021.

_____. A revolta dos universitários na ditadura civil-militar em Curitiba: resistências e acomodações. **Revista eletrônica Trilhas da História**, v. 11 n. 22.

SILVEIRA, Nádia Dumara Ruiz. **Universidade brasileira: a intenção da extensão**. São Paulo: Edições Loyola, 1987.

SULEIMAN, Susan. **Crises de memória e segunda guerra mundial**. (Trad. Jacques Fux e Alcione Cunha da Silveira). Belo Horizonte: Editora UFMG, 2019.

THIOLLENT, M. **Mai de 1968 em Paris**: testemunho de um estudante. *Tempo Social*, São Paulo, v. 10, 1998.

VIEIRA, Carina Silva. **Extensão Universitária**: concepções presentes na formalização, em propostas e práticas desenvolvidas na Universidade Federal do Paraná (dissertação de mestrado). Curitiba: UFPR. 2014 (290 p.).

ZAPARTE, Andrea. **A DOPS e a repressão ao movimento estudantil em Curitiba – Paraná** (1964-1969). 2011. 90 f. Dissertação (Mestrado em História) - Unioeste, Marechal Cândido Rondon.

_____. **Luta e resistência**: memórias sobre o movimento estudantil no Paraná e o enfrentamento à ditadura civil-militar. 459 f. Tese (doutorado em História) – Unioeste, Marechal Cândido Rondon, 2024.

VALLE, Maria Ribeiro do. **1968: o diálogo é a violência** – movimento estudantil e ditadura militar no Brasil. Campinas: Editora da Unicamp, 2008.

VIDAL, D. G.; ABDALA, R. D. A fotografia como fonte para a História da Educação: questões teórico-metodológicas e de pesquisa. **Educação**, [S. l.], v. 30, n. 2, p. 177–194, 2011. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/reeducacao/article/view/3745>. Acesso em: 2 jul. 2024.

VIEIRA, Carina Silva. **Extensão Universitária**: concepções presentes na formalização, em propostas e práticas desenvolvidas na Universidade Federal do Paraná. Dissertação (mestrado) Universidade Federal do Paraná, 2014. 290 f.

VIEIRA NETTO, José Rodrigues. **Sobre as quatro liberdades**: discurso do paraninfo que não foi lido em solenidade da colação de grau dos bacharéis de 1964, por deliberação do M. Reitor e do conselho universitário. Curitiba: 1964. Disponível em: Acesso em: 7 mar. 2025.

ANEXOS

ANEXO 1

Pedido ao reitor da Universidade Federal do Paraná para que o professor Vieira Netto recebesse sua aposentadoria após a sua demissão da instituição. Este documento está no cofre da Reitoria da UFPR.

JOSE RODRIGUES VIALHA NETTO, professor catedrático de Direito Civil da Faculdade de Direito dessa Universidade, vem requerer:

- 1) Em 8 de junho corrente, por decreto do presidente da república, o supte. teve os seus direitos políticos suspensos por 600 anos.
- 2) Ipo iure ficou sem objeto a licença para tratamento de interesses que lhe havia sido concedida.
- 3) Tem o supte., a partir dessa data, direito aos seus vencimentos integrais até ser decidida a sua situação funcional, uma vez que, em face da Constituição Federal, pende condição suspensiva e impeditiva da assunção do cargo.

Requer que se determine esse pagamento, sem prejuízo de pleitear na esfera própria a revisão ou nulidade desse ato inotivado e que fêre os mais comensurados princípios de legalidade constitucional.

Evidentemente a justiça revolucionária não pretende atingir também outra geração, privando do pão de cada dia a esposa e filhas do supte., impossibilitado de exercer o seu trabalho, pois, de outra maneira não descobriu nem soube até hoje ganhar a sua vida.

Essa Universidade, não pode, é bem de ver, cometer outra iniquidade, privando-o dos seus vencimentos de professor vitalício. Haja vista a jurisprudência administrativa no que concerne a militares reformados e enviados à reserva com vencimentos integrais, no curso dos atuais acontecimentos.

E. R. D.

15-VI-64

1
Senhor Reitor da Universidade do Paraná: -

José Rodrigues Lima, professor catedrático
de Direito Civil da Faculdade de Direito da
Universidade, fazendo referência a protocolo 14.274
anterior vem pedir contagem de tempo por
efeito de aposentadoria e disponibilidade:
além do tempo de serviço efetivo no quadro catedrático,
deve o tempo devido à contagem:

a) do tempo de serviço prestado à Ordem dos
Advogados do Brasil, Seção do Paraná a partir
de 5 de abril de 1943 em diante sem interrupção
conforme agere excludente com a contagem feita.
Caso tempo deve ser contado até a assunção
do seu cargo na Universidade;
b) o tempo ora comprovado de serviço prestado
adotado do Paraná:

I como Mandatário Público da Câmara de
São José dos Pinhais, 2 anos, cinco meses e seis
dias, conforme certidão junta

II como Deputado à Assembleia Constituinte
do Estado do Paraná, de 12 de março

de 1942 a 12 de janeiro de 1948, incluindo
o período de licença entre 16 de outubro de 1942
a 17 de novembro do mesmo ano, — no que
fazee um total de 96 — meses.

III Indo sem prejuizo do tempo de serviço militar
que demandará oportunamente. —

R L.

~~Attestado~~ Em 22 de abril de 1964

Juntos aos autos de
Ordem e demais
documentos.

ANEXO 2

Manifesto do movimento estudantil Tradição, Família e Propriedade

TFP TFP TFP TFP TFP TFP TFP TFP TFP

A NOSSOS COLEGAS UNIVERSITÁRIOS EM FAVOR DO DIÁLOGO E CONTRA OS MANEJOS CUBANOS NO BRASIL

1- Os Militantes universitários da Sociedade Brasileira de Defesa da Tradição, Família e Propriedade, na situação de encruzilhada em que se encontram os universitários do Brasil e do Paraná, sentem-se na obrigação de fazer um pronunciamento franco, inspirado em uma dupla preocupação: salvar a guarda os direitos da classe estudantil e defender os superiores interesses da Civilização Cristã.

2- Já em inúmeras cidades do País, os Militantes da Tradição, Família e Propriedade se vêm pronunciando a respeito da atual situação estudantil. Em São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte os universitários Militantes da TFP já se manifestaram de maneira análoga.

3- Nós, porém, no Paraná, damos a nossas palavras uma nota peculiar: queremos aqui felicitar nossos colegas curitibanos pelo bom senso e clareza que vêm mostrando ao recusarem-se em sua maioria, a prestigiar uma tendência que se vai esboçando em outras capitais e também em Curitiba. Essa tendência é de transformar as reivindicações universitárias em pretexto para uma agitação política em que são manifestamente interessados os comunistas.

Os estudantes podem e devem tomar posição na vida política do País. A Universidade, porém, enquanto tal, tem um fim cultural e docente, e não um fim partidário. Procurar lançar a Universidade na vida política é desfigurá-la em partido político. E isto é tão extravagante quanto seria transformar um partido em universidade. Assim como um partido político que quisesse ser uma como que universidade seria um péssimo partido, assim, uma Universidade que queira ser como que um partido político será, necessariamente, uma péssima Universidade.

4- Não poderíamos também, deixar de louvar a atitude do governo do Estado ao evitar repressões exageradas cujo único efeito seria o de alimentar a agitação grevista.

ESQUERDISMO ESCURO

Queremos enunciar aqui alguns fatos que mostram a evidência o caráter artificial de vários lances da atual agitação estudantil. Esses lances só se explicam pela presença de manejadores disfarçados. Os intuitos de tais agitadores consistem em aproveitar a situação para lançar no caos a classe acadêmica e, logo em seguida, todo o País.

A primeira prova disto se tem dentro do Brasil. Analisando, em sua generalidade as atuais greves universitárias, vê-se que todas elas são deturpadas segundo um mesmo esquema:

1ª fase: Dá-se ênfase a uma ou algumas questões universitárias autênticas e, pouco depois, se procura criar, a propósito delas, um conflito entre os estudantes e as autoridades educacionais.

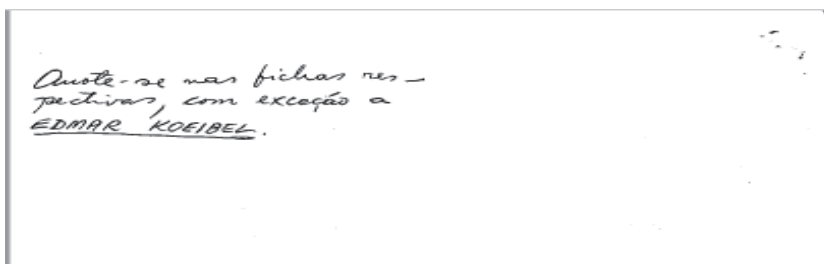
2ª fase: Promove-se manifestações tumultuosas e aproveita-se qual
quer excesso na repressão para deixar num segundo plano as questões universi-
tárias e transformar o movimento em luta política contra o Governo.

T F F T F F T F F T F F T F F T F F T F F T F F T F F



ANEXO 4

Reunião do DANC em que se discutiu auxílio financeiro a estudantes. antes da ata, a captura de tela da folha da DOPS solicitando a não inclusão do estudante Edmar Koiebel.



Diretório Acadêmico Nilo Cairo

FACULDADE DE MEDICINA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

Rua Ébano Pereira, 114 - Telefone, 4-0880

CURITIBA

Do :

OFÍCIO N.º

Ao :

Assunto :

Ata da Assembléia Geral Extraordinária Do Diretorio Acadêmico Nilo &x Cairo, realizada aos treis (3) dias do mes de junho de 1969(hum mil novicentos e sessenta e nove) no auditório do terceiro andar dêste Diretório. O início da Assembléia era previsto para às 20:00 horas; como nesta hora, não havia quorum, esperou-se 30 minutos conforme artigo Estatutário e deu-se início a Assembléia. O Presidente, José Eduardo Rúpolo, dando abertura a Assembléia, esclareceu estar obedecendo ao Regimento Interno e que a ordem do dia era: Discussão de Artigo Estatutário e que esta Assembléia seria uma continuação da anteriormente realizada. Leu-se a última ata, que foi aprovada sem emendas e sem comentários. Esclarecendo, o Presidente, salientou que, treze (13) colegas nossos estão respondendo processos e que deveríamos pensar no colega em si e não na sua posição ideológica. Os colegas Gerson Zafalon Martins e Antonio Luiz Amaral, estão respondendo processo por terem assinados um manifesto. Salientou que os mesmos recorreram ao DANC, por que suas famílias não possuem recursos financeiros. Fêz-se a inscrição dos oradores. O primeiro a se inscrever foi o colega Décio Netrini. Qualquer colega que recorrer ao Diretório deve ser amparado, nem que seja só moralmente. O colega Mauro Goulart, foi muito discutido dentro da escola e que já foi expulso dêste Diretório e readmitido, posteriormente. Lembrou que o colega tinha possibilidades de livre. Foi provado que os Congressos de UNE(União Nacional dos Estudantes) não tinham nada de subversivos, estavam discutindo a "Reforma Universitária". O Mauro Goulart, foi ao congresso porque foi eleito para isto e era Diretor do Departamento Científico e Cultural. Os colegas Gerson Zafalon Martins, Antonio Luis Amaral e Romeu Bertol precisam do DANC. Este último está fugido e sendo perseguido. Os colegas Issamu Ito e José Ferreira Lopes, estão desaparecidos, mas que são alunos matriculados na escola. Lembrou que o Reitor Flávio Suplicy de Lacerda, deu atestado de boa conduta ao ex-presidente do DCE (Diretório Central dos Estudantes). Frisou que os colegas Paulo Sakai e Wilson Weladck, poderão precisar do DANC e que a Associação de Mães, também veio pedir ajuda ao Diretório. O Presidente esclareceu

entidade que luta pelo aprimoramento do ensino no Brasil



Diretório Acadêmico Nilo Cairo

FACULDADE DE MEDICINA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

Rua Ébano Pereira, 114 - Telefone, 4-0880

CURITIBA

Do :

OFÍCIO N.º

Ao :

Assunto :

que a Associação de Mães tomou para si toda a responsabilidade da defesa dos prêsos e que os Diretórios contribuiriam. Disse, acreditar na idoneidade de todas as mães. Elas funcionariam como intermediárias dos Diretórios. Salientou que os Diretórios não têm comunicação com os prêsos. Falando o colega Edmar Koeibel, lembrou que deveríamos esquecer a parte sentimental, pois sempre vivemos em função de um regime e como tal, temos de obedecer as determinações impostas pelo regime em evidência; não via utilidade e nem necessidade de dar ajuda financeira aos colegas. Em sua oração o colega Luiz Carlos S. Abinão, leu o artigo em discussão e frisou " na medida do possível! Salientou que nunca vira um balancete do DANC, que não sabia quais as condições ou possibilidades do mesmo e que não sabia qual a representação do colega prêso. Perguntou: Se a Associação de Mães não era reconhecida, o que ela representava? Qual o tipo de ajuda a dar? Com ordem de quem já foi dado o dinheiro? O colega Décio Netrini, questionou e salientou, que uma Assembléia anteriormente realizada foi feita, digo, auterizou, a doação do dinheiro. A Presidência foi ocupada pelo colega Wilson Weladeck (Procurador Geral), por que o President iria fazer uso da palavra. Wilson Weladeck, que o tema doação de dinheiro, foi discutido várias vezes, nunca chegando a um acôrdo. Então marcou-se uma Assembléia Geral, para o dia 2 (dois) de abril de 1969. Salientou que apenas nove(9) pessoas compareceram a Assembléia. Esperou 30 minutos e começou com o número que estava presente. Não havendo permissão para sua realização no anfiteatro do 7 andar do anexo B do Hospital de Clínicas, resolveu transferi-la para o térreo. A Assembléia foi rápida e aprovou que se daria NCR\$ 1.000,00 (hum mil cruzeiros novos) ao colega Mauro Goulart. A Diretoria do DANC não aceitou a decisão da Assembléia e levou ao conhecimento do Conselho Fiscal e Deliberativo - o qual, sugeriu a realização de uma Assembléia Geral- que é esta que está se realizando neste momento. Falando o colega José Eduardo Rupolo- esclareceu que após a decisão da Assembléia Geral, esperou mais ou menos 30 dias e só quando recebeu dinheiro da matrícula é que deu NCR\$ 350,00 (trezentos e cinquenta cruzeiros novos), apoiado no referendo da Assembléia Geral e em artigo Estatutário. Salientou que deu o dinheiro para uma pessoa que representava a Associação das Mães. Enquanto uma Assembléia

entidade que luta pelo aprimoramento do ensino no Brasil



Diretório Acadêmico Nilo Cairo

FACULDADE DE MEDICINA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

Rua Ébano Pereira, 114 - Telefone, 4-0880

CURITIBA

Do :

OFÍCIO N.º

Ao :

Assunto :

não é invalidada por outra, sua decisão contínua válida, Foi pedido que se colocasse em votação a validade da Assembléia Geral, anterior. Falariam os colegas, José Eduardo Rupolo a favor e o colega Sebastião Canuto contra a validade de Assembléia. O colega José Eduardo Rupolo, salientou que a Assembléia era válida pelo seguinte: foi convocada em tempo hábil, realizada no lugar determinado e na hora marcada. O colega Sebastião Canuto, disse, que não discutia a legalidade da Assembléia, pois a mesma obedeceu as determinações do Estatuto: Foi convocada em tempo hábil, com hora marcada e tempo determinada.; mas que discutia a validade da Assembléia, uma vez que a mesma foi realizada em local não previsto, pois não tínhamos autorização para realizá-la nas dependências do Hospital Clínicas. Salientou que fazia diferenciação entre legalidade e validade. Considerava a Assembléia legal mas não válida. A votação foi simbólica: Os colegas levantariam a mão direita por fila. Os que votarem a favor estão a favor da legalidade e validade da Assembléia; os que votarem contra estão contra a legalidade e validade da mesma. O resultado foi o seguinte: 20 votaram contra a validade e legalidade da Assembléia e 12 a favor da mesma. A Assembléia anterior foi considerada não válida. Falando o colega José Eduardo Rupolo, salientou que ninguém poderia negar os serviços prestados, pelos colegas prósos, ao DANC e aos diversos Diretórios de Curitiba. Frisou que foi na gestão do Gerson Zafalon Martins, que o DANC mais funcionou. Lembrou que os colegas sempre trabalharam pelo DANC e que sempre e em todas as ocasiões, representavam o Diretório e nisto consiste o mérito de todos eles. Disse que deu dinheiro do Diretório porque uma campanha realizada em uma classe de 160 alunos, arrecadou-se apenas 7,00 cruzeiros novos. Chegou uma proposição a mesa que foi lida. Falando o colega Decio Netrini, frisou que o balancete é apresentado em Assembléia Geral todo fim de gestão e que o livro de movimento de caixa, está a disposição de qualquer associado e que todo dinheiro para sair do DANC tem que ser mediante requisição. Falando o colega Everson Albergue Bucchi (Tesooureiro), salientou que a prestação de contas está em dia e que presta contas a qualquer em qualquer momento. Quanto a situação financeira do DANC, frisou, que até o dia 29 de maio o DANC não tinha dinheiro em caixa e que devia ao açougue, ao mercado, e ao INPS; dividas

REXX

entidade que luta pelo aprimoramento do ensino no Brasil



Diretório Acadêmico Nilo Cairo

FACULDADE DE MEDICINA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

Rua Ébano Pereira, 114 - Telefone, 4-0880

CURITIBA

Do :

OFÍCIO N.º

Ao :

Assunto :

estas que vinham de gestões anteriores e que estavam sendo saldadas gradativamente. Frisou, que era contrário a dar dinheiro ao colega Mauro Goulart; quanto ao colega Luiz Antonio Amaral, foi dito que o mesmo não necessitaria di Diretório; quanto ao colega Gerson Zafalon Martins, era favorável pelo que êle fêz ao Diretório e não pelo que fêz aí por fora. Não havendo mais oradores inscritos leu-se as proposições, em numero de treis. Proposição 1: "Proponho que se dê todo auxílio necessário aos colegas associados, à medida do possível. Deverá entretento formar-se uma comissão cuja finalidade é ser intermediária entre o DANC e os advogados e esta comissão deverá sempre que solicitada prestar contas a qualquer associados" Ass: Edson Jalbut. Proposição 2- " Nós abaixo assinados, propomos que: 1-Se dê a verba pedida pelo colega Gerson Zafalon Martins, no total de NCR\$ 1.500,00; 2- que se dê um auxílio mensal, até ao final da nossa gestão, a esposa do colega Mauro Goulart e que não se dê a êle auxílio algum além daquele que já foi dado; 3- Que não se dê auxílio a ou tros colegas por que não foi pedido. Pedimos ainda que esta proposição seja votada ítem por ítem." Ass: Everson Alberge Bucchi e Sebastião Canuto. Proposição 3- Proponho que não seja dado auxílio aos colegas devido a falta de condições." Ass: Edmar Koeibel. Como há duas proposições com cordes, ídem, ídem, e uma contra, votou-se primeiro se se daria ajuda ou não. Contra a ajuda votaram 8, a favor da mesma votaram 23. A proposição 3 saiu de circulação. Defendendo a Proposição 2, o colega Everson Alberge Bucchi frisou que seria necessário ajudar a esposa do Mauro Goulart, poi o colega não tem mais apelação- uma vez que já está condenado. Falando o colega José Eduardo Rupolo, disse estar havendo segregação entre os colegas Gerson Zafalon Martins e Mauro Goulart. Realizou-se a votação da seguinte maneira: Quem votasse na proposição 1 estaria votando contra a 2 e vice-versa, ídem. A proposição 1 teve 22 votos contra 6 da proposição 2. Discutiu-se em seguida a formação das comissões, foram apresentadas duas proposições: A e B. A proposição A diz " Proponho que a comissão seja formada pelos componentes do Conselho Fiscal e Deliberativo do DANC juntamente com o Procurador Geral do Diretório," Ass: José Eduardo Rupolo, A proposição B diz: "Propomos que seja formada uam comissão de treis elementos, da qual, faça parte o Procurador Geral e mais dois elementos

entidade que luta pelo aprimoramento do ensino no Brasil



Diretório Acadêmico Nilo Cairo

FACULDADE DE MEDICINA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

Rua Ébano Pereira, 114 - Telefone, 4-0880

CURITIBA

Do :

OFÍCIO N.º

Ao :

Assunto :

que indicamos: Edson Jalbut e Nizan *de Almeida*, Ações: Maria Joaquina, José Haroldo e Décio Netrini. A proposição A foi retirada a favor da B que teve 16 votos a favor e dois contras. O colega Sebastião Canuto votou contra com declaração de voto: Declarou que era contra por uma questão de princípio e coerência. Não havendo mais nada a se tratar o colega Wilson Weladeck deu por encerrada a sessão e eu Sebastião Canuto, Secretário Geral, lavrei a presente ata, que após lida e aprovada será por mim e pelo Presidente assinada.

Presidente -

Secretário Geral -

Curitiba,

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

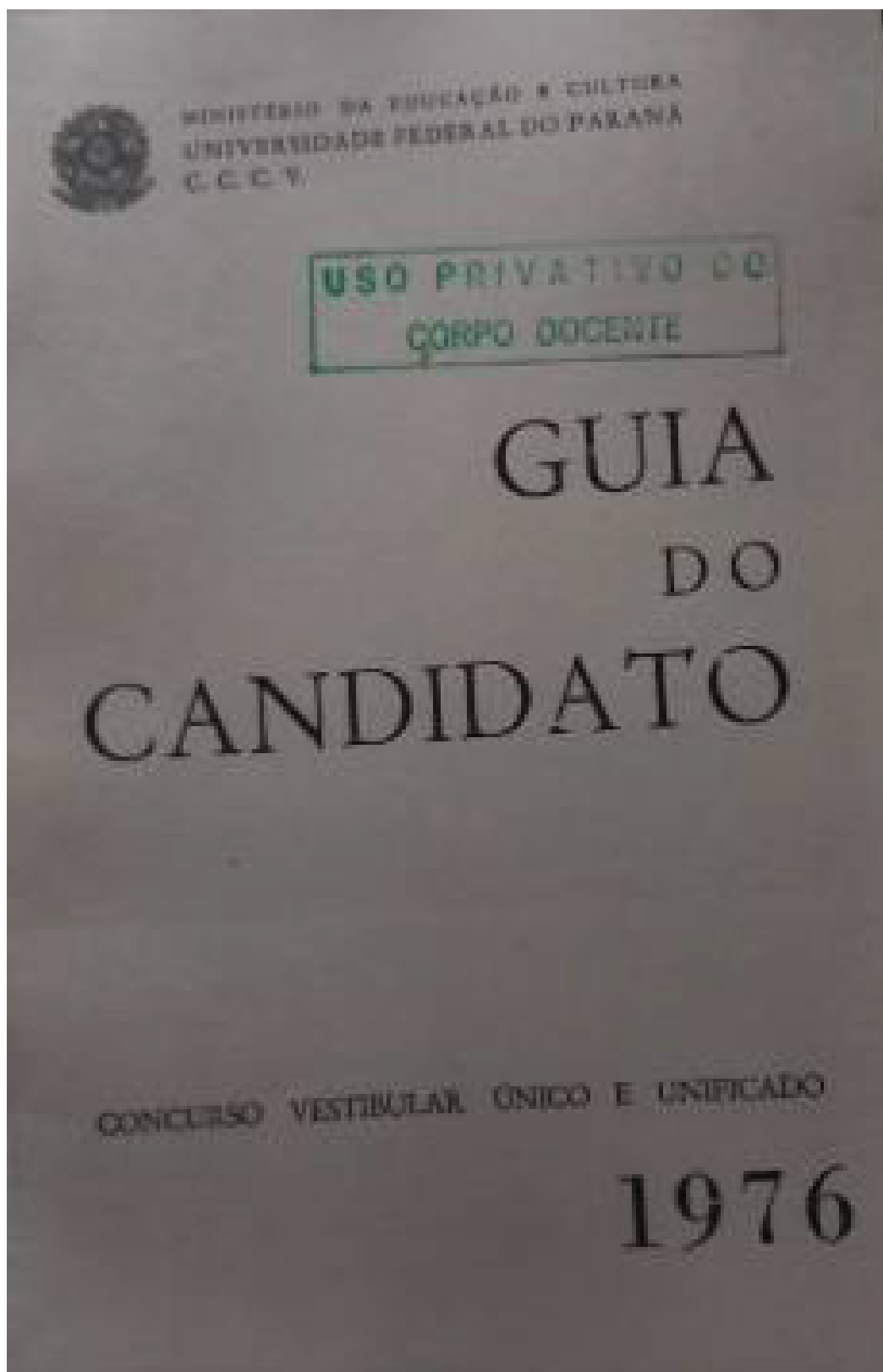
entidade que luta pelo aprimoramento do ensino no Brasil

97 235 80

DEAP/DOPS Diretório acadêmico Nilo Cairo.

ANEXO 5

Guia do vestibular de 1976



LEGISLAÇÃO REGEDORA DA PROFISSÃO — Lei n.º 5.564, de 21/dez/1968, que regulamenta a profissão de Orientador Educacional. Resolução n.º 2/69, anexa ao Parecer n.º 252/69, do Conselho Federal de Educação, que reestruturou o Curso de Pedagogia em várias Habilitações. Lei n.º 5.692/71, que fixou diretrizes e bases ao ensino de 1.º e 2.º Graus e diplomas complementares relativos à educação nacional.

27 — HISTÓRIA

CONCEITO DO CURSO — História é a ciência que tem por objeto o conhecimento da sociedade no tempo, considerado este na sua multiplicidade (longa, média, e curta duração).

REQUISITOS DA PROFISSÃO — O pretendente a este curso deve possuir:

- aptidão para o magistério;
- vocação para os métodos e técnicas de ensino e de aprendizagem;
- atitudes profissionais no que tange ao exercício do magistério;
- formação científica;
- apreço pela pesquisa científica;
- seriedade profissional;
- sólida formação conceitual;
- espírito de crítica;
- capacidade de discernimento;
- uso adequado de métodos e técnicas;
- não engajamento.

ATRIBUIÇÕES DO PROFISSIONAL — Distinguem-se:

- atividade docente;
- prelecionamento de aulas;
- orientação de seminários;
- pesquisas bibliográficas;
- pesquisas de fontes primárias;
- estágios em Arquivos;
- outras, vinculadas ao ensino;
- atividades de pesquisa científica;
- elaboração de projetos;
- execução de projetos, mediante emprego do método histórico tradicional e de novos métodos quantitativos;
- apresentação de resultados, como dissertações, teses e comunicações.

CAMPOS DE TRABALHO — São os seguintes os normalmente encontrados:

ANEXO 6

Reportagem do jornal Correio de Notícias sobre o professor Cassiano Cordi, da UFPR.

Caça às bruxas na UFP

O chefe do departamento de filosofia, Cassiano Cordi, propõe uma triagem ideológica na UFP

O professor Cassiano Cordi, chefe do Departamento de Filosofia da Universidade Federal do Paraná, conhecido por suas posições a favor da pena de morte (para o chamado "delito político"), defensor da tortura e outros métodos "mais radicais" como forma de extrair confissões dos "criminosos políticos", admitiu, ontem, a possibilidade de se fazer "uma triagem ideológica" na UFP, a fim de que sejam afastados professores que ele acusa de "usar a Universidade para fazer proselitismo político".

E ameaçou:

— Serei o primeiro a propor o afastamento destes professores".

E mais: considera necessário se instaure imediatamente na UFP um inquérito administrativo para investigar a presença na escola de grupos organizados de esquerda "que estão provocando um tumulto organizado na Universidade".

De acordo com Cassiano Cordi, esses "grupos de esquerda" estão infiltrados em todos os departamentos do Setor de Ciências Humanas, com ramificações nos diretórios acadêmicos e entre os alunos da Universidade em geral.

Cordi, que ao defender em público a aplicação da tortura como método de interrogatório envolveu inclusive a psicanálise (a repressão é um motor do processo civilizatório), diz que já possui "muitas evidências" para acreditar, inclusive, na existência de "patrulhas de esquerda" a vigiá-lo e a outros "professores democratas".

Além disso, o professor acusa al-



CORDI

Pelo afastamento de colegas

guns de seus colegas do Departamento de Filosofia de membros dos alegados e misteriosos "grupos de provocação de esquerda". A delação é indireta e ele a fez quando disse que se fosse promover uma "seleção ideológica no Departamento de Filosofia" estaria sem muitos dos professores contratados para o Departamento.

Com isso, Cordi se defendeu da acusação de alguns professores de que já teria feito a "seleção ideológica no Departamento de Filosofia: — O departamento dispensou quatro professores porque havia um

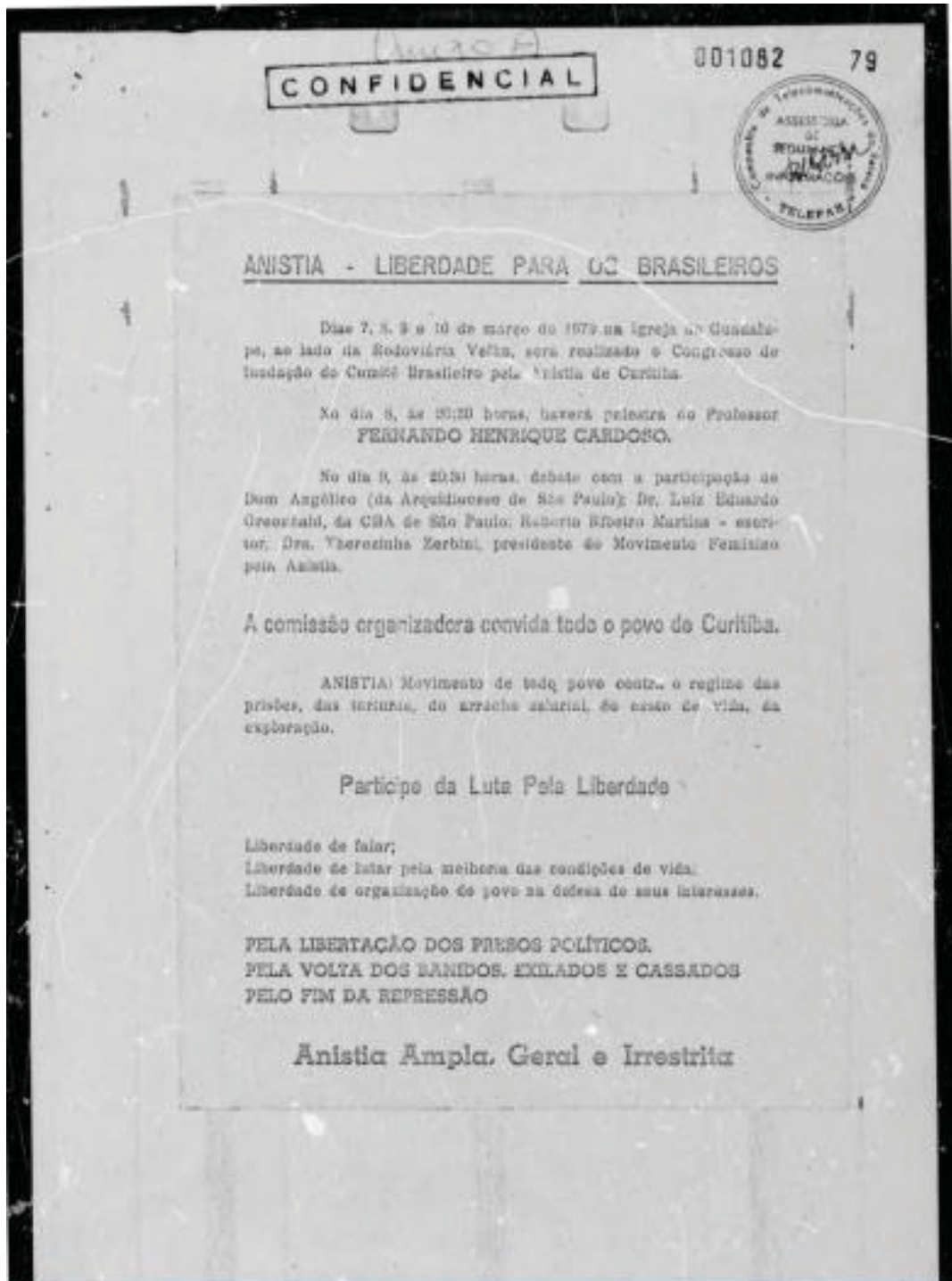
número de professores superior à carga horária a ser cumprida. Havia ociosidade, então. Não fiz nenhuma seleção ideológica. Se fizesse..."

O chefe do Departamento de Filosofia se autodefine ideologicamente como "um intelectual católico" e politicamente como "um democrata cristão" e que, por isso, não aceita "doutrinas atéticas como o marxismo" e não admite que "usem a democracia para impor regimes antidemocráticos". E completa: "Se esta forma de pensar pode ser definida como sendo de direita, então eu sou direitista".

Denúncia de triagem ideológica na UFPR. Correio de notícias, 1/04/1980

ANEXO 7

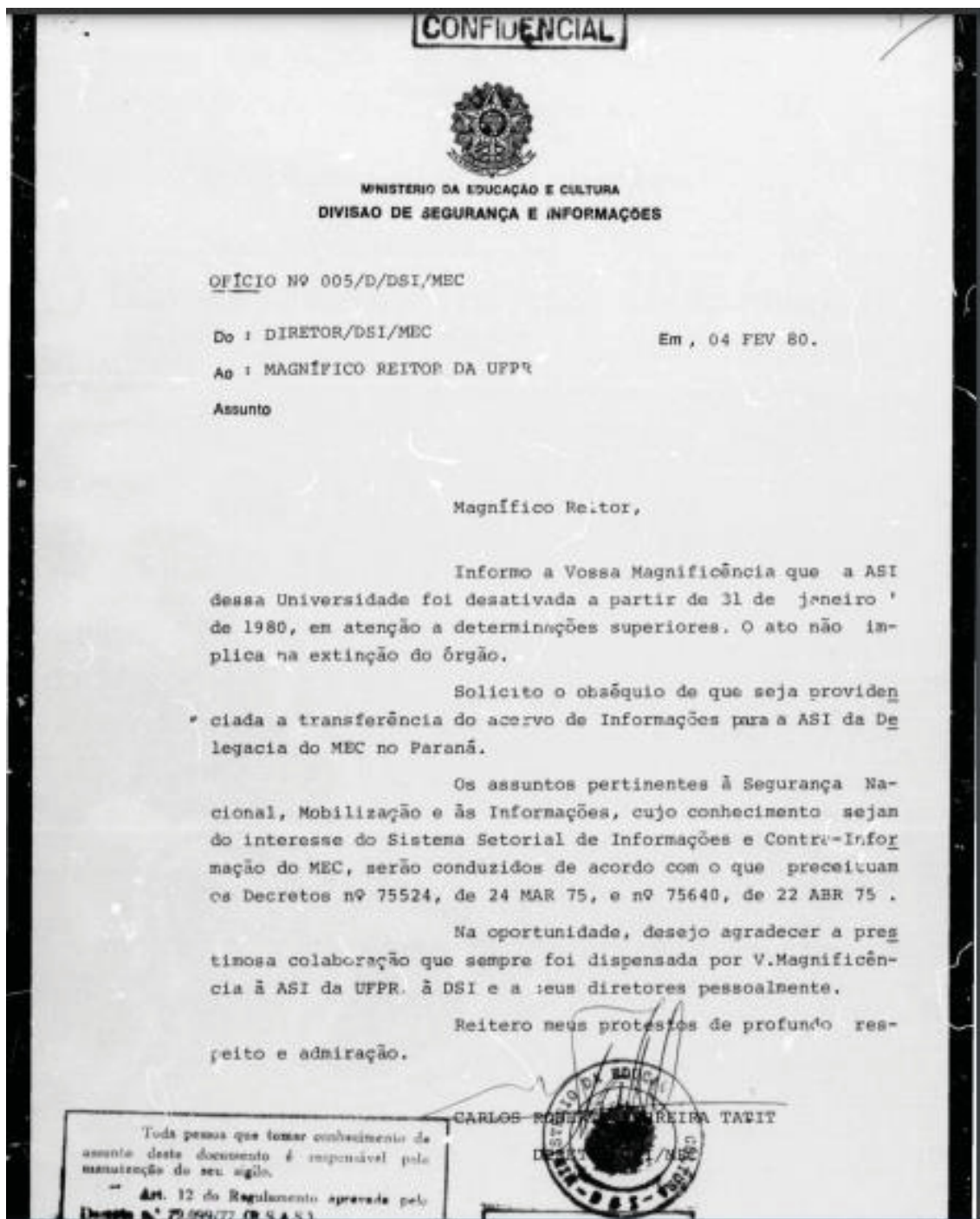
Panfleto do evento em que se constituiu o Comitê Brasileiro Pela Anistia de Curitiba



Fonte: Arquivo Nacional.

ANEXO 8

Comunicado do MEC informando a desativação da ASI na UFPR e a transferência ara a DSI



Fonte: Arquivo Nacional.